



MANDIARISAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM

DOSSIÊ

O PODER POLÍTICO: HISTÓRIA DOS PARTIDOS, ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS NO BRASIL (SÉCULOS XX E XXI)



**Manaus
Volume 7
Número 1
2023**

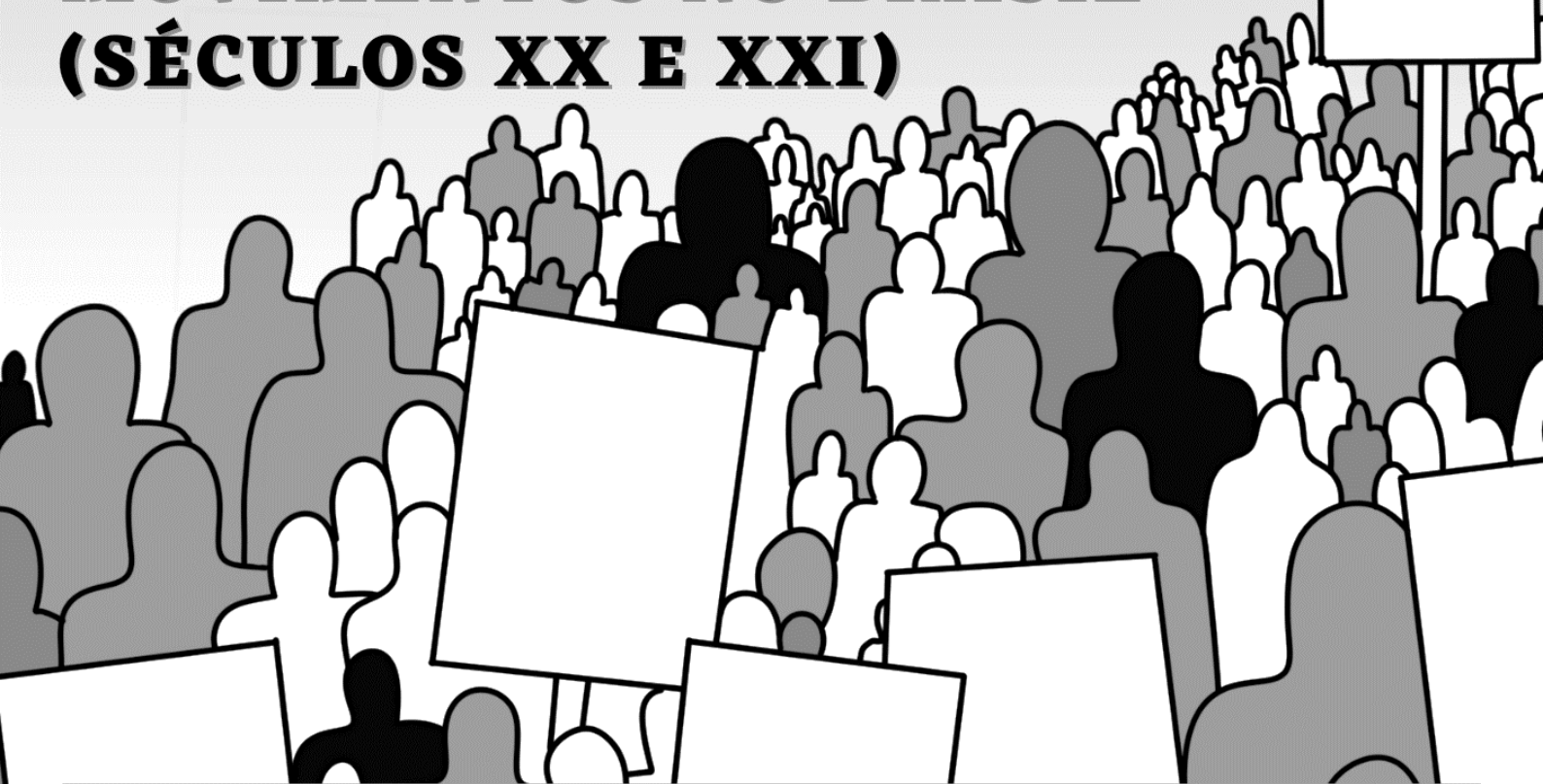


MANDIARISAWA

REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UFAM

DOSSIÊ

O PODER POLÍTICO: HISTÓRIA DOS PARTIDOS, ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS NO BRASIL (SÉCULOS XX E XXI)



ORGANIZADORES

Prof. Dr. Anderson Vieira Moura (PPGH-UFAM)

Profa. Msc. Kívia Mirrana Pereira (SEDUC-AM)

CAPA

Ana Rivick Lira Bernardo



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 6

DOSSIÊ TEMÁTICO

ACUSAR E PUNIR: A MORALIDADE COMO UMA ESTRATÉGIA DE PODER - *Caio César Cuozzo Pereira*..... 8

PRESTÍGIOS, PODERES E A TROCA DE CAPITAIS: UM OLHAR SOBRE AS ELITES DO IDEAL CLUBE (MANAUS/AM, 1903-1920) - *Kívia Mirrana de Souza Pereira*..... 28

CORPORATIVISMO NO BRASIL: RELAÇÕES DO INTEGRALISMO COM GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO - *Gabriela Santi Pacheco*..... 55

DE PEDRO A PLÍNIO: A CONCEPÇÃO POLÍTICA DE ESTADO INTEGRAL DE PLÍNIO SALGADO E A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA - *Victor Henrique de Moraes Schons*..... 73

UNIÃO SAGRADA PELO BRASIL: LEOPOLDO PÉRES E A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO ESTADO NOVO NO AMAZONAS (1937) - *Monize Melo da Silva Chaves*..... 88

O DISCURSO ANTISSEMITA NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA - *Ana Júlia Corrêa Ferreira*..... 113

PERCEBER E SENTIR: A ESTÉTICA DO MOVIMENTO INTEGRALISTA - *Larissa Frazão Silva* 140

A TRAJETÓRIA POLÍTICA-ELEITORAL E AS QUERELAS DO PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE (PSA) (1933-1937) - *Davi Monteiro Abreu*..... 167

A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) E OS “GOVERNADORES BIÔNICOS”: UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA PARTIDÁRIA PARAIBADA DURANTE A DITADURA MILITAR - *Dmitri da Silva Bichara Sobreira* 194

REDEMOCRATIZAÇÃO E EXPECTATIVA: ARTICULAÇÃO POLÍTICA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA PERIFERIA DO RECIFE (1979-1988) - Geane Bezerra Cavalcanti	216
“VOTAR É MUITO MAIS SÉRIO QUE MUDAR DE CANAL DE TELEVISÃO”: AS MOBILIZAÇÕES DA LINGUAGEM TELEVISIVA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE LULA EM 1989 - Lucas Cavalcante Estevão.....	237
PT E PFL NA ELEIÇÃO PARA A PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE NO ANO 2000 - João Paulo Alves da Silva	253
A CRESCENTE DA EXTREMA DIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO MUNDIAL: UM ESTUDO DO BOLSONARISMO - Thiago Abdala Bernabé, Ygor Lebrank de Melo, Guilherme Fernandes Garcia, Dayana de Oliveira Formiga.....	279
AS GREVES DE CAMINHONEIROS NO BRASIL: HISTÓRICO E IMPACTOS LOGÍSTICOS (1959-2021) - Luis Fernando Tosta Barbato, Vitória Cristina Gonçalves Garcia	303

ARTIGOS LIVRES

A BUSCA POR MORADIA EM OCUPAÇÕES DE TERRA NA CIDADE DE PARINTINS EM 2016: UMA ETNOGRAFIA - Ianna Paula Batista Gonçalves.....	321
ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E CURRÍCULO: AGENTES HISTÓRICOS REPRESENTADOS NAS OBRAS DE ARTHUR REIS E MANUEL CALLADO – Anderson Henrique Serrão	339

APRESENTAÇÃO



ANDERSON VIEIRA MOURA¹

KÍVIA MIRRANA PEREIRA²

A discussão sobre a atualidade do político na História e Historiografia já está superada. Há mais de duas décadas historiadores e historiadoras vêm realizando pesquisas no campo da História Política seguindo uma recente tradição encabeçada por dois livros considerados clássicos: “Por uma História Política”, organizado por René Rémond, e “Por uma História do Político”, de Pierre Rosanvallon.

Nesse sentido, não se restringiu apenas a uma atualização do campo: observa-se uma ampla diversificação metodológica, de temas, questões, fontes. Fruto desse processo, vimos um amplo movimento surgir ao colocar em cena projetos e pesquisas que versam sobre uma História Política intrínseca com a formação nacional, ideológica, cultural e social. A partir desse deslocamento, conseguimos vislumbrar nas páginas historiográficas a trajetória de novos agentes, movimentos sociais, organizações coletivas, práticas sociais, culturas associativas, partidos e forças políticas (grupos parlamentares, clubes, sindicatos, entidades, facções etc.) que se organizavam de acordo com seus interesses, ideologias, articulações e relações em torno da classe, gênero, raça e etnicidade. Não sem motivos que as mais variadas fontes demonstram que a organização dos movimentos dos trabalhadores/as, negros/as e indígenas, das mulheres, dos imigrantes e das elites se estabeleceram como força motriz para o debate público sobre direitos sociais e políticos no século XX e XXI.

Períodos e temáticas bastante populares entre os historiadores vêm sendo revisitadas a partir dessas atualizações teórico-metodológicas da História Política, à luz

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor associado da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail:

² Mestra em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora E-mail: mirranakivia@gmail.com.



de novas fontes ou de documentação antes ignorada pelos pesquisadores. Por outro lado, se a História é a ciência dos homens no tempo, como nos ensinou Marc Bloch, ela – a História – reflete sobre a atualidade e volta ao passado para questionar esse presente.

O dossiê **“O PODER POLÍTICO: HISTÓRIA DOS PARTIDOS, ASSOCIAÇÕES E MOVIMENTOS NO BRASIL (SÉCULOS XX E XXI)”** comprova as duas afirmações acima. O período varguista, a breve experiência democrática de 1945 a 1964, a Ditadura militar instalada a partir de abril de 1964 e até os anos recentes do desastroso Governo Jair Bolsonaro são escrutinados ao longo de 14 artigos – e a grande quantidade de textos demonstra igualmente a vitalidade e atualidade do político entre historiadores.

Por exemplo: o integralismo e o movimento integralista são alvos diretos de quatro artigos, além de perpassa outros textos. Isso advém de pensarmos o Brasil atual, dos anos recentes, indo em busca das raízes da nossa extrema-direita, do nosso fascismo, dos usos da violência como ferramenta política, do corporativismo, o papel da mídia na disseminação de ideias autoritárias e na criação de um inimigo imaginário. As eleições também merecem destaque. Entender por meio de outras fontes o processo eleitoral, as escolhas e a impossibilidade da escolha, as alianças partidárias na nossa República, convergindo para um diálogo profundo entre as História Social e Política.

Em resumo, os artigos aqui selecionados expõem a atualidade da História Política e as possibilidades de pesquisa nesse campo; expõe principalmente um contínuo e renovado interesse de jovens pesquisadores, sobretudo das regiões Norte e Nordeste, pela temática.

ACUSAR E PUNIR: A MORALIDADE COMO UMA ESTRATÉGIA DE PODER

ACCUSE AND PUNISH: MORALITY AS A POWER STRATEGY



CAIO CÉSAR CUOZZO PEREIRA ³

Resumo

Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995) foi um jornalista, empresário e político brasileiro. Entre 1956 e 1960, ele fundou e dirigiu a revista Maquis no Rio de Janeiro. Em 1960, ele se elegeu como deputado constituinte da Guanabara pela União Democrática Nacional (UDN). Esse evento marcou o seu afastamento da direção de Maquis, restringindo a sua participação a atividade de articulista durante o governo Jânio Quadros (1961). Tendo em vista a sua condição de político e jornalista naquele contexto, este artigo questiona quais foram as suas ideias, as suas representações e os seus interesses expostos através de Maquis. À revelia da efemeridade do governo Quadros, se trata de um recorte temporal relevante em função de seus efeitos nos campos político, econômico e social. Deste modo, a hipótese proposta é a de que Amaral Netto instrumentalizou o ideário moralista do governo em um discurso de autolegitimação. Estratégia que, em alguma medida, ambicionava o exercício de poder perante a sociedade.

Palavras-chave: Governo Jânio Quadros; política; imprensa; Amaral Netto; Revista Maquis.

Abstract

Fidélis dos Santos Amaral Netto (1921-1995) was a Brazilian journalist, businessman and politician. Between 1956 and 1960, he founded and directed the magazine Maquis in Rio de Janeiro. In 1960, he was elected constituent deputy of Guanabara by the União Democrática Nacional (UDN). This event marked the end of his management of the magazine, restricting his participation to the activity of a columnist during the Jânio Quadros government (1961). Having in mind his status as a politician and journalist in that context, this article questions what ideas, representations and interests he expressed through the Maquis. Despite the ephemerality of the Quadros government, this is a relevant temporality because to its effects in the political, economic and social fields. Thus, the proposed hypothesis is that Amaral Netto instrumentalized the government's moralist ideology in a self-legitimizing discourse. A strategy that, to some extent, aspired to exercise power over the society.

Keywords: Jânio Quadros government; Policy; Press; Amaral Netto; Revista Maquis.

³ Graduado e Mestre em História (UFRRJ). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR/UFRRJ). Pesquisador bolsista da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: caiocuozzo@gmail.com.



Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa em curso sobre a revista Maquis e seus produtores. A expectativa é a de desenvolver tanto uma análise sobre o seu jornalismo quanto realizar um exercício sociológico sobre o perfil dos seus agentes. A duração da circulação da revista – 1956 a 1962 – foi selecionada como baliza cronológica. Apesar do recorte ser relativamente restrito, se trata de um período importante tanto para a história da política quanto para a da imprensa escrita do país. O governo Jânio Quadros é um exemplo que pode ilustrar esse argumento. Por um lado, são sobejamente debatidos pela historiografia os seus atritos com o Legislativo federal e a instabilidade resultante desse *modus operandi*. Por outro, a sua política econômica de austeridade atingiu diretamente os periódicos por causa da majoração do preço do papel importado. Fidélis dos Santos Amaral Netto foi um dos que vivenciou esse cenário enquanto parlamentar e jornalista. Em função disso se questiona quais as ideias, as representações e os interesses que ele difundiu através de Maquis naquele momento.

Nesse sentido, os conceitos de campo e poder simbólico do sociólogo Pierre Bourdieu (1930-2002) são os referenciais teóricos deste artigo. O primeiro é uma chave interpretativa sobre o funcionamento da sociedade. Nela se constituem e se consolidam campos que experienciam interações e conflitos internos e externos. Cada campo possui suas normas, seus métodos e seus objetos de disputa. Assim, os sujeitos sociais que os compõem são personagens que compartilham e experienciam essas especificidades. O segundo estabelece a centralidade da comunicação para o exercício de poder simbólico. Cumpre ao receptor da mensagem o ato de legitimar aquilo que lhe é dito. Assim, a palavra é o instrumento ao qual se recorre nesse tipo de interação que objetiva validar o emissor (Bourdieu, 1989).

Tal perspectiva teórica destaca a importância de questionar aspectos como a estrutura, a materialidade, o conteúdo jornalístico e a inserção – no campo e no contexto social macro – do periódico. Como defenderam as historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto, se faz necessário problematizar o discurso da objetividade da imprensa (representado pela alegoria do espelho da realidade) e a sua articulação na conjuntura da qual ela é uma das forças ativas. Nesse sentido, o procedimento metodológico do historiador deve atentar para os posicionamentos, as formas de atuação, as conexões e os adversários do periódico selecionado como fonte e objeto de pesquisa (Cruz; Peixoto, 2007, p. 257-258).



A partir desse entendimento, as autoras propuseram um roteiro para a orientação do trabalho e para o desenvolvimento da análise crítica. Cruz e Peixoto reuniram nesse roteiro etapas articuladas que, em alguma medida, abrangem as dimensões material, estrutural e relacional. A primeira aponta para a importância de identificar informações gerais sobre o periódico, de compreender a composição do seu produto e de investigar o seu projeto editorial minuciosamente – a linha editorial, as possíveis campanhas desenvolvidas e os assuntos priorizados como conteúdo jornalístico. Adiante, a segunda sugere examinar quais recursos humanos, materiais e financeiros envolvidos no processo de produção. A equipe de redação, a propriedade (ou não) de maquinários de impressão e a publicidade são, respectivamente, três exemplos. Por fim, a última proposição das autoras pode ser caracterizada como uma preocupação em se considerar as dinâmicas relacionais experienciadas interna e externamente. Articulando, assim, o objeto ao seu contexto social (Cruz; Peixoto, 2007).

Portanto, não se pode ignorar que um periódico abarca em si sujeitos de uma determinada conjuntura. Como tais, eles formavam (ou se inseriam) em redes de sociabilidade, construía alianças, vivenciavam divergências, possuíam interesses e manifestavam opiniões. Tendo em vista essas considerações teórico-metodológicas, este artigo contém outras quatro partes. Inicialmente, se apresenta um panorama sobre a trajetória de Amaral Netto atentando para a sua inserção no campo do jornalismo e suas redes de relações. Convém sinalizar que não há a intenção de redigir uma espécie de biografia sobre o objeto em questão. A seguir, se debate a fundação da revista Maquis e a sua linha editorial sob a direção de Amaral Netto (1956-1960). Essa contextualização é essencial para entender a sua produção jornalística no decorrer do governo Quadros. Posteriormente, se desenvolve uma análise sobre os seus artigos publicados entre fevereiro e agosto de 1961 almejando responder ao questionamento proposto. No fim, se defende a hipótese de que ele instrumentalizou o ideário moralista do governo em um discurso de autolegitimação.

Um olhar panorâmico

Amaral Netto é um personagem recorrentemente mencionado na bibliografia especializada na História do Brasil do século XX (Picaluga, 1980, p. 84; Motta, 2004, p. 201-203). Esse interesse se deu por algumas razões que podem ser distinguidas temporalmente. Seu nome figura em narrativas que descreveram eventos de instabilidade política vivenciados nos governos Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Muito disso se



deve a sua militância política em parceria com Carlos Lacerda e outros próceres da União Democrática Nacional (UDN). Apesar de não ser filiado ao partido naquele momento, Amaral Netto tomou parte nos mais diversos acontecimentos capitaneados pela UDN. Um dos mais relevantes foi a pregação pública a favor do “impedimento” da posse de Juscelino Kubitschek em 1956 (Dulles, 1992, p. 225; Mendonça, 2002, p. 185). Amaral Netto também foi alçado a objeto de pesquisa por causa de sua atuação – parlamentar e jornalística – durante a ditadura militar brasileira. O foco investigativo se direcionava para as suas conexões com o regime através de sua vinculação a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e de seu programa televisivo.

Principalmente em função deste último caso, algumas informações sobre a sua trajetória – pessoal e profissional – foram coligidas, ele nasceu em uma família radicada no então Estado do Rio. Seu pai, Luciano Amaral, era um bacharel em Direito e trabalhava como advogado. Na juventude, Amaral Netto estudou nos colégios Salesiano e Pedro II. Também aderiu ao integralismo nesses anos. Ele teve alguns empregos antes e durante a sua experiência com o jornalismo. Ao menos dois destes se entrelaçavam com suas relações familiares – ele foi funcionário do escritório do seu pai e da empresa de exportação de tecidos do seu sogro na década de 1940. Em 1948, ele ingressou na imprensa escrita através do jornal católico *Correio da Noite*. A partir disso, escreveu para outros periódicos, notadamente para o *Tribuna da Imprensa* (dirigido por Carlos Lacerda). Em 1953, Amaral Netto fundou e dirigiu o Clube da Lanterna enquanto trabalhava no *Tribuna*. Esse Clube objetivava reunir simpatizantes de Lacerda e promover ações – protestos, palestras, enfim – contrárias ao governo Getúlio Vargas (Krause, 2012, p. 25-33).

Dito isso, a expectativa desse panorama é a de colaborar com essa espécie de imagem indicando outras relações sociais e características de sua trajetória na década de 1950. Amaral Netto se aproximou de alguns empresários e políticos no decorrer desses anos. O industrial Pedro Theberge foi seu chefe no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem desde 1947. No sindicato, Amaral Netto tinha o cargo de assessor econômico. Posteriormente, os dois se associaram tanto na criação do referido clube quanto na gestão da revista *Maquis*. Theberge atuou como conselheiro fiscal de ambas as instituições. Além disso, Amaral Netto serviu como testemunha para o registro de nascimento de um filho dele (Brasil. Registro Civil das Pessoas Naturais da Quarta Circunscrição [1954-55]. p. 285).



Por conseguinte, Amaral Netto foi acionista e diretor da Companhia Reis de Armazéns Gerais S.A. em 1955. Se tratava de um empreendimento ligado a cafeicultura, do qual também era sócio Rui Gomes de Almeida (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 24 abr. 1956, p. 6). Este foi um empresário que detinha participações acionárias em negócios nacionais e estrangeiros. Não obstante, Almeida era membro da Associação Comercial do Rio de Janeiro (Loureiro, 2012, p. 111). Foi o próprio Amaral Netto quem sinalizou a proximidade entre os dois. Em um editorial, ele afirmou que o empresário tinha anteriormente “endossado” suas dívidas que montavam a Cr\$ 60.000,00. Falando de si na terceira pessoa, Amaral Netto afirmou que Almeida “sempre manteve” uma “atitude de consideração e apreço” para com ele (Amaral Netto, Fidéris dos Santos. Querem fechar “Maquis”. Maquis, Rio de Janeiro, abr. 1957, p. 8).

Já na segunda metade da década de 1950, ele estabeleceu outro laço comercial com o lojista Abraham Medina. Poucos meses após fundar Maquis, Amaral Netto expandiu seus negócios editoriais criando o periódico O Brasil em Jornal. A intenção deste era ser um tipo de material didático para estudantes que desejavam aprender a história do país. Assim, ele e o professor Gustavo Barroso coordenavam uma equipe que editava, em formato de “notícias”, os acontecimentos históricos brasileiros. Em 1959, Medina se associou a esse negócio e O Brasil em Jornal passou a ser produzido em disco sob o título de O Repórter na História. Suas lojas se tornaram postos de venda do produto. Medina também foi importante na campanha eleitoral de Amaral Netto iniciada em 1960. O então candidato recorrentemente foi entrevistado no programa de televisão Noite de Gala, o qual era patrocinado por Medina (Maquis, Rio de Janeiro, 06 maio 1960, p. 20-24).

No âmbito político – para além de Lacerda – ele se articulou com, ao menos, dois bacharéis da UDN. Aliomar Baleeiro encampou seu projeto de fundar uma revista adquirindo ações de sua editora (Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 02 maio 1956, p. 3). E a observação das edições de Maquis publicadas entre 1956 e 1960 indicam que Baleeiro foi um de seus articulistas mais assíduos nesse recorte. Já Adauto Lúcio Cardoso atuou como seu advogado. Não raro Amaral Netto era processado judicialmente por causa de matérias publicadas na revista. Cardoso, então, conduzia a sua defesa no tribunal (Maquis, Rio de Janeiro, maio 1957, p. 45). Segundo notícia publicada em O Jornal, foi um “representante” do grupo de Cardoso que propôs a inclusão de Amaral Netto na chapa de candidatos a deputados da UDN em 1960 (O Jornal, Rio de Janeiro, 05 maio 1960, p. 6).



Por último, há uma simetria latente entre a trajetória profissional de Amaral Netto e o seu desempenho como jornalista, notadamente por causa de seu trabalho no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem. Uma pesquisa realizada no banco de dados da Hemeroteca Digital permitiu apreender que ele escreveu para diversos jornais e que, em sua maioria, a sua temática era a economia. Amaral Netto assinou artigos desse gênero em O Malho, em 1948; no Correio da Manhã, em 1950; e n'O Jornal em 1953. Aliado a isso, há a informação de que ele foi o redator econômico do Tribuna entre 1950-56 (Krause, 2012, p. 32).

Portanto, além de seu trabalho no Tribuna e de sua militância política através do Clube da Lanterna em parceria com Lacerda, Amaral Netto gradativamente desenvolveu relações com representantes do empresariado e da política radicados no Rio de Janeiro. Em alguma medida, essas informações permitem compreender a razão dele ter sido autor de reportagens e colunas de economia publicadas nos jornais da cidade. No geral, o panorama desenvolvido auxilia na contextualização da linha editorial que ele estabeleceu para Maquis desde a sua fundação.

Tão caro quanto a verdade

A revista Maquis foi o periódico que deu continuidade ao panfleto homônimo editado no Rio de Janeiro entre dezembro de 1955 e janeiro de 1956. As informações sobre esse panfleto se originam essencialmente de episódios esparsos nos quais Amaral Netto arrogou a si a responsabilidade pela sua produção. Nesses momentos, ele comumente mencionava algumas de suas características. O panfleto seria clandestino e teria sido financiado por ele e seus companheiros de Clube da Lanterna. Teve seis edições, as quais teriam seus originais redigidos por Amaral Netto e seriam copiados em mimeógrafos. Sua distribuição seria gratuita e realizada em eventos sociais e quartéis das Forças Armadas. E o seu objetivo seria o de funcionar como uma “válvula de escape da liberdade de imprensa sufocada e arrolhada pelos tanques e pelas metralhadoras do general Lott” (Maquis, Rio de Janeiro, 20 jun. 1959, p. 21).

Em abril de 1956, Amaral Netto anunciou em jornais da cidade o lançamento de uma subscrição pública de ações para formar o capital da Editora Reforma S.A. Esta, inicialmente, teria como seu produto a revista Maquis. Cada ação custava Cr\$ 1.000,00 e era possível parcelar esse valor em até dez prestações mensais (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 15 abr. 1956, p. 5). Cerca de três meses depois, Amaral Netto iniciou a circulação da revista. Em seu expediente de lançamento, Maquis registrou que estava em



seu segundo ano de existência e que aquela era a sua sétima edição. Esses elementos simbolicamente a identificavam como a prosseguidora do panfleto anterior. A partir de então, Maquis era publicada quinzenalmente, com 48 páginas impressas em rotogravura. Sua impressão era feita pela gráfica O Mundo. Seu preço – Cr\$ 15,00 – era mais que o dobro do praticado pelas congêneres que circulavam na cidade. Por isso Maquis adotou como *slogan* a frase “tão caro quanto a verdade”. A linha editorial da revista foi definida por Amaral Netto:

Não temos tabus. Todos se medem, para nós, de acordo com a fita métrica do caráter, da dignidade e da honradez na vida pública. Partimos do princípio que determina a todos os cidadãos que exerçam cargos públicos ou que tenham influência no comércio e na indústria, terem à mão, para exibição a qualquer momento, sua folha-corrída, sua declaração de bens, comprovada, clara, insofismável.

Ninguém tem o direito de exibir riqueza sem poder explicar de onde a tirou. Ninguém tem o direito de afrontar a miséria sem que o seu nome seja apontado à execração pública, já que a justiça, pela sua própria voz; pela sua mais alta corte, o Supremo Tribunal Federal, declarou publicamente a sua espontânea negatividade; a sua vergonha de ser Justiça, sujeitando-se à força dos canhões e dos tanques no 11 e no 21 de novembro.

É preciso reformar. Por isso escolhemos o título de Editora Reforma para a célula-mater dessa revista (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Porque começamos por 7. Maquis, Rio de Janeiro, ago. 1956, p. 3).

O editorial estabeleceu como pedra angular da revista um dos valores centrais do ideário da UDN, a saber, a moralidade (Benevides, 1981). Essa espécie de identidade se materializou no jornalismo que passou a ser produzido por Maquis. Suas reportagens se dedicavam essencialmente a denunciar supostos escândalos de corrupção que se praticavam no governo Kubitschek. Tanto o presidente quanto o seu Ministro da Guerra – o general Henrique Duffles Teixeira Lott – foram alvos de acusações. Como se verá adiante, as manchetes de capa com frases ambíguas ou afirmações peremptórias formavam uma de suas estratégias que visavam difundir a sua mensagem moralista. Por outras palavras, o polemismo foi a sua principal arma de enfrentamento político. Não raro, esse tipo de jornalismo gerava reveses. Para além dos processos que Amaral Netto foi acumulando, Maquis gerou outros tipos de reações. Em 1957, por exemplo, a adjetivação do governo JK como um “sindicato de ladrões” suscitou críticas na imprensa carioca (O Globo, Rio de Janeiro, 12 abr. 1957, p. 1).

A análise de suas edições permitiu perceber que esse *modus operandi* se entrelaçava com a proposição de ideias e de projetos, notadamente aqueles ligados a economia. A revista sempre se posicionava contra reajustes do salário-mínimo, tendo como argumento que esse tipo de medida apenas agravava a inflação. Para ela, havia uma



correlação direta entre o reajuste e a majoração dos preços no mercado – portanto, a realidade seria a de que o trabalhador perdia o seu poder de compra. Outro tema que era comum em sua pauta era a emissão de moeda. A revista foi uma ampla defensora da estabilidade monetária e fiscal. Ela sustentou essa opinião em editoriais ou reportagens que “denunciavam” novas emissões do governo JK. Nesse ínterim, se advogava que o país caminhava para uma espécie de colapso econômico (Maquis, Rio de Janeiro, jan. 1958, p. 33-35).

A partir de 1958, a revista ampliou a sua periodicidade e se tornou semanal. Sua matriz – a Editora Reforma – também expandiu o seu capital através de uma nova subscrição pública de ações. Entretanto, o empreendimento jornalístico de Amaral Netto passou a atravessar dificuldades ainda nesse ano. Os balanços patrimoniais publicados nos anos seguintes – referentes a 1958 e 1959 – indicam que a editora começou a se tornar deficitária. De acordo com Amaral Netto, o prejuízo em 1958 foi superior a Cr\$ 1.000.000,00 (Maquis, Rio de Janeiro, 21 mar. 1959, p. 21). Se, por um lado, Maquis continuou se engajando na luta política através do seu jornalismo, por outro, a sua qualidade editorial foi afetada diretamente pela sua situação econômica. Em agosto de 1958, ela deixou de ser editada em rotogravura. Alguns meses depois, ela restringiu seu número de páginas por edição para 40, mas manteve o seu ritmo de publicação semanal.

Foi em meio a esse cenário adverso que Amaral Netto deflagrou a sua candidatura para deputado constituinte da Guanabara, estado criado após a transferência da capital para Brasília em 1960. A sua única proposta era a extinção da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Em comícios e entrevistas, ele afirmava que ela era uma instituição imoral por causa do seu custo elevado para a população. Assim sendo, a moralidade e a economia novamente formavam um par discursivo evocado por ele. Nesse esforço, Amaral Netto usava Maquis – e, vale recordar, o programa de televisão patrocinado por Medina – para difundir essa mensagem. Em outubro, Amaral Netto se consagrou como o candidato mais votado da UDN na Guanabara. Convém ressaltar que esse dado não permite dizer que isso foi um tipo de efeito de sua propaganda nesses diferentes tipos de imprensa.

De todo modo, a campanha gradativamente o distanciou da direção da revista. A seguir, a sua eleição demarcou um rearranjo na estrutura interna de Maquis. Tanto a gestão da editora quanto a direção da revista foram transmitidas para outros produtores. No que tange ao seu jornalismo, a mudança perceptível foi a ampliação da cobertura sobre a política estadual da Guanabara. Os discursos de Amaral Netto passaram a ser



rotineiramente transcritos na revista. Paralelamente, ele se tornou um articulista eventual que escrevia essencialmente sobre assuntos da política.

Entre a esperança e a desilusão

A revista Maquis veiculou trinta edições entre o transcurso do governo Jânio Quadros. Amaral Netto escreveu e publicou dez artigos nessa amostragem. Em termos percentuais, ele participou de pouco mais de 30% das edições. Esse índice relativamente baixo pode ser explicado de dois modos. Primeiro, Amaral Netto tinha sido escolhido líder do governo Lacerda no Legislativo estadual. Posto que o tornou o principal interlocutor entre esses dois poderes. Segundo, ele viajou em férias para a Europa no início de julho daquele ano. Sua ausência do país perdurou por quase um mês e o seu retorno ocorreu em meio ao recrudescimento do atrito entre Quadros e Lacerda.

A maioria dos seus artigos foi produzida entre fevereiro e junho. Depois do hiato ocasionado pela viagem, Amaral Netto voltou a escrever na revista em agosto. É possível propor uma divisão temática entre os seus artigos, tendo em mente a ressalva de que não raro ele abordava alguns assuntos em um único texto. Em ordem crescente, a distribuição é a seguinte: um artigo, tanto para a política externa independente quanto para a econômica do governo Quadros; quatro dedicados a questões legislativas estaduais que o envolviam; e, por fim, quatro artigos acerca das Comissões de Sindicâncias deflagradas pelo presidente em instituições federais. Os casos das políticas econômica e externa possuem algumas especificidades. A primeira foi inserida em um artigo que defendia a sua correção por intermédio do argumento de que ela se entrelaçava com as referidas sindicâncias. Sobre a segunda, Amaral Netto apenas expressou sua opinião no auge da crise. O quadro abaixo contém as datas de publicação, os temas e os assuntos abordados nos artigos do jornalista-deputado:

Quadro 1 – Datas, temas e assuntos dos artigos publicados por Amaral Netto na revista Maquis (1961)

Data	Tema	Assunto(s)
04/02/1961	Política Estadual	Assembleia Constituinte da Guanabara.
11/02/1961	Política Estadual/Federal	Ato Constitucional nº 1 e discurso de posse de Jânio Quadros.
25/02/1961	Política Federal	Comissões de Sindicância.



11/03/1961	Política Federal	Réplica ao deputado Armando Falcão (PSD).
18/03/1961	Política Federal	Comissões de Sindicância.
15/04/1961	Política Federal	Comissões de Sindicância e Instrução nº 204 (SUMOC).
20/05/1961	Política Estadual/Federal	Denúncia dos deputados Almino Afonso e Sérgio Magalhães (PTB).
03/06/1961	Política Federal	Comissões de Sindicância.
24/06/1961	Política Estadual	Debate com o deputado Saldanha Coelho (PTB).
31/08/1961	Política Federal	Política Externa Independente (Lacerda e Quadros).

Fonte: Maquis, Rio de Janeiro, fev./ago. 1961.

Convém iniciar, portanto, pelo assunto quantitativamente mais expressivo. No contexto de sua posse, Jânio Quadros proferiu um discurso contundente contra o governo Kubitschek. Por um lado, o presidente enfocou o déficit orçamentário do Estado e citou cifras de dívidas que sua administração teria que saldar ao longo dos anos. Por outro, ele criticou o “favoritismo e o nepotismo” que teriam acontecido durante o governo anterior (Skidmore, 1969, p. 240). Esse discurso foi a pauta central da edição n. 191. A revista estampou duas reportagens – uma delas contendo sete páginas – e alguns artigos sobre o assunto.⁴ Em sua capa, Maquis reeditou a sua manchete de 1957 que causara celeuma na imprensa do Rio de Janeiro. Dois adendos foram feitos na composição dessa manchete. Acima dela, a revista inseriu a frase “Jânio confirma” próximo do seu logotipo. Abaixo, a capa direcionou o leitor para o artigo de Amaral Netto inserido na edição:

Imagem 1 – Capa da revista Maquis (11/02/1961)



Fonte: Maquis, Rio de Janeiro, 11 fev. 1961, p. 1.

⁴ Geralmente, as reportagens da Maquis abarcavam de três a cinco páginas.



Amaral Netto abordou no artigo o discurso de Quadros e os desdobramentos de sua campanha contra a Câmara dos Vereadores. Acerca do primeiro assunto, no geral, o texto pouco acrescentou aquilo que Maquis taxativamente afirmou em sua manchete de capa. Ou seja, a ideia central era a de que Quadros teria validado com o seu discurso tudo o que a revista – e seu ex-diretor – pregavam desde a sua fundação. O exagero e a polêmica são elementos perceptíveis. No entender de Amaral Netto, Quadros utilizara “palavras claras e insofismáveis” que comprovariam a assertiva de que o Brasil vinha sendo um “reino de ladrões” até então (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Jânio confirma Maquis: governo JK foi mesmo sindicato de ladrões. Maquis, Rio de Janeiro. 11 fev. 1961, p. 20-21).

Esse argumento foi transformado em pedra angular dos seus artigos posteriores. Paralelamente, Amaral Netto continuou explorando a ideia de que ele e a revista tinham sido respaldados pelo presidente. Também investiu contra o campo político e a imprensa que discordavam das sindicâncias que estavam sendo instauradas. Ainda em fevereiro, ele afirmou o seu apoio e indicou que pretendia participar dessa ação:

Se o presidente Jânio Quadros e seus ministros quiserem saber, desde já, os resultados e conclusões dos inquéritos mandados abrir é só consultar a coleção de MAQUIS. Nela se encontra, pelo menos em grande parte, tudo quanto se mandou apurar até agora.

Os ladrões podem ser apontados desde já, um por um e todos em conjunto, porque as provas que publicamos são líquidas, certas e insofismáveis.

Aqueles que julgavam que exagerávamos, que infamávamos e que agíamos de má-fé, poderão verificar que não chegamos a dizer sequer uma parte de toda a verdade. [...].

Vou encaminhar ao presidente Jânio, a seus ministros e às comissões de inquérito as reportagens em que provamos tudo que eles precisam agora documentar. Vou fornecer o que necessário for para que se leve por diante uma vassourada em regra.

Uma coisa é preciso dizer ao presidente e aos seus ministros. O povo está cansado dos inquéritos de encenação que até agora só têm servido para dar cartaz às pretensas vítimas e passar-lhes atestado de bom comportamento. O povo não poderá ser mais uma vez iludido em sua boa-fé. Ele está acreditando nos inquéritos e não deve de forma alguma passar a desacreditar neles. [...].

Do contrário, tudo estará perdido, definitivamente perdido (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Maquis vai ajudar Jânio a varrer. Maquis, Rio de Janeiro, 25 fev. 1961, p. 3).

Esse texto contém algumas ideias e representações que se entrecruzam e precisam ser sinalizadas. Em primeiro lugar, há o estímulo a percepção de que o deputado-jornalista e a revista desempenhariam papéis importantes no processo em curso no campo político de alegada moralização do Estado brasileiro. Nesse sentido, Amaral Netto e Maquis foram representados como os portadores da “verdade”. Esta que possibilitaria a eles



contribuírem com o aceleração da judicialização das sindicâncias. Se parte do pressuposto de que, no passado recente, somente aconteciam investigações *proforma*. Essa espécie de revanchismo também abrangia a imprensa. Afinal, à luz do histórico de Maquis no jornalismo, se torna perceptível a intenção de contestar os membros do seu campo – instituições e agentes – que tinham condenado o seu estilo calcado na denúncia.

Não à toa, Amaral Netto finalizou o artigo propondo uma condicionante – ou uma métrica – para a avaliação futura do governo Quadros. O sucesso ou o fracasso seriam mensuráveis através da observação de como o presidente se comportaria diante do encerramento das sindicâncias. Os resultados dos inquéritos seriam previsíveis e, assim, a questão relevante era a aplicação da consequência. Em meio a isso, Amaral Netto avocou para si a figura de “porta-voz” do povo – existiria uma expectativa social que, se não fosse atendida, geraria um sentimento de desconfiança para com o governo.

Logicamente, esse encadeamento argumentativo e o recurso a alegoria do “porta-voz” apontam para um interesse não só de Amaral Netto, como também da direção da revista. Esse repertório do artigo constava também em outros conteúdos publicados. Por exemplo, no início de abril Maquis veiculou uma reportagem comparativa entre as manchetes da imprensa antes e depois da posse de Quadros na presidência. Foram editadas e fotografadas duas composições de manchetes. A primeira delas destacou títulos que indicavam a ideia de progresso nacional, abordavam a execução do Plano de Metas ou noticiavam as ações de Kubitschek nas áreas alimentar e de saúde. A segunda delas buscou demonstrar o que seria, de fato, a realidade naquele momento – desvios de verbas, fraudes em licitações e acusações contra ministros e diretores de instituições estatais. No texto, o seu redator afirmou que a comparação entre tais composições revelaria o cenário “constrangedor” no qual a imprensa se encontrava (Maquis, Rio de Janeiro, 01 abr. 1961, p. 4).

Por seu turno, Amaral Netto também contribuiu nesse esforço desqualificando e ironizando a oposição ao governo. Em março, ele sugeriu que as investigações vinham causando polêmica nos campos político e jornalístico. Para ele, essas reações eram somente amostras do descontentamento daqueles eram contrários a “moralização” estatal. Seu argumento foi o de que Quadros teria dado fim a prática de “suborno” de jornalistas e parlamentares. Estes seriam os “desenvolvimentistas que não se conformam com a interrupção do próprio desenvolvimento mantido à custa da espoliação da nação”. No fim, Amaral Netto garantiu que essa oposição não tinha obtido “sucesso algum” em seus



objetivos (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Em pânico os “defensores” do Congresso. Maquis, Rio de Janeiro, 18 mar. 1961, p. 20-21).

Em abril, o ministro Clemente Mariani divulgou a implementação da Instrução nº 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). A norma modificou o funcionamento dos mercados de exportação e importação. Antes, vigorava um sistema classificatório que alocava em categorias distintas tipos de produtos exportáveis e importáveis. A cotação do dólar variava de acordo com essas categorias. A Inst. 204 majorou o preço por dólar pago pelo Estado aos exportadores de café e cacau – Cr\$ 90,00 e Cr\$ 210, respectivamente. A diferença entre esses valores e o montante obtido pelo Estado posteriormente na revenda dos dólares seria utilizada em políticas de interesse da agricultura (como a compra dos excedentes de safra que não fossem comercializados). Paralelamente, a Inst. 204 extinguiu duas categorias de importação e redirecionou os seus respectivos produtos para o mercado de câmbio livre. Também estabeleceu um teto de US\$ 20.000,00 semanais para os importadores que adquiriam dólares. Por fim, a Inst. 204 majorou o preço do câmbio dos produtos preferenciais – fertilizantes, papel, petróleo, trigo e alguns bens de capital – de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 200,00 (Loureiro, 2012).

Nesse contexto, Amaral Netto apoiou a Inst. 204 se detendo essencialmente sobre a regra que dobrou o preço do dólar da categoria preferencial. Novamente, o seu artigo foi propagado na capa de Maquis através da manchete “JK, não volte! A cadeia te espera”. No texto homônimo, ele defendeu a supracitada medida entre repetições do discurso calcado nas ideias de moralidade e honestidade:

Depois do discurso do sr. Jânio Quadros, não sei bem o que devem sentir e pensar aqueles que tanto me condenaram pelas violentas acusações que fiz ao sr. JK durante todo o seu governo. [...].

E houve tanta gente que se irritou, que protestou, que condenou, que se suscetibilizou quando MAQUIS, em abril de 1957 – exatamente há QUATRO ANOS – afirmava na capa e no conteúdo: “Governo JK – Sindicato de Ladrões”. [...].

Não somos nem fomos profetas. Apenas dissemos o que muitos sabiam e o que poucos, sabendo, diziam. Consultem a coleção de MAQUIS. Do primeiro ao último número. Uma a uma, suas páginas são repositórios de acusações e de denúncias que hoje são comprovadas pelo próprio presidente da República. [...].

Jânio começou a dizer a verdade. E nós que sofremos na carne os efeitos do princípio da verdade, com o triplicamento [sic] das despesas de feitura desta pobre revista, temos autoridade moral para, sofrendo esses efeitos, aplaudir incondicionalmente o homem que não pede sacrifícios ao povo para encher os próprios bolsos com esse sacrifício.

Se Jânio errou, errou por não ter dito toda a verdade. A verdade que precisa ser dita. Não foram só os dólares surrupiados, como também não foram só as emissões criminosas. Não. Foram também e principalmente os assaltos, os desfalques, a roubalheira desenfreada que fizeram com que a faraônica Brasília



custasse no que contém cem vezes o que custaria normalmente depois de pronta de verdade.

Sacrificados como estamos sendo com a 204, aplaudimos o presidente. E aplaudimos porque sabemos que este sofrimento é necessário. E muito mais aplaudimos ainda, porque sabemos que o nosso sacrifício não é em vão e nem se destina a enriquecer quem quer que seja.

Quem sofreu o que sofreremos neste país para encher os bolsos de um canalha que se apossara do governo, só por inconsciência, por hipocrisia ou por velhacaria poderia negar apoio a esse homem que tudo enfrenta e nada teme, nem mesmo a impopularidade, para devolver à nação a decência que dela desaparecera há tanto tempo, roubada pelos mesmos ladrões (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. JK, não volte! A cadeia te espera. Maquis, Rio de Janeiro, 15 abr. 1961, p. 20-21).

A “verdade” de Amaral Netto, que tinha como estofa a suposta legitimação do seu denunciamento, passou a abarcar em si a política econômica do governo. O maniqueísmo do texto sugere que a adoção da Inst. 204 marcou o término do que seria a “mentira”. Ou seja, o câmbio subsidiado pelo Estado para as importações preferenciais. Entre hipérboles morais e bravatas contra críticos anônimos, Amaral Netto indicou como pensava sobre o funcionamento da economia. Apesar de ele não ter abordado as outras regras instituídas, o seu apoio irrestrito e o conhecimento sobre o que foi a Inst. 204 permitem algumas sugestões. Primeiro, a de que Amaral Netto era a favor do crescimento do setor agroexportador por meio da instauração de preços mais atrativos e de políticas que auxiliassem o setor. Segundo, a de que ele era contrário ao tipo de controle que o Estado exercia até então sobre o mercado de câmbio. Essa avaliação sobre o seu raciocínio se reforça com base no trecho sobre a sua alegada coerência. À revelia do efeito da Inst. 204 para a produção de Maquis, a norma representaria a uma “verdade” que ele não poderia contestar.

Nos meses seguintes, Amaral Netto começou a demonstrar frustração para com o governo no que tange as sindicâncias. Por um lado, houve a divulgação de um relatório em que se apontava o envolvimento do vice-presidente João Goulart em irregularidades no Serviço de Assistência da Previdência Social (Hippolito, 2012, p. 126-127). Por outro, algumas declarações de Quadros a imprensa indicaram uma espécie de recuo. Ao ser questionado se acreditava que JK tinha alguma responsabilidade sobre o que teria ocorrido nos órgãos federais, Quadros foi evasivo. Segundo editorial de Maquis, ele afirmou que “em nenhum momento, até este instante” tinha acusado JK, direta ou indiretamente. Indo além, ele sugeriu que também não o faria futuramente pois sabia que “nem sempre e, no mais das vezes é o que acontece, as irregularidades não são da responsabilidade do supremo mandatário” (Maquis, Rio de Janeiro, 29 abr. 1961, p. 3).



Diante de cenário aparentemente ambíguo, Maquis publicou na capa de sua edição nº 206 que a “obrigação” de Quadros era “prender” JK e seus colaboradores. A manchete mais uma vez se referia a um artigo de Amaral Netto. No texto, ele comentou os supracitados episódios:

Se há erro em tudo isso e se Jânio não acertou tanto quanto deveria acertar, é porque a coisa está indo devagar, arrastando-se em demasia. Era preciso andar mais depressa com os inquéritos para que a opinião pública não começasse a murmurar na desconfiança de que a apuração não será completa e integral.

E outro erro seria o de ter o presidente dado ao parisiense Juscelino Kubitschek um bill [sic] de indenidade quando sabe perfeitamente que o homem foi quem mais roubou e quem mais comandou de fato o roubo generalizado.

Que Belchior [Goulart] estriple. Que outros estriplem também. É um direito que ninguém lhes nega. Mas o que todo mundo estranha é que tanto ele quanto todos os outros vinham sendo acusados sistemática e comprovadamente de tudo isso e mais alguma coisa há cinco, seis anos e mais. E nunca estrilaram, nem tiveram seus brios ofendidos, simplesmente porque tinham as costas quentes e a proteção magna de quem, tendo o poder nas mãos, roubava tanto ou mais que todos eles reunidos.

Vamos chegar ao fim de tudo isto, provando e comprovando que s. Exa., o ex-presidente, presidiu um governo onde todos ou quase todos roubavam e ele não sabia de nada, não participava de nada...

Aí sim – aí então quem vai estrilar e protestar contra Jânio somos nós os que fomos roubados. E o povo não é trouxa nem idiota e que sabe que a quadrilha não poderia ter funcionado sem chefe, sem protetor, sem o que ficou com a parte do leão do roubo geral (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Pela boca de Jango a quadrilha estrila. Maquis, Rio de Janeiro, 03 jun. 1961, p. 20-21).

A ausência quase total de Amaral Netto das edições seguintes é algo sugestivo diante dessa demonstração de alarme. A revista publicou cinco edições entre a mencionada acima e a data da viagem dele para a Europa. Nestas, Amaral Netto se fez presente em apenas uma, em artigo que enfocou uma alteração entre ele e o deputado Saldanha Coelho, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Enquanto Amaral Netto silenciava, se nota um redirecionamento das edições de Maquis para outros assuntos do campo político. Suas capas que, até então, tinham sido usadas para propagandear as sindicâncias e os artigos do seu ex-diretor, passaram a apresentar manchetes sobre as políticas externa e estadual.

Se poderia alegar que esse arrefecimento fora resultado das contingências do momento, principalmente as que ocorreram em agosto de 1961. Entretanto, isso seria uma incongruência diante do que foi demonstrado até aqui – um processo que envolveu esperança e arremedos de frustração. Sobre esse último quesito, convém destacar um editorial (não assinado) publicado em junho. Nele, o editorialista foi um tanto quanto pragmático. Ele defendeu que se Quadros não pudesse “prender” JK e Goulart, que “ao



menos” o fizesse em relação “a canalha que em volta de ambos refocilava após o banquete da miséria de um povo faminto” (Maquis, Rio de Janeiro, 10 jun. 1961, p. 20-21).

O retorno de Amaral Netto às páginas de Maquis aconteceu em fins de agosto. Pela primeira vez, ele disse que era favorável a política externa independente. Esse posicionamento o colocava em uma posição diversa da que vinha sendo difundida pelo governador Carlos Lacerda. Desde abril de 1961, Lacerda criticava publicamente as ideias e atitudes de Quadros nessa área. Essa oposição sistemática acarretou choques entre ele e outros membros da UDN (Dulles, 2000, p. 52). No seu artigo, Amaral Netto criticou os “excessos” de Quadros e Lacerda e conclamou a UDN a agir:

A verdade é que tanto o povo da Guanabara como o povo do Brasil inteiro não elegeu esses dois homens para em pouco mais de seis meses assistir ao atordoante e crítico espetáculo que está assistindo.

Apoiando a política externa de Jânio Quadros, nem por isso podemos deixar de fazer sérias restrições a alguns excessos e algumas posições do presidente em relação ao rumo dessa política. [...].

Não sendo daqueles que sofrem do que podemos chamar de histeria anticomunista que as vezes chega ao ridículo, temos autoridade suficiente para chamar a atenção do presidente no sentido de que ele se pronuncie, energicamente também, sobre a posição do seu governo em relação ao comunismo dentro das nossas fronteiras [...].

Ao mesmo tempo em que consideramos que a crise se reflete com graves parcelas de responsabilidade sobre os ombros do presidente, consideramos também que o governador Carlos Lacerda se excede quando leva a sua discordância a pontos extremos, talvez numa reação provocada pela omissão do presidente relativamente aos pontos que apontamos acima. [...].

É hora de fazer compreender a Jânio e a Lacerda que ambos como quaisquer outros líderes não são infalíveis e muito menos super-homens. Que erram. Que falham. Que se omitem. Que claudicam.

A UDN nacional e guanabarina compete agora uma posição de acordo com as suas responsabilidades. Uma posição de firmeza e de isenção relativamente aos dois homens que se desentendem, desentendendo o Brasil.

A União Democrática Nacional deve estar unida em torno dos seus princípios e dos seus ideais. Acima das divergências e das discordâncias para enfrentar a crise que se procura minimizar, mas que é tão grave e tão profunda que a censura volta a aparecer nas rádios e nas estações de televisão.

Tem razão o deputado Adauto Lúcio Cardoso, quando em posição que é a nossa relativamente à política internacional, nem por isto deixa de pregar a união dos udenistas para dizer a Jânio que ele não deve e não pode levar suas atitudes ao ponto de comprometer a segurança da democracia no Brasil (Amaral Netto, Fidélis dos Santos. Lacerda x Jânio. Maquis, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 4-5).

O texto buscou um certo equilíbrio na dosagem das críticas aos dois principais personagens da seara da política internacional. A questão é que, ao assumir como sua a posição de Adauto Lúcio Cardoso, ele estava contraditando Lacerda frontalmente. Cardoso tinha proferido recentemente um discurso na Câmara dos Deputados condenando o “extremismo” da oposição desenvolvida por Lacerda (Dulles, 2000, p. 52). Outro ponto importante do artigo é o de que Amaral Netto enfatizou a urgência de uma conciliação



que deveria ser arbitrada pela UDN. Nesse sentido, as ideias e valores do partido teriam que se sobrepôr a um de seus líderes (Lacerda) e ao presidente que apoiava (Quadros). Afinal, no xadrez da crise da política internacional, as principais peças que se digladiavam eram personagens que orbitavam na ou em torno da UDN.

A renúncia do presidente e a subsequente crise institucional brasileira demarcam o término desse fluxo de artigos que apontavam as expectativas e as decepções de Amaral Netto. Um discurso que é indissociável da ideia que ele buscou propagar. Ou seja, de que aquele era o momento em que a “moralização” estatal significaria a revanche dele e de Maquis contra os seus detratores. Nesse sentido, se percebe um incômodo latente com uma possível imagem negativa que ele e a revista representariam para a sociedade. Assim, na medida em que o Estado se “moralizava”, Amaral Netto e Maquis validariam a sua própria moral dentro do campo jornalismo.

Considerações Finais

Algumas considerações podem ser tecidas diante do que foi exposto. O engajamento do jornalista-deputado em relação às sindicâncias se pautava em um valor moral que tradicionalmente ele evocava em Maquis. Mas não só isso. Amaral Netto observava o que ocorria no governo sem perder de vista o passado recente. Seus artigos sobre as sindicâncias eram permeados por recordações das críticas sofridas dos campos político e jornalístico. Assim, as sindicâncias foram instrumentalizadas para difundir uma imagem de legitimidade para Maquis e para si mesmo. Ele e a revista se distinguiam porque, ao “saberem” da “verdade”, não tinham silenciado como os demais (mesmo que isso tenha gerado reveses no decorrer de suas trajetórias). Amaral Netto tentou demonstrar que eram em ambos em que a sociedade poderia confiar. Portanto, para ele o que estava em jogo era uma representação positiva – retidão, caráter e honestidade – que serviria tanto para refutar definitivamente os seus adversários quanto para consolidar uma nova imagem sobre si e Maquis. Paradoxalmente, o seu condicionamento do êxito do governo Quadros a punição dos “criminosos” acabava também por subordinar a possibilidade de sucesso da sua tentativa de autolegitimação.

Em meio a isso, Amaral Netto também empregou a alegoria da “verdade” para apoiar a política econômica consubstanciada na Inst. 204. Assim, todos os elementos dessa representação que ele vinha propagando foram transplantados para a defesa da medida do governo nesse setor. Nesse ínterim, ele sugeriu o seu endosso a uma política que fomentava a agricultura de exportação e restringia o papel do Estado nos mercados



de câmbio de importações. As suas conexões com o empresariado e a sua própria experiência pregressa em um armazém de café (principal produto de exportação do país) permitem, ao menos, situar essa opinião dentro de uma base de referência material. Por outro lado, o caso da política externa independente difere dos anteriores em argumentos e motivações. A figura da “verdade” inexistente, o que há é um temor de que a contenda entre Lacerda e Quadros recrudescesse. E, assim, terminasse por inviabilizar o prosseguimento de um governo que tinha implementado políticas “morais” e econômicas que ele tinha defendido. Mesmo sendo contrariado por algumas declarações de Quadros, parece que ele ainda nutria esperança de que a “moralização” se tornasse a realidade que ele imaginava. Ironicamente, esse cenário o fez adotar um tom conciliador que contrastava com o seu *modus operandi* recorrente no jornalismo. De todo modo, as fontes apresentadas e a análise empreendida permitem corroborar a hipótese proposta de que ele instrumentalizou o ideário moralista do governo Quadros em um discurso de autolegitimação. Estratégia que, em alguma medida, ambicionava o exercício de poder simbólico.

Data de Submissão: 28/06/2023

Data de Aceite: 05/08/2023

Referências

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **Governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo. Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

CRUZ, Heloísa. PEIXOTO, Maria. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, n° 35, p. 253-270, 2007.

DULLES, John. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Vol. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DULLES, John. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador. Vol. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.



LOUREIRO, Felipe Pereira. **Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda (1930-1968)**. São Paulo: Códex, 2002.

MOTTA, Marly. Crônica de uma relação tumultuada: o Legislativo estadual e o governo Lacerda. In: MOTTA, Marly *et al.* **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

KRAUSE, Kátia Iracema. **O Brasil de Amaral Netto, O repórter – 1968-1985**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

PICALUGA, Izabel Fontenelle. **Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

Fontes

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Querem fechar Maquis. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: III. Edição: 23, abr. 1957, p. 8. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/776>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Porque começamos por 7. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: II. Edição: 7, ago. 1956, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/3>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Jânio confirma Maquis: governo de JK foi mesmo sindicato de ladrões. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 191. 11 fev. 1961, p. 1 e 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8030>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Maquis vai ajudar Jânio a varrer. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 192. 25 fev. 1961, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8053>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Em pânico os “defensores” do Congresso. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 195. 18 mar. 1961, p. 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8190>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. JK, não volte! A cadeia o espera. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 199. 15 abr. 1961, p. 1 e 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8331>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Pela boca de Jango, a quadrilha estrila. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 206. 03 jun. 1961, p. 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8350>. Acesso em: 28 mar. 2022.

AMARAL NETTO, Fidélis dos Santos. Lacerda x Jânio. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 219. 31 ago. 1961, p. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/9150>. Acesso em: 28 mar. 2022.



BRASIL. [Registro Civil das Pessoas Naturais da Quarta Circunscrição]. Rio de Janeiro: 2º Zona da Capital da República dos Estados Unidos do Brasil. [1954-1955]. Livro nº 291. P. 285v. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3Q9M-CS55-6354?view=index&personArk=%2Fark%3A%2F61903%2F1%3A1%3A6VJQ-DCZ9&action=view&groupId=TH-909-76333-2815-48>. Acesso em: 08 ago. 2023.

Lançada na TV-RIO (Noite de Gala) candidatura de Amaral Netto para constituinte. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VI. Edição: 151. 06 maio 1960, p. 22-24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/6430>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Como vão os processos de Maquis. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: III. Edição: 24, maio 1957, p. 45. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/861>. Acesso em: 28 mar. 2022.

2 anos de sindicato = 20 anos de chantagem, mentira e deboche. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: IV. Edição: 40, jan. 1958, p. 33-35. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/1621>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Editora Reforma. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: V. Edição: 93. 21 mar. 1959. P. 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4110>. Acesso em: 28 mar. 2022.

História de duas histórias. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: V. Edição: 106. 20 jun. 1959. P. 20-23. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/4628>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Sem título. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VI. Edição: 197. 01 abr. 1961, p. 4-5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8254>. Acesso em: 28 mar. 2022.

A revista em revista. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 201. 29 abr. 1961, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8413>. Acesso em: 28 mar. 2022.

“Pela primeira vez, ricos e poderosos serão punidos”. *Maquis*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 207. 10 jun. 1961, p. 20-21. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116521/8670>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Sementeira de Ódios. *O Globo*, Rio de Janeiro. Ano: XXXII. Edição: 9489. 12 abr. 1957, p. 1.

Você sabe o que é Maquis? *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro. Ano: XXVI. Edição: 10258. 15 abr. 1956, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/49452. Acesso em: 28 mar. 2022.

Amaral virá pelo PDC, pois UDN não o quer. *O Jornal*, Rio de Janeiro. Ano: XXXVIII. Edição: 12165. 5 maio 1960, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_06/2968. Acesso em: 28 mar. 2022.

Companhia Reis de Armazéns Gerais. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. Ano: VII. Edição: 1662. 16 jun. 1956, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/22075. Acesso em: 28 mar. 2022.

Entre os 502 acionistas da Editora Reforma S.A., em organização, figuram. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro. Ano: VIII. Edição: 1925. 02 maio 1956, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/154083_01/27661. Acesso em: 28 mar. 2022.

PRESTÍGIOS, PODERES E A TROCA DE CAPITAIS: UM OLHAR SOBRE AS ELITES DO IDEAL CLUBE (MANAUS/AM, 1903-1920)

PRESTIGE, POWER AND EXCHANGE OF CAPITAL: A LOOK AT THE ELITES OF THE IDEAL CLUB (MANAUS/AM, 1903-1920)



KÍVIA MIRRANA DE SOUZA PEREIRA⁵

Resumo

O presente artigo tem como proposta a discussão sobre as atribuições, associações e articulações desempenhadas pelas elites que participavam do Ideal Clube entre os anos de 1903 a 1920. A agremiação recreativa estabeleceu-se como um importante espaço para que as elites consolidassem seus acordos pessoais e políticos. Além disso, o Ideal Clube, durante todo o século XX, realizou programações e expôs seu modo de vida burguês como mecanismo de distinção social. Através do uso dos jornais, do método de análise e inspiração prosopográfica, esta pesquisa refletirá sobre: a) quem eram as elites que compunham o Ideal Clube; b) os critérios e valores incluídos nos interesses dos grupos de poder em se associar a um clube recreativo e, c) quais redes, vínculos e estratégias adotadas pelas elites na reprodução de capitais pessoais e coletivos.

Palavras-chaves: Ideal Clube; elites; capitais sociais.

Abstract

The purpose of this article is to discuss the attributions, associations and articulations performed by the elites that participated in the Ideal Clube between the years 1903 to 1920. The recreational association established itself as an important space for the elites to consolidate their personal agreements and politicians. In addition, Ideal Clube throughout the 20th century carried out programs and exposed its bourgeois way of life as a mechanism of social distinction. Through the use of newspapers, the method of analysis and prosopographic inspiration, this research will reflect on: a) who were the elites that made up the Ideal Clube; b) the criteria and values included in the interests of power groups in joining a recreational club and, c) which networks, links and strategies adopted by the elites in the reproduction of personal and collective capital.

Keywords: Ideal Club; elites; social capital.

Introdução

A vida social das elites locais se diversificou bastante com a implementação e a consolidação de clubes sociais na cidade de Manaus. Para caracterizarmos as funções de

⁵ Professora de História na Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC-AM). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Coordenadora do Grupo de Estudos sobre História das Elites na Amazônia (GEHELITA). Licenciada em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: mirranakivia@gmail.com.



um clube, basta pensarmos que os espaços são locais que se organizam para a execução de práticas literárias, esportivas ou dançantes, chamadas de “recreio” no final do século XIX e início do XX. Nesse cenário, a fundação de clubes nesse período poderia significar o “novo estilo de vida” que estava fundamentado sob os modelos europeus e imperialistas (Hobsbawm, 2015), no qual ser “moderno” significava ser jovem, ativo, esperto e desportivo.

Tratando-se de Manaus, ainda na primeira metade do século XIX, havia uma carência de opções de entretenimento e uma falta de interação social entre grupos que buscavam espaços de recreio. No entanto, no início do novo século, com o opulento ideal e exclusivo da “Belle Époque”, a diversão ocorria principalmente em teatros, clubes, igrejas e cafés (Daou, 2014), possibilitando a diversão por meio das prosas, espetáculos, danças e esportes. Não é surpreendente que a cidade tenha vivenciado uma verdadeira "maré dos clubes" com a fundação de pelo menos duzentas novas agremiações recreativas entre os anos de 1854 e 1920 (Pereira, 2021).

Ao entendermos esse contexto, convém mencionar que, embora a sociabilidade, a diversão e o uso do tempo livre sejam boas justificativas para o vínculo social, as motivações não se esgotam por aí. Diante dessa observação, compreende-se os clubes recreativos como campos autônomos, ou seja, atuam com suas próprias regras e dinâmicas, haja vista que cabe identificarmos os interesses que movem os associados para uma vida coletiva, partilhada e associativa. Um dos caminhos que apresentamos como comparativos estão nas associações sindicais, mutualistas, partidárias, operárias e de socorro mútuo, que são exemplos de organizações e auxílios para a classe. Diante disso, é válido questionar: Quais motivos nos impedem de observar os clubes e associações recreativas como forma alternativa de manifestação, interesse e organização também da própria comunidade classe?⁶

Para o encaminhamento das discussões, é admissível afirmar que os atores estudados no presente artigo estão inseridos nos estratos que integram as elites locais⁷. O termo “elites” é desenvolvido em um contexto abrangente, englobando categorias ou grupos que detêm posições de liderança em termos de autoridade e acesso a recursos, seja em âmbitos políticos, sociais, econômicos e/ou comerciais (Heinz, 2006, p. 9). Nesse

⁶ Ver mais em: SIQUEIRA, Uassyr de. **Entre sindicatos, clubes e botequins**: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

⁷ No plural, pois envolve tipificações: política, econômica, intelectual, sindical, comercial, empresarial, agrária ou burocrática.



sentido, a nomenclatura “elites” abarca e caracteriza aqueles indivíduos que especificamente são entendidos como uma minoria que ocupa o patamar mais elevado na hierarquia social. Tais categorias são classificadas com base em critérios como ascendência, mérito, cultura ou riqueza e, em virtude disso, ostentam a prerrogativa de direcionar e negociar assuntos de interesse coletivo na esfera civil, estatal e político (Perissinoto, 2018).

Além do exposto, o conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu norteia a nossa análise com o propósito de observar as ações, as reproduções e os significados dos associados em um clube que, desde sua fundação, caracterizou-se como um local distintivo, designado às elites: o Ideal Club. Para Bourdieu, o capital simbólico é um crédito. Portanto, um mecanismo que atrai outros capitais, redes e aliados, assim os capitais que interessam às elites (econômico e simbólico) estão mesclados, pois garantem tanto riqueza de ordem econômica quanto confiança e prestígio de ordem imaterial:

Capital econômico e capital simbólico estão tão inextricavelmente mesclados que a exibição da força material e simbólica representada pelos aliados prestigiosos é de natureza a trazer por si benefícios materiais, em uma economia da boa-fé na qual uma boa reputação constitui a melhor e talvez a única garantia econômica (Bourdieu, 2013, p. 198).

Deste modo, é possível compreender a importância de um clube como este. Fundado em 1903, o grêmio se tornou um símbolo do poder local, consolidando-se ao longo do século XX como o espaço de eleição tanto para as elites quanto pelas elites. Ademais, o grêmio era frequentado, em sua maioria, por elites políticas, jurídicas e comerciais da cidade, atraindo médicos, intelectuais e coronéis que valorizavam os capitais sociais que conferiam legitimidade as suas posições econômicas, políticas e comerciais. Por conseguinte, esse espaço se tornou um ambiente legítimo para a criação de vínculos, estabelecimento de relações sociais e acumulação de capitais simbólicos que desempenhavam um papel tão influente quanto seus equivalentes materiais no âmbito do poder social.

Uma indagação que merece nossa reflexão: é inegável que os salões do clube serviram para o fortalecimento de relações internas e externas, porém esses propósitos, apesar de falarem muito por si, pelos seus traços distintivos e relacionais, puderam atribuir outros aspectos e peculiaridades de quem dirigia tanto o clube quanto a cidade. Por essa razão, a análise será realizada pelos critérios ocupacionais e de valores atributivos das elites, pois isso se mostrou como critério principal para entrada e permanência no clube Ideal.



Diante dessa premissa, o objetivo central do presente artigo visa refletir sobre a atuação das elites do Ideal Clube, pensando a agremiação como espaço estratégico para a organização dos grupos de poder, assim como um mecanismo de legitimação do poder, prestígio e troca de capitais. Nesse sentido, torna-se importante inquirir sobre: a) quem eram as elites que compunham o Ideal Clube; b) os critérios e valores inclusos nos interesses dos grupos de poder em se associar a um clube recreativo e, c) quais redes, vínculos e estratégias adotadas pelas elites na reprodução de capitais pessoais e coletivos.

Diante dessa preocupação, adotamos uma abordagem prosopográfica como método para compreender as elites em estudo. Isto é, investigação que se caracteriza pela análise das biografias coletivas de um determinado grupo ou contexto (Stone, 2011, p. 115). Adotamos o método posicional, destacando as ocupações e posições de 46 diretores no período de 1904 a 1920, tanto dentro do clube quanto em esferas jurídicas, comerciais e militares (Perissinoto, 2015). Observamos e analisamos o *status* e o prestígio presentes nas estruturas associativas e ocupacionais, os meios de recrutamento nas esferas políticas, as bases econômicas, os estilos de vida e os valores que eram promovidos ou reforçados⁸. As informações, tomadas como problemáticas históricas foram adquiridas nos livros: “Assim nasceu o Ideal” (Genesino Braga), “Ideal Clube de 06-06-1903 a 06-06-2003: um século de aristocratism” (Gaitano Antonnacio) e “Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado” (Agnello Bittencourt), nos periódicos locais e no Estatuto do Ideal Club (1915).

Faz-se fundamental enfatizar que o presente estudo não se insere na tradição histórica convencional que se concentrava predominantemente na narrativa dos feitos e ações dos denominados "grandes homens". Além disso, não é nossa intenção desenvolver uma abordagem narrativa que endosse uma visão elitista, promovendo o estilo de vida burguês, imperialista e capitalista. Logo, o propósito subjacente a nossa pesquisa é promover uma discussão homologada com a perspectiva da nova história política, que introduziu na historiografia novos prismas de investigação. Nesse contexto, a análise das

⁸ Em nosso método utilizamos o modelo prosopográfico (uso das biografias coletivas) que nos permitiram fazer uma tabela com os dados e informações sobre os cargos ocupados pelos diretores entre os anos de 1904-1920, profissões, atividades políticas ou gestões públicas, idades (nascimento e/ou data de falecimento), naturalidade, redes e vínculos estabelecidos pelos diretores com outras associações ou entidades. Devido a proposta deste artigo, limitamo-nos a apresentar os dados e as informações analíticas sobre o que foi catalogado. A discussão completa pode ser lida na dissertação: PEREIRA, Kivia Mirrana de Souza. **As elites se divertem**: sociabilidades, identidades e associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.



elites desempenha um papel de relevância central na compreensão das estruturas de classe, das dinâmicas de poder e da dialética que permeiam a sociedade⁹.

“Alegrias, Flores, Risos e Prêmios” no Ideal Club: Redes, Vínculos e Recrutamentos para a Conquista de Capitais

No dia 28 de fevereiro de 1904, na Associação Comercial, realizou-se a primeira eleição dos corpos dirigentes do Ideal Club. Ao contrário da primeira diretoria, dada por indicação, a escolha do novo corpo diretório se apresentou mais numerosa (Jornal do Comércio, Manaus, 19 abr. 1904), fazendo crer que:

Não era mais um grupo de moços que representava a vida desta agremiação, porque a ela ligaram-se muitos e muitos outros, e dentre eles pessoas cujos nomes nos merecem o mais devoto acatamento, mais justo respeito; Era já o Club constituído, representando por assim dizer uma parcela do progresso, no seio das sociedades modernas (Jornal Ideal Club, Manaus, 24 set. 1904).

Com a introdução das primeiras diretrizes de funcionamento e associação, tornou-se necessário estabelecer outras estruturas e procedimentos. Um exemplo ilustrativo ocorreu em 23 de fevereiro de 1904, quando o Jornal do Comércio publicou um anúncio que sinalizava uma mudança significativa. O referido periódico divulgou a convocação de José Nunes de Lima, um jovem substituto do então secretário, Dr. Antero Coelho Rezende, para a realização da primeira eleição do corpo diretivo do clube, agendada para o dia 28 de fevereiro de 1904 (Jornal do Comércio, Manaus, 28 fev. 1904).

Embora não disponhamos de informações detalhadas sobre as atividades da associação após esse evento, em 16 de abril do mesmo ano, apreende-se que a conformidade com os estatutos da agremiação foi manifestada por meio da posse de seus primeiros diretores.

Por conseguinte, o primeiro corpo diretivo estabeleceu o lema que viria a definir a essência da agremiação: “a vitalidade de um clube reside na participação ativa de seus associados” (Jornal do Comércio, Manaus, 06/07 jun. 1903). Como resultado, os novos dirigentes se empenharam na realização de atividades, pautas e celebrações que contribuíram para solidificar uma tradição baseada em ritos e práticas sociais no Ideal Club. A notável expansão da agremiação se evidenciou mesmo nos anos de 1915, 1917 e

⁹ Destacamos que parte das reflexões aqui apresentadas estão sendo discutidas no GEHELITA (Grupo de Estudos sobre História das elites na Amazônia). O núcleo, recém-formado, tem mostrado enorme capacidade nas análises sobre a definição, operação e articulação das elites, apresentando-as em seu heterogêneo e relacional na região norte, em especial no Amazonas.



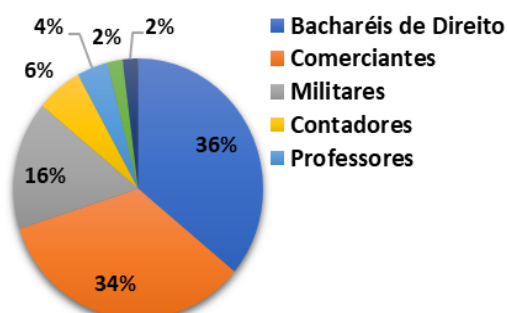
1919, porque esse período foi marcado por crises decorrentes da queda dos preços da borracha, bem como pelos impactos da Primeira Guerra Mundial, como também pelas numerosas mobilizações dos trabalhadores que afetaram a burguesia com suas reivindicações. Durante essa temporalidade, o clube manteve um número considerável de sócios, com pelo menos 128, 158 e 127 associados, respectivamente (Antonaccio, 2003, p. 103-109-113).

Considerando esse número, escolhemos realizar o levantamento acerca da trajetória dos 46 diretores do Ideal Clube, embora a pesquisa mostre dados fragmentados de, ao menos, 51 associados. Com base nos dados coletados, verificamos que todos atendiam ao requisito fundamental estabelecido pelo Estatuto de 1915, que consistia na busca pelo reconhecimento social e na prática regular de uma profissão lícita (Estatuto do Ideal Club, Manaus, 26 jan. 1915).

Os diretores do clube representavam uma diversidade de profissões, com a seguinte distribuição: 18 deles eram bacharéis em direito, 17 atuavam como comerciantes, 8 tinham experiência militar (desses, 5 também eram comerciantes, 1 combinava a atividade comercial com a magistratura e somente 2 tinham exclusividade nas patentes militares). Além disso, 3 diretores eram contadores, 2 eram professores, 1 médico e 1 exercia o cargo de gerente.

Essa ampla variedade de ocupações reflete a heterogeneidade das carreiras dos membros da diretoria e a interseção de setores profissionais no seio do clube¹⁰, sendo respectivamente representados como o gráfico apresenta:

Gráfico 1 - Profissões dos diretores do Ideal Club (1904-1920)



Fonte: Gráfico organizado pelo/a autor/a com base em pesquisa na Hemeroteca Nacional Digital sobre os diretores do Ideal Clube.

¹⁰ É importante destacar que, naquele momento, alguns sócios exerciam mais de uma profissão.



Com base na análise do gráfico, observa-se que os grupos mais proeminentes em termos de envolvimento direto no Ideal Clube eram compostos por indivíduos com formação em bacharelado em direito, seguidos pela elite do setor comercial. Além disso, havia uma presença notável de uma elite com antecedentes militares que, em alguns casos, também desempenhava papéis no comércio e no funcionalismo público, tornando-se parte de uma esfera multifacetada de atuação.

A representação de magistrados e profissionais do comércio apresenta uma proporção quase igual, mantendo-se na faixa média de 36% a 34%, respectivamente. Desta proporcionalidade, ao menos, 26 diretores¹¹ eram agraciados com cargos públicos nos Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos, Secretarias da Prefeitura, Junta Comercial e Batalhões militares de acordo com suas formações.

Nesse sentido, a ocupação dos postos estatais configura que 43% dos dirigentes da agremiação estavam envolvidos em funções políticas e representações estatais explícitas. Portanto, apesar de os estatutos do clube não permitirem oficialmente “discussões políticas” (Estatuto do Ideal Club, Manaus, 26 jan. 1915), buscando apresentar-se como um grupo “apolítico”, haja vista que a realidade demonstrava uma dinâmica distinta, na qual os diretores se constituíam como um grupo coeso e influente na promoção dos interesses do Estado em âmbitos privados e associativos, e vice-versa.

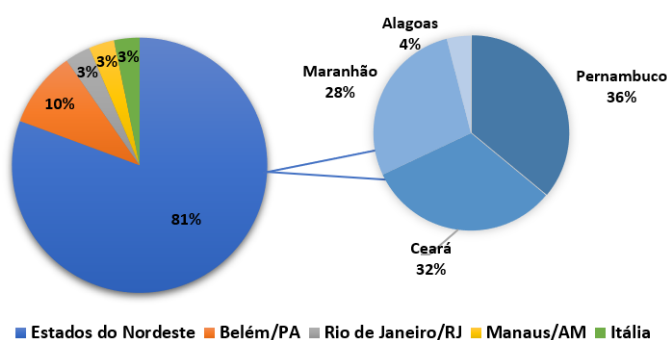
Inicialmente, é importante observar que as relações profissionais podem, à primeira vista, parecerem uma consequência natural da convivência ou de interesses compartilhados. Contudo, é fundamental aprofundar a investigação das origens desses grupos, uma vez que elas revelam atributos e particularidades que transcendem o óbvio. É plausível considerar que as interações entre essas elites não se limitaram apenas ao período em que ocuparam cargos públicos ou quando se encontraram nos ambientes das associações recreativas. Muitas vezes, tais conexões têm raízes em contextos anteriores, como suas experiências em escolas de direito ou instituições militares, onde construíram suas bases profissionais.

¹¹ Como foi o caso de (1) Raimundo da Silva Perdigão, (2) Gaspar Vieira Guimarães, (3) Manoel Agapito Pereira, (4) Franklin Washington de Sá e Almeida, (5) Augusto César Fernandes, (6) Manoel Dias Oliveira, (7) Antônio Emygdio Pinheiro, (8) Domingos Alves Pereira de Queiróz, (9) Prudêncio Bogéa de Sá, (10) Epaminondas de Albuquerque, (11) Albertino Dias de Souza, (12) Achilles Beviláqua, (13) Godofredo de Castro, (14) Júlio de Cesari Roberti, (15) Telesphoro de Almeida, (16) Jonathas Fernandes, (17) Emiliano Estanislau Afonso, (18) Carlos Nogueira Fleury, (19) Arnaldo Guimarães Maia, (20) Américo Lages Rebello, (21) Victor Crespo de Castro, (22) Raul Regallo Braga, (23) Antero Coelho de Rezende, (24) João Barreto de Menezes, (25) Carlos Costa Ferreira e (26) Lourival Alvez Muniz.



Além disso, os dados coletados incluíram informações sobre a naturalidade dos diretores e sócios do Ideal Clube. Observou-se que 81% deles eram originários dos estados nordestinos, indicando um recrutamento de elites procedentes de Pernambuco, Ceará e Maranhão, que eram considerados centros importantes no campo do judiciário e do comércio, como Recife e Fortaleza, respectivamente. Ademais, a distribuição da naturalidade dos diretores revela que 25 deles provinham do Nordeste (9 de Pernambuco, 8 do Ceará, 7 do Maranhão e 1 de Alagoas), 3 de Belém (PA), 1 do Rio de Janeiro, 1 da Itália, e somente 1 nasceu em Manaus.

Gráfico 2 - Naturalidade dos diretores do Ideal Club (1904-1920)



Fonte: Gráfico feito pela autora com a pesquisa em periódicos da Hemeroteca Nacional Digital.

Portanto, é de suma importância analisar não apenas as relações de natureza puramente burocrática, mas também levar em consideração fatores como os movimentos migratórios das elites que foram recrutadas de outros estados ou nações para o Amazonas.

Uma análise mais aprofundada acerca desses fluxos migratórios das elites em direção à região norte revela uma conexão intrínseca entre a origem desses indivíduos e suas vivências na Amazônia. Isso nos leva a perceber que a ocupação de cargos públicos frequentemente servia como uma estratégia para a ascensão social e a manutenção do poder; mas, em muitas ocasiões, não resultava em um planejamento eficaz voltado para o bem-estar da sociedade, a garantia de direitos e a preservação da dignidade da população local.

Conforme mencionado por José Murilo de Carvalho (2003), em “A construção da Ordem”, a migração para a região podia ser vista como parte de um projeto de curto prazo, visando acelerar o progresso nas carreiras e alcançar remunerações mais vantajosas (Carvalho, 2003, p. 109). No entanto, as possibilidades não se restringem a isso. Esses grupos migrantes também poderiam estabelecer relações de troca e concessão de favores,



aproveitando a oportunidade de buscar novos cargos públicos em uma região considerada como um "vazio demográfico", como era o caso da Amazônia naquela época.

A ideia de uma Amazônia "devoluta" foi usada como parte da estratégia de promoção do projeto de construção do "Brasil-Nação" pelo Estado. Esperava-se que essa região contasse com a presença de agentes formados sob a perspectiva do governo estatal, como os bacharéis em Direito, do liberalismo representado pelos comerciantes, e do positivismo no caso dos militares, que eram considerados elementos representativos do poder no início do século XX. Nesse cenário, esses agentes poderiam consolidar sua influência como uma facção de poder local significativa.

A coincidência da presença de diretores do Ideal Clube em cargos e administrações públicas se alinha de maneira concomitante com nossas suposições relativas à prática de recrutamento¹² para posições de confiança e funções públicas nos âmbitos estatais. Nesse contexto, um dos principais critérios para esse processo era a seleção de pessoas que compartilhassem de relações pessoais e vínculos estabelecidos em ambientes seletos, como o Ideal Club, pois participavam de uma ação ativa de indicações de nomes e construção de trajetória política. Essa dinâmica era particularmente significativa em um período em que o coronelismo, o mandonismo, a política dos governadores, as concessões financeiras e pessoais eram a expressão dominante, ou seja, a norma e a prática prevalente na Primeira República.

Nessa conjuntura, a formação política do âmbito legislativa também passava pelo salão da agremiação. É relevante observar que, ao longo de suas trajetórias, 10 dos diretores¹³ do clube ocuparam diversos cargos no âmbito legislativo, tais como: vereadores, deputados estaduais, deputados federais e/ou senadores. Essa interação indireta entre o Ideal Clube e a política permitiu que suas imagens e projetos circulassem de maneira mais ampla, contribuindo para o fortalecimento de suas redes de apoio e adesão social.

Para ilustrar esse entrelaçamento, destaca-se o exemplo de Joaquim Nunes de Lima, que ocupou a posição de diretor na Assembleia Geral do Ideal Clube em duas ocasiões: de 1904 a 1905, como vice-presidente, e de 1906 a 1908, como presidente.

¹² O termo "recrutamento", originalmente derivado do âmbito militar, refere-se à prática de sugerir nomes e indivíduos qualificados para assumir posições governamentais.

¹³ São eles: (1) Joaquim Nunes de Lima, (2) Manoel Agapito Pereira, (3) Augusto César Fernandes, (4) Cosme Alves Ferreira, (5) Domingos Alves Pereira de Queiróz, (6) Adriano Augusto de Araújo Jorge, (7) Godofredo de Castro, (8) Telesphoro de Almeida, (9) Raimundo Gomes Nogueira e (10) José Nunes de Lima.



Posteriormente, ele assumiu a presidência da Associação Comercial do Amazonas e foi eleito senador em 1912. Esse percurso evidencia de maneira concreta a estreita conexão entre a atuação no Ideal Clube e a carreira política, ilustrando como o clube serviu como um importante trampolim para posições de destaque no cenário político e administrativo da época (Diário de Manaus, Manaus, 12 abr. 1891, 22 dez. 1892; Diário Oficial, Manaus, 07 dez. 1895. Apenas dessa maneira essas influentes elites poderiam estabelecer-se como um empreendimento reconhecido pela sociedade.

“Todo homem bem sucedido financeiramente deseja ser reconhecido pela sociedade”¹⁴: o valor, prestígio e associativismo idealino

Iremos nos transportar para o cenário do Ideal Clube, em uma típica noite de baile, som e prestígio. O ambiente, meticulosamente decorado, dava as boas-vindas aos convidados com uma aura de distinção e luxo. Grandes lustres de cristal pendiam do teto, iluminando o salão com uma luz suave e dourada, enquanto as paredes eram adornadas com cortinas pesadas de veludo e imponentes espelhos que ampliavam o espaço e refletiam a elegância dos presentes.

A orquestra, composta por músicos habilidosos e trajados com impecável formalidade, ocupava o palco principal. O som suave dos violinos enchia o ar, criando uma atmosfera romântica e envolvente. A música variava entre valsas e outros estilos dançantes da época, convidando os presentes a rodopiar pela pista de dança com graça e estilo.

Participar dessa vida recreativa poderia, à primeira vista, significar apenas usufruir das atividades recreativas ofertadas, como danças de salão ou exercícios desportivos da agremiação. No entanto, se olharmos para o conjunto de associados, notaremos que essas práticas revelam privilégios e distinções que esses grupos possuíam na vida cotidiana habitual e, por consequência, poderiam ser representados na vida associativa.

Essa forma de representação e afirmação social ficam evidentes nas palavras de Gaitano Laertes Pereira Antonaccio¹⁵, ao se referir sobre a preferência das elites pelo Ideal Club, pois a associação estabelecia o elo da pirâmide configurada pelo homem, seus valores e projeções na busca explícita pelo reconhecimento por parte da sociedade a qual

¹⁴ ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Ideal Clube de 06-06-1903 a 06-06-2003**: Um século de aristocratismos. Manaus: Imprensa Oficial, 2003, p. 31.

¹⁵ Antonaccio nasceu em 28 de janeiro de 1940. É formado em contabilidade e direito, mas destaca-se por suas obras, entre elas, utilizamos o livro em que o autor descreve o Ideal Clube como uma associação aristocrática.



pertence. Este conjunto de aspirações seriam, assim, marcos distintivos dos associados, das suas identidades e lógicas de pertencimento ao clube:

E todo homem bem sucedido financeiramente deseja ser reconhecido pela sociedade, porque começa a perceber que existem diferenças fundamentais entre riqueza, poder e prestígio. A riqueza, o homem conquista dignamente pelo trabalho, pela herança da família, ou por meio de outras formas convencionais aceitas pelos princípios éticos e morais; o poder, já diz a lei – emana do povo e a sua forma tradicional de conquista, quando não vem da monarquia ou por outras formas de sucessão sem a participação direta do povo, vem por escrutínio, pela nomeação de cargos públicos ou pela liderança do indivíduo habilidoso, ao assumir alguma atividade; o prestígio – maior conquista pessoal do ser humano é mais difícil de alcançar. **O prestígio depende da atuação do homem em sociedade, de seu carisma como pessoa humana, de muita simpatia física e espiritual, de suas virtudes universais emanadas da dedicação aplicada a uma ou várias atividades. Tem tudo a ver com o caráter e a personalidade** (Antonaccio, 2003, p. 31, grifo nosso).

No que diz respeito à observação de Antonaccio, é crucial fazer algumas ressalvas, incluindo a consideração do contexto capitalista em que o próprio Ideal Clube estava imerso. Isso nos leva a reconhecer que as riquezas acumuladas pelos grupos econômicos e comerciais, naquela época, frequentemente eram resultado de um sistema de trabalho que, em muitos casos, era caracterizado por exclusão, disciplina e desigualdade das camadas sociais. Além disso, a ascensão social muitas vezes ocorria por meio de heranças familiares, aquisição de títulos ou acumulação de riqueza. Nesse sentido, esse aspecto se aplica às elites administrativas e políticas que frequentemente conquistavam seus cargos no Estado por meio de negociações, manobras políticas e manipulações.

A partir da observação de Antonaccio, podemos compreender o interesse estratégico de pertencer ao Ideal Clube para conquistar distinções, reconhecimento e notoriedade. O prestígio, como indicativo de carisma, dependia de discursos e práticas que destacavam os esforços, talentos, valores e virtudes individuais daqueles que ocupavam posições nos setores econômicos, políticos, administrativos, financeiros e/ou comerciais. Esses recursos acabavam por definir os critérios que determinavam quem fazia parte das elites, tornando-se, assim, um elemento crucial nas interações sociais e nas regras associativas do Ideal.

Para participar do quadro de sócios do clube, o interessado escolheria uma entre as quatro modalidades existentes: os efetivos, os adventícios, os beneméritos e os honorários. Para admissão, era exigido:

I – Efetivos, os que tiveram atribuído com uma joia de admissão e mensalidade, podendo remirem-se com o pagamento de uma só vez daquela joia e mais da importância de um conto de réis.



II – Adventícios, os que residindo fora desta cidade, pagarem a supra referida mensalidade, isentos, porém, do pagamento da joia de admissão.

III – Beneméritos, que tiverem prestado ao *Club* serviços relevantes ou proposto mais de cem sócios, afinal aceitos, ou doados ao mesmo *Club* garantia superior a dois contos de réis, reunindo neste caso, as condições exigidas para sócio efetivo.

IV – Honorários, os que estranhos, embora ao *Club* lhe tiveram prestado aqueles serviços relevantes (Estatuto do Ideal Club, Manaus, 26 jan. 1915).

Essa característica importa, porque os seus frequentadores e diretores eram homens com a faixa etária de 20 a 50 anos; portanto, indivíduos que galgavam posições estatais ou comerciais em que as suas representações eram sustentadas através dos capitais financeiros, sociais e simbólicos.

Comparando o Ideal Club a outras associações de elites, como o Sport Club, que exigia 100:000 réis para admissão, além de uma contribuição mensal de 10:000 réis (Diário Oficial, Manaus, 15 maio 1898), fica evidente que o valor de um conto de réis para os sócios efetivos era consideravelmente alto. Esse montante deveria ser pago integralmente juntamente com a contribuição mensal para participar das atividades. Em 1918, esse valor aumentou para duzentos mil réis (A Capital, Manaus, 19 mar. 1918) devido aos preparativos e dívidas relacionados à inauguração da sede em 1921.

As mensalidades e indicações estabeleceram um critério distintivo na seleção de sócios¹⁶. No entanto, esse requisito não era isolado. A admissão como sócio efetivo ou adventício implicava em cumprir a primeira condição essencial, que consistia em desfrutar de reconhecido conceito, como também exercer uma profissão lícita de maneira habitual e ser maior de 18 anos (Estatuto do Ideal Club, Manaus, 26 jan. 1915).

Desse modo, adentrar ao quadro efetivo de sócios do Ideal poderia ser visto como um investimento que oferecia a possibilidade de construir uma extensa rede de sociabilidade. Essa rede poderia resultar em dividendos de diversas naturezas, incluindo o estabelecimento de relações de amizade, conexões matrimoniais, apoio político e oportunidades econômicas. Essa dinâmica contribuía tanto para a preservação do *status quo* quanto para a inclusão e ascensão social de grupos marginalizados (Tanno, 2011, p. 346).

O capital financeiro, conquistado via trajetória política, econômica e estatal, não estava completo se não contassem com o teor de prestígio e reconhecimento para

¹⁶ Os sócios passavam por uma avaliação por parte da alta direção do clube, determinando se seriam aceitos ou não. Esse processo de avaliação se transformou em um método de recrutamento, com base em amizades e indicações. Em certo sentido, esse sistema parece ter sido eficaz, já que podemos identificar que as redes e conexões estabelecidas anteriormente nos âmbitos administrativos, jurídicos e comerciais, reproduziram-se nas associações do clube.



legitimá-lo. A necessidade de ser reconhecido se sustentou no esbanjamento dos sócios do Ideal ao cumprirem os atos, as obrigações da agremiação e as práticas sociais que utilizavam das distinções, superações (Bourdieu, 2013, p. 106), controles ou disputas. Partindo da ideia de que cada espaço possui sua própria dinâmica e disputa, os agentes se organizavam para conquistar o valor almejado de suas ações e fundamentavam-se nas disputas em três arenas: os julgamentos, os campos, as esferas pública e privada. À vista disso, esse processo é compreendido como um jogo de disputas que:

[...] ancoradas pela localização de alguém no espaço social, definidas pelas três coordenadas dimensionais de volume de capital, composição de capital e trajetória, se desenrolam em três arenas principais, classificadas em ordem ascendente de especificidade e consequentialidade: os julgamentos convencionais e as atividades mundanas da vida cotidiana, incluindo os gostos rotineiros; os campos especializados de produção cultural, como arte, ciência, religião e a mídias, nos quais são produzidas e disseminadas representações autoritárias do mundo social; e a esfera pública, situada na interseção do campo político com o Estado burocrático, reorganizada de disputas sobre categorias e na certificação de identidades (Wacquant, 2013, p. 89).

O sócio do Ideal Clube, ao se filiar, adquiria o direito de acessar o edifício social, participar das atividades oferecidas pela agremiação e tomar parte nas reuniões da Assembleia Geral. Nessas reuniões, os sócios tinham a prerrogativa de propor, discutir, votar e se candidatar a cargos na diretoria, bem como obter licença ou isenção das mensalidades por um período determinado, mediante comprovação de doença, luto, desemprego ou ausência (Estatuto do Ideal Club, Manaus, 26 jan. 1915).

O cumprimento dos regulamentos, especialmente o artigo 15, que tratava das obrigações dos sócios, estabelecia a obrigação de servir gratuitamente com dedicação e zelo nos cargos e comissões para os quais fossem eleitos ou nomeados, a menos que houvesse impedimentos comprovados (Estatuto do Ideal Club, Manaus, 26 jan. 1915). Essa diretriz evidenciava a constante busca por incentivar uma participação ativa dos sócios e diretores na vida associativa da agremiação.

Seguindo o estatuto, o periódico da associação, o Jornal Ideal, destacava a importância do serviço e da organização como elementos essenciais para a sustentabilidade das sociedades recreativas. A responsabilidade pessoal dos sócios em relação ao clube era considerada um distintivo crucial. O zelo e a dedicação, qualidades valorizadas nos “moços idealinos”, eram percebidos como características distintivas da agremiação e de seus membros em comparação com outras entidades e indivíduos que negligenciavam seu compromisso, ameaçando enfraquecer a vida associativa.



Em outras palavras, a agremiação buscava evitar o desrespeito e a desvalorização no clube, transmitindo uma mensagem aos sócios por meio do Jornal Ideal, refletindo a preocupação dos diretores em preservar a integridade e o prestígio da agremiação:

Aqueles que ainda não militaram no ativo das agremiações, de certo não poderão imaginar quão espinhosa é a organização de um Club, por mais modesto e mais dignos que sejam os seus fins. No meio do torvelinho em que se debatem inúmeras opiniões, destaca-se sempre um grupo de moços desorientados que pesando grama a grama o pernicioso de suas pequeninas paixões, pequeninos produtos gerados em seus pequeninos cérebros, procuram inoculá-lo na parte sã, que quando não representa propriamente a vida da sociedade, não deixa de ser um elemento a seu favor trabalhando para o bem e contra o mal.

Não temos, francamente a apontar no seio do nosso Club esta semente perigosa, que nos enche de um certo receio, mas que nunca nos fará recuar; até aqui temos visto a melhor boa vontade, o mais desinteressado entusiasmo reinante, ao menos na parte ativa do Club (Jornal do Ideal Club, Manaus, 24 set. 1904).

A presente mensagem tem o propósito de elucidar uma luta simbólica entre o "bem" e o "mal", desempenhando o seu papel educativo junto aos novos associados e membros. Seu objetivo era instruir sobre a importância de não prejudicar a vida da associação com comportamentos desinteressados. O aviso não se limitava aos salões do clube; pelo contrário, refletia a dinâmica do século XX, no qual o progresso social e a "evolução" moral eram prioridades na sociedade.

Dentro do clube, a preguiça e o descuido não se coadunavam com as atitudes individuais e coletivas de uma sociedade empenhada em demonstrar seu compromisso. Os comportamentos valorizados estavam ligados ao trabalho, disciplina e responsabilidade nas atividades recreativas, aspectos essenciais para a formação cidadã e o bem-estar social. Essas imposições tinham um caráter disciplinador e faziam parte de um projeto mais amplo, concebido pelo Estado para a vida coletiva, no qual a competição, eficiência, educação e esportividade desempenhavam um papel fundamental no processo de disciplinamento da sociedade (Sevcenko, 1992, p. 34-47).

Dentro do clube, portanto, a preguiça e o desleixo não se encaixariam nas posturas individuais e grupais de uma sociedade preocupada em mostrar seu desempenho. Os atos que deveriam ser valorizados estavam relacionados ao trabalho, à disciplina e à responsabilidade com as atividades recreativas, pois faziam parte da formação cidadã para a garantia do bem-estar social. O caráter disciplinador dessas imposições fazia parte, portanto, de um projeto maior, planejado pelo Estado para a vida coletiva, no qual a competição, a rapidez, a instrução e o desportismo seriam fundamentais no processo de



disciplinarização da sociedade, que possuía eixos fundamentais de natureza cultural e psicológica.

[...] criar nos indivíduos uma disposição instintiva à ação disciplinada, à coordenação coletiva de movimentos e propósitos e a se guiar por um conjunto fixo de regras, limites e alternativas. O desígnio do esporte está em incorporar o 'espírito esportivo', muito mais do que em vencer alguma prova ou competição (Sevcenko, 1992, p. 48).

Essa característica é uma das orientações fundamentais para associações e sociedades esportivas, literárias ou de dança, a exemplo do Ideal Club que enfatizava a importância de seu trabalho como um “bálsamo vivificante” (Jornal Ideal Club, Manaus, 24 set. 1904). O conforto derivava do estímulo para promover competições esportivas e morais que permeavam a vida associativa, de um lado. Por outro, havia o orgulho do clube e de seus membros em suas vitórias esportivas; além disso, havia o mesmo empenho em rejeitar os pequenos caprichos que prejudicavam a moral e o trabalho da agremiação, com o propósito de enaltecer o caráter físico e mental de seus associados.

Essas características não eram exclusivas do Ideal Club. Diante das constantes ameaças imaginárias e simbólicas, muitas associações, incluindo sindicatos, corporações, mútuas e beneficentes, incorporaram essas normas em suas estruturas associativas, estabelecendo a empregabilidade em ocupações e atividades honestas como um claro objetivo para afastar os vícios que eram considerados parte de um “problema social”.

Sandra Pesavento (2005, p. 4), diante dessa situação, observa a presença da estigmatização urbana da época, que levou as ações dos sujeitos sociais a definirem as fronteiras da cidadania, isto é: aqueles que obedeciam às normas sociais eram considerados “cidadãos”, enquanto os que estavam envolvidos em padrões de exclusão eram vistos como simples “indivíduos” desprovidos de direitos e respeitabilidade na sociedade republicana.

Os cidadãos viam, assim, seu mundo "organizado", "disciplinado" e elitizado constantemente ameaçado por barulhos, cantos e excessos, cujas ações poderiam resultar em crimes, como homicídios, roubos ou distúrbios. Para manter a conduta dos sócios e diretores imaculada, a entidade exigia que seus estatutos enfatizassem a máxima decência em todas as ações e reuniões, evitando discussões sobre qualquer assunto, especialmente questões políticas. No entanto, se ocorresse alguma conduta desonrosa, havia penalidades previstas, incluindo a perda do direito de associação, conforme estabelecido no Capítulo V do regulamento.

II – Aquele que, por seu mal comportamento ou conduta irregular no Club, se tornar indigno de pertencer ao quadro social.



- III – Aquele que se recusar ao pagamento de quaisquer danos quem de propósito, causar aos móveis ou utensílios do Club.
- IV – O que desviar quaisquer bens do Club, ou for convencido de delapidação.
- V – O que for condenado por sentença judicial passada em julgado.
- VI – O que por qualquer forma tentar prejudicar ou desacreditar o Club.
- VII – O que direta ou indiretamente lesar ou tentar lesar o Club.
- VIII – O que injuriar dentro do recinto social qualquer consócio ou membro da diretoria.
- IX – O que pela imprensa, em discussões referentes ao Club, usar de qualquer termo em seu desabono.
- X – O que usar de vocábulos obscenos ou promover desordem no recinto social (Estatuto do Ideal Club, Manaus, 26 de jan. de 1915).

Mesmo longe da participação popular e dos acusados “males sociais”, tivemos acesso a alguns processos que comprometeram a imagem do clube e levariam ao encaminhamento de expulsão dos sócios e de membros do diretório. Dentro do próprio clube, ocorria algazarra que levavam aos furtos, perda de joias e outros objetos. A culpa provavelmente recaía aos funcionários, pois o estatuto ressaltava a necessidade de respeito, indenização aos trabalhadores e móveis do clube quando fossem lesados pelo sócio (Estatuto do Ideal Club, Manaus, 26 jan. 1915).

Os regulamentos não eram meras formalidades, mas refletiam o compromisso do clube com a preservação e valorização de seus bens materiais e simbólicos. Eles demonstram como os princípios liberais do clube, que enfatizavam a importância de proteger seu patrimônio, tanto material quanto simbólico, se traduziam em práticas e medidas destinadas a assegurar a manutenção da integridade da instituição e dos membros, como se fossem um único corpo coeso, concretas para garantir a preservação do clube e dos sócios como se fossem um só corpo.

“Ligaram-se muitos e muitos outros”¹⁷: Tessituras sociais das elites em Manaus e as estratégias do Ideal Club

Além do clube, os diretores estavam vinculados a outras associações em Manaus. Para analisarmos as redes formadas, áreas de atuação e vínculos de interesses, por meio das notícias dos jornais, constatamos que os diretores estavam associados a 8 eixos de atuação, além do Ideal Clube: (1) nas Associações Mútuas e Cosmopolitas, (2) nas Associações Comerciais, (3) nas Associações filantrópicas, (4) nos espaços educacionais e de letramento, (5) nos partidos políticos, (6) nas esferas religiosas, (7) nas sociedades recreativas ou esportivas e, por fim, (8) nas sociedades étnicas. Isso evidencia que o Ideal Clube não operava de forma isolada, mas, ao contrário, expandia seus círculos de

¹⁷ Título em referência ao texto exposto no Jornal Ideal Club. Manaus, 24 de setembro de 1904



influência e interação. No quadro a seguir, apresentamos uma lista de 37 entidades classistas, comerciais, políticas, educacionais, religiosas, recreativas e étnicas com as quais o Ideal Clube mantinha conexões diretas e indiretas, compartilhando membros e diretores em seus vínculos associativos.

Quadro 1 - Associações e vínculos dos diretores do Ideal Clube

SEGMENTOS	ENTIDADES
Associações, Sociedades e Mutuais	Associação Beneficente dos Funcionários Públicos Associação dos Panificadores Instituto dos advogados do Amazonas Sociedade Mutua de Pecúlio e Garantia do Capital Sociedade Socorros Mútuos dos Marítimos Sociedade Cosmopolita de B. M. Previdente Amazonense
Associações comerciais	Associação Comercial dos Retalhistas Associação do Comércio do Amazonas (ACA) Associações dos Empregados do Comércio Companhia de seguros marítimos e terrestres <i>Lloud amazonense</i>
Associações filantrópicas	Cruz Vermelha Italiana Santa Casa de Misericórdia
Educação e Letramento	Academia Amazonense das Letras, Escola prática de instrução militar no Amazonas, Escola Universitária Livre de Manaus, Grêmio Literário Amazonense
Partidos Políticos	Partido Republicano Amazonense Partido Revisionista
Religião	Federação Espírita Amazonense
Sociedades recreativas ou esportivas	Terpsychore Club, Club Internacional, Sociedade Brasileira de Tiro N°10, Atlético Rio Negro Club, Sport Club, Club Mão Negra, Racing Club, Manáos Sport, Nacional Sport Club, Rotary Club, Parintins Foot-ball Club e Derby Club
Sociedades Étnicas	Centro Pernambucano, Grêmio Maranhense, Sociedade Italiana de Socorro Mútuos, Grêmio Paraense, Sociedade Espanhola
Sociedades Fraternais	Lojas Maçônicas

Fonte: Quadro organizada pela autora com as pesquisas nos Jornais da Hemeroteca Nacional Digital sobre a vida dos diretores e suas relações com outras diretorias e sociedades.

O gráfico acima evidencia as conexões estabelecidas entre o Ideal Club e as diversas sociedades mencionadas, revelando a formação de uma rede minimamente coesa, coletiva e ideologicamente alinhada entre as elites. Isso se evidencia tanto na realização conjunta de eventos, festas e atividades, quanto na sobreposição de sócios e diretores em várias entidades. Essa interligação proporcionava legitimidade, fluxo contínuo de informações e confiança nas relações e redes formadas. Além disso, essa observação nos permite compreender a agilidade das elites em preservar sua influência tanto em termos materiais quanto simbólicos.

As práticas visavam amplificar o prestígio pessoal de seus representantes em busca de objetivos coletivos. Ao buscar representações políticas em domínios como



sindicatos, esportes, organizações beneficentes, grupos étnicos e identitários, percebemos que esses espaços ofereciam oportunidades para que esses agentes pudessem converter suas ações em capitais políticos, utilizados em negociações, afirmações de classe, aprovação de projetos e na construção de perfis de liderança pública.

Em suma, é relevante notar que essas representações implicavam em uma reconversão indireta de capitais por parte dos agentes, que se valiam de diversas bases, incluindo associações, clubes e sindicatos, para se estabelecerem como líderes proeminentes e representantes de grupos e segmentos, constituindo um suporte eleitoral.

Logo, ao considerar a importância dessas articulações na construção de seus capitais políticos, destacamos que o projeto da família "Nunes de Lima" se concretizou a partir de suas bases de articulação, transformando-os em agentes ativos e idealizadores de projetos de leis.

Isto é, investidos na pretensão de proteger os interesses dos trabalhadores e da população em geral, ambos buscaram cargos legislativos, com Joaquim Nunes de Lima assumindo o cargo de senador em 1912 e José Nunes de Lima tornando-se vereador, posteriormente ocupando o cargo de deputado estadual em 1935¹⁸. Esse processo revela como esses líderes políticos aproveitavam suas relações e redes já estabelecidas para consolidar bases eleitorais sólidas, expandindo seu alcance para além das esferas de associações, como a presidência da Associação Comercial ou a direção do Ideal Clube, evidenciando a amplitude e a complexidade de suas redes de dependências e ações.

A dinâmica fica clara ao analisarmos os locais de encontros e sociabilidades estabelecidas para a formação de bases eleitorais. Além da participação das associações patronais e do próprio clube, o Velódromo Amazonense, anteriormente associado a Gaspar Guimarães, serve como ilustração, já que era um ponto de encontro para comerciantes e desembargadores passarem o tempo livre e realizarem articulações políticas. Aparentemente, afastando-se dos âmbitos do comércio e da justiça, figuras como José e Joaquim Nunes de Lima, Antônio Emygdio Pinheiro, Raimundo R. Neves, Godofredo Castro, Raimundo Alves Tribuzzi e Francisco d'Assis de Souza se encontravam para a prática de atividades como corridas de bicicleta, equitação e tiro ao alvo.

Em um evento ocorrido no Prado Amazonense em 21 de dezembro de 1908, que reuniu representantes da imprensa e membros das elites, a diretoria do Ideal Clube, ao

¹⁸ Informações diversas catalogadas no Jornal do Comércio através do sistema de busca das palavras-chaves da Hemeroteca Nacional Digital Brasileira.



mesmo tempo em que foi homenageada, também premiou os vencedores com brindes, celebrando as entidades e a imprensa local.

Foram belíssimas e bem animadas as corridas que tiveram lugar ontem nas raia do hipódromo, em homenagem ao Ideal Clube.

No intervalo dos 4º e 5º páreos, a convite da diretoria do Prado Amazonense, reuniram-se na secretaria do mesmo estabelecimento, os representantes da imprensa que então se achavam presentes e a diretoria do simpático Ideal Clube ao qual o coronel João Leandro Hermes de Araújo levantou um brinde a champagne, havendo-se erguido em seguida entusiásticos vivas ao Prado Amazonense, ao Ideal Clube e à imprensa local.

No sorteio, que se efetuou de um tenteia oferecida pelo belo sexo, saiu premiado o n.64, pertencente à interessante criança Alzira Fran, constando o brinde de um cordão de ouro, com uma medalha, também de ouro.

Os prêmios oferecidos pela diretoria do Ideal Clube aos proprietários dos animais vencedores dos 3 últimos páreos, constaram do seguinte: uma carteira de couro da Rússia, com incrustações de prata e que foi ganha no páreo – 6 de junho – pelo animal Rio Pardo – do Stud Amazonense, de propriedade de José Lopes da Silva; um porta-bilhetes de prata, tendo gravada em relevo uma belíssima paisagem onde se via Diana caçadora, ganho no páreo – Ideal Clube – pelo Destroyer – também do Stud Amazonense, pertencente a José Lopes da Silva; e um estojo com todos os pertences para fumantes, de prata e âmbar, que coube ao vencedor do páreo – diretoria do Ideal Clube – Macuxi – da coudelaria Rio Negro, de propriedade de Oscar Dias.

Encarregam-se da entrega dos prêmios supracitados, Hermes de Araújo e Pereira da Silva.

Enfim, foi bem agradável a festa de ontem do Prado Amazonense, dedicada ao Ideal Clube (Jornal do Comércio, Manaus, 21 dez. 1908).

A distribuição de produtos, brindes e presentes ao público vencedor, ou àqueles que prestavam homenagens ao clube, representava tanto uma demonstração ostensiva de status e riqueza dos diretores, que buscavam destacar-se por suas habilidades, posição social e recursos financeiros, quanto uma estratégia destinada a conquistar carisma por meio de gestos como acenos, aplausos e a realização de ações sociais, como a distribuição de brindes para as senhoras e brinquedos para as crianças (Jornal do Comércio, Manaus, 27 jan. 1907).

Os resultados dessa ação carismática propiciavam devoção, heroísmo e admiração em relação aos promotores da festa, transformando essas ações em poder e prestígio, haja vista que atraíam inclusive, grupos que se opunham aos organizadores, sobretudo lideranças sindicais e outros que não ocupavam a mesma posição social. Um exemplo notável dessa estratégia foi Gaspar Guimarães, desembargador e membro das diretorias do Ideal Clube e do Derby Club, que se beneficiou amplamente ao empregar tais táticas para a consecução de acordos políticos com diferentes grupos sociais.

Um exemplo das complexidades da época ocorreu em 3 de maio de 1910, quando um festival foi realizado em comemoração ao Dia do Trabalhador no Derby Clube. O



evento reuniu uma vasta multidão de trabalhadores e importantes lideranças, incluindo figuras destacadas, como: Cursino Gama, Anacleto Reis, Camilo Tavares Filho e Juvenal Barbosa, renomados quadros políticos e líderes sindicais que ganharam notoriedade na região de Manaus por sua atuação na defesa dos direitos dos trabalhadores e da população.

Entretanto, é importante ressaltar que também estavam presentes empregadores e membros da elite local. Essas figuras, em suas atividades cotidianas, muitas vezes se encontravam em oposição às reivindicações e lutas da classe trabalhadora. O evento proporcionou um encontro marcante entre esses diversos segmentos sociais, refletindo a complexidade das dinâmicas sociais da época.

Durante essa celebração, Gaspar Antônio Vieira Guimarães se destacou ao receber os operários com champanhe e ao providenciar a alocação de uma linha de bonde exclusiva para o evento. Em reconhecimento, ele foi homenageado com flores oferecidas pela comissão de operários. Além disso, as lideranças operárias demonstraram sua gratidão aos trabalhadores presentes, oferecendo-lhes dinheiro, páreos, abotoaduras e moedas de ouro. Esse gesto simbolizou o reconhecimento e a valorização dos esforços da classe trabalhadora, bem como a interação entre diferentes estratos sociais nesse contexto específico.

Os operários, em massa, tendo à frente o seu orador, Anacleto Reis, ofereceram ao presidente do Derby Club, dr. Gaspar Guimarães, um delicado ramalhete de finíssimas flores naturais, respondendo-lhes esse cavalheiro com um eloquente discurso de elogios à obra do operariado em todos os tempos.

O orador foi muito aclamado, assim como a imprensa, representada pelo JORNAL DO COMÉRCIO.

Os operários ofereceram mais, em dinheiro, o 1º prêmio, na importância de 80\$000, e o 2º, no total de 300\$000, do páreo denominado – Operário – bem, como dois pares de abotoaduras, feitas com moedas de ouro, para os jockeys vencedores dos páreos 1º de Maio e Operários.

O dr. Gaspar Guimarães, em nome da diretoria, recebeu os manifestantes à champagne, no recinto das arquibancadas, reservado à diretoria e autoridades, sendo, ao terminarem as corridas, conduzido, entre aclamações, em bonde reservado, acompanhado por uma grande comissão de operários, até sua residência.

[...]

Foi uma festa ardente e memorável a de domingo, representando a classe dos operários os cidadãos Anacleto Reis, Camillo Tavares Filho e Juvenal Barbosa, que chefiaram a multidão de operários estrangeiros e nacionais presentes (Jornal do Comércio, Manaus, 03 maio 1910).

Não se restringindo a esse único episódio, a utilização de estratégias visava a conquista e consolidação de capitais políticos: isto era fundamental. Nesse contexto, é importante ressaltar que as homenagens não se limitavam ao âmbito das corridas e prêmios, em outros clubes sociais, como o Derby Club. Elas se manifestavam através de discursos elaborados e elogios entusiásticos que realçavam as habilidades, competência



e realizações do governante. Tais discursos eram amplamente difundidos pelos jornais esportivos, conferindo visibilidade e reconhecimento público às figuras políticas em questão. Assim sendo, o estreito relacionamento com os governadores desempenhou um papel de extrema relevância no contexto político e social da época, haja vista que as homenagens prestadas a essas autoridades, uma prática recorrente, eram embasadas em razões substanciais¹⁹. Isso se devia ao histórico de comprometimento de Gaspar Guimarães com os interesses do Estado e com a causa pública. Sua atuação no governo de Antônio Bittencourt é um exemplo marcante desse compromisso.

Nesse sentido, a prática de homenagear governantes por meio de manifestações públicas e discursos evidenciava não apenas a influência de Gaspar Guimarães e de outros líderes junto às camadas políticas, mas também a capacidade de influenciar a opinião pública, como no exemplo da celebração do aniversário do governador Coronel Antônio Bittencourt em 23 de julho de 1910.

As notícias anunciaram uma celebração festiva realizada no Prado Amazonense, na qual um grande público se reuniu para assistir a corridas emocionantes. O Derby Club aproveitou a oportunidade para homenagear o Exmo. Sr. Coronel Antônio C. Ribeiro Bittencourt, o principal magistrado do Estado. A festa foi caracterizada por alegria, distribuição de flores, risos e prêmios, proporcionando um ambiente de prazer para todos os presentes. O presidente do Derby Club, Dr. Gaspar Guimarães, e o popular capitão José Lopes foram elogiados por seus papéis proeminentes na sociedade esportiva. A expectativa era de que a festa fosse encantadora, seguindo a tradição de celebrações anteriores, e deixasse uma impressão duradoura na memória de todos os participantes.

A promessa é de uma corrida brilhante, como as que temos visto hoje no belo Prado Amazonense, que encheram por completo suas vastas tribunas de espectadores.

O incansável *Derby Club*, aproveitando a data de hoje, resolveu dedicar a sua belíssima festa em homenagem ao digno e honrado primeiro magistrado do Estado, o Exmo. Sr. Coronel Antônio C. Ribeiro Bittencourt.

Alegrias, flores, risos e prêmios, todo este conjunto de prazeres explodirá no recinto do vistoso Prado e pegando na chaleira do digno presidente do Derby, Dr. Gaspar Guimarães, nem do incansável e popular capitão José Lopes as mais fortes colunas da simpática associação, desde já profetizo que serão

¹⁹ Além disso, Gaspar Guimarães e Antônio Ribeiro Bittencourt faziam parte da ordem maçônica, e entre 1904 e 1913, existiam 13 lojas maçônicas no Amazonas. Gaspar Guimarães foi Grão-Mestre e antecedeu Raimundo da Silva Perdigão, Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt e Silvério José Nery. Este último, apesar de ser um membro da família fundadora do Clube, era um forte opositor de Antônio Bittencourt e não participava das atividades recreativas do Ideal Clube. No entanto, as ideias maçônicas em torno da razão, fraternidade, liberdade, progresso e identidade brasileira parecem ter circulado no clube por meio de seus membros e irmãos, indicando que mesmo em círculos fechados, as divergências políticas poderiam atingir essas associações, ou seja: separando nomes em diferentes espaços.



vítimas de calorosas saudações por parte do respeitável público, pelo muito que tem feito a bem da referida sociedade.

Em conclusão: A festa de hoje, do DERBY CLUB, será verdadeiramente encantadora, como tem sido todas as realizadas pela querida sociedade esportiva, e certamente ficará lembrada na mente de todos os assistentes.

Jota Seve (Derby Club, Manaus, 23 jul. 1910).

O desfrute das honrarias, tais como "alegrias, flores, risos e prêmios", permitiu que a aristocracia da família Bittencourt e seus apoiadores mantivessem uma presença de destaque na política local. Simultaneamente, esses gestos podiam ser interpretados como demonstrações de apreço e lealdade mútua entre Gaspar e Bittencourt. No entanto, as condecorações também tinham o propósito de aplacar as disputas e rivalidades em curso no cenário político local e nacional.

A afirmação que estamos apresentando refere-se ao contexto do crescente nível de impopularidade e oposição política, sobretudo vinda do senador gaúcho Pinheiro Machado, do Partido Republicano Conservador, e de Silvério Nery. Eles se posicionavam como os principais adversários da família Bittencourt no Estado. Além disso, a conjuntura política se complicou com o apoio de Antônio Bittencourt à Campanha Civilista, liderada por Rui Barbosa, em oposição ao marechal Hermes da Fonseca, apoiado por Pinheiro Machado em 1910. É importante notar que o jornal do Derby Club foi novamente utilizado para promover um governo e uma personalidade pacíficos, destacando a honestidade como um diferencial em contraposição ao governo de Nery.

Há dois anos que uma brilhante aurora surgiu para o Estado do Amazonas, augurando prolongada era de paz, honestidade critério administrativo. (...) Do Coronel Antônio Bittencourt, pode se dizer que nos governa patriarcalmente sem ódios nem parcialidades, sem participações nem exames; por isso, a população em unanimidade, sente-se satisfeita com o seu primeiro magistrado e abençoado os dias de seu governo (Derby Club, Manaus, 23 jul. 1910).

Os irmãos Nery deixaram um considerável fardo de dívidas públicas para o governo de Bittencourt, que teve que se defender e articular-se politicamente para evitar a deposição. No entanto, o conflito não estava limitado apenas às questões financeiras; ele também envolvia diferenças ideológicas e políticas. Jornais alegavam que Pinheiro Machado justificava sua oposição a Antônio Bittencourt em defesa de Silvério Nery, chegando ao ponto de encarregar Antônio Gonçalves Pereira de Sá Peixoto, vice-presidente do governo Bittencourt, de bombardear a cidade em outubro de 1910 para derrubá-lo.

Em uma entrevista, Antônio Bittencourt afirmou contar com o apoio de 450 praças e de vários membros da Sociedade de Tiro Amazonense (Jornal do Comércio, Manaus,



31 out. 1910), incluindo sócios do Ideal Clube, como Gentil Bittencourt e o médico Adriano Jorge. Isso sugere que, tanto para a diversão quanto para o envolvimento e defesa política, as atividades e relações esportivas desempenharam um papel na defesa de seus pares e na restauração da ordem em meio a conflitos.

Apesar dos esforços de resistência e das boas políticas, juntamente com a popularidade de Antônio Bittencourt, a cidade foi bombardeada pelas tropas federais em 8 de outubro de 1910. Esse evento resultou na destituição de Bittencourt e na ascensão de Sá Peixoto como governante, que entregou o cargo até 31 de outubro do mesmo ano (Jornal do Comércio, Manaus, 31 out. 1910), quando Bittencourt retornou ao poder com o apoio de Nilo Peçanha.

Esses diretores transformaram o Ideal Clube em um local multifacetado, na qual o entretenimento era apenas uma parte da sociabilidade. Essas ações sugerem que a vida associativa das elites serviu como um importante centro de investimento, tanto na prestação de serviços quanto na aquisição de capitais. Até os dias atuais, podemos observar o reflexo desse período, haja vista que a sociabilidade das elites destacava seus valores simbólicos, a busca por prestígio e distinção em todas as suas funções sociais, dentro de uma arena de desigualdades e diferenças.

Considerações finais

Uma análise das elites associadas ao Ideal Clube em Manaus, Amazonas, no período de 1903 a 1920, revela a complexidade das interações entre reputação, poder e troca de diferentes capitais. Nesse contexto, observa-se que as elites que migraram para a Amazônia na Belle Époque não apenas se estabeleceram na região, mas também se transformaram em um espaço que atendesse aos seus interesses econômicos, comerciais e simbólicos.

Ao participarem no cenário público, seja por meio de ocupações, treinamento político ou trabalho técnico nos campos jurídicos, comerciais e militares, essas elites perceberam que suas atividades individuais não eram suficientes para causar a migração para a região ou para gerenciar a estrutura social fundamentada na busca por poder e favores simbólicos. Para conquistar o reconhecimento e a legitimidade na sociedade, tornou-se essencial para essas elites estabelecerem vínculos, projetos e contatos que permitissem a circulação de seus nomes e ideologias, tornando-se projetos reconhecidos pela sociedade.



O Ideal Clube desempenhou um papel crucial nesse processo. Através de práticas recreativas e do desenvolvimento intelectual e político, os sócios e diretores do clube buscaram construir um "ethos" estamental que funcionasse como um instrumento de afirmação. Este espaço tornou-se propício à busca de reconhecimento e prestígio, bem como para a definição das regras que regiam a vida social da elite associada.

O Clube transcendeu seu papel recreativo, consolidando o poder e a influência das elites na esfera política e administrativa. A trajetória de figuras como Gaspar Vieira Guimarães, José e Joaquim Nunes de Lima é um exemplo das dinâmicas que envolvem círculos sociais, comerciais, jurídicos e desportivos. Eles circulavam capitais simbólicas por meio de homenagens e rituais para os governadores, estabelecendo um relacionamento de mão dupla que se transformava em base eleitoral e poder de influência nos projetos políticos locais. Essas influências e estratégias foram direcionadas até agregar a classe trabalhadora e líderes sindicais, como: Cursino Gama, Anacleto Reis, Camilo Tavares Filho e Juvenal Barbosa.

Essas ações evidenciaram as complexidades das relações sociais da época e nos afastaram das análises tradicionais que frequentemente ressaltavam as oposições constantes entre diferentes classes sociais. O estudo revela a capacidade de aproximação e cooperação, que transcende as barreiras socioeconômicas, contribuindo para um cenário mais complexo do que uma simples dicotomia entre as classes. Ele considera os valores e ideais como representativos do mundo e das disputas materiais e simbólicas.

Os eventos realizados no Ideal Club são exemplares das oportunidades para a manifestação de interesses e possuíam um caráter sociável marcante no seio da burguesia. Eles funcionaram como graças para celebrar uniões entre famílias e, ao mesmo tempo, como meios para atrair novos membros, principalmente entre os mais jovens que almejaram estabelecer ou fortalecer vínculos políticos e pessoais através de novos arranjos familiares, fraternos ou governantes. Essas conexões foram concretizadas em eventos como bailes, casamentos e outras atividades sociais promovidas pelos clubes.

Dessa forma, a troca de capitais sociais que ocorria nesses eventos era “o único modo de circulação dos bens que pode ser, se não praticados, pelo menos plenamente reconhecido nas sociedades” (Bourdieu, 2013, p. 188) da época. Isso destaca a importância dessas práticas sociais na construção e manutenção de conexões e no fortalecimento dos laços sociais na sociedade.

Ademais, a análise apresentada também enfatiza a heterogeneidade e relacionalidade dos papéis desempenhados pelas elites na sociedade. Essa afirmação



ênfatiza que, a partir do entendimento das abordagens de Pierre Bourdieu sobre o papel das elites como um campo de poder relacional ainda precisam ser exploradas, a compreensão desse fator é especialmente relevante, considerando as constantes limitações acadêmicas em compreender as elites para além do poder econômico; por essa razão, é essencial incluir a análise das estratégias de sociabilidade, redes e vínculos na reprodução de seus privilégios (Bourdieu, 2007), ou seja, saindo do lugar estranho, inusitado, generalista e homogeneizante no que diz respeito ao seu aspecto econômico e estatal.

O Ideal Clube, com sua capacidade única de reunir elementos identitários e sociabilidades como base para a ação social e política, desempenhava um papel fundamental na manutenção do poder e na criação de laços de dependência em diferentes contextos. A sua importância pode ser compreendida pela distinção proporcionada pelo clube, seus diretores e associados, que estabeleciam critérios seletivos e produziam regras próprias. Essas normas eram válidas dentro desse contexto social, no qual o objetivo, mesmo que indireto, era preservar a ordem social de um lugar célebre (Bourdieu, 2013; Wacquant, 2013) que tinha como principal função o serviço para a sociedade, sobretudo ao promover a “elevação do espírito” (Jornal Ideal Club, Manaus, 24 set. 1904) através das desigualdades sociais e afirmação de classe.

Esses esforços visavam reforçar as redes e os vínculos associativos, estendendo suas estratégias de recrutamento em várias frentes, isto é, no propósito de assegurar que as elites mantivessem seu domínio, ao mesmo tempo em que promoviam o prestígio pessoal de seus representantes em prol de objetivos coletivos, contribuindo assim para uma visão mais abrangente do papel das elites na sociedade brasileira.

Data de Submissão: 03/07/2023

Data de Aceite: 01/11/2023

Referências

ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Ideal Clube de 06-06-1903 a 06-06-2003: Um século de aristocratismos.** Manaus: Imprensa Oficial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção.** São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais.** Novos estudos CEBRAP, n. 96, p.106-103, 2013.



BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira; revisão e tradução, Odaci Luiz Coradini. 3. Ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2013.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. **Politeia: História e Sociedade, Vitória da Conquista**, v. 5, n. 1, 2005

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial**. Editora Record, 2003.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1999

DAOU, Ana Maria. **A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”**: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX. Rio de Janeiro: Editora Rio Books, 2014.

FERRARI, Marcela. Prosopografia e história política Algumas aproximações. **Antíteses**, v. 3, n. 5, p. 529-550, 2010.

HEINZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. FGV Editora, 2006

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. Editora Paz e Terra, 2015.

OLEGÁRIO, Thaís Fleck. Aportes e limites da prosopografia para o estudo de elites regionais. **Revista Outras Fronteiras**, v. 4, n. 2, p. 24-40, 2018.

PEREIRA, Kivia Mirrana de Souza. **As elites se divertem**: sociabilidades, identidades e associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920). Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Amazonas, 2021.

PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano Nervo (Ed.). **Como estudar elites**. Editora UFPR., 2015.

PERISSINOTTO, Renato. **As elites políticas**: questões de teoria e método. Editora Ibpx, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crime, violência e sociabilidades urbanas. As fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do séc. XIX. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Nouveaux mondes mondes nouveaux-Novo Mundo Mundos Novos-New world New worlds**, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. Companhia das Letras, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. Companhia das Letras, 1992.

SIQUEIRA, Uassy de. **Entre sindicatos, clubes e botequins**: identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920). Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, 2011.

TANNO, Janete Leiko. Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, sociabilidade e lazer (1889-1945). **Patrimônio e Memória**, v. 7, n. 1, 2011.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. **Novos estudos CEBRAP**, n. 96, p. 87-103, 2013.



CORPORATIVISMO NO BRASIL: RELAÇÕES DO INTEGRALISMO COM GETÚLIO VARGAS E O ESTADO NOVO

CORPORATISM IN BRAZIL: THE RELATIONSHIP OF INTEGRALISM WITH GETÚLIO VARGAS AND THE ESTADO NOVO



GABRIELA SANTI PACHECO²⁰

Resumo

O corporativismo foi um fenômeno mundial que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas. No caso do Brasil, para além do governo de Getúlio Vargas, outros grupos desenvolveram propostas corporativistas de Estado no período, como o movimento fascista que se estabeleceu no Brasil. A Ação Integralista Brasileira (AIB) possuía um discurso autoritário, nacionalista e corporativista. Durante a vigência do integralismo, o Brasil vivia um período de escalada autoritária também no Governo Federal. Dessa forma, além das dissonâncias entre as propostas integralistas e varguistas, houve momentos de colaboração, o que foi possível pelas convergências em relação a inimigos em comum e ao corporativismo presente em seus projetos de Estado. À vista disso, este artigo tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre eles, que resultaram no breve apoio de Plínio Salgado, líder integralista, a implementação do Estado Novo brasileiro. Tenciona-se observar como o corporativismo proposto na Constituição de 1937, que institucionalizou a ditadura de Vargas, contribuiu neste processo.

Palavras-chave: Corporativismo; autoritarismo; integralismo; Estado Novo; Brasil.

Abstract

Corporatism was a worldwide phenomenon encompassing different national variants and political views. In Brazil, in addition to the government of Getúlio Vargas, other groups developed corporatist State proposals in the period, as the Brazilian fascist movement. The Brazilian Integralist Action (*Ação Integralista Brasileira*, AIB) employed an authoritarian, nationalist, and corporatist discourse. During the period when Brazilian Integralism was active, Brazil was also experiencing a period of authoritarian escalation in the Federal Government. Thus, in addition to the dissonance between the proposals presented by the integralists and Vargas, there were moments of collaboration, thanks to their shared enemies and the corporatist natures of their State projects. Given this, this article analyzes the relationships they established that resulted in a brief support of integralist leader Plínio Salgado to implement the Brazilian Estado Novo. It is intended to investigate how the corporatism proposed in the 1937 Constitution, which institutionalized the Vargas dictatorship, contributed to this process.

Keywords: Corporatism; authoritarianism; integralism; Estado Novo; Brazil.

²⁰ Doutoranda em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20 da Universidade de Coimbra. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT. Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), e bacharela em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É investigadora associada e secretária da Rede de investigação Direitas, História e Memória, além de integrar a International Association for Comparative Fascist Studies - ComFas e o projeto História da Ditadura. E-mail: gabriela.pacheco@uc.pt. A pesquisa foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, Portugal).



Introdução

Ao historicizar o conceito de “crise”, Reinhart Koselleck apresenta a ideia de que esse conceito se tornou um instrumento central de interpretação da história política e social, tanto por possuir um cunho histórico-filosófico como por ser indissociável da modernidade (Koselleck, 2020). Ao traçar um quadro semântico, expõe algumas possibilidades interpretativas em relação à conceituação de “crise”. Para o historiador alemão, esse conceito pode designar tanto uma cadeia de eventos que leva a um ponto culminante e decisivo no qual uma ação é necessária como um processo singular e acelerado, permeado por diversos conflitos entrelaçados que acabam por implodir o sistema e gerar uma nova situação, ou seja, a “crise” apresenta-se enquanto momento de transição histórica entre dois momentos distintos (Koselleck; Richter, 2006; Koselleck, 2020). Essa compreensão sobre o conceito de “crise” é operativa para pensar a ascensão de ideias autoritárias no período entreguerras. No caso do fascismo, observa-se que seu estabelecimento se deu em meio a um discurso de crise, orientado pela relação dialógica entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”²¹ (Pacheco, 2021a).

O desenvolvimento do fascismo na primeira metade do século XX partiu de uma crítica ao conjunto do passado, orientado pela ideia de colapso das nações, e buscava um prognóstico do futuro, visando à regeneração nacional. Os movimentos fascistas, além de caracterizarem-se a partir da contestação de ideias vigentes no período, possuíam componentes ideológicos que os fundamentavam, como o nacionalismo e o mito de um novo começo, desde o renascimento em conjunturas de crise e decadência (Griffin, 2018). Além disso, apresentavam, entre outras questões, uma política organicista, pautada fundamentalmente pelo corporativismo, que marcou indelevelmente o período (Pinto, 2016a, p. 27), sendo a expressão política da “nação orgânica” e um forte instrumento autoritário de regulação econômica (Rosas, 2019, p. 164-166).

²¹ Segundo Koselleck, o significado dos conceitos pode comportar “misturas diferentes de experiências passadas, realidades atuais e expectativas para o futuro. Todas as palavras-chave da linguagem política ou social apresentam uma estrutura interna multiestratificada e transcendem a realidade contemporânea, remetendo ao futuro ou ao passado” (Koselleck, 2020, p. 101). Ou seja, conceitos apresentam uma complexa estrutura temporal própria, enquadrando uma dimensão temporal pautada pela tensão entre “experiência” e “expectativa”: “A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento [...]. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia [...]. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (Koselleck, 2006, p. 309-310).



No Brasil, organizou-se a expressão mais bem sucedida do fascismo²² para além do continente europeu (Pinto 2021). O integralismo brasileiro apresentava-se como a única possibilidade de restauração de um país colapsado por uma crise material. Assim, ele difundia um ideal salvacionista, pautado pelo advento de um novo mundo espiritualista, que aconteceria a partir da implementação do “Estado Integral”. Esse Estado teria como responsabilidade a condução do destino dos povos e seria organizado a partir das forças produtoras nacionais, qualificando-se como Estado sindical-corporativo, alicerçado no autoritarismo, no nacionalismo e no corporativismo (Trindade, 2016, p. 248-249).

Fundada em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB) desenvolveu-se em um período de escalada autoritária pelo qual passava a política brasileira. Para além dos integralistas, o próprio governo, conduzido por Getúlio Vargas, caminhava em direção ao autoritarismo, construindo um projeto nacional-estatista de inspiração corporativista. Este processo culminou em uma ditadura no país, o Estado Novo brasileiro, instaurado em 1937.

Por mais que houvesse dissonâncias entre os integralistas e Vargas, tanto em termos de propostas de Estado como em relação ao próprio caráter de cada projeto, ocorreram também momentos de coexistência e colaboração, o que foi possível por apresentarem inimigos comuns, como o comunismo, e pela defesa de um Estado corporativista. Este artigo tem como propósito analisar essas relações ambíguas entre eles, que resultaram no breve apoio de Plínio Salgado, o chefe integralista, a implementação da ditadura estado-novista. Busca-se observar como o corporativismo proposto na Constituição de 1937, que institucionalizou o Estado Novo no Brasil, contribuiu, aliado a outros fatores, neste processo.

Integralismo brasileiro e os governos de Getúlio Vargas: aproximações e afastamentos

No Brasil da década de 1920, iniciou-se um processo de emergência de grupos políticos autoritários que se manifestavam contrários à estrutura liberal-oligárquica estabelecida na Primeira República (1889-1930), que era caracterizada pelo controle

²² Compreende-se que o fascismo transcendeu a experiência na Europa, estabelecendo-se em diferentes contextos nacionais para além do universo europeu, marcado fundamentalmente pelas experiências italiana e alemã. Converge-se em direção à perspectiva desenvolvida tanto por Roger Griffin (2006), que apresenta uma interpretação a respeito do “fascismo genérico”, como por Federico Finchelstein (2019), cujo argumento é centrado na ideia de que o fascismo foi um fenômeno mundial e transnacional que assumiu diversas variantes nacionais e interpretações políticas.



fraudulento do voto, pela apatia política, pela ausência de competição eleitoral e pelo desrespeito aos direitos das minorias (Viscardi, 2016, p. 200). Nesse contexto, estabeleceu-se um processo político marcado pela instabilidade política, em que predominou um discurso de crise em relação ao liberalismo oligárquico. Assim, com propostas amparadas na ideia da decadência do passado recente e visando a recuperação da nação em um futuro presente, atores políticos de variados grupos passaram a defender projetos de Estado a fim de solucionar os problemas nacionais²³.

A partir disto, desencadeou-se a Revolução de 1930, cujo objetivo era o desmantelamento das estruturas clientelistas. Nesse processo, forças políticas lideradas por Getúlio Vargas chegaram ao poder, dando início a um governo provisório na Segunda República brasileira (1930-1937): “com um vago programa autoritário e antioligárquico, depois de ter assumido o poder, o governo provisório de Vargas não teve pressa em estabelecer uma nova ordem constitucional, e em vez disso rapidamente começou a fortalecer o poder central” (Pinto, 2021, p. 89).

O governo provisório de Vargas teve vigência até 1934, quando foi eleito no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte para exercer um mandato até novas eleições, que aconteceriam em 1938, mas foram frustradas pela instauração da ditadura estado-novista em 1937. No âmbito do segundo governo varguista, de 1934 a 1937, ocorreu uma série de crises, marcadas pela polarização política e por tensões entre projetos que buscavam o reestabelecimento da ordem liberal ou o reforço do autoritarismo. Este cenário possibilitou o endurecimento do discurso de Vargas, com ampliação do aparelho repressivo (Pinto, 2021). Além disso, foi nesse contexto que as primeiras experiências corporativas brasileiras ocorreram, tornando-se constitucionais com a promulgação da Carta de 1934, em que se estabeleceu uma representação profissional (Viscardi, 2019).

Para além de Vargas, outros projetos corporativistas foram pensados para o Brasil dos anos 1930. Dentre eles, destaca-se aqui o de Plínio Salgado, que apresentou o “corporativismo integral” como uma das bases de seu projeto de Estado. Os integralistas apresentavam-se no cenário nacional com uma proposta de Estado fundamentalmente fascista e, assim, constituíram-se como a maior expressão do fascismo extraeuropeu (Pinto, 2021). Getúlio Vargas, por sua vez, desenvolveu um projeto de Estado

²³ Observa-se que as projeções desenvolvidas, principalmente pela intelectualidade do período, eram guiadas por um discurso de crise, que se relacionava com a experiência do tempo histórico. Dessa forma, configurava-se uma constante tensão entre experiências e expectativas, o que demonstra a operacionalidade das categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. Cf. Koselleck, 2006.



corporativista amparado em pautas trabalhistas²⁴, que foi concretizado com a implementação do Estado Novo brasileiro. A ditadura estado-novista pode ser considerada um regime “para fascista”, ou seja, um regime que

Por mais ritualístico que seja o seu estilo de política, por mais bem orquestrado que seja seu culto ao líder, por mais palingenética que seja sua retórica, por mais implacável que seja seu aparato de terror, por mais temível que seja sua liga paramilitar oficial, por mais dinâmica que seja a sua organização juvenil ou monolítico seja seu partido de Estado, ele reagirá ao fascismo genuíno como ameaça e, embora possa ser forçado a buscar a cooperação de um movimento fascista para garantir apoio populista ou afastar inimigos comuns (notadamente o socialismo revolucionário), este regime aproveitará a primeira oportunidade para neutralizar este fascismo²⁵ (Griffin, 2006, p. 161, tradução nossa).

Apesar de não se configurarem como regimes fascistas *ipsis litteris*, estes “para fascismos” foram governos que sofreram processos de fascistização a partir da influência de ideias em circulação no período, como as desenvolvidas pelo fascismo italiano e pelo nazismo (Grecco; Gonçalves, 2022, p. 44). No caso brasileiro, o governo de Vargas foi constituído em torno de um discurso fortemente nacionalista e autoritário, com elementos corporativistas, o que era convergente com o proposto pelos integralistas brasileiros.

No período que antecede a instauração do Estado Novo brasileiro, as relações entre integralistas e Getúlio Vargas eram ambíguas. O contato da AIB com o governo varguista ocorria principalmente por meio das relações de proximidade em torno do inimigo comum: o comunismo. Entretanto, por mais que partilhassem do sentimento anticomunista, ambos estavam em busca do poder supremo a fim de instituir suas propostas corporativistas de Estado, o que acabava por gerar divergências (Gonçalves, 2017, p. 102).

[O integralismo] tentava impedir qualquer tipo de supremacia partidária oligárquica estadual, ou até mesmo entre opositores esquerdistas – os comunistas do PCB, os aliancistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada no mesmo período da oficialização partidária da AIB e colocada na

²⁴ Vargas introduziu uma nova forma política autoritária e antidemocrática no Brasil: o trabalhismo configurava-se como um projeto de incorporação política dos trabalhadores brasileiros por meio de uma representação corporativa. Segundo Angela de Castro Gomes, “o sucesso do projeto político estatal – do “trabalhismo” – pode ser explicado pelo fato de ter tomado do discurso articulado pelas lideranças da classe trabalhadora, durante a Primeira República, elementos-chave de sua autoimagem e de os ter investido de novo significado em outro contexto discursivo. Assim, o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores” (Gomes, 2005, p. 25).

²⁵ “However ritualistic its style of politics, well orchestrated its leader cult, palingenetic its rhetoric, ruthless its terror apparatus, fearsome its official paramilitary league, dynamic its Youth organization or monolithic its state party, will react to genuine fascism as a threat, and thought it may be forced to seek a fascist movement’s co-operation to secure populist support or ward off common enemies (notably revolutionary socialism), such a regime will take the first opportunity to neutralize it” (Griffin, 2006, p. 161).

ilegalidade em julho de 1935, ou até mesmo da Frente Única Antifascista (FUA), existente desde 1933 (Gonçalves, 2017, p. 97).

Nesse sentido, ocorre uma radicalização integralista em relação ao anticomunismo: embates entre o integralismo e seus opositores passaram a ser inevitáveis, desenvolvendo-se não só no campo verbal, mas também a partir de conflitos armados, como a Batalha da Praça da Sé²⁶. A partir desse momento, o discurso integralista em torno da “ameaça” comunista é mais visível e o anticomunismo presente na AIB torna-se um elemento de ligação entre o governo de Getúlio Vargas e os integralistas (Gonçalves, 2017). Em um artigo no principal jornal integralista A Offensiva, Plínio Salgado aconselhou o presidente da República em relação às atividades comunistas no cenário nacional:

O comunismo já não é infelizmente entre nós uma ficção intelectual, entretida pelos que se dão ao estranho gosto de ler a literatura social inspirada nos postulados do credo rubro de Moscou. Já passou desse período, tendo abandonado o terreno das vagas aspirações espirituais pelo de uma realidade que reclama a ação do Estado, dada a sua evidente gravidade [...]. Ao invés de andar timidamente dentro dos artigos da Constituição, precisa o governo encarar o comunismo como um perigo nacional, exigindo providências radicais e extremas (Salgado, 1934, p. 1).

Aliado ao anticomunismo, havia a convergência em torno de um projeto de Estado corporativo. Na revista de cultura integralista Panorama, por exemplo, intelectuais que atuavam ativamente nos governos varguistas, desempenhando papéis decisivos na institucionalização do corporativismo, foram convidados a publicar textos acerca de questões nacional-corporativas. Este é o caso de Azevedo Amaral²⁷ e Oliveira Vianna²⁸ (Pacheco, 2021a). Além das contribuições textuais, havia reproduções de comentários elogiosos deste último nas páginas do periódico: “Bela revista, que consegue conter tanta

²⁶ A Batalha da Praça da Sé foi um conflito entre integralistas e antifascistas na cidade de São Paulo. Esta ocorreu em decorrência de uma comemoração marcada pelos integralistas no dia 7 de outubro de 1934 para comemorar dois anos da fundação da AIB. Havia um desfile de 10 mil integralistas programado em direção à praça da Sé, onde Plínio Salgado faria um comício e os militantes prestariam juramento ao chefe. A comemoração, entretanto, foi frustrada por organizações antifascistas, que se reuniram para um embate com os integralistas. Neste, houve vários mortos e feridos.

²⁷ Azevedo Amaral (1881-1941) foi um intelectual que atuou na primeira metade do século XX em defesa de um regime político autoritário e corporativista, tendo como argumento a melhor adequação à realidade nacional brasileira, que enfrentava uma crise alavancada pelo sistema liberal. Apesar de não ter exercido um cargo político no governo Vargas, influenciou no período, auxiliando na institucionalização do corporativismo.

²⁸ Oliveira Vianna (1883-1951) atuou ativamente, entre 1932 e 1940, como assessor jurídico no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) do governo Vargas, desempenhando papel decisivo na institucionalização do corporativismo e sendo um dos principais autores da legislação que o instituiu.



coisa em tão pequeno volume”²⁹, o que demonstra uma tentativa de validação e aproximação.

Ao analisar as publicações integralistas do período, principalmente na imprensa³⁰, é possível visualizar um aceno positivo em relação ao governo de Vargas, que culminaria na instauração de uma ditadura no Brasil. Na semana anterior ao golpe que institucionalizou o Estado Novo brasileiro, por exemplo, Miguel Reale discursou na comemoração do sétimo aniversário da Revolução de 1930, que conduziu Vargas ao governo brasileiro. Ao apresentar uma imagem do diretor da Secretaria de Doutrina e Estudos da AIB discursando em favor de Vargas no Teatro Municipal de São Paulo, a revista integralista *Anauê!* informou que

Os oradores que se fizeram ouvir expressaram com fidelidade o espírito do atual momento brasileiro, as aspirações do nosso povo nesta hora importante da nossa vida [...] vieram demonstrar de público que o seu apoio ao Presidente da República exprime o sentimento de todo o país na repulsa ao imperialismo russo. E ao mesmo tempo a vontade nacional no sentido de se criar o Brasil novo encheu na noite do dia 3 de Novembro, o Teatro Municipal, do legítimo espírito revolucionário que a jornada de 30 tanto contribuiu para suscitar no Brasil (*Anauê!*, 1937, p. 62).

Por mais que o integralismo apresentasse um projeto de Estado próprio, o discurso foi, em certa medida, adaptado no período que antecede a instauração da ditadura varguista. Plínio Salgado, por exemplo, retirou sua candidatura à Presidência da República para as eleições que ocorreriam em 1938, o que sinaliza um aparente apoio a Vargas. Esse movimento conciliatório dos integralistas não se conformou ao acaso. Foi decorrente de uma manobra política articulada por Getúlio Vargas a fim de angariar apoio integralista.

Em torno do discurso de “ameaça” comunista, estabeleceu-se o Plano Cohen, organizado pelo integralista e capitão do exército Olympio Mourão Filho:

O objetivo era buscar uma unidade entre os anticomunistas por meio de um forte discurso conspiracionista. Dessa forma, o chefe do Estado-Maior Góes Monteiro noticiou, no programa radiofônico *Hora do Brasil*, a descoberta de um plano cujo objetivo era derrubar o presidente Getúlio Vargas. Todos eram categóricos de que o documento foi arquitetado entre membros do PCB e as organizações comunistas internacionais. Após o programa de rádio, o medo transformou-se em terror e pânico. A histeria foi geral. O que a população não sabia é que o plano era uma fraude (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 58).

²⁹ Cf. Panorama, São Paulo, n. 4-5, 1936, p. 43; Panorama, São Paulo, n. 7, 1936; Panorama, São Paulo, n. 8, 1936, p. 69.

³⁰ A imprensa esteve presente desde a fundação da AIB, representando um instrumento significativo para o integralismo brasileiro, tendo em vista que era compreendida como indispensável para a difusão do pensamento integralista e para a doutrinação da população. Para mais, cf. Oliveira, 2019.



Este movimento, que ocorreu em setembro de 1937, possibilitou um endurecimento do discurso de Vargas e foi utilizado para legitimar o golpe de Estado de novembro de 1937. Assim, houve a presença integralista no processo de organização para implantação do Estado Novo, o que representou um elemento de esperança para o movimento e intensificou-se na medida em que Getúlio Vargas desenrolou um claro processo de manipulação: o presidente prometeu que Plínio Salgado entraria oficialmente no governo após o golpe, sendo responsável pelo Ministério da Educação (Gonçalves, 2017, p.103).

Este acordo, mediado pelo ministro da Justiça Francisco Campos, possibilitou o contato dos integralistas com o texto da Constituição de 1937 antes mesmo de ela ser outorgada. Em carta a Ribeiro Couto, o chefe integralista demonstrou conhecimento prévio sobre a Carta e indicou que “a elaboração da Carta Constitucional [...] foi discutida e trabalhada em minha casa” (Salgado, 1940). Além disso, enunciou que “[fui] ouvido sobre a nova constituição brasileira e essa constituição coincidir com muitas das ideias integralistas” (Salgado, 1943). Ademais, o próprio presidente indicou o contato com os integralistas em seus diários: “Plínio Salgado, nos entendimentos com o ministro da Justiça, mostrou-se de inteiro acordo com a dissolução dos partidos políticos, inclusive do integralismo, e sua entrada para o Ministério” (Vargas, 1995).

Houve, portanto, um claro diálogo entre integralistas e Getúlio Vargas acerca da Constituição de 1937 que regulamentava o Estado Novo a partir de bases corporativistas, o que ia ao encontro dos anseios integralistas em relação aos rumos da nação brasileira³¹. Entretanto, ao instaurar o golpe de Estado, o presidente não concedeu poder a Salgado, o que demonstra que apenas utilizou da força política dos militantes integralistas para auxiliar na consolidação da ditadura estado-novista (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Integralismo e a institucionalização do corporativismo estado-novista no Brasil

Relações transnacionais entre atores políticos autoritários marcaram o século XX, o que gerou um amplo campo de circulação de ideias e práticas entre ditaduras e ideologias. Esse processo de difusão transnacional foi marcado, entre outras questões, pelo corporativismo, que se apresentou enquanto “uma nova forma de cooptação de

³¹ Ao desenvolver seu projeto de “Estado Integral”, a AIB mobilizava uma relação dialógica entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”. O discurso da intelectualidade integralista era construído em torno da expansão desse horizonte por meio de projeções nacionalistas e corporativistas. Dessa forma, os integralistas defendiam que o caminho para resolução da crise político-social brasileira estaria em um Estado nacional-corporativo (Pacheco, 2021a).



interesses pelo estado e como um modelo autoritário de representação política, capaz de ser uma alternativa às democracias liberais”. Dessa forma, o corporativismo³² caracterizou-se como um dos pensamentos em trânsito no período (Pinto, 2021, p. 18-19).

Entretanto, foi ainda no século XIX que os princípios corporativistas passaram a ser promovidos por meio da Doutrina Social da Igreja: buscando opor-se ao comunismo e ao capitalismo liberal, a Igreja Católica sintetizou, em 1891, a partir da encíclica papal *Rerum Novarum* emitida pelo papa Leão XIII, uma proposta de resolução à “questão social”, que se apresentava como uma “terceira via” para a organização social. Já em 1931, as orientações dessa encíclica foram reafirmadas por meio de uma nova, a *Quadragesimo Anno*, emitida pelo papa Pio XI. Essas encíclicas auxiliaram tanto na divulgação das ideias corporativas, tornando-as progressivamente mais populares entre os jovens católicos conservadores, como na organização de movimentos radicais de cunho conservador, que buscaram aplicar a teoria social da Igreja, como a AIB (Pinto, 2021; Gonçalves, 2017).

A mobilização do corporativismo nos primeiros anos do século XX não ocorreu apenas por influência da Igreja. No Integralismo Lusitano (IL)³³, por exemplo, o corporativismo constituiu-se como elemento central ao desenvolverem um ideal de “corporativismo integral”, que tinha como objetivo restaurar a monarquia e resolver a “questão social” por meio do sindicalismo orgânico (Pinto, 2016b, p. 23-24). Ademais, o conceito passou a ser difundido com maior expressividade com a publicação de textos e

³² O corporativismo surge como conceito na Roma antiga, porém é no período medieval que passa a ser utilizado enquanto uma forma específica de organização do trabalho e da produção, referindo-se a uma instituição própria, corporação de ofício, cuja importância econômica e social se fazia fundamental (Viscardi, 2019). O conceito sofre algumas transformações com o decorrer do tempo, passando a ser compreendido como um dos mais influentes modelos de representação de interesses da primeira metade do século XX e, assim, é utilizado por movimentos e regimes autoritários como uma política “orgânico-estatista” alternativa ao capitalismo liberal e ao comunismo (Pinto, 2016a). Enquanto forma de representação, pode ser social ou político, como definem Philippe Schmitter (1992) e António Costa Pinto (2021), e/ou econômico, conforme apresenta Álvaro Garrido (2018).

³³ O IL foi um movimento de teor corporativista fundado por um grupo de estudantes da Universidade de Coimbra, que defendiam, em sua maioria, princípios monárquicos: “organizados em 1914, os integralistas iniciaram a sua campanha na esfera cultural, e foi neste terreno que se situaram, nos três primeiros anos da sua existência. A sua primeira preocupação foi a de legitimação histórica, inserindo a sua proposta no passado nacional, dando-lhes credibilidade e polarizando à sua volta as elites intelectuais a que se dirigiam”. Passado esse momento essencialmente cultural, “iniciaram a sua campanha fundamentalmente no campo da luta ideológica. [...] o IL organizou-se em movimento político. O seu projeto poder-se-ia resumir ao da restauração de uma monarquia corporativa, antiliberal, descentralizada e tradicionalista”. Dessa forma, “O Integralismo deixou uma marca intelectual profunda na cultura política portuguesa do século XX. Sendo, sem dúvida, marcado pelo exemplo da *Action Française*, o IL conseguiu sintetizar de forma criadora e durável os fundamentos de um novo nacionalismo reacionário especificamente português” (Pinto, 2016b, p. 17-21).



documentos como a *Carta del Lavoro* (1927) italiana³⁴, o *Estatuto do Trabalho Nacional* (1933) português³⁵, o *Le Siècle du Corporatisme* (1934) de Mihail Manoilescu, entre outros.

Foi neste panorama que o debate sobre corporativismo ganhou espaço no Brasil, intensificando-se conforme o governo de Getúlio Vargas avançava rumo à institucionalização da representação de interesses, que ocorreu em 1934, e do corporativismo social, que se estabeleceu no Estado Novo. Nos primeiros anos do século XX, uma das pautas mobilizadas pela intelectualidade brasileira estava relacionada à crítica ao sistema representativo previsto pela Constituição de 1891, sendo apresentado como ineficaz e inadequado à realidade nacional por diversos autores consagrados no período, como Alberto Torres, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna e Francisco Campos (Viscardi, 2019, p. 16).

No cenário brasileiro, a necessidade de transformar o sistema representativo liberal-democrático se tornou uma questão a ser resolvida³⁶, criando espaço para a representação classista/profissional (Tanagino, 2018, p. 295). Esse debate foi impulsionado após a institucionalização dessa “representação por classes”³⁷, que se iniciou com o Decreto n. 19.770 de março de 1931 e ganhou força, progressivamente, com o Código Eleitoral de 1932 e com as Constituições de 1934 e 1937:

O corporativismo atingiu seu auge com o Estado Novo, mas sua presença ideológica e institucional tinha feito parte do discurso político oficial desde 1930 [...]. A adoção do corporativismo foi, portanto, uma marca da Revolução de 1930 que moldou as eleições para a assembleia constituinte e a constituição de 1934. Ao longo dos anos 1930, o corporativismo, associado ao

³⁴ A *Carta del Lavoro* italiana é central em se tratando de organização corporativa na era dos fascismos, tendo em vista que influenciou tanto na elaboração teórica como na institucionalização de grande parte dos corporativismos sociais do período. No Brasil, influenciou não só o corporativismo integralista, desenvolvido por Miguel Reale, como também a Constituição de 1937, que institucionalizou o corporativismo no Estado Novo de Getúlio Vargas (Pinto, 2021).

³⁵ O Estado Novo português criou e impôs uma ordem econômica corporativa baseada em uma lógica funcional e instrumental, desenvolvendo, para além de um sistema corporativista de raiz católica, uma organização corporativa eminentemente econômica. Ademais, o regime de Salazar colheu, no corporativismo, o miolo ideológico e o aparato instrumental de sua política social. Para saber mais sobre o corporativismo em Portugal, cf. Garrido, 2018.

³⁶ Os intelectuais do período, amparados pelo discurso de “crise”, mobilizavam o passado a partir de “espaços de experiência” a fim de projetar a resolução das questões políticas e sociais do Brasil, ampliando o “horizonte de expectativa”. Por mais que houvesse a convergência em torno da crise do liberalismo, cada ator político selecionava e reinterpretava um passado a partir de suas experiências. Entretanto, apesar das diferenças, havia uma convergência em torno da necessidade da implementação de um Estado estruturado em bases corporativistas enquanto única possibilidade de recuperação da ordem social e política.

³⁷ Getúlio Vargas, em seu primeiro discurso a respeito da representação classista defendia que “[O programa da revolução] modifica o regime representativo, com a aplicação de leis eleitorais preventivas, extirpando as oligarquias políticas e estabelecendo, ainda a *representação por classes* em vez do velho sistema de representação individual, tão falho como expressão da vontade popular” (Vargas, 1938, p. 314 *apud* Viscardi, 2019, p. 24).



autoritarismo, ao centralismo e ao nacionalismo, foi adotado por diferentes forças políticas emergentes, desde fascistas a católicos sociais (Pinto, 2021, p. 90-91).

Apesar de o estabelecimento de regimes pautados por princípios corporativos ser significativo para a difusão do conceito no país, outros círculos políticos, especialmente fascistas e/ou conservadores, também contribuíram para o desenvolvimento de ideias corporativistas no cenário nacional. Dentre eles, a AIB, que fez do corporativismo uma parte de sua identidade política e dos seus planos para o futuro “Estado Integral” (Pinto, 2021, p. 92).

Os delineamentos do Estado integralista, na perspectiva de Miguel Reale³⁸, podem ser observados em suas produções do período, como “O Estado moderno” (1934), “ABC do integralismo” (1935) e “O capitalismo internacional” (1935). A partir da compreensão do romeno Mihail Manoilescu acerca do “corporativismo puro e integral”³⁹, Reale elaborou o “corporativismo integral”, que fundamentava a teoria de Estado integralista a partir de uma interpretação que “previa a constituição das corporações em bases societárias” (Tanagino, 2018, p. 331).

Este pensamento era construído em torno da ideia de “uma reunião dos indivíduos que, em um mesmo território e sob o mesmo poder soberano, possuem aspirações comuns, interesses independentes, um mesmo patrimônio espiritual e material” e “uma cooperativa criada e mantida pela divisão do trabalho e pela comunhão dos afetos, um organismo ético, econômico, cultural e político. Síntese, portanto, de direitos e deveres” (Reale, 1934, p. 189). Assim, o integralismo não compreenderia o Estado sem as corporações. Ou seja, o corporativismo é central na elaboração do pensamento realeano e nos delineamentos teóricos do “Estado Integral”, que dessa forma repousaria em uma concepção social de várias dimensões resultante de apreciações multilaterais, desde o

³⁸ No integralismo brasileiro, havia três principais correntes internas: uma perspectiva mais conservadora, espiritualista e católica, defendida por Plínio Salgado; outra, mais radical e conspiratória, marcada pelo antissemitismo de Gustavo Barroso; e, por fim, uma tendência mais próxima do fascismo italiano, que se preocupava com a estruturação do “Estado Integral”, partindo de uma compreensão de que ele seria pautado pelo teor nacional-corporativo, defendida por Miguel Reale. Enquanto terceiro nome na hierarquia, Reale era chefe da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos da AIB e considerado o principal intelectual do movimento, visto que foi quem mais se dedicou a elaboração e sistematização dos fundamentos teóricos do “Estado Integral”. Para mais sobre Miguel Reale, cf. Tanagino, 2018.

³⁹ A obra do intelectual romeno influenciou de forma considerável na elaboração da teoria de Estado realeano, o que foi salientado pelo “camisa-verde” em uma entrevista: “Foi essa colocação do problema que me atraiu, em 1933, passando a defender, no seio da Ação Integralista, uma posição própria, baseada no corporativismo democrático de um pensador romeno, Mihail Manoilescu, em sua obra *Le Siècle du Corporatisme* [...]” (Reale, 2004). Este defendia a concepção de um “corporativismo puro e integral”, em contraponto ao “corporativismo subordinado”, definido por ele como um corporativismo que “queria fazer das corporações órgãos auxiliares e sujeitos ao Estado político” (Manoilescu, 1938, p. 59).



aspecto político até ao religioso, contemplando desde o indivíduo ao grupo e à nação (Reale, 1934, p. 189-233).

Segundo Reale, a legitimidade e o funcionamento do Estado seriam primária ou exclusivamente dependentes da atividade de representação de corporações únicas, não-competitivas e hierarquicamente ordenadas. Sendo assim, as corporações não deveriam estar sujeitas a um poder político de origem não corporativa, o que garantiria um Estado plenamente constituído por corporações. Seria este, na visão do integralista, um corporativismo mais completo que o fascista, por não considerar apenas as corporações econômicas, mas sim englobar as corporações sociais e culturais da nação, como Igrejas, exércitos, magistratura, sociedades das ciências e das artes etc. (Reale, 1934, p. 88-89).

Em síntese, o “corporativismo integral” defendido por Reale, que tinha como base o organicismo, apresentava-se como sistema capaz de desarticular o domínio dos coronéis, extinguir os partidos e integrar os estados federados pela força do Estado autoritário e transformar a economia capitalista-liberal a partir da força dirigente e interventora do Estado corporativista, a fim de promover uma espécie de *welfare* autoritário capaz de solucionar a “questão social” e o antagonismo entre “capital” e “trabalho” (Tanagino, 2018, p. 259).

Este corporativismo integralista apresentava divergências em relação a proposta que vinha sendo elaborada pelo governo de Getúlio Vargas, que se relacionava fundamentalmente ao corporativismo social. Com a outorga da Constituição Federal em 1937, o Estado Novo brasileiro foi regulamentado sob bases corporativistas, instituindo o mais importante caso de execução do corporativismo num contexto autoritária na América Latina (Pinto, 2021, p. 81).

Em decorrência da manobra política realizada por Vargas, os integralistas adotaram um tom amistoso acerca da nova ordem instituída no Brasil. Logo após a instauração da ditadura estado-novista, um importante jurista vinculado a AIB, Anor Butler Maciel⁴⁰, publica o livro “Subsídios para o estudo da estrutura política do Estado Novo”, em que realiza uma análise da Constituição de 10 de novembro com o objetivo de auxiliar na compreensão do regime político que estava sendo instaurado no Brasil (Maciel, 1937). Segundo o integralista,

⁴⁰ Anor Butler Maciel (1907-1982) foi um intelectual de relevância que contribuiu de forma significativa para a propagação do corporativismo, nacionalismo e antissemitismo brasileiro. Chefe da AIB no Rio Grande do Sul, Maciel foi um destacado jurista gaúcho, formado, em 1930, na Faculdade de Direito de Porto Alegre.



[...] a reforma da constituição veio ao encontro da vontade nacional, declarando: Primeiro: a supressão dos partidos políticos. Segundo: a organização do trabalho nacional. Essas duas conquistas máximas para a tranquilidade e bem-estar da Nação eram desejadas pelos brasileiros de sul a norte, doutrinados desde 1932, nesse sentido, pela Ação Integralista Brasileira (Maciel, 1937, p. 3-4).

Conforme indica o jurista, as ideias presentes na legislação do Estado Novo representavam os anseios políticos da AIB, principalmente a respeito da extinção de partidos políticos e da regulação econômica da nação. Isso já era presente no discurso integralista desde seus primórdios, sendo visualizado em diversas publicações, como no livro “A Doutrina do Sigma”, em que o líder Plínio Salgado indica que “Os partidos só podem se extinguir, organizando-se a verdadeira democracia cristã, que é o Estado Corporativo” (Salgado, 1935, p. 46).

A Constituição outorgada por Getúlio Vargas apresentava ideais próximos aos dos integralistas brasileiros, que participaram do processo de organização para implantação da ditadura estado-novista. Assim, na publicação sobre o regime, Butler Maciel demonstra uma tentativa de conciliação com o governo varguista. Entretanto, “o ímpeto em afirmar o integralismo enquanto uma melhor alternativa transparece em sua análise, principalmente quando apresenta delineamentos do Estado Corporativo integralista e seus “avanços” em relação à Constituição naquele momento vigente no país” (Pacheco; Gonçalves, 2021b, p. 22). Para o autor integralista,

A Ação Integralista Brasileira, no seu programa de organização do Estado Corporativo, vai além da Constituição em vigor, atribuindo aos sindicatos não somente a função econômica que lhe está assinalada na lei vigente, como ainda lhe atribui mais três importantes funções, que o capacitam para cumprimento de sua missão social, a saber: *função política* – fazendo decorrer a representação exclusivamente da indicação dos órgãos profissionais, econômicos ou culturais; *função cultural* – atribuindo aos sindicatos a assistência aos associados para elevação de sua cultura, pela manutenção de escolas, bibliotecas, auxílio ao Estado na criação de colônias infantis, núcleos desportivos, etc.; e finalmente, *função moral* – pela solução das questões oriundas da produção, dentro do espírito de cooperação e de auxílio mútuo (Maciel, 1937, p. 8).

No integralismo brasileiro, o “corporativismo integral” colocava o Estado enquanto responsável não apenas por organizar a sociedade em torno das suas disposições e de acordos com áreas de atuação e trabalho, mas também, e principalmente, por compreender a complexidade humana, a fim de satisfazer as necessidades materiais, intelectuais e espirituais da nação (Gonçalves; Caldeira Neto, 2019). O caráter autoritário e centralizador desse Estado corporativo ocorreria, entre outras questões, por meio da organização de sindicatos.



Os fundamentos norteadores da nação eram os mesmos existentes nos sindicatos [...] cumpririam funções diversas para conceber a universalidade de sua abrangência, tais como finalidades políticas (indicadores de representantes, hierarquicamente, dos conselhos municipais à câmara corporativa nacional), econômicas (determinação dos contratos coletivos, entre outros), culturais (educação, esportes, lazer etc.) e moral (resolução de conflitos diversos) (Gonçalves; Caldeira Neto, 2019, p. 216).

Assim, em relação aos sindicatos, Maciel destaca que a sua função no Estado Novo seria sobretudo econômica, representando apenas um aspecto do ser, o homem econômico, enquanto no “Estado Integral” os sindicatos estariam incumbidos de funções econômicas, políticas, culturais e morais, contemplando a integralidade do trabalhador como ser econômico, político, inteligente e moral (Maciel, 1937).

Aliado a análise da Constituição brasileira, o jurista apresenta elementos da carta constitucional italiana de 1927 com o intuito de estabelecer um comparativo com a constituição varguista e demonstrar que a legislação em questão apresentava aspectos bastante semelhantes em relação à proposta corporativa do Estado italiano. Segundo o integralista, a Constituição estado-novista, em alguns aspectos, “não difere essencialmente” e “não foge ao sistema corporativo italiano” (Maciel, 1937, p. 5-7). Pode-se compreender essas considerações como um esforço em demonstrar certa superioridade do integralismo. Isso porque, diferentemente do governo de Vargas, que fez uso de princípios italianos como inspiração para formular sua carta constitucional, o integralismo se afirmava como um movimento cujas ideias eram dotadas de originalidade.⁴¹

Apesar da oscilante posição do integralismo em relação à nova ordem instituída no Brasil com a Constituição de 1937, o que se observa é que o sucesso de Vargas na implementação do Estado Novo representou um êxito indireto da campanha política integralista acerca do corporativismo, entretanto, ao mesmo tempo determinou o fim da expectativa integralista em instaurar seu projeto de Estado pautado pelo “corporativismo integral” (Tanagino, 2018, p. 317).

⁴¹ Uma das características dos integralistas era deixar explícito o desejo da originalidade. Em diversos momentos, negavam relações políticas ou até mesmo inspirações, colocando a AIB como um movimento genuinamente brasileiro e de uma criação original, dando a entender que possuía o “marco zero”. Há conhecimento das múltiplas relações existentes no projeto político idealizado por Plínio Salgado, como o catolicismo social, a *Action Française*, o Integralismo Lusitano e a sedução que os camisas-verdes passaram a ter pelo fascismo italiano, principalmente a partir do modelo de Estado organizado em torno de um conceito autoritário e de uma prática corporativista nacionalista (Gonçalves, 2017).



Considerações finais

O cenário em que se estabeleceu a Segunda República no Brasil foi pautado pela ascensão de diversos atores políticos que mobilizavam uma relação dialógica entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”. Amparados na crítica ao liberalismo, que possibilitou a expansão do horizonte de ideias acerca da reordenação política e social no cenário nacional, os intelectuais do período desenvolveram projeções de futuro a partir de projetos de Estado baseados fundamentalmente em propostas corporativistas. Este é o caso tanto de Getúlio Vargas como dos integralistas brasileiros.

Por mais que tenham existido elos entre o integralismo e o governo de Vargas, isso não foi suficiente para garantir uma relação constantemente pacífica entre eles, visto que ambos possuíam projetos de Estado específicos para a resolução dos problemas do Brasil e, dessa forma, almejavam alcançar o poder institucionalizado para implementar suas ideias. Enquanto o integralismo brasileiro fracassou em termos institucionais, Vargas alcançou o poder máximo por meio da ditadura estado-novista implementada em 1937. Esta vigorou até 1945, quando foi derrubada. Nos anos que antecederam a implementação do Estado Novo brasileiro, nos governos conduzidos por Getúlio Vargas durante 1930 e 1937, foram gestadas as principais ideias que fundamentaram a Constituição de 1937. Ou seja, houve o sucesso de um projeto que já vinha sendo construído por Vargas e seus ideólogos desde o início dos anos 1930.

A AIB, por sua vez, acabou marginalizada com a implementação do Estado Novo. Apesar dos acenos em torno de colaboração, estabeleceu-se um sentimento de traição no interior do integralismo, uma vez que, além de não terem alcançado o Ministério da Educação como prometido, foram postos na ilegalidade juntamente com todas as outras organizações políticas, por meio do Decreto-Lei n. 37. Com isso, organizaram uma manifestação em 1938, a fim de derrubar Getúlio Vargas. Apesar de toda articulação, o ataque ocorreu de forma desordenada, com falta de preparo, o que impossibilitou o sucesso em relação aos anseios integralistas (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020). Depois do falho levante integralista, “as penas foram severíssimas e, tanto os integralistas quanto seus companheiros de empreitada tinham, agora, condições de defesa piores do que as de seus adversários comunistas no passado” (Campos, 1982, p. 90).

Assim sendo, com o integralismo na ilegalidade e uma forte repressão policial por parte do Estado Novo em relação às atividades clandestinas do movimento, muitos militantes acabaram fugindo, retirando-se para o exílio ou mantiveram-se em silêncio no



país. Plínio Salgado, por exemplo, foi preso e posteriormente, em 1939, autoexilou-se em Portugal, retornando ao Brasil em 1946 com o fim do Estado Novo (Gonçalves, 2017). Outras lideranças, entretanto, foram cooptadas pelo varguismo: Miguel Reale afastou-se do fascismo brasileiro, passou a se dedicar a atividades acadêmico-intelectuais e se inseriu no governo estado-novista, colaborando com Getúlio Vargas entre 1942 e 1945 enquanto integrante do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo. Já Gustavo Barroso não exerceu atividade política em nível institucional após o desligamento com o integralismo, mas esteve próximo aos altos círculos políticos e culturais da ditadura varguista, influenciando no regime (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020).

Data de Submissão: 12/06/2023

Data de Aceite: 15/08/2023

Referências

Anauê!, Rio de Janeiro, n. 22, dez. 1937.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. **Repressão Judicial no Estado Novo:** esquerda e direita no banco dos réus. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na história.** São Paulo: Almedina, 2019.

GARRIDO, Álvaro. **Queremos uma economia nova! Estado Novo e corporativismo.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.

GOMES, Angela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado:** um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2017.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes:** do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. In: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (org.). **Corporativismos ibéricos e latino-americanos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 209-238.

GRECCO, Gabriela de Lima; GONÇALVES, Leandro Pereira. (ed.). **Fascismos iberoamericanos.** Madrid: Alianza Editorial, 2022.

GRIFFIN, Roger. **Fascism:** An Introduction to Comparative Fascist Studies. Cambridge: Polity Press, 2018.

GRIFFIN, Roger. **The Nature of Fascism.** London, and New York: Routledge, 2006.



KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart; RICHTER, Michaela. Crisis. **Journal of the History of Ideas**, Pennsylvania, v. 67, n. 2, p. 357-400, 2006.

MACIEL, Anor Butler. **Subsídios para o estudo da estrutura política do Estado Novo**. Porto Alegre: Globo, 1937.

MANOILESCO, Mihail. **O século do corporativismo**: doutrina do corporativismo integral e puro. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **História da Imprensa da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. São Paulo: Editora LiberArs, 2019.

PACHECO, Gabriela Santi. **Panorama e o projeto integralista**: uma análise da revista intelectual. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021a.

PACHECO, Gabriela Santi; Gonçalves, Leandro Pereira. Corporativismo, nacionalismo e antissemitismo: o pensamento integralista de Anor Butler Maciel. **Historiae**, v. 12, n. 2, p. 8-28, 2021b.

Panorama, Rio de Janeiro, n. 4-5, 7 e 8, 1936.

PINTO, António Costa. **A América Latina na Era do Fascismo**. Lisboa: Edições 70, 2021.

PINTO, António Costa. Corporativismos, ditaduras e representação política autoritária. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (org.). **A onda corporativa**: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016a, p. 27-37.

PINTO, António Costa. **Os camisas-azuis**: Rolão Preto e o fascismo em Portugal. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016b.

REALE, Miguel. O integralismo revisitado. **O Estado de S. Paulo**, 28 ago. 2004. Disponível em: <https://www.academia.org.br/artigos/o-integralismo-revisitado>. Acesso em: 20 out. 2021.

REALE, Miguel. **O Estado moderno**: liberalismo, fascismo e integralismo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

ROSAS, Fernando. **Salazar e os fascismos**. Lisboa: Tinta da China, 2019.

SALGADO, Plínio. **Carta aberta aos meus amigos**. Lisboa, 22 out. 1943. (FCRB/APEB-Pop: 28177).

SALGADO, Plínio. **Correspondência de Plínio Salgado a Ribeiro Couto**, 28 fev. 1940. (FCRB/APEB-Pop: 28177).

SALGADO, Plínio. **A doutrina do Sigma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1935.

SALGADO, Plínio. O perigo do comunismo. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 24, 07 de nov. 1934.

SCHMITTER, Philippe. ¿Continúa el siglo del corporatismo? In: ACUÑA, Carlos. **Lecturas sobre el estado y las políticas públicas**: retomando el debate de ayer para fortalecer el actual. Buenos Aires: Jefatura de Gabinete de Ministros, 1992, p. 613-650.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A síntese integral**: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016.

VARGAS, Getúlio. **Diário (1930-1942)**. Vol. 2. São Paulo; Rio de Janeiro: Siciliano; FGV, 1995.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Corporativismos: uma análise conceitual e historiográfica. In: ABREU, Luciano Aronne de; VANNUCCHI, Marco Aurélio (org.). **Corporativismos ibéricos e latino-americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2019, p. 11-34.



DE PEDRO A PLÍNIO: A CONCEPÇÃO POLÍTICA DE ESTADO INTEGRAL DE PLÍNIO SALGADO E A DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA

FROM PETER TO PLÍNIO: THE POLITICAL CONCEPTION OF PLÍNIO SALGADO'S ESTADO INTEGRAL AND THE SOCIAL DOCTRINE OF THE CHURCH



VICTOR HENRIQUE DE MORAIS SCHONS⁴²

Resumo

O objetivo deste artigo foi analisar, cruzadamente, a Doutrina Social da Igreja (DSI) e o pensamento político de Plínio Salgado (1895-1975), mormente em relação à concepção de ambos sobre o Estado e suas prerrogativas. Salgado, ativista político e fundador da Ação Integralista Brasileira, teve a influência de várias correntes e tendências culturais e políticas na formação da sua doutrina, o que já foi abordado com atenção pela historiografia. Um dos aspectos-chave da doutrina pliniana, nisso, foi sua sempiterna adesão aos princípios cristãos católicos. A hierarquia católica, por sua vez, possui um conjunto de ensinamentos para a questão sócio-política, intitulado Doutrina Social da Igreja. Parte-se, para investigar a doutrina pliniana, principalmente de Trindade (1979); enquanto que a abordagem da doutrina social católica deriva de Faux (2019) e da Enciclopédia da DSI elaborada por Ávila (1993). Concluiu-se que o líder integralista uniu o totalitarismo de Mussolini com a DSI de maneira a criar uma ideologia contraditória, com elementos que são incompatíveis entre si.

Palavras-chave: Plínio Salgado; Doutrina Social da Igreja; integralismo; catolicismo; fascismo.

Abstract

The objective of this article was to cross-analyse the Social Doctrine of the Church and Plinio Salgado's (1895-1975) political thought, mainly as to the conception of both on the State and its prerogatives. Plínio Salgado, political activist and founder of the Brazilian Integralist Action, had the influence of many cultural and political ideas and tendencies during the formation of his doctrine, and the historiography has already written much about it. A key-element of the plinian doctrine, thus, was his endless adherence to the Christian Catholic principles. The Catholic hierarchy has a collection of teachings regarding the socio-political question, entitled Social Doctrine of the Church. In order to investigate the plinian doctrine, we use Trindade (1979); meanwhile, the approach of the Catholic social doctrine derives from Faux (2019) and Ávila's Encyclopedia (1993). We concluded that the integralist leader unified Mussolini's totalitarianism with the Church's doctrine in a way as to create a contradictory ideology, with elements that are incompatible amongst themselves.

Keywords: Plínio Salgado; Social Doctrine of the Church; integralism; catholicism; fascism.

⁴² Graduando em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: v.henrique.m.s@gmail.com.



Introdução

Enquanto a historiografia em torno do integralismo brasileiro tem sucessivamente invocado a influência da espiritualidade cristã católica na formação do pensamento político de Plínio Salgado, a exemplo de Trindade (1979), Vasconcellos (1979) e Gonçalves (2018), ainda são incomuns as análises cruzadas entre o discurso⁴³ presente nas obras deste autor fascista e a abordagem eclesiástica aos assuntos sócio-políticos. Essa leitura comparativa faz-se necessária ao passo que “a doutrina social da Igreja afigurava-se ao entendimento integralista como um caminho orientador da sociedade” (Ferreira, 2007, p. 283 *apud* Gonçalves, 2012, p. 168). Gonçalves defende que Salgado só desenvolveu as teses do seu integralismo⁴⁴ se fundamentando nos discursos eclesiásticos, e neles buscando legitimidade (Gonçalves, 2012, p. 169).

O catolicismo é elemento indissociável da genealogia do integralismo de Plínio Salgado⁴⁵ (Gonçalves, 2018, p. 42-43) e é de interesse do saber histórico traçar relações de aproximação e distanciamento entre ambos. O objetivo deste artigo é, portanto, explorar uma relação entre a concepção pliniana do que seria o Estado ideal – o Estado Integral, resultado da “revolução” dos camisas verdes – e as noções de Estado e suas prerrogativas presentes na Doutrina Social da Igreja (DSI).

A perspectiva teórico-metodológica usada para se ler os documentos da DSI é o de Jean-Marie Faux (2019, p. 8-11): são “ensinamentos”, um “conjunto doutrinal” sobre a “organização da sociedade de seu tempo”. Temos, então, que a Doutrina Social da Igreja é um ensino sobre um tempo particular e para um tempo particular: a contemporaneidade. Comumente se atribui ao papa Leão XIII o início da DSI, com a publicação da carta-encíclica⁴⁶ *Rerum Novarum* ([1891]), título que se traduz para “(Das) Coisas Novas”; os

⁴³ Gonçalves (2012), em sua tese de doutorado, dedicou uma considerável seção para tratar das semelhanças e mimetismos entre a doutrina pliniana e a doutrina política da Igreja Católica. Contudo, como ele mesmo aponta, seu intuito não foi debruçar-se sobre os documentos eclesiásticos; assim, temos dele uma análise que tão-somente vez ou outra faz referências diretas às fontes doutrinárias da Igreja.

⁴⁴ Utilizo, aqui, a conceituação de “o integralismo de Plínio Salgado” separado de outros integralismos pelo fato de que outros ideólogos integralistas interpretaram divergentemente o movimento e o que ele objetivava construir. A título de exemplo: “Se esta dimensão não predomina nos escritos de Salgado, aparece explicitamente nos livros de Miguel Reale e Gustavo Barroso. Com Barroso o nacionalismo econômico adquire um conteúdo anti-semita, enquanto Reale, que vinha do marxismo, situa-se numa posição essencialmente econômica”; e “O Manifesto de Salgado atribui a Deus a condução do destino dos povos, enquanto que a idéia subjacente no Abecedário de Reale é que ao Estado cabe esta função” (Trindade, 1979, p. 214, 217, *sic*).

⁴⁵ De tamanha relevância foi o catolicismo para o integralismo que as subseqüentes gerações de integralistas, até o presente século, têm tal religião como a preponderante entre seus membros (Carneiro, 2007, p. 10).

⁴⁶ Tipo de missiva, geralmente doutrinal ou de governo eclesiástico, dispensada pelos bispos da Igreja – aqui, a questão se centra em um tema mundial, o que compete ao bispo de Roma, o Papa.



seus sucessores, contudo, desenvolvem e ampliam o conteúdo doutrinário-social (Ávila, 1993, p. 165). Como aponta Ávila, a especificidade própria de tal abordagem das questões sócio-políticas é a de conciliar “doutrina” com “social”, dado que a primeira “conota a ideia de princípios permanentes” e “estruturados”, enquanto que o outro termo navega pelas marés de “mutações” e “contradições” constantes (Doutrina, 1993, p. 165). Como diretrizes, enfim, os conjuntos de documentos eclesiais entendidos como DSI – “[cartas] encíclicas, radiomensagens, alocações, discursos, documentos das Congregações Romanas, dos Sínodos dos Bispos e da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz” (Ávila, 1993, p. 8) – são uma forma da Igreja Católica, escorada nos seus princípios religiosos estabelecidos, dar respostas “aos sempre novos problemas sociais” (Doutrina, 1993, p. 165).

Para ler Salgado, apoio-me em Gonçalves (2018, p. 30), que diz a respeito da doutrina pliniana: “Com matizes múltiplas, Salgado tinha como propósito a construção de uma doutrina política original; no entanto, a circularidade de ideias do período fez com que o chefe sofresse influências consideráveis para a formação do seu pensamento”. Embora este autor investigue as relações entre Salgado e a direita lusitana, nosso intuito é partir do mesmo pressuposto – compreender as dinâmicas de influência –, ainda que visando a ler Salgado às luzes do catolicismo. Tal qual Gonçalves com os movimentos portugueses, procurei, aqui, o contexto da referência doutrinal eclesiástica nas obras do líder fascista brasileiro.

Este artigo compartilha dessa interpretação de origens plurais do pensamento de Salgado. Ademais, também é digna de nota a proposta de virada historiográfica de Giselda Brito Silva (2008), quando sugere a investigação do integralismo fora do núcleo nacional a partir de fontes orais, memorialística e biografias de pensadores católicos. A intenção de Silva, como a nossa, é a de apresentar o integralismo e os integralistas como produtos de uma série de influências, ao contrário de uma imagem tão reducionista quanto simplificadora.

Como figura católica devota, é preciso delimitar o escopo das obras de Salgado até o ano de 1937, quando o papa Pio XI publicou uma carta-encíclica condenando o regime de Hitler⁴⁷. Essa demarcação se justifica pelo intento deste trabalho: quer-se

⁴⁷ Trata-se do documento *Mit Brennender Sorge*. A condenação da ideologia nacional-socialista é patente: “A raça ou o povo, o Estado ou uma forma determinada do mesmo, os representantes do poder estatal ou outros elementos fundamentais da sociedade humana têm na ordem natural um posto essencial e digno de respeito; contudo, quem os arranca desta escala de valores terrenos, elevando-os à supremacia, ainda em valores religiosos, e divinizando-os com culto idólatra, perverte e falsifica a ordem criada e imposta por



compreender a relação entre as ideias de Salgado e as da Igreja em um momento em que a negação formal e veemente do nacional-socialismo ainda não era difundida. Por isso excluiu-se da leitura obras pós-1937 e, muito mais, as pós-Segunda Guerra, quando o grande público tomou conhecimento da brutalidade dos Estados totalitários. Evita-se, assim, escritos que possam estar enviesados na direção de um distanciamento maior em relação aos fascismos europeus, considerando a piedade desta personagem histórica. Pela mesma razão, não foram levadas em conta, no escrutínio, obras cuja autoria foi compartilhada com Salgado, pela possibilidade de contradição de pensamento com as redações que são singular e inteiramente do líder – estas últimas já são muitas e suficientes.

As principais fontes históricas da DSI usadas neste trabalho são duas encíclicas em versão online disponível no site da Santa Sé: a *Rerum Novarum* ([1891]) e a *Quadragesimo Anno* ([1931]b); ambas são tidas como referências nas primeiras décadas de formulação do corpo doutrinal sócio-político da Igreja, tendo em consideração: a) suas extensões; e b) uma ser o texto fundacional e a outra, publicada no quadragésimo aniversário da primeira. De Salgado, utilizou-se principalmente o “Manifesto de 7 de Outubro de 1932” ([1932]), em que se lança ao público as bases doutrinárias da Ação Integralista Brasileira; e o livro-ensaio “O que é o Integralismo?” (1956), publicado originalmente em 1933, em que o autor desenvolve suas percepções do mundo que lhe é contemporâneo e os objetivos do integralismo para “revolucioná-lo”.

Reconhece-se a presença de um grande número de católicos cujo produção intelectual expôs um contato entre a religiosidade católica e a política. Autores que representam linhas próximas – mas não idênticas – à de Salgado são, por exemplo: Jackson de Figueiredo e Tristão de Athayde, do Centro Dom Vital; e Arlindo Veiga dos Santos, fundador da Ação Imperial Patrionovista (AIPB). Sobre o último, recomenda-se a leitura de Petrônio Domingues (2006) e Teresa Malatian (2015); a dissertação de mestrado de Carlos André Moura (2010), por outro lado, pode ser um bom começo de caminho para um leitor interessado na intelectualidade católica conservadora da década de 1930. Entretanto, é necessário enfatizar que este trabalho diz respeito a tão-somente a relação entre o discurso de Salgado e o da doutrina oficial eclesiástica, o que

Deus, e está longe da verdadeira fé e de uma concepção da vida conforme ela” (Pio XI, [1937]a, p. 3, tradução nossa).



inevitavelmente ausenta este breve artigo de referências externas às obras políticas do fundador do integralismo brasileiro e à DSI.

O pensar político da Igreja Católica

Sardica (2004, p. 5), indica que os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja remontam “ao pontificado de Leão XIII (1878-1903) e, muito especificamente, à sua encíclica *Rerum Novarum*, unanimemente considerada, por teólogos e historiadores, a «magna carta» fundadora da Doutrina Social da Igreja”⁴⁸. O contexto histórico de onde a DSI surge, então, é o século XIX, no qual

[...] não enfrentou a Igreja apenas pelo lado das ideias, da cultura, das instituições dos Estados ou das políticas governativas. As imensas possibilidades técnicas abertas pela revolução industrial permitiram o triunfo, em larga escala, de um novo sistema económico baseado no mercado livre e na acumulação individual do lucro - o capitalismo (Sardica, 2004, p. 15).

É, enfim, em uma sociedade capitalista marcada pelo abandono da perspectiva transcendente da vida e da solidariedade que o Magistério de Leão XIII ([1891]) elege se pronunciar. Denunciam-se as condições desfavoráveis dos operários e as correntes revolucionárias de esquerda – consideradas “engodo”⁴⁹ –, assim como se defende a necessidade do resgate de valores cristãos no novo momento histórico, tais quais a caridade e a harmonia, e a possibilidade da “concórdia de classes” e da expansão das “corporações (de ofício)”.

A *Rerum Novarum* ([1891]), para mais, defende um entendimento da sociedade enquanto diversas associações. O homem, por inclinação natural, decide se agrupar com

⁴⁸ As declarações da Igreja a respeito de temáticas sociais, não obstante, remontam à “origem do pensamento cristão” (Gonçalves, 2012, p. 166). Faux (2019) indica que os Padres da Igreja e os teólogos medievais já se ocupavam das relações sociais. O ponto é que o papa Leão XIII “foi o primeiro a expor, com a autoridade da Santa Sé (do Papa), um conjunto doutrinal” (Faux, 2019, p. 11).

⁴⁹ Gonçalves interpreta a encíclica como uma tentativa de, por meio da defesa da dignidade dos trabalhadores, manter a ordem social e “agradar” a burguesia” (Gonçalves, 2012, p. 170). Segundo o autor (2012), a Igreja atender aos interesses da classe trabalhadora impediria o avanço das forças opositoras oriundas do marxismo. Por outro lado, este artigo considera o anti-socialismo da *Rerum Novarum* como melhor se encaixando no rol das condenações religiosas aos “erros da sociedade”, como quando a Igreja se pronuncia para combater as “heresias”. Este documento pode ser melhor entendido como um “entreabrir” da Igreja para “a realidade deste mundo” (Faux, 2019, p. 11), de modo que os pastores eclesiais tomam conhecimento dos novos problemas que ameaçam a fé e a moral cristãs. Aí faz sentido o caráter sacro e “infalível” conferido ao Sumo Pontífice quando ele ensina os fiéis: deve ser aceita pelo católico a “doutrina acerca da fé ou dos costumes”, conforme determina o Código de Direito Canônico (João Paulo II, 1983, p. 137). Nisso, tem-se a condenação das correntes da esquerda revolucionária como uma denúncia de perigos que rondam os princípios morais e religiosos a serem salvaguardados no catolicismo; o que traz a problemática mais próxima da religião do que dos interesses materiais e políticos de manutenção do *status quo*. Similarmente, temos que a promoção da justiça social, em vez de ser uma manobra tática, foi sua maneira de ser afetada pelas linhas políticas pró-trabalhadores contemporâneas a si, consequência da sua “abertura” para o mundo.



outros, formando sociedades. Leão XIII destaca, ao longo da encíclica, três: a sociedade doméstica (a família), a sociedade de ofício (as corporações ou associações) e a sociedade civil (o Estado). As sociedades humanas incluem na sua classificação mais realidades além destas três, como, a título de exemplo, as congregações e ordens religiosas (Leão XIII, [1891], p. 22) ou os municípios (Pio XI, [1931]b, p. 20).

É importante assinalar aqui o conceito da subsidiariedade, um dos princípios básicos da Doutrina Social da Igreja (Subsidiariedade, 1993, p. 437). Este princípio “difunde e organiza de certa forma o exercício da autoridade responsável” (Faux, 2019, p. 85). Pode-se assim resumir-lo: “o Estado deve ajudar os membros do corpo social[, isto é, as pessoas e as sociedades intermediárias,] sem contudo impedi-los de fazer o que podem realizar por si mesmos” (Subsidiariedade, 1993, p. 437). Pio XI ([1931], p. 19), nisto, ensina que é uma “injustiça, um grave dano e perturbação da boa ordem social” a usurpação das faculdades das “sociedades menores e inferiores” pela “sociedade maior e mais elevada” (o Estado) – os membros não podem ser “destruídos” nem “absorvidos”. Isso já se postulava, de certa maneira, na *Rerum Novarum*:

Dissemos que não é justo que o indivíduo ou a família sejam absorvidos pelo Estado, mas é justo, pelo contrário, que aquele e esta tenham a faculdade de proceder com liberdade, contando que não atentem contra o bem geral, e não prejudiquem ninguém. Entretanto, aos governantes pertence proteger a comunidade e as suas partes: a comunidade, porque a natureza confiou a 15 sua conservação ao poder soberano, de modo que a salvação pública não é somente aqui a lei suprema, mas é a própria a causa e a razão de ser do principado; as partes, porque, de direito natural, o governo não deve visar só os interesses daqueles que têm o poder nas mãos, mas ainda o bem dos que lhe estão submetidos (Leão XIII, [1891], pp. 15-16).

Note-se que o termo “comunidade”, na doutrina social católica, é equiparado por Ávila com a noção de grupos ou sociedades intermediárias (Subsidiariedade, 1993, p. 437), as quais preenchem o espaço entre o indivíduo e o Estado.

Do trono de Pedro ao palanque de Plínio

“O Homem e sua família precederam o Estado”, lê-se no “Manifesto de Outubro”; assim como “os municípios devem ser autônomos em tudo o que respeita a seus interesses peculiares, porque o município é uma reunião de moradores que aspiram ao bem-estar e ao progresso locais” (Salgado, [1932], p. 9-10).



Ambas as declarações estão em sintonia com a doutrina social católica. Pode-se até falar em parafraseamento⁵⁰. Carneiro (2007, p. 130) entende o Manifesto como um apoio a Leão XIII e Pio XI. Não obstante, o catolicismo não é a única matriz do integralismo pliniano, mas um dos seus vários ingredientes constitutivos, os quais vão, e isto expõe Trindade (1979) longamente, desde o modernismo brasileiro até a inspiração dos regimes autoritários da Europa. Tais elementos se mesclaram para formar a original doutrina de Salgado.

Salgado, é verdade, já era nacionalista antes de simpático do fascismo⁵¹, bem como era avesso à subordinação às correntes e mentalidades europeias: “A nossa formação espiritual brasileira tem por base a completa destruição dos ídolos europeus e o despertar das energias adormecidas no recesso do sangue e da alma do Brasil” (Salgado, 1935, p. 73, *sic*). Sem isso trair, este ativista partiu em viagem ao exterior em 1930 e se deixou afetar por modos e experiências políticas com as quais obteve contato em terreno europeu. Sobre essa viagem, Trindade (1979, p. 74) afirma que a partir dela foi que o fascismo europeu passou a exercer influência sobre as ideias de Salgado. Uma frase que pode nos elucidar quanto a essa influência é de punho de Salgado: “Tenho estudado muito o fascismo [italiano]; não é exatamente esse regime que precisamos aí [no Brasil], mas é coisa semelhante” (Salgado, 1930, p. 19 *apud* Trindade, 1979, p. 75).

Assim, temos na doutrina de Salgado origens múltiplas, uma junção de discursos alheios entre si – como o da hierarquia eclesial e o mussoliniano, ambos ao mesmo tempo –, mas que na retórica do líder integralista poderiam, talvez, unir-se pela razão. O que fica patente, contudo, é que a apropriação de elementos da DSI mesclados a um Estado totalitário adaptado da experiência italiana foi contraditória.

Embora Plínio Salgado se aproprie do discurso político da Igreja, o objetivo do seu Estado Integral não é o mesmo do proposto pela DSI. Salgado ([1932], p. 1) indica que “todos os homens são suscetíveis de harmonização social”. O integralista, vê-se,

⁵⁰ Quanto à primeira citação, a *Rerum Novarum* já havia declarado com três décadas de antecedência: a família é “real e anterior a toda a sociedade civil” (Leão XIII, [1891], p. 5). Vemo-lo também na frase “O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de famílias” (Salgado, [1932], p. 9), que provavelmente corresponde à frase “só haverá uma verdadeira cooperação de todos para o bem comum quando as diversas partes da sociedade sentirem intimamente que são membros de uma só e grande família” (Pio XI, [1931]b, p. 33), da encíclica *Quadragesimo Anno*, onde se nota, também, a imagem do município enquanto sociedade um par de vezes (Pio XI, [1931]b, pp. 20, 21).

⁵¹ “No seio das tendências modernistas de São Paulo, a polarização se estabelece, sobretudo, entre os ‘primitivistas’ com o grupo Pau Brasil, de Oswald de Andrade (que mais tarde se torna ‘antropofágico’) e os ‘nacionalistas’ do Verdeamarelo, que se metamorfoseia no movimento da Anta, dos quais toma parte ativamente Plínio Salgado” (Trindade, 1979, p. 44). O autor situa essas vicissitudes na década de 1920.



utiliza um léxico onde a sociedade e o homem são moldados e recriados, enquanto objetos passivos, pelo Estado Integral:

[...] o integralismo pretende realizar:

- o Homem Integral;
- a Sociedade Integral;
- a Nação Integral;
- a Humanidade Integral.

O Homem, realizando as suas justas aspirações materiais, intelectuais e morais; a Sociedade, funcionando harmoniosamente; a Nação, com autoridade efetiva, através dos seus órgãos de governo, mantendo o equilíbrio entre o Homem e a Sociedade; e, finalmente, a Humanidade, objetivando o seu superior destino de aperfeiçoamento (Salgado, 1956, p. 27, *sic*).

O Estado ideal de Plínio Salgado detém uma “autoridade efetiva” que o leva a tomar conta dos aspectos “materiais, intelectuais e morais” do ser humano, de forma que este está na condição de alguém que necessita de condução. Ao se apropriar do discurso da Igreja, mencionando a harmonização da sociedade, este autor se aproxima da DSI; contudo, dela se afasta ao tornar a relação impositiva – em uma ação do Estado ativo harmonizando os homens na sua passividade. Por outro lado, a hierarquia católica defende a harmonia desde uma efetivação mais horizontal e interpessoal: “as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente”; “Assim, todos aqueles a quem a questão diz respeito, devem visar ao mesmo fim e trabalhar de harmonia cada um na sua esfera” (Leão XIII, [1891], p. 8-14). Há imenso destaque para o papel da religião (sobretudo a Igreja Católica institucional) na consecução de uma “harmonia social” na *Rerum Novarum*, o que se estende também para a virtude da caridade enquanto apaziguadora dos ânimos sociais:

[...] a salvação desejada deve ser principalmente o fruto duma grande efusão de caridade, queremos dizer, daquela caridade que compendia em si todo o Evangelho, e que, sempre pronta a sacrificar-se pelo próximo, é o antídoto mais seguro contra o orgulho e o egoísmo do século (Leão XIII, [1891], p. 26).

Pio XI, por sua vez, indica que “o Estado” e “o escol dos cidadãos” pode e deve “suscitar e promover uma cordial harmonia entre as diversas profissões” ([1931]b, p. 20). Note-se, todavia, a escolha de palavras: o pontífice opta por verbos que não tornam o homem e a sociedade um vaso a ser moldado. É de interesse perceber também, nessa linha, que o vínculo comum sugerido por Pio XI é, para o conjunto social, o princípio do “bem comum, a que todos e cada um devem tender com esforços combinados” ([1931]b, p. 20). Tal união “será tanto mais forte e eficaz, quanto mais fielmente se aplicarem os indivíduos e as próprias profissões a exercitar a sua especialidade e a assinalar-se nela”



(Pio XI, [1931]b, p. 20) – donde se percebe novamente os indivíduos e as classes por si “se aplicando” à harmonia, não sendo harmonizados pela força estatal.

Similarmente, Salgado quer uma “força capaz de implantar ordem, disciplina” (Salgado, 1956, p. 40). Segundo Giselda Brito Silva (2005, p. 237), a crítica ao sistema liberal-democrático e, nisso, a defesa de um Estado forte é o “principal alicerce” do discurso dos integralistas da época. Nisso, Salgado considera “conveniente a todos os povos” um Estado “que possa exercer a sua ação na maior órbita possível. É o que disciplina e orienta as forças vivas da nacionalidade” (Salgado, 1932, n.p. *apud* Trindade, 1979, p. 87). Na doutrina pliniana, o Estado ideal é a

[...] força suprema interveniente nos rumos e finalidades sociais [...]; Estado que, garantindo a propriedade e a iniciativa privada, saiba demarcar os limites do exercício das liberdades individuais, segundo os interesses gerais e nacionais; Estado em que as classes se representem em corpos legislativos [...]; Estado que absorva todas as energias da Nação e que as exprima num todo individual (Salgado, 1931, n.p. *apud* Trindade, 1979, p. 87).

Além disso, este autor fascista defende a subordinação da luta de classes “aos critérios da Pátria” e a imposição às unidades estaduais de “um ritmo uniforme de política nacionalista, visando a unidade da Pátria” (Salgado, 1956, p. 73). Ora, nos postulados de Leão XIII ([1891]), a luta de classes deve ser tratada como algo a se erradicar porque “a natureza” impele empregadores e empregados à concórdia. É certo que “as Instituições” (Leão XIII, [1891], p. 8), dentre elas o Estado, devem livrar a sociedade do mal da tensão de classes, mas antes pela necessidade de ambos os grupos viverem em harmonia e por serem co-dependentes (o que leva à solidariedade) do que pela urgência dos “critérios da Pátria” se inserirem na contenda⁵².

A solução da DSI para o conflito de classes abarca não só a intervenção estatal, que deve ser última instância, mas principalmente a caridade pessoal entre os homens e a resolução de litígios via associações de ofício (Leão XIII, [1891], p. 25-26). Antes, então, surgem para sanar o problema e evocar a concórdia os indivíduos (entre si) e as comunidades intermediárias (como os agrupamentos em razão de profissão). Pelo princípio da subsidiariedade, a questão deve ser tratada “no nível mais próximo dos grupos em questão” (Faux, 2019, p. 88), e não deve a esfera superior (poder civil) interferir logo no primeiro momento, como propõe Salgado. Percebe-se, na visão deste, uma promoção de um Estado uniformizante das partes que o integram e com autoridade

⁵² É necessário notar que “Pátria”, no vocabulário pliniano, é sinônimo de interesse nacional. Por exemplo: sempre que ele adjetiva “Pátria”, ele usa o gentílico “Brasileira” (Salgado, 1956, pp. 27, 62). Ele também redige a fórmula “A Pátria Brasileira é a síntese do Estado e da Nação” (Salgado, 1956, p. 75).



interventora excessiva, algo que não é compatível com as noções da doutrina social católica.

A perspectiva pliniana de Estado, vemo-lo na definição de Ávila, contrapõe-se com a DSI: “[...] no plano dos fins, o Estado se subordina à pessoa: toda a sua razão de ser é promover o bem da pessoa humana; o Estado não é, nesta perspectiva, um fim em si, mas um meio, um instrumento do bem comum” (Estado, 1993, p. 186). O Manifesto versa por outras palavras, propondo que o Estado “é representativo da Pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado” (Salgado, [1932], p. 3).

Enquanto o pensamento do líder integralista apresenta o órgão estatal como servindo à abstrata “Pátria”, contando com a vênua dos homens, a concepção da DSI é do Estado como sociedade de homens em larga escala “instituída para proteger o direito natural” destes mesmos homens (Leão XIII, [1891], p. 21). Para a doutrina eclesiástica, o foco é a pessoa humana e seu bem; para o integralismo pliniano, a matéria orbita um valor moral diferente, uma abstração denominada “Pátria”, tida como ídolo. Uma “Pátria” que deve ser “unida e forte, solidamente construída, de modo a escapar ao domínio estrangeiro, [...] e salvar-se do comunismo internacionalista” (Salgado, [1932], p. 5). É perceptível que, nesta ideia de “Pátria” ideal, em ditos plinianos, sequer se consideram as pessoas, as famílias ou sociedades intermediárias. O ordenamento estatal para este ativista se dá entorno do ideal moral nacionalista, não do bem comum, nem da pessoa humana. De Salgado, lê-se que:

Refleti sobre a necessidade que temos de dar ao povo brasileiro um ideal que o conduza a uma finalidade histórica. Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o Nacionalismo impondo ordem e disciplina no interior, impondo a nossa hegemonia na América do Sul (Salgado, 1930, p. 21 *apud* Trindade, 1979, p. 75).

Na tentativa de unir duas tendências, a doutrina eclesiástica e o fascismo, Salgado gestou uma quimera – os preceitos não se acomodam teoricamente. A diferença crucial entre essas duas linhas políticas é que, enquanto a primeira se fundamenta na pessoa humana e nas prerrogativas do direito natural, o autoritarismo totalitário exerce seu comando sobre as massas e nelas tem seu sustentáculo (Arendt, 2021, p. 435). Para Arendt (2021), a massa é supérflua e indiferente à política; isto nos leva a concluir que o totalitarismo tem êxito em angariar as massas devido à sua maleabilidade. Este fenômeno, que Salgado tentou esboçar no autoritarismo do seu Estado Integral, contradiz as visões da Doutrina Social da Igreja; na *Rerum Novarum* lê-se “O Governo é para os governados e não vice-versa” (Leão XIII, [1891], p. 15), bem como uma defesa da autonomia dos



membros da sociedade civil quanto aos mandos excessivos de um Estado tornado peça central e suprema:

[...] é absolutamente necessário aplicar em certos limites a força e autoridade das leis. Esses limites serão determinados pelo mesmo fim que reclama o socorro das leis, isto é, que eles não devem avançar nem empreender nada além do que for necessário para reprimir os abusos e afastar os perigos (Leão XIII, [1891], p. 16).

O domínio almejado por Mussolini⁵³ é compreendido a partir de uma ótica em que os “súditos do Estado” são da massa maleável e são um grande coletivo, um objeto passivo de grande proporção. Robert Paxton (2007), aponta que a ação de Mussolini era uma

nova maneira de unir e motivar os italianos e um novo tipo de autoridade governamental capaz de subordinar as liberdades privadas às necessidades da comunidade nacional e de organizar o assentimento das massas ao mesmo tempo que deixava intacta a propriedade (Paxton, 2007, p. 114).

O *Duce* afastava-se da concepção liberal-individualista de homem, preferindo declarar o fascismo algo coletivista: “o homem do fascismo é o indivíduo que é nação e pátria” (Mussolini, 1937, p. 3, tradução nossa). O fascismo, ditava o seu líder, postula a transcendência do indivíduo particular, de modo que ele é elevado a ser “membro consciente de uma sociedade espiritual”, o Estado (Mussolini, 1937, p. 4, tradução nossa). Este último “é consciência e vontade universal do homem em sua existência histórica” (Mussolini, 1937, p. 4, tradução nossa).

Este órgão transcendente sobre o qual se assenta o totalitarismo – o Estado que aglutina, encarna e se apoia nas massas – dá as bases para o autoritarismo de intervenção hipertrofiada de Salgado, mas se choca frontalmente com a concepção de natureza do Estado da DSI, bem como com a proposta subsidiária de seu ordenamento. Nela, a instância superior não deve absorver as inferiores, tal qual a pessoa. E, em contraste incontestado com a doutrina católica das sociedades intermediárias e sua autonomia em relação ao Estado, o Estado mussoliniano toma para seu encargo todos os âmbitos da vida:

O Estado fascista reivindicou para si também o campo da economia, e, por intermédio das instituições corporativas, sociais e educacionais que criou, o sentido do Estado chega até as últimas ramificações, e no Estado circulam,

⁵³ Vale notar que Arendt, de quem me valho para teorizar massa, não considera o regime fascista italiano uma experiência totalitária. Ela exclui o regime do *Duce* pelos números populacionais insuficientes e pela reduzida violência contra opositores políticos (Arendt, 2021, p. 717); mas disso nós divergimos, porque esta exclusão é estabelecida de forma quantitativa e em comparação com os regimes de Hitler e Stalin. Nossa interpretação é fundamentada não em números, e sim no modo de se exercer o poder, que é visando a um domínio total da sociedade.



enquadradas nas respectivas organizações, todas as forças políticas, econômicas, espirituais da nação (Mussolini, 1937, p. 10, tradução nossa).

Assim, o corporativismo pretendido pelo fascismo italiano sequer tinha ligação com a organização social em corporações de ofício sugerida pela Igreja, senão em coincidência de alguns termos. Outro indicativo disso é que as associações criadas e operadas pelos católicos dentro da Itália fascista foram perseguidas, o que foi duramente criticado por Pio XI na encíclica *Non Abbiamo Bisogno*, de 1931. O papa denuncia as atitudes do regime:

Nós, o episcopado, o clero e todos os verdadeiros fiéis, e até os cidadãos amantes da ordem e da paz, nos enchemos de pena e preocupação ante os atentados cometidos rapidamente contra as mais sãs e preciosas liberdades da Religião e das consciências, a saber, todos os atentados contra a Ação Católica, sobretudo contra as associações de juventudes; atentados que culminam nas medidas policiais tomadas contra elas da maneira indicada (Pio XI, [1931]a, p. 5-6).

O fascismo não tolera o plural, o que leva à atitude hostil do Estado contra associações que se formam na sociedade independentemente dele. Os regimes fascistas, como bem recorda Paxton (2007), tomaram o poder mediante ao empoderamento de coalizões e alianças na maior parte das vezes desconfortáveis e oportunistas. Ora, apesar destes Estados terem buscado uma centralização política desmedida, não se pode ignorar que houve tensões entre o aparelho estatal e forças paralelas dentro da sociedade, de modo que o fascismo, apesar de tentar, não conseguia submeter o todo social (Paxton, 2007, p. 197-199). Houve, nas sociedades sob governos fascistas, uma campanha conflituosa das ditaduras em direção a se imporem sobre os mais variados campos da vida humana:

Os regimes fascistas alemão e italiano substituíram por suas próprias organizações centros de poder tradicionalmente independentes, como os sindicatos, os clubes da juventude e as associações de profissionais e produtores. Os nazistas chegaram mesmo a tentar impor um bispo "germano-cristão" e sua própria doutrina às igrejas protestantes (Paxton, 2007, p. 203).

Restavam, ainda, “ilhas de separatismo”⁵⁴, espaços sociais onde reinava a autonomia em relação ao fascismo, as quais foram, com o tempo, assimiladas pelos regimes “num processo que os propagandistas do partido chamavam, eufemisticamente, de *Gleichschaltung*: coordenação, ou nivelamento” (Paxton, 2007, p. 203-204). Paxton (2007) entende a Igreja Católica – e, nela, as organizações que dela dependem – como a mais relevante “ilha de separatismo” dentro da Itália fascista. Daí surge a perseguição

⁵⁴ O termo é de Carl Friedrich e Zbigniew Brzezinski (Paxton, 2007, p. 203).



alardeada pela *Non Abbiamo Bisogno*. O Estado fascista não quer competidores quanto à sua primazia total.

E é à luz disso que se compreende o aspecto uniformizante do Manifesto:

Pretendemos realizar o Estado integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; esta dualismos em luta pela hegemonia; lutas de classes; facções locais; caudilhismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis; antagonismos entre milícias estaduais e o Exército; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular (Salgado, [1932], p. 11).

Considerações finais

[D]iscordo, por exemplo, de análises que identificam uma influência substancial da Action Française, do Integralismo lusitano e da Doutrina Social da Igreja em Plínio Salgado (e no Integralismo) nos anos 1930. Segundo essa visão, o pensamento de Plínio seria uma convergência do pensamento de Maurras, mediado pelo Integralismo lusitano, e de aspectos do fascismo italiano. **Em termos teóricos, contudo, isso era impossível.** Podia-se ser um fascista com leituras e admiração por Maurras e Pio XI ou um monárquico católico com simpatias pelo fascismo, mas a soma das duas partes é, em termos teóricos, impossível, pois seria fundir concepções de política e de sociedade próximas, mas não equivalentes (Bertonha, 2016, p. 159-160, grifo nosso).

A posição de João Fábio Bertonha na citação acima nos ajuda a enxergar o grau de incapacidade de aliança entre todas as correntes que, em um momento ou em outro, vieram a exercer influência sobre Salgado. Sim, elas estiveram presentes na gestação do seu integralismo; todavia, estão tensamente encaixadas de forma artificial, não levando em consideração a adequação teórica necessária.

Conclui-se que, no pensamento pliniano, destacam-se tanto a inspiração totalitária europeia quanto a vontade de se aproximar do discurso da hierarquia da Igreja. Juntos, esses ingredientes fermentaram uma doutrina tão original quanto paradoxal, tendo as discrepâncias sido atenuadas pela retórica.

Data de Submissão: 02/07/2023

Data de Aceite: 06/10/2023

Referências

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo** – Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2021.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Do sigma ao sigma: entre a anta, a águia, o leão e o galo - a construção de memórias integralistas**. 2007. Tese (Doutorado em



História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27025>. Acesso em: 06 out. 2007.

DOMINGUES, Petrônio. O “messias” negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978) – “Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III!”. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, p. 517-536, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/K7h4tBfsCVhMX3pstG3nznf/?format=pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

DOCTRINA Social da Igreja. *In*: **Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 165-168.

ESTADO. *In*: **Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 186-187.

FAUX, Jean-Marie. **Ensino social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/12766/1/Leandro%20Pereira%20Goncalves.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Plínio Salgado**: um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

JOÃO PAULO II. **Código de Direito Canônico**. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1983.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, [1891]. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 30 jun. 2023.

MALATIAN, Teresa Maria. **O Cavaleiro Negro**: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, saber e poder**: os intelectuais entre a restauração católica e a política no Recife (1930-1937). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6178#preview-link0>. Acesso em: 06 out. 2023.

MUSSOLINI, Benito. **La Doctrina Del Fascismo**. Florença: Editorial Vallecchi Florencia, 1937.

PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PIO XI. **Mit Brennender Sorge**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, [1937]. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_14031937_mit-brennender-sorge.html. Acesso em: 30 jun. 2023.



PIO XI. **Non Abbiamo Bisogno**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, [1931]a. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 30 jun. 2023.

PIO XI. **Quadragesimo Anno**. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, [1931]b. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html. Acesso em: 30 jun. 2023.

SALGADO, Plínio. **Despertemos a Nação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, Plínio. **Manifesto 7 de Outubro de 1932**. Rio de Janeiro: Ação Integralista Brasileira, [1932].

SALGADO, Plínio. **O que é o Integralismo?**. São Paulo: Editora das Américas, 1956.

SARDICA, José Miguel. O legado histórico de Leão XIII e da encíclica *Rerum Novarum*. **Didaskalia**, Lisboa, v. 34, p. 3-55, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.34632/didaskalia.2004.1618>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, Giselda Brito. No Entre Guerra: a situação dos integralistas na implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas. **Projeto História**, São Paulo, v. 30, p. 229-241, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2264/1357>. Acesso em: 06 out. 2023.

SILVA, Giselda Brito. Catolicismo e Integralismo como lugares de produção de conhecimento histórico entre o Brasil e Portugal em começos do século XX. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, ano VII, n. 13/14, p. 485-492, 2008. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/4214>. Acesso em: 06 out. 2023.

SUBSIDIARIEDADE. *In*: **Pequena Enciclopédia de Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Edições Loyola, 1993. p. 437-438.

TRINDADE, Helgio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. **Ideologia Curupira**: Análise do Discurso Integralista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

UNIÃO SAGRADA PELO BRASIL: LEOPOLDO PÉRES E A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO ESTADO NOVO NO AMAZONAS (1937)

SACRED UNION FOR BRAZIL: LEOPOLDO PÉRES AND THE IDEOLOGICAL CONSTRUCTION OF THE ESTADO NOVO IN THE AMAZONAS (1937)



MONIZE MELO DA SILVA CHAVES⁵⁵

Resumo

Às vésperas da eleição que ocorreria em 1938, e cuja movimentação era sentida em todo o país, o então presidente Getúlio Vargas, aproveitando-se do clima político efervescente pelo “fantasma do comunismo”, impôs, no dia 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado que permaneceria vigente até 1945. Para legitimar a ditadura, a atuação da propaganda (por meio do DIP) e de diversos intelectuais dos mais diversos setores foram essenciais. Leopoldo Carpinteiro Péres foi um desses homens a atuar na construção do Estado Novo no Amazonas. Sua prática se dava através da publicação diária no jornal *A Tarde* e de discursos transmitidos nas rádios. Assim, a presente pesquisa buscará analisar a atuação intelectual de Leopoldo Péres na construção ideológica do Estado Novo passando por três esferas de sua produção difundidas no jornal *A Tarde*: 1. O anticomunismo; 2. a exaltação à figura de Vargas e; 3. a sua ideia de democracia.

Palavras-chave: Leopoldo Péres; Estado Novo; Amazonas republicano; Getúlio Vargas; produção intelectual.

Abstract

On the eve of the election that would take place in 1938, and whose movement was felt throughout the country, the then president Getúlio Vargas, taking advantage of the political climate stirred up by the “ghost of communism”, imposed, on November 10, 1937, a coup d'état that would remain in force until 1945. To legitimize the dictatorship, the work of propaganda (through the DIP) and several intellectuals from the most diverse sectors were essential. Leopoldo Carpinteiro Péres was one of these men who worked in the construction of the Estado Novo in Amazonas. Its practice took place through daily publication in the newspaper *A Tarde* and speeches broadcast on the radio. Thus, this research will seek to analyze Leopoldo Péres intellectual performance in the ideological construction of the Estado Novo, going through three spheres of his production disseminated in the newspaper *A Tarde*: 1. Anti-communism; 2. exaltation of the figure of Vargas; 3. his idea of democracy.

Keywords: Leopoldo Péres; Estado Novo; Republican Amazon; Getúlio Vargas; intellectual production.

⁵⁵ Bacharela em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Membro do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia - LABUHTA (UFAM) e do Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPq/UERJ). Membro da equipe editorial da Revista de Pós-Graduação de História da UFAM - Canoa do Tempo e da equipe editorial da Revista Discente do curso de História da UFAM - Manduarisawa. Servidora Pública na Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas - SEDUC. E-mail: monize.chaves@seduc.net.



Introdução

E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdade. “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido.

George Orwell

Durante o Estado Novo, a participação de intelectuais foi constante e permeou diversos setores da sociedade (Bomeny, 2001, p. 16), da educação à arquitetura, da burocracia estatal à construção ideológica e propagandística. As mudanças nas estruturas sociais transformaram a maneira de pensar e fazer política. A perspectiva de aprender a lidar com a massa que se formava transporta aos discursos certas tendências na construção das estruturas persuasivas dos discursos dos políticos, e seus prepostos, às massas (Oliveira, 2001, p. 41).

Leopoldo Carpinteiro Péres foi um dos intelectuais que promoveu boa parte das questões que permeavam os interesses do governo Vargas no Amazonas. O colunista, cujos escritos são objetos de análise desta pesquisa, era pernambucano e aos seis anos de idade veio para cidade de Manaus, onde constituiu o restante de sua vida. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Amazonas, foi professor em escolas tradicionais de Manaus e, em 1934, atuou na realização da Constituição do Estado, enquanto membro da Assembleia Constituinte estadual, e permaneceu no cargo de deputado estadual até o ano de 1937, quando foi instaurado o Estado Novo (CPDOC, FGV, s.d.). Seu exercício no jornal A Tarde, durante o ano de 1937, foi marcado pela realização de uma coluna diária, composta por três parágrafos, sempre subscrita, que ocupava boa parte da primeira página e contrastava com as demais colunas diminutas e não nominadas ao seu redor.

A importância dos estudos através dos periódicos, para além da difusão do pensamento de um grupo social dominante, também se faz relevante para desvelar a difusão das ideologias políticas dos regimes autoritários que muito se utilizaram dos jornais para atingir à população. Além disso, permite analisar, a difusão de ideias como o anticomunismo no Brasil (Luca, 2008, p. 128).

Assim sendo, neste trabalho será utilizado o jornal A Tarde do ano 1937⁵⁶, no qual Leopoldo Carpinteiro Péres publicava diariamente, de segunda a sábado realizando,

⁵⁶ Embora o presente trabalho se concentre apenas no ano que inaugurou sua publicação (1937), o periódico teve uma existência longa. O período escolhido para análise se justifica por ter sido 1937 o período de atuação de Leopoldo Péres como colunista diário no referido jornal.



assim, a análise dos debates trazidos pelo intelectual na difusão dos ideais do Estado Novo para a população amazonense. O vespertino em voga, começou a ser veiculado em fevereiro de 1937, contendo, normalmente, quatro páginas nas quais “apresentavam suas pautas, valores e posicionamentos político-filosóficos” (Abreu; Vasconcelos, 2022, p. 33).

De cunho político-filosófico conservador (Abreu; Vasconcelos, 2022, p. 32), o jornal A Tarde lançou-se à sociedade amazonense balizando campanhas e movimentando a cidade dentro dos seus espectros políticos e sociais, como o caso das comemorações do primeiro de maio que foram mobilizadas pelo jornal. A celebração do dia do trabalhador lança luz sobre a percepção trazida por Heloísa Cruz e Maria Peixoto (2009, p. 258) de que os jornais não apenas emitem opiniões, mas as mobilizam; constituem-se atuando ativamente na sociedade em que se inserem.

Pensando nessa linha, percebemos que apesar da atuação de Leopoldo Péres não está cotada entre os primeiros grandes nomes que surgem ao tratar das propagandas estado novistas, ela não pode estar dissociada desse grupo ou ter sua importância minimizada. A vasta produção constituída por ele e a força que representava seu nome, visto que a prática de assinalar as colunas escritas em jornais não era praxe na época, como é possível analisar observando a falta da autoria nas diversas outras colunas dos jornais, propicia conjecturar o grau de importância que Leopoldo Péres exercia no meio social amazonense. Dentre os temas tratados pelo intelectual, é possível elencar democracia, religião, comunismo, unidade nacional, economia, cultura, entre diversos outros temas.

Entre eles, encontram-se os assuntos pertinentes a esta pesquisa, conforme é possível ver na coluna “poços de caldas”, publicada no dia 26 de fevereiro de 1937. Muito embora os dois primeiros parágrafos dessa referida coluna tenham sido para destilar o seu desafeto pelo cenário político nacional – por considerar que a política brasileira estava imersa nos mesmos problemas de conchavos tal como era antes da revolução de 1930 – o seu último parágrafo é destinado a propor uma solução ao problema vivenciado. O líder à frente das mudanças esperadas? Getúlio Vargas. Nas palavras de Leopoldo Péres:

O chefe civil da Revolução tem o senso agudo da responsabilidade e do equilíbrio, e não concorrerá, estejamos certos, tanto lhe caiba na autoridade e no patriotismo, para que a luta de facções, ou de grupos regionalistas, venha de novo a dividir a Nação, abalando-a nos fundamentos de sua economia da ordem política que se procura consolidar. E com tanta maior razão quanto é insofismável que o país atravessa a fase mais delicada de sua existência, de maneira a reclamar dos seus dirigentes um máximo espírito público, desprendimento e transigência, no interesse não apenas da democracia, que

espontaneamente se transforma, mas da própria unidade substancial do Brasil e dos seus altos destinos (A Tarde, Manaus, 26 fev. 1937, p. 1).

Há, nas palavras do autor, três pontos de grande valia a serem analisados. O primeiro que segundo Leopoldo Péres, existiam grupos regionalistas que poderiam vir a segregar novamente a pátria, e, é nisto que reside um dos problemas que outrora incomodavam os revolucionários de 1930 e que, naquele momento, seria necessário evitar. É, então, a partir deste problema que se abre margem ao segundo ponto de análise: a exaltação à figura de Vargas. Assim, estabelecido o problema que devia ser superado – a segregação regionalista –, o autor, além das adjetivações positivas imputadas ao então presidente, colocava-o como aquele capaz de suplantar os problemas da sociedade brasileira mostrando seu alinhamento e sua confiança na pessoa do presidente.

Conforme explica Maria Helena Capelato (2009, p. 278), “o papel do líder e sua relação com as massas constituem uma das características mais marcantes na política de massas. As mensagens propagandísticas indicavam que a tarefa do chefe era proteger as massas, cabendo a elas venerá-lo e apoiá-lo”. Assim, a ideia de Leopoldo Péres já no começo do ano de 1937 era de confiança no líder que geria a nação, pois ele seria aquele capaz de defender a sociedade dos algozes que sondavam a sociedade brasileira.

O terceiro ponto que é observável na coluna é o possível prelúdio do que viria a ser ideia de “democracia” difundida por Péres na vigência do Estado Novo. A coluna analisada foi escrita em fevereiro de 1937, ano precedente às eleições estabelecidas na Constituição de 1934, e em que estava vigente o estado de sítio que concedia amplos poderes ao presidente (Skidmore, 2019, p. 58). É nesse contexto com a concentração de poder de Vargas que a ideia de “democracia, que espontaneamente se transforma” pode ter sido imaginada e estendida até o momento do Estado Novo, em novembro daquele ano. Para Leopoldo Péres, a mudança que se buscou em 1930 obliterava a vontade de permanecer nas mesmas problemáticas que viviam antes da revolução e, com isso, ratificava a necessidade de mudanças, ainda que, para isso, as estruturas da democracia também mudassem, mas ainda permanecesse, na sua essência, igual, visto que teria o consentimento da maioria que, outrora, pugnou por mudanças.

Nesse texto publicado no dia 26 de fevereiro, é possível observar dois temas da tríade que compõe os objetos desta pesquisa, ficando de fora o anticomunismo que, no entanto, é uma ideia extremamente veiculada por Péres e que foi de grande valia na consolidação do regime, pois, conforme explica Capelato (2019, p.121), este foi um dos





temas muito abordados, de modo geral, na campanha para o fortalecimento do regime, visto que o comunismo era considerado um dos maiores perigos à sociedade brasileira.

Então, através deste prelúdio, inicia-se a jornada por meio da compreensão das ideias de Leopoldo Péres, que serão analisadas no seguinte itinerário: primeiro abordaremos o assunto mais explorado de Péres – o anticomunismo; posteriormente, a ideia que o colunista tinha de Getúlio Vargas, e sua importância no cenário político da época; e, por fim, o acompanhamento da construção da ideia de “democracia” do intelectual.

“A peste de Moscou”: o comunismo para Leopoldo Péres

Conforme Maria Helena Capelato (2009, p. 57) expõe, “no Brasil de Vargas, o comunismo foi o grande catalisador de sentimentos que mobilizam temores de desintegração da sociedade e instauração do caos. As representações negativas em torno desse elemento foram muito fortes”. Esse tipo de mobilização também foi sentido no Amazonas por meio – mas não somente – das colunas diárias de Leopoldo Péres no jornal A Tarde.

Nos dias 10 e 11 de março de 1937, Péres devotou-se, pela primeira vez no periódico, a falar sobre o comunismo. As tratativas do autor sobre o assunto ainda não o colocavam como um problema para o Brasil especificamente, mas o apresentou como um transtorno a nível global. Adjetivações como “a doutrina da destruição do mundo” – utilizada por Adolf Hitler e reiterada pelo colunista - e “o vírus soviético” (que é possível interpretar tanto como sendo uma “doutrina parasita”, como uma “doutrina de alto grau de contágio”, dentro desse contexto) são utilizadas para explicar a “ideia russo-bolchevista” por meio de elementos que destilam a visão negativa que o autor possuía sobre o comunismo⁵⁷.

No período em que as colunas foram escritas (1937), distintos países europeus passavam por uma disputa ideológica entre fascismo e comunismo. Eric Hobsbawm (1995, p. 120) explica que a aliança entre centro e esquerda engendraram uma vitória eleitoral de viés socialista tanto na França quanto na Espanha. Nesse cenário, Francisco

⁵⁷ No Amazonas, as ideias que remetiam ao imaginário negativo sobre o comunismo não se fechavam apenas na figura de Leopoldo Péres. O trabalho de construção de um ideal pejorativo sobre o comunismo e os comunistas perpassavam diversos jornais e autores amazônicos; Leopoldo Péres estava incluso nesse processo e, nessa conjuntura, era tanto inovador como replicador das construções negativas em torno das imagens criadas pelos intelectuais a respeito das ideias bolchevistas. Ver: ABREU, Davi Monteiro. “Tudo é mediocre e feio na URSS”: representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937). *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 408-435, 2020.



Franco aparece representando a oposição espanhola e o anticomunismo, angariando, assim, o apoio majoritário da Igreja católica. Na França, a afinidade com o comunismo apareceu na figura de Leon Blum, “o primeiro governo francês encabeçado por um socialista”.

É dentro desse contexto que em sua coluna Péres escreveu:

E a França, a França conservadora e burguesa, a França eterna, flor da sensibilidade do meio-dia, expressão suprema do gênio latino e da civilização ocidental, transforma-se na França das frentes populares de Léon Blum, aliando-se ao urso branco das estepes, fraternizando com os ‘scelerados’ que destroem na Espanha, em sacrilégios inauditos, os fundamentos de uma nacionalidade cristã, abrindo, afinal, no corpo dessangrado e no espírito inquieto da Europa, a brecha através da qual rolará a avalanche vermelha! (A Tarde, Manaus, 10, mar. 1937, p. 1).

Como dito anteriormente, por mais que as colocações de Péres ainda não estivessem tratando do comunismo no Brasil, acenavam para a visão negativa que o escritor tem sobre a ideologia, e que se constrói – não apenas, mas também – na ideia de que o “vírus soviético” deteriora os ideais cristãos, tanto na Espanha quanto na França, a qual, a esta, designava uma posição de elevado prestígio dentro das concepções de civilidade.

Ainda nesse sentido, e a complementar o já exposto por Hobsbawm, Leopoldo Péres se pôs a falar do comunismo na perspectiva europeia mais duas vezes no mês de março; seus escritos a respeito das situações correntes na França e Espanha focavam a guerra espanhola de Franco contra o comunismo, e, ao tratar da França, ratificavam sua ojeriza pelo comunismo.

(...) não será, por certo, apenas contra os mineiros asturianos que estarão combatendo as vanguardas do general Franco, senão, principalmente, contra as hordas sinistras despenhadas de Moscou, e utilizadas pela demência dos desvairados que se apoderaram do governo da Espanha, não somente na destruição do patrimônio material e espiritual inestimável de uma grande nacionalidade, mas também no assédio aos fundamentos mesmo da ordem ocidental e da civilização cristã (A Tarde, Manaus, 17, mar. 1937, p. 1).

Objetivando o panorama soviético da Europa, em duas ou três notas anteriores, procurei deixar bem evidente o paradoxo franco-soviético. E mostrei como a França de Carlos-Magno e de Joanna d’Arc, simbolização suprema da latinidade e da ideia cristã, não se poderia acumpliciar com os novos bárbaros de Lenine e Stalin. Para fazê-lo, fora necessário repudiasse toda a sua tradição gloriosa todos os foraes de sua inteligência, de sua sensibilidade e do seu gênio (A Tarde, Manaus, 24 mar. 1937, p. 1).

Traçando um paralelo entre as duas citações das diferentes colunas, é possível observar que na primeira Leopoldo Péres tratou da Espanha no combate ao “vírus”, quando este já deixou seus rastros: de forma reativa, a Espanha de Franco lutava contra a



destruição causada pelo “vírus” comunista. Enquanto na segunda, ao falar sobre a França, tratava de toda a integridade e grandeza que o país possuía e da qual, ao aliar-se aos “ideais moscovitas”, passivamente, esvaía-se, como se estivesse perdendo as qualidades que tinha.

Neste ínterim, Péres abriu margem para a difusão de duas ideias: a primeira é de que se aliar aos ideais comunistas é um retrocesso; as colocações do autor ao lastimar o ocorrido com a França e propor um “repúdio” à sua tradição gloriosa remetem à ideia de retorno à barbárie. A segunda ideia é a de necessidade de luta e enfrentamento da ideologia que, em sua visão, ameaçava os ideais cristãos e que cujas “finalidades de expansão e absorção universais” não se podia ignorar (A Tarde, Manaus, 24 mar. 1937, p. 1).

Ainda em março, o colunista se propôs a tratar sobre o comunismo na sociedade brasileira. Se em suas colunas sobre os países europeus Leopoldo Péres trata o comunismo tal qual um vírus, quando o intelectual volta suas análises para o Brasil, trata-o como um câncer. Suas colocações asseguram que o comunismo ainda está entranhado na nação brasileira da seguinte forma:

O carcinoma soviético continua a deitar raízes por entre o organismo da Nação, teimando em apodrecer-lhe e dissociar-lhe os tecidos vivos, a prova está nos fatos contristadores que se têm verificado no recinto do Tribunal de Segurança. O cancro não foi ainda extirpado. Trabalham na sombra os agentes da III Internacional. A Komintern não tira de sobre nós o olho de Moscou. Sente-se, latejando aqui e ali, o processo infeccioso. E no combate-lo se reclamam mobilizadas todas as reservas denossa vitalidade, todas as milícias fagocitárias da saúde nacional. Porque é um problema de vida ou de morte (A Tarde, Manaus, 24 mar. 1937, p. 1).

O jogo de palavras sempre colocava as nações – seja a brasileira ou as europeias – como um organismo vivo que está a ser atacado – por um vírus ou por um câncer –, e dentro dessa analogia cabia a todos a atuação como os “anticorpos” ou os “remédios” que remediar o poder do mal que se alastrava com potencial agigantado de destruição. As palavras de Péres alarmavam na mesma medida que tentavam encorajar para uma atuação reativa ao que ele acreditava ser o grande mal à sociedade cristã e à civilização: o comunismo.

O início do mês de maio é marcado pelo Dia do Trabalhador, e para Leopoldo Péres um dia para inserir na sua coluna as devidas saudações à classe trabalhadora e tecer, junto a isso, propaganda anticomunista. Péres não apenas parabenizou o proletariado brasileiro por não se envolverem com os ideais bolchevistas – até porque o partido foi desmantelado e seus membros presos após 1935 (Abreu, 2019) –, mas também os advertia



para que não o fizessem, alternando-se em suas colocações entre a admiração e a repreensão. O anticomunismo do colunista traz consigo uma carga de exaltação à “democracia cristã”, o uso contínuo e metafórico da nação brasileira como um corpo biológico, o comunismo uma “peste”, e, ainda, uma estratégia comparativa (negativa) com as sociedades europeias adeptas à ideologia.

Aspirando ao advento de um regime de justiça social, dentro nas fronteiras de uma democracia cristã, cedo compreendestes o não-senso sociológico da luta de classes, que lança no coração dos homens o fermento infecundo do ódio. Assim, refugindo o ominoso preconceito marxista, ficastes imunizados ao contágio da peste de Moscou. E ainda bem, para o Brasil! (A Tarde, Manaus, 1 maio 1937, p. 1).

Ao traçar a estrutura comparativa com os países europeus, Leopoldo Péres, para reforçar seus argumentos contra o comunismo, se apropriou da experiência do autor francês André Gide⁵⁸, que era adepto da ideologia comunista até viajar para União Soviética. Todavia, Péres não limitou a experiência de Gide a apenas esta passagem argumentativa, utilizando-a para tratar da mesma temática posteriormente, ainda no mesmo mês, por mais três vezes, momento em que fez análises sobre o rompimento de Gide – ou não – com a ideologia comunista, e com as quais trouxe uma nova nomenclatura ao comunismo: “a ideologia satânica de Moscou” (A Tarde, Manaus, 13 maio 1937, p. 1).

Para além das adjetivações negativas que permeiam o fervor anticomunista de Leopoldo Péres, as análises da experiência de Gide expõem ao leitor a ideia do que foi e o que deveria ser o comunismo para o autor francês. O colunista utilizou-se da experiência de Gide para justificar que seu apego ao comunismo estava centrado em um ideal inalcançável, utópico. A experiência de Gide, conforme a análise de Péres, foi “o desfecho lógico e comovente de um ciclo de perplexidades a desdobrar-se na angústia de assimilar os valores evangélicos e, por outro lado, na dolorosa incapacidade de ver o evangelho que onde na realidade se encontra, a saber, na ordem da vida eterna” (A Tarde, Manaus, 14 maio 1937, p. 1). Ainda de acordo com Péres, a cisão com os ideais comunistas não estava, de fato, consumada, visto que seu desgosto para com a experiência bolchevista estava atado ao que era: uma ditadura de um homem só (A Tarde, Manaus, 15 maio 1937, p. 1). Porém, não estava cindida nos apegos utópicos do autor francês.

⁵⁸ André Gide foi um autor francês, laureado com nobel de literatura em 1947, e escreveu também o livro “Retour de l’URSS”, em que fala sobre a experiência da visita realizada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no qual Leopoldo Péres se inspira para escrever.



Assim, a trilogia da análise “gidesca” (termo do colunista) finda na ideia de que o comunismo é uma utopia passível de ser atingida apenas na vida após a morte, e quando se tenta atingi-la na realidade, ela se transforma em tirania que acaba por ofender a natureza humana – visto que ofende os direitos e garantias fundamentais – e a Deus. Péres termina a sua análise deixando sua indagação ao leitor, instigando-os: “haverá ainda quem possa duvidar que, antes de ofender a Deus, a barbárie moscovita é um atentado à própria personalidade humana, nos atributos essenciais que dignificam a espécie?” (A Tarde, Manaus, 15 maio 1937, p. 1).

Era habitual a Leopoldo Péres ao tratar sobre o comunismo abordar as situações que aconteciam na Europa: a guerra civil espanhola, a ascensão de adeptos da ideologia ao governo francês, o tratamento dispensado à ideologia comunista pelos governantes autoritários – principalmente nos casos alemão e italiano. Suas colocações a respeito da “ideologia vermelha” no Brasil geralmente são pinceladas retratando o cenário político e a necessidade de um governo forte que pudesse impedir o fortalecimento daqueles que são afetos ao comunismo. No entanto, de fato, as colocações mais acaloradas são, na maioria dos casos, abordando o continente europeu. Assim, em uma de suas colunas referindo-se a temática, Leopoldo Péres explicava sobre a situação do que ocorria no cenário Espanhol da seguinte forma:

O que ali está ocorrendo não é apenas, e todos percebem, uma guerra-civil, decujos resultados se possa o mundo alheiar. É o reencontro decisivo de dois sistemas, de dois postulados sociológicos, de dois métodos econômicos, de duas concepções, diametralmente adversas, da vida e do homem, do universo e da cultura (A Tarde, Manaus, 8 jun. 1937, p. 1).

A comparação feita pelo colunista coloca sob perspectiva que a guerra travada na Espanha não é senão a busca pelo retorno ao sistema que mantém a ordem, a cultura, a fé, e todos os postulados morais de uma sociedade civilizada. Descrever a busca pelo retorno ao sistema anterior – ou um sistema novo, mas anticomunista – e o próprio comunismo como antagônicos é reforçar a ideia de um como bom e outro como maligno, não podendo haver a coexistência de ambos para uma sociedade saudável e dentro dos padrões sociais respeitáveis em uma sociedade civilizada.

Coadunado com toda sua repulsa ao comunismo e por causa dela, Leopoldo Péres também se propôs a formular possibilidades para combatê-lo. Assim, o colunista sugeriu uma força tarefa internacional, com a união dos povos que se adequassem à civilidade e à fé cristã, para uma guerra contra o comunismo e, caso essa ideia fosse demasiadamente



agressiva aos direitos das gentes, a outra alternativa – mais branda – seria manter um pacto higiênico que isolasse o comunismo dos países vinculados.

Sou dos que propugnariam a necessidade, clamorosa e impreterível, de uma coalizão internacional para liquidar de vez o bolchevismo. A meu ver, os povos que se reconhecem depositários, ou garantes, do insequestrável da cultura mediterrânea cristã deveriam empreender, juntos, como resultado de um grande pacto de segurança coletiva, uma cruzada de inexorável demolição contra os formigantes redutos da barbárie tartaresca. Ou, quando isso não se tornasse possível, - já não digo por especiosas considerações do direito das gentes, que é hoje, mais do que nunca uma fantasia pueril, mas de fundo humanitário atentos aos sacrifícios que a empresa naturalmente exigiria, - que se estabelecesse, ao menos, um cordão higiênico intransponível, de modo a isolar do universo civilizado a contagiante infecção soviética (A Tarde, Manaus, 15 jun. 1937, p. 1).

Nesse mesmo sentido, Péres explanou a situação de pacto político entre Alemanha e Itália que visava atuar contra o desenvolvimento do comunismo e, de acordo com sua tese, explicava que os dois países não buscavam emergir uma guerra com fins em si mesma, mas procuravam frear o comunismo de se alastrar pela Europa. Dessa forma, se França e Inglaterra – que se encontravam inertes às necessidades contemporâneas⁵⁹ – se unissem aos ideais de Itália e Alemanha, “todas as dificuldades que enchem de sombras o horizonte da Europa, por si mesmas se resolveriam, apagando-se de pronto a perigosa fogueira peninsular” (A Tarde, Manaus, 3 jul. 1937, p. 1), fazendo cessar a necessidade de guerra entre países europeus, pois suas forças estariam voltadas para outra batalha.

Deixando de lado o avanço do comunismo a nível internacional, Péres se volta à realidade brasileira com muito vigor, principalmente a partir de setembro, quando a lembrança dos momentos vivenciados com o levante comunista em 1935⁶⁰ se intensificou.

O colunista traz à tona alertas sobre como os grupos atrelados ao comunismo comportavam-se e tentavam vincular os ideais comunistas aos ideais democráticos, utilizando o termo “democracia” para disfarçar a difusão das ideias comunistas; utilizou, para tanto, da imagem e a atuação de Domingo Vellasco⁶¹, que havia sido preso por estar

⁵⁹ Para o colunista, estavam inertes no sentido de não reagirem ao comunismo, estando, para ele, alheio às necessidades reais da sociedade daquele momento: frear o avanço comunista.

⁶⁰ Em 1935, uma série de rebeliões em diferentes cidades do país, sendo a inaugural a ocorrida em Natal - gerando um efeito cascata – influenciou a política nacional que, a despeito das diferenças nas atuações e nos fatos geradores que engendraram os levantes, movimentou o frenesi contra comunismo e abriu margens para a instauração do estado de sítio, culminando na prisão de supostos envolvidos com o comunismo e diversos opositores de Vargas. Ver: ABREU, Davi Monteiro. “Uma “pretensa intentona”: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no estado do Amazonas (1935- 1937)”. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

⁶¹ Domingo Vellasco foi deputado federal, e em sua atuação na casa do povo, denunciava, em seus discursos, os comportamentos dos revolucionários de 1930 que, abandonando os ideais que os puseram no



envolvido com o comunismo (A Tarde, Manaus, 18 set. 1937, p. 1) e que em 1937 pregava em favor da democracia.

Essa estrutura de difusão anticomunista, que preconizava a necessidade de diligência e altivez diante aos articuladores do comunismo no Brasil, era muito basilar em suas colunas. Péres vociferava que “os ideais moscovitas” estavam impregnados na sociedade brasileira e atuavam silenciosamente, portanto, era preciso estar sempre alerta, ser providente, e, acima de tudo, ter um comportamento ativo diante da situação, visto que a omissão era também um modo de se posicionar a favor (A Tarde, Manaus, 25 set. 1937, p. 1).

Quando o Plano Cohen foi divulgado no final do mês de setembro, Leopoldo Péres não tardou em se pronunciar sobre assunto, colocando-se, é claro, a favor do estado de guerra que tinha se reinstaurado; e exclamando, em frases rebuscadas: “eu avisei” (A Tarde, Manaus, 2 out. 1937, p. 1). Além de avisar sobre a infiltração comunista no país, propiciada pela falta de prudência dos governantes liberais, explicitava que a sociedade brasileira careceria de uma medida pujante para o restabelecimento da ordem e eis que o momento para que tais condutas fossem tomadas havia chegado. O Plano Cohen⁶² animou ainda mais o fervor anticomunista de Leopoldo Péres. Suas colocações, sempre convocando ao desprezo e ao combate ao comunismo, continuaram com a força. O Plano Cohen foi visto como legítimo e dava suporte para a continuidade de seu trabalho na condenação do comunismo.

O procedimento percebido nas colunas a partir do mês de outubro é este: sempre que coubesse alguma forma de atacar o comunismo, Leopoldo escrevia; ainda que de forma secundária. Esse modo de operar do escritor foi comum até a constituição do Estado Novo; momento em que usou a realidade brasileira, então entendida como maculada pelas intenções dos comunistas, como justificativa para as atitudes do chefe da nação – apoiado

poder, tinham a intenção de apenas prostrar seus mandatos. O deputado também se posicionou contra a implementação do estado de sítio e, posteriormente, o estado de guerra. Foi preso sob pretexto de estar envolvido com a tentativa levante comunista. Conseguiu sua liberdade após arrolar provas de que os motivos que justificaram sua prisão eram falsos, além de contar com a ajuda de amigos influentes para esse fim. Ver: NASCIMENTO, Darlos Fernandes do. “De Goiás (GO) para o mundo: a atuação de Vellasco em defesa da democracia, do nacionalismo e dos trabalhadores”. In: Anais do Fórum Goiano de Pós-Graduação em História & XII Seminário de Pesquisa UFG/PUC, Goiás, p. 155-167.

⁶² O Plano Cohen foi um dos meios estratégicos de Vargas de se perpetuar no poder. O plano, publicado em 30 de setembro de 1937, tinha como conteúdo, conforme dito pelos envolvidos na organização do golpe, instruções para a atuação dos comunistas em uma insurreição, diretrizes essas vindas da Internacional Comunista. Com o subterfúgio de um perigo iminente de revolução comunista, Vargas solicita autorização para decretar estado de guerra, que viria ocorrer no dia 2 de outubro, sedimentando as bases para o estabelecimento do Estado Novo um mês depois. Plano Cohen. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>. Acesso em: 25 ago. 2022.



pelos militares e outros grupos de dirigentes a níveis estaduais – em instaurar uma nova ordem que, através de Getúlio Vargas, guiaria a pátria brasileira em “uma solução enérgica, de autoridade e de ordem” (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1).

Ao pensar o comunismo no Brasil, Leopoldo Péres estabelece que Vargas não só seria capaz de combatê-lo, como já havia demonstrado que o fizera com grande proficiência. Um dos motivos pelo qual Péres compactuou, como antes já havia feito em suas colunas (A Tarde, Manaus, 17 jun. 1937, p. 1), com Vargas no contínuo da presidência do Brasil.

Getúlio Vargas: “o homem providencial”

A exaltação à figura de Vargas foi extremamente comum no período do Estado Novo. Conforme explica Capelato (1999, p. 171 *apud* Capelato, 1986), havia um esforço dos meios de comunicação de expressar o apreço por Getúlio Vargas geralmente feito por intermédio de frases de efeito. Péres não fugiu a esta regra, e ao tratar do então presidente, suas considerações geralmente eram no sentido de atribuir confiança nas capacidades de gerir a nação desempenhadas pelo chefe do Estado, situação recorrente mesmo antes do estabelecimento do Estado Novo.

Quando teceu suas críticas sobre a futura escolha para chefe do poder executivo nacional, Leopoldo Péres realçou “o conjunto de predicados indispensáveis ao fiel desempenho da melindrosa incumbência, a saber, o senso político, a habilidade, o tato diplomático, que de mister se tornam a quem se propõe, nada mais, nada menos, do que a restabelecer a ordem ao caos” (A Tarde, Manaus, 31 mar. 1937, p. 1). Esses seriam os atributos equânimes ao bom chefe de governo que o Brasil precisava, visto toda situação política brasileira – sobre a qual o colunista tecia diversas críticas – e o possível enxovalho comunista que o Brasil, em sua visão, estava prestes a sofrer.

Não eram todos que se adequavam a este rol de atributos; no entanto, aquele que já estava no poder possuía a habilidade de ter todas. Getúlio Vargas era, de fato, o coordenador capaz de dar um fim ao que o colunista tanto criticava no cenário político e capaz de frear a “consolidação do comunismo no Brasil”.

A exaltação feita por Leopoldo Péres pode ser constatada não apenas nas adjetivações positivas que atribuiu a Vargas, mas também na confiança depositada no presidente e assim como na defesa de sua leitura do cenário político nacional. Quando Getúlio Vargas fez colocações a respeito da disputa sucessória e gerou debates e divergências a respeito de suas colocações em diversas colunas jornalísticas do Brasil,



Péres fez seus comentários no sentido de dar ao então presidente a confiança na sua inteligência interpretativa e na sua sagacidade (A Tarde, Manaus, 4 maio. 1937, p. 1).

Além da confiança política, Péres também credita a Vargas uma ilibada conduta moral diante do enaltecimento de suas condutas políticas. No mês de junho é possível observar duas colunas em que Péres se utilizou da atuação do presidente para exaltar a rigidez e nobreza de seus posicionamentos políticos.

A primeira vez que isso ocorre, Péres fala a respeito do episódio da não prorrogação do Estado de Sítio, que ensejou o mandato de soltura daqueles que foram presos por vínculo ao comunismo; o que na interpretação de Thomas Skidmore (2019, p. 58) significava uma estratégia para incomodar seus opositores no Congresso, para Leopoldo Péres estava vinculado à equidade e justiça do presidente, além ainda do entendimento de que Vargas não se deixaria permear pela corrupção.

E quando os pescadores de águas turvas murmuravam que o Presidente passaria a beneficiar do pilão comunista, para garantir o prestígio de sua autoridade e justificar o discricionarismo de atos de força, com intuítos políticos, à margem da campanha sucessorial, eis que o senhor Getúlio Vargas manda esvaziar as masmorras e abolir a censura à imprensa, ao tempo em que julga chegado o instante de restituir a Nação à plenitude de sua vida constitucional, pela não prorrogação do estado de guerra (A Tarde, Manaus, 17 jun. 1937, p. 1).

Na segunda coluna do mês, Leopoldo Péres defende Vargas por seu discurso aos integralistas, quando anunciaram a candidatura de Plínio Salgado. Acontece que os integralistas possuíam um viés político autoritário e isso causava incômodo àqueles que defendiam a democracia nacional. No entanto, contra aqueles que contradiziam o comportamento do chefe da nação, Péres se posicionava: “digam o que disserem os gritadores, o presidente deu, mais uma vez, exemplo de perfeito liberalismo, de nobreza cívica e de elevação moral, que tranquilizam o Brasil” (A Tarde, Manaus, 17 jun. 1937, p. 1), renovando não apenas sua a confiança no Presidente da República, como também a certeza de que os comportamentos de Vargas estavam de acordo com a moral democrática e constitucional.

Verifica-se ainda que, se por um lado Leopoldo Péres criticou por diversas vezes a democracia liberal, por outro demonstrou apoio ao presidente a partir dessa mesma linha ideológica. Pode-se interpretar a exaltação ao liberalismo na perspectiva de apego às liberdades individuais, já a crítica à democracia liberal em uma perspectiva de pensar a democracia voltada a alcançar os fins egoísticos dos interesses individuais. Dessa forma,



Péres não mediu esforços para usar da mesma ideia para tecer críticas e elogios a depender da situação em que ela se enquadrasse.

Durante o processo de corrida eleitoral que se desenrolava no ano de 1937, com os poderes de Estado de Guerra conferidos ao então presidente suspensos pelo Congresso, uma das questões que geraram comoção no jornal A Tarde foi a possibilidade de intervenção de Getúlio Vargas no Estado do Rio Grande do Sul. Imerso no frenesi de opiniões – a favor e contra Vargas –, Leopoldo Péres lançou seu voto de confiança no então presidente explicando que, ainda que as atitudes futuras do presidente pudessem fazê-lo mudar de opinião, até aquele momento ela permaneceria intacta, pois sempre depusera segura “confiança na serenidade e no civismo de Getúlio Vargas” (A Tarde, Manaus, 10 jul. 1937, p. 1).

Leopoldo Péres que tantas vezes se demonstrara contra a prorrogação dos mandatos, arrematou, no findar dessa mesma coluna, que cria que Vargas apenas interviria no Estado do Rio Grande do Sul “a não ser com circunstâncias excepcionais, no interesse da ordem e da tranquilidade do Brasil” (A Tarde, Manaus, 10 jul. 1937, p. 1). A crença que Péres depositava em Vargas era no sentido de que o presidente só atuaria de forma tão extrema se houvesse de fato necessidade à ordem nacional.

Contudo, se algo nesse sentido viesse acontecer, Péres depositava em Vargas a confiança de que a ele deveria caber a continuação como chefe da nação. Não apenas por seu grandioso patriotismo e clarividência, mas porque o seu temperamento moderador, associado às suas outras qualidades, seriam ideais para que o Brasil mantivesse sua estabilidade política e social. Dessa forma, Leopoldo Péres creditava a Vargas que:

credenciado pelos títulos de benemerência que o recomendam ao apreço da Nação e, sobretudo, pelas virtudes aliciadoras do seu temperamento moderador, seria o Presidente o elemento necessário de equilíbrio, em meio ao entrecchoque dos grupos e ao deflagrar das paixões, impondo-se a prorrogação do seu mandato, ao imperativo incontornável das circunstâncias embora os óbices constitucionais na hipótese corrente (A Tarde, Manaus, 4 maio. 1937, p. 1).

Ainda nesse sentido, é possível observar, posteriormente naquele mesmo ano, a ambição do colunista, permeado de ânimo advocatício, de desqualificar os argumentos dos opositores políticos de Vargas que tentavam estorvar a continuidade do estado de guerra⁶³ baseado nas necessidades que faziam o regime de exceção e a

⁶³ Os opositores de Vargas viam o estado de guerra, justificado pelo Plano Cohen, como uma medida ardilosa para Vargas permanecer como presidente (A Tarde, Manaus, 13 out. 1937, p. 1).



atuação de Getúlio Vargas a justa medida para dirimir a “calamidade” exposta pelo Plano Cohen.

Leopoldo Péres, na sua construção de defender as manobras políticas de Getúlio Vargas, utilizou-se da estratégia de confirmar o apoio popular ao presidente. Essas colocações perpassam diversas colunas do autor e é possível notá-la, de forma contundente e bem demarcada, principalmente, na intitulada “o instinto da massa” com a tentativa de comprovar que o apoio da população ao então chefe do país – baseando-se no nos carinhos estendidos a Vargas no dia 07 de setembro daquele ano – testemunhavam uma adesão em relação à conduta do seu líder; adesão esta que estava fincada na atuação do presidente frente às necessidades da nação, e representava o “subconsciente das massas” (A Tarde, Manaus, 11 set. 1937, p. 1).

Getúlio Vargas seria, então, o homem providencial. Aquele que diante de situações de difícil transposição, tomava frente e atuava cautelosa e altivamente, a fim de solucionar os problemas que país atravessava. A exaltação à figura de Vargas aparece nos seus escritos na coluna do dia que abre o mês de novembro e cujo nome encabeça este tópico deste artigo. Nela, Leopoldo Péres busca evidenciar diversas atuações de Vargas durante toda sua carreira e para as quais o colunista dava relevância principalmente por conta da situação político-administrativa na qual estava o Brasil imerso.

Desde sua chegada ao poder por meio do movimento “revolucionário” de 1930 que representava a guinada para mudança que o país clamava, passando pelas capacidades mediadoras diante da guerra civil travada em São Paulo⁶⁴, até a sua atuação diante do levante comunista em 1935, Péres reforça a ideia por ele já exprimida reiteradamente de que Vargas era a pessoa certa para o momento em que o Brasil se encontrava, levando-o a argumentar que, diante de tudo, até os opositores de Getúlio Vargas estariam compelidos a reconhecer – mesmo que não fizessem – a sua proba atuação “pela evidência incontestável dos fatos” (A Tarde, Manaus, 11 set. 1937, p. 1).

⁶⁴ O estado de São Paulo, sentindo-se prejudicado o governo de Vargas, principalmente, com a centralização do poder, executa uma “revolução”. Ficando conhecida como Revolução Constitucionalista, o empenho na atuação movimentou a população civil massiva de São Paulo e contou, ainda, com apoio de lideranças de outros Estados. O conflito, que durou três meses, resultou na derrota do estado-membro. Contudo, o movimento foi exitoso no sentido de que Vargas procedeu com o processo de constitucionalização do país que culminaria na Constituição de 1934. Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos de 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). O Brasil Republicano; vol 2 – O tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 14-36.



Se as colocações de Péres em suas colunas, de modo geral, antes e durante o período do Estado de Guerra instaurado com a divulgação do Plano Cohen já o colocavam como apoiador das condutas e grande admirador de Vargas e que após a divulgação do falso plano comunista se intensificou, quando do surgimento do Estado Novo, essa premissa foi apenas reiterada vigorosamente, ao que passa a expor:

O senhor Getúlio Vargas, que se fizera a exponenciação máxima das esperanças totais do Brasil, simbolizando a advertência da ordem no cenário do tumulto generalizado, se voltavam de todos os quadrantes do país os apelos mais veementes, as mais angustiadas exortações no sentido de sua permanência, que setornara imprescindível à frente do governo (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1).

Diante de todos os fatos e qualidades, o colunista sustenta sua defesa assentando que a única opção possível a todos era “admitir a permanência do sr. Getúlio Vargas no poder de vez que essa era a solução patriótica para a crise que atravessamos” (A Tarde, Manaus, 11 set. 1937, p. 1). Dessa forma, Leopoldo Péres sustenta, após instauração do Estado Novo, o seu apoio ao novo regime. E o que seria, para o colunista, esse novo regime em que estariam vivendo?

“Um sistema em marcha”: a democracia orgânica

Para compreender bem a ideia de democracia que Péres constrói, é preciso remontar, em seus escritos, a momentos anteriores ao Estado Novo. A ideia de democracia orgânica por ele difundida não era uma criação exclusiva para a ditadura varguista, ela se consolidara nos pensamentos do escritor antes disso, mas geraram suporte para que, depois, passasse a defender – ou encaixar – o Estado Novo dentro desse ideal.

Para Leopoldo Péres a situação política brasileira estava imersa em um regime político estrangeiro – a democracia liberal –, portanto, estaria enfraquecido o nacionalismo de um país que se administrava politicamente através de um sistema externo, e que cujos esforços para superar os problemas sociais existentes estariam longe de se realizarem, já que pouco se buscava enxergar os processos brasileiros.

No Brasil, a grande verdade é que jamais se cogitou relacionar o fenômeno político com o fato sociológico. Adaptado ao país um regime de importação à margem das suas flagrantes realidades, esse fenômeno passou a verificar-se na forma de uma simples maratona eleitoral ao poder. O voto, uma ficção irrisória, que Monteiro Lobato traduziu no sarcasmo eruditíssimo do Jéca Tatu. E assim, na democracia, utilizávamos a política como a arte, a que se reporta Louis Latzarus, de fazer crer ao povo que ele governa... (A Tarde, Manaus, 12 mar. 1937, p. 1).



O autor continua o parágrafo criticando, ainda, o voto. É através da problematização do voto que Péres argumentou que a democracia era como um sistema que apenas ludibriava a população: fazendo com que ela acreditasse que o poder “emana do povo”, quando na verdade, não o faz, visto que o sistema não atingia às expectativas, no sentido de se adequar às necessidades nacionais.

É nesse debate – de entender a adequação das premissas com a realidade – que Leopoldo Péres atua na problematização da democracia: a sua objeção não é a democracia por si, mas a forma como ela é feita. A “democracia individualista” que Leopoldo Péres critica pode ser interpretada como uma democracia feita para poucos, que só busca os interesses de um grupo seletivo – as oligarquias – ou interesses individuais, sem olhar a coletividade.

No dia 25 de fevereiro de 1937, Leopoldo Péres rememora a Constituição de 1891, que aniversariava no dia anterior. Menções explícitas às questões como liberdade individual e as adaptações da democracia americana às características brasileiras permeiam suas colocações, bem como atribuem à legislação honra às conquistas dos direitos adquiridos outrora. Por outro lado, observa que a possibilidade de sua vigência seria factível até o momento em que as necessidades sociais se impuseram, imputando essas necessidades, que emergiram e desencadearam a “revolução de 1930”, decorrência do que ele expressamente chama de “democracia individualista” (A Tarde, Manaus, 25 fev. 1937, p. 1.).

É possível observar que, apesar de suas colocações expressarem extremo respeito pela antiga Carta Magna, diante do trabalho intelectual político e jurídico por ela trazido, demonstravam também a posição de Leopoldo Péres a respeito da insuficiência diante das demandas sociais que permeavam o cenário nacional. São notáveis as dissonâncias de Péres com o antigo regime político e o alinhamento do intelectual com os preceitos dos homens à frente da “revolução de 1930”.

É importante destacar que a democracia foi defendida por Péres em diversas colunas e de diversas formas diferentes. Exemplo disso pode ser visto quando o colunista tratava sobre a importância da Justiça Eleitoral e do voto secreto para consolidação da vontade do povo de forma transparente e recuperação na crença de dias melhores (A Tarde, Manaus, 30 mar. 1937, p. 1; A Tarde, Manaus, 18 jun. 1937, p. 1). Essas colocações mostram o apreço que ele tinha pela democracia, mas principalmente pelo que os interesses da população fossem, de fato, revertidos nas urnas. Logo, suas críticas



recaiam principalmente nos comportamentos dos representantes do povo e a falta de acomodação do regime às necessidades da sociedade brasileira.

O descontentamento com o cenário político pode ser observado de forma objetiva na coluna “Belezas da Democracia” (A Tarde, Manaus, 18 mar. 1937, p. 1), em que Leopoldo Péres propõe a tratar dos fatos ocorridos na Câmara dos Deputados. “Entre xingamentos e investidas corporais” – esta última sendo impedida por outros parlamentares –, a coluna deixava claro as desavenças ocorridas durante o debate na “casa do povo” que, segundo o mesmo autor, “são, o mais das vezes, episódios de caráter personalíssimo, que se repetem a cada instante e que, se não divertissem no picaresco dos desfechos inesperados de comédia, confrangeriam pela deselegância das atitudes, ou pelo desabrimento das palavras” (A Tarde, Manaus, 18 mar. 1937, p. 1).

Percebe-se que Péres não teceu críticas diretas à democracia nesta coluna, suas análises incidiam sobre o comportamento leviano dos parlamentares ao se portarem no exercício de seu dever representativo. É sobre isto que a ironia do nome da coluna de Péres recai: de beleza pouco se encontrava no comportamento daqueles que foram escolhidos para representar o povo, atingindo, dessa forma, indiretamente a democracia representativa. O peso dos eventos personalíssimos que pouco representavam as vontades da população brasileira, cumulando de vícios uma democracia a qual o colunista se mostrava avesso, desencadeou diversas críticas sobre o sistema vivenciado e sua necessidade de modificação.

Ao observar o cenário político brasileiro, Péres criticava como ele se encaminhava, principalmente quando acreditava que a democracia vigente na época estava parecida com a exercida na Primeira República e que estava permeada de vícios, a serviço de um grupo ou interesses individuais, que a “revolução de 1930” se propusera a superar (A Tarde, Manaus, 26 maio. 1937, p. 1), mas que, apesar das vitórias sociais atingidas, não conseguiu consolidar soluções perquiridas no momento da “revolução”, tendo o cenário político continuado a replicar os comportamentos dos interesses de poucos (A Tarde, Manaus, 13 nov. 1937, p. 1).

É tentando se afastar dessa democracia individualista que o colunista trabalha o seu entendimento de democracia da seguinte forma:

Mas a democracia que propugno, a democracia para a qual caminhamos (veja-se a distância enorme que vai da carta magna de 16 de junho ao estatuto básico, modelar mas romântico, de 91!) é a democracia tal qual a praticam os povos modernos, superiormente organizados – a democracia orgânica, expressão totalitária da Nação, válvula efetiva de todas as liberdades e de todos os direitos do indivíduo dentro na estrutura do Estado forte, cimentado na lei,

na disciplina e na hierarquia. Não transijo, porém, com as ditaduras de qualquer natureza, porque não tolero o despotismo, a violência ou a tirania (A Tarde, Manaus, 26, jun. 1937, p. 1).

Buscando trazer a compreensão sobre a criação da ideia de democracia no seu sentido substancial, Sahid Maluf (2019, p. 420) explica que ela, para esse segmento, não seria o fim em si mesma: não se faria democracia apenas para ser democrático, far-se-ia porque ela estaria enraizada nas necessidades do povo, assim “o governo poderá ser democrático quanto à sua origem, mas não o será quanto ao seu exercício. Ao contrário, o governo poderá originar-se de um golpe de força, e desenvolver-se de maneira substancialmente democrática”. É a partir desse modelo que muitos governos autocráticos europeus se utilizaram da nomenclatura “democracia” para defender que as suas atuações governamentais estavam de acordo com os interesses da população, ainda que seu advento não tivesse sido democrático.

Nesse mesmo sentido, Péres explanou o definhamento da democracia como se conhecia. Para ele a democracia estava passando por um processo de “evolução histórica” (A Tarde, Manaus, 28 jul. 1937, p. 1), cuja forma de origem surgiria de governo totalitário, mas que continuaria em sua essência democrático, pois as ações políticas do chefe da nação estariam em sintonia com as necessidades do povo. Um dos exemplos que usou para sustentar suas colocações foi o do ditador português António Salazar, a quem retratou dizendo que “Salazar – todos o sabem – constitui-se, na ponta ocidental da Europa, a barreira infrangível da democracia orgânica e da cultura mediterrânica contra a irrupção vandálica do comunismo” (A Tarde, Manaus, 7 jul. 1937, p. 1).

Para Leopoldo Péres, o Brasil também estava passando pelo mesmo processo e, naquele momento, já estava vivenciando outra fase da democracia, posto que, segundo suas colocações, “a constituição de 1934 não é mais liberal democrática, porém social-democrática” (A Tarde, Manaus, 28 jul. 1937, p. 1). Assim, os passos em direção às mudanças frente à democracia liberal e individualista, que o colunista tanto criticava, haviam sido dados, exemplificando as mudanças às quais os sistemas políticos estavam suscetíveis, conforme a concepção por ele defendida.

No entanto, se por um lado a mudança na Constituição de 1934 estabeleceria um novo ciclo da democracia, ao menos no mundo das ideias, o mundo real, por outro lado, mostrava uma continuidade no status quo, mesmo tendo sido as mudanças na Carta Magna de 1934 consequências – ao menos em parte – da “revolução” de 1930, a qual o colunista explicava ter sido uma “revolução de quadros e não de estruturas” (A Tarde, Manaus, 16 ago. 1937, p. 1).





É a partir dessas concepções – de mudanças idílicas que não transformam a prática – que se faz necessário entender a conjuntura das desilusões de Leopoldo Péres, através de suas colunas, para então executar a boa hermenêutica de suas colocações, conforme o próprio colunista preconiza (A Tarde, Manaus, 16 ago. 1937, p. 1) e entender o ponto nevrálgico de suas elucubrações.

Acontece que para Péres, apesar das mudanças terminológicas e dos quadros políticos, os problemas nos quais o Brasil estava envolto politicamente continuavam, no geral, iguais. As críticas à democracia, principalmente envolvendo o parlamento, permitem observar em qual ponto residiam suas dissonâncias. Assim, para que os problemas ora postos se modificassem, era preciso que se modificasse o sistema. A mudança do sistema, neste caso, não suscita a mudança de nomenclatura, tampouco a sua ideia central – o governo do povo –, mas de estruturas. A democracia orgânica – estrutura política que ligava as vontades do povo diretamente ao seu executor através da “racionalização da vontade geral” (A Tarde, Manaus, 29 jul. 1937, p. 1) – seria a nova forma de adequação das necessidades sociais emergentes, abandonando, dessa forma, as velhas problemáticas da democracia representativa e individualista que impediam o povo de alcançar seus objetivos comuns.

Essa estrutura permite perceber como Leopoldo Péres enxergava a mudança das democracias dentro das dinâmicas sociais como uma evolução histórica, visto que, para ele, as democracias vão sendo modificadas a partir das necessidades que as sociedades estabelecem⁶⁵, uma vez que os sistemas políticos “assim como as velhas árvores, possuem o privilégio e a fortuna de, a espaços, rejuvenescer” (A Tarde, Manaus, 16 ago. 1937, p. 1).

Sedimentando essas ideias basilares do pensamento de Péres, torna-se tangível compreender como ele comportou o golpe de Estado dado por Vargas na dinâmica da democracia orgânica que, segundo ele, seria a forma adequada de desenvolvimento do sistema dentro da lógica das realidades brasileiras, uma vez que cada país teria sua própria maneira de organicamente reorganizar suas democracias.

Relatando o evento que reuniu integralistas de variadas zonas contíguas à cidade do Rio de Janeiro, no intuito de prestar solidariedade ao presidente na luta contra o comunismo (A Noite, Rio de Janeiro, 1 nov. 1937, p. 17), Leopoldo Péres rejubila dizendo que tal ato estava:

⁶⁵ Para o colunista todas as nações poderiam alcançar a democracia orgânica, mas a atuação do representante do povo seria diferente a cada uma, visto que elas se adequariam às necessidades de cada população.



aspirando à transformação do regime atual, mas pelos métodos normais da evolução na cultura, pelos processos lícitos do aperfeiçoamento cívico, tendo, sem dúvida alguma, uma concepção peculiar do Estado e da sua moderna organização socioeconômica, propugnando o advento de uma nova democracia, de uma democracia orgânica. (A Tarde, Manaus, 4, nov. 1937, p. 1).

Dessa colocação é possível extrair duas coisas importantes: a primeira diz respeito à democracia que, para o colunista, se encontraria em marcha de mudanças de forma natural. Essa ponderação permite perceber que é nisto que reside o “orgânico” para ele, uma democracia que muda gradualmente, como se seguisse uma lógica, um fluxo contínuo dado o apoio do povo ao presidente nos atos diários.

O segundo ponto, estritamente ligado com o primeiro, é a desnecessidade de um poderio de violência para esta mudança; a dispensa de uso de armas não se faria preciso, neste caso, justamente porque é uma mudança orgânica, e o apoio ao regime se encontrava no “povo” – nesta situação representado pelos integralistas – prescindindo a imposição pela violência. Método esse – de imposição pela força – para a qual o autor alertara que seriam “impossíveis com a ordem estabelecida e com os interesses imprescritíveis da nação” (A Tarde, Manaus, 30 jul. 1937, p. 1). Neste sentido, o amparo que as forças militares prestaram a Vargas, para Péres, não era uma forma de imposição pela força senão “apoio vigilante e sereno patriotismo” (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1). Esse apoio significava uma busca pela ordem, a proteção da figura máxima do poder brasileiro – Getúlio Dorneles Vargas – que havia de controlar o comunismo que, de acordo com o Plano Cohen, se alastrava pelo país.

A “disseminação” do comunismo não é, necessariamente, a chave para o pensamento de democracia orgânica de Leopoldo Péres, mas à medida que esse sistema se transformasse, passaria pela estruturação de um estado centralizado e coeso que buscava a ordem e, nesse sentido, o comunismo era a maior desordem que visavam combater – juntamente com as desordens políticas internas – e justificador da implementação do novo sistema.

O golpe de Vargas é, portanto, “uma solução enérgica de autoridade e de ordem” (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1), uma vez que a corrida eleitoral estava corrompida e assim comprometia a “estabilidade do regime, ao equilíbrio e à segurança das instituições” (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1). A estabilidade do regime, nessa questão, seria a ideia de que a corrida eleitoral, da forma como ocorria, para o colunista, não se adequava às expectativas da vontade popular (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1).



Adiantando-se nos debates a respeito das privações de liberdade, o colunista toca, de forma superficial, ainda em julho, sobre a mudança “na concepção jurídica da liberdade, à luz do novo sentido social do direito” (A Tarde, Manaus, 27 nov. 1937, p. 1), não se aprofundando sobre o assunto. Entretanto, com o advento do Estado Novo, ao tentar assentar esse conceito ao novo regime, o autor passa a expor um pouco mais sobre a ideia de liberdade, tão cara às democracias, da seguinte maneira:

a doutrina dos direitos do homem, como indivíduo social, e a concepção política do Estado, alicerçada, hoje ainda no conceito de democracia, mas da democracia construtiva que reajusta a liberdade nos quadros da lei, tudo condicionado ao bem estar coletivo e ao interesse supremo da Nação (A Tarde, Manaus, 18 nov. 1937, p. 1).

Por essa explicação é possível extrair que a liberdade poderia facilmente ser restringida a depender das necessidades da persecução da ordem, que dentro da lógica orgânica da democracia se faria possível, visto que a sua estrutura se baseava em uma característica de cessões mútuas – do Estado e do indivíduo –, para atingir interesses comuns (A Tarde, Manaus, 27 nov. 1937, p. 1), sendo esta lógica de cedência, ainda, a linha que demarcava a diferença entre: a democracia orgânica e as formas de governos autoritários e ditatoriais.

Apesar de suas elocubrações, é possível notar que a “democracia orgânica” era uma forma de talhar uma nova nomenclatura a um governo ditatorial centralizado que prescindia às decisões do povo, apesar de todo o esforço intelectual do autor de enquadrar as necessidades do povo sendo respondidas à medida de suas necessidades, dentro dessa dinâmica por ele concebida.

Assim como o dia 10 de novembro de 1937 marca o início da ditadura do Estado Novo, marca também para Leopoldo Péres – enquanto colaborador do jornal A Tarde – um novo momento: suas colunas, antes diárias com parcas ausências, começaram a ser publicadas em dias intercalados, demarcando o que seria o início do fim de suas publicações no periódico, uma vez que a partir do mês de dezembro o autor se ausentara do ofício no jornal. Dessa forma, pouco a pouco, os espaços no periódico vão sendo remodelados e ajustados para preencher a lacuna deixada por Péres. Contudo, os vieses de sua ideologia continuaram sendo difundidos em livros e discursos no decorrer do Estado Novo.

Considerações Finais



O interesse deste trabalho foi analisar parte da produção intelectual de Leopoldo Carpinteiro Péres, buscando compreender em qual sentido, dentro do espectro de intelectuais que faziam propagandas a Vargas, comportaram-se os discursos do colunista, tendo como fonte principal os textos publicados no jornal A Tarde, e tendo por objetivo analisar o viés anticomunista do autor, a exaltação que fazia ao Vargas e, por fim, sua concepção a respeito da democracia e como o Estado Novo se enquadrava nela.

A análise do periódico permitiu observar alguns pontos que, mesmo não sendo os objetivos do trabalho, situam a provável importância do autor no período em que vivia, ou ao menos, para o dono do jornal. Leopoldo Péres demarcava a primeira página do periódico, e as ausências dos escritos do autor causam estranhamento visual, visto que as colunas dele se diferiam das demais, tanto pelo tamanho e estrutura, quanto pelo nome e sobrenome do autor escritos em letras garrafais no fim do texto.

Essa estrutura diferenciada proporcionou ao colunista abertura para escrever sobre os diversos conteúdos, que frequentemente se misturavam e se justificavam. Um exemplo claro disso se observa nas colunas em que Leopoldo Péres trata sobre o comunismo; o colunista não tirava das suas construções os ideais do cristianismo, fosse falando abertamente sobre isso nas suas colunas ou realçando, aqui e ali, a natureza cristã ou demoníaca de seus objetos de análise.

Em muitos momentos o autor tece duras críticas ao que chama de “praga moscovita” no sentido de atribuir-lhe conotações satânicas que deveriam ser combatidas em prol dos princípios religiosos que seguia. Se falando sobre as coisas que desprezava Péres não economizava nas hostilidades, quando se punha a argumentar em prol das questões que concluía como boas, não lhe faltavam elogios, o que pode ser observado nas diversas colunas em que se propunha a dispensar elogios e defesas a Vargas.

Péres era, de fato, extremamente obstinado no que acreditava, e palavras não faltavam para defender ou atacar o que achava devido. Caso contrário não teria construído, defendido e alinhavado com tanta convicção os fatos que o levaram a desenvolver a ideia de democracia orgânica no Brasil, utilizando os fatos sociais para promover a lógica em que estruturava que a democracia em seu princípio mais puro e simples, de levar a cabo as necessidades do povo, não pereceria, mas se transmutaria organicamente tornando prescindível a intervenção dos representantes do povo, porque a nova democracia seria feita através da intermediação direta dos clamores do povo com o presidente da república.



As misturas dos conteúdos nos escritos de Péres podem ser corroboradas na análise geral dos objetivos desta pesquisa. O colunista constrói um pensamento em que é possível notar o alinhamento entre o anticomunismo, Vargas e a democracia orgânica. O anticomunismo era o mal que a população queria que fosse combatido, Vargas era a figura capaz de combatê-lo, e a democracia orgânica seria o regime em que os representantes se fariam desnecessários, visto que o chefe do Estado (Vargas) compreenderia e atuaria para atender as intenções da população (neste caso, a destruição do comunismo).

Tendo sido Leopoldo Péres um homem público ativo e prolífico em suas considerações a respeito das questões sociais, há, ainda, muito conteúdo a ser explorado, tanto em outros livros que tratam da realidade brasileira na visão do escritor, como quanto nas colunas do jornal A Tarde, dada a diversidade de temas e profundidade com a qual ele os tratava. As possibilidades são muitas, visto que ainda muito pouco se sabe sobre o intelectual e sua visão sobre o país em que vivia; e porque, como explica Antoine Prost, “a escrita da história nunca estará encerrada” (Prost, 2008 p. 80).

Data de Submissão: 02/07/2023

Data de Aceite: 21/09/2023

Referências

ABREU, Davi Monteiro; VASCONCELOS; Vanessa Andrade. O JORNAL A TARDE: um vespertino que será sempre o arauto das aspirações populares (1937). In: BARROS, Wanderlene de Freitas Souza Barros; MOURA, Anderson Vieira (orgs.). **Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia**. Curitiba: CRV, 2022.

ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no estado do Amazonas (1935-1937). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

ABREU, Davi Monteiro. “Tudo é medíocre e feio na URSS”: representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 408-435, 2020.

BRANDI, Paulo. Plano Cohen. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.



CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano; vol 2 – O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 113-150.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Leopoldo Carpinteiro Peres. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leopoldo-carpinteiro-peres>. Acesso em: 26 ago. 2022.

CRUZ, Heloisa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA. **Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 25 out. 2023.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX**: 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

NASCIMENTO, Darlos Fernandes do. **De Goiás (GO) para o mundo**: a atuação de Vellasco em defesa da democracia, do nacionalismo e dos trabalhadores. In: Anais do Fórum Goiano de Pós-Graduação em História & XII Seminário de Pesquisa UFG/PUC, Goiás, p. 155-167.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: Helena Bomeny (Org.) **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 37-58.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano; vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; Starling Heloisa Murgel (orgs). **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

O DISCURSO ANTISSEMITA NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

THE ANTISEMITIC SPEECH IN THE AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA



ANA JÚLIA CORRÊA FERREIRA⁶⁶

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir acerca do antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (AIB) através da imprensa do movimento, com enfoque no jornal *A Offensiva*, procurando delimitar de forma mais precisa os contornos políticos do antissemitismo na AIB, isto é, sua função doutrinária e relação com os objetivos políticos e estratégicos da AIB. Especialmente no ano de 1935, a tese da conspiração judaica internacional apareceu em diferentes periódicos integralistas; em *A Offensiva*, principal jornal do movimento, por cerca de um ano, Gustavo Barroso, principal expoente do antissemitismo no Brasil à época, publicou uma coluna destinada exclusivamente à propaganda antijudaica. Esta temática é relativamente pouco explorada pela historiografia do integralismo, a despeito da significativa difusão do antissemitismo no mundo ocidental durante o entreguerras. Portanto, este trabalho pretende ser uma iniciativa para novas reflexões acerca do antissemitismo na AIB.

Palavras-chave: Integralismo; antissemitismo; teoria da conspiração; imprensa.

Abstract

This article aims to reflect on antisemitism within the Ação Integralista Brasileira (AIB) through the movement's press, especially the newspaper *A Offensiva*, in order to delimitate more precisely the political contours of antisemitism in AIB, which means, its doctrinal role as well as its relationship with AIB's strategic political objectives. Particularly in 1935, the international Jewish conspiracy theory was highlighted in various AIB's periodicals; in *A Offensiva*, the movement's main newspaper, for about a year, Gustavo Barroso, most prominent antisemitic intellectual in Brazil by that time, published a column exclusively dedicated to anti-Jewish propaganda. This theme is scarcely explored within the integralism's historiography despite the large spread of the antisemitic speech in the world during the interwar period. Therefore, this work intends to be an initiative for new reflections regarding AIB's antisemitism.

Keywords: Integralism; antisemitism; conspiracy theory; press.

⁶⁶ Mestranda em História no PPGH-UFJF e bacharela em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com qualificação em Patrimônio Histórico. E-mail: julia.ferreira.ana@gmail.com.



Introdução

A década de 1930 foi um momento de intensas lutas sociais no mundo: as contradições do sistema capitalista já vinham se somando desde os anos finais do século XIX, quando o processo de acumulação da produção e do capital bancário sob o controle de uma pequena oligarquia financeira acentuou-se de tal forma que se transformaram profundamente as características da sociedade capitalista. A virada para o século XX marcou a mutação do capitalismo em imperialismo, isto é, a passagem da sociedade da “livre concorrência” para o domínio dos monopólios. No terreno político, o imperialismo significou a partilha do mundo entre as potências capitalistas europeias mais bem desenvolvidas, uma vez que a conquista de posses coloniais era a garantia plena do sucesso do monopólio; bem como, uma interferência política e econômica cada vez maior nos Estados da periferia do capitalismo que, contudo, já haviam atingido uma certa independência, como o caso do Brasil (Lênin, 2021, p. 89).

A Grande Guerra foi o ponto culminante da disputa entre as principais potências imperialistas do mundo: o exponencial crescimento da capacidade produtiva da Alemanha, a partir do início do século, agravou as tensões com Inglaterra e França, já que a primeira estava em busca de sua inserção definitiva no cenário imperialista, isto é, na briga pelas colônias. O impacto do conflito na sociedade europeia foi tão profundo que gerou uma crise da cultura burguesa dominante; não por acaso, a Revolução Bolchevique estourou na Rússia em meio a sua participação na guerra, forçando a retirada imediata das tropas russas do conflito após a vitória dos revolucionários. Na década de 1920, a agitação de grupos comunistas, socialistas e anarquistas foi expressiva em diferentes países europeus, tensionando ainda mais o debate público no sentido da revolução social. O fascismo surgiu neste contexto como uma resposta aparentemente revolucionária para os problemas correntes da sociedade, cujo cerne ideológico era, porém, conservador.

Tão logo o fascismo triunfou na Europa, diferentes intelectuais ao redor do mundo, em especial na América Latina, estabeleceram uma rede de circulação de ideias, líderes e imprensa de inspiração fascista, dando origem a movimentos nacionalistas e corporativistas em diferentes partes do mundo ocidental (Bohoslavsky; Broquetas, 2020). Entre os movimentos de caracterização fascistas não-europeus, o integralismo brasileiro é considerado um dos casos mais bem sucedidos, tanto em termos numéricos, quanto, de estrutura organizativa; ainda que nunca tenha se consolidado no poder.



Apesar de amplamente debatido na historiografia do nazismo, não existe um consenso entre historiadores no que se refere à relação entre antissemitismo e fascismo. Cada caso é particular, embora seja possível dizer que o vocabulário antissemita foi compartilhado pelos principais movimentos fascistas. No caso brasileiro, levando em conta a extensa produção historiográfica sobre o integralismo, pode-se dizer que ainda são poucas as investigações sobre o antissemitismo integralista em si, a despeito do poder mobilizador deste discurso nos anos 1930 e sua razoável reprodução para além dos grupos integralistas (Carneiro, 2007).

Portanto, este artigo procura refletir acerca da presença da estética antissemita na imprensa integralista, com enfoque no jornal *A Offensiva*, procurando delimitar mais precisamente os contornos políticos do antissemitismo no interior do movimento.

O integralismo brasileiro

A gênese ideológica do integralismo brasileiro remonta à atuação de Plínio Salgado⁶⁷ no movimento modernista dos anos 1920. Do ponto de vista da modernização capitalista, esta década marcou o auge das transformações políticas e sociais que deram origem ao Brasil moderno (Cano, 2012). Este foi o contexto de ascensão do modernismo no país, cujo marco foi a Semana de Arte Moderna em São Paulo. A participação de Salgado, contudo, deu-se em oposição às correntes protagonistas da Semana de 1922, especialmente aos aliados do Manifesto Pau-Brasil. Ao lado de Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo, fundou o movimento Verde/Amarelo e, posteriormente, o grupo Anta, uma corrente intelectual ufanista radical, engajada com uma certa noção de identidade nacional (Gonçalves, 2010, p. 120).

A viagem de Plínio à Itália fascista, em 1930, foi fundamental para melhor delimitar os contornos ideológicos do integralismo. Na ocasião, o jornalista se encontrou pessoalmente com Mussolini, sendo profundamente impactado pelo fascismo do ditador italiano.⁶⁸ De volta ao Brasil, organizou duas importantes iniciativas anteriores à

⁶⁷ Descendente de uma família católica, com tradição na vida política, Plínio Salgado nasceu em 1895 em São Bento de Sapucaí (SP). Em sua cidade natal, foi redator do jornal *Correio de São Bento*. Logo no começo dos anos 1920, mudou-se para a capital paulista, atuando como suplente de revisor no jornal *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista (PRP), ao qual era filiado. Rapidamente Salgado passou à redação do periódico, a pedido do redator-chefe, Menotti del Picchia. Paralelamente à sua atividade no movimento modernista, engajou-se na tentativa de renovação do PRP, liderada por Alfredo Egydio de Souza Aranha. Em 1926, publicou *O Estrangeiro*, sua obra mais aclamada e que “fixa o marco inicial da mutação ideológica do futuro chefe integralista” (Trindade, 2016, p. 86). Para biografia, consultar Gonçalves, 2012.

⁶⁸ Durante sua estadia na Itália, Salgado trocou correspondências com seus colegas brasileiros, explicitando a influência de Mussolini em sua atividade política e intelectual. Ele escreveu: “É necessário agir com



fundação do movimento integralista: o jornal *A Razão* (1931), terreno no qual preparou uma ação ideológica mais ampla (Trindade, 2016, p. 73); e a Sociedade de Estudos Políticos (1931), um grupo que reuniu intelectuais de direita com objetivo de “discutir um novo movimento político, tendo como princípio o nacionalismo conservador e revolucionário” (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 13).

Em outubro de 1932, foi fundada a Ação Integralista Brasileira (AIB) cuja certidão de nascimento é o Manifesto de Outubro. Ali, já estava presente a defesa da “Revolução Integral”, expressão da síntese do projeto integralista: o respeito ao princípio de autoridade, a crítica aos partidos políticos, a denúncia de uma conspiração internacional contra o Brasil e a proposição de um programa social baseado na defesa da “família conservadora, bem como um Estado de tipo fascista, o Estado integral” (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 15).

Quase imediatamente após a criação do movimento, foram organizados meios para sua divulgação, com intuito de disseminar o pensamento integralista, atrair novos militantes e fortalecer as fileiras já existentes. Neste contexto, o jornal assumiu um papel proeminente, sobretudo em vista de seu baixo custo de produção e alta receptividade das camadas populares. A AIB foi responsável pelo primeiro consórcio jornalístico do Brasil, o Sigma - Jornais Reunidos, que orientou a publicação de um total de 138 periódicos ao redor do Brasil, dentre os quais dois eram de circulação nacional, trinta de circulação regional e cento e seis de circulação local/nuclear (Oliveira, 2017, p. 34). Antes de serem publicados, o conjunto dos jornais era submetidos à censura da Secretaria Nacional de Imprensa (SNI-AIB), que buscava conferir uniformidade e coerência à doutrina divulgada ao grande público.

As imagens também foram amplamente utilizadas na imprensa integralista buscando uma espécie de educação pelo olhar, ou seja, dos leitores, não era esperado que lessem as matérias por completo, “desde que se familiarizasse[m] com os ritos, os emblemas, os comportamentos e a doutrina de Plínio Salgado e seus seguidores” (Fiorucci, 2018, p. 28). Fora da imprensa, a AIB dispunha de uma imensa parafernália simbólica, incluindo uniformes, hinos, rituais, cerimônias e saudações, cujo fim último era reforçar os valores do movimento.

tempo de salvarmos o Brasil. Tenho estudado muito o fascismo; não é exatamente esse regime que precisamos aí, mas é coisa semelhante. [...] Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente de nosso país. Também como eu, ele pensa que, antes da organização de um partido, é necessário um movimento de ideias” (Obra coletiva, *Plínio Salgado*, 1936 apud Trindade, 2016, p. 111).



Ainda assim, é crucial considerar o conteúdo intelectual do integralismo, especialmente porque esta foi uma de suas características mais distintas. Em comparação com o fascismo italiano e o nazismo, a direção da AIB era majoritariamente composta por uma elite intelectual. Plínio Salgado, Gustavo Barroso⁶⁹ e Miguel Reale⁷⁰ ocupavam os postos mais importantes no movimento – Chefe Nacional, Chefe das Milícias Integralistas e Chefe do Departamento de Doutrina, respectivamente – sendo também seus principais teóricos. Desde seus escritos no jornal *A Razão*, Salgado deixou explícito seu desejo em constituir um movimento de ideias, capaz de orientar os rumos da nação brasileira. Segundo o próprio Barroso (1936, p. 17), entre todos os movimentos fascistas, o integralismo era aquele cujo corpo doutrinário era mais perfeito e cujo conteúdo, o mais espiritualista.

Rapidamente, o integralismo ganhou as camadas populares e médias dos centros urbanos em todo o país.⁷¹ O aparato simbólico e a intensiva propaganda forneceram um sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo que a doutrina integralista parecia responder de forma radical e revolucionária às demandas contra a política brasileira, dominada pelas oligarquias nacionais em disputa, deixando a população à margem do processo. Aliado a isso, durante a existência da AIB, a propaganda anticomunista no Brasil foi intensa. A tentativa de destituição de Getúlio Vargas, liderada conjuntamente

⁶⁹ Gustavo Adolfo Luís Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em 1888 em Fortaleza (CE). O lado paterno de sua família possuía uma longa tradição na política cearense desde 1840. Em 1907, ingressou na Faculdade de Direito do Ceará; e, em 1910, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde concluiu seus estudos. Desde a juventude atuou como escritor, publicando sua primeira obra, *Terra do Sol*, em 1912. Em 1915, foi eleito deputado federal do Ceará pelo Partido Republicano Conservador (PRC); em 1922, com apoio de Epiácio Pessoa, se tornou o primeiro diretor do Museu Histórico Nacional e, em 1933, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Em 1930, participou da campanha eleitoral de Júlio Prestes, ingressando na AIB apenas no segundo semestre de 1933. No movimento, atuou, originalmente, como Chefe das Milícias e, a partir de 1935, com a dissolução desta secretaria, se tornou Chefe da Secretaria de Educação Moral e Cívica. Para mais, consultar Maio, 1992.

⁷⁰ Miguel Reale nasceu em 1910 em São Bento de Sapucaí (SP). Sua família era composta de imigrantes italianos recém-chegados ao Brasil. O pai, Biagio Reale, financiou seus estudos na capital paulista, onde graduou-se em Direito. Em 1932, participou da Revolução Constitucionalista e logo após a derrota dos insurgentes, aliou-se ao nascente movimento integralista, sendo entusiasticamente recebido por Salgado. Após a dissolução da AIB, tornou-se conselheiro do Estado Novo (1937-1945) e do regime militar (1964-1985). Nos anos 1970, foi reitor da USP e, eleito para a ABL. Reale se tornou nacionalmente conhecido como “pai” intelectual do Código Civil Brasileiro de 2002, ainda em vigência. Para mais, consultar Tanagino, 2018.

⁷¹ Sobre a composição social da AIB, é importante ressaltar. Segundo Trindade (2016, p. 171), “a camada superior, constituída pelos dirigentes nacionais, é integrada exclusivamente por membros da burguesia e média burguesia, sob a supremacia das elites intelectuais. A camada média dos dirigentes regionais encontra-se ainda sob a preponderância da média burguesia intelectual, que, com a burguesia e a média burguesia dos oficiais, ocupa quase os três quartos dos postos de direção. A participação nesse nível de integralistas oriundos de pequena burguesia e das camadas populares não ultrapassa um quarto do total. Na camada inferior, a pequena burguesia e as camadas populares formam globalmente os três quartos do total dos militantes locais”.



por Luís Carlos Prestes, em acordo com a direção do Partido Comunista Brasileiro (PCB), intensificou ainda mais a campanha anticomunista, doravante também por parte do governo. Igualmente, nos periódicos integralistas, o anticomunismo foi o principal elemento mobilizador. Nesse sentido, em sua origem, o integralismo procurou apresentar-se como um movimento revolucionário, haja vista o uso frequente do termo “revolução” nos jornais e revistas, mas, ainda assim, oposto ao comunismo e à ideia de revolução operária e ditadura do proletariado. Ou seja, uma “revolução” conservadora, abertamente oposta ao marxismo.⁷²

Contudo, em março de 1935, de associação civil, a AIB transformou-se em partido político, segundo às normas do Código Eleitoral de 1932 e, a partir de 1936, passou a concorrer às eleições. Logo, é evidente que o discurso radical, contra os partidos e o sistema vigente, demonstrou-se limitado: progressivamente as palavras de ordem e o uso do vocabulário revolucionário foram se tornando escassos, com menções cada vez mais frequentes à política institucional na imprensa (Simões, 2009, p. 43).

A (dita) polêmica em torno do antissemitismo

Oficialmente, o antissemitismo nunca foi incorporado à doutrina integralista, muito embora esta assimilação tenha ocorrido na prática “em razão da grande receptividade do combate ao judaísmo entre os militantes de base” (Trindade, 2016a, p. 242). Polêmicas internas tornaram confusos os limites do antissemitismo no movimento, levando grande parte da historiografia a considerá-lo como elemento secundário à doutrina. Os trabalhos acadêmicos recentes sobre a temática, salvo exceções, focam na produção de Gustavo Barroso e alguns poucos intelectuais que, abertamente, seguiram suas tendências.⁷³ Rodrigo de Oliveira (2009, p. 263), grande referência nas pesquisas

⁷² Cabe destacar que nunca houve uma definição clara de marxismo, materialismo, bolchevismo, comunismo e socialismo na imprensa da AIB; os termos eram utilizados como sinônimos, desconsiderando as correntes, disputas, conflitos teóricos e práticos, bem como as rupturas e interpretações no interior da tradição marxista. Todos os autores que se referiram a Marx ou Engels eram apresentados de maneira homogênea. Aqui, consideramos a definição do Manifesto Comunista (1848): os comunistas são aliados a todos os movimentos contra a ordem político-social existente. Logo, argumentamos o projeto integralista como uma revolução conservadora pois apesar do discurso radical, nunca atacou as bases do capitalismo, a propriedade privada.

⁷³ Em geral, as pesquisas estão focadas na análise da produção intelectual de Gustavo Barroso, como Rago Filho (1989), Cytrynowicz (1992) e, Maio (1992). O trabalho de Vieira (2012) procura ampliar a análise, investigando outros intelectuais integralistas que também publicaram obras abertamente antissemitas; ainda assim, ele considera o antissemitismo um elemento marginal nos periódicos, apresentando-o de forma quase isolada em relação ao discurso integralista como um todo. A dissertação de Rehem (2011) é talvez o principal trabalho que considera o antissemitismo como uma característica relativamente compartilhada entre os intelectuais da AIB.



sobre a imprensa integralista, chega a especular que “a pouca repercussão do anti-semitismo [sic] entre as bases se devia também por não haver uma grande difusão destas ideias nos periódicos”.

Quando nos voltamos ao trabalho de Trindade (2016b), contudo, verificamos um quadro distinto. As entrevistas realizadas por ele com antigos militantes de base e dirigentes integralistas no curso de dois anos de pesquisa revelam que apesar de o antissemitismo ter sido o fator menos preponderante entre as motivações que levaram os entrevistados ao integralismo, 73% destes mesmos entrevistados responderam “concordar muito” com a afirmação “o espírito judeu é uma ameaça permanente à sociedade”. Ele conclui, portanto, que embora o antissemitismo tenha sido “um tema ideológico que divid[iu] os dirigentes nacionais e regionais, [foi] partilhado por quase dois terços dos dirigentes e militantes locais” (Trindade, 2016b, p. 186). O mais significativo foi o fato de parte considerável dos entrevistados ter sido certamente influenciado pelo integralismo em sua guinada para o antissemitismo – é possível supor que grande parte dos militantes de base tenha se familiarizado com a estética antissemita⁷⁴ a partir dos jornais integralistas, ou ao menos tenham sido constantemente reforçados por estes, daquela.

Ao contrário do que argumenta Oliveira, a análise da imprensa integralista comprova uma considerável presença do discurso antissemita na AIB – os periódicos são o subsídio para uma reflexão renovada acerca do antissemitismo no movimento. Este artigo pretende demonstrar parcialmente essa conclusão. Naturalmente, não é a intenção esgotar o debate, mas sim fomentar novas reflexões acerca do antissemitismo integralista. Contudo, antes de adentrar no tema propriamente dito, cabe analisarmos brevemente a polêmica que se desenrolou no interior da intelectualidade integralista, cuja razão, aparentemente, estava relacionada ao radicalismo antissemita de Gustavo Barroso, na tentativa de identificar os reais contornos desta querela.

Em maio de 1936, Salgado publicou na revista Panorama, periódico integralista destinado à “alta cultura”, o texto “Trechos de uma carta”, no qual declarou: “Não sustentamos preconceitos de raça; pelo contrário, afirmamos ser o povo judeu e a raça brasileira tão superiores como quaisquer outros. Em relação aos judeus, não nutrimos

⁷⁴ O conceito de estética aplicado aqui engloba as representações imagéticas e simbólicas, mas também o próprio discurso. Acreditamos ser essa abordagem mais acertada do que uma análise puramente discursiva ou semiótica na medida em que os dirigentes da AIB certamente estavam conscientes dos possíveis efeitos da mistura de imagens, símbolos e discursos na construção do imaginário coletivo, haja vista o constante uso desta estratégica.



contra essa raça nenhuma prevenção”.⁷⁵ Mais especificamente sobre a relação entre o capitalismo internacional e o judaísmo, tese tão defendida por Barroso, o Chefe Nacional escreveu: “Quanto ao capitalismo judeu, na realidade ele não existe como tal. O que se dá é apenas uma coincidência: *mais de 60% do agiotarismo internacional está nas mãos dos israelitas*. Isso não quer dizer que sejam eles os *responsáveis exclusivos* pelas desgraças atuais do mundo” (Salgado, 1936, p. 4-5 *apud* Pacheco, 2021, grifo da autora).

A declaração de Salgado foi interpretada por alguns historiadores como uma crítica a Barroso, especialmente porque o Chefe Nacional concluiu seu texto avaliando negativamente os exageros da perseguição aos judeus na Alemanha, afirmando que “o problema do mundo é ético, não étnico”. Ainda na Panorama, em junho de 1936, Reale pareceu reforçar a posição de Salgado, no artigo intitulado “Nós e os fascistas da Europa”, no qual o autor se esforçou em desvincular racismo/antissemitismo e integralismo. Ele escreveu:

Do Hitlerismo podemos tirar algumas lições em matéria de organização política e financeira, mas não sabemos em que nos poderia ser útil a tese de superioridade racial, tese que consulta uma situação local. [...] O combate ao banqueirismo internacional e aos processos indecorosos dos *capitalistas sem pátria*, justifica-se no plano moral. E quando a pureza da norma ética está conosco, não se compreende bem qual *a necessidade de outras justificações, que podem ser de efeito*, mas que certamente são discutíveis (Reale, 1936, p. 16-17 *apud* Pacheco, 2021, grifo da autora).

Embora aparentemente o periódico demonstre uma posição contrária dos principais nomes do movimento ao antissemitismo radical de Barroso, atendo-nos mais especificamente ao conteúdo do texto e a escolha das palavras, podemos perceber que a tônica antissemita permaneceu presente como pano de fundo; ou, ao menos, precisamos admitir que o antissemitismo não foi frontalmente criticado ou questionado por nenhum dos intelectuais. Na realidade, Gabriela Pacheco (2021) argumenta um silenciamento da temática na revista intelectual, corroborando, assim, com a nossa conclusão: uma crítica ao antissemitismo só seria possível se, primeiramente, houvesse um debate sobre o tema, questionando seus pressupostos e conclusões. A própria natureza conspiratória do antissemitismo fascista tornava impossível uma contestação teórica e científica na medida em que o sentido da teoria da conspiração depende de sua incorporação acrítica desde os pressupostos, especialmente porque a comprovação de suas denúncias é sempre atribuída à atividade de organizações secretas, tornando a informação, portanto, inverificável.

⁷⁵ Para melhor leitura do texto, as citações de fontes primárias foram transcritas segundo às normas ortográficas atuais. Nos títulos, optou-se por manter a grafia original.



Apesar de um discurso mais moderado que o de Barroso, é nas entrelinhas que encontramos a lógica antissemita no texto de Salgado: em vários momentos, o Chefe Nacional recorreu às argumentações desta natureza como ao afirmar: “não podemos querer hoje mal ao judeu, *pelo fato de ser o principal detentor de ouro, portanto, principal responsável pela balbúrdia econômico-financeira que atormenta os povos*, especialmente os semicoloniais como nós da América do Sul” (Salgado, 1936, p. 4-5 *apud* Pacheco, 2021, grifo da autora). Implicitamente, sua declaração fazia coro à argumentação calorosamente defendida por Barroso: os judeus são os principais responsáveis pelo desequilíbrio econômico e, conseqüentemente, social dos povos contemporâneos.

Ainda é relevante notar que no texto para a Panorama, Salgado direcionou suas críticas tão somente aos exageros da perseguição antissemita nazista, e não ao antissemitismo em si, ao fundamento desta perseguição.⁷⁶ Nesse sentido, concluímos que o texto expressou apenas uma crítica superficial ao discurso de Barroso. A inexistência de uma contradição fundamental entre o pensamento de Salgado e a lógica antissemita é o que provavelmente explica o uso relativamente frequente de argumentação e vocabulário de fundo conspiratório associado ao antissemitismo em seus textos e pronunciamentos destinados à grande massa de militantes. Certamente o Chefe Nacional estava consciente do poder mobilizador deste discurso e procurou empregá-lo estrategicamente.

Em Reale, a crítica ao antissemitismo apareceu também de forma superficial: em diversas ocasiões, ele fez “largo uso dos jargões e dos mitos conspiratórios antissemitas” (Tanagino, 2018, p. 84). No panfleto “ABC do Integralismo”, denunciou claramente o papel da “imprensa semita” na construção de um “ambiente de simpatia em torno da experiência soviética” (Reale, 1935, p. 101). Novamente, há ressonância das principais alegações antissemitas de Barroso: a intrincada relação entre a imprensa internacional, o comunismo e o judaísmo. A primeira, à serviço dos poderosos judeus internacionais, disseminaria os valores do comunismo, fomentando, ao redor do mundo, falsas revoluções inspiradas no marxismo, isto é, a obra superior da dominação judaica. A

⁷⁶ Cabe destacar outro fato. Entre os documentos pessoais de Salgado, Gonçalves (2012, p. 547) encontrou um desenho datado de 1961, no qual uma estética antissemita foi claramente reproduzida pelo líder integralista. Na ilustração, um bruxo cujo chapéu é estampado com a estrela de Davi, encontra-se diante de um caldeirão marcado com as palavras “Câmara Federal”, de onde surgem figuras fantasmagóricas que representam as “forças ocultas” contra o Brasil. Aqui, percebemos uma aproximação com o cerne do discurso antissemita de Barroso, isto é, a personificação de todos os inimigos nacionais na figura do judeu. Sendo um registro datado 20 anos após a dissolução da AIB, precisamos de cautela na análise; ainda assim, é um fato relevante a ser considerado.



presença deste discurso conspiratório justamente nos textos de ampla circulação de Salgado e Reale nos leva a concluir que seu emprego foi puramente propagandístico – o que em vez de reduzir a importância da questão, torna-a ainda mais relevante.

O próprio Reale reconheceu o efeito do discurso antissemita, quando afirmou, na Panorama, não compreender a necessidade de justificativas políticas que não aquela baseada na ética, “que podem ser *de efeito*, mas certamente são discutíveis”. Ou seja, na revista intelectual, ele apontou para uma possível fragilidade teórica da argumentação antissemita (aspecto que não foi explorado posteriormente no periódico), reconhecendo, ao mesmo tempo, seu impacto político, seus efeitos. Certamente Reale estava consciente do poder mobilizador do discurso antissemita conspiratório e utilizou-o estrategicamente na imprensa no intuito de divulgar o integralismo. A presença da estética antissemita em seus textos destinados ao grande público, portanto, levanta a questão: quais suas intenções políticas com o uso do vocabulário antissemita? Qual efeito pretendia causar em seu público leitor? Nos termos de Skinner, qual a força ilocucionária destes proferimentos?

Ainda é relevante o fato de Gustavo Barroso, ao longo de sua militância na AIB, constantemente ter ressaltado o caráter político de seu antissemitismo, ou seja, o combate aos judeus não era justificado em termos raciais ou religiosos, mas sim em virtude da intervenção deste grupo na vida nacional, supostamente relacionada ao plano de destruição da civilização cristã. Em uma tentativa de distinguir-se do antissemitismo nazista, Barroso escreveu:

O Estado nazista é também pagão e se baseia na pureza da raça ariana, no exclusivismo racial. Apoiado nesta tese, combate os judeus. O Estado Integralista é profundamente cristão, Estado forte, não cesarianamente, mas cristãmente, pela autoridade moral de que está revestido e porque é composto por homens fortes. Alicerça-se na tradição da unidade da pátria e do espírito de brasilidade. *Combate os judeus porque combate os racismos, os exclusivismos raciais, e os judeus são os mais irredutíveis racistas do mundo* (Barroso, 1936, p. 17, grifo da autora).

Nesse sentido, é possível argumentarmos que, no interior da intelectualidade integralista, não havia qualquer contradição entre o antissemitismo e a doutrina da AIB: era possível criticar o radicalismo nazista e ao mesmo tempo combater a ação do judaísmo no Brasil, como propunha Barroso, pois seu fundamento era puramente político. Fora da tríade principal, alguns intelectuais relativamente expressivos seguiram abertamente Barroso, como Oswaldo Gouvêa, Anor Butler Maciel, João Passos de Cabral e Affonso Carvalho; o que indica uma considerável circulação de suas ideias dentro do



movimento.⁷⁷ Não somente entre os intelectuais, mas também entre importantes nome do Conselho Nacional,⁷⁸ como Madeira de Freitas, também diretor de A Offensiva, a quem inclusive Barroso atribuiu a introdução à questão do antissemitismo.

Ainda assim, é preciso considerar a especificidade do discurso de Barroso, sobretudo, pois foi quem mais fervorosamente defendeu a tese da conspiração judaica internacional. Após seu rompimento com o integralismo, em 1938, o autor manteve sua atuação política e intelectual, sem, contudo, levantar novamente a questão do antissemitismo. Essa posição nos leva a concluir também um emprego estratégico da estética antissemítica em Barroso, vinculado, especialmente, à disputa pela liderança do movimento com Salgado. Neste momento o discurso do primeiro passou por uma fase de acentuada radicalização, isto é, a reprodução da teoria da conspiração se tornou o próprio conteúdo de seu discurso. Rui Arruda, importante membro da direção nacional, chegou a declarar, em entrevista posterior a Trindade (2016b, p. 228), que o radicalismo antissemítico de Barroso estava vinculado ao seu desejo de projeção no movimento

Trindade (2016b, p. 202) ressalta que uma das principais características de Salgado como líder era a constante reafirmação de seu poder supremo no movimento, aliado a momentos de pressão nos quais o Chefe se mostrou pusilânime, incapaz de realizar uma decisão difícil. Alguns dos entrevistados por Trindade inclusive declararam preferência pela liderança de Barroso por considerá-lo mais decidido e enérgico. A competição entre ambos era, portanto, real e podemos elencar alguns motivos: depois de Salgado, Barroso era considerado o segundo nome mais importante da AIB, ocupando um cargo extremamente valioso na hierarquia do movimento. Este, quando ingressou na AIB, já possuía uma considerável carreira política e acadêmica, como deputado federal, diretor do Museu Histórico Nacional e membro da ABL. Ademais, entre o quadro do Conselho Nacional, Barroso possuía a idade mais avançada, original de uma geração anterior a Salgado – em 1933, o primeiro tinha 45 anos, enquanto o segundo, 38. Fatores que certamente elevavam seu prestígio entre dirigentes e militantes.

Embora nunca tenha se tornado de fato um conflito, a disputa pelo poder causou alguns momentos de tensão interna. Muitos militantes relataram a Trindade, por exemplo, um episódio no qual, em meio a uma reunião integralista, Salgado teatralmente renunciou

⁷⁷ Rehem (2011, p. 124) ainda ressalta outros intelectuais baianos que escreveram sobre o antissemitismo, sobretudo Brasilino de Carvalho, autor da obra *O anti-semitismo de Hitler*, de 1934.

⁷⁸ O Conselho Nacional da AIB exercia função consultiva: assessorava o Chefe Nacional em suas decisões, sendo composto por chefes provinciais e outros nomes indicados por Salgado. Para mais, consultar Trindade, 2016, p. 204-220.



ao cargo de Chefe Nacional, aceitando reassumir a posição apenas após a desculpa de Barroso nos bastidores. Este teria se justificado de uma declaração recente interpretada por seguidores de Salgado como uma crítica ao líder, quando afirmou que “um chefe que não é fiel à doutrina, corre o risco de perder sua autoridade” (Trindade, 2016b, p. 203).

Tudo indica, portanto, que a querela entre Barroso e Salgado se desenvolveu ao redor da disputa pela liderança do movimento e não em virtude de posições divergentes em relação ao antissemitismo radical – mesmo porque ambos o empregaram estrategicamente. Logo, o texto de Salgado na Panorama parece refletir mais uma manifestação da reafirmação de seu poder entre a intelectualidade integralista, do que uma crítica ao discurso antissemita. Logo, a oposição de Salgado ao antissemitismo só pode ser considerada válida se entendermos que, para ele, naquele contexto, antissemitismo era sinônimo de Gustavo Barroso.

O que nos interessa neste artigo não é compreender o antissemitismo integralista como um conceito abstrato, desvinculado da dinâmica interna do movimento, mas justamente o oposto. Considerando que os dirigentes nacionais eram também os principais teóricos da AIB, é impossível compreender sua produção intelectual, sua doutrina, isolada dos interesses e disputas internas por hegemonia. Através do discurso, buscamos compreender a prática.

Assim, concluímos que o antissemitismo em si não gerou nenhuma oposição contundente no interior da AIB. Na realidade, a estética antissemita foi mais ou menos compartilhada pelo conjunto dos mais influentes intelectuais integralistas. Nesse sentido, entendendo os escritos políticos como uma intervenção “de atores particulares, em resposta a conflitos também particulares, em contextos políticos específicos e no interior de linguagens próprias ao tempo de sua formulação”, nos interessa refletir acerca do contexto no qual esteve inserido o integralismo de forma que seja possível entender o discurso antissemita no movimento não do ponto de vista da doutrina em abstrato, mas enquanto uma ação concreta de um determinado autor “num jogo de linguagem historicamente dado” (Jasmin, 2005, p. 28).

O antissemitismo na imprensa integralista

A dissertação de David Rehem (2011) nos aponta algumas questões fundamentais para pensarmos a posição do antissemitismo na imprensa integralista. Especificamente na Bahia, não apenas os jornais integralistas, isto é, aqueles ligados ao Sigma - Jornais Reunidos, mas também periódicos cuja direção era simpatizante do integralismo



reproduziram o discurso antissemita, como O Imparcial e o Diário de Notícias. Isso é relevante por dois aspectos: primeiramente, demonstra uma presença considerável do antissemitismo nos jornais integralistas locais que circulavam na Bahia e que, portanto, sofriam com a censura da SNI-AIB. Como também demonstra a circulação e reprodução orgânica do antissemitismo entre os integralistas, haja vista que até mesmo naqueles periódicos que não estavam sob a imposição da unidade doutrinária da SNI-AIB, mas cuja direção era composta de militantes da AIB, encontramos este discurso.

Periódicos de outros Estados também reproduziram o antissemitismo de forma frequente. Em Porto Alegre, Vieira (2012) destaca o jornal O Integralista cuja direção coube a Anor Butler Maciel, Chefe Provincial da AIB no Rio Grande do Sul. No conjunto de setenta e três edições, Vieira identifica uma média de ao menos uma referência antissemita por número, e uma matéria antissemita a cada quatro números. Por si só, essa média é bastante considerável; mas cabe ainda uma reavaliação metodológica uma vez que não acreditamos ser possível separar referências e artigos antissemitas, como faz Vieira. Entre os livros de Barroso e companhia, não existe uma distinção clara entre antissemitismo e outros pontos caros à doutrina do Sigma; pelo contrário, a fusão destes elementos é característica do antissemitismo integralista. No interior desta lógica, não era possível distinguir antissemitismo e anticomunismo, por exemplo, já que eram os judeus os agentes do comunismo internacional. Logo, a divisão entre referências e matérias nos periódicos não parece valiosa, possivelmente resultando na subvalorização do discurso antissemita.

Em O Integralista, o mais relevante é perceber a diversidade de autores que contribuíram com artigos desta natureza. Enquanto em A Offensiva, normalmente, os textos não declaravam a autoria, ou eram assinados pelos principais nomes do movimento, no jornal gaúcho a presença dos militantes locais foi bastante chamativa.⁷⁹ O que corrobora também com a noção da reprodução orgânica do antissemitismo entre a base integralista. Ademais, Vieira (2012) constata a presença da estética antissemita desde a segunda edição do periódico, ou seja, este discurso esteve presente na imprensa local desde o começo do ano de 1934.

⁷⁹ Os militantes que contribuíram foram: Francisco Matoso, Ismael Soares, Otaviano Cabral, Altamirando Requião, Luiz Maranhão, Leães Sobrinho, Francisco Palazzo, Erny Rich, Mathias de Bittencourt, Pierre Clementi, Hugo Loudeiro Lima, Oscar Andrade, Amílcar Silveira, Pedro Barbosa, Paulo Eleutherio, Osmario Leite, Ferdinando Martino Filho, Viriato Corrêa, Clóvis Bezerra Falcão, Andrino Braga, Afrânio Salgado Lages, Emílio O. Kaminski, Mário Ferreira de Medeiros e Esperidião Xavier Azambuja (Vieira, 2012, p. 136).



No Rio de Janeiro, o jornal *Século XX* se destacou significativamente na divulgação do antissemitismo. O periódico foi dirigido conjuntamente por Oswaldo Gouvêa e Jaime de Oliveira, sob influência direta de Gustavo Barroso, tendo circulado na cidade fluminense entre janeiro de 1935 e 1937. Vieira (2012, p. 139) encontrou apenas um número do jornal, impossibilitando uma análise sistemática desta fonte; mas esta amostra revela um conteúdo radicalmente antissemita. Ao longo de quatro páginas, há quatro longas matérias dedicadas ao antijudaísmo – duas delas assinadas: uma por O Despertador, a outra, por H. O. Wiederspahn.

Já nos periódicos de circulação nacional, Rehem (2018, p. 303) ressalta algumas matérias antissemitas na revista ilustrada *Anauê!*, desde seu primeiro número, como “As duas Internacionaes”, “Literatura Comunista” e “Peor das Invasões”, escritas por Barroso nas três primeiras edições da revista. Aqui, é ainda mais significativo percebermos a presença do discurso antissemita pois o público a quem se destinava a revista era bastante amplo, incluindo analfabetos e crianças.

O jornal A Offensiva

Entre todos os periódicos integralistas, *A Offensiva* foi o principal, contando com o maior número de edições. Lançado em maio de 1934, o jornal acompanhou as diferentes etapas de organização do movimento até março de 1938; ou seja, sua publicação resistiu até mesmo a transformação da AIB em Associação Brasileira de Cultura (ABC), após o golpe do Estado Novo. Originalmente, Salgado ocupou a direção do periódico e sua intenção era que fosse um material popular, acessível a todos os militantes, difundindo o integralismo de forma coesa; e, sobretudo, que fornecesse um sentimento de pertencimento aos camisas verdes (Simões, 2009). Em 1935, Madeira de Freitas assumiu a direção, sob orientação de Salgado.

Além do *Monitor Integralista*, era o único jornal de circulação nacional, sendo obrigatória sua distribuição em todas as sedes da AIB. A receita das vendas era destinada aos custos de manutenção (gráfica,⁸⁰ funcionários, material) e divulgação; gastos estes que deveriam “ser atenuados com a colaboração das sedes e dos ‘camisas-verdes’ responsáveis pela entrega do jornal nos locais onde houvesse assinantes” (Simões, 2009,

⁸⁰ Até 1935, *A Offensiva* foi impressa nas oficinas gráficas do jornal *Diário de Notícias*. Posteriormente, a AIB montou uma oficina gráfica própria. Cabe destacar também que os anúncios foram uma importante fonte para o financiamento do jornal, divulgando uma variedade de serviços e produtos. Para mais, consultar Simões, 2009.



p. 36). Cabe ainda destacar que o periódico sempre contou com poucos funcionários e muitos colaboradores.

Em suas páginas, era possível encontrar desde discussões políticas até cadernos dedicados aos esportes e à moda. Neste contexto, o antissemitismo apareceu de forma diluída: ora com mais frequência e explícito, ora menos frequente e velado. Entre os dez primeiros exemplares, Vieira (2012) aponta que havia, em média, ao menos uma referência e duas matérias dedicadas ao antijudaísmo. Aqui, nos interessa perceber as contribuições antissemitas de Salgado, que revelam, mais do que uma opção política pessoal, a própria orientação da direção nacional do movimento, considerando o poder único e indivisível do Chefe Nacional (Gonçalves, Caldeira Neto, 2020, p. 15).

Em matéria publicada em outubro de 1934, Salgado aplicou o vocabulário antissemita na construção do inimigo do integralismo. Trata-se de um relato dos conflitos entre comunistas e integralistas, que resultou na morte do militante Jayme Guimarães. No artigo em questão, o Chefe Nacional transcreveu seu discurso no velório de Guimarães. Segue o trecho:

Declarei solenemente, a guerra ao judaísmo organizado. É o judeu o autor de tudo. Tive conhecimento, por intermédio de um companheiro de alta projeção social, que um genro do industrial Klabin esteve metido nos preparativos do massacre contra nós premeditado. Um morador do bairro do Bom Retiro veio participar-me que todos os judeus daquele bairro estiveram na Praça da Sé, tomando parte na agressão aos nossos companheiros. O jornalista judeu Brasil Gerson preparou “A Platéia”, o espírito dos agressores. No boletim que distribuíram os comunistas convidando seus asseclas para chacinar os “camisas-verdes”, várias organizações judaicas assinaram, entre elas uma Liga contra Preconceito de Raça. [...] Fomos agora atacados, dentro de S. Paulo, por uma horda de assassinos, manobrados por intelectuais covardes e judeus. Lituanos, polacos e russos, todos semitas, estão contra nós, empunhando armas assassinas contra brasileiros (Salgado, 1934, p. 1-2 apud Vieira, 2012, grifo da autora).

Para além da reprodução do clássico jargão antissemita, que responsabiliza o judeu por todos os males contemporâneos, neste trecho, Salgado relacionou a tese conspiracionista aos eventos concretos de seu contexto, especificamente, o conflito entre comunistas e integralistas ocorrido em 7 de outubro de 1934, após um desfile integralista em comemoração aos dois anos da AIB. Na ocasião, os militantes foram surpreendidos ao chegar na Praça da Sé e encontrarem o movimento operário paulista organizado contra a manifestação integralista, culminando num embate no qual seis pessoas foram mortas e 50, feridas (Gonçalves, Caldeira Neto, 2020, p. 54). Para o público de Salgado, portanto, seu discurso poderia ser interpretado, e talvez essa fosse sua intenção, como a comprovação da tese da conspiração judaica internacional: os eventos recentes estariam



revelando o domínio judaico na vida brasileira, orientando a população ao comunismo e, conseqüentemente, contra o integralismo e a nação.

Outro artigo, de janeiro de 1935, também é significativo neste sentido, pois Salgado fez uso do vocabulário antissemita de forma a antecipar a explicação de uma possível restrição na liberdade de propaganda da AIB a partir da Lei de Segurança Nacional, que foi sancionada oficialmente apenas em abril deste ano. Suas palavras foram:

Essa lei parece feita de encomenda pelo *capitalismo internacional* e tenho motivos fundados para supor que tal se tenha dado, não só pelas ameaças que temos recebido desde a publicação do livro de Gustavo Barroso, “Brasil, colônia de banqueiros”, como pelas *informações secretas* que nos vieram, em outubro do ano passado, acerca da reunião de *agentes estrangeiros*, em que se teria concertado destruir o Integralismo de maneira maquiavélica. [...] Se, em consequência dessa lei, verificar-se a menor restrição à liberdade de propaganda pacífica do Integralismo, à escola de educação moral e cívica e suas milícias, [...] ter-se-á confirmado a nossa suposição baseada em fortes indícios, de que *essa lei [...] outra coisa não foi do que uma manobra talmúdica, concertada no fundo das sociedades secretas*, entre as quais a Bluchenschaft, que opera em São Paulo, para sufocar o anseio de liberdade de nossa pátria (Salgado, 1935, p. 1 *apud* Vieira, 2012, grifo da autora).

Aqui, a tese conspiracionista revela-se em toda a sua força, sendo capaz de explicar até mesmo aquilo que ainda não acontecera. Embora Salgado ressalte várias vezes a presença de fortes indícios que comprovam suas suspeitas, ele não os apresenta, sequer minimamente. Todos os elementos utilizados para comprovar sua tese provêm de organizações secretas, logo, inverificáveis. Novamente, o contexto político brasileiro, de acordo com o texto, parecia comprovar as alegações antissemitas de Gustavo Barroso; na verdade, era justamente em virtude de suas denúncias, que a campanha contra o integralismo teria ganhado força, o que só poderia demonstrar seu caráter verdadeiro. Mesmo que os judeus não sejam diretamente mencionados, termos frequentemente relacionados ao discurso antissemita, como “capitalismo internacional”, “agentes estrangeiros”, “talmúdica” e “sociedades secretas”, remetem à tese da conspiração judaica internacional.

Especialmente em 1935, houve uma significativa ampliação na repercussão do antissemitismo na imprensa integralista. Neste ano, alguns textos de Reale foram bastante explícitos no combate ao dito judaísmo, como “*Trajectory da idéia comunista*”, publicado na capa de A Offensiva, no qual “mais uma vez, o judaísmo é vinculado ao comunismo internacional e o combate levado a cabo por fascistas alemães e italianos contra marxistas é exaltado” (Rehem, 2018, p. 307). Também em 1935, há uma grande



proliferação do discurso antissemita nos jornais baianos, integralistas e simpatizantes, sobretudo em meados do Levante Comunista (Rehem, 2018).

Ainda neste ano, foi lançada a coluna Judaísmo Internacional, que pode ser considerada o principal lócus de difusão do antissemitismo em A Offensiva. A existência de um espaço destinado exclusivamente à propaganda antissemita, cujo discurso era construído a partir da teoria da conspiração judaica internacional, não é mero adereço, sobretudo em vista do caráter doutrinário do jornal e sua preocupação na transmissão uniforme da doutrina aos leitores. É relevante lembrar que A Offensiva sofria com a censura da SNI-AIB, orientada conjuntamente por Salgado e Reale. Logo, a direção nacional não somente permitiu a presença do antissemitismo na imprensa em seu formato mais radical, como no caso da seção em questão; mas também, o reproduziu em seus escritos para a grande imprensa integralista.

Em 1935, a coluna ganhou destaque no interior do periódico, tendo sido publicada no total de 19 edições, sempre na segunda ou terceira página e integrando um importante caderno do jornal, o Momento Internacional.⁸¹ Todos os artigos publicados nesta seção foram de autoria de Gustavo Barroso, sob o pseudônimo de João do Norte.⁸² O conteúdo era inteiramente baseado na tese da conspiração judaica internacional, explorando-a em suas diversas facetas e períodos históricos. A radicalidade do discurso era a característica dos textos, que, em geral, eram recheados de palavras de ordem apelativas ao militante.

A seção foi utilizada várias vezes com o propósito de demonstrar o caráter político do combate ao judaísmo realizado pelo integralismo, defendendo-o de quaisquer alegações de preconceito religioso ou racial. Outro ponto bastante destacado também foi a definição do antissemitismo como uma reação ao materialismo e ao parasitismo dos judeus nos Estados cristãos: a defesa da pátria e da civilização cristã levava necessariamente ao combate ao judaísmo internacional, pois, na realidade, este era em si

⁸¹ Originalmente intitulado “Semana Internacional”, é um dos cadernos mais frequentes do jornal, com especial destaque entre 1934 e 1936, sendo fixo na terceira página. Era dedicado a notícias de relevância no âmbito das relações internacionais, com foco na Rússia, Alemanha e Itália. Para mais, consultar Simões, 2009.

⁸² Barroso já havia feito uso de diversos pseudônimos ao longo de sua carreira jornalística, incluindo João do Norte, sob o qual assinou matérias para alguns jornais cariocas na década de 1910, bem como suas primeiras obras *Coração de Menino* (1912) e *Coração da Europa* (1922) (Melo Júnior, 2021). Após seu ingresso na AIB, nunca mais utilizou nomes falsos, com exceção da coluna “Judaísmo Internacional”. A identidade do pseudônimo nunca foi escondida: já no primeiro número em que aparece a coluna, Barroso é identificado como o autor, sendo apresentado como “verdadeiro técnico em matéria de judaísmo” (A Offensiva, 11 de maio de 1934, p. 3).



a origem do problema. Em setembro de 1935, foi publicado um artigo na coluna contendo o seguinte trecho:

Ora nós no Brasil não temos, não podemos e não devemos ter preconceitos de raça: mas nós queremos que se fundam num só corpo e num só espírito os brasileiros de todas as cores e procedências. [...] *Combatemos muito justamente o racismo judaico que cria dentro do Brasil, para judeus nascidos no Brasil colunas israelitas na imprensa brasileira e colônias israelitas de israelitas aqui nascidos.* Ao judeu que se tornar brasileiro não combateremos e o acolheremos como um irmão. [...] *Já se vê que Hitler não inventou a questão judaica e que nada mais fez do que defender sua pátria do parasitismo perturbador desse povo* (A Offensiva, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1935, p. 3, grifo da autora).

A denúncia da íntima relação entre o comunismo e o judaísmo internacional também é constantemente reforçada nos escritos da coluna, como na matéria “Infiltração Marxista”, de setembro de 1935. Nela, o comunismo foi apresentado como a obra definitiva do judaísmo, propício para um momento em que a humanidade já se encontrava frente à miséria do capitalismo internacional, produto também dos judeus, é claro. Em novembro deste ano, uma matéria da seção reuniu um conjunto de supostas provas da relação dos judeus e suas organizações secretas com o episódio do Levante Comunista. Segue um trecho:

Os detidos [pela polícia na ocasião do Levante] pertencem à organização revolucionária israelita chamada Brazcor filiada e orientada pelo Partido Comunista Brasileiro, possuindo uma biblioteca popular israelita, a “Sckelomo Aleichem”, instalada a rua Senador Euzebio, nº 59, a qual mantém também uma cozinha proletária comunista a rua Visconde Itauna e um órgão oficial da Brazcor, que é a revista cultural moderna “Volekultur”. Creio que, depois dessa descoberta, os brasileiros compreenderão que nós, integralistas, temos razão e darão combate por todos os meios ao seu alcance a esses revolucionários israelitas que, não tendo pátria, querem fazer a revolução na pátria dos outros. Triste nota de si dão os membros do tal Partido Comunista Brasileiro, aliando-se, ou melhor, *obedecendo a esses judeus, rebotalhos dos guetos, verdadeira lama humana. Brasileiros, guerreia essa gente, evitar comprar nas suas casas de negócio, não entabulai relações com ele, expulsai os vendilhões a prestações das vossas portas e desta sorte ide tornando vosso clima pouco propício à vida desses parasitas* (A Offensiva, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1935, p. 3, grifo da autora).

Em especial este número, publicado cerca de uma semana após o Levante, foi recheado de propaganda antissemita aliada à anticomunista. Além do artigo de “Judaísmo Internacional”, ainda na mesma página, no topo, uma charge, sob o título “A ‘verdade verdadeira’ sobre o caso abyssinio”,⁸³ denunciava os interesses dos judeus na Guerra Ítalo-Etíope, representando-os como agentes centrais nos bastidores do conflito,

⁸³ Abissínia é o designativo do Império Etíope.



“repartindo os lucros no fim como bons amigos” (A Offensiva, 1935, p. 3). Logo abaixo, havia a tradução de um artigo de Stephane Laussane, do jornal parisiense *Le Matin*, intitulado “Quem foi que falou em guerra”, no qual a autora denunciou que, na Inglaterra, a guerra foi incitada pelos sindicatos socialistas, ligados a II Internacional. Até este momento, já haviam sido publicados vários textos na imprensa integralista associando os judeus as Internacionais; portanto, não é difícil imaginar que os leitores pudessem fazer esta associação mesmo que o artigo não a mencionasse diretamente. Na própria coluna, já havia sido publicado um texto, em maio de 1935, identificando os judeus como os únicos interessados na eclosão de um conflito mundial pois seriam eles os donos da indústria bélica.

Ainda na terceira página, um pequeno quadro destaca-se, sob o título “A Guilhotina Secca”, denunciando o “horror, miséria, sangue, sadismo e infâmia” resultado do comunismo na Rússia. No breve texto, alguns judeus são diretamente associados a atos de violência política, como:

“Os judeus Iagoda Agranow, Messer e Bela dirigem comissões de assassinos disfarçados, sob nomes oficiais. [...] Só o judeu Epsteins-Yakowlew fez fuzilar 10.000 camponeses abastados ou kulaks, expulsou de suas casas e terras 6 milhões e deportou para a Sibéria, condenados a trabalhos forçados, perpétuos, 4 milhões” (A Offensiva, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1935, p. 3).

Na capa da edição uma extensa matéria, que se prolonga para a última página, denunciava diretamente o envolvimento de Roberto Simonsen com os interesses do judaísmo internacional; enquanto na segunda página foi publicada uma matéria original do jornal O Sigma, de Aracaju (SE), tratando de uma suposta prova da veracidade das denúncias de Gustavo Barroso no livro “Brasil, colônia de banqueiros”.

Portanto, imediatamente após o Levante, isto é, na edição de 30 de novembro de 1935, o corpo editorial de A Offensiva, com aval da direção nacional, fez uma aposta consciente no recrudescimento da propaganda antisemita, associando-a diretamente ao anticomunismo. O mito da conspiração judaico-comunista internacional apareceu, portanto, como a síntese perfeita para a mobilização social em um contexto radicalizado.

Transformar o judeu/comunista em inimigo assustador, em encarnação do mal e do demônio, legitimava a existência de uma força antagônica representante do bem. Contra um inimigo terrível seria indispensável construir-se uma poderosa falange dos “defensores do bem”, que teriam de usar força e violência para vencer o “bom combate” (Motta, 1998, p. 103).

Em fevereiro de 1936, já com Prestes preso, novamente a denúncia da submissão dos comunistas aos judeus de Moscou aparece no jornal, em meio a elogios efusivos às



medidas restritivas à participação política dos judeus que vinham sendo implementadas na Alemanha. Barroso escreveu para a coluna “Judaísmo Internacional”:

Assim, Camisas-Verdes, Prestes é hoje em dia simplesmente um instrumento do judaísmo comunista, que nos quer devorar com a implantação desse soviet que engaste a linda pérola brasileira no colar das repúblicas judaicas, transformando nossa pátria em outro Biro-Bidjan: émulo e “pendant” de Roberto Simonsen ou Roberto Bem Simon, representante do judaísmo-capitalista, que nos quer engolir com o seu Instituto de Exportação, sugando nosso povo para engordar negociastas e banqueiros. O judaísmo nos põe desta sorte entre a cruz e a caldeirinha. Combatendo-o heroicamente, salvaremos o Brasil. [...] Vimos neste artigo, pela ação do judaísmo por trás do comunismo de Luís Carlos Prestes, como ele ataca uma nação para destruí-la. Vimos também como uma nação se defende, no exemplo destemeroso que o Reich está dando ao mundo. Neste século, tudo se decidirá – ou o judaísmo esmagará os povos ou os povos esmagarão o judaísmo (A Offensiva, Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1935 p. 10, grifo da autora).

Para Adorno (1946), a propaganda fascista não pretendia convencer seus espectadores de um projeto político concreto, isto é, não possuía um objetivo racional, mas procurava manipular os aspectos inconscientes de sua audiência de forma planejada, aplicando “um tipo de psicotécnica de efeito calculado”. Para essa finalidade, a tese conspiracionista do domínio judaico internacional, sobretudo em associação com a propaganda anticomunista é extremamente eficiente, criando um imaginário do judeu-comunista, sem atentar-se muito rigorosamente em como este se relaciona com a realidade. A argumentação lógica é substituída pelo fluxo organizado de ideias semelhantes, frequentemente empregando a mesma palavra em duas sentenças completamente desconexas. Como:

O estudo dos mitos e dos símbolos pode nos conduzir ao encontro da Verdade que eles ocultam. A suástica hitleriana leva-nos aos ários, avós dos germanos; o fascio mussolínico leva-nos à grandeza de Roma; o sigma integralista leva-nos aos primitivos cristãos gregos. A estrela vermelha dos Soviets leva-nos ao judaísmo talmúdico (Barroso, 1935, p. 197 apud Motta, 1998, grifo da autora).

Nos escritos de “Judaísmo Internacional” essa estratégia fica muito evidente: nenhuma conexão lógica era estabelecida entre o comunismo, o capitalismo, os partidos políticos, as Internacionais, a imprensa, a URSS, Luís Carlos Prestes, Roberto Simonsen e o tal judaísmo internacional. Pelo contrário, a existência de uma aliança entre todos esses elementos era o pressuposto da argumentação; os acontecimentos da realidade cotidiana denunciados pelo integralismo eram apenas as provas de sua veracidade.

A partir de 1936, contudo, a coluna perde destaque progressivamente, até a interrupção da publicação em março deste ano: em janeiro e fevereiro, ela apareceu duas vezes na segunda página do jornal, porém suas outras seis aparições foram na página dez,



já não mais integrando o caderno “Momento Internacional”. O tamanho das matérias também foi reduzido, não ocupando normalmente mais do que ¼ da folha do jornal. É importante considerar que em janeiro de 1936, A Offensiva passou a ser publicada em frequência diária, com aumento no número de páginas de cada edição.⁸⁴ Ainda assim, fora da coluna, foram publicadas algumas matérias de cunho antissemita, tanto sem assinatura quanto assinadas por Barroso.

A última aparição da coluna foi em 29 de março de 1936, quando foi publicado o artigo “O ouro de Moscou”, denunciando o domínio do poder judaico-maçônico na França cujo governo seria aliado da URSS. Em 13 de abril, o jornal carioca Diário de Notícias comentou sobre um conflito interno no movimento integralista, ligado à disputa entre Salgado e Barroso. Conforme a notícia, Gustavo Barroso enviara o artigo “A Sinagoga Paulista” para publicação em A Offensiva, tendo sido negado por Madeira de Freitas em vista de seu caráter violentíssimo; mesmo assim, semanas depois, Barroso o teria publicado no jornal Século XX, causando uma grande insatisfação em setores da comunidade judaica paulista. A partir daí, Alfredo Egydio de Sousa Aranha, longo colaborador e financiador do integralismo, banqueiro fundador do Banco Central de Crédito, teria interferido na situação, demonstrando a Salgado que “*não era útil ao partido* continuar publicando os escritos do sr. Gustavo Barroso” (Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1936, Capa, grifo da autora).

A razão do cancelamento da coluna parece estar mais associada à conciliação de interesses com setores caros ao integralismo, à mudança no discurso público do movimento, e à reafirmação do poder supremo de Salgado do que com a questão do antissemitismo em si.

Como vimos, a presença antissemita na imprensa integralista foi considerável desde o surgimento de várias publicações, tendo se intensificado no ano de 1935 em jornais locais e nacionais, especialmente em meados do Levante Comunista. De acordo com Simões (2009), o segundo ciclo de publicação de A Offensiva, cujo ponto inicial é 28 de janeiro de 1936, foi marcado por um declínio do caráter doutrinário do periódico, que assumiu um perfil mais político: normalmente, as manchetes da capa destacavam os acontecimentos governamentais no Brasil e no mundo. Obviamente, a doutrina da AIB

⁸⁴ A partir de janeiro de 1936 (nº 90), A Offensiva passou a ser publicada diariamente, exceto segunda-feira. Durante a semana, o jornal tinha em média dez páginas e as edições de domingo, dezesseis. Anteriormente, sua frequência era semanal, com média de oito a dez páginas. Para mais, consultar Simões, 2009.



continuou presente, porém era desejo de Salgado que o jornal atingisse um público mais amplo, visando às eleições municipais daquele ano e, sobretudo, a presidencial, marcada para 1938.

A transformação em partido político, em 1935, foi o início da institucionalização da AIB. Apesar de muitas mutações terem acontecido a partir disso, como a extinção das milícias integralistas, na prática, o discurso, ao menos em A Offensiva, permaneceu bastante radical até os primeiros meses de 1936. Este é justamente o intervalo de publicação da coluna “Judaísmo Internacional”. O contexto de recrudescimento dos conflitos entre integralistas e seus opositores exigiu a permanência de um discurso radical, capaz de mobilizar os militantes a irem às ruas demonstrar a força do partido. O antissemitismo parece ter sido estrategicamente utilizado na imprensa integralista com esse propósito mobilizador, sobretudo pois a denúncia mais frequente era a íntima relação entre o dito judaísmo internacional e o comunismo. Não sem propósito, a propaganda antissemita cresceu após o episódio do Levante Comunista.

Em 1936, o cenário era bastante distinto: após o fracasso da insurreição, muitos líderes foram presos em todo o Brasil, bem como a repressão aos comunistas e aliancistas se acentuou exponencialmente. Neste contexto, o antissemitismo perdeu sua função estratégica pois, além da propaganda anticomunista estar sendo orientada pelo próprio governo, as principais lideranças de esquerda estavam desarticuladas e, muitas, presas. Associado a isso, a insatisfação que os textos de Barroso causavam em setores importantes para o financiamento da AIB foi definitiva para que a coluna “Judaísmo Internacional” fosse permanentemente cancelada, resultando ainda na punição de Barroso, que ficou proibido de publicar em A Offensiva por seis meses. Essa decisão ainda era bastante conveniente à manutenção da liderança indiscutível de Salgado – o que certamente influenciou sua decisão.

Durante os meses de punição, foram publicadas algumas matérias sobre a atuação de Gustavo Barroso em eventos integralistas, o que demonstra que sua militância não parou a despeito da interrupção temporária de publicações. O discurso do periódico procurou fortalecer a noção de uma coesão interna, negando todos os boatos de cisão no movimento, que foram identificados como parte de uma campanha contra o integralismo. Quando Barroso voltou a publicar na imprensa integralista, em outubro de 1936, o conteúdo antissemita não foi completamente negligenciado em seus escritos, mas é notável a moderação do discurso; ou seja, a reprodução de jargões antissemitas facilmente



assimiláveis e o constante reforço da tese conspiracionista não é mais o cerne organizador dos artigos, aparecendo como acessório.

Dado o exposto, chegamos à conclusão de que o antissemitismo foi uma aposta consciente da direção integralista num contexto no qual, apesar de iniciado um processo de adequação ao sistema liberal-democrático, ainda havia um espaço aberto para o discurso radical, sobretudo considerando a forte oposição com os comunistas e aliancistas. Desde a fundação de A Offensiva, um vocabulário pejorativo associado aos judeus esteve presente: foi frequente o uso dos termos judeu, estrangeiro, capitalismo internacional, comunismo, escravização associado à noção de ameaça ao integralismo, à nação brasileira e à civilização cristã. Em um contexto no qual a demanda por mobilização da militância exigiu uma resposta mais radical, a estética antissemita foi instrumentalizada pela direção nacional, como complemento à propaganda anticomunista, procurando fortalecer-se politicamente. Neste momento, a propaganda integralista encaixou-se perfeitamente no modelo de propaganda fascista descrito por Adorno, criando, a partir da repetição constante dos mesmos jargões por diferentes interlocutores, um ritual propagandístico cujo conteúdo é em si a própria performance ritualística.

Objetivamente, os dirigentes enxergavam uma ameaça na crescente organização dos trabalhadores, sobretudo porque muitas campanhas contra o integralismo foram organizadas, como a Frente Única Antifascista (FUA). Desde sua fundação, a AIB protagonizou conflitos políticos nacionalmente relevantes, como o desfile na cidade de Bauru, em outubro de 1934, que terminou com a morte de Nicola Rosica, militante integralista; e a manifestação na Praça da Sé, em São Paulo, quatro dias após o primeiro conflito. A preocupação com o avanço do movimento operário era tão real que foi um dos principais pontos discutidos no Segundo Congresso Integralista, realizado em março de 1935, em Petrópolis (RJ). O crescimento da AIB, com a instalação de novas sedes e núcleos em todo Brasil e cada vez mais frequentes demonstrações públicas de sua força política, foi acompanhado de resistência por parte de comunistas, socialistas, anarquistas, sindicalistas e o movimento operário independente e o acirramento dos conflitos foi produto deste contexto (Fagundes, 2009). Na própria cidade de Petrópolis, em nove de junho de 1935, um embate entre integralistas e aliancistas vitimou o operário Leonardo Candu.

É daí que nasce, portanto, a necessidade de um discurso radical, capaz de sensibilizar os militantes e levá-los às ruas em defesa do integralismo, dispostos a se



sacrificar pela causa do Sigma. Isoladamente, o antissemitismo é insuficiente para explicar o caráter mobilizador do discurso integralista; contudo, no conjunto daquilo que efetivamente se consolidou como a doutrina integralista, a tese da conspiração judaica internacional parece iluminar aspectos importantes acerca da propaganda e objetivos do movimento. O cálculo político dos dirigentes nacionais possivelmente os levou a considerar a estética antissemita como uma aposta válida sobretudo em um momento no qual a AIB ainda se orientava pela ideia da Revolução Integral, a saber até meados de 1936. A partir deste momento, a desarticulação da esquerda brasileira tornou o ambiente menos hostil ao integralismo, sobretudo considerando que uma aproximação com o governo Vargas estava no horizonte de possibilidades da direção nacional, o que acabou se concretizando com o apoio ao Estado Novo, em novembro de 1937.

Considerações finais

A estética antissemita nos periódicos da AIB nos leva a compreendê-la como um recurso na criação de um imaginário comum, facilmente assimilável do inimigo, que, neste caso, era sempre o judeu comunista, ou o judeu agente do capitalismo internacional. O objetivo da propaganda integralista antissemita não era, portanto, convencer os militantes, através de argumentos lógicos e coerentes, do projeto da AIB, mas sim mobilizá-los contra algo lido como ameaçador, por meio de um discurso radical. Assim, o combate à figura do judeu englobava a luta contra o comunismo, o liberalismo, o sistema político, a imprensa e todos os outros elementos propagandeados pela AIB como dissolventes da alma nacional.

Os fundamentos da lógica conspiracionista eram condizentes com a base do integralismo, haja vista a denúncia já no “Manifesto de Outubro” de uma conspiração contra o Brasil. Na prática, o discurso antissemita, em especial a tese da conspiração judaica internacional, exerceu uma função mobilizadora importante no movimento, sobretudo até meados de 1936, o período de atuação mais radicalizada da AIB.

Este artigo propõe algumas considerações sobre o antissemitismo integralista do ponto de vista da prática política do movimento, isto é, a relação que estabeleceu com seus objetivos reais de crescimento e mobilização política. Outros estudos sobre o tema certamente somarão elementos para uma análise futura mais aprofundada. Novamente, cabe reiterar que não é a intenção esgotar as discussões, mas sim iniciar uma nova reflexão sobre a temática.



Data de Submissão: 19/06/2023

Data de Aceite: 23/08/2023

Referências

ADORNO, Theodor. Antissemitismo e propaganda fascista. In: SIMMEL, Ernsts (org.). **Anti-semitism: A social disease**. Madison: International University Press, 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/adorno/1946/mes/propaganda.htm>. Acesso em: 15 set. 2023.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; BROQUETAS, Magdalena. Local and global connections of Argentinian, Uruguayan and Chilean fascists in the thirties and early forties. In: GALIMI, Valeria; GORI, Annarita. **Intellectuals in the Latin Space during the Era of Fascism: Crossing Borders**. London, New York: Routledge, Taylor and Francis Group, 2020. p. 171-194.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista de Economia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 897-916, set./dez. 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **O anti-semitismo nas Américas: história e memória**. São Paulo: Fapesp/EdUSP, 2007.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antissemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 1930**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A Ofensiva Verde: A Ação Integralista Brasileira no estado do Rio de Janeiro (1932-1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FIORUCCI, Rodolfo. As capas da revista Anauê! (1935-1937): Ideologia, doutrina e política através das imagens. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. **Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista**, vol. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 23-50.

GONÇALVES, Leandro Pereira. A intelectualidade integralista: nacionalismo e identidade na literatura de Plínio Salgado. **Locus: Revista de História**, v. 15, n. 2, p. 111-128, 2010.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português**. 2012. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon . **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 27-38, Janeiro, 2005.



LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio de divulgação ao público. São Paulo: Boitempo, 2021.

MAIO, Marcos Chor. **Nem Rotschild, nem Trotsky**: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

MELO JÚNIOR, Antônio Ferreira. A Ronda dos Séculos e a autonomia da assinatura “Gustavo Barroso”. **Revista Temporalidades**, v. 17, n. 2, p. 147-177, 2021.

MOTTA, Rodrigo Paro Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, n. 138, p. 93-105, 1998.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A imprensa da Ação Integralista Brasileira em perspectiva. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista, vol. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 27-56.

PACHECO, Gabriela Santi. **Panorama e o projeto integralista**: uma análise da revista intelectual. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

RAGO FILHO, Antonio. **A Crítica Romântica à Miséria Brasileira**: O Integralismo de Gustavo Barroso. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

REHEM, David Costa. **“As forças secretas da Revolução”**: anti-semitismo verde-oliva na Bahia (1933-1937). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

REHEM, David Costa. O antissemitismo na imprensa baiana e a contribuição integralista. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte. **Entre tipos e recortes**: histórias da imprensa integralista, vol. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. p. 295-312.

SIMÕES, Renata Duarte Simões. **A Educação do Corpo no Jornal A Offensiva (1932-1938)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TANAGINO, Pedro Ivo. **A síntese integral**: a teoria do integralismo na obra de Miguel Reale (1932-1939). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2016a.

TRINDADE, Héglio. **A tentação fascista no Brasil**: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016b.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: o antissemitismo na Ação Integralista Brasileira (1932-1937)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.



Fontes

A “verdade verdadeira” sobre o caso abyssínio. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, 30 de novembro, n. 81, 1935.

A Guilhotina Secca. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 81, 30 de novembro, 1935.

BARROSO, Gustavo. **O integralismo e o mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1936.

DO NORTE, João. Amos latentes e patentes. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 80, 21 de setembro, 1935.

DO NORTE, João. Judaísmo-Maçonaria-Communismo. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 81, 30 de novembro, 1935.

DO NORTE, João. Ataque e defesa. **A Offensiva**, Rio de Janeiro, n. 107, 16 de fevereiro, 1936.

REALE, Miguel. **ABC do Integralismo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935.

Se o integralismo vencer, será fuzilado o sr. Gustavo Barroso! **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, ano III, nº 2.593, 13 de abril de 1936, Capa.

PERCEBER E SENTIR: A ESTÉTICA DO MOVIMENTO INTEGRALISTA

PERCEIVE AND FEEL: THE AESTHETICS OF THE INTEGRALIST MOVEMENT



LARISSA FRAZÃO SILVA⁸⁵

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender como a Ação Integralista Brasileira (AIB) instrumentalizou a estética no âmbito de sua cultura política, e como o conjunto estético propagado contribuiu para criar um mecanismo de coesão tanto interna quanto externa ao movimento. Durante seu período de legalidade (1932-1937), a AIB alinhou-se aos demais movimentos fascistas da época ao desenvolver um conjunto estético que visava sensibilizar a população brasileira e conferir coerência a seu projeto político por meio de hábitos, devoções, sentimentos e afetos. Ao manipular símbolos, ritos e outras expressões, eles transferiam a atividade política para um campo simbólico das representações. Por isso, ao analisar os documentos que estruturam o conjunto estético integralista, acredita-se que essas expressões atuaram como uma ferramenta auxiliar em unificar e dar sentido ao movimento e ao seu projeto de renovação cultural, social e político, recrutando novos adeptos e difundindo o ideal da “Revolução Integral”.

Palavras-chave: Ação Integralista Brasileira; estética integralista; estética fascista.

Abstract

The objective of this article is to understand how the Brazilian Integralist Action (AIB) utilized aesthetics within its political culture and how the propagated aesthetic set contributed to creating a mechanism of cohesion both internally and externally to the movement. During its period of legality (1932-1937), the AIB aligned itself with other fascist movements of the time by developing an aesthetic set that aimed to engage the Brazilian population and provide coherence to its political project through habits, devotions, feelings, and affections. By manipulating symbols, rituals, and other expressions, they transferred political activity to a symbolic field of representations. Therefore, by analyzing the documents that structure the integralist aesthetic set, it is believed that these expressions acted as an auxiliary tool in unifying and giving meaning to the movement and its project of cultural, social, and political renewal, recruiting new followers and disseminating the ideal of the "Integral Revolution."

Keywords: Ação Integralista Brasileira; integralist aesthetic; fascist aesthetic

⁸⁵ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGH/UFJF), com bolsa de amparo da Capes. Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: larissa.fraza@hotmial.com. Este artigo é um resultado parcial da pesquisa realizada para a monografia apresentada ao curso de graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, intitulada “As performances do *Sigma*: a estética integralista”, aprovada no início de 2023. A orientação do estudo foi realizada pelo Prof. Dr. Leandro Pereira Gonçalves, autor de diversas obras relacionadas a Plínio Salgado e ao integralismo.



Introdução

Seguindo a onda fascista que se espalhou pelo mundo durante a década de 1930, a Ação Integralista Brasileira (AIB) se estabeleceu como o “principal partido da extrema-direita fascistizante” (Trindade, 1979, p. 125) no Brasil. Plínio Salgado, o “Chefe Nacional”, apresentava a AIB como um movimento de cultura (Salgado, 1934, p. 87); e por cultura, segundo Cavalari (1999, p. 42), apesar de não conceituada por parte de Salgado, imputa-se uma noção de “posse de determinados conhecimentos, tais como os ligados à arte, à filosofia e à ciência, [...] um bem que podia ser transmitido por aqueles que o possuíam”. Assim, dado que o povo brasileiro não possuía a cultura necessária⁸⁶ (Salgado, 1935, p. 174), a doutrina integralista seria a fonte de transição para nova concepção social, com a “Revolução Integral”, implementando o “Estado Integral”, aquele de tipo fascista (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 15).

Diante da insatisfação ao mundo moderno e com uma “reação intelectual mais alargada ao Iluminismo” (Finchelstein, 2019, p. 53), críticas características do pensamento fascista, o integralismo, enquanto ideologia, era composto por ideias e valores dimensionados pela intelectualidade do movimento em várias formas. Ao mencionar que o integralismo comporta integralismos no plural, Ramos (2013, p. 46) destaca as diferentes versões do pensamento, calcado por diversos intelectuais, mas com uma base comum que opera

[...] o nacionalismo (econômico e principalmente cultural), o espiritualismo (a ênfase dada ao caráter transcendente da vida humana), a importância da família, a crítica ao liberalismo e ao comunismo (vistos como manifestações de concepções puramente materiais da existência), o respeito à autoridade, à ordem e à hierarquia, o Estado centralizado e forte, o corporativismo – com maior ou menor ênfase, eles estão presentes na produção dos intelectuais integralistas (Ramos, 2013, p. 46).

Nesse sentido, a partir de uma visão providencial da história e uma ideia de progresso moral do ser humano, o integralismo compreendia que “Deus dirige os destinos dos povos” (Salgado, 1932, p. 1). Sua filosofia considera ‘o universo, o homem, a sociedade e as nações de um ponto de vista totalitário’ (Trindade, 1979, p. 200) e, por isso, a harmonia social só poderia ser alcançada por meio de uma organização hierárquica, uma vez que os homens diferem entre si por questões naturais, cabendo à elite intelectual

⁸⁶ Segundo Salgado (1935, p. 173-174), em seu verbete intitulado “O Paiz que não lê”, a carência de cultura é um dos determinantes da ausência de ideias e de programas políticos no Brasil, pois priva os homens da capacidade de intuição para a vida prática.



a condução da população à unidade moral, econômica e política. Frente a essa questão, a única possibilidade de restauração do Brasil afundado em uma crise material, seria através do surgimento da “Quarta Humanidade”⁸⁷, ou seja, do integralismo. A esse era atribuído um ideal salvacionista e que regido por “Deus, Pátria e Família”, elevaria os homens pelas ideias, e não armas, ao ideal que seria o “homem integral”, educado por aspectos físicos, intelectuais, cívicos e espirituais.

Tal ideia e propósito de renovação nacional e espiritual, guiada pelo dualismo “civilização *versus* barbárie”, ou ainda, “nós contra eles”, era uma dimensão fundamental para a ideologia fascista (Finchelstein, 2019, p. 63). O fascismo, portanto, apresentava-se como uma terceira opção revolucionária entre o liberalismo e o marxismo, oferecia sua própria visão do mundo e criava uma cultura política (Sternhell, 2000, p. 139). De acordo com Serge Berstein (2009, p. 31), a cultura política pode ser definida como “um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da visão reducionista de partido político”. Essa conceituação é muito importante para explicar certos comportamentos políticos e o que leva as pessoas a se aproximarem mais de uma força política do que outra. A estética também desempenha um papel importante nessa compreensão.

A instrumentalização da estética era um dos aspectos fundamentais da política fascista, uma vez que em todos os lugares em que o fascismo esteve presente, observaram-se manipulações estéticas em prol do fazer política (Finchelstein, 2019, p. 60). Assim, considera-se que a AIB foi um movimento de inspiração fascista. Embora não se tratasse de uma mera imitação dos modelos fascistas europeus, o grupo foi influenciado em termos de conteúdo, estilo de organização e, especialmente, aos ritos (Trindade, 1979, p. 278). Por isso, uma articulada estética integralista foi desenvolvida e manipulada como um dos recursos para promover coesão tanto internamente quanto externamente.

Nesse contexto, a estética é a ciência que estuda a função estética, suas manifestações e seus portadores (Mukarovsky, 1988, p. 119). Tal função tem origem e fundamento na atitude estética, aquela em que, aos fatos entrarem em sua alçada, adquirem caráter de signos, quer isso dizer, qualquer coisa que comunica algo. O

⁸⁷ A responsabilidade de criar o “Estado Integral” recairia sobre a nova humanidade em surgimento no Brasil, a “Quarta Humanidade”. Conforme Salgado (1934, p. 66), esses novos “moços” iriam estabelecer novos padrões de cultura, de moral, de direito, de administração e de política, além de uma nova autoridade, fundamentada em uma concepção de origem e de finalidade do mundo. Essa nova sociedade seria uma síntese das três humanidades anteriores, sendo a primeira politeísta, a segunda monoteísta e a terceira ateuísta.



elemento que se converte em signo estético, mostra-se, aos olhos dos homens, a relação que existe entre ele e a realidade, sendo sua principal característica a alusão a algo que está fora dele mesmo. Quando a realidade se transforma em signo, toda a riqueza de suas características se revela à percepção dos indivíduos, juntamente com toda a complexidade do ato pelo qual o observador percebe a realidade concreta em questão (Mukarovsky, 1988, p. 122).

No entanto, não apenas a arte que é portadora da função estética, “qualquer fenômeno, qualquer produto da atividade humana, se pode converter, para um indivíduo ou para toda a sociedade, em signo estético” (Mukarovsky, 1988, p. 123). Estética, nesse aspecto, evoca algo que está para além da realidade, amarra-se à sua origem grega, que significa percepção sensível, sensibilidade, sentimento. Por isso, estando ligada a fenômenos mentais e à experiência subjetiva de emoções e sentimentos, a manipulação de instrumentos estéticos, que neste caso pode ser qualquer produto, mostra-se altamente potente, e até mesmo necessária, para culturas políticas organicistas como o integralismo.

Diante do projeto cultural proposto pela AIB, diversas expressões foram mobilizadas em prol do discurso integralista, como evidencia Chauí (1978, p. 40) ao mencionar a transformação de um conceito em uma imagem. Como uma forma política que se propunha a conduzir sua coletividade para a sociedade ideal, não apenas as mentes, mas também os corpos precisavam ser disciplinados. A superestrutura, ou realidade, criada, havia de comover os militantes e envolvê-los completamente. Em vista do exposto, este artigo tem como objetivo investigar a instrumentalização da estética integralista no âmbito de sua cultura política e, de forma igual, demonstrar como o conjunto estético integralista auxiliou o dimensionamento de um maquinário de coesão ao movimento durante os anos que abrangem o período de vigência legal da AIB (1932-1937)⁸⁸.

Gênese integralista e o Brasil

A AIB inaugurou o primeiro partido político de projeção nacional. Inicialmente, havia negação quanto à viabilidade histórica dos partidos políticos, argumentando que sua formação era inútil devido à inviabilidade das teorias de apoio em relação à realidade

⁸⁸ Apesar do amplo apoio dos integralistas a Getúlio Vargas, em dezembro de 1937, “Vargas promulgou o decreto-lei n.º 37, que dissolveu todos os partidos políticos e órgãos auxiliares, além de proibir a formação de milícias cívicas e restringir o uso de uniformes e simbologias destas entidades, dentre as quais a AIB” (Caldeira Neto, 2011, p. 38).



pragmática da vida brasileira (Trindade, 1979, p. 51). No entanto, no 2º Congresso Integralista, realizado em Petrópolis-RJ no ano de 1935, os estatutos da AIB foram alterados, transformando o movimento em um partido político e em um Centro de Estudos e Educação moral, cívica e física. Ainda assim, a AIB manteve suas práticas, que incluíam:

cursos, conferências, bibliotecas, publicações de livros, folhetos, jornais, revistas, divulgando princípios filosóficos, doutrinas econômicas, sociais e políticas, diretrizes estéticas, pesquisas científicas e técnicas, de sorte a elevar o nível cultural de seus componentes, desenvolvendo-lhes o gosto pelo estudo a criar uma consciência nova das necessidades da nossa Pátria (Monitor Integralista, n. 10, 1935, p. 7).

Mesmo adotando os preceitos fascistas em voga na época, a AIB apresentou suas peculiaridades, moldando-se de acordo com as condições políticas, históricas e econômicas do contexto nacional. As agitações fervorosas dos anos 1920 no Brasil possibilitaram a formação e a estruturação da “Revolução Espiritual” proposta pelo integralismo. Durante esse período de transição, ou mutação (Trindade, 1979, p. 7), tanto Plínio Salgado⁸⁹ quanto os futuros militantes integralistas vivenciaram e experimentaram essas movimentações, que desempenharam um papel extremamente importante para compreender as percepções de mundo e visões de futuro nas quais os integralistas se engajaram.

As mudanças decorrentes do pós-primeira guerra, como a industrialização baseada no modelo de substituição das importações, a incorporação de novas camadas urbanas à luta social e política, a perda de legitimidade do sistema político vigente representado pela elite agroexportadora, os efeitos da crise de 29, a crise do café e a urbanização, geraram um clima propício para a busca por mudanças. Nesse contexto, grupos que tinham pouco espaço político, como o proletariado e a burguesia, engajaram-se em ideologias que se alinhavam com suas aspirações, inclinando-se tanto para pensamentos de esquerda como comunismo e anarquismo, quanto para o fascismo.

No entanto, não foram apenas as questões econômicas e políticas que influenciaram esses novos atores emergentes; no âmbito das ideias, também foram

⁸⁹ Dessa maneira, é importante destacar que a origem da AIB e do integralismo está intrinsecamente ligada à história do líder Plínio Salgado. O nacionalismo e sua exaltação, o patriotismo, bem como a glorificação da luta como fonte de energia das Nações e o dever perante a Deus (Trindade, 1979, p. 37) permearam as convicções iniciais Salgado. O lema integralista “Deus, Pátria e Família”, presente de forma substancial em diversos fascismos ao redor do mundo, fazia parte da vida de Plínio desde sua infância, sendo disseminado por sua “típica família patriarcal do interior brasileiro” (Gonçalves, 2012, p. 42). Ele herdou do pai militar o autoritarismo e visão de homem, enquanto sua mãe professora transmitiu-lhe a intelectualidade e a perspectiva cristã religiosa.



observadas mudanças de natureza artística e ideológica. Impulsionado por um despertar nacionalista presente em setores significativos da intelectualidade nacional, o movimento modernista, culminando a Semana de Arte Moderna de 1922, permitiu uma reflexão voltada para a própria sociedade brasileira. As tentativas de criar um pensamento nacional⁹⁰, livre das influências culturais dominantes da Europa, despertaram um compromisso em resolver os problemas e demandas do Brasil sob uma abordagem sociológica.

No limbo do modernismo, Plínio Salgado trilhou um caminho particular dentro desse movimento. Inicialmente, ele se alinhou ao Manifesto do Verde Amarelismo e foi de encontro com a concepção de nacionalismo do grupo Verdeamarelo, que incorporava um discurso baseado no nacionalismo cultural e político, influenciado pela forma autoritária como os movimentos totalitários europeus se apresentavam (Gonçalves; Pacheco, 2022, p. 65). No entanto, o futuro “Chefe Nacional” acreditava na necessidade de aprofundar esse debate, o que o levou a romper com os verdeamarelos e radicalizar seu pensamento a partir da fundação do grupo Anta. À vista disso,

é em meio ao contexto de ruptura cultural no Brasil, cujo auge foi marcado pela Semana de Arte Moderna de 1922, que se desenvolvem os primeiros momentos do reformismo “modernista” e da consolidação do nacionalismo de Plínio Salgado, que seriam base para a elaboração dos ideais integralistas, culminando na fundação da AIB em 1932 (Gonçalves; Pacheco, 2022, p. 66).

Plínio Salgado, de jornalista a um escritor engajado, condicionou seus pensamentos e ideias na atmosfera intelectual da revolução estética modernista. Apesar de sua participação discreta, o nacionalismo literário que estava em alta difusão nesse momento levou Salgado a se envolver na busca pela independência intelectual do Brasil. A rejeição dos moldes estéticos e literários europeus resultou na criação de um nacionalismo mais realista, fundamentado na exaltação dos povos originários, na figura do indígena, a raiz mais profunda da nação, o denominador comum de todas as raças. Assim, o “Chefe”, incorporando esse despertar nacionalista, a revolução literária modernista e a renovação espiritual sob um prisma católico, expressava por meio de seus

⁹⁰ As diversas vertentes do movimento modernista compartilhavam uma centralidade em comum: a defesa do nacionalismo, ligado à busca do ideal de brasilidade e de raízes autenticamente brasileiras (Gonçalves; Pacheco, 2022, p. 59). Entretanto, embora essa preservação da identidade nacional pressupusesse uma noção concomitante, existiam múltiplos nacionalismos que propunham modelos específicos para o Estado. Ao se apropriarem de diferentes conceitos de nação, essas correntes defendiam perspectivas divergentes para o país, tanto de esquerda quando de direita (Gonçalves; Pacheco, 2022, p. 64).



romances sociais o desejo de elaborar um pensamento novo, que fosse adaptado à realidade brasileira.

No entanto, Plínio não foi o pioneiro em beber na fonte do modernismo para dimensionar, posteriormente, um pensamento fascista. De acordo com Roger Griffin (2007, p. 1), existe uma relação “de profundo parentesco” entre modernismo e fascismo; ele concebe o fascismo como uma “prole” do modernismo, uma vez que as metanarrativas modernistas de renovação cultural auxiliaram o dimensionamento dos projetos fascistas. Ao buscar não apenas reformar o Estado, mas salvar a civilização da decadência e da crise, o fascismo visava promover uma nova geração de homens definidos não a partir de categorias universais, e sim daquelas essencialmente míticas, sejam elas nacionais e raciais (Griffin, 2007, p. 6). Embora possa soar como uma contradição, em vista que esses movimentos estão amplamente associados às forças de reação e de fuga ao “mundo moderno”, essa rejeição ocorria com os elementos supostamente degenerativos da era moderna, evidenciando como a “nova civilização” e o senso de recomeço seriam uma forma alternativa de modernismo, e não sua reprovação total.

Desse modo, a arte, o fascismo e o modernismo possuem relações íntimas entre si. Plínio Salgado delineou essa associação logo em seus primeiros romances, como em “O Estrangeiro” (1926), no qual expôs suas críticas e considerações acerca da sociedade brasileira, promovendo uma arte com teor político, contendo “uma recuperação, seguida de crítica, ao passado/presente, tendo em vista um futuro” (Pacheco; Gonçalves, 2022, p. 63). O integralismo, por sua vez, incorporou muitos aspectos dessa revolução estética em sua doutrina, materializando suas angústias em relação à crise da civilização e o desejo de um nacionalismo radical. Salgado tinha plena consciência da potencialidade das artes, do poder persuasivo que elas possuíam. Por isso, ao sistematizar sua cultura política, o “Chefe Nacional” corporificou, juntamente a seu discurso, manifestações estéticas que aproximavam os integralistas dos seus ideais, de tal maneira que Griffin (2007, p. 356) destaca como os “Camisas-Verdes” revelam uma sinergia ainda mais poderosa de modernismo estético, social e político.

A cultura política integralista sob o sol da cultura política fascista

A AIB consolidou uma cultura política própria. Uma vez que a natureza do fascismo reside na sustentação de uma cultura política revolucionária, muitas das representações e concepções da AIB possuíam correspondência com a cultura política fascista. Perante a necessidade de mobilizar idealizações de renascimento político, social



e cultural por parte dessas culturas, Griffin (1991) propõe uma conceituação do fascismo à luz de um “tipo ideal” weberiano. Tal formulação é uma tentativa de estruturar um “mínimo fascista”, percebido em fenômenos que seguem um denominador comum, dando forma a um gênero singularmente mutável da política moderna. Por essa razão, o autor britânico atribui centralidade a um conceito genérico, o qual, mesmo não sendo “verdadeiro” em um sentido descritivo, torna-se útil para análise.

Assim, esse tipo genérico de fascismo é compreendido como um gênero de ideologia política mutável e adaptável, cujo núcleo mítico em seus diferentes modelos consiste em forma palingenésica de ultranacionalismo populista (Griffin, 1991, p. 32). Mais uma vez, o núcleo mítico é essencial para a compreensão desse fenômeno, visto que ele mobiliza os ativistas e apoiadores, denotando a fonte irracional da ideologia e colocando sobre o ser a responsabilidade de manter e transformar a sociedade, que está clamando por renovação, recomeço, renascimento após uma fase da crise. A imagem da crise e da degeneração da sociedade contrasta com a visão da nova ordem revolucionária em desenvolvimento, oferecendo assim uma força emocional à ideologia, que busca salvar a nação, concebendo-a como uma realidade social, histórica, espiritual ou orgânica.

Tais mitos de ressurreição, inspirados em uma liturgia ritualística, conferiram ao fascismo um caráter de religião política, na qual, envolta de crenças de deterioração do âmbito nacional, surge a necessidade premente de uma cura radical para os supostos males que afligem a comunidade nacional. No entanto, Griffin aponta para a fraqueza estrutural implícita nessa mítica fascista, argumentando que, a longo prazo, a situação mostra-se evidentemente insustentável (Griffin, 1991, p. 49). Segundo o autor, a necessidade de prolongar a fase palingenésica demanda uma rotinização e uma extensão ilimitada do apelo carismático em relação à suposta crise, o que leva a concluir que um regime fascista está destinado a não sobreviver mais do que alguns poucos anos.

Nesse sentido, o dimensionamento de uma cultura política, como a fascista, depende, não apenas de seus elementos formadores, como um substrato filosófico e referências históricas, mas também de “uma representação da sociedade ideal de acordo com sua imagem de sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo” (Berstein, 2009, p. 35). É nessa busca pelo “ideal” que a ação política é empreendida, sendo ela articulada pelos representantes de uma determinada cultura. Em vista disso, é necessário o compartilhamento de uma “visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão



que é partilhada por um grupo importante da sociedade, num país e num dado momento de sua história” (Berstein, 2009, p. 31).

Por também ser um fenômeno coletivo, uma cultura política requer uma articulação que funcione como uma espécie de “cimento” da identidade de um grupo. Essa coesão, gerada por uma rede de sociabilidades, envolve o compartilhamento de valores, concepções e opiniões dentro de um mesmo discurso, como também partilha as mesmas representações, os mesmos símbolos e os mesmos ritos. Portanto, na formação dessa base de pertencimento, os símbolos e ritos, tanto em gestos quanto em representações visuais, desempenham um papel significativo comparável ao discurso codificado e ao vocabulário utilizado por essas culturas (Berstein, 1998, p. 351). Dessa forma, a simbologia é responsável pela expressão resumida, porém, eloquente, das culturas políticas subjacentes (Burrin *apud* Berstein, 2009, p. 36). Ela contribui para uma coesão dos grupos em torno dessa cultura, transmitindo para o observador um discurso extenso que mescla memórias, imaginário, emoções, adesão ou a recusa. Aliada aos ritos, “muito nos dizem a respeito do desejo de incluir, ao lado da razão ou do discurso, o sentimento e a psicologia coletiva nos processos de expressão das culturas políticas” (Berstein, 2009).

As representações, nesse contexto, abrangem “um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.)” (Motta, 2009, p. 21-22). No entanto, ao se valer de tantos recursos para a composição de uma cultura política, ela vai além da ideologia, mobilizando sentimentos (paixões, esperanças, medos), valores (moral, honra, solidariedade), representações (mito, heróis) e evocando fidelidade a tradições (família, nação, líderes) (Motta, 2009, p. 28).

Nessa perspectiva, o fenômeno fascista e sua cultura política necessita dessas condições para sua formação e reprodução. Griffin destaca que os exemplares fascistas expressam seus valores e visão de mundo não só em “escritos teóricos, discurso, propaganda e canções, mas também na linguagem semiótica de comícios, símbolos, uniformes: em suma, todo o estilo de sua política” (Griffin, 1991, p. 33, tradução nossa). Conseqüentemente, a AIB estava inserida em um processo de ritualização constante e massiva (Cavalari, 1999, p. 163), correspondendo a um conjunto de dispositivos necessários para a moderna política de engajamento coletivo, com seu apelo místico de excitação das multidões (Tanagino, 2018, p. 19).



As ferramentas mencionadas serviam como recursos poderosos para convencer e aproximar o público de seus projetos e concepções. Por sua vez, a estética complementou as demais ferramentas doutrinárias integralistas, como a fundamentação teórica e os discursos propagados, relevando-se como um poderoso recurso para promover a identidade, unidade e sentido do movimento. Ela auxiliou na criação de uma superestrutura política, composta por uma cultura política altamente articulada, que buscou estabelecer um vínculo profundo com a sociedade brasileira. Com o intuito de alcançar esse objetivo, a AIB engendrou um conjunto estético que abarcava: indumentárias, símbolos, saudação, gesto, insígnias, figura do líder, organização das sedes, datas e festas, hinos e canções, honrarias, regulamentações de viagens, apresentação dos papéis timbrados e correspondências, protocolos das sessões e reuniões, cinematográficos, radiofônicos, desfiles militares, congressos, *souvenirs* e, também, cerimônias rituais (casamentos, batizados, falecimentos, juramentos e exclusões).

Além disso, as produções literárias e escritas, como os livros, poemas, artigos dos jornais, assim como as fotografias, também desempenharam uma função estética importante, pois, juntamente com as demais expressões, complexificavam o discurso como um todo e incorporavam ainda mais os integralistas à superestrutura elaborada. A maneira pela qual o movimento estruturou esse conjunto estético, que deveria ser homogêneo em todo país, ocorreu por meio do periódico Monitor Integralista, e do documento “Protocolos e Rituais”.

Por ser o jornal oficial da AIB, o Monitor Integralista tratava da organização interna do movimento e de sua estrutura, além de fornecer os detalhes sobre o conjunto estético. Em suas 22 edições, era obrigatória a presença de um exemplar em todos os núcleos do país, e qualquer desobediência quanto às suas ordens era impedida e sujeita a punição. As diretrizes do “Chefe Nacional” Plínio Salgado eram transmitidas nesse canal, destacando sua importância em garantir a uniformidade do discurso adotado pelo jornal. Publicado na edição n. 18 do periódico em questão, o “Protocolos e Rituais” é um conjunto de regras, que mais tarde virou um exemplar independente. Ele expõe todas as normas relacionadas à simbologia, rituais e normas de conduta emitidas ao longo da existência da AIB. Portanto, esses dois documentos são fundamentais para a compreensão do movimento.

A política fascista estetizada



Embora a manipulação estética não seja exclusividade fascista, e que muitas culturas políticas a adotem, a forma como os fascismos a utilizaram se destaca por sua intensidade. Walter Benjamin (2014, p. 117) em seu importante ensaio publicado na década de 1930, afirmava que o “fascismo resulta, conseqüentemente, em uma estetização de sua vida política”, e que “todos os esforços pela estetização culminam em um ponto. Esse ponto é a guerra”. Embora Benjamin projetasse nesse evento o “ápice da experiência estética fascista” (Paxton, 2007, p. 40), ele foi o primeiro a observar a substituição do “debate ponderado pela experiência sensorial” (Paxton, 2007, p. 39). No entanto, o entendimento aqui projetado concorda com Finchelstein (2019, p. 61), ao afirmar a importância da estética no modo como o fascismo se apresentou ao mundo, mas reconhece que uma ideologia como essa não podia ser sustentada exclusivamente pela estética.

Dessa forma, a estética se tornou uma ferramenta poderosa para elevar a conjuntura política a uma condição sensível e pessoal, sendo objeto de muitas pesquisas no entendimento do fenômeno fascista. Ela se mostrou uma estratégia oportuna para a incorporação de um projeto de dominação hegemônica de amplas dimensões na vida cotidiana dos cidadãos, consolidando e perpetuando seu domínio político, econômico e social. Ao transferir a atividade política do campo da realidade para o campo predominantemente simbólico das representações (Britto, 2018, p. 51), e com o auxílio das tecnologias de reprodução, as obras estéticas se tornaram objetos de alcance e influência massivos. O fascismo se revelava esteticamente por meio de “estilo característico de atividade política expresso em comícios, violência paramilitar, uniforme, símbolos e culto a líderes” (Griffin, 1991, p. 16, tradução nossa).

Diante desse ponto, discorda-se do argumento de Finchelstein em relação ao fato de que

a prática fascista não estava relacionada com a política mundana e cotidiana, ou com a estética, mas antes centrada em um conjunto de rituais e espetáculos políticos que procuravam objetivar a teoria fascista e baseá-la em experiências vividas. Essas práticas apresentavam o fascismo como algo que podia ser visto e que implicava a participação ativa e o contato com os outros, transformando ideias em realidade” (Finchelstein, 2019, p. 61).

No entanto, as experiências elencadas são uma forma de criar sensibilidade e adesão ao projeto fascista, tornando a participação nos rituais e outros espetáculos uma realidade que também é estética. A atuação da coletividade integralista, dava-se, principalmente, pela presença nessas grandes solenidades e rituais. Esse “fazer parte” acabava por criar uma “posição ilusória de decisão dentro da estrutura partidária”



(Bertonha, 1992, p. 88). Assim, a atmosfera cuidadosamente criada e os sentimentos despertados nesses eventos geravam comunhão e estabeleciam uma conexão entre o âmbito privado e o público, colonizando tanto o corpo como a alma, indicando o modo de ser, pensar e agir que os cidadãos fascistas deveriam seguir. O aspecto emocional também é uma realidade, pois gera e possibilita a realidade empírica; se o fascismo “propunha uma forma radical de subjetividade política” (Finchelstein, 2019, p. 62), ele dependia da simpatia e da receptividade, dos sentimentos e das emoções por parte dos indivíduos para manter a coesão e a união do universo fascista.

Paralelamente, outros autores enfatizam a centralidade da estética nos fascismos. Emilio Gentile destaca como a ideologia em questão possui uma expressão mais estética do que teórica, manifestando-se por meio de mitos, ritos e símbolos, assemelhando-se a uma “religião secular destinada a aculturar, socializar e integrar a fé das massas, com o objetivo de criar o ‘novo homem’” (Gentile *apud* Payne, 1995, p. 6, tradução nossa). De maneira similar, Stanley Payne enfatiza a “política teatral” fascista, em que os militantes eram envolvidos por uma mística e por um conjunto de rituais que apelavam para o sentido estético e espiritual, estreitamente ligados ao aspecto político. Assim, os fascistas davam grande ênfase a reuniões, marchas, símbolos visuais e rituais cerimoniais ou litúrgicos (Payne, 1995, p. 12).

Enquanto forma política que apelava principalmente para o visual (Paxton, 2007, p. 23), o fascismo tinha de expressar o poder desta maneira. A erudição fascista preocupou-se cada vez mais com a estética e a construção de um consenso temporário, indo além da propaganda e do terror (Mosse, 1996, p. 245). George Mosse reitera que todos os fascismos compartilham uma estética que dava forma a uma “religião cívica”, uma fé não-tradicional que utiliza liturgias e símbolos para dar vida à sua crença. A diferença em relação a uma religião tradicional é a preocupação com a vida terrena, o Estado e a nação, utilizando uma “beleza da santidade” para fins revolucionários no governo (Mosse, 1996, p. 245-246).

Assim, a busca pela beleza é um dos imperativos fundamentais do fascismo, já que ele cultua e propõe um ideal de beleza, seja no corpo humano ou na liturgia política. Sua relação íntima visava reproduzir o que estava em voga na sociedade europeia desde o século XIX, quando a era visual começou a se estabelecer, introduzindo símbolos políticos como a bandeira e o hino nacional (Mosse, 1996, p. 247). Essas expressões, que são instrumentos típicos da política de alcance amplo, foram combinadas no fascismo aos



discursos do líder, assumindo uma ação simbólica e servindo como meio de instigar o populismo associado a esses movimentos.

Por todas essas razões, rituais, símbolos, uniformes, manifestações artísticas, ideais de beleza e comportamento, discursos e a figura de líderes podem se tornar expressões estéticas, o que em si não é algo novo. No entanto, a maneira pela qual o fascismo as instrumentaliza representa uma inovação. Segundo Paxton, o próprio fascismo era uma criação, concebida do zero para a era da política de massas, buscando apelar sobretudo às emoções (Paxton, 2007, p. 38), pois seu repouso não era, na verdade de sua doutrina, e sim na

união mística do líder com o destino histórico de seu povo, ideia essa relacionada às ideias românticas de florescimento histórico nacional e de gênio individual artístico ou espiritual, embora, em outros aspectos, negasse a exaltação romântica da criatividade pessoal desimpedida (Paxton, 2007, p. 39).

Portanto, a estética remete ao terreno das sensações, um espaço que, de acordo com Terry Eagleton (1993, p. 7), ilumina uma ampla gama de questões sociais, políticas e éticas, expressando a importância que essa noção apresentou no pensamento moderno europeu. Seguindo as proposições kantianas, a estética deve ser compreendida como “a ciência de todos os princípios da sensibilidade a priori. Se a estética deve ser uma ciência, não pode ser a ciência do belo, apenas uma crítica do gosto” (Japiassú; Marcondes, 1998, p. 91). Assim, se existem forças de coesão na ordem social expressas por hábitos, devoções, sentimentos, afetos, há um poder estetizado, pois esse poder é “indissociável dos impulsos espontâneos do corpo, está imbricado à sensibilidade e aos afetos, é vivido como um costume irrefletido” (Eagleton, 1993, p. 22). Por isso, o poder em si reside nas especificidades da experiência subjetiva, em cada sujeito que se doa e é moldado pelo objeto estético.

O maquinário da coesão

No seio da historiografia do integralismo, praticamente todos os autores destacam a importância dos símbolos e ritos na constituição do movimento. Nomes como Cavalari (1999) e Bertonha (1992) observaram suas potencialidades e os compreenderam como estratégia político-ideológica de padronização, unificação e arregimentação (Cavalari, 1999, p. 163), bem como recurso para a promoção de uma força interna e externa do movimento (Bertonha, 1992). No entanto, essas ferramentas não foram investigadas sob o prisma da estética.



A análise aqui delineada visa perceber a simbologia e os ritos integralistas como componentes do conjunto estético que, em sua totalidade, despertam sentimentos, lealdade e adesão fervorosa por parte dos militantes ao projeto palingenésico integralista. Por isso, será traçada, de maneira semelhante a Bertonha (1992), a força interna e externa da AIB, porém sob o ângulo da estética. Assim, as ponderações apresentadas assentam-se na investigação dos “Protocolos e Rituais” como fonte de pesquisa, visto que sua importância relativa ao movimento reside na sistematização e na enunciação das ordenações estéticas e regras de conduta dos integralistas, revelando a estrutura organizadora e criteriosa do movimento integralista no Brasil.

Na qualidade de força organizadora, a estética integralista conferia forma e identidade ao movimento, dando-lhe também um sentido próprio. Para além de uma perspectiva puramente política, esse sentido não podia ser apenas assimilado intelectualmente, mas também experimentado sensorialmente, através do corpo e pelo corpo. O imaginário coletivo reverberado pela doutrina da AIB, seus sentimentos, paixões, ambições, guiava os militantes e o envolvia profundamente na estrutura do movimento. A “religião cívica” (Mosse, 1996, p. 246) propagada por meio de sua doutrina política, amplificava o potencial de instrumentalização da vida em prol de um paradigma político, que também se manifestava como campo social e cultural.

Tal questão se torna ainda mais complexa quando inserida no contexto político brasileiro. A demanda por representatividade e a busca por se constituir como vanguarda política (Chauí, 1978, p. 53) levaram o público receptor do discurso integralista, a classe média urbana, a ansiar por confrontar as classes dominantes e transformar as esferas sociais e políticas, mesmo que isso não implicasse em um projeto verdadeiramente emancipador (Chauí, 1978, p. 59).

Força interna

Enquanto promotora de força interna, a estética integralista garantia a adesão política dos militantes ao movimento; a minuciosa estruturação de um modelo pré-estatal (Trindade, 1979, p. 165) estabelecia uma homogeneidade de práticas e representações. Fruto de uma socialização ideológica, os “Camisas-Verdes” eram submetidos a uma preparação intensa, e ser integralista, no sentido de fazer parte, baseava-se em uma série de mecanismos e atividades que moldavam esses indivíduos para se tornarem os futuros cidadãos do “Estado Integral”. A participação política da base popular era empreendida através das expressões estéticas, já que frente a uma organização hierárquica de natureza



vertical, a contribuição geral dos militantes se dava por meio de uma participação política que visava preencher as filas do movimento, reproduzindo a estética nos espaços designados para tal.

Por isso, ser militante e, conseqüentemente, um vetor do movimento, era uma operação essencial para garantir a manutenção do próprio projeto, que dependia diretamente da organização e do engajamento popular para não só se estruturar, como se proteger. A coletividade integralista precisava permanecer submissa e controlada, e para assegurar que não houvesse reivindicações e posturas inesperadas que abalassem o interior do movimento, quanto sua imagem externa, era imperativa a necessidade de um rígido estruturamento.

Uma vez assinalada a questão da hierarquia do movimento, a figura do líder assumia um papel de poderoso instrumento de controle e gerador de sensibilidades. A AIB tinha como princípio organizacional fundamental o fato de que todo o poder emana do “Chefe Nacional” e só em seu nome seria exercido (Trindade, 1979, p. 171). A incumbência de submissão e obediência a Plínio Salgado era promovida por meio da atribuição de sua posição em relação aos militantes, e nele se encarnava toda a ideia e o coletivo integralista. A energia envolvida em sua imagem representava a síntese de anseio de todos os integralistas, a personificação de toda ideia, o intérprete e o defensor supremo da doutrina (Trindade, 1979, p. 165). Por isso, compreende-se que o “Chefe” desempenhava um papel simbólico e estético dentro da AIB; como criador da ideologia integralista, sua autoridade possuía uma intangibilidade, visto que os “Protocolos e Rituais” (1935, p. 6-7) previam a perenidade de sua liderança e o caráter inatingível de sua pessoa e autoridade.

Muito além de ser um líder político e uma figura humana, o “Chefe” representava um intermédio entre governante supremo e chefe religioso, exigindo e conquistando o culto à sua personalidade (Trindade, 1979, p. 166), requerendo dos militantes que ingressavam nas fileiras da AIB um juramento em sua pessoa. A extensão de seu poder, de direção total e indivisível, exigia que todas as suas ordens fossem proclamadas e a executadas sem discussão (Protocolos e Rituais, 1935, p. 42). Por meio de sua produção intelectual e sua habilidade oratória (Ramos, 2013, p. 237), Salgado, um doutrinador e agitador político, dispunha de um amplo poder de manipulação e persuasão. Ele cativou os integralistas de tal modo a consolidar suas pretensões de se colocar como autoridade máxima da AIB, reafirmando constantemente a sua liderança. Embora tenha criado os estatutos de acordo com seus próprios interesses, os militantes precisavam garantir a



permanência de sua soberania e a submissão a ele, e, portanto, Plínio de fato conquistava os “Camisas-Verdes”.

Dessa forma, o poder conferido ao “Chefe” implicava em um manejo mais persuasivo do que repressivo; seu “endeusamento simbólico” (Bertonha, 1992, p. 94) não teria sido possível, mesmo com um processo doutrinário intenso, se os membros da AIB não tivessem corroborado com o fato de que ele era a encarnação viva da unidade a que todos deviam reiterar sua subordinação (Bertonha, 1992). Assim, o processo de construção da imagem simbólica em torno da representação de Salgado evidencia a composição estética na qual ele assumia, pois enquanto indivíduo modelo e infalível, sua figura carregava a idealização do que era ser integralista. O caráter humano do personagem construído fazia com que os militantes se inspirassem nele e cultuassem sua imagem, unindo todos em torno de um homem que guiava as pessoas em direção à salvação, à moralidade política e ao conhecimento pleno sobre a sociedade.

Aliado a essa questão, o culto e a reprodução de outros símbolos integralistas também geravam fatores de união e agregação entre os membros da AIB, estimulando sensações de pertencimento, identificação com a doutrina e proporcionando experiências distintas aos militantes. O *Sigma*, sinal simbólico do movimento, foi escolhido por sua origem grega, letra que corresponde ao “S” do alfabeto romano e representa soma (Protocolos e Rituais, 1935, p. 7). Dessa forma, ele simboliza a integração das forças em prol do nacionalismo e do ideal integralista; o indivíduo que se viu como uma parte da força do movimento, ao simplesmente defender os ideais da coletividade e do partido, acabou por empreender uma ação e uma luta política.

Em relação aos uniformes, as camisas verdes desempenhavam um papel fundamental como uma das maiores expressões estéticas do movimento. Além das vestimentas destinadas à prática esportiva, existiam três outros tipos de roupas: aquela dos “Camisas-Verdes”, aquelas das “Blusas-Verdes” e as dos “Plinianos”.⁹¹ Complementando o uniforme, todos os militantes possuíam um distintivo específico para

⁹¹ O movimento designava seus militantes homens como os “Camisas-Verdes”. Já as mulheres integralistas eram denominadas “Blusas-Verdes”, e a organização infanto-juvenil do movimento recebia o nome de “Plinianos”, possuindo deveres, simbologia e ritos próprios (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 33-34). A nomenclatura e a atribuição de cores às vestimentas eram práticas comuns em quase todos os movimentos fascistas da década de 1930. Pode-se citar, entre vários exemplos, os “camisas-pretas” na Itália, Inglaterra e na Alemanha, que neste último também continham os “camisas-marrons” (Harvey, 2004). Os “camisas-azuis” no Canadá (Théorêt, 2017), Espanha (Thomas, 1964), Portugal (Pinto, 1994) e China (Hong, 1999). Os “camisas-prateadas” nos EUA (Toy, 1989) e “camisas-douradas” no México (Backal, 2000). No Brasil (Trindade, 1979), Romênia, Hungria (Nagy-Talavera, 2001), Egito (Payne, 1995) e Iugoslávia (Payne, 1995) faziam o uso do verde.



seu grupo, e aqueles que ocupavam cargos e posições de trabalho no interior do movimento usavam insígnias com símbolos específicos correspondentes a cada função. Essas diferenciações refletiam a hierarquia e organização às quais estavam submetidos.

Assim, o uniforme permitia uma rápida e fácil identificação ao movimento, sendo que as distinções eram detalhes que nem sempre eram compreendidos por aqueles de fora. Portanto, o uso da camisa verde, um dos maiores símbolos do movimento, carregava um tom moral e de probidade, pressupondo a eliminação de quaisquer diferenças entre os membros, uma vez que qualquer alteração subjetiva era proibida pela documentação ordenadora. O uso dessas indumentárias “padronizava os ‘Camisas-Verdes’ em uma só forma, englobando todos os seus militantes sob uma representação imagética que sintetizava a doutrina integralista” (Silva, 2023).

Dessa forma, além do *Sigma* e da camisa-verde, a bandeira integralista desempenhava um papel importante na composição da identidade visual da AIB. Esse conjunto de elementos visuais expressavam uma certa dramatização política. Seus usos simbólicos, operando como uma espécie de “armadura de guerra”, transmitiam a mensagem de que o integralismo lutaria contra os males da sociedade brasileira por meio dos ensinamentos integralistas e do seu projeto utópico de mundo e de sociedade.

Na esfera da comunicação verbal e gestual, o movimento também difundiu hinos, canções, a saudação *Anauê* e o gesto integralista. O gesto consistia no soerguimento brusco do braço direito, estendido para frente, até a posição vertical, e era usado para saudações, continências, reverências, e como sinal de alegria, sendo uma demonstração de respeito por parte dos militantes. Ele deveria ser acompanhado da exclamação *Anauê*, palavra em tupi que significa “você é meu parente”. Esse termo foi escolhido pois remete à ideia de que a AIB é a grande família dos “Camisas-Verdes” e representa um movimento nacionalista de sentido heroico, servindo para exaltar, afirmar, consagrar e manifestar alegria (Protocolos e Rituais, 1935).

O hino *Avante*, com letra e música do “Chefe Nacional”, era de conhecimento obrigatório para todos os militantes, transmitindo palavras de ação que eram especialmente destacadas nas partes: “Avante! [...] Nosso Brasil vai despertar! [...] Marchar, que é a primavera, que a Pátria espera, é o novo Sol [...]” (Protocolos e Rituais, 1935, p. 17). Por meio desse hino, é possível constatar que o poder da palavra falada evocava uma onda de emotividade, ao mesmo tempo em que estimulava a ordem e a conduta. O hino oficial simbolizava o caráter palingenésico ultranacionalista da pátria, despertada pela juventude dotada de força e coragem. Os valores fascistas de exaltação à



juventude, virilidade, nacionalismo e apelo a um passado glorioso (Bertonha, 1992, p. 89) estavam versados no canto integralista, sendo internalizados a entoação e louvor, enaltecendo as proposições do movimento e promovendo a comunhão entre os integrantes.

Algo semelhante pode ser observado na saudação *Anauê*. Tal expressão verbal unia todos os membros como se fossem uma grande família, transmitindo a ideia de união, laços pessoais sólidos, comunhão e apoio mútuo. Além disso, denotava uma ideia de ligação de pessoas por questões biológicas, ancestrais, legais e afetivas, atribuindo ao projeto integralista um elo de unidade ao qual os militantes estavam submetidos. É possível perceber também a proximidade dessa questão com a proposição cristã de que todos são irmãos. Assim, é importante ressaltar a forma como o integralismo fez o uso de analogias com a religião católica. A própria figura do líder sofre essa influência, sendo percebida em sua posição de guia rumo a um mundo melhor, que requer a crença e o respeito dos devotos para concretizar essa ação. Portanto, percebe-se que o lema da AIB, “Deus, Pátria e Família”, estava intrínseco nas diversas manifestações estéticas.

Nesse limbo, a valorizada estética integralista se expressava amplamente por meio dos rituais, ou seja, a prática dos ritos. As paradas de rua e desfiles militares eram características marcantes do movimento, ocorrendo em várias ocasiões e exibindo uma concentração de integralistas que expressavam seus valores e visões de mundo para os demais.⁹² Existiam três feriados integralistas, datas especiais em que as festividades do grupo eram celebradas, e todos os regulamentos dos eventos oficiais eram detalhadamente descritos nos “Protocolos e Rituais” (1935, p. 49-57). Além desses, outras cerimônias, como casamentos, batizados, falecimentos, juramentos e exclusões, também faziam parte da diversidade de ritos aos quais os “Camisas-Verdes” eram submetidos. Conforme mencionado, isso os colocava em uma posição ilusória de tomada de decisões dentro da estrutura partidária (Bertonha, 1992, p. 88). Os feriados de celebração promoviam uma ideia de glorificação do movimento, com marcos dignos de solenidade, criando uma comunhão entre a família do *Sigma*, unidos e legitimando conjuntamente tais circunstâncias.

⁹² Segundo os “Protocolos e Rituais” (1935, p. 38), a participação dos integralistas nas concentrações era obrigatória quando solicitada, e caso o militante faltasse sem justificativa válida, seria penalizado e teria o registro em sua ficha.



Por todas essas razões, nada é mais emblemático da sensação de pertencimento do que participar das cerimônias e celebrações significativas da AIB. Esses eventos colocavam os militantes como agentes e vetores da ideia exaltada, criando um sentimento de fazer parte da comemoração e dos êxitos do grupo, mesmo que fosse a única participação possível aos membros do baixo escalão hierárquico. Dessa forma, ocorria uma utilização simbólica desses indivíduos no interior do movimento, evidenciando como a agência individual na tomada de decisões era extremamente limitada ao topo da hierarquia vertical da organização. A grande maioria estava presente nesses rituais, mas apenas reproduzia o que era esperado, sendo integrada no organismo apenas por apoiar e agregar forças. Era oferecido à coletividade rituais que marcavam a sua presença ao movimento, ao mesmo tempo em que eram disciplinadas, submetidas aos costumes e socializadas com a ideologia política, compartilhando a cultura política fomentada.

Ademais, outras ordenações, como a organização das sedes, apresentação dos papéis timbrados e correspondências, regulamentações de viagens, protocolos das sessões e reuniões acrescentavam ainda mais o tom organizacional e estrutural valorizado do movimento. Até mesmo “Regras de Conduta” estavam previstas nos “Protocolos e Rituais” (1935, p. 68), indicando como o militante deveria se comportar e reproduzir valores que refletiam a grande missão histórica a ser cumprida. Ser um “Camisa-Verde” exigia ter consciência de suas obrigações (Protocolos e Rituais, p. 72). Sujeitos a penalidades e até mesmo exclusão, práticas que se afastassem do estipulado não eram toleradas, destacando como a conformidade aos padrões era inerente à condição de integralista. Em prol do bem do Brasil, sujeito a sacrifícios, os integralistas deveriam desempenhar com altivez e dignidade os deveres do *Sigma*, incluindo a obediência sem questionar ou comentar ordens superiores.

Diante do exposto, como já evidenciado anteriormente, AIB estava sujeita a um processo constante e massivo de ritualização (Cavalari, 1999, p. 163). Uma análise mais detalhada permite refletir que todas as manifestações constituíam um ritual a ser seguido; tudo era uma forma de participação política alternativa e ilusória (Bertonha, 1992, p. 88), seja na reprodução das minúcias, como na atuação nas cerimônias e festas. A padronização e o controle de tais manifestações promoviam um sentimento de ordem e direção, moldando todos em práticas comuns, indicando nas pequenas coisas a ideia de procedimento padrão, de caminho correto a ser seguido. Através desse intenso controle, buscava-se fomentar a organização desejada e criar um sentimento de participação no movimento, uma vez que aderir às normas da AIB configurava-se como uma forma de



fazer parte do grupo, mesmo que essa atividade representasse uma ação fictícia de atuação política.

Portanto, a estrutura simbólica e a organização dos ritos desempenharam um papel central no que se refere à identidade integralista. O verdadeiro alcance da “Revolução Espiritual Integral” por parte dos militantes se dava por meio da implementação de uma ordem estética que promovia emoções e engajamento com o projeto integralista, ao mesmo tempo que os controlavam de acordo com os moldes desejados pelos líderes do movimento. Ao conceder pequenas parcelas de atuação, a reunião desses fascistas produzia e cultivava uma energia capaz de estimular e alimentar o espírito dos militantes, despertando sentimentos de pertencimento e crença na doutrina integralista, proporcionando a unidade e a força interna necessárias para a manutenção e reprodução da AIB.

Força externa

No que diz respeito à manipulação das expressões estéticas como uma força externa, a AIB foi o primeiro movimento político brasileiro a “utilizar extensivamente os modernos instrumentos de propaganda de massas” (Bertonha, 1992, p. 98). Com o objetivo de conquistar a população nacional e difundir a imagem e a doutrina do movimento, as ordenações estéticas passaram a ter um valor propagandístico significativo, externando a importância do partido, no qual todos deveriam se engajar, pois todo brasileiro que verdadeiramente amasse Deus, a pátria e a família era um militante em potencial. Dessa forma, visando conquistar a opinião popular e ampliar os espaços de atuação do ideal integralista, o movimento empreendeu grandes esforços para apelar às sensações de diferentes formas. Recursos como a imprensa, o cinema, o rádio, as *souvenirs*, os livros, os panfletos, bem como os eventos de aglomeração de “Camisas-Verdes”, como desfiles, paradas e congressos, foram amplamente instrumentalizados em prol do paradigma político da AIB.

Sendo assim, alguns recursos que desempenharam a função de força interna também podem ser entendidos como uma forma de força externa do movimento. A própria liderança de Plínio Salgado, na qualidade de “Chefe Nacional”, com seu carisma e habilidades de bom orador, contribuía para que seus discursos transmitissem mensagens sedutoras que estabeleciam uma conexão simbólica e afetiva entre o grande líder do movimento e sua coletividade ávida por salvar o país do colapso e trilhar um caminho em direção a um futuro próspero. Essa manipulação do imaginário também operava como



uma força interna e externa da AIB, já que o alardeamento dos perigos iminentes, como aqueles oriundos da degeneração social, da crise e do comunismo, atraía novos seguidores para a militância integralista, ao mesmo tempo em que fortaleceram ainda mais aqueles que já estavam dentro do movimento.

As produções bibliográficas, que somavam centenas de livros escritos por diversos autores espalhados pelo país, levavam uma operação intelectual a cada militante. Por meio das páginas dessas obras, nos títulos que despertavam sua indignação com a situação de seu tempo presente, eles vislumbravam um futuro fundamentado nas proposições ali delimitadas. O projeto de um Estado sindical-corporativo, alicerçado no autoritarismo, no nacionalismo e no corporativismo, dimensionado por Miguel Reale em seus escritos (Pacheco, 2021, p. 12), por exemplo, ia de encontro com a tendência corporativista na América Latina, que buscava uma alternativa à democracia liberal (Pinto, 2021).

Essas produções, juntamente com a imprensa, desempenhavam um papel crucial na identificação e na demonização dos inimigos da AIB e do povo brasileiro. Em um mundo marcado pelos efeitos da Revolução Russa de 1917 e pela Crise de 1929 causada pelo liberalismo e pelo capitalismo financeiro, a estratégia de “demonizar” esses “outros” se tornou uma forma propagandística eficaz para atrair novos públicos e potenciais militantes. Diante desse contexto global, o integralismo empregou todos os esforços para apontar os adversários da nação, ampliando assim as oportunidades de identificação entre aqueles que se reconheciam por seus inimigos em comum.

De maneira similar, as tendências fascistas em destaque ao redor do mundo, representadas por “militantes vestindo camisas coloridas” (Paxton, 2007, p. 23), exerciam tanto uma força interna como atraíam a atenção externa, cooptando novos membros. Um exemplo local de fascismo, com uniformes seguindo os padrões europeus, despertava uma maior atenção para a AIB. A camisa-verde transmitia a ideia de unidade e coesão para os militantes, ao mesmo tempo que exibia essa unicidade para aqueles que os observavam de fora. É importante assinalar que, de acordo com os “Protocolos e Rituais” (1935, p. 12), o uso da camisa-verde só seria obrigatório em concentrações e desfiles, ou quando solicitado por alguma autoridade superior. Aqueles que ocupam cargos no movimento deveriam utilizá-las durante o exercício de suas funções, em reuniões ou solenidades oficiais da AIB. Por isso, nesses momentos de confraternização nas ruas, desfiles, paradas, congressos, uma noção de união e força era proclamada, evidenciando



que aquela coletividade unida e anônima estava em conexão a um só ideal, guiada por um líder.

Os *souvenirs* também foram utilizados como meios auxiliares na propagação do movimento (Gonçalves; Caldeira Neto, 2020, p. 39). Objetos como pratos, xícaras e louças, cigarros, pasta dental e guloseimas que apresentavam as simbologias do movimento foram empregues como uma forma de incorporar expressões integralistas às pequenas coisas do cotidiano, difundindo imagens propagandistas de diversas maneiras. Além disso, materiais radiofônicos e cinematográficos, similarmente, atuaram como propaganda integralista; esses modernos meios de comunicação conquistavam os indivíduos ao serem capazes de se comunicar com eles de uma maneira inovadora.

Por fim, elenca-se a magnitude da imprensa para a AIB, sua maior força externa, como também interna. A leitura dos periódicos e revistas era uma parte essencial do ser integralista. Discorrer sobre a imprensa é, de fato, dissertar sobre a própria história do movimento (Oliveira, 2009, p. 137). O integralismo utilizou de maneira extensiva jornais e revistas como meio de expandir sua ideologia política e atrair novos seguidores. Por ter sido o primeiro movimento de grande adesão popular a ter uma organização nacional no Brasil, foi também o primeiro partido/movimento a utilizar a imprensa de forma sistemática e radical, instrumentalizando-a para fins doutrinários, e não apenas informativos (Oliveira, 2009, p. 14). A tática empreendida se resume à constituição de uma rede de veículos de informações que se diferenciavam em termos de formato e público-alvo, com o objetivo de criar consensos a partir de preceitos da própria ideologia integralista, alcançando a população brasileira e difundindo a ideologia central de forma universal. Assim, havia uma

relação direta entre o crescimento físico da AIB e o seu número de jornais e revistas. Não é ao acaso que uma das primeiras atitudes de cada núcleo regional era a fundação de um jornal, o que permitia o crescimento do número de filiados pela transmissão da ideologia através do veículo de comunicação de massas por excelência no período: a imprensa. A utilização dos jornais e revistas garantia a difusão de uma mensagem a um custo relativamente baixo (Oliveira, 2009, p. 15).

A partir de 1935, a “Sigma-Jornais Reunidos”, um grande conglomerado jornalístico que reunia cento e trinta e oito jornais e quatro revistas em circulação por todo o território nacional (Oliveira, 2009), assumiu a organização a imprensa integralista e estabeleceu um padrão específico para suas publicações. Essa sistematização controlava tanto o conteúdo veiculado como a forma dada a ler (Cavalari, 1999, p. 83). A atuação orientadora da Secretaria Nacional de Imprensa (S.N.I) também tinha como estratégia o



controle para garantir a padronização dos jornais e a unificação nacional pela doutrina. Por tudo isso, a imprensa da AIB se tornou um poderoso meio de disseminação da estética integralista, difundindo amplamente a simbologia, a estrutura e a repercussão dos ritos, ao mesmo tempo em que orientava as emoções a serem experimentadas. Os textos doutrinários, disfarçados como informações, indicavam como o militante deveria interpretar os acontecimentos nacionais e internacionais, moldando suas opiniões pessoais de acordo com a perspectiva do alto comando integralista.

Portanto, verifica-se que a AIB fez o uso extensivo de propagandas ideológicas, empregando a estética integralista para essa finalidade, além de adotar um jornalismo partidário como máquina de propaganda doutrinária, uma vez que a estética integralista permeava as páginas dos escritos. Consciente do potencial das propagandas para manipular consciências e cativar a população brasileira, o integralismo soube aproveitar os modernos instrumentos de propaganda como força externa do movimento, alcançando todo o território brasileiro e recrutando milhares de militantes.

Considerações finais

Por toda a complexidade da superestrutura constituída pela AIB, conclui-se que a cultura política integralista em muito se atentou e tencionou à questão estética, empreendendo-a como uma das ferramentas doutrinárias do movimento. Os “Camisas-Verdes” criaram e reproduziram uma organização que gerou coesão interna em tal grau engendradora que arregimentou novos adeptos. As expressões estéticas, que se comportaram tanto internamente como externamente, possibilitaram participação, agregação e unidade, ao mesmo tempo que desempenhou uma máquina de propaganda para cooptar aqueles que se seduziam pelo discurso fascista e suas práticas.

A luz da estética, a participação e o engajamento dos cidadãos ao projeto integralista se tornaram mais nítidos, já que no tempo presente muitas vezes se indaga o porquê de os cidadãos na década de 1930 terem “caído no conto” do fascismo. O desejo por uma alternativa ao liberalismo e ao comunismo, assim como a demanda por fazer parte da política, ilumina a participação dos militantes no seio do movimento integralista. Tal insatisfação foi ampliada pela estética difundida, que através da sensibilidade e dos impulsos mais internos do corpo, causou indignação e desejo de um renascimento nacional de uma forma que verdadeiramente combatesse as injustiças e as mazelas mundanas segundo suas percepções de mundo.



Essa sensação colonizava o interior dos seres e fortalecia o movimento, mesmo que a forma como os militantes participavam e se inseriram em suas fileiras representasse uma atuação ilusória e fictícia, de subordinação e acatamento da disciplina imposta. Isso tudo contribui para uma imagem de movimento altamente mobilizado, com uma farta participação popular e uma defesa fervorosa do ideal integralista e seu projeto para o Brasil.

É curioso observar que atualmente, com a retomada do integralismo no cenário político, muitas vezes há uma tentativa de dissociar a AIB do fascismo. No entanto, essa perspectiva é contradita pela forma como o movimento se articulou e se estruturou dentro dos contornos fascistas de fazer política, obviamente perante seus próprios moldes.

Assim, a AIB assumiu características próprias do fascismo em nível local, ao apelar para uma mística, projetavam na política um sentido espiritual e estético. O movimento ultrapassou a simples natureza de um partido político, ele possuía a pretensão de ser a família de seus membros, constituiu uma rede de sociabilidades na qual os indivíduos, espalhados por todo o Brasil, se identificavam e se guiavam por um só ideal. Por tudo isso, torna-se evidente como as manifestações estéticas superdimensionaram o potencial de instrumentalização da vida em prol de um paradigma político. Compreender o que foi o integralismo e a AIB implica em assimilar o que a estética representou para o movimento, revelando sua importância e impacto na construção de sua identidade e coesão.

Data de Submissão: 22/06/2023

Data de Aceite: 26/09/2023

Referências

BACKAL, Alicia Gojman. **Camisas, escudos y desfiles militares: Los Dorados y el antisemitismo en México (1934-1940)**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. 2ª Reimpressão. Porto Alegre: Zouk, 2014.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e historiografia. *In*: AZEVEDO, Cecília. *et al.* **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.



BERTONHA, João Fábio. A máquina simbólica do Integralismo: Controle e propaganda política no Brasil dos anos 1930. In: **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 7, p. 87-110, jul/dez 1992.

BRITTO, Felipe Vieira. Estética e fascismo: sobre a formação dos golpes na América Latina. **Ensaios**, Niterói v. 13, p. 46-75, 18 dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.22409/revistaensaivos.v13.48505>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CALDEIRA NETO, Odilon. **Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo**: entre a relativização e o esquecimento. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: Edusc, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

EAGLETON, Terry. **A Ideologia da Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FINCHELSTEIN, Frederico. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina, 2019.

GONÇALVES, Leandro Pereira. **Entre Brasil e Portugal**: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português. 2012. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GRIFFIN, Roger. **Modernism and Fascism**: The Sense of a Beginning under Mussolini and Hitler. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007

GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. London and New York, Routledge: 1991.

HARVEY, John. **Homens de preto**. São Paulo: UNESP, 2004.

HONG, Fan. Blue shirts, nationalists and nationalism: fascism in 1930s China. **The International Journal of the History of Sport**, London, v. 16, n. 3, p. 205-226, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1080/09523369908714106>. Acesso em: 16 ago. 2023.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MOSSE, George L. Fascist Aesthetics and Society: Some Considerations. **Journal of Contemporary History**, London, v. 31, n. 2, p. 245-252, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/261165>. Acesso em: 16 ago. 2023.



MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MUKAROVSKY, Jan. **Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte**. Lisboa: Estampa, 1988.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

PACHECO, Gabriela Santi. **Panorama e o projeto integralista: uma análise da revista intelectual**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

PACHECO, Gabriela Santi; GONÇALVES, Leandro Pereira. Fascismo e Modernismo: a atuação de Plínio Salgado na década de 1920. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 35, n. 1, p. 57–81, 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/cdhis.v35n1.2022.65633>. Acesso em: 16 ago. 2023.

PAXTON, Robert O. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, Stanley. **A History of Fascism, 1914-1945**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1995.

PINTO, António Costa. **A América Latina na Era do Fascismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

PINTO, António Costa. **Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945**. Lisboa: Ed. Estampa, 1994.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e Carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Larissa Frazão. Os Camisas-Verdes: vestidos para o fascismo brasileiro. **Revista Casa D'Italia**, Juiz de Fora, ano 4, n. 31, 2023. Disponível em: <https://casaditaliajf.com.br/revista-casa-ditalia-ano-04-no31-2023/#Texto-5>. Acesso em 15 out. 2023.

STERNHELL, Zeev. Fascism: Reflections on the Fate of Ideas in Twentieth Century History. **Journal of Political Ideologies**, London, v. 5, n. 2, p. 139-162, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1080/713682939>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TANAGINO, Pedro Ivo Dias. **A síntese integral: a teoria do integralismo e a História na obra de Miguel Reale (1932-1939)**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964.

THÉORÊT, Hugues. **The Blue Shirts**: Adrien Arcand and Fascist Anti-semitism in Canada. Ottawa: University of Ottawa Press, 2017.

TOY, Eckard V. Silver Shirts in the Northwest: Politics, Prophecies, and Personalities in the 1930s. **The Pacific Northwest Quarterly**, Washington, v. 80, n. 4, p. 139–146, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40491076>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TRINDADE, Hélió. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 1930. São Paulo: Ed. DIFEL, 1979.

Fontes

MONITOR INTEGRALISTA, Rio de Janeiro, n. 10, maio de 1935.

SALGADO, Plínio. **A Quarta Humanidade**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

SALGADO, Plínio. **Manifesto de outubro de 1932**. Rio de Janeiro: Secretaria Nacional de Propaganda, 1932.

SALGADO, Plínio. **Despertemos a nação**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

SALGADO, Plínio. **Protocolos e Rituais**: regulamento. Niterói: Edição do núcleo municipal de Niterói, 1937.



A TRAJETÓRIA POLÍTICA-ELEITORAL E AS QUERELAS DO PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE (PSA) (1933-1937)

LA TRAYECTORIA POLÍTICO-ELECTORAL Y LAS RENCILLAS DEL PARTIDO SOCIALISTA AMAZÓNICO (PSA) (1933-1937)



DAVI MONTEIRO ABREU⁹³

Resumo

Em 1933, surgiu no estado do Amazonas o Partido Socialista Amazonense (PSA), fruto das tratativas dos interventores ligados ao tenentismo e que almejavam fundar um partido nacional para coordenar os rumos da “revolução de 1930”. Esse partido aglutinou importantes lideranças amazonenses, entre elas: Álvaro Botelho Maia e Leopoldo Tavares da Cunha Mello. O PSA assumiu um importante papel na política amazonense, pois disputou todas as eleições do período, atingindo resultados satisfatórios que lhe renderam grande prestígio. No entanto, sua coordenação não se deu sem atritos, contradições e derrotas. É nesse bojo que este artigo tem por objetivo: abordar a trajetória política-eleitoral e as querelas do Partido Socialista Amazonense (PSA) entre os anos de 1933 a 1937. Para isso recorreremos aos periódicos que circulavam à época, tais quais: Jornal do Comércio, Tribuna Popular, O Socialista, O Jornal e A Tarde.

Palavras-chave: Partido Socialista Amazonense; Álvaro Maia; Era Vargas.

Resumen

En 1933 surgió en el estado de Amazonas el Partido Socialista Amazónico (PSA), resultado de negociaciones de interventores vinculados al tenentismo y que pretendían fundar un partido nacional para coordinar la dirección de la “revolución de 1930”. Este partido reunió a importantes líderes amazónicos, entre ellos: Álvaro Botelho Maia y Leopoldo Tavares da Cunha Mello. El PSA asumió un papel importante en la política amazónica, ya que disputó todas las elecciones del período, logrando resultados satisfactorios que le otorgaron un gran prestigio. Sin embargo, su coordinación no estuvo exenta de fricciones, contradicciones y derrotas. Es en ese contexto que el presente artículo pretende: abordar la trayectoria político-electoral y las querellas del Partido Socialista Amazónico (PSA) entre los años 1933 y 1937. Para eso recurrimos a los periódicos que circulaban en la época, como: Jornal do Comércio, Tribuna Popular, O Socialista, O Jornal y A Tarde.

Keywords: Partido Socialista Amazónico; Álvaro Maia; Era Vargas.

⁹³ Doutorando em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). E-mail: davi.onlyone@gmail.com.



Introdução

Para Serge Berstein (2003, p. 60), “aos olhos do historiador, o partido aparece fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política”. Um partido político é criado para dar uma resposta às angústias ou para propor algo novo à sociedade. No entanto, entre o programa e as ocasiões que mobilizam seu surgimento há uma grande distância, porque “passamos então do domínio do concreto para o do discurso, que comporta uma expressão das idéias e uma linguagem codificadas”. É nesse território, entre o problema e o discurso, que o partido se situa enquanto mediador e tradutor político. Ele media e traduz a linguagem do partido e as aspirações da população. Portanto, para Berstein, “é precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância, fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso” (Berstein, 2003, p. 60- 61).

Neste artigo abordaremos uma agremiação de suma importância para compreensão da história política do Amazonas da década de 1930: o Partido Socialista Amazonense (PSA). Apesar de termo “socialista”, ele não se configurava um partido de matriz ou influência marxista, tampouco marxista-leninista, ao contrário, perceberemos adiante que se tratava de uma agremiação que aglutinou nomes das classes médias e abastadas do estado do Amazonas. Para Vamireh Chacon (1985, p. 124), seus membros definiam ‘socialismo’ de forma ampla e vaga, “o interesse da coletividade sobreposto aos interesses do indivíduo; todo poder emanado da vontade dos cidadãos, encarados, sem distinção de qualquer espécie [...]”. Dulce Pandolfi (1980, p. 364) diz tratar-se de um “socialismo democrático”. E segundo seus próprios aderentes: “Aos que, por má fé ou ignorância, nos acusam de ser ora fascistas, ora comunistas, respondemos que não somos nem uma coisa nem outra” (Chacon, 1985, p. 124).

Ao trazer o PSA para debate, temos como objetivo abordar a trajetória política-eleitoral e as querelas deste partido entre os anos de 1933 e 1937, período que essa agremiação obteve grande prestígio junto ao eleitorado amazonense. Assim, buscamos problematizar as seguintes questões: quais circunstâncias levaram à criação do PSA? Quem eram suas principais lideranças? Qual seu desempenho eleitoral? Qual sua inserção na sociedade? Quais eram seus rivais eleitorais? Quais suas querelas internas e externas? Como se comportou frente às conjunturas políticas do período? Para responder tais problemáticas recorreremos aos periódicos que circulavam à época.

Nesse sentido, para Maria Helena Rolim Capelato (1988),

a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesse e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-la como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais” (Capelato, 1988, p. 21).



Os jornais aqui trabalhados eram periódicos comerciais, noticiosos (Jornal do Comércio, A Tarde, O Jornal) e órgãos de partidos políticos (Tribuna Popular e O Socialista), embora essa divisão não seja tão rígida. Eram jornais de grande ou média tiragem e circulação, retratavam os embates políticos partidários e se envolviam nessas lutas. Uns mais abertamente, como os jornais partidários, outros de forma mais camuflada, mas também com demasiados interesses. Dessa forma, Capelato (1988, p. 21) nos diz que “a análise desse documento exige que o historiador estabeleça um constante diálogo com as múltiplas personagens que atuam na imprensa de uma época”. É como buscaremos encaminhar, na medida do possível, este debate.

Prólogo

O PSA surge numa importante conjuntura política, os primeiros anos após a “revolução de 1930”. Nesse período, teve início no estado do Amazonas um processo de reorganização das frações políticas da classe dominante local. Momento em que Getúlio Dorneles Vargas iniciava o Governo Provisório, a Constituição de 1891 havia sido revogada e, nos estados, os mandantes eram interventores escolhidos por Vargas.

Ângela de Castro Gomes (1980a, p. 26) nos lembra que a Aliança Liberal uniu sob sua bandeira grupos distintos (tenentes e oligarquias dissidentes) e as diferenças entre eles ficaram mais evidentes após a vitória revolucionária, em especial, durante o Governo Provisório.

Nesse sentido, o cenário pós-revolucionário foi de grande prestígio para os tenentes. Com poderoso recurso político, passaram a investir numa ofensiva se organizando em torno do Clube Três de Outubro, fundando ligas revolucionárias, na tentativa de arregimentar suas bases organizacionais. Já as oligarquias dissidentes passam à ofensiva, buscando a constitucionalização do país.

Neste ínterim, a região Norte do país – que, à época, compreendia o Norte e o Nordeste – recebeu atenção especial por parte dos tenentistas, pois, nessa região estava a base de sustentação do Governo Provisório. Dessa forma, Juarez Távora⁹⁴ foi designado

⁹⁴ Juarez Távora participou das movimentações tenentistas desde 1922. Em 1930, compôs a Aliança Liberal, mas com a derrota na eleição, assumiu o comando da revolução no Norte do país. No Governo Provisório, continuou articulando politicamente os rumos do tenentismo, em especial, na região Norte, onde eram mais fortes e apoiavam vigorosamente o governo, defendendo a continuidade do Governo Provisório e a não



em 1930 para dirigir a Delegacia do Norte, criada em 12 de dezembro de 1930, via decreto, cujo objetivo principal era alinhar o Norte à “revolução”. O líder tenentista, por meio da Delegacia do Norte, ganhou poderes para propor demissões, nomeações, transferências e qualquer ato que contribuísse para a solidificação da “revolução” no Norte (Pandolfi, 1980, p. 347).

No final de 1931, a Delegacia do Norte foi extinta, mas conseguiu seu objetivo. No início do mesmo ano, foi formado o Bloco Norte encabeçado pelo interventor de Pernambuco Lima Cavalcânti. O Bloco Norte não tinha caráter institucional, era formado pelos “revolucionários do Norte”, que almejavam defender os interesses da região frente ao poder central; além disso, uma das propostas do Bloco era a oposição à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, pois, segundo seus membros, uma constituinte faria o país retornar ao antigo regime derrubado na “revolução de 1930”.

As oligarquias dissidentes, por sua vez, também reestruturaram suas organizações com objetivo de pressionar o Governo Provisório a convocar a Assembleia Nacional Constituinte. As duas entidades mais importantes foram a Frente Única Gaúcha (1931) e a Frente Única Paulista (1932). Dessa forma, se, por um lado, apostava-se na centralização do poder e na continuação do Governo Provisório, por outro, apostava-se no federalismo, na constitucionalização do país. Essas divergências e rompimentos dentro do Governo Provisório levaram a sua contestação e a uma ampla campanha pela constitucionalização do país, levada às últimas consequências na “revolução constitucionalista” de 1932. Esse movimento, apesar de não ter vencido militarmente, obteve uma expressiva vitória política, pois, a partir do fim das batalhas em São Paulo, passou-se a acelerar o processo de constitucionalização.

Neste bojo, foi decretado o Código Eleitoral (de fevereiro de 1932), que previa eleição para Constituinte Federal a ser realizada em 1933. A partir de então, Juarez Távora e outras lideranças tenentistas iniciaram debates sobre a construção de um partido de nível nacional para a eleição da constituinte.

Em 1932, realizam o Congresso Revolucionário, que depois de debates acalorados, encaminharam as seguintes propostas: a constituição de forma republicana e

convocação da constituinte. Nesse período, Juarez Távora assumiu o comando da Delegacia do Norte, que tinha por objetivo alinhar os estados nortistas dentro do programa revolucionário. Juarez Távora também participou do Bloco Norte que visava contrapor-se às tentativas de constitucionalização do país. Por fim, já convocada a eleição para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), fundou junto aos interventores do norte do país a União Cívica Nacional (UCN), que buscava futuramente se transformar em um partido de nível nacional.



federativa da União soberana, sistema representativo e regime parlamentar nos moldes da tese defendida pelo Clube 3 de Outubro; eleição indireta do presidente da República pelos congressos Federal e Estaduais, sendo voto direto apenas para as Câmaras Municipais; bicameralidade do Poder Legislativo, composto por uma Câmara Política e uma Câmara Sindical, que seria composta de 2/5 de representação proletária, 2/5 de representação patronal e 1/5 de representação profissional liberal. Ao término do congresso, foi aprovada a formação do Partido Socialista Brasileiro, que deveria defender na Assembleia Nacional Constituinte as teses aprovadas nesse congresso (Pandolfi, 1980, p. 364).

Apesar dos debates e aprovação de um partido de nível nacional, o Partido Socialista Brasileiro não conseguiu se impor nacionalmente e os tenentistas tiveram que repensar suas estratégias. A tática adotada foi: cada interventor deveria concentrar todos os esforços na criação de uma organização partidária em nível estadual. Em fevereiro de 1933, os líderes tenentistas realizaram uma reunião na qual foi acertado o “Acordo Revolucionário”, cujo compromisso era lançar bases para um partido nacional que congregasse os partidos já existentes. No dia 18 do mesmo mês, foi lançada uma coligação de diversas correntes revolucionárias que seria o primeiro passo para o partido nacional: União Cívica Nacional (UCN).

Disputas locais

A eleição para a Assembleia Nacional Constituinte foi convocada para maio de 1933. Com a eleição já marcada, as forças políticas no Amazonas começaram a se organizar para o pleito vindouro. Nesse ínterim, surgiram novos partidos⁹⁵, entre eles, os mais importantes foram: o Partido Socialista Amazonense (PSA) e o Partido Trabalhista Amazonense (PTA). À frente destes se apresentavam importantes lideranças. Pelo PSA,

⁹⁵ Alguns partidos que disputavam a cena política amazonense desde os anos 1920 perderam forças frente à nova conjuntura. Entre esses partidos podemos citar: Partido Republicano Amazonense (PRA); União Republicana Amazonense (URA); Partido Republicano Liberal (PRL).



Álvaro Botelho Maia⁹⁶ e Leopoldo Tavares Cunha Mello⁹⁷; e pelo PTA, Luiz Tirelli⁹⁸.

O PSA foi registrado no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas no dia 5 de abril de 1933. O partido contou com o empenho do Capitão-tenente Rogério Coimbra, interventor do Amazonas à época, e de lideranças do núcleo do Clube 3 de Outubro. O partido foi fruto do “Acordo Revolucionário”, acerto entre lideranças do Governo Provisório, partidos e interventores (Costa, 2001, p. 131).

Com o “Acordo Revolucionário” firmado e com ele o compromisso de defender um programa nacional amplo, e de reservar aos partidos medidas que combinassem com a especificidade de cada estado, surgiu a União Cívica Nacional (UCN). A UCN tinha como objetivo coordenar, disciplinar as forças revolucionárias e congregar as correntes estaduais fiéis ao Governo Provisório (Costa, 2001, p. 132).

No Amazonas, antes da eleição para a ANC, surgiu a União Cívica Amazonense (UCA), representante da UCN. Sob ela se filiou o PSA. O ex-interventor amazonense, Álvaro Maia, teve importante papel em sua organização. Para a eleição para a ANC, a UCN conseguiu o apoio da junta estadual da Liga Eleitoral Católica (LEC), tendo se comprometido a defender a pauta católica na Constituinte (Costa, 2001, p. 133). Essa coligação conseguiu eleger, em 1933, três representantes para Constituinte: Leopoldo

⁹⁶ Chegou em Manaus ainda criança, cursou o primário e o secundário do Ginásio Amazonense Dom Pedro II. Bacharelou-se em Direito na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Álvaro Botelho Maia teve uma intensa vida intelectual e política. Foi Interventor Federal, nomeado por Vargas, em fins de 1930; Deputado federal (1933-1935); Governador eleito do Amazonas (1935-1937); Interventor nomeado (1937-1945); Senador (1946-1951); Governador eleito (1951-1954) e; Senador (1967-1969) (Bittencourt, 1969, p. 65-66).

⁹⁷ Leopoldo Tavares da Cunha Mello era natural de Pernambuco, filho do desembargador José Tavares da Cunha Mello e de Maria da Conceição Gusmão Tavares. Nasceu dia 10 de dezembro e morreu dia 18 de janeiro de 1962. Formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, mudou-se para o Amazonas para seguir a carreira de seu pai. Exerceu as funções de juiz municipal (comarcas de Floriano Peixoto, Coari e Tefé - Amazonas). Foi primeiro-suplente de auditor da Justiça Militar (Pará), promotor público do 1º Distrito de Manaus. Em 1912, abriu um escritório na capital amazonense, onde exerceu a advocacia até 1927. Foi também professor de Direito penal militar da Faculdade de Direito de Manaus e diretor do jornal *O Dia*. Politicamente, foi eleito em 1933 para a Constituinte Federal, em 1934 foi eleito deputado federal, sendo em 1935, eleito pela Assembleia Constituinte Estadual para ocupar a vaga de Senador. Com o Advento do Estado Novo, Cunha Mello foi nomeado procurador-geral junto ao Tribunal de Contas da União. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/melo-leopoldo-tavares-da-cunha>. Acesso em: 30 jun. 2023.

⁹⁸ Partidário da Aliança Liberal (1929-1930) participou da Revolução de 1930, em Natal (Rio Grande do Norte), como oficial do 29º Batalhão de Caçadores, comandando a Escola de Aprendizes Marinheiros, por delegação do capitão Juarez Távora. Filiou-se, posteriormente no Pará, ao Clube 3 de Outubro. No ano de 1932 participou como assistente da flotilha do Amazonas na repressão a movimentos de apoio à Revolução Constitucionalista, deflagrada em São Paulo em julho desse mesmo ano. Em 1933 filiou-se ao Partido Trabalhista Amazonense, elegendo-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da Aliança Trabalhista Liberal do Amazonas, integrada também pelo Partido Liberal do Amazonas e pelo Partido Republicano do Amazonas. Elegeu-se, em setembro de 1935, deputado federal pelo Partido Popular do Amazonas (PPA). Exerceu o mandato até novembro de 1937 quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos os órgãos legislativos do país. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tirelli-luis>. Acesso em: 30 jun. 2023.



Tavares da Cunha Mello, Álvaro Botelho Maia e Alfredo Augusto da Mata.

O PTA, por sua vez, foi criado com a preocupação de ligar as lideranças do partido com os trabalhadores, por isso a escolha do termo “trabalhista”, além disto, o termo foi apropriado pela conjuntura política e pela criação do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC). A pauta do partido, portanto, passou a ser construída pelas adversidades encaradas pelos trabalhadores, tentando arregimentá-los como base para a eleição de 1933 (Pio Junior, 2015, p. 52).

Na eleição para a Constituinte Federal de 1933, o PTA coligou com o Partido Liberal do Amazonas (PLA) e com o Partido Republicano do Amazonas (PRA). Fruto desta, nasceu a “Aliança Trabalhista-Liberal do Amazonas” e, assim, constituiu-se a chapa composta por Leopoldo Néri da Fonseca (PRA), Alfredo Augusto Ribeiro Júnior (PLA) e Luiz Tirelli (PTA). Por essa coligação elegeu-se apenas Luiz Tirelli, ficando Ribeiro Júnior na primeira suplência.

Durante os debates da Constituinte Nacional, os deputados constituintes elegeram – de forma indireta – Getúlio Vargas para presidir o país, este, desde 1930 ocupava o cargo provisoriamente. Vargas soube articular sua base de apoio e obteve 175 votos contra 59 de Borges de Medeiros, 4 do General Góis Monteiro e 9 distribuídos entre outros candidatos (Pandolfi, 2017, p. 28).

Ao fim da Assembleia Nacional Constituinte, iniciou o período para eleição da Constituinte Estadual, na qual elegeriam deputados estaduais e federais. Os deputados estaduais, posteriormente, teriam que eleger um governador e dois senadores de forma indireta. Essa eleição levou a uma rearticulação dos partidos, portanto, as coligações foram desfeitas e alguns partidos cindiram-se. Amaury Oliveira Pio Júnior (2016, p. 65) defende que, nas rearticulações políticas de 1934, “incorreram desde aspectos nacionais, como a desarticulação da UCN, passando, em nível regional, pela preparação para a formação da Assembleia Constituinte Estadual, além do aumento da busca de novos filiados”.

O PTA, frente à nova conjuntura, buscou maior alinhamento com o governo Vargas, desfez as alianças com o PLA, com o PRA e passou a receber apoio da União Operária Amazonense.

O Partido Republicano do Amazonas (PRA) sofreu uma cisão que culminou na criação do Partido Radical Republicano do Amazonas (PRRA). A União Cívica Amazonense (UCA) se desarticulou ao fim da Constituinte Federal. O PSA, então, coligou com o PRRA, com o Clube 03 de Outubro e a Liga Eleitoral Católica, formando



a coligação “Pelo Amazonas Redimido” (Pio Junior, 2015, p. 64).

Em 1934, os candidatos disputaram 30 vagas para deputados estaduais e 4 vagas para deputados federais. O resultado das eleições deu uma grande vitória à coligação encabeçada pelo PSA, pois este conseguiu 3 vagas para deputados federais, elegendo: Álvaro Maia, Alfredo da Matta e Leopoldo Tavares da Cunha Mello. A quarta vaga ficou com Augusto Ribeiro Júnior (PRRA) da mesma coligação. Para a Assembleia Estadual Constituinte, a coligação liderada pelo PSA elegeu 24 deputados⁹⁹. O PTA elegeu apenas 4 deputados estaduais.

Segundo Pio Junior (2015, p. 66), “dentre suas primeiras tarefas, as Assembleias Estaduais deveriam promover a escolha de um governador com caráter temporário, até a promulgação da Constituição”. Participaram desse processo: o PSA, PRRA, PTA e PR. Com a abertura da Assembleia Constituinte Estadual, as alianças foram desfeitas.

Por fim, a Assembleia elegeu, no dia 4 de fevereiro de 1935, por 28 dos 30 votos, Álvaro Botelho Maia como Governador Constitucional para o quadriênio 1935-1939 e também deputados federais eleitos pelo PSA, Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo Augusto da Matta, para o mandato de senadores (Costa, 2001, p. 187).

Querelas, dissidência e anticomunismo

Logo após a promulgação da Constituição Estadual de 2 de junho de 1935, uma importante aliança foi selada. O PTA se unificou com uma corrente denominada “Socialistas Radicais” (do PSA) e formaram o Partido Popular Amazonense (PPA). De um lado, o PPA agregava simpatizantes e eleitores dos círculos operários e, por outro, agregava intelectuais, católicos e parte da camada conservadora do Estado.

A junção se deu a partir de um acerto entre suas principais lideranças, Álvaro Maia e Luiz Tirelli. Segundo Pio Junior (2015, p. 68), “a Assembleia Constituinte [...] ao longo

⁹⁹ Eleitos pelo PSA em coligação com PRRA, sob a legenda “Amazonas redimido”: Alfredo de Lima Castro; Antovilla Rodrigues Moura Vieira; Ariolino Aguiar Azevedo; Armando Madeira; Benjamin Constant da Costa Ferreira; Carlos Augusto Machado; Felix Valois Coelho; Gentil da Costa Ferreira; João de Paula Gonçalves; João Nogueira da Matta; Júlio César de Lima; Leopoldo Amorim da Silva Neves; Philadelpho Floriano de Moraes; Ruy Barreto; Tito de Lemos Bittencourt. Eleitos apenas pelas legendas “Amazonas Redimido” e “Tudo pelo Amazonas”: Ary Tapajós Cahn; Cosme Ferreira Filho; João Baptista Verçosa; José Nunes de Lima; Manoel Monteiro da Silva; Manoel Severiano Nunes; Maria Miranda Leão; Moacyr de Gouveia Dantas Cavalcante. Eleito pelas legendas “Amazonas Redimido” e “Amazonas”: Annanias Celestino de Almeida. Eleitos pelo PTA: Antonio de Vasconcellos; Felismino Francisco Soares; Vivaldo Palma Lima. Eleito pelo PTA e pelo PLA, sob a legenda “Tudo pelo Amazonas”: Raymundo Chaves Ribeiro. Eleito pelo PRA: Aristides Rocha. Eleito pelo PRA, sob a legenda “Tudo pelo Amazonas”: Leopoldo Carpinteiro Peres.



de suas atividades, tornou-se um espaço no qual percebemos a proximidade entre estes líderes, assim como o próprio afastamento de Maia, do grupo interno do PSA, formado por Leopoldo Tavares Cunha Melo”.

Essa união gerou certo estranhamento por parte do eleitorado, assim como, membros do PSA se sentiram traídos com a saída de uma figura do porte de Álvaro Maia e, junto dele, uma importante corrente política. Isso gerou uma longa disputa entre o PSA e o novo partido. Tal conflito teve como resultado a acusação de “comunista” dirigida à Álvaro Maia e o pedido de nulidade da chapa do PPA ao Supremo Tribunal Eleitoral (como veremos no próximo item).

Entre as lideranças do PTA, a fusão partidária não ocorreu sem problemas. Verificamos que após a junção, alguns de seus fundadores se retiraram para fundar o núcleo da Aliança Nacional Libertadora (ANL)¹⁰⁰ no Amazonas. Entre as lideranças do PSA, ao que tudo indica, a saída de Álvaro Maia se deu por divergências e disputas de poder entre ele e o senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello. Por meio das fontes, é possível observar que as divergências entre os dois teve seu ponto culminante quando o governador retirou do posto de prefeito de Manaus o aliado do senador Cunha Mello, o senhor Lima Castro. Nesse mesmo período, o governador retirou da presidência da Assembleia Legislativa do Amazonas um aliado do deputado Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, o deputado Júlio Lima (Tribuna Popular¹⁰¹, Manaus, 8 jul. 1935).

Em julho de 1935, com o Partido Popular Amazonense em pleno funcionamento

¹⁰⁰ A Aliança Nacional Libertadora (ANL) surgiu no cenário político como antagonista intransigente da Ação Integralista Brasileira (AIB). Ela foi uma organização articulada a partir de adesões de pessoas de variadas vertentes ideológicas e classes sociais. Surgiu em 30 de março de 1935, como fruto da aglutinação de liberais, socialistas, sindicalistas, intelectuais, entre outros. Defendia em seu programa: (1º) governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro; (2º) gozo das mais amplas liberdades populares; (3º) suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas; (4º) nacionalização imediata de todas as empresas imperialista; (5º) proteção dos pequenos e médios empresários e lavradores, com a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais que as cultivam. Cf. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intencional”**: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no Estado do Amazonas (1935-1937). 2019. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

¹⁰¹ O periódico Tribuna Popular foi criado ano de 1933 com objetivo de propagar as ideias do Partido Trabalhista Amazonense (PTA), mas, em 1935, quando o PTA se fundiu com a corrente Radical Socialista do Partido Socialista Amazonense (PSA), dando origem ao Partido Popular Amazonense (PPA), o periódico passou a propagar os ideais deste. O Tribuna Popular tinha uma tiragem semanal e intitulava-se “órgão de divulgação do Partido trabalhista Amazonense” e, logo depois, passou a se denominar “órgão de divulgação do Partido Popular Amazonense”. Os editores do jornal foram: o deputado estadual Vivaldo de Palma Lima (redator-chefe), o deputado estadual Antônio de Vasconcellos (diretor político) e o vereador de Manaus Oscar Costa Rayol (redator-secretário). Cf. PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015.



e com a ANL fundada, chegou à cidade de Manaus uma caravana da direção nacional da ANL, no dia 16 de julho de 1935, cinco dias depois de o governo federal ter baixado o decreto 229, que fechava por seis meses as sedes dessa entidade. A caravana havia sido proibida de desembarcar em Belém, tendo seguido assim, para Manaus e aqui foi recebida pelo chefe de polícia, Ricardo Amorim.

Os membros da caravana se comprometeram em não realizar os comícios que estavam marcados, mas realizaram duas reuniões na sede do Centro Proletário Amazonense (CPA). O mais interessante dessa passagem da caravana da ANL, além das reuniões e adesões que ela obteve, foi a repercussão negativa e a rusga que gerou no governo estadual. Os aliancistas chegaram a Manaus sem qualquer recurso financeiro, sem mesmo a passagem para regressar ao Rio de Janeiro. O chefe de polícia, então, concedeu aos caravaneiros as passagens de regresso (Jornal do Commercio¹⁰², Manaus, 23 jul. 1935). A princípio, a atitude do chefe de polícia visava apenas manter a ordem, no entanto, tornou-se um argumento precioso para aqueles que queriam atacar a popularidade do governador.

Neste bojo, no final do mês de julho, foi recorrente ler na Tribuna Popular defesas ao governador. As defesas foram necessárias, pois no Rio de Janeiro, o senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello estava acusando-o de “comunista”. Segundo Motta:

A prática de macular a imagem de adversários, atribuindo-lhes o rótulo de comunista, foi uma das manifestações mais comuns da industrialização do anticomunismo. Ocorrências deste tipo foram recorrentes notadamente nos anos de 1930 [...] Inúmeros homens públicos foram acusados de envolvimento com o Partido Comunista por desafetos que, numa época de caça às ‘bruxas’, pretendiam jogá-los às ‘feras’ (Motta, 2002, p. 163).

A citação a seguir foi publicada pelo jornal A Platéia, no dia 29 de julho de 1935, e reproduzido pelo jornal Tribuna Popular:

Accusado de “extremistas” o governador do Amazonas
Segundo o senador Cunha, o governo amazonense protege o movimento nacional-libertador Rio 27, pelo correio (<A Platéia>) [...]
Damnado da vida, senador Cunha Mello anda agora diffamando o governo do Amazonas pelos jornaes, e ainda hoje o denunciou ápolícia como <extremista>, porque o chefe do Estado amazonense não perseguiu a caravana da A.N.L. que esteve em Manáos.

¹⁰² O Jornal do commercio foi lançado no dia 2 de janeiro de 1904, seu proprietário, fundador e diretor foi o português Joaquim Rocha dos Santos. O foco do jornal era a questão comercial e seu surgimento deu-se para suprir a falta de um jornal na cidade que defendesse os interesses comerciais da região (Ribeiro, 2014, p. 27). Na década de 1930, o diretor e proprietário do jornal era Vicente Reis, o jornal possuía 4 páginas, sua redação e oficinas localizavam-se na avenida Eduardo Ribeiro, nº 92, e era vendido a 200\$ réis. Cf. RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014.



De facto, tres deputados amazonenses¹⁰³, sympathicos ao governador, mostraram-se sympathicos ao movimento nacional-libertador, e o chefe de policia do Estado compareceu ao embarque do commandante Sisson para o Rio. Mas, concluir dahi que o governador Alvaro Maia seja <extremista> parece-nos exagero (Tribuna Popular, Manaus, 12 ago. 1935).¹⁰⁴

É interessante mencionar que a palavra “extremismo”, neste contexto, tem a mesma conotação da palavra “comunismo”. No Dicionário de Política, Silvano Belligni (1986) afirma que o “extremismo” se dá na história política moderna e contemporânea e que incentiva a criação de diversos movimentos sociais e políticos, em especial, em momentos de grande mobilização social e transformações na estrutura das sociedades. O autor também afirma que existem duas formas de Extremismo: um extremismo de esquerda e um extremismo de direita. O Extremismo de direita se concretiza historicamente no “surgir de movimentos e partidos portadores de uma práxis eversiva e violenta, que rejeitam os vínculos formais da transformação do conflito em controvérsia, próprios da tradição parlamentar”. Já o Extremismo de esquerda tem origem nas classes sociais que “jamais foram possuidoras”, ou seja, na classe operária. Para o autor, “a síndrome extremista encontra neste caso a sua máxima expressão política nos movimentos e partidos comunistas” (Belligni, 1986, p. 458).

No mês de julho, quando iniciaram as querelas entre Maia e Cunha Mello, o Chefe de Polícia da capital federal, Felinto Muller, concedeu uma entrevista ao Jornal Correio da Manhã, reproduzida pelo Jornal do Commercio, na qual ele afirmava que:

O communismo, dada a situação da Rússia, apertada entre a Alemanha e o Japão, entendeu desdobrar as suas actividades máximas na Europa e desloca-se agora para a America do Sul, visando ao Brasil. A policia, acompanhando as actividades d'elle, obteve de segura fonte as informações das próprias directivas do comité central do Partido Communistas do Brasil. Numa dessas directivas vem delineado o plano de assalto ao Brasil. Mas não podendo agir livremente, achou prudente, como mascarar para a sua acção, uma doutrina para apparentar. E assim foi organizada a Alliança Libertadora sob a chefia geral do capitão Luiz Carlos Prestes. Nada mais. Com a pelle de cordeiro foi vestido o Partido Communista de modo que pudesse agir livremente. Os fundos são fornecidos do estrangeiro (Jornal do Commercio, Manaus, 14 jul. 1935).

Neste sentido, as ações da ANL eram vistas como um extremismo de esquerda, ou seja, como comunismo, porque para Felinto Muller e para os opositores da ANL, ela era o PCB disfarçado, para que pudesse agir livremente. Assim, é relevante mostrar também que essa associação entre “extremismo” e “comunismo” foi percebida pelos

¹⁰³ Luiz Tirelli, Antônio Vasconcelos e Felisminio Soares.

¹⁰⁴ Neste artigo, optamos por citar a fonte com a escrita original, com as normas gramaticais e ortográficas vigentes à época (incluindo os erros).



defensores de Álvaro Maia. Numa dessas defesas veiculadas na Tribuna Popular, um político que não teve seu nome mencionado afirmou que:

O governador do Amazonas é caboclo. Age, sem dizer por que. No entanto, é fácil saber o que teria levado á liberalidade do pagamento das passagens. Era preferível ao Estado sofrer esse prejuizo relativamente pequeno, a que os caravaneiros se demorassem em Manaos, propagando suas ideias malsãs. Fazendo como fez, o governador glebario evitou que a arvore daminha do comunismo viesse a medrar no ubérrimo solo amazonense (Tribuna Popular, Manaus, 12 ago. 1935).

Em outro texto veiculado no mesmo jornal, o autor, que mais uma vez não assinou, afirmou que:

O leviano político está querendo fazer acreditar lá fora que todos os habitantes do Amazonas, exceptuando os seus afeiçoados, são communistas. O sr. Cunha Mello está fazendo decidida campanha contra os amazonenses e contra o amazonas, subordinando os interesses da collectividade aos seus condemnados propósitos políticos. Não somos communistas, e no Estado não houve nunca a menor manifestação de idéas extremistas (Tribuna Popular, Manaus, 5 ago. 1935).

As referidas acusações e defesas ao governador ganharam as páginas do Tribuna Popular durante o fim do mês de julho e o início do mês de agosto. Em resposta às afirmações do senador, o chefe de polícia Ricardo Amorim escreveu um telegrama ao referido político, este telegrama foi reproduzido no Tribuna Popular. Argumentou o chefe de polícia:

<Manaos, 29 de julho de 1935. – Senador Cunha Mello – Senado – Rio. Caravana A.N.L. dissolveu-se Belem consequência decreto Governo Federal PT Seus membros vieram Manaos por não ter recursos subsistirem Belemvg aproveitando passagens que haviam comprado PT sabedor vinda providenciarei prohibidiquaesquer manifestações agrado ou desagrado vg reuniões comícios públicos pt Respeitaram ordens intransigentemente pt Allegaram não ter recursos voltar Campos Salles pt Verdade ou não seria isso pretexto ficarem aqui por tempo indefinido creando situação intranquilidade pt Nestas condições forneci passagens até Belemvg primeiro porto navegação directavg fazendo-os voltar mesmo vapor vg libertando população suas apprehensõespt Meu acto muito louvado todas pessoas sensatas pt meia dúzia integralistas exaltados e elementos opposição não ficaram satisfeitos vg queriam violências incompatíveis regimemconstitucionalpt Decreto Governo integralmente executado conforme comunicação que fiz Felinto Muller certamente por este transmittido Ministro Justiça pt CONHECEDOR COMO EU NOSSA TERRA SABE QUE ATTITUDES EXTREMISTAS AQUI CARECEM IMPORTANCIA pt (ilegível) comunicação não para merecer seu favor mas para reclamar devida justiça pt Saudações Ricardo Amorim <Chefe de policia> (Tribuna Popular, Manaus, 5 ago. 1935).

Ao reforçar suas acusações, o senador Cunha Mello respondeu ao chefe de polícia por meio de um telegrama publicado no Jornal do Commercio e reproduzido pelo Tribuna Popular, dizendo que:



<Accuso o seu telegramma sobre a minha entrevista relativa ás atividades ahi, da caravana da Alliança Libertadora. Nesse telegramma frisa não pretender favor meu e apenas reclamar a devida justiça. E' inútil a advertencia. Bem sei que na sua actual e poderosa posição não precisa de favores meus. Poderia fazer-lhe justiça si fossem verdadeiras suas informações. Não me deixei levar, como pensa, por meia duzia de exaltados integralistas ou elementos da opposição uns e outros por si considera os insensatos. Sua affirmativa de dissolução da caravana em Belem, antes de chegar á Manaós, é infiel, POIS AINDA AGORA DE VOLTA DE MANAÓS, requereu um <habeas corpus> A Côrte de Appelação do Pará a fim de fazer sua propaganda. Informando o <habeas-corporis o seu collega de Belem refere-se áacção da caravana no Amazonas, TENDO AFFIRMADO QUE, NA DESCIDA DO RIO AMAZONAS, PREGOU IDEAS SUBVERSIVAS. Taes informações estão publicadas nos jornaes daqui. É incrível que a caravana estivesse em Manaos sem recursos, siquer para adquirir passagens de volta. A CARAVANA AHI FEZ PROPAGANDA, INSTALLOU SEDE, ELEGEU PRESIDENTE JULIO VIANNA, RECEBEU ADHESÕES [...] (Tribuna Popular, Manaus, 5 ago. 1935).

Na realidade, a caravana da ANL realizou duas reuniões em Manaus, não realizou um comício no Largo São Sebastião devido ao policiamento ali montado, não elegeu como presidente Júlio Vianna, este já estava eleito desde o início do mês do julho (e, inclusive, já havia renunciado) e também não instalou sede.

Essa querela envolvendo dois dos principais representantes políticos do Amazonas, ao nosso ver, tem ligação com a ruptura do governador com o PSA. Visava diminuir o prestígio de Álvaro Maia frente ao eleitorado, mas também minar o prestígio do governador junto a Getúlio Vargas e, conseqüentemente, render dividendos ao senador. Cunha Mello tentou se utilizar da rentável indústria do anticomunismo, ou seja, tentou manipular e explorar o “perigo vermelho”, de forma que rendesse vantagem para si. Dessa forma, para Sá Motta,

[...] (o) aproveitamento político da indústria do anticomunismo, uma dimensão importante a analisar é a atuação de lideranças políticas que exploravam o tema em busca de notoriedade, popularidade e votos. Sem nenhuma dúvida, havia anticomunistas convictos, indivíduos que realmente acreditavam na existência do perigo e agiam em consonância com esta crença. Podem até ser chamados de tolos ou fanáticos, mas no seu caso não se aplica o adjetivo “manipuladores”. Seu conservadorismo era sincero. Porém, em se tratando do anticomunismo, o oportunismo político foi uma prática bastante corrente (Motta, 2000, p. 2012).

O ataque ao governador do Amazonas rendeu poucos frutos ao senador Cunha Mello, pois este não conseguiu diminuir o eleitorado do seu revés, nem a força do seu novo partido. Dessa forma, as eleições que se seguiram deram ampla vitória ao PPA. O prestígio de Álvaro Maia junto a Getúlio Vargas também não foi abalado, tendo este permanecido à frente do governo até 1937, quando houve a instalação do Estado Novo, tendo sido demitido do cargo, mas logo empossado novamente como interventor, ficando



à frente do governo até 1945, ou seja, durante toda a vigência do Estado novo.

As eleições de agosto, setembro e novembro de 1935

As eleições para vereadores de Manaus e para deputados federais foram marcadas pelas querelas entre Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Álvaro Botelho Maia. Como vimos Cunha Melo em entrevistas dadas a jornais de São Paulo e Rio de Janeiro acusava Maia de “comunista”, enquanto Maia era defendido por correligionários na imprensa amazonense.

O pleito para vereadores de Manaus foi realizado dia 31 de agosto e participaram da disputa o Partido Popular Amazonense com a legenda “Pró-Amazonas, com Álvaro Maia”, o Partido Socialista Amazonense, que formou a Frente Unificada Parlamentar e participou da eleição com a legenda “Pelo Amazonas Redimido”; outras legendas participantes foram “Ordem e Progresso”, “Integralismo”, “Trabalho, ordem e liberdade”, além de avulsos e sem legendas.

A campanha para vereadores iniciou em agosto de 1935 e por meio do periódico Tribuna Popular foi possível observar vários atritos entre os pleiteantes. Entre esses embates houve muitas ironias. Por exemplo, a legenda “Pró-Amazonas, com Álvaro Maia” satirizava a Frente Unificada Parlamentar chamando-a de “Frente Unificada parlamentar”, dizia uma nota: “a Frente UnicaP’ra Lamentar anda mesmo sem sorte. Até a sua chapa para vereadores ficou tão mal organizada que somos forçados a ... lamentar”. A nota continuava criticando os candidatos da Frente Única, qualificando negativamente todos eles (Tribuna Popular, Manaus, 30 de ago. 1935).

Ao final do pleito foram eleitos: Lucano Antony (PPA), Luiz Almir do Valle Correa (PPA), Oscar Costa Rayol (PPA), Augusto Cesar Fernandes (PPA), Cursino Dias da Gama (PPA); Azemar Damasceno Couto (Frente Única Parlamentar), Sergio Rodrigues Pessoa (Frente Única Parlamentar). Os suplentes foram: Lourenço da Silva Braga (PPA), Francisco Rebelo de Souza (PPA); Joaquim Botelho Cabral (Frente Única Parlamentar), Eduardo Pinto de Almeida (Frente Única Parlamentar), Francisco Julião de Aguiar (Frente Única Parlamentar), João Vianna de Araújo e Luiz Gonzaga Palmeira (Frente Única Parlamentar) (Tribuna Popular, Manaus, 16 set. 1935). Observa-se, neste pleito, uma pujante vitória do PPA.

Como os deputados federais eleitos pelo PSA Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo Augusto da Matta foram eleitos indiretamente pela Assembleia Legislativa do Amazonas para o mandato de senadores em 4 de fevereiro de 1935, e Álvaro Maia, eleito



também indiretamente a governador do estado, foi definida uma nova eleição para o dia 7 de setembro de 1935 a fim de eleger novos deputados federais.

Tanto na eleição para vereadores como para deputados federais a Liga Eleitoral Católica (LEC) apoiou os candidatos do PPA. A LEC publicou, inclusive, no Tribuna Popular (Manaus, 03 set. 1935) o seguinte comunicado destinado ao eleitorado católico: “1 – A Junta Estadual incluirá na lista dos candidatos recomendados aos seus eleitores a chapa integral do Partido Popular Amazonense, constituída dos srs. Luiz Tirelli, Antovilla Rodrigues Mourão Vieira e Alexandre Carvalho Leal”.

O apoio da LEC e o voto católico também geraram debates na imprensa amazonense, em especial, acusações contra os candidatos da Frente Única, dizia um dos textos:

A sua chapa federal está composta de catholicos de ultima hora, catholicos por conveniencia. O sr. Leopoldo Peres, então, fez questão renhida de fazer parte da lec, afim de melhor tapear os crentes. Este anno, apesar de haver-se esquecido ha muito tempo, fez uma comunhão [...] (Tribuna Popular, Manaus, 31 ago. 1935).

Em outro texto atacavam o deputado Aristides Rocha: “O sr. Aristides Rocha é, pelo que se vê, o maior e mais fervoroso catholico, porém, só ás vespervas do pleito” (Tribuna Popular, Manaus, 2 set. 1935). Observa-se, nesse ínterim, a importância do voto católico, além de demonstrar que as eleições foram demasiadas disputadas nas urnas e na imprensa.

Saíram vencedores do pleito do dia 7 de setembro de 1935: Luiz Tirelli (PPA), Aluysio Araújo (PSA) e Alexandre Carvalho Leal (PPA). Para Pio Junior (2015, p. 82), “evidencia-se, por estes números, que o estabelecimento do Partido Popular Amazonense dera resultados expressivos a seu grupo e que as divergências teriam sido, neste período de instalação, controladas”. Após a eleição, dois candidatos derrotados da Frente Única Parlamentar (Leopoldo Péres e Júlio Lima) impetraram um processo no Supremo Tribunal Eleitoral pedindo a nulidade da chapa do PPA, sob a alegação que esta chapa burlou o Código Eleitoral, colocando três nomes na lista e na cédula de votação e não apenas um como pedia o referido Código. Em meados de 1936, no entanto, o Supremo Tribunal Federal negou o pedido, confirmando a posse e a diplomação dos candidatos Luiz Tirelli e Carvalho Leal do PPA (Tribuna Popular, Manaus, 13 jan./3 fev. 1936).

Após as eleições para vereadores e deputados federais, permanecia o impasse sobre a eleição das representações dos trabalhadores. Na Assembleia Estadual Constituinte, não houve debate sobre o tema e o desenrolar dessa questão se deu por todo



o ano de 1935, levando o desembargador Arthur Virgílio, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, a enviar o seguinte telegrama ao Superior Tribunal Eleitoral:

O Boletim Eleitoral número 77, de 11 de julho de 1935, publicou instruções para as eleições das representações profissionais nas Assembleias Estaduais, aprovadas por esse Egregio Tribunal, o qual só chegou aqui em princípio deste mês, tendo iniciado ontem a publicação no Diário Oficial do Estado. A Constituição Estadual, promulgada dia 2 de junho deste ano, não estabeleceu, nem determinou classes a serem representadas [...] pede os Doutos suplementos ao Tribunal Superior, visto tratar-se caso omissis nas ditas instruções (Tribuna Popular, Manaus, 19 ago. 1935).

Em resposta, o Tribunal Superior Eleitoral afirmou que o Tribunal Regional Eleitoral não tinha competência para fixar uma data para a eleição de representantes profissionais, visto que não havia lei aprovada pela Constituição Estadual que tratasse do tema (Tribuna Popular, Manaus, 19 ago. 1935). Observamos que a solução do impasse se deu entre os dias 18 e 25 de novembro de 1935, quando a Tribuna Popular noticiou a eleição de seis representantes classistas à Assembleia Estadual do Amazonas.

As classes que foram representadas na Assembleia Legislativa foram: indústria, comércio, transporte, funcionários públicos e profissões liberais. Pelo grupo dos industriais, foi eleito Francisco Caetano de Andrade, tendo como suplente José Alves Lima. Pelos grupos dos comerciantes e transporte, foram eleitos Alphen Thaumaturgo de Barros e Arthur Ramos Pinto, como suplentes foram eleitos João Soares Pereira e Genuino Baptista de Lyra. Pelo funcionalismo público, foi eleito Gersino Braga, tendo como suplente Antonio Lopes Barroso. Para a representação dos profissionais liberais, foi eleito José Carlos Nobre da Silva. Entre os eleitos, 4 eram do PPA, a saber, Gersino Braga, José Carlos Nobre da Silva, Alphen Thaumaturgo de Barros e Francisco Caetano de Andrade (Tribuna Popular, Manaus, 18 nov./ 25 nov. 1935).

Essas disputas eleitorais apontam para o poder político-eleitoral que o partido de Álvaro Maia e Luís Tirelli possuía. Em três eleições em que o PPA participou, venceu todas. Isso demonstra que Álvaro Maia conseguiu a maioria na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal de Manaus; contava, ainda, com dois deputados federais e um senador. Talvez, o PPA tivesse neste momento conseguido ser o mediador e tradutor dos anseios da população, como disse Berstein, dando as respostas às quais a sociedade almejava.

Por fim, após tantas mobilizações eleitorais, em novembro de 1935, estourou a chamada “Intentona comunista”, e em resposta aos levantes o governo federal decretou



em todo território nacional o Estado de Sítio¹⁰⁵. Esta foi apenas a primeira medida do governo federal visando a interrupção das atividades subversivas e também foi o início de um período de quase dois anos em que o país ficou com os seus direitos constitucionais suspensos.

O Estado de Sítio foi posto em vigor pelo decreto n. 657 de 26 de novembro de 1935. Este tinha prazo de 30 dias, ou seja, duraria até 26 de dezembro de 1935. No entanto, este prazo foi prorrogado por mais 90 dias, através do decreto n. 532, de 24 de dezembro, que somado à emenda n. 1 da Constituição, possibilitava ao Presidente da República declarar o Estado de Guerra. Assim, acabando o prazo do Estado de Sítio, no dia 21 de março de 1936, por meio do Decreto n. 702, Getúlio Vargas decreta o Estado de Guerra. Este se arrastou até o dia 18 de julho de 1937, sendo retomado em outubro de 1937.

Outras querelas e reunificação

As querelas envolvendo o governador do estado Álvaro Botelho Maia e o senador da república Leopoldo Tavares da Cunha Mello cessaram em meados de 1936, quando ocorreu no Amazonas uma nova aliança política que mais uma vez demonstrou a complexidade do jogo político na década de 1930. Os aliados de outrora, rivais até então, mais uma vez se reaproximam e passam a articular a política amazonense juntos. Luiz Tirelli se afastou do governador e o PPA, fundado em 1935, desmembrou-se.

A primeira notícia sobre a nova configuração política no Amazonas foi dada pelo deputado federal Alfredo Augusto Ribeiro Junior que, em uma entrevista ao Correio do Norte (entrevista essa reproduzida pelo O Jornal¹⁰⁶), falou:

Segundo está, amplamente, vulgarizado, ter-se-ia assignado em Manáos, uma acta de “acordo político para estabelecer um ambiente de pacificação, etc, etc, etc. [...]

¹⁰⁵ “Com a expressão “Estado de sítio” se quer geralmente indicar um regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública, criado por determinação da autoridade estatal ao atribuir poderes extraordinários às autoridades públicas e ao estabelecer as adequadas restrições à liberdade dos cidadãos. BALDI, Carlo. Estado de Sítio. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986. p. 413.

¹⁰⁶ O *Jornal* era de propriedade do senhor Henrique Acher Pinto. Foi lançado em outubro de 1930 e se autodenominava “vespertino independente, de propriedade, direção, responsabilidade e gerência de H. Acher Pinto”, era vendido a 200\$ réis e sua redação, gerência e oficina localizava-se na avenida Eduardo Ribeiro, número 556. É interessante mencionar que o Aristophano Antony, proprietário do *A Tarde*, foi secretário d’O Jornal antes de fundar seu próprio periódico. No aniversário de seis anos foi publicado um texto o qual afirmava “com o nosso programa de jornal independente, sem tergiversações ou tibiezas, temos sido, na vanguarda do jornalismo regional, a sentinella avançada na defeza dos interesses amazonenses [...]” (O jornal, Manaus, 30 out. 1936). Em seu conteúdo são perceptíveis a denúncia aos jogos de azar e a associação à ala conservadora da sociedade.



Preposto instruído e disciplinado por S. Excia., seguiu para Manáos o deputado Aluysio de Araujo, a quem – como é sabido na camara dos Deputados – o bravo senador (Leopoldo Tavares Cunha Mello) “deu posse, como seu deputado”. O sr. Aluysio de Araujo, em breve tempo, dava ao seu chefe e senhor o resultado dos “seus” entendimentos com o sr. Alvaro Maia. Claro que todos esses devotados preparadores do “ambiente de pacificação no Estado” suppunham que eu ignorasse as suas iniciativas, os seus arranjozinhos e as suas deliberações (O Jornal, Manaus, 15 maio 1936).

Após o acordo firmado, o deputado afirmou ter sido convidado para participar do diretório de um “partido pacifista e tranquilizador”, tendo este se recusado e enviado para o seu correligionário, deputado estadual Philadelpho de Moraes, um despacho com a seguinte mensagem:

Peço declarar Aluysio inconsiderar proposta conciliação vista clausula suas preparadas segredo polichinelo collidirem minha dignidade pessoal política jamais deixei disposição quem quer que seja mostre estes amigos lembranças affectuoso abraço (O Jornal, Manaus, 15 maio 1936).

O segundo a abordar esse acordo com certa indignação foi o deputado federal Luiz Tirelli:

A sessão de hontem, no Palacio Tiradentes, foi das mais movimentadas dos últimos tempos. Chegou haver tumulto. Na primeira parte da ordem do dia ventilou-se entre os representantes amazonenses, a questão do accordo político recentemente processado em Manáos. Os sr. Luiz Tirelli, subindo á Tribuna, atacou, com vehemencia, o referido accordo, que foi defendido pelo sr. Carvalho Leal. O sr. Ribeiro Junior aparteia com insistência. Em dado momento, este deputado, voltando-se para o sr. Carvalho Leal, declarou não ter o mesmo physico para ele [...] (O Jornal, Manaus, 23 maio 1936).

O acordo firmado não era interessante para Luiz Tirelli, que perderia força política no estado do Amazonas, assim como no Rio de Janeiro, deixando de ser assim o homem responsável na relação entre Getúlio Vargas e Álvaro Maia. Outra perda para o deputado federal ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado, pois um importante aliado, o deputado Vivaldo Lima, rompeu com Tirelli e passou a seguir Álvaro Maia.

Com a nova configuração política do Amazonas e o fim do PPA, o PTA se reorganizou, em agosto de 1936, visando o biênio 1936-1938. O partido voltou a se chamar Partido Trabalhista Amazonense (PTA) e não mais Partido Popular Amazonense (PPA), seu diretório passou a ser composto por: deputado federal Luiz Tirelli (presidente); deputado estadual Felismino Soares (vice-presidente); deputado estadual Antônio Vasconcellos (secretário); deputado estadual Caetano de Andrade (secretário); deputado estadual Alphen Thaumaturgo de Barros (tesoureiro). Os membros e Comissão Executiva: deputado estadual Ary Tapajós Chan, Carlos Nobre, Rosa Ramalho, João Soares, Vivaldo Tosta, Cincinato de Araújo, J. da Matta e Silva e José Alves de Lima (O Jornal, Manaus, 4 ago. 1936).



Ainda na referida reunião, foram votadas e aprovadas duas moções: uma moção de apoio e solidariedade a Getúlio Vargas e uma moção de aplausos ao deputado Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, pela atitude assumida em defesa de Luiz Tirelli na Câmara Federal, e pela defesa do Amazonas na capital federal (O Jornal, Manaus, 4 ago. 1936).

O PSA, nesse contexto, obteve o retorno da corrente Radical Socialista em suas fileiras e reorganizou sua diretoria. Não conseguimos captar o exato dia em que este se reformulou, mas, por meio do seu órgão oficial, O Socialista¹⁰⁷, vemos que seu diretório ficou assim composto: governador Álvaro Maia (presidente); senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello (vice-presidente); deputado estadual João Nogueira da Matta (secretário); deputado estadual Manoel Severiano Nunes (secretário); deputado federal Aluysio de Araujo (secretário); deputado estadual Aristides Rocha (secretário); deputado federal Alexandre Carvalho Leal (secretário). Os suplentes: prefeito de Manaus, Antonio Botelho Maia; deputado estadual Armando Madeira; deputado estadual Ananias Celestino de Almeida; Pedro Severiano Nunes; Ernesto Pinto; Gercino José Tavares de Mello e deputado estadual João Baptista Verçosa (*O Socialista*, Manaus, 10 nov. 1936).

O PSA em ação

Nesse período de rearranjos políticos, um dia após a reorganização do PTA, aconteceu um fato curioso: o deputado estadual Vivaldo Lima, sob alegação de tratar de assuntos particulares e conseguindo a assinatura de 2/3 dos deputados, solicitou uma sessão secreta na Assembleia Legislativa do Amazonas, sendo concedida pelo então presidente, deputado Armando Madeira. Com isso, todos os funcionários da Assembleia Legislativa (taquigráficos) e a imprensa foram retirados do recinto e, por isso, nenhum jornal divulgou o conteúdo debatido na reunião secreta (O Jornal, Manaus, 5 ago. 1936).

O motivo da reunião foi revelado apenas no dia 11 de outubro quando O Jornal publicou um documento escrito pelo governador Álvaro Maia dando detalhes de uma viagem de dois meses à capital federal para resolver questões do interesse do estado do Amazonas. O interessante deste texto é que demonstra na prática como passou a funcionar a nova configuração política do Amazonas e quais os membros do PSA passaram a ter

¹⁰⁷ O Socialista era o órgão do PSA, foi fundado em 27 de outubro de 1935 e tinha como diretor Gercino José Tavares de Mello, primo do senador Cunha Mello. Seu redator e secretário era o vereador Azemar Damasceno do Couto. Sua redação e oficina ficava na rua Barroso, n. 133. Dentre os periódicos aqui elencados, *O Socialista* é o jornal que menos temos informações. Em nosso rol de fontes consta apenas duas edições, no entanto, sabemos que em 1936, no segundo ano de existência, ele possuiu 85 edições.



mais destaque junto ao governador e ao presidente Getúlio Vargas.

O texto iniciava assim:

Volvidos dois meses, venho desobrigar-me perante o povo amazonense, por intermédio de V. Excia., que lhe norteou a administração nesse interregno, dos compromissos assumidos a 27 de julho, na exposição lida neste mesmo local, no momento em que me afastava do governo, em viagem para o Rio de Janeiro, a objecto de serviço publico, de accordo com o artigo 1º da Lei n. 14, de junho, em combinação com Lei n. 9, de 31 de dezembro de 1935, da Assembleia Legislativa.

Demonstrava, nos itens II, III, IV, V, VI, os motivos principaes dessa viagem, venho responder-os um a um, ou seja, além de outros, os assumptos referentes a indemnização da União ao Estado pela incorporação do Acre ao Território Nacional, as preliminares da questão de limites com o Estado do Pará, a dívida do Estado para com o Banco do Brasil e questões de educação e saude publicas (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936).

Na ausência do governador do estado, o deputado estadual padre Manuel Monteiro da Silva assumiu suas responsabilidades. A reunião secreta foi realizada na assembleia legislativa com objetivo de aprovar um recurso para manter o governador na capital federal, para que tratasse dos assuntos mencionados – 100:000\$000 (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936).

A primeira pauta que o governador tratou no Rio de Janeiro foi a questão da incorporação do Acre ao território nacional, cabendo para essa anexação, uma indenização aos cofres do estado. Ao chegar à capital federal, com autorização do presidente Getúlio Vargas, o governador do Amazonas procurou o ministro da fazenda Arthur Costa. Este, por sua vez, encaminhou-lhe para o Ministério da Justiça, comandado por Vicente Rao, pois era nesse ministério que o governador poderia iniciar o processo.

Assim, o governador procurou um senador que pudesse representar o Amazonas. Leopoldo Tavares da Cunha Mello não poderia ser o representante, já que seu voto no senado seria necessário em hora oportuna. O designado foi o senador Antônio Garcia de Medeiros Netto, enquanto, pela União, o Ministro da Justiça designou Raul Fernandes. Entre os dois representantes, foi escolhido um terceiro, Affonso Pena Junior, para desempatar as deliberações em caso de discordâncias.

No dia primeiro de setembro, foi lavrada a ata com os termos da conferência e com os nomes que iriam participar dos debates. O item 3 da ata chama atenção, pois fixa em um ano a conclusão da decisão arbitral, demonstrando interesse que se resolvesse brevemente a questão. Outro ponto que chama atenção são os assinantes do documento. Além do governador Álvaro Maia e do ministro Vicente Rao, subscreveram alguns nomes do PSA, tais quais: Leopoldo Tavares da Cunha Mello, Alfredo Augusto da Matta, A. Carvalho Leal, Aloysio de Araújo, Maria Miranda Leão, além do deputado Aristides



Rocha, antes do PRA e que neste momento se uniu ao clã do governador (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936).

Cada um dos políticos mencionados teve uma incumbência durante a viagem. O senador Cunha Mello, por exemplo, auxiliou Álvaro Maia no processo da indenização para o Amazonas. O governador, junto com Deoclydes Carvalho Leal, diretor do serviço de saúde pública do estado, visitou o Instituto Manguinhos e, conversando com o professor Carlos Fontes, diretor do instituto, articularam serviços de coletas de material no Amazonas para o estudo de doenças tropicais. Maria Miranda Leão representou o Amazonas no Congresso Feminino. Discursando na abertura do congresso, a deputada falou sobre “o programma constructor da mulher amazonense”. O deputado Carvalho Leal apresentou um projeto na Câmara Federal para a instalação de redes radiográficas nos municípios de Carauari, Moura, Barcelos, Canutama, Silves, Urucurituba e Barreirinha (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936).

Evidencia-se, neste ínterim, que a nova organização política no Amazonas colocaria novamente os deputados e senadores do PSA como grandes articuladores da política amazonense, tendo a maior bancada na Assembleia Legislativa do estado, além de dois deputados federais, Aloysio de Araújo e Alexandre Carvalho Leal, e dois senadores, Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Alfredo da Matta, além do governador do estado.

No sentido contrário, percebemos o enfraquecimento significativo do PTA, que perdeu adesão importante na Assembleia Legislativa, deixando de ser maioria (quando era PPA) e se tornando minoria na casa. O deputado Luiz Tirelli ficou isolado na Câmara Federal, costurando, neste período, um acordo com o deputado Alfredo Augusto Ribeiro Júnior, que também estava isolado, pois não aceitou compor o acordo de pacificação no estado (O Jornal, Manaus, 11 out. 1936). Fruto do acordo entre Tirelli e Ribeiro Junior, evidenciou-se com mais clareza, em 1937, quando o PTA e PRRA declararam apoio à candidatura de Armando de Salles à Presidência da República.

O PSA frente à eleição de 1938

Em meados de 1937, iniciou-se a campanha eleitoral visando à Presidência da República. O mandato de Getúlio Vargas estava terminando e a eleição estava marcada para 3 de janeiro de 1938. Candidataram-se ao cargo: José Américo de Almeida (candidato da situação); Armando de Salles Oliveira (da oposição); e Plínio Salgado (líder da Ação Integralista Brasileira).



É importante mencionar que neste momento, após longo período de Estado de Guerra, o país voltou à “normalidade” democrática, no dia 18 de julho de 1937. Em 3 de junho de 1937, José Carlos de Macedo Soares assumiu o posto de Ministro da Justiça. Este, preocupado com o decorrer da disputa eleitoral, adotou medidas acreditando que pacificaria o ambiente político e ajudaria no clima harmônico da campanha. Por isso, passou a visitar os prisioneiros, presos devido aos levantes de novembro de 1935 e logo após ordenou a soltura de 308 presos sem culpa formada que estavam detidos na Capital Federal, assim como, transmitiu a mesma ordem aos estados (Dulles, 1979, p. 110).

No Amazonas, as três candidaturas tiveram adesão. Os integralistas realizaram uma eleição interna para decidir quem seria o candidato do Sigma, fizeram campanha de alistamento eleitoral, mas sofreram baixas importantes durante os meses de junho e julho de 1937. No entanto, ainda em julho retornou ao Amazonas uma importante liderança, o professor Jayme Pereira.

O candidato da oposição, Armando de Salles, foi apoiado pelo PTA e pelo PRRA, os quais no dia 04 de junho de 1937, publicaram o seguinte documento:

Manifesto

[...] os Partidos Trabalhista Amazonense e Radical Republicano como partes integrantes do povo brasileiro, de trabalhar pelo progresso e engrandecimento da nossa nacionalidade, procuram selecionar, dentre os mais dignos, aquele dos nossos conterrâneos, que, por suas qualidades Moraes, por seus predicados de estadista, estivesse na altura, dentro dos anseios e da oportunidade nacionais de desempenhar o mais alto posto na administração da nossa Pátria. Auscultando a verdadeira opinião popular, numa demonstração eficiente e cabal de máximo respeito às suas tradicionais diretrizes, resolverem os Partidos Trabalhista Amazonense e Radical Republicano Amazonense sufragar nas urnas, no 3 de janeiro de 1938, para ocupar o elevado cargo de Presidente da República, o nome do insigne brasileiro, Dr. Armando de Salles Oliveira [...] (A Tarde, Manaus, 04 jun. 1937).

Para defender o programa dessa candidatura, organizar e propagandear seus ideais, inaugurou-se em Manaus, no dia 23 de julho de 1937, a sede da União Democrática Brasileira (UDB). O deputado federal Luiz Tirelli foi o principal orador do evento e segundo o jornal A Tarde,

O acto, que teve caracteresolemne, compareceram vários deputados, jornalistas, o capitão José Figueiredo Lobo, numerosas pessoas gradas e vultoso numero de adeptos da candidatura do sr. Armando de Salles Oliveira á presidencia da Republica (A Tarde, Manaus, 24 jul. 1937).

Por meio do A Tarde¹⁰⁸ também foi possível observar as diversas viagens de Luiz

¹⁰⁸ O jornal *A Tarde* se autodenominava “Independente e noticioso. O arauto das aspirações populares”. Seu lançamento se deu em fevereiro de 1937, era de propriedade de Aristophano Antony, o qual era pertencente a uma família tradicional do Amazonas. O jornal geralmente possuía 4 páginas e sua assinatura



Tirelli aos municípios do interior do Amazonas para arregimentar os apoiadores de Armando de Salles, assim como, promoveu comícios nos bairros de Constantinopla e São Raimundo (Manaus).

O Partido Socialista Amazonense, por seu turno, divulgou um documento no dia 05 de junho de 1937:

Manifesto

O PARTIDO SOCIALISTA AMAZONENSE, representando pelo Directorio abaixo assinado, vem apresentar aos sufrágios do Eleitorado o nome insigne do doutor José Americo de Almeida para suceder ao eminente senhor Getulio Vargas no quatrienio presidencial que se inicia aos 3 de maio de 1938 e termina a 3 de maio de 1942.

Na Convenção Nacional de 25 de maio, realizada na Capital da Republica, com a presença de representantes dos partidos politicos e organizações profissionaes de todos os Estados da Federação, os Delegados do Governo do Estado e das forças políticas situacionistas do Amazonas – Senador Leopoldo Tavares da Cunha Mello e Deputado Alexandre de Carvalho Leal como nossos mandatarios, hipotecaram o apoio e votos do Amazonas ao eminente brasileiro, portador de todos os requisitos exigiveis ao alto posto de primeiro magistrado da Nação (A Tarde, Manaus, 05 jun. 1937).

Sobre essa candidatura deram entrevista ao jornal A Tarde o Senador Cunha Mello e o governador Álvaro Maia. O senador exaltou José Américo dizendo que ele é uma “figura marcante da revolução de 1930, chamado a um alto pôsto do Governo Provisorio, foi, nesse cargo, o sr. José Americo um grande administrador, revelando as mais excelentes qualidades de character, inteligente e probidade” (A Tarde, Manaus, 30 jun. 1937). Já o governador Álvaro Maia em apoio ao candidato disse: “[...] reafirmo novamente, como cidadão, essa sympathia e solidariedade ao brasileiro ilustre, cujo espirito, escandido nas forjas nordestinas, arde nesse perpetuo nacionalismo que synthetiza um ideário de governo” (A Tarde, Manaus, 05 jul.1937).

Para a divulgação da campanha de José Américo de Oliveira foi inaugurado o Comitê Pró-José Américo em Manaus, na rua Barroso, n. 133, que tinha como responsável Antovilla Rodrigues Mourão Vieira (A Tarde, Manaus, 25 out. 1937). Além do comitê oficial, foram fundados outros dois comitês de caráter acadêmico. O primeiro, do curso de Direito, o qual aderiram os estudantes do Ginásio Amazonense Dom Pedro

custava anualmente 50\$000 réis e mensalmente 35\$000 réis. Sua redação e oficina localizavam-se na rua Henrique Martins, nº 65, esquina com a rua Lobo D'amalda. Em seu lançamento o jornal se posicionou dizendo “seremos o jornal para todos os lares [...], mas, irrectutiveisnos mostraremos, ao lado das instituições e da ordem estabelecida, no bom combate ás ideologias estrangeiras que ameaçam destruir os alicerces do Brasil, nesta phaseelectrizante de nossa existência politica-social” (A Tarde, Manaus, 19 fev. 1937).



II, da Escola de Agronomia, Farmácia e Odontologia, além do curso pré-jurídico.¹⁰⁹ O segundo, foi o Comitê dos Acadêmicos de Odontologia e Farmácia Pró-José Américo, o qual ficou composto por: Ruy Brasil Cantanhede (presidente); Wilson de Carvalho Oliveira (vice-presidente); José Bentes de Faria (secretário geral) (A Tarde, Manaus, 07 ago. 1937).

Concomitantemente à eleição para presidente da república, iriam ocorrer eleições para deputados federais e senadores. No entanto, até o golpe de 10 de novembro nenhum nome ou chapa estava confirmado para essas disputas, eram publicadas na imprensa apenas muitas especulações.

A campanha eleitoral ocorria tranquilamente no Amazonas, observamos por meio das fontes que os radicais-trabalhistas, aderentes da candidatura de Armando de Salles, estavam mais ativos nesse processo, como já dito, viajando aos municípios do interior, promovendo comícios e abrindo posto de inscrição eleitoral. Os membros do PSA publicaram o manifesto em apoio a José Américo e montaram comitês. É perceptível também que havia desacordos entre os membros do PSA e os membros do Clube 3 de Outubro, além disso, percebe-se a inócua participação de Álvaro Maia e Cunha Mello no decorrer da campanha.

Quando a campanha presidencial se afunilou, veio à tona o Plano Cohen.

Em fins de setembro (de 1937), alguns altos oficiais do Exército “descobriram” muito convenientemente uma “trama do Comintern”, o chamado “Plano Cohen” para o “assassinato de membros do governo”, “incêndio de edifícios” e “captura de reféns” (Dulles, 1979, p. 134).

Na verdade, era um plano fajuto para justificar a decretação de um novo Estado de Guerra (aprovada em outubro) e, posteriormente, a implantação de um novo golpe dado por Getúlio Vargas para impedir a realização da eleição e assim permanecer no poder.

Nesse ínterim, em fins de outubro, ocorreu um fato curioso. O deputado Francisco Negrão de Lima (da bancada mineira) viajou ao Amazonas para fazer tratativas com Álvaro Maia, o conteúdo da reunião não foi informado à imprensa. Ao chegar no Amazonas, o repórter do A Tarde questionou o deputado mineiro: “viagem política, doutor?”. E este respondeu “menos por isso. Mais para apreciar a paisagem” (A Tarde, Manaus, 29 out. 1937). A visita do deputado causou rumores na cidade e disse um observador político à coluna “Fatos & Palpites” do A Tarde que “[...] a <negrada> ficou

¹⁰⁹ O Comitê ficou, assim, organizado: - Presidente: Nicodemus Braule Pinto; vice-presidente: - Paulo Jobim; 1. Secretário: - Benjamin Brandão; 2. Secretário: - Paulo Pinto Nery; Tesoureiro: - Antonio José Pereira; Adjuncto: - Jauary Marinho; Chefe de seção eleitoral: - Wuppschiander Lima.



de pulga á orelha com a visita sedativa do grande prócer. O sr. Negrão para a <negrada> só teve sorriso e phrases parabólicas, conversando e desconversando, como todo bom mineiro” (A Tarde, Manaus, 30 out. 1937).

Por fim, dia 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas com apoio das Forças Armadas dissolveu a Câmara e o Senado Federal, promulgou uma nova Constituição e iniciou a ditadura do Estado Novo, a qual durou até 1945.

Com o advento do Estado Novo, Vargas cassou todas as organizações partidárias do país. O vespertino A Tarde publicou a Portaria n. 416, baixada pelo Chefe de Polícia do Estado, Ruy Araújo, que, obediente à recomendação vinda da Polícia do Distrito Federal e embasado na lei, recomendava ao delegado de Segurança Política e Social de Manaus:

I- Que providencie no sentido de serem imediatamente dissolvidos os partidos políticos existentes nesta capital e notificados os presidentes, directores ou responsáveis pelas associações, gremios, clubes ou quaisquer aggreiação ou conjuntos dessa natureza a fecharem as suas actividades, ficando terminantemente prohibido o uso pessoal dos distinctivos e insígnias das de ates aggreiações. II- Que determine todos os seus subalternos rigorosa fiscalização as sedes dos extinctos partidos políticos<SOCIALISTA>, <UNIÃO DEMOCRÁTICA>, <CLUB TREZ DE OUTUBRO>, (ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA), <RADICAL REPUBLUCANO> e <CENTRO PATRIANOVISTA> para não consentirem que se realizem reuniões ou ajuntamentos devendo permanecerem fechadas, sem escudos, placas ou symbols nas respectivas fachadas, até então usadas [...] (A Tarde, Manaus, 6 dez. 1937).

Este foi o fim do Partido Socialista Amazonense e de todos os partidos políticos mencionados neste artigo. Eles não retomaram suas atividades ao fim do Estado Novo, apesar de que muitos dos seus membros continuariam suas vidas políticas com a redemocratização.

Considerações finais

O PSA, como visto, foi um agente de suma importância na conjuntura política da década de 1930, no Amazonas. Era um partido de cúpula, suas principais lideranças eram figuras das classes médias e/ou abastadas do Amazonas, portanto, faziam uma política “de cima”, das elites.

Apesar da breve vida política, o PSA obteve grande êxito eleitoral ao eleger deputados estaduais, deputados federais, senadores e o governador do estado. Os reveses do partido se deram quando Álvaro Maia saiu da agremiação, juntamente com sua corrente política (Radicais Socialistas), para fundar o PPA. Entretanto, esse desacerto durou pouco tempo,



pois em 1936, Maia retornou ao PSA e passou a articular a política amazonense novamente com Leopoldo Cunha Mello.

Em nível federal, o apoio do PSA à Getúlio Vargas foi percebido desde sua fundação, ele seria a representação tenentista no Amazonas, defensor da “revolução de 1930” e dos ideais desta. Em 1937, na campanha para sucessão presidencial, o partido apoiou José Américo de Almeida, porque ele representava a continuidade do governo de Getúlio Vargas e por ser um revolucionário de 1930. No entanto, em dezembro daquele ano, após a instalação do Estado Novo, os partidos políticos brasileiros foram extintos e o PSA teve fim, não retomando suas atividades no pós-1945.

Data de Submissão: 10/08/2023

Data de Aceite: 23/10/2023

Referências

BALDI, Carlo. Estado de Sítio. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.) **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. **Por uma História política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 57-98.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: vultos do passado. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1969.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis de seus programas. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

COSTA, Maria das Graças Pinheiro. **O direito à educação no Amazonas (1933- 1935)**. 2001. 325 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2001.

DULLES, John W. Foster. **O Comunismo no Brasil (1935-1945)**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

GOMES, Ângela de Castro. Introdução. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980a. p. 23-39.

GOMES, Ângela de Castro. A representação de classes na Constituinte de 1934. In: GOMES, Ângela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980b. p. 429-487



MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de Ascenso político. *In*: GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: as incertas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo (do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo). 8. ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2017.

PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas**: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”. 2015. 124 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do Burgo Podre ao Leão do Norte**: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914). 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2014.

Fontes

A Tarde, Manaus (1937);

Jornal do Commercio, Manaus (1935-1937);

O Jornal, Manaus (1936);

O Imparcial, Rio de Janeiro (1937);

O Socialista, Manaus (1936);

Tribuna Popular, Manaus (1935-1936).

A ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL (ARENA) E OS “GOVERNADORES BIÔNICOS”: UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA PARTIDÁRIA PARAIBANA DURANTE A DITADURA MILITAR

THE NATIONAL RENEWAL ALLIANCE (ARENA) AND THE “BIONIC GOVERNORS”: AN ANALYSIS ON PARAÍBA’S PARTY POLITICS DURING THE MILITARY DICTATORSHIP



DMITRI DA SILVA BICHARA SOBREIRA¹¹⁰

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a forma como eram indicados pela ditadura os “governadores biônicos”, e a atuação da Aliança Renovadora Nacional (Arena) nesse processo. Os primeiros foram instrumentos de intervenção do regime militar nos estados, enquanto o segundo foi um partido político criado pela ditadura para dar sustentação política ao autoritarismo, sendo os indicados para o cargo oriundos do partido governista. Utilizando como amostra os escolhidos para governar a Paraíba em 1970, 1974 e 1978, busca-se compreender a forma como o núcleo federal da ditadura intervia e negociava com o poder local, ora impondo seus interesses, ora conciliando com lideranças arenistas. Nesse sentido, abre-se a possibilidade de entender como a cultura política brasileira influenciou no funcionamento do sistema político arquitetado pela ditadura.

Palavras-chave: Arena; “governadores biônicos”; ditadura militar.

Abstract

This article aims to analyze how the “bionic governors” were appointed by the dictatorship and the performance of the National Renewal Alliance (ARENA) in this process. The dictators were instruments of intervention by the military regime in the states, while ARENA was a political party created by the dictatorship to provide political support to Brazilian authoritarianism, with the nominees for the position coming from the ruling party. Using as a sample, those chosen to govern the state of Paraíba in 1970, 1974 and 1978, we seek to understand how the federal nucleus of the dictatorship intervened and negotiated with local power, sometimes imposing its interests, sometimes conciliating with Arenistas leaders. In this sense, it opens up the possibility of understanding how Brazilian political culture influenced the functioning of the political system designed by the dictatorship.

Keywords: Arena; “Bionic governors”; Brazilian military dictatorship.

¹¹⁰ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É pesquisador vinculado ao Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP) da UFMG. E-mail: dmtribichara@gmail.com.



Introdução

O presente artigo é uma análise sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político criado pela ditadura militar para dar apoio ao regime autoritário nas instituições políticas. Através do Ato Institucional nº 2 (AI-2), entre os anos de 1965 e 1966, foram extintas as antigas legendas partidárias e criado um sistema bipartidário, composto pela ARENA e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual desempenharia uma oposição consentida pela ditadura¹¹¹. A reorganização do sistema partidário foi um dos movimentos promovidos pelo regime para criar um sistema político que desse sustentação legal ao autoritarismo pós-1964.

Outra importante intervenção no sistema político foi a suspensão das eleições diretas para os principais cargos dos poderes Executivo federal, estadual, das capitais e cidades consideradas zonas de segurança nacional. Por meio do Ato Institucional nº 3 (AI-3), os governadores de Estado passaram a ser indicados de maneira indireta pela ditadura, uma supressão das liberdades democráticas e dos preceitos de autonomia do sistema federalista brasileiro. Surgia, assim, a figura do “governador biônico”¹¹², cargo artificial, criado para garantir os poderes e os interesses do regime dentro dos estados.

A figura do “governador biônico” comumente originava-se das hostes *arenistas*, e sua escolha tinha influência direta na dinâmica interna do partido governista nos estados. Dessa forma, analisar o processo de indicação para esse cargo ajuda a compreender a relação do regime autoritário com a política local, sobretudo a forma como a ditadura interferia na organização interna da Arena nos estados.

Diante da impossibilidade de abordar o processo de escolha de todos os governadores durante a ditadura neste texto, verticalizaremos na análise das indicações para a Paraíba. Apesar de ser um pequeno estado da região Nordeste, com relativa influência no cenário político nacional, a Paraíba guarda peculiaridades que nos ajudam a entender a complexidade desse mecanismo de controle arquitetado pelo regime.

Ao longo da ditadura, foram indicados três “governadores biônicos” para a Paraíba, em 1970, 1974 e 1978¹¹³. Em cada um desses momentos, a ARENA e o governo

¹¹¹ Muitas são as referências sobre os partidos que compunham o bipartidarismo, entre as quais podemos destacar Grinberg (2009) sobre a ARENA, e Kinzo (1988) sobre o MDB.

¹¹² O termo “biônico” era uma referência ao seriado estado-unidense “O homem de seis bilhões de dólares”, popular no país na década de 1970. Nele o protagonista era um militar que sobrevivera a um grave acidente, e, em virtude de implantes cibernéticos, passou a trabalhar como agente especial do governo usando capacidades ampliadas em laboratório.

¹¹³ Os primeiros governadores escolhidos indiretamente tomaram posse em 1966, porém a Paraíba, em virtude de seu calendário eleitoral, escolheu seu mandatário de maneira direta, em 1965. À época, as



federal procederam de maneira específica na indicação dos governadores estaduais, bem como reflete um contexto político da ditadura: 1970 como o auge do autoritarismo e crise entre o comando do regime a classe política; 1974 sendo um momento de conflitos internos dentro da ARENA; e 1978 como a última eleição indireta que escancarou a incapacidade de o regime manter seu sistema político.

A escolha dos “governadores biônicos” foi comumente motivo de conflito entre os políticos *arenistas* e o governo federal. Ou ainda, motivo de desagregação interna nos diretórios estaduais da ARENA, indicando a continuidade de conflitos preexistentes ao partido, ou frutos de novas querelas desenvolvidas internamente à legenda. Para Lúcia Grinberg (2009, p. 32), a ARENA pode ter sido inventada pela ditadura, mas seus membros não o foram, esses carregam trajetórias políticas pregressas ao partido e compartilharam motivações específicas em relação à ditadura.

Para Ginberg, é necessário tirar a ARENA de uma lógica de estudos que interpretam o partido como algo artificial, pouco representativa da política brasileira. Segundo a autora, essa lógica de “coisificação” e artificialidade da ARENA foi construída por uma cultura histórica que atinge os estudos acadêmicos. Por anos, os historiadores não tiveram interesse em trabalhar com as organizações ou indivíduos que deram apoio à ditadura de modo geral, e com a ARENA esse desinteresse é elevado a um patamar ainda maior, pelas suas características de partido governista e da imagem de adesista irrestrito do regime (Grinberg, 2009, p. 24). Esse desinteresse influenciava na compreensão de aspectos importantes que envolvia o partido, como a escolha dos governadores¹¹⁴.

Assim, quando buscamos compreender a escolha dos governadores durante a ditadura, visamos expor a complexidade da relação entre a ditadura e seu partido, retirando dele uma imagem simplista de artificialidade ou adesista irrestrito. Ressalve que lançar luz sobre a complexidade do partido não significa ignorar, tampouco negar, sua postura de apoio ao regime autoritário. O que se pretende é compreender certos aspectos, como os motivos que levaram a classe política apoiar a ditadura, e como esse apoio era negociado entre a ARENA e os militares.

eleições de governadores dividiam-se em dois blocos, em anos distintos, vindo a ser unificado o calendário eleitoral apenas na década de 1970.

¹¹⁴ Em seu estudo sobre a ARENA, Grinberg deu mais atenção a atuação do partido no Congresso Nacional, contudo, esse tema passou a ser abordado em novos estudos sobre a partido e seus membros focados em recortes regionais. Desses trabalhos podemos destacar: Cittadino (2006), sobre o governador paraibano João Agripino; Fonteneles (2009) sobre Alberto Silva, governador piauiense; Dias (2016), sobre os partidos na Bahia durante o bipartidarismo; Sobreira (2016) e (2021), sobre a ARENA na Paraíba; Duwe (2016), sobre o governo de Colombo Machado em Santa Catarina; Oliveira (2018) e Batistella (2019) sobre o bipartidarismo no Espírito Santo e Paraná, respectivamente.



Um importante conceito que ajuda a interpretar essa relação é o da conciliação política, promovida entre a ARENA e militares e entre os próprios *arenistas*. Essa é uma das condutas que caracteriza o que Rodrigo Patto Sá Motta (2013) define como cultura política brasileira¹¹⁵. Para Motta, a conciliação política se caracteriza como uma tendência à flexibilidade e uma predisposição para negociar conflitos. Não se trata do estabelecimento de consensos, mas a ação de trabalhar em função de acordos políticos. Ao mesmo tempo que fornece estabilidade ao sistema político brasileiro, a conciliação política veta mudanças e rupturas drásticas no sistema político nacional, conservando seus aspectos históricos (Motta, 2013, p. 18-19).

A conciliação política se sobressai em nossa análise sobre a ARENA pelo fato de que a ditadura projetou na legenda um guarda-chuva que abrigaria todos os grupos políticos antes filiados às diversas agremiações então existentes, identificados a tendências políticas diversas, e muitas vezes historicamente rivais eleitorais nos pleitos locais. Dessa forma, a conciliação tornou-se prática constante – nem sempre bem-sucedida – entre os dirigentes do partido para manter estáveis, nas instituições representativas, os grupos políticos que historicamente disputaram o poder.

Havia entre o plano nacional e o regional um padrão de negociação, contudo não existia nela um equilíbrio de forças entre as partes. O governo federal consultava os governadores estaduais e demais lideranças partidárias para embasar suas decisões, pois não era prudente, para o funcionamento do regime, tomar decisões impositivas e unilaterais que desconsiderassem os anseios de um setor fundamental para a legitimação do autoritarismo.

¹¹⁵ O conceito de cultura política está presente entre historiadores pesquisadores de outras áreas desde a década de 1960, e quem primeiro concebeu o conceito foram os cientistas políticos estado-unidenses, Almond e Verba. Influenciados pela conjuntura da Guerra Fria, sobretudo a necessidade de demonstrar superioridade por parte do modelo de democracia liberal dos Estados Unidos, elaboraram uma tipologia de classificação das culturas políticas em escala global, cujo principal viés foi a aceitação de valores liberais pelos indivíduos em uma sociedade nacional. Nela, cada país se enquadraria em um tipo de cultura política, cuja avaliação levaria em consideração o aprimoramento das instituições liberais e a percepção desses valores pelos indivíduos (Motta, 2009, p. 17). Datado no tempo, tal modelo foi criticado pelo seu caráter hierarquizador, etnocêntrico, e por adotar um modelo normativo de cidadania liberal-democrático como superior. Berstein (1998), Dutra (2002) e Kuschnir e Carneiro (1999) indicam outras interpretações do conceito elaboradas por antropólogos e historiadores, alicerçadas em torno da antropologia interpretativa, ou simbólica, baseadas em análises comportamentais; e da sociologia interpretativa, baseadas nas experiências políticas e sociais dos indivíduos. Porém, Motta (2009, p. 21) aponta que o próprio Berstein o próprio Berstein, na conclusão de seu livro “Cultures Politiques em France”, pondera uma posição menos rígida em relação ao conceito, sobretudo na perspectiva nacional: “[...] ao falar num processo de aproximação entre as culturas políticas na direção de consensos nacionais, e ao chamá-las de subculturas, implicitamente está sendo admitida a existência de uma cultura política nacional” (Motta, 2009, p. 21).



Sendo fruto de pesquisa desenvolvida para doutoramento sobre a ARENA na Paraíba, as fontes aqui analisadas serão as mesmas usadas na tese: publicações de jornais¹¹⁶, relatos de memória¹¹⁷ e demais publicações sobre as eleições aqui abordadas. Tais registros históricos nos ajudaram a compreender que o processo de escolha de governadores dentro de um regime autoritário não é um mero reflexo de imposições autoritárias, mas algo que sofre influência na nossa cultura política, compartilhada pelos membros da ARENA. O sistema político organizado pela ditadura, ao mesmo tempo que limitava as possibilidades de atuação da classe política, permitia que alguns setores exercessem influências junto aos principais espaços de comando do regime.

Um político entre os técnicos: a escolha de Ernani Sátyro em 1970

A escolha dos “governadores biônicos” em 1970 sofre influência direta do contexto político brasileiro após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), um período de profunda desagregação e desconfiança entre os militares que comandavam o regime e a classe política, inclusive figuras da ARENA. Os atos de desobediência de setores do partido governista em relação à votação da licença para cassação do deputado federal Márcio Moreira Alves (MDB-GB) fizeram com que a ditadura promovesse severas intervenções no sistema político, entre elas o fechamento do Congresso Nacional e uma série de cassações de mandatos eletivos, que atingiram *arenistas* em diversos estados.

Essa relação abalada levou os militares a preterir figuras políticas para os cargos de governadores de Estado, priorizando profissionais técnicos ou membros das Forças Armadas. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1971, p. 125), a ideia era escolher indivíduos alheios à estrutura partidária e das relações políticas anteriores à ARENA. Essas eram consideradas pela ditadura como um mal a ser erradicado para que houvesse uma moralização da política nacional. Ao mesmo tempo que, figuras com perfil técnico ou militares, sem qualquer relação política com os grupos que integravam a ARENA, era uma forma da ditadura exercer maior controle sobre a organização interna de seu partido.

Por sua vez, Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp (2014, p. 228) consideram que a escolha de figuras com perfil técnico ajudava a ditadura a deslocar seu

¹¹⁶ Os periódicos aqui abordados serão o *A União*, jornal oficial do Estado; *Correio da Paraíba*, de propriedade do deputado federal *arenista*, Teotônio Neto; *O Norte*, pertencente ao grupo de comunicação *Diários Associados*; e *O Momento*, propriedade do jornalista Jório Machado, vinculado ao grupo político do deputado federal *arenista* Antônio Mariz.

¹¹⁷ Relatos coletados em entrevista realizadas pelo projeto História Política da Paraíba: Constituição de um acervo, parceria do Núcleo de Informação e Documentação Histórico Regional (NIDHR) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV).



campo de legitimação do autoritarismo da política para a economia. Nessa lógica, o regime ratificaria seu apoio popular através de grandes obras públicas construídas pelos governos estaduais, as quais serviriam para impulsionar o desenvolvimento econômico. Para a ditadura, os governadores técnicos considerados mais capazes de promover essa modernização nos estados.

Nesse sentido, Ricardo Duwe (2016, p. 180) aponta que foram promovidas em diversos estados a chamada “intervenção anti-oligárquica”, nos quais foram afastadas a influência das oligarquias tradicionais na escolha dos novos governadores. Dos 22 indicados em 1970, nove não tinham qualquer ligação com a política partidária até então, enquanto outros tinham uma carreira política bastante insipiente, com pouca ou nenhuma gerência nas bases *arenistas* nos estados. Porém, o caso da Paraíba destoa desse perfil, haja vista que Ernani Sátyro, nome escolhido para governar o Estado em 1970, era uma figura com longeva trajetória política – a maior entre os indicados – e liderança *arenista* com fortes raízes político-partidárias¹¹⁸.

O responsável pela sua escolha foi o então governador João Agripino, sendo a indicação de Sátyro fruto de seu trabalho para contornar a crise entre militares e políticos. De acordo com o relato do jornalista José Soares Madruga, em 1969, diante das incertezas vividas pela classe política após o AI-5, Agripino viaja ao Rio de Janeiro visando: “[...] medir o que resta do poder civil, e dentro dessa área, qual a extensão da sua [influência], a fim de demarcá-la para seus auxiliares e correligionários, no sentido de que as balizas sejam rigorosamente respeitadas” (Madruga. Correio da Paraíba, João Pessoa, 07 de jan. de 1969, p. 3). Enquanto governador e liderança *arenista* estadual, ele sabia que não poderia rebelar-se contra o governo federal, pois afastar-se do regime representaria perda das posições políticas que lhe restavam dentro do estado.

Sua postura foi a de defender a atividade da classe política, sobretudo a dos governadores de Estado em tempos de crise de legitimidade da ARENA, sem confrontar o comando dos militares. Advogando pela reconciliação do partido com os militares, Agripino proferiu discurso em almoço oferecido em abril de 1969 pelo regime aos governadores. Dirigindo-se ao presidente, general Artur da Costa e Silva, ressaltou a importância dos governadores como seus “auxiliares”:

¹¹⁸ Político cujas raízes são oriundas do coronelismo da República Velha, ocupou seu primeiro cargo político em 1932, mantendo-se atuante na política partidária desde então. Antes da ARENA, integrou os quadros da União Democrática Nacional (UDN), sendo deputado federal por seguidas legislaturas desde 1945.



Vossa Excelência é nosso comandante. E, nesta sala, estão seus auxiliares. Mas, seus auxiliares não se restringem aos Ministros de Estado. Eles se estendem até os Estados, para compreender também, os Governadores e Secretários de Estado. (A União, 09 de mar. de 1969, p. 1).

No transcorrer de seu discurso, Agripino tornou a destacar a importância da classe política para o regime, ressaltando a dependência dos militares em relação ao trabalho dos governadores:

Qualquer um de nós governadores poderá ser mais ou menos eficiente, ter maior acervo de obras a apresentar ou menor, mas nenhum de nós terá menor esforço dado à Revolução, nenhum de nós terá menor lealdade à Revolução e ao governo de Vossa Excelência pessoalmente. E esta fidelidade é o que nos une. Esta união é o que preserva o futuro do Brasil, o que importa dizer o futuro da Revolução (A União, 09 de mar. de 1969, p. 1).

Sua atuação junto aos militares, na defesa da classe política, deu-lhe respaldo para que pudesse conduzir o processo sucessório do governo estadual, afastando qualquer possibilidade de uma “intervenção anti-oligárquica” na Paraíba. Havia a possibilidade de o governo estadual ser entregue a um militar, pois os generais Aluísio Guedes Pereira e Jaime Portela foram nomes sugeridos pelo presidente nacional da ARENA, Rondon Pacheco (ARENA-MG) (Entrevista João Agripino, Acervo NIDHR, 1978 p. 279).

A possibilidade de ter um militar governando o Estado era rejeitada por Agripino, pois a Paraíba nunca fora administrada por militares. Seu temor era que, com militares instalados no poder estadual, os espaços de atuação da classe política diminuíssem. Isso afetaria seus interesses diretos, como a eleição de seus correligionários ou o atendimento de demandas particulares.

Para seu substituto, Agripino tinha predileção por um político com bom trânsito entre os militares e capaz de dar continuidade ao seu projeto de governo no estado. E Sátyro cumpria bem todos os requisitos, na concepção de Agripino: “[...] [Sátyro] tinha a mesma confiabilidade, a mesma credibilidade e o mesmo trânsito que eu tinha na área federal, e eu imaginava que ele pudesse aproveitar isso para fazer uma administração – o que eu imodestamente fiz na Paraíba” (Entrevista João Agripino, Acervo NIDHR, 1978 p. 279). A decisão pelo nome de Sátyro foi tomada após reunião entre o general Emílio Garrastazu Médici e Agripino, em julho de 1970 (A União, 09 de jul. 1970, p. 8).

Apesar de tratar-se de um político profissional, Sátyro buscou se adequar ao perfil de administrador almejado pelos militares. Em suas memórias, indica que quando assumiu o governo do Estado, identificava-se como político e administrador, dando um sentido técnico ao termo:

[...] eu seria político e administrador. Nem iria permitir que a política prejudicasse a minha administração, nem ia também permitir que o excesso de



tecnicismo prejudicasse a minha ação política. eu recebia naquele momento da Revolução um mandato realmente para essas duas coisas: para fazer a administração pública do governo da Paraíba, e para fazer a política da ARENA (Entrevista Ernani Sátyro, CPDOC-NIDHR, 1977, p. 118).

Sátyro buscou desempenhar o que Alessandra Carvalho (2008, p. 161) designou como um tipo híbrido de político: um político profissional capaz ou simplesmente intencionado a desenvolver habilidades técnicas e burocráticas para elaboração de um projeto de governo e gestão do Estado. Ou seja, o novo governador pretendia conciliar a diretriz modernizadora e tecnicista com os interesses das tradicionais elites políticas locais presentes na ARENA, fazendo com que essa modernização gerasse ganhos políticos para tais grupos e para o partido de uma forma geral.

Assim, ao mesmo tempo que promoveu uma série de obras visando a modernização paraibana, Sátyro atuou de maneira política, privilegiando antigos correligionários em detrimento de outras figuras importantes dentro de seu partido, a exemplo do próprio ex-governador João Agripino. Ao longo de seu governo, Sátyro buscou minar toda e qualquer outra liderança dentro da ARENA, contudo, ao invés de manter um partido coeso em torno de si, essa conduta criou diversas alas que entrariam em conflito na década de 1970¹¹⁹.

A conciliação *americista*: a escolha de Ivan Bichara em 1974

Em 1974 a ARENA era um partido dividido em diversos estados, e no meio dessa fragmentação era preciso escolher os novos “governadores biônicos”. Na Paraíba, o partido estava no auge da cisão entre as duas principais lideranças, havendo uma disputa entre o governador Ernani Sátyro e o seu antecessor, João Agripino, pelo controle da sucessão estadual. Visando contornar possíveis embates, foram promovidos movimentos conciliatórios dentro e fora do estado.

Internamente ao partido na Paraíba, buscou-se promover um acordo sob os termos do “Protocolo de Brasília”, um tratado político firmado pelas duas principais lideranças partidárias que se estenderia para os demais quadros. Sua função era orientar as decisões

¹¹⁹ De acordo com Sobreira (2021), a cisão entre Sátyro e Agripino ocorreu já em 1971, quando o então governador promoveu a indicação de seu filho para alto cargo na diretoria da companhia de eletricidade da Paraíba, sendo esse sem qualquer aptidão para o cargo. Essa nomeação levou à renúncia do então presidente da companhia, aliado político de Agripino. Em 1972, Sátyro e Agripino disputaram a indicação do candidato da ARENA à prefeitura de Campina Grande, importante colégio eleitoral paraibano. Bem como, a atuação em prol de seus correligionários mais próximos levou a formação de alas rebeldes dentro da bancada *arenista* na Assembleia Legislativa estadual.



em torno das indicações, sendo os nomes do governador e vice-governador indicados em comum acordo entre Agripino e Sátyro (A União, 20 de mar 1974, p. 1).

Para o sucesso do acordo era fundamental que ambas as lideranças renunciassem a seus interesses particulares e conduzissem em conjunto os rumos do partido. O que não aconteceu, pois, enquanto o Sátyro defendia a indicação única de Ivan Bichara, o Agripino argumentava a favor da elaboração de uma lista, contendo o nome de Bichara e outros três ou quatro indicados¹²⁰. Essa falta de entendimento abriu uma fissura no “Protocolo de Brasília”, a partir da qual cada liderança impulsionaria seu favorito junto ao governo federal: Bichara era o escolhido de Sátyro, e o economista e ex-secretário do Estado, Juarez Farias, era o candidato *agripinista*.

Diante do impasse, a ARENA paraibana passou a submeter-se a um movimento conciliatório exógeno, denominado “Missão Portela”. Uma excursão promovida pelo presidente nacional do partido, senador Petrônio Portela (ARENA-PI). Nela, Portela percorreu os estados para consultar lideranças *arenistas* sobre a sucessão estadual, articulando os melhores nomes dentro de cada secção para conduzir o Estado e o ARENA.

A chegada da “Missão Portela” à Paraíba conteve três etapas em seu itinerário: reunião de Portela com Sátyro e Agripino no Palácio da Redenção; audiência com deputados e senadores na Assembleia Legislativa; e, por fim, ida à casa de José Américo de Almeida, histórica liderança política do estado. Aparentemente uma visita cordial de dois antigos correligionários da UDN, o encontro entre Portela e Zé Américo guarda sua importância para o processo sucessório. Mesmo retirado da vida partidária, o ex-ministro atuava nos círculos *arenistas* locais como um consultor, um mentor, sobre assuntos político-partidários (A União, 09 de maio 1974, p. 1).

No impasse das decisões em torno da escolha do “governador biônico”, Zé Américo desempenhou um importante papel, decidindo pela escolha de Bichara para governador e do então prefeito de João Pessoa, Dorgival Terceiro Neto, como vice. Em entrevista, Zé Américo confirmou sua participação nas indicações, quando confirmou que foi consultado por Portela durante visita à sua residência:

Fui ouvido pelo senador Petrônio Portela. Quando ele passou pela Paraíba para consultar as áreas políticas, foi até minha casa e me pediu para eu dar o meu depoimento sobre a sucessão. Eu falei com isenção. Reconheci os méritos de cada candidato e não deixei de analisar a situação que se formava. (O Norte, 28 de maio 1974, p. 1).

¹²⁰ De acordo com os principais colonistas, João Agripino queria compor a lista com os nomes de Dorgival Terceiro Neto, prefeito de João Pessoa, Juarez Farias, economista e secretário de seu governo, e de Gilardo Martins, reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (O Norte, 16 de abr 1974, p. 5).



A interferência de Zé Américo é confirmada por relatos de políticos envolvidos no processo sucessório. As narrativas, contudo, divergem sobre as motivações que o levaram a interferir no processo sucessório. Para Agripino, a interferência de Zé Américo foi de natureza familiar, pois Bichara era casado com sua sobrinha¹²¹. Por sua vez, Bichara relata que a interferência de Zé Américo em favor do seu nome teria sido uma manobra partidária para recompor o partido.

O Ministro José Américo, teve uma participação quando foi ouvido aqui, na Paraíba, pelo Ministro Petrônio Portella, [...] e o José Américo, com muita habilidade, combinou pela solução do meu nome, sob a alegação principal de que eu tinha condições de reunir mais elementos e pacificar o próprio partido mais tarde, por ser um homem de temperamento equilibrado, sensato, não vinha para brigar, vinha para unir, para administrar, de modo que a participação de José Américo foi decisiva porque o Portella sentiu que ele estava interessado (Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980 p. 46).

A tendência pela motivação conciliatória se repete na escolha de Terceiro Neto para vice-governador, o que minimiza a versão de Agripino¹²². Havia interesse de Sátyro indicar outros nomes mais próximos à sua ala partidária (como o secretário Milton Vieira), vetados por Zé Américo por aparentar uma intervenção maior do governador no processo sucessório, em prol de Dorgival Terceiro Neto.

A escolha de Bichara e Terceiro Neto, portanto, surgiu como uma “solução *americista*” para as disputas internas dentro do partido, como o próprio Zé Américo declarou: “A minha maior preocupação, era que se mantivesse a paz na Paraíba, a unidade partidária, mas sobretudo que se conservasse a paz na Paraíba” (O Norte, 28 de maio 1974, p. 1). Conservar a “paz” significava manter os postos de decisões nas mãos de certos grupos da tradicional elite política local que comandava o Estado desde antes da República¹²³.

¹²¹ Nessa versão, após a passagem da “missão Portela” pela Paraíba, o nome de Juarez Farias ganhava força na esfera federal junto ao general Golbery do Couto e Silva, ministro do Gabinete Civil. Sátyro, ciente da preferência por Farias, teria escrito uma carta a Zé Américo requerendo que este intervisse junto ao governo federal, sob a justificativa de que Agripino estaria difamando a família de Bichara perante o comando do regime Entrevista João Agripino, Acervo CPDOC-NIDHIR 1977 p. 286-287

¹²² A versão conciliatória aparece no periódico O Momento (O Momento, 01-07 de jul 1974, p. 3) e com Correio da Paraíba (Correio da Paraíba, 27 de jun. 1974, p. 3). Porém, o próprio jornal publicara uma versão de que haveria um acordo estabelecido entre Sátyro e Agripino durante a visita de Portela, no qual o primeiro indicaria o governador e o segundo indicaria o vice-governador, o candidato ao Senado e seu suplente (Correio da Paraíba, 02 de jul. 1974, p. 1).

¹²³ Em 1974 havia uma tendência na ARENA em procurar saídas conciliatórias. Caso semelhante ao da Paraíba ocorreu no Espírito Santo, quando, dividido o partido entre as indicações do senador Eurico Rezende e José Carlos Fonseca, optou-se por um *tertius*, Elcio Álvares. A solução por uma terceira via foi apelidada de “solução Guazzelli”, por se assemelhar à forma como foi escolhido o governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli. Assim, é possível apontar que a indicação dos governadores em 1974 foi marcada por acordos conciliatórios, visando unir um partido marcado pela fragmentação interna de seus quadros (Oliveira, 2018, p. 302-303).



A versão conciliatória de Zé Américo ganha respaldo na história quando olhamos para a conduta pacificadora adotada pelo novo governador¹²⁴. Em visita à sede do Diretório Regional logo após sua posse, proferiu longo discurso assinalando sua intenção de unir o partido com o objetivo de obter sucessos eleitorais, mantendo o bom desenvolvimento de seu governo e alcançando demandas junto ao regime:

Estamos realmente no começo, não vou dizer de uma nova era, mas de uma nova fase na vida política da Paraíba. Venho [...] com o propósito de unir o nosso Partido, porque unidos nós valemos muito, desunidos nós não valemos o que devíamos valer para os pleitos junto aos altos poderes da República, o conhecimento de que o nosso Partido é um bloco coeso, e tem outra ressonância que não é aquele de que representamos um bloco, uma corrente, um grupo de partidários.

Sei que essa missão não é difícil como dizem. Acredito na consciência cívica de todos os senhores, de todos os nossos correligionários da Arena. E mais que isso, acredito na inteligência de nossos correligionários, porque não há nenhuma que justifique cultivar essa divisão. Se houvesse motivo de ordem moral... não há. Se houvesse um motivo de outra ordem qualquer que justificasse essa desunião, eu não estaria falando perante homens inteligentes. A verdade é que não há [...] nada que nos diga, nada que possa substituir uma coisa que deve pairar acima de nós, que são os interesses da Paraíba. E nós da Arena, nós representamos, queiram ou não nossos adversários, a Paraíba, porque somos o partido majoritário do nosso Estado...

[...] eu quero realizar a política do bom entendimento. Estou autorizado pelo presidente da República a transmitir aos senhores a sua preocupação com nosso Partido, com a fortaleza de nosso Partido, porque não sabemos o que será o dia de amanhã se não fizermos unidos e se não conseguirmos manter no nosso Estado ou nos demais Estados da Federação essa condição de Partido majoritário (A União, 05 de abr. de 1975, p. 8).

Para reorganizar o partido nos diversos estados, o regime deu preferência por figuras identificadas com perfil político, diferente da predileção pelos técnicos como ocorrera em 1970. Num horizonte de abertura do regime, os governadores selecionados pela ditadura em 1974 incorporaram mais políticos profissionais, sobretudo pela capacidade de conciliação interna nos diretórios *arenistas* nos estados¹²⁵.

Entre a “rebelia” e a conciliação: a disputa entre Antônio Mariz e Tarcísio Burity em 1978

¹²⁴ Bichara era quase um desconhecido na política local em 1974, seu último cargo político foi o de deputado federal pelo Partido Liberal (PL), encerrado em 1962. Apelidado de “Tarde fria” pelos círculos políticos locais, transparecia personalidade serena e calma para lidar com os problemas vividos pela ARENA.

¹²⁵ As pesquisas sobre a ARENA nos estados têm discutido o tema do retorno de políticos para cargos públicos, caso da escolha de Jayme Canet Júnior no Paraná, indicação que trouxe de volta o prestígio político da histórica liderança estadual de Ney Braga (Batistela, 2019, p. 191-196). Ou o caso da Bahia, quando, contrapondo-se ao governador Antônio Carlos Magalhães, as lideranças de Luís Vianna Filho, Juracy Magalhães e Lomanto Júnior uniram-se em torno de Roberto Santos; este, apesar de não ter filiação partidária anterior, representaria os interesses dessas lideranças marginalizadas durante o governo de ACM (Dias, 2016, p. 211).



Apesar de toda a predisposição conciliatória de Ivan Bichara, o ano de 1978 foi marcado por profundas disputas entre políticos da ARENA, resultado do esgotamento do sistema partidário montado pela ditadura. A partir dessas divisões grupos antagonistas rivalizavam pelas indicações de candidatos aos principais pleitos diretos e indiretos.

Em dois desses estados, São Paulo e Paraíba, surgiram grupos dispostos a levar às últimas instâncias suas disputas pela indicação de candidatos pela cúpula federal do regime, apresentando candidaturas denominadas “rebeldes” nas convenções estaduais que se destinavam à homologação de candidatos aos pleitos diretos e indiretos. Consideramos esses movimentos representativos para a compreensão do estágio de degradação da ARENA, levando o regime a editar nova Lei Orgânica dos Partidos, ao final de 1979, extinguindo o bipartidarismo e determinando a criação de novas siglas¹²⁶.

Na Paraíba, o movimento dito “rebelde” contestou a indicação para governador feita pelo partido e pelo governo federal, lançando a candidatura do deputado federal Antônio Mariz à revelia do que fora decidido pela cúpula do poder. Mariz foi uma personalidade política difusa dentro da ARENA, contestador de primeira ordem do golpe de 1964, chegou a ser preso pela Polícia Militar paraibana e alvo de Inquérito Policial Militar. Primo do então governador João Agripino, filiou-se a ARENA e por ela elegeu-se deputado federal em 1970 e 1974.

A viabilidade de sua candidatura ao governo estadual surgiu quando houve a reaproximação das duas principais lideranças *arenistas* na Paraíba, Agripino e Sátyro. Os dois ex-governadores se reaproximaram visando influenciar na indicação dos candidatos *arenistas*, sobrepondo-se à chefia partidária de Ivan Bichara. Para tanto, acertaram, ainda em 1977, um entendimento denominado de “Acordo de Brasília”, um acordo no qual promoviam um esquema para indicar nomes aos cargos de governador, senador biônico e senatoria direta.

Diferente do frágil “Protocolo de Brasília”, acertado pelas mesmas partes em 1974, neste novo tratado conciliatório já estavam decididos os nomes indicados: Mariz seria o governador biônico, Bichara e Sátyro candidatos à senatoria direta e indireta respectivamente. Ficou acordado ainda que nenhum deles iria, perante o governo federal,

¹²⁶ De acordo com Gaspari (2016), entre os governistas paulistas, o candidato dissidente, Paulo Maluf, derrotou Laudo Natel, candidato dos dois presidentes, Geisel e Figueiredo, na homologação para a governança estadual. Segundo Gaspari, a dissidência de Maluf, poderia ter sido barrada pelo regime, porém, o escolhido governador pela ARENA paulista era alguém representante das elites econômicas e políticas daquele estado, e ir de encontro a esse segmento social colocaria em risco o controle sobre o processo de abertura.



vetar ou obstruir qualquer um dos nomes definidos no acordo (O Norte, 09 out. 1977, p. 3). Um acerto político que não ponderou os interesses dos demais quadros partidários, inclusive o governador, que almejavam exercer a influência que lhe cabia nas decisões do processo sucessório.

Quem exerceu a função de articular os setores desprestigiados pelo “Acordo de Brasília” em torno da liderança de Bichara foi o presidente estadual da ARENA, Waldir dos Santos Lima. Este promoveu a elaboração de um documento, no qual foi exposto o apoio de seus signatários ao governador na condução do processo sucessório (Correio da Paraíba, 10 jan. 1978, p. 3). Os aliados do governador lançaram o nome do senador Milton Cabral como novo “governador biônico”, contra a candidatura *marizista*.

A disputa entre as duas pré-candidaturas de Mariz e Cabral girou em torno da influência de políticos junto à cúpula do regime militar, feita através de balanços e dossiês elaborados pelas alas da ARENA paraibana. O primeiro a ser aqui apresentado foi denominado “Balanço de Forças-Lideranças”, entregue por Bichara aos generais Geisel, Figueiredo e a Francelino Pereira (ARENA-MG), presidente nacional do partido. Elaborado pelos deputados estaduais Waldir dos Santos Lima, Evaldo Gonçalves, José Soares Madruga e pelo deputado federal Wilson Braga, o documento descrevia a situação organizacional da ARENA paraibana. Através de um levantamento de números, recortes de jornais e listas nominais de membros do partido, abordava as chances eleitorais dos pretendentes a cargos eletivos indiretos e diretos em 1978.

No quinto e sexto item de sua introdução, após descrever o “Acordo de Brasília”, é apontada a seguinte avaliação:

5. As razões da reação ao referido “acordo” para fazer o Deputado Antônio Mariz o Governado do Estado e Ernani Sátyro Senador indireto são inúmeras, a começar pelas profundas divergências e conflitos que marcaram as relações pessoais das partes envolvidas, de largo conhecimento público. O “acordo”, assim, não contribuiu para a unidade do Partido, muito ao contrário, provocou acentuada divisão pela radicalização assumida pelos seus integrantes. Esta pacificação por força de divisão de cargos e pela forma como se processou, marginalizando a ação política do Governador do Estado e de importantes forças partidárias, provocou generalizada reação no seio da Arena.
6. Assim sendo, em face da precipitação da candidatura de Mariz, a Arena paraibana está dividida em 2 blocos. O balanço de forças, conforme adiante demonstrado, espelha a verdadeira situação dos mesmos (Dossiê “Balanço de Forças-Lideranças” *apud* Machado, 1978, p. 17-18).

O que se pretendia apresentar era um consenso partidário em torno da chefia do governador e dos candidatos indicados por ele. Diante do constante problema das divisões internas na ARENA, uma liderança estadual teria mais credibilidade junto ao governo



federal se pudesse fomentar a unidade partidária. Assim, a principal forma de tirar o respaldo do “Acordo de Brasília” era demonstrar seu baixo apelo dentro do partido.

Além do dossiê com contabilização em números, Jório Machado (1978, p. 40) afirma que foram enviados aos gabinetes de Geisel e Figueiredo relatórios sobre Mariz que apelavam para uma retórica anticomunista e vinculavam-no a práticas denominadas “subversivas”. No relatório, do qual não constava discriminação de autor, associava-se a candidatura de Mariz a grupos políticos atuantes no estado no período anterior ao golpe de 1964, à liderança religiosa do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires¹²⁷, importante figura na articulação dos opositores à ditadura no estado. Ao final, o relatório traça sua avaliação da figura política de Mariz, descrito como “marxista”, não ajustado aos “ideais revolucionários de 1964”, sendo:

[...] [incapaz de] integrar-se num ambiente de moralidade administrativa, de probidade cívica e de absoluta fidelidade aos princípios democráticos, incapaz de resistir às solicitações espúrias de seus antigos liderados da esquerda, que pensam em retomar ao poder, montados na cauda da tolerância que tem sido o apanágio da revolução no seu atual estágio de redemocratização nacional e de quem tem recebido apoio ostensivo, calculado e medido (Relatório Comunismo Paraíba *apud* Machado, 1978, p. 43).

Por outro lado, foi entregue aos órgãos de vigilância do regime um documento denominado “Dossiê Beirute”, no qual Cabral era acusado de estar envolvido com contrabando de mercadorias do exterior para o Brasil (O Norte, 15 de abr. 1978, p. 8). Além disso, os parlamentares favoráveis à sua candidatura eram denominados como “frotistas”, numa referência aos apoiadores do general Sylvio Frota, exonerado do governo por tramar contra o regime para promover seu nome como presidente na sucessão de Geisel. O termo denotava aos *cabralistas* uma característica conspiratória, descredibilizando sua atuação política em um período de reabertura. Os *marizistas* distribuíram panfletos criticando a postura os “frotistas” no processo sucessório, em que se afirmava:

Até que fossem frustrados os planos e aspirações políticas do ex-Ministro do Exército, Sylvio Frota, nenhuma objeção surgiu no âmbito estadual contra a possível indicação do nome de Mariz. A partir daquele período, outros candidatos à sucessão, como o deputado Wilson Braga, acompanhado de outros companheiros também frustrados e até chamados de frotistas, encenaram uma sistemática campanha contra a indicação de Mariz ao governo. A pretexto de que o Governador teria sido marginalizado no chamado Acordo de Brasília, forjaram manifestações de desagravo e de solidariedade a Ivan Bichara, com a elaboração de um manifesto que pecou por sua origem: o divisionismo. Foram solicitadas assinaturas de deputados, algumas delas com

¹²⁷ Arcebispo paraibano é classificado como “marxista” e aparece no documento como um dos principais articuladores do “levante” de trabalhadores rurais ocorrido em 1977 na Paraíba.

ameaças veladas ou até bem claras de que uma negativa seria o ostracismo perante o Palácio do Governo (O Momento, 09-15 de abr. 1978, p. 4).

Simultaneamente à apresentação dos dossiês, ocorreu um confronto de força entre lideranças *arenistas* estaduais e membros da cúpula do regime. De acordo com Machado (1978, p. 50), a candidatura de Mariz contava com o apoio do ministro da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, do sucessor presidencial, general Figueiredo, e do senador Francelino Pereira, presidente nacional da ARENA. Já Cabral era apoiado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, e dos generais Reynaldo de Almeida e Antônio Bandeira, próximos ao presidente Geisel.

Devido ao desgaste promovido pela campanha de desconstrução das candidaturas através de relatórios e dossiês, a decisão sobre o novo governador da Paraíba teria surgido através de um esquema articulado pelo general Reynaldo de Almeida, filho de José Américo. Esse propôs a indicação de um nome que representasse uma “terceira via”. A explicação do esquema foi dada por Agripino: “O Reinaldo, desde o começo, manifestou a dificuldade da escolha do Mariz, por achar que dividia o partido. Ele queria que fosse um tertius e nunca fugiu dessa tese” (Entrevista João Agripino, Acervo CPDOC-NIDHR, 1977, p. 288).

Havia, segundo Agripino, um acordo seu com Bichara para proceder a partir do esquema proposto pelo general, contudo, o governador teria se adiantado e entregue uma lista ao presidente Geisel com nomes a serem escolhidos, na qual não constavam seus indicados. Entre os nomes da lista, acabou sendo escolhido o então secretário de Educação do Estado, Tarcísio Burity¹²⁸, ficando Cabral com a indicação para a senatoria indireta (Entrevista João Agripino, Acervo CPDOC-NIDHR, 1977, p. 288-289).

Após a indicação de seu favorito, o governador proferiu fervoroso discurso, no qual avaliou a candidatura de Mariz como “apressada” e “desconectada das bases partidárias” e apontou os seus aliados como fundamentais para a manutenção de sua autoridade e da união partidária: “Encontramos a solução. Não uma solução conciliatória só, mas um nome que, entre outros, poderia resolver o problema político do nosso partido” (Bichara *apud* Rolim, 1979, p. 18).

A solução tomada com a escolha de Burity deveria ter resolvido o processo sucessório do governo do Estado, todavia, a escolha do vice-governador que completaria

¹²⁸ Burity tinha um perfil diferente dos demais indicados à governador na Paraíba: seu primeiro cargo público fora o de secretário de Educação do governo Bichara. Advogado e professor universitário, formado pela Faculdade de Direito da Paraíba e bacharel Sociologia pela Universidade de Poitiers, na França, e doutor em Ciência Política no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, na Suíça.





a chapa endossou o movimento de contestação da liderança de Bichara como chefe da ARENA. Como articulador do esquema de apoio à liderança partidária do governador, Waldir dos Santos Lima acordara com o governador que ele completaria a chapa na vaga de vice-governador (Correio da Paraíba, 12 de maio 1978, p. 1).

Contrariando as expectativas, o escolhido para o cargo de vice-governador foi Clóvis Bezerra, indicado pelo próprio Burity, que o julgava com maior capacidade de reunir as alas divergentes no partido, conforme divulgado pela imprensa. Ao ser preterido para o cargo que considerava ser seu, Santos Lima rompeu com Bichara, publicando uma nota na qual o acusava de quebrar um acordo firmado entre eles (Correio da Paraíba, 19 de maio 1978, p. 3). Logo em seguida, Santos Lima firma aliança com o grupo aglutinado em torno da candidatura de Mariz, dando novo fôlego às pretensões *marizistas* (Correio da Paraíba, 19 de maio 1978, p. 1).

Mesmo com Burity escolhido pelo governo federal, Mariz passou a se promover como um candidato que representaria a rejeição da população ao regime e a seus representantes políticos, utilizando um discurso identificado aos anseios populares num momento de reabertura da ditadura. Falando para correligionários e simpatizantes de sua candidatura, Mariz se colocou como o “candidato do povo”, não alinhado ao que ele chamou de “donos do poder”:

Não foi a mim que eles quiseram derrotar. Eles quiseram derrotar a Paraíba. Mas esta multidão aqui reunida, diz para que o Brasil ouça, que ninguém derrota o povo o povo será sempre, afinal, vitorioso. Não quero entendimentos com os donos do poder. Prefiro e preferirei sempre ficar com o povo da Paraíba. Em toda essa peregrinação melancólica, em momento algum admiti ser o candidato dos desvãos de palácio, ou dos conluís domésticos, dos que pensam ser donos ou donatários da Paraíba. Se admiti que meu nome fosse submetido a esse colégio eleitoral singular, é porque percebia ou julguei perceber que era o povo da Paraíba, que era o meu partido, que pediam que eu governasse este Estado (Mariz *apud* Machado, 1978, p. 56).

Em campanha, Mariz visitou a Assembleia Legislativa onde apresentou sua plataforma de governo aos parlamentares. Em seu discurso defendeu a democracia, as liberdades políticas, como direito do povo se organizar politicamente e escolher seus representantes, e um projeto de desenvolvimento da Paraíba e do Nordeste (Correio da Paraíba, 27 de maio 1971, p. 1). Mostrando-se disposto a ir à convenção e disputar com Burity a homologação da indicação para o governo do Estado, sua iniciativa fortaleceu o rótulo de “rebeldes”, ou dissidentes, que já circulavam pela imprensa para denominar aqueles contrários à liderança do governador.



Para oficializarem o nome de Mariz para disputa na Convenção Estadual, era preciso o apoio e aval de Agripino, um dos fiadores da candidatura junto à cúpula do regime. Apesar do apelo popular recebido pelos *marizistas*, Agripino era resistente à ideia de Mariz lançar-se candidato na convenção, pois havia o perigo de que ele seria cassado caso insistisse na candidatura. Em reunião, o ex-governador vetou o lançamento da candidatura de Mariz, solicitando que fosse redigida uma nota expondo os motivos pelos quais Mariz retirara sua candidatura, sobretudo as ameaças de perseguições políticas (Machado, 1978, p. 66-67).

Desacatando a decisão de seu primo, Mariz cancelou a publicação da nota e informou a Agripino sua decisão de ir à Convenção. Diante da irreversibilidade, Agripino acatou o posicionamento e declarou à imprensa seu apoio à Mariz (Machado, 1978, p. 68-69). Nas primeiras edições, os jornais publicaram a declaração de Mariz no qual apresentava suas razões para disputar a indicação na Convenção Estadual da ARENA:

Decidi aceitar a convocação de expressiva parcela da Arena para concorrer na convenção do partido ao cargo de Governador do Estado.

Não me move a ambição pessoal. Quero servir à democracia, quero valorizar a Arena. Eu não seria digno do exemplo de homens públicos como João Agripino e tantos outros que honraram os mandatos populares recebidos dos paraibanos, se não aceitasse esse desafio, ou se me rendesse às ameaças divulgadas por setores oficiais do Estado.

Todos querem a democracia. Poucos se dispõem a servi-la, poucos se dispõem em conquistá-la. Quero servir a democracia (Correio da Paraíba, 02 de jun. 1978, p. 1).

No dia da Convenção Estadual, Bichara publica mensagem aos convencionais *arenistas*, convocando-os para apoiarem Burity, cobrando sua fidelidade ao presidente da República e a necessidade de manter a “disciplina” e a “lealdade” partidária, e o “respeito aos compromissos assumidos” (A União, 04 de jun. 1978, p. 1). Seguindo a mesma linha de compromisso com o governo federal Burity publica nota para os convencionais, na qual aponta a necessidade de encontrar “soluções eminentemente brasileiras para os nossos problemas brasileiros”, se referindo ao processo de abertura democrática:

Precisamos oferecer ao Presidente o respaldo político indispensável, a fim de que as aberturas institucionais se procedam de forma realística, segura e tranquila, dentro de nossas tradições mais sagradas. Vamos encontrar soluções eminentemente brasileiras para os nossos problemas brasileiros.

[...] Sigam-me os que desejam a paz, a tranquilidade e o trabalho produtivo em benefício do progresso e da grandeza da Paraíba (A União, 04 de jun. 1978, p. 1).

A construção dos discursos de ambas as partes levava à Convenção Estadual dois candidatos com propósitos e perspectivas diferentes para aquele pleito. Burity apoiava-se



na autoridade do regime e na fidelidade que a ARENA deveria manter às suas decisões, sobretudo ao seu plano de abertura; quando fala em “soluções brasileiras”, ele faz referência ao processo de abertura “lenta, gradual e segura” proposto pela ditadura. Mariz, por sua vez, propagava o discurso de candidato “rebelde” e antirregime, buscando atingir setores populares insatisfeitos com a ditadura. Contudo, era apoiado pelos generais Golbery e Figueiredo, para quem deu seu voto no colégio eleitoral que o elegeu presidente na disputa contra o general Euler Bentes, candidato de oposição ao governo Geisel. Criticava o governismo, mas almejava o poder através de uma candidatura indireta.

Durante a Convenção, as falas dos políticos envolvidos diretamente no processo sucessório apontam para esse aspecto da natureza das candidaturas. Entre os oradores, destacam-se os discursos de Burity, Mariz, Sátyro e Agripino. O candidato governista pautou sua fala aos convencionais na necessidade de união do partido em torno do projeto político do regime e do processo de abertura proposto e comandado pela ditadura:

Nós estamos numa hora bastante importante para os destinos nacionais. O sr. Presidente da República e o seu sucessor, precisam de um respaldo político precisam de uma garantia de que na verdade no momento em que nós passamos para a institucionalização de nossos ideais democráticos, que se faça com segurança e tranquilidade. Não vamos jogar à toa esta ilha de ordem, disciplina e tranquilidade que o Brasil hoje desfruta, dentro de um oceano de contradições e atos de terrorismo contra a pessoa humana, de ameaça contra interesses nacionais (O Norte, 05 de jun. 1978, p. 11).

Mariz enquadrava sua campanha em outra perspectiva de democracia, construindo uma narrativa de sua candidatura como alheia aos conchavos políticos que marcaram o regime ditatorial: “Ninguém me nomeou candidato. Os convencionais da Arena e o povo da Paraíba fizeram de mim, Waldir e Ernani Sátyro os candidatos do partido” (O Norte, 05 de jun. 1978, p. 11). Em sua fala, questionou as motivações democráticas de seus adversários:

Todos condenam os governos aristocráticos e fechados, os governos de gabinetes trancados, mantendo o povo do lado de fora. Todos reclamam da marginalidade dos políticos e do Partido. Todos se lamentam pelo esquecimento do político do interior, dos prefeitos, dos vereadores, dos convencionais, dos humildes de toda parte da Paraíba. Mas quantos levantam a bandeira do desafio para satisfazer a vontade do povo? Muito poucos. Pois, eu, Valdir e Ernani levantamos essa bandeira. Abriremos as portas da Redenção para que a Democracia se instaure em nosso meio, para que o povo e somente o povo seja capaz de comandar os seus destinos. Afinal, é o povo o senhor da sua história (O Norte, 05 de jun. 1978, p. 11).

Contudo, o discurso proferido por Agripino destoava do tom de defesa da democracia, negando o caráter contestatório do governo militar da candidatura de Mariz:



A divergência não é uma contestação à Revolução porque os convencionais e o povo que apoia Mariz são revolucionários e da Arena. Não é uma contestação à indicação do Presidente Geisel e do futuro presidente João Batista de Figueiredo, porque se fosse não me filiaria a ela. Não permito que eles ou quaisquer outras pessoas possam duvidar da minha fidelidade e da minha correção. Tenho compromissos com o General Figueiredo, e manterei até o fim (O Norte, 05 de jun. 1978, p. 11).

Opinião igualmente proferida por Sátyro, que assegurou seu lugar político ao lado dos comandantes do regime, rememorando sua atuação no golpe civil-militar de 1964 e ao longo da ditadura:

Sou um homem da Revolução. Fui um de seus modestos, mas aguerridos batalhadores. Proferi 23 discursos contra o regime que afundava o Brasil na desordem, na indisciplina e no caos.

[...] Tenho, pois, o direito irrecusável de me dirigir ao meu Partido, o Partido da Revolução, da Revolução que é minha também, por menor que tenha sido o valor da minha contribuição, para pedir o voto de meus companheiros.

Não me anima [...] qualquer propósito de contestar os altos poderes da República. Não contesto o Presidente Ernesto Geisel, nem o General João Batista de Figueiredo, nem o presidente da Arena, Deputado Francelino Pereira. A todos estes eu respeito e acato, não só pelas suas elevadas investiduras, como pelos méritos, pessoais e políticos, de que são portadores (O Norte, 06 de jun. 1978, p. 1).

Havia um desalinhamento no discurso de Mariz com seus aliados em relação à natureza da aventura dissidente, demonstrando que esse movimento não compartilhava a rebeldia ao autoritarismo, expresso pelo deputado. Sua relação com Agripino e Sátyro era uma via de mão-dupla, na qual ambos os lados se beneficiavam com o apoio mútuo, buscando permanecer em espaços de poder no estado. Mesmo que aquele movimento contestatório, de “rebeldia”, junto aos dos demais estados tenha influenciado no processo de derrocada da ditadura, seus objetivos mais sinceros eram a obtenção do poder estadual.

Os números da votação da Convenção Estadual demonstram que havia uma divisão equilibrada dentro do partido. Para o cargo de governador biônico, a chapa Burity e Clóvis Bezerra foi escolhida por 152 convencionais, enquanto a chapa Mariz e Santos Lima obteve 124 votos. Para senador biônico, Cabral, candidato governista, recebeu 162 votos contra os 111 dados à Sátyro (O Norte, 06 de jun. 1978, p. 1). Esse equilíbrio pode ser explicado pelas lideranças que apoiavam a candidatura *marizista*, o que contrabalanceava com o governismo da candidatura de seu adversário.

Avançamos rapidamente no tempo para a sessão da Assembleia Legislativa destinada a sufragar o nome de Burity. Nela compareceram 313 votantes, 285 delegados municipais e 28 deputados estaduais, 21 *arenistas* e sete oposicionistas, esses últimos se abstiveram de votar. Entre os dez deputados “rebeldes” presentes na sessão, todos votaram pela eleição indireta dos indicados, por processo de votação nominal com 306



votos (A União, 02 de set. 1978, p. 1). Ou seja, uma rebeldia ocasional movimentou os ânimos em torno de Mariz, porém, essa se dissipou na medida que o fôlego da candidatura dissidente se esgotou, levando os “rebeldes” de volta ao governismo que lhes foi conveniente ao longo de toda a ditadura.

Considerações Finais

Quando olhamos para o processo de escolha dos “governadores biônicos” na Paraíba percebemos que não é possível coadunar com uma interpretação simplista de que havia um controle total por parte da ditadura dessas indicações. Apesar de se tratar de um mecanismo de controle do regime sobre a política estadual, os militares precisaram considerar uma série de fatores conjunturais dos estados. Resultou-se, assim, num jogo de negociações entre os militares no âmbito federal e os políticos no plano regional.

A dinâmica da política local era parte importante para a sustentação da ditadura, era de lá que vinham os parlamentares eleitos para o Congresso Nacional. Esses tinham seus interesses e suas pretensões políticas, que influenciavam diretamente nesse jogo de poder na escolha dos chefes dos Estados. A ARENA, nesse sentido, foi o campo principal de querelas entre os militares e a classe política ou entre seus próprios membros, que disputavam o controle do partido e, conseqüentemente, da política estadual.

Deve-se considerar ainda os momentos em que se procederam essas escolhas. Nas três eleições aqui analisadas (1970, 1974 e 1978), a ditadura, a ARENA e o sistema político de uma forma geral passavam por momentos diferentes. Do auge do autoritarismo até um momento que beirava o colapso do bipartidarismo, esses contextos tinham significativa influência na forma como se procederam a escolha dos governadores.

Esta foi uma análise extraída de pesquisa sobre a ARENA, o partido do qual foram indicados esses governadores. O estudo desse processo de escolha foi parte significativa para compreender a dinâmica do partido no estado e a relação deste com o comando do regime. Porém, é preciso pensar novas pesquisas que interpretem essas interferências da ditadura no sistema federativo brasileiro.

Data de Submissão: 24/05/2023

Data de Aceite: 06/10/2023



Referências

- BATISTELA, Alessandro. **A ditadura militar e o bipartidarismo: Gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1979)**. Curitiba: Editora CRV, 2019.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.
- CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas e ditadura militar: Um estudo sobre parlamentares da Arena e MDB**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado – UFRJ, 2008.
- CITTADINO, Monique. **Poder local e ditadura militar: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: Edusc, 2006.
- DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.
- DUWE, Ricardo. **Entre técnica e tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)**. Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UESC, 2016.
- FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: as maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí**. Recife: Tese de Doutorado – UFPE, 2009.
- GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009;
- KINZO, Maria D’Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.
- MACHADO, Jório. **Resistência ao medo: História de uma eleição indireta para governador**. João Pessoa: O Momento, 1978.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipurcs: 2013a, p. 09-33.
- OLIVEIRA, Ueber José de. **Elites capixabas no golpe de 1964: Bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982)**. Serra: Editora Milfontes, 2018.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; Earp, Fábio Sá. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 207-242.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Governadores políticos, governadores técnicos e governadores militares**. Dados. Vol. 8, 1971, p. 123-128.
- ROLIM, Francisco S. C. **Política nos currais**. João Pessoa: Ed. Acauã, 1979.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Para além do “sim, senhor”**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2016.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Poder local, partido político e ditadura militar**: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979). Belo Horizonte: Tese de doutorado, 2021.

TEIXEIRA, Marco Antônio. **Paulo Maluf**: Ascensão e declínio de uma liderança política. Aurora: Revista de Arte, mídia e política. São Paulo: vol. 5, n. 14, 2012, p. 31-45.



REDEMOCRATIZAÇÃO E EXPECTATIVA: ARTICULAÇÃO POLÍTICA DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA PERIFERIA DO RECIFE (1979-1988)

REDEMOCRATIZATION AND EXPECTATION: POLITICAL ARTICULATION OF RECIFE GHETTO NEIGHBORHOOD ASSOCIATIONS (1979-1988)



GEANE BEZERRA CAVALCANTI¹²⁹

Resumo

Este artigo divulga os resultados da dissertação “*Lutas e resistências dos moradores da periferia da cidade de Recife*” e tem por objetivo principal mostrar como as associações de bairro surgiram e ganharam força no cenário político da cidade do Recife. Analisamos sua articulação com o poder público municipal durante o fim da Ditadura Militar e no início do processo de redemocratização do país. Assim como, sua relação direta com os prefeitos e políticos da época, a forma em que foram organizadas administrativamente e sua atuação nas comunidades e na esfera política da cidade. Para compreendermos isso, utilizamos o cruzamento de dados a partir de publicações de livros e cartilhas sobre o tema elaborado pelos órgãos de estudos destes movimentos sociais, assim como os jornais comunitários e os Diários Oficiais da Prefeitura do Recife. A partir das informações colhidas, verificamos como as associações de bairro foram importantes durante a década de 1980 para a inserção dos moradores da periferia na vida política da cidade, ampliando as ações democráticas sem esperar pelas medidas do governo federal.

Palavras-chave: Redemocratização; periferia; associações comunitárias.

Abstract

This paper publishes the results of the dissertation “*Struggles and Resistances of Residents on the Outskirts of the City of Recife*”. The main objective of this paper is to show how the community associations emerged and gained strength in the political scenario of the city of Recife. We analyzed its articulation with the municipal public power during the end of the Military Dictatorship and at the beginning of the country's democratization process. As well as their direct relationship with the mayors and politicians of the time, the way in which they were administratively organized and their role in the communities and in the political sphere of the city. To understand this, we used the crossing of data from publications of books and booklets on the subject prepared by the bodies of studies of these social movements, as well as the community newspapers and the Official Gazette of the City Hall of Recife. From the information collected, we verified how important neighborhood associations were during the 1980s for the insertion of residents of the shantytown in the political life of the city, expanding democratic actions without waiting for measures from the federal government.

Keywords: Democratization; shantytown; community associations.

¹²⁹ Doutoranda em Ensino de História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Mestrado em História Social da Cultura Regional. E-mail: geane17@yahoo.com.br.



Introdução

Este artigo é resultado da minha dissertação “Lutas e resistências dos moradores da periferia da cidade de Recife”, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em História na UFRPE. Tem por objetivo mostrar o desenvolvimento das associações de bairro da periferia do Recife, suas reivindicações e articulação junto ao poder público municipal, durante o período de redemocratização do Brasil. As associações de bairro foram fundamentais para a participação dos moradores da periferia na construção da democracia na cidade do Recife.

O período de abertura política, 1978-1985, e a crise econômica geraram uma ansiedade nos brasileiros. Alguns lembravam com saudosismo o curto período democrático anterior ao golpe de 1964, outros não conheceram, como boa parte dos jovens que nasceram durante a ditadura. Mas, no final da década de 1970, e principalmente nos anos 1980, o país exigia uma mudança, mais que isso, queria uma ruptura com o velho estado de exceção. A experiência vivida durante os governos militares mostrou que a situação social do país não havia mudado, quiçá tenha piorado, o crescimento econômico beneficiou poucos, e novamente o país estava em crise, com uma inflação incontrolável que corroía o salário dos trabalhadores. Para quem fazia parte dos movimentos sociais o ressentimento era maior, da crescente conquista do espaço político, durante o início da década de 1960, à repressão, durante os anos ditatoriais, viram suas expectativas por justiça social ruírem. No entanto, os movimentos sociais obtiveram um novo respiro nos anos de abertura política, a partir de 1978, no qual suas expectativas por mudança política foram renovadas, voltando-se para uma democracia com participação popular, focada em mudanças sociais.

Para Koselleck (2006, p. 306) “todas as histórias foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”. Cada momento histórico terá sua expectativa, pois cada um representará uma experiência diferente. Durante a redemocratização, a expectativa dos movimentos sociais era que uma democracia popular no Brasil fosse capaz de resolver os problemas que o país atravessava, desde o mais urgente, como o aspecto econômico, por conta da inflação, como também os velhos problemas e conflitos sociais, como a luta por terra e moradia. Ainda para Koselleck (2006),

A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que



não estão mais, ou que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitidas por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiência alheia (Koselleck, 2006, p. 311).

As expectativas durante a redemocratização eram consequências de um conjunto de experiências vividas na fase democrática das décadas de 1950 e 1960, quando houve a organização e fortalecimento dos movimentos trabalhistas no campo e nas cidades, como também da ditadura, durante as décadas de 1960 e 1970, que naquele momento consumia o país através da censura, repressão e crise econômica. Cada indivíduo, ou grupo, possuía sua própria experiência, que era transmitida para a nova geração, formando uma experiência alheia, como nos diz Koselleck (2006). Esta experiência passada, mas também presente, já que “cronologicamente, toda experiência salta por cima dos tempos” (Koselleck, 2006, p. 310), agregada com novos elementos, gerou uma expectativa de mudança. O que acontece com a expectativa é algo semelhante com o que acontece com a experiência:

Também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (Koselleck, 2006, p. 310).

A expectativa na redemocratização estava marcada por estes sentimentos, medo, desejo, vontade, mas principalmente, esperança. A inquietude, provocada pela situação política, econômica e social do país, foi o que levou milhões de pessoas às ruas nas manifestações das Diretas Já. As expectativas estavam concentradas na democracia, acreditava-se que ela promoveria as mudanças, para melhor, que o país precisava.

Para a elaboração deste artigo foi realizada o cruzamento das seguintes fontes de pesquisa: jornais comunitários, livros e cartilhas de organizações sociais do período e o Diário Oficial da Prefeitura do Recife. Analisamos a atuação das associações de bairro com o poder público municipal através da sua relação com a gestão do prefeito Gustavo Krause (1979-1982), ainda dentro do contexto da Ditadura Militar, e do prefeito Jarbas Vasconcelos (1986-1988), já no período democrático. Também analisamos como ocorreu o aparelhamento e a organização administrativa das associações de bairro e sua relação com os partidos políticos do período, assim como, quando agiam de forma a contribuir para as ações do Estado e quando agiam de forma opositora a ele. As associações de bairro foram fundamentais para incluir a periferia no processo democrático, a inserindo na



política da cidade do Recife e conscientizando a população de baixa renda sobre seus direitos políticos.

Associações de bairros do Recife durante a gestão de Gustavo Krause (1979-1982): ainda sob a ditadura

O clima de reabertura política estimulou os movimentos sociais a se organizarem, junto à Igreja Católica e outras organizações civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), sindicatos, organizações e movimentos sociais buscaram participar mais efetivamente da redemocratização, sendo uma voz atuante do processo político. Na periferia do Recife, assim como em outras cidades do país, as associações de bairro voltaram a crescer. Algumas são organizadas espontaneamente, devido às reais necessidades existentes nas comunidades; outras são remanescentes do período anterior a abertura política, na maioria das vezes contaram com o apoio da Igreja Católica para permanecerem ativas; muitas associações também surgem a partir das ações promovidas pela Igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, que deram origem as associações de bairros e clubes de mães; outras foram estimuladas por iniciativa da prefeitura, que criava projetos com foco na organização dos moradores e ao mesmo tempo buscava controlá-los.

No Recife, muitas associações de bairro surgiram durante a prefeitura de Gustavo Krause, posto no cargo pelo então governador de Pernambuco Marco Maciel, que o indicou para o cargo em 1979, era o conhecido “prefeito biônico”, pois não chegou ao cargo através das eleições diretas. Ao assumir a prefeitura, elaborou dois projetos voltados para a periferia, o “Levante a mão e defenda seu bairro” e “Um por todos”. A partir deles foi possível a aproximação do prefeito com as comunidades, pois ele chegava a visitar pessoalmente junto com seus assessores as localidades que estavam inseridas no projeto. O interesse do governo em se aproximar dos movimentos de bairro, ainda durante a ditadura militar, era a forma encontrada por ele para organizar e controlar o processo democrático. Assumindo este posicionamento, teriam o controle dos movimentos sociais de periferia, que poderiam se voltar contra a ditadura, já que boa parte havia tomado este posicionamento, além de evitar novas lideranças entre o povo.

Logo o discurso dos movimentos de bairro foi apropriado pelo então prefeito. Temas como participação, conscientização, organização, transformação social, entre outros, passaram a ser recorrentes nos discursos de Krause. Isso fica evidente já na fala que realizou no ato da posse na prefeitura em 1979:



É meu compromisso buscar a melhoria da qualidade de vida, principalmente das populações de baixa renda, porque o bem-comum é o fim maior do exercício do poder. E sua realização implica em atender a todos em razão de suas necessidades. O homem é a medida de todas as coisas e o social, a medida de todas as prioridades.

(...)

É meu compromisso que o povo não me fará pedidos porque me anteciparei na satisfação de sua vontade. Subirei morro, visitarei palafitas, percorrerei avenidas, beberei conhecimento na intuição popular, aprenderei a sabedoria de vivência feita: o governo se fará da cidade para a prefeitura e não da prefeitura para a cidade. O povo é fonte do poder e o governo instrumento de sua vontade (Silva; Amorim; Montenegro, 1988, p. 17).

Observamos que o discurso de Krause engloba os discursos dos movimentos sociais da época, de união comunitária e participação política, enfatiza uma administração pública participativa, portanto “democrática”, mesmo vivenciando uma ditadura. Subir morros e visitar palafitas era a forma de se mostrar como um governo popular. A afirmação do prefeito de que o “povo é fonte do poder e o governo instrumento de sua vontade”, naquele momento, assim como vários outros, mostrou-se ser o contrário, pois, num primeiro momento, serviu como política popular junto à iniciativa das comunidades, por outro, serviu como forma de controle sobre essas organizações.

O projeto “Um por todos” distribuía material para que os próprios moradores fizessem as melhorias no bairro, como muros de arrimo e canais, de forma voluntária, organizando-se em mutirões. O jornal comunitário *A Voz das Comunidades*, produzido pelos moradores do Alto Santa Isabel, divulgou algumas ações produzidas por este programa municipal em alguns bairros do Recife, algumas manchetes eram:

Aterro – A Prefeitura da Cidade do Recife está providenciando o aterro para o setor do Gaiolão. Os moradores já receberam os carros de mão e as pás, através do barracão, para que eles mesmos providenciem o aterro do local.

Um por todos – O povo da Macaxeira prepara-se para realizar o projeto Um por Todos. Sete ruas já estão com suas comissões organizadas: Ida Maria, Anita, Maria Amália, Alves Florêncio, Valdemar Campos, 19 de março e travessa Maria Cândida (Tópicos. *A Voz das Comunidades*, Recife, junho de 1981, p. 3. APEJE).

As notícias mostram a organização do programa e sua expansão, já que novos bairros sempre estavam sendo agregados ao projeto. O aterro na comunidade do Gaiolão foi realizado pelos moradores com a disponibilização do material oferecido pela prefeitura. “O barracão” foi a forma como ficaram popularmente conhecidos os Núcleos de Planejamento Comunitários (NPCs), local administrado pela prefeitura, responsável pelo contato entre o governo municipal e a comunidade. Era responsável pela distribuição



do material para as melhorias estruturais das comunidades, mas também respondia por atividades assistenciais, como cuidados médicos, odontológicos, recreação ou atividades lúdicas (Luna, 2014).

Os barracões concentravam todas as atividades que a prefeitura exercia nos bairros, recebiam as reivindicações e forneciam o material para as melhorias nas comunidades. Dessa forma, a prefeitura também evitava que as mobilizações populares fossem para as ruas por meio de manifestações, já que estas atividades se mostravam como uma maior ameaça ao governo. Com os barracões, a prefeitura podia suprimir qualquer tentativa de protestos, manifestações e passeatas (Silva; Amorim; Montenegro, 1988).

Outra função dos barracões, como já foi visto, era fornecer material para as melhorias estruturais nas comunidades, pois quem trabalhava nas obras eram os próprios moradores, de forma voluntária, ou seja, não recebiam remuneração. Esta situação não agradava a maior parte dos moradores, pois muitos trabalhavam em outros horários e ficavam cansados para depois seguir trabalhando pesado em construções de muros de arimos, canais e calçamento de ruas. No bairro da Macaxeira, em uma reunião sobre o projeto “Um por todos” e um trabalho de melhoria que seria realizado no canal do bairro, que contou com a presença do senador Marcos Freire; após este ter informado que o prefeito teria solicitado uma “bolada em dinheiro” para o projeto Recife, ou seja, para as melhorias nas comunidades, o público presente manifestou-se: “A gente não sabia disso não. Na Prefeitura, para nós aqui, é sempre a mesma cantilena: não tem dinheiro para vocês, não. E o doutor... que esteve aqui outro dia, e foi até xingando a gente, nunca falou disso para a gente”¹³⁰. A surpresa dos moradores era com a divergência da informação, se chegou muito dinheiro para os projetos implantados pela prefeitura, por que a justificativa era de que não tinha dinheiro? A reação dos moradores demonstra a tensão e seriedade com que eles tratavam os assuntos da comunidade. As críticas continuaram:

Alguns daqui aceitaram da Prefeitura o material para fazer um arranjo no Canal. Mas arranjo não é canalização e serviço bem feito”. ‘O povo daqui, pobre, cansado pelo trabalho, mal alimentado, será que pode fazer um trabalho bem feito?’. ‘Querem sugar até as últimas gotas de sangue da pobreza... e nos bairros ricos é o povo que faz estes trabalhos?’. ‘O salário que o povo recebe é salário de fome.’¹³¹

¹³⁰ Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela, Maio/junho de 1981, p. 07. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>.

¹³¹ Ibid.



Os comentários feitos pelos presentes na reunião são bastante válidos. Arranjo não é canalização, seria algo de fato bem feito? Se havia dinheiro, por que os pobres trabalham de graça mesmo depois de já terem trabalhado nos seus serviços, já que nos bairros de classe média os serviços eram realizados por empresas contratadas e não pelos moradores?

Apesar das queixas colocadas pelos moradores, o encontro na Macaxeira terminou com alegria após Pedro Eurico, outro político presente na reunião, informar que a empresa Othon não incomodaria mais os moradores que ocupavam um terreno reivindicado pela empresa¹³². A questão da posse da terra ainda era a maior preocupação dos moradores de várias comunidades do Recife, que sempre corriam o risco de perderem as suas casas. O movimento “Terras de Ninguém” deu início às desapropriações que ocorreram durante a década de 1980, porém, muitas comunidades ainda tiveram que lutar muito pelo direito de possuir uma moradia.

Observamos que a organização e a pressão popular surtiram efeito mesmo durante um período adverso, de Ditadura Militar. A periferia da cidade conseguiu ser ouvida pela gestão pública municipal, negociou com ela, conseguiu algumas melhorias que a própria comunidade as promoveu. Por outro lado, também fez crítica à gestão municipal, questionando algumas atitudes, como a questão de os próprios moradores terem que trabalhar nas obras. Isto mostra que os moradores dos bairros estavam atentos às manobras da prefeitura.

Gestão democrática e organização das associações de bairro durante a prefeitura de Jarbas Vasconcelos (1986-1988)

A relação entre associações de bairros e as prefeituras do Recife durante a década de 1980 vivia no limite entre a parceria e a crítica. A gestão de Gustavo Krause mostra bem isso, seus esforços de se aproximar do povo e realizar um diálogo mais direto com essa camada da população fizeram com que associações e prefeitura trabalhassem juntas em alguns projetos que visavam a melhoria das comunidades, como o “Um por todos”. O prefeito costumava visitar as comunidades e esforçava-se em ser um político popular.

Em 1982, Roberto Magalhães do Partido Democrático Social (PDS) é eleito governador de Pernambuco, derrotando Marcos Freire do Partido do Movimento

¹³² Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela, Maio/junho de 1981, p. 09. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro: <http://www.cpvsp.org.br>



Democrático Brasileiro (PMDB). Como na época o cargo de prefeito do Recife estava ligado ao governador, Joaquim Francisco Cavalcanti é posto como prefeito da cidade. Com a saída de Gustavo Krause, o novo governo municipal direcionou suas ações para a formação de projetos que atendiam a cidade no geral, não elaborando programas voltados aos bairros. Com isso, o atendimento das reivindicações dos conselhos e associações de moradores ocorreu de forma esporádica, através da pressão popular (Silva; Amorim; Montenegro, 1988).

Com as eleições para prefeito nos fins de 1985, após anos sem eleição durante a ditadura, inicia-se a campanha de Jarbas Vasconcelos a prefeito do Recife, que após um racha com o PMDB, deixa o partido e se filia ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Com o apoio das esquerdas, lideranças populares e setores independentes, Jarbas resgata a Frente do Recife, que serviu de base de apoio à sua candidatura. Segundo Silva, Amorim e Montenegro (1988, p. 21), a vitória de Jarbas nas urnas passou a representar “uma reconquista do poder pelas forças populares”, deixando como desafio ao novo prefeito “pôr em prática a relação poder popular e poder público”. A democracia aqui foi utilizada pelos populares para conseguir um governo que os ouvisse mais e abrisse mais espaços de participação política. Neste caso, a ação democrática serviu como arma dos mais fracos para combater os interesses dos mais fortes. O prefeito prometeu construir um mandato com participação popular e respeitando os movimentos sociais.

A Frente Popular do Recife, liderada por Jarbas, apresentou-se durante a campanha eleitoral com um projeto de realização de um governo democrático, transparente, abrangente e popular:

Democrático: as comunidades serão integradas na administração da cidade, coparticipando e fiscalizando [...]; Transparente: a prefeitura abrirá canais de comunicação com a população, de tal forma que todo cidadão possa acompanhar sua prestação de contas; Abrangente: [...] será desencadeado um processo permanente de atendimento das imensas carências da população; Popular: a integração da grande massa de necessitados ao processo político-administrativo [...] será a tônica da administração da Frente do Recife (Luna, 2014, p. 140).

Com o discurso de ampliar a democracia municipal, abrindo espaço para a participação popular, o governo cria o programa Prefeitura nos Bairros. Este tinha como objetivo levar equipes da prefeitura (prefeito, secretários, dirigentes de empresas e de funções municipais e assessores) para os bairros e assim discutir com os moradores as obras mais urgentes e as ações a serem tomadas pela prefeitura na localidade (Silva; Amorim; Montenegro, 1988).



O projeto Prefeitura nos Bairros foi lançado no dia primeiro de março de 1986 com o encontro entre o prefeito Jarbas Vasconcelos e secretários da prefeitura na comunidade do Ibura. O encontro ocorreu na Escola Maria Sampaio de Lucena. Também participaram do primeiro encontro representantes das comunidades do Jordão, Dois Carneiros, Lagoa Encantada, Vila do Sesi, Tancredo Neves e dos Milagres, Três Carneiros, Ibura de Baixo e Jardim Monte Verde. O encontro também contou com a participação de atrações culturais. Segundo o titular da pasta da coordenação, José Alindo Soares, os encontros com as comunidades aconteceriam mensalmente e o mais importante no projeto era a “participação do movimento popular nas decisões da atual administração, de forma coletiva, organizada e ampla das suas entidades e grupos sociais, decentralizando as ações e decisões do prefeito do Recife”¹³³. Um dos resultados da reunião foi a criação de um mutirão de barreiras, para conter os deslizamentos de terra.

Em maio de 1986, o Diário Oficial da cidade do Recife divulga outros encontros que ocorreriam no bairro da Boa Vista, no Colégio Municipal Reitor João Alfredo, com participação dos representantes dos bairros da Boa Vista, Ilha do Leite, Bairro do Recife, Santo Antônio, São José, Santo Amaro, Soledade, Paissandu, Coelho, Ilha Joana Bezerra e Cabanga. A notícia ainda diz que, no momento, a prefeitura estava analisando as reivindicações feitas em uma plenária anterior, na qual se reivindicava para o bairro da Boa Vista a ampliação do mercado público, segurança, saúde e educação. Já as reivindicações dos bairros de Joana Bezerra, Coque e Ilha Santa Terezinha eram: limpeza urbana, pavimentação de ruas, transporte coletivo, iluminação, terraplenagem, creche, serviços de telefone, áreas de lazer, abastecimento de água e um centro cultural¹³⁴. Estes bairros eram uns dos mais pobres da cidade (e ainda são), com pouca ou nenhuma infraestrutura, por isso a grande quantidade de reivindicações.

A prefeitura chegou a realizar algumas obras nas comunidades, fruto das discussões feitas nas reuniões. Drenagem, construção de canais e pavimentação foram algumas das reivindicações contempladas¹³⁵. A maior parte das obras nas áreas de morro

¹³³ “Jarbas inicia no Ibura o ‘Prefeitura nos Bairros’”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198602&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁴ “Jarbas despachará no bairro da Boa Vista”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 16 e 17 de maio de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁵ “Jarbas inspeciona obras pedidas pelas comunidades”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em:



foram realizadas no Bairro de Casa Amarela, maior bairro e mais populoso do Recife naquele momento. Os moradores faziam o acompanhamento e fiscalização das obras através de um calendário estabelecido após reunião com a prefeitura.

Logo no primeiro ano de programa a prefeitura recebeu quarenta e oito documentos contendo as reivindicações de mais de 70 entidades do bairro de Casa Amarela, com a alegação de falta de recursos nem tudo foi atendido. Porém, a prefeitura procurava enfatizar a participação popular que estava ocorrendo na administração pública. O prefeito Jarbas Vasconcelos defendia esta posição, segundo ele, “nenhuma decisão é tomada dentro da prefeitura sem que passe por um amplo debate” (Luna, 2014, p. 145). Esta participação popular na administração municipal era algo a ser valorizado de fato, mesmo que nem todas as reivindicações estivessem sendo atendidas, pois fortalecia a democracia e contribuía para o maior engajamento comunitário dos moradores das periferias, tendo ainda em vista um passado sem muita abertura e sem diálogo entre gestão pública e comunidade. O projeto Prefeitura nos Bairros permaneceu durante o ano de 1987 e 1988, atingindo todos os bairros da cidade do Recife.

O governo Jarbas também procurou rever o Projeto Recife, elaborado durante a prefeitura de Gustavo Krause, a nova proposta era torná-lo menos burocrático e mais participativo. O novo projeto envolvia macrodrenagem (canais, rede viária, projeto de educação sanitária, emprego e renda). Após os acertos e ajustes, o projeto foi discutido numa grande plenária com as associações de bairros, onde foi comentada a complexidade do projeto¹³⁶. Alguns participantes criticaram o pouco tempo de discussão sobre o tema, o que preconizaria o debate e a participação popular.

Apesar das reuniões e propostas serem discutidas diretamente com a população, alguns líderes comunitários se queixam de que as reivindicações não estavam sendo atendidas, e colocavam o novo governo eleito nas mesmas condições de outros anteriores, que prometiam e não cumpriam¹³⁷.

Contudo, comparando as duas gestões municipais, a de Gustavo Krause e Jarbas Vasconcelos, vemos que o prefeito eleito procurou corresponder às expectativas do seu eleitorado, já que contou com a ampla votação dos eleitores da periferia, inaugurando uma gestão de proposta popular que dialogava diretamente com os representantes das

http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198607&PagFis=538&Pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁶ “Projeto Recife é discutido”. *Folha dos Bairros*. Janeiro/fevereiro de 1987. p. 3. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 15 out. 2016.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 23.



comunidades. Já a prefeitura de Gustavo Krause, apesar de possuir uma proposta popular, sua política também servia de manobra para obter o controle das organizações sociais, isso foi perceptível para os moradores das periferias do Recife, já que os órgãos municipais tinham o controle sobre os barracões.

Aparelhamento das associações de bairro do Recife durante a década de 1980

A organização popular dos movimentos de bairro estimulou, em 1982, a formação de uma sociedade civil sem fins lucrativos que tinha por objetivo a assessoria aos movimentos de bairro da Região Metropolitana do Recife (RMR), era a Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social – ETAPAS (Silva; Amorim; Montenegro, 1988, p. 11). A ETAPAS foi responsável pela realização de estudos e pesquisas com as associações de bairro procurando observar de que forma elas estavam organizadas, quais eram as reivindicações mais emergenciais, como estava sendo a relação entre associações e prefeitura, e procurava se relacionar com as comunidades através do jornal Folha dos Bairros, de produção mensal. A partir do levantamento elaborado pelo órgão, em 1986, foi possível conhecermos a forma em que as associações estavam organizadas e suas características. Aqui comentaremos alguns desses dados levantados pela ETAPAS.

A maior parte das associações de bairro do Recife surgiu entre os anos de 1978 e 1982, período de abertura política, quando o governo do Estado e o prefeito reconheceram as pressões populares e procuraram criar canais de diálogo com elas. Porém, apenas 5,56% das associações entrevistadas afirmaram terem surgido com apoio político. Vejamos o quadro abaixo:

COMO SE DEU A CRIAÇÃO DA ENTIDADE

Alternativa	Frequência	Percentual
Reivindicações de melhorias urbanas/ equipamentos sociais	53	58,89%
Grupo de trabalhos (atividades educativas/ profissionais/promocionais/ religiosas)	18	20,00%
Comitê eleitoral	3	3,33%
Posse da terra	2	2,22%
Atividades recreativas e lazer	6	6,67%
Remoção/ desfavelamento	7	7,78%



Projetos da prefeitura no período 78/82	5	5,56%
Outros	10	11,11%
Não sabe/ não respondeu	2	2,22%
Total de entrevistados	90	100%

O quadro nos mostra que mais de 50% surgiram de forma espontânea, a partir da

Fonte: Pesquisa direta – ETAPAS, set./86. Nota: respostas múltiplas *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro:** Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988. p. 69.

organização dos moradores entorno das necessidades do bairro. Já 20% foram formadas através de grupos de trabalhos, que envolviam atividades educativas, profissionais e religiosas.

Outros dados contidos nessa mesma pesquisa é que 85,56% das associações de moradores possuem um estatuto próprio. Entre estas que possuem, 87,01% discutiram com os moradores sua aprovação. Isto garante o espírito democrático das associações, com ampla participação da comunidade. Com relação ao gênero dos líderes e membros das associações, em 75% delas, a maior frequência de participação é de mulheres. A mulher, além de trabalhar fora, é a responsável pelos cuidados da casa e dos filhos, logo, a falta d'água atrapalha suas atividades domésticas, com água encanada o trabalho de lavar roupas, pratos e outras atividades se tornariam mais fáceis, ela é quem mais sente falta de escolas e creches para os filhos ou do posto de saúde para sua família, por isso ela sente mais a falta de infraestrutura na comunidade em que vive e é quem mais reivindica e mostra interesse pelos problemas do bairro. Apesar disso, as mulheres ocupavam em apenas 22% das associações o cargo de direção, portanto 78% dos líderes comunitários eram homens. Mesmo assim, duas grandes organizações voltadas para os bairros, a Federação Metropolitana de Bairros do Recife (FEMEB) e a Federação das Associações e Conselhos de Casa Amarela (FEACA), eram presididas por duas jovens mulheres, Iêda Ventura e Edna Teotônia.

As associações de bairro estavam organizadas em: diretoria, formada pelo/a presidente e vice; secretário/a e tesoureiro/a; algumas possuíam uma comissão organizadora, na qual o coordenador assumia as atribuições do presidente e “realiza contatos com as instâncias do poder público” (Silva; Amorim; Montenegro, 1988, p. 30). Cerca de 74,44% das associações possuíam uma diretoria que já havia exercido o cargo anteriormente, sendo apenas 25,56% ocupadas por uma nova direção, o que nos mostra que havia pouca renovação de lideranças comunitárias, seja porque não apareciam novos



líderes ou pelo fato de que os mais antigos não abriam espaço para novas lideranças, monopolizando as direções das associações. Com relação à tomada de decisões das associações de bairros, cerca de 67,78% as tomavam por meio de assembleias, com a participação dos membros da comunidade, enquanto 31,11% quem as tomava era a diretoria. Em 95,89% realizavam eleições para a escolha da diretoria, destas, 60,27% escolhiam os dirigentes através do voto direto, e 35,62% por assembleias.

Em um período de redemocratização, no qual depois de anos a população pôde realmente eleger pelo voto o prefeito da cidade e o governador do estado, sendo que ainda não se podia votar para a presidência da república, a população carente já estava se acostumando ao processo democrático a partir das eleições das associações de bairro.

Movimentos de bairro e política: cooperador ou opositor do Estado?

Os movimentos sociais, principalmente os de bairro, possuem uma relação bastante estreita com a política e com o Estado, afinal, o que motiva sua existência é a falha do Estado em assegurar os direitos básicos dos cidadãos, especialmente os mais pobres. A mobilização das organizações de bairro procura o Estado para que este cumpra o seu papel de garantir o bem estar comum a toda população, não almeja um Estado paternalista, mas sim um Estado democrático, no qual os mais desprovidos também possam participar (Ammann, 1991). Assim, o Estado será, “através dos seus diversos órgãos, (...) um interlocutor permanente e o palco privilegiado onde se digladiam os interesses diversos e diferenciados do movimento popular urbano” (Silva; Amorim; Montenegro, 1988, p. 25).

Desta forma, os movimentos sociais, ao agirem junto com a população, sendo um veículo de conscientização, ampliam a cidadania iniciada a partir da formação de uma identidade comunitária, ela primeiramente é exercida nos bairros, depois se expande até atingir a esfera pública e política. Os populares não só buscam a cidadania como também ajudam a construí-la.

É através das mobilizações por reivindicação de infraestrutura coletiva que os movimentos de bairro firmam seu espaço político. As passeatas, confecções de faixas, a ocupação dos espaços políticos (Câmara dos Vereadores; Palácio do Governo; Assembleia Legislativa e as ruas) são as táticas encontradas pelas associações de bairro para pressionar o poder público e ganhar visibilidade política. Esta ação independente dos políticos tradicionais fez com que 67,78% das associações e conselhos de moradores, durante a década de 1980, tivessem surgido sem interferência de partidos políticos (Silva; Amorim; Montenegro, 1988). Este é um dado considerável, já que o fato de serem



autônomas fez com que as associações criassem um olhar mais crítico sobre o governo municipal, independente do político ou partido que estivesse no cargo. Também revela o nível da organização popular que, de forma espontânea, debatia seus problemas e buscavam soluções.

Os programas criados durante o governo de Gustavo Krause (como o “Um Por Todos” e “Levante a Mão e Defenda seus Bairros”), que tinham o intuito de barrar os movimentos populares independentes, não conseguiram alcançar seus objetivos. As associações de bairro e outros movimentos sociais urbanos permaneceram ativos e funcionando de forma independente da prefeitura, levantando questões, fazendo reivindicações, buscando o debate e a solução dos problemas enfrentados nas periferias. Isso foi importante para demarcar o espaço político das organizações de bairro. Esta independência também contribuiu para o fortalecimento dos movimentos de bairro.

Organizar-se de forma independente da prefeitura não impedia que alguns líderes de associações de bairros fossem filiados a alguns partidos políticos. Em um ambiente tão politizado, como os movimentos sociais, era comum que houvesse pessoas filiadas. Em uma pesquisa promovida pela ETAPAS, em diversas comunidades do Recife, foi questionado aos moradores se eles sabiam a quais partidos os dirigentes das associações estavam filiados, o resultado foi o seguinte:

PARTIDOS POLÍTICOS AOS QUAIS OS DIRIGENTES ESTÃO FILIADOS		
Alternativa	Frequência	Porcentagem
PMDB	42	15,38%
PDS	-	-
PFL	33	12,09%
PT	3	1,10%
PTB	1	0,37%
PCB	2	0,73%
PDT	2	0,73%
PSB	-	-
PC do B	-	-
Outros	1	0,37%
Não sabe/ não respondeu	140	51,28%
Não são filiados a partidos	55	20,15%
Total de entrevistados	273	100%

Fonte: Pesquisa direta – ETAPAS, set./86. *apud* SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; Montenegro, Antônio Torres. **Movimento de Bairro:** Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988.

Observamos no quadro que a maior parte dos moradores, 51,28%, não sabe a quais partidos os dirigentes são filiados ou se eles não são filiados. Cerca de 20,15% não eram filiados a nenhum partido político, um número também considerável. Entre os



partidários, os partidos com mais filiados dos movimentos de bairro eram: PMDB, PFL, PT, PCB, PDT e PTB. O PMDB concentrava mais filiados, era o partido de oposição à ditadura com maior visibilidade no período e também era o partido de políticos populares de Pernambuco, como Jarbas Vasconcelos e Miguel Arraes.

Os movimentos de bairro possuíam uma ação política ampla, que ia além dos problemas nas comunidades, também se interessavam pela questão política a nível estadual e nacional, buscavam participar da tomada de decisões importantes dos governos municipal, estadual e nacional, almejando a ampliação da democracia.

A eleição de 1986, que elegeu Miguel Arraes (PMDB) como governador e outros políticos da Frente Popular (bloco composto por alguns partidos que fizeram oposição ao Regime Militar), contou com ampla participação e apoio popular. O jornal Folha dos Bairros entrevistou Miguel Arraes, após sua vitória nas eleições, querendo saber quais seriam as medidas prioritárias da Frente Popular e sua opinião com relação a questões nacionais, como o Plano Cruzado II (Folha dos Bairros, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 4). Em uma década de crise econômica, que afetava principalmente os mais pobres, era difícil os movimentos de bairro ficarem alheios às questões da política econômica nacional. O jornal também buscou a opinião dos líderes dos movimentos de bairros sobre o resultado da eleição. Iêda Ventura, presidente da FEACA, informou que haveria uma reunião com os representantes das associações de bairro para discutir a eleição de Arraes, só após a reunião saber-se-ia a posição da Federação com o resultado das eleições. Eronildo Cardoso, presidente da Federação Comunitária de Pernambuco – FECOPE, informou o que o órgão esperava do governo Arraes:

A Fecope espera do Governo Arraes a descentralização da administração pública, um melhor relacionamento entre autoridades e comunidades, o reconhecimento das diretorias eleitas nas entidades representativas do povo e que os governos estadual e municipal não ponham o dedo no processo interno dessas organizações populares (*Folha dos Bairros*, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 5).

Observamos que o presidente da FECOPE esperava um melhor relacionamento entre os movimentos de bairro e os governos do Estado e do município, também considerava importante o reconhecimento das diretorias eleitas nas entidades representativas do povo por parte do setor público, ou seja, que vissem os líderes populares como representantes diretos do povo e que dialogassem com eles, sem impor medidas de cima para baixo. O que nos chama mais atenção é o desejo do presidente da FECOPE de que o governo "não ponha o dedo no processo interno dessas organizações



populares", logo, não interferisse na política das associações, permitindo-as trabalharem de forma independente, com autonomia total.

O presidente do Conselho deliberativo da Federação das Associações de Moradores dos núcleos habitacionais de COHAB e Similares de Pernambuco (FEMOCO HAB), Almir de Barros, dá uma resposta semelhante à do Eronildo Cardoso, segundo Almir Barroso esperava-se que houvesse

uma maior participação das comunidades nas ações governamentais em áreas carentes e tenham voz e vez dentro do Palácio do Campo das Princesas. (...) Últimos governos a participação popular foi supérflua, de fachada, e a única secretaria que deu um pouco de acesso aos comunitários foi a do Trabalho e Ação Social (Folha dos Bairros, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 5).

Esperava-se que Arraes retomasse o costume de ouvir os representantes populares, dialogando com eles, como era no seu governo anterior ao golpe de 1964. Almir Barros ainda denuncia a participação de fachada que tiveram dos políticos anteriores. Esperava-se, de fato, uma representação mais democrática. Moacir Gomes, presidente da Assembleia dos Bairros, mostrou uma visão interessante sobre a vitória de Arraes e da Frente popular, para ele “isso pode parecer que as coisas agora possam estar às mil maravilhas, o que não é verdade” (Folha dos Bairros, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 5). A preocupação de ter elegido o grupo que recebeu o apoio dos movimentos populares era a acomodação, achar que tudo estava resolvido, ou começar a trabalhar de forma partidária. Ele frisa também que as associações devem continuar seu trabalho de reivindicação, de forma autônoma e dialogando com o governo. Moacir Gomes ainda afirma que o movimento popular organizado não permitiria tratamento isolado, queria que as reivindicações fossem tratadas em bloco (Folha dos Bairros, Recife, n. 1, ano I, dez. 1986, p. 5), pois com o governo trabalhando com os movimentos de forma total, eles sairiam fortalecidos e mais reivindicações seriam atendidas.

Os movimentos de bairros também estavam atentos quanto a Constituinte. O Jornal Folha do Povo, em um editorial, mostra-se insatisfeito em relação a como o processo estava encaminhando, pois assim como as constituições anteriores, esta seria mais uma “Constituição sem povo”. A queixa dava-se porque, ao invés de uma Assembleia Constituinte, haviam formado um Congresso Constituinte, dessa forma, os movimentos sociais ficaram de fora do processo. Outra queixa era que com um Congresso Constituinte os políticos tomariam decisões que fossem de interesse deles. Outro fato era que 22 senadores biônicos postos no cargo nas eleições de 1982 também fariam parte da



Constituinte, o que representava uma ala conservadora, ligada aos militares e sem voto popular (Folha dos Bairros, Recife, n. 2, ano I, jan./fev. 1987, p. 1).

Para minimizar a falta de participação popular na Constituinte houve um encontro entre os movimentos populares, incluindo os de bairro e alguns políticos pernambucanos da Constituinte: Maurílio Ferreira Lima, Cristina Tavares e Egídio Ferreira Lima. O encontro ocorreu no dia 13 de março de 1987, no DCE, localizado na Rua do Hospício, o encontro foi promovido pela Interentidades, Povo na Constituinte, Centro Josué de Castro e Centro Teotônio Vilela. O jornal Folha dos Bairros acompanhou o 1º encontro e divulgou a opinião dos políticos e dos líderes dos movimentos de bairro e sindicatos. Iêda Ventura, presidente da FEACA, afirmou que o órgão está debatendo a Constituinte com os populares e que a população de Casa Amarela queria que fosse aprovada uma lei de “proibido passar fome” (Folha dos Bairros, Recife, n. 3, ano I. mar. 1987, p. 3).

A opinião dos moradores revela uma realidade de fome e miséria na periferia do Recife, por isso esperava-se que a nova Constituição contribuísse para fazer do Brasil um país mais justo, menos desigual. Luiz Carlos, presidente da Associação de Moradores do Entre-Apulso, compartilha de uma opinião semelhante com a da FEACA, “os deputados Constituintes não pensam na barriga do povo, estão preocupados com as empresas que financiaram suas campanhas” (Folha dos Bairros, Recife, n. 3, ano I. mar. 1987, p. 3). Luiz Carlos também faz uma referência à fome e à situação difícil dos mais pobres ao dizer que os “deputados Constituintes não pensam na barriga do povo”. Ele também demonstrou uma descrença na Constituinte por julgar que os políticos defendiam interesses próprios. O encontro revelou a descrença de maior parte dos presentes, que julgaram a Constituinte conservadora e que os interesses das elites iriam sobressair, em detrimento dos anseios populares.

O espaço cedido para a população participar da Constituinte foi o curto período de 17 de julho a 1 de agosto, quando deveriam ser enviadas as emendas populares para a Assembleia Nacional da Constituinte, contendo no mínimo 30 mil assinaturas. Em Pernambuco, as emendas populares reivindicavam direitos para mulheres, reforma agrária, direitos dos aposentados e pensionistas da previdência social, direitos dos trabalhadores, dentre outros (Folha dos Bairros, Recife, n. 5, ano I, jun. 1987, p. 10). No dia da entrega houve uma grande passeata e festa em Brasília, o público pedia Diretas Já, para 1988, e pressionavam os congressistas a aprovarem as leis de cunho popular para assim diminuir as desigualdades do país. Vários grupos compareceram à passeata: cadeirantes, mulheres, crianças, trabalhadores, índios, agricultores e até empresários



(Folha dos Bairros, Recife, n. 6, ano I, ago. 1987, p. 11). Esta foi uma mobilização democrática, como há muito tempo não se via no país, o povo, impaciente, exigia maior participação popular na política, ou seja, mais democracia.

Cooperador ou opositor?

Como vimos, as associações de bairro tinham uma relação estreita com o Estado, ela o procurava para que assim pudessem ter seus direitos garantidos e respeitados, em alguns momentos trabalharam como opositoras, reivindicando e o criticando, em outras como parceiras, para ter suas reivindicações atendidas. Ammann (1991, p. 118) ao estudar os movimentos populares de bairro do centro-oeste fez a seguinte pergunta: “O Movimento Popular de Bairro encontra-se à instância estatal como cooperador ou como foco de oposição?”. Aqui tentamos responder a mesma pergunta, agora sob a realidade das associações de bairro do Recife.

A partir de 1978 os movimentos populares encontraram brechas no período de abertura política, novas associações de bairro começaram a surgir. Percebendo isso, o governo estadual e municipal se antecipou aos movimentos, aproximou-se e tentou criar outras formas de trabalho para as associações, na tentativa de controlá-los e evitar manifestações e protestos que poderiam afetar o governo. A prefeitura de Gustavo Krause é um exemplo disso, porém os movimentos de bairro souberam ser críticos quanto a isso e os projetos criados pela prefeitura na tentativa de concorrer com as associações de bairro independentes não se sustentaram. As associações de bairro aqui, eram opositoras ao Estado.

Com a eleição de Jarbas Vasconcelos para a prefeitura do Recife, que contou com o apoio popular, a relação entre os movimentos de bairro e o governo foi modificada. Estes movimentos passaram a atuar ao lado do Estado, pois agora ele não seria mais seu opositor. Esta situação se mostra favorável aos movimentos de bairro, mas também temerosa. Favorável pelo fato de que sendo o governo mais próximo dos interesses populares, os movimentos de bairro, possivelmente, teriam mais facilidade para o diálogo e para terem suas reivindicações atendidas. Mesmo assim, alguns se mostraram preocupados, pois esta vitória política poderia acomodar as associações, o que poderia levá-las a não agir de forma crítica perante o novo governo. Pelo que observamos, este não foi o caso durante a prefeitura de Jarbas, as associações continuaram apoiando a prefeitura, mas também analisando de forma crítica suas ações, que nem sempre saíam da forma esperada.



A expectativa gerada durante o processo de abertura política em parte foi atendida, com as eleições diretas para prefeito e governador. Os candidatos apoiados pelos movimentos sociais pernambucanos venceram e puderem pôr em prática uma forma de governo mais democrática, com mais participação popular. Porém, na esfera federal essa participação popular ainda estava longe de ser alcançada, apesar de diversas mobilizações, como as Diretas Já e toda a discussão gerada em torno da constituinte, o que comprometia o processo democrático.

Apenas eleições livres não são o bastante para que tenhamos uma democracia de fato, neste ponto ainda temos que avançar. Uma democracia se faz com participação popular, que vai além do processo eleitoral. Esta participação sempre foi buscada pelos movimentos populares de bairro, que não apenas elegiam os governantes, mas também participavam da administração pública, dialogando com o governo quanto às suas necessidades na tentativa de garantir seus direitos.

Os movimentos populares continuam buscando e reivindicando mais democracia, em um verdadeiro “cabo de guerra” com as forças conservadoras que nunca deixaram de existir e atuar. Assim, a democracia em curtos períodos da nossa história foi mais popular, mas sempre quando parecia haver uma maior abertura, logo era diminuída novamente. E assim ainda nos encontramos.

Considerações Finais

A partir do processo de abertura política, surgiu uma grande expectativa em retomar a democracia. Muitas associações de bairros surgiram de forma espontânea, sem receio da ditadura, movidas pelas necessidades reais das comunidades. Prevendo o crescimento dessas organizações, o governo Krause (1979-1982) buscou se antecipar para que a prefeitura detivesse o poder sobre elas. Porém, as associações perceberam esta manobra e se fortaleceram através de suas contestações. Apesar das rugas com a prefeitura de Krause, as associações passaram a conquistar mais vitórias, como a posse dos terrenos dos moradores e melhorias na infraestrutura das comunidades.

As eleições de Jarbas Vasconcelos (1986-1988) para prefeito e Miguel Arraes para governador de Pernambuco (1990) foram, também, uma vitória dos movimentos populares, já que os políticos se mostraram mais abertos ao diálogo com as camadas populares. De fato, houve uma maior abertura para o diálogo com o movimento popular, que conquistou, além das melhorias dos bens público-coletivos, uma política mais



democrática, na qual conseguiram ser ouvidos pelos governantes, construindo uma administração pública mais participativa.

As associações de bairro tiveram uma estreita relação com a política e com os partidos políticos. Adentrar nas discussões políticas era uma forma das associações serem ouvidas pelo Estado e praticar a cidadania. Sua relação com o Estado variou de acordo com o momento histórico, às vezes mais próximo, sendo até mesmo aliadas, outras vezes distante, como opositoras. Contudo, os movimentos de bairro sempre foram críticos ao Estado, mesmo quando este contava com seu apoio. Muitos líderes comunitários também eram envolvidos com partidos políticos, alguns possuíam filiação, mas as associações de forma geral eram independentes, o que garantia a crítica e a contestação dessas organizações.

No Brasil, durante nosso curto período democrático, nunca houve de fato uma democracia popular, mas, sim, momentos em que houve uma maior participação popular e em outros, na sua maioria, menor. Ainda assim, mesmo sem serem convidados, as organizações populares, através dos movimentos sociais ou de iniciativas espontâneas, sempre buscaram seu espaço no palco político e as associações de bairro souberam galgar e conquistar este espaço.

Data de Submissão: 12/01/2023

Data de Aceite: 14/05/2023

Referências

“A luta pela moradia”. *Folha dos Bairros*. Janeiro/fevereiro de 1987. p. 4. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 26 set. 2023.

“Jarbas despachará no bairro da Boa Vista”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 16 e 17 de maio de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&pesq=Prefeitura%20Onos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

“Jarbas inicia no Ibura o ‘Prefeitura nos Bairros’”. Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198602&pesq=Prefeitura%20Onos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

“Projeto Recife é discutido”. *Folha dos Bairros*. Janeiro/fevereiro de 1987. p. 3. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 26 set. 2023.



AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro**: de frente para o Estado, em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991.

Desabafando e vibrando de alegria. O povo e o canal da Macaxeira. Força Popular. *Jornal Pró-Federação de Casa Amarela*. Maio/junho de 1981. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br>. Acesso em: 26 set. 2023.

Entidades Populares dos Bairros da Região Metropolitana do Recife. Recife: ETAPAS, 1985. Acervo: Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

Folha dos Bairros. Janeiro/fevereiro de 1987.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

LUNA, Allan Cavalcante. **O discreto charme da democracia**: os movimentos de bairro e o festim da participação popular nas periferias do Recife (1979-1988). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

O Morro fazendo História. Recife: ETAPAS, 1994.

Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 16 e 17 de maio de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198605&pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

Prefeitura da Cidade do Recife: *Diário Oficial*. CEPE, Recife 26 e 27 de fevereiro de 1986. Disponível em: http://200.238.101.22/docreader/DocReader.aspx?bib=DO_198607&PagFis=538&Pesq=Prefeitura%20nos%20Bairros. Acesso em: 15 out. 2016.

SILVA, Neide Maria da; AMORIM, Marcia Maria da Silva; MONTENEGRO, Antônio Torres. **Movimento de Bairro**: Repetição/Invenção. Recife: Etapas, 1988.

“VOTAR É MUITO MAIS SÉRIO QUE MUDAR DE CANAL DE TELEVISÃO”: AS MOBILIZAÇÕES DA LINGUAGEM TELEVISIVA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE LULA EM 1989

**“VOTING IS WAY MORE SERIOUS THAN CHANGING A TV CHANNEL”:
THE MOBILIZATIONS OF TELEVISION LANGUAGE IN LULA'S PRESIDENTIAL CAMPAIGN IN 1989**



LUCAS CAVALCANTE ESTEVÃO¹³⁸

Resumo

O presente trabalho busca analisar a primeira campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência do Brasil em 1989, problematizando os projetos de nação postulados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e os usos da plataforma televisiva. A partir das necessidades em se discutir questões sociais cotidianas na televisão, a candidatura de Lula produz a Rede Povo, um espaço audiovisual desenvolvido no horário gratuito político eleitoral, composto por segmentos que faziam referência aos gêneros televisivos. Em torno da campanha política, a televisão pode ser pensada como articuladora das memórias sociais ao trazer reflexões a partir do cruzamento entre espaços, narrativas e linguagens. Dessa forma, buscamos analisar os contextos de produção das peças publicitárias e dos posicionamentos políticos em suas formatações de consumo, proporcionando o contato com o tempo histórico.

Palavras-chave: Eleições; horário eleitoral; televisão; reflexão histórica; Lula.

Abstract

The present work aims to analyze Luiz Inácio Lula da Silva's first electoral campaign for the presidency of Brazil in 1989, problematizing the nation-building projects advocated by the Workers' Party (Partido dos Trabalhadores or PT) and the uses of the television platform. Stemming from the need to discuss daily social issues on television, Lula's candidacy gives rise to the "Rede Povo" (People's Network), an audiovisual space developed during the free political advertising time, composed of segments that referenced television genres. Revolving around the political campaign, television can be considered an orchestrator of social memories, bringing forth reflections through the intersection of spaces, narratives, and languages. Thus, we aim to analyze the production contexts of advertising pieces and political stances within their consumption formats, providing contact with historical time.

Keywords: Elections; electoral time Slot; television; historical reflection; Lula.

Introdução

Os segmentos das propagandas de Lula para a eleição de 1989, gestados pela equipe da candidatura do Partido dos Trabalhadores (PT) no Horário Gratuito Político

¹³⁸ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC). E-mail: lucasestevao1999@gmail.com.



Eleitoral, parodiaram as grades televisivas brasileiras baseadas em atrações jornalísticas, humorísticas, musicais e também dando destaque para novelas. O quadro intercalava-se entre os discursos do candidato para conectar e questionar as políticas empreendidas nos primeiros anos da Nova República. O quadro Rede Povo fazia alusão à maior emissora do país, a Rede Globo, aos programas da grade de televisão e às marcas famosas que também foram parodiadas, conforme observado abaixo:

Está no ar uma estação de TV diferente: uma emissora da Frente Brasil Popular. Aqui você vai ver: Povo Repórter, o jornalismo do jeito que o povo gosta, você vai saber como os banqueiros ganham com a inflação e como o povo perde para inflação. [...] Aqui na Rede Povo também tem a Praça é Nossa [...] Na Tela da sua Rede Povo, um filme inédito: Os corruptos também vão para cadeia. No Povo de Ouro, as músicas que vão tomar conta da campanha eleitoral.¹³⁹

O espaço desenvolvido na campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva e da Frente Brasil Popular¹⁴⁰ no pleito presidencial fazia uma nítida alusão à maior emissora do país, a Rede Globo, seus *slogans* e o famoso “plim-plim” foram utilizados como forma de aproximar o eleitorado brasileiro com os projetos de nação desenvolvidos pelo PT. Os programas televisivos e as famosas marcas também estiveram presentes nos esquetes por meio de releituras empreendidas pela campanha de Lula para a plataforma televisiva.

Nesse âmbito, a campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989 conduziu para o telespectador atribuições de eleitor em formatações que explicitaram a importância do seu voto fundamentadas em temas pertinentes, como a saúde, a moradia, o emprego, entre outras problemáticas cotidianas apresentadas pela Rede Povo, o quadro desenvolvido na campanha eleitoral do PT, composto por segmentos faziam referência aos gêneros da televisão, como jornalismo, documentário, teledramaturgia, musical e humor.

De acordo com Afonso de Albuquerque (1999), o espaço se apresentava como uma alternativa não somente aos programas de outros candidatos, mas também à programação das emissoras de televisão do país. Com a televisão sendo sinônimo de espetáculo, entretenimento e emoção, e tendo, suas mensagens direcionadas à grande massa, torna-se possível seccionar os públicos-alvo na consolidação de argumentos relevantes aos interesses das classes sociais (Makovics, 2012).

¹³⁹ Programa eleitoral exibido no dia 15 de setembro de 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bp88205zp8E/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

¹⁴⁰ Nome da coligação que apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva para presidência em 1989, composta por PT, PSB e PCdoB.



Dialogando com as formatações audiovisuais que consolidam a imagem dos postulantes aos cargos políticos, Marcos Napolitano (2008) problematiza a mídia televisiva, trazendo questões a respeito da composição de produção e o trânsito entre os conteúdos nos espaços coletivos moldados por telespectadores. Dessa forma, os projetos de nação dos postulantes à presidência rompem com a visão de um eleitorado passivo diante dos deslocamentos políticos, sendo atribuídos novos papéis sociais aos brasileiros.

O pleito presidencial de 1989, conforme descrito pelos historiadores Américo Freire e Alessandra Carvalho (2018) como uma “eleição solteira” devido à escolha exclusiva para o cargo de presidente naquele ano, resulta de conflitos históricos pertinentes à mobilização das emissoras de TV nos debates sociais durante ao longo da década, envolvendo as continuidades estruturais da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e os horizontes políticos gestados a partir da promulgação da Constituição de 1988. As construções dos sentidos nos programas eleitorais de Lula dialogam com as linguagens televisivas empreendidas com base nos princípios de cidadania na Nova República¹⁴¹ e das formações políticas vinculadas com os distintos formatos presentes nas grades das emissoras.

Acerca da década de 1980, Esther Hamburger (1998) destaca que os conflitos de gênero, geração, classe e região, constituíram crônicas do cotidiano a partir das produções de entretenimento que transformaram a televisão em um palco privilegiado para a problematização de interpretações do Brasil. Dessa forma, a análise do HGPE das candidaturas orienta interpretações acerca do consumo das programações e da representação de conceitos emergentes na televisão brasileira, mobilizando os projetos de nação manifestados, que dialogam com distintos posicionamentos políticos e setores da sociedade.

O uso dos recursos audiovisuais se constitui como balizador histórico decorrente das percepções inquietantes acerca do horário eleitoral como fonte histórica, intensificada pelo empreendimento sistemático da televisão que despontava como principal meio de comunicação no país e como balizador metodológico das candidaturas para presidência

¹⁴¹ Os contextos da Redemocratização (entre os anos de 1979 com o fim do bipartidarismo até 1988 com a promulgação de uma nova constituição) e da Nova República (a partir Constituição de 1988, denominada como Cidadã) não significaram mudanças imediatas, mas um cenário de indefinições, inflações e indiferença com as camadas menos privilegiadas. A partir dessas condições que compunham o Brasil dos anos de 1980, fundou-se o Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984, posteriormente na década de 1990, se iniciou uma mobilização popular chamada de Grito dos Excluídos.



por meio das mensagens direcionadas aos telespectadores e das mobilizações socioculturais a partir dos contextos das campanhas eleitorais (Napolitano, 2008).

Nessa perspectiva, as movimentações das campanhas políticas abrem questionamentos a respeito das imagens públicas fabricadas que corroboram para a formação de percepções políticas do eleitorado brasileiro. Os programas eleitorais oferecem possibilidades de reflexões históricas articuladas com as questões demarcadas nos tensionamentos das imagens, discursos e reproduções sociais difundidos na televisão.

Em relação às proposições políticas e ao desejo de ser visto, a televisão amplia os tensionamentos das imagens públicas. Posto isso, o presente trabalho busca discutir o papel da televisão brasileira na década de 1980 como um espaço de cruzamentos entre história, política e consumo, tendo em vista, a análise da campanha presidencial de Lula em 1989 de modo que possibilite problematizações acerca das projeções políticas no período da redemocratização.

A função da televisão no Brasil: uma reflexão histórica

Nos anos de 1980, ideais, desejos e valores se articulam aos múltiplos acontecimentos da década, incluindo as eleições¹⁴². A televisão da década de 1980 foi um espaço para cartazes de campanhas políticas com rostos, trajes e vozes, a responsabilidade do eleitor se aglutinou aos seus empreendimentos individuais. Em consideração a isso, Sérgio Mattos (2002) aponta que existiam cerca de vinte milhões de televisores no país e complementa que 68,3% da população da época vivia em áreas urbanas, e que 73,1% das residências urbanas tinham televisores.

Assim sendo, a relevância da televisão no final da década de 1980 evidencia a presença de milhões de telespectadores, portanto, sinalizando as novas formatações de consumo que se estabeleciam por meio do desenvolvimento de grades televisivas imersas nos principais pilares: entretenimento, comunicação e anúncio (Jambeiro, 2001).

Na obra “O carnaval das imagens: a ficção na TV” (1998), Armand e Michèle Mattelart descrevem o caráter efêmero da televisão posicionada por parâmetros mercadológicos, na qual o singular apertar de teclas é a enunciação dos consumos de conteúdos produzidos pelas emissoras. As recepções dos públicos determinam a validade

¹⁴² Anterior a redemocratização em meados da década de 1980, tivemos o fim do bipartidarismo, em 1979, e a ascensão de siglas políticas, oferecendo uma maior diversidade de postulantes aos cargos políticos. Consequentemente, as identificações com as imagens dos políticos nas propagandas eleitorais tornaram-se questões pertinentes na busca pelo voto.



dos programas. Categorias, gêneros e formatos chocando-se cotidianamente para atrair o telespectador, dessa forma, o trânsito emergente entre consumo e produção na TV da década de 1980 intensifica essa dinâmica, tornando-se atribuição dos canais de televisão articular uma grade de horários que abrange uma gama de conteúdo e atrai os distintos públicos.

Dessa forma, os formatos, os gêneros e as programações de emissoras de televisão, para além de preencher a sua grade de horários e manter suas relações com os distintos telespectadores por meio dos variados programas ao longo do dia, estabelecem que a televisão acompanha a efervescência consumista e politizada da década de 1980, abrindo caminhos para um Brasil ideal com desejos e valores que pendulam entre o privado e o coletivo.

Michel de Certeau, em “A invenção do cotidiano: artes de fazer” (1994), destaca a mobilização das imagens nas plataformas de mídia para visualizar o consumidor em coletivo:

Graças ao conhecimento desses objetos sociais, parece possível e necessário balizar o uso que deles fazem os grupos ou os indivíduos. Por exemplo, a análise das imagens difundidas pela televisão (representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens. (Certeau, 1994, p. 32)

Consideramos, a partir do debate historiográfico, as atribuições da televisão como construtora de sentidos e discursos na vida social. Reconhecendo as zonas de contato entre o telespectador e os produtos das emissoras, observamos as intencionalidades políticas dos programas eleitorais, visto que o processo de fabricação do consumidor-telespectador-eleitor e a manipulação dos produtos televisivos por parte dos seus fabricantes se contradizem na constituição de uma linguagem extensiva.

A partir do dia 15 de setembro de 1989¹⁴³, ao longo de quase dois meses, as campanhas dos presidentiáveis possuíam mais de duas horas para divulgar suas ideias e os seus projetos da nação em todas as emissoras de televisão do país. Identificando fatores que constatarem o consumo de conteúdos produzidos com fins televisivos, o pleito presidencial de 1989 firma um paralelo com as disposições da busca por audiências entre as grandes redes de televisão.

¹⁴³ BRASIL. Lei nº 7.773, de 8 junho de 1989. Dispõe sobre a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17773.htm. Acesso: 08 de agosto de 2023.



Martín Barbero e Rey (2004, p. 32) sustentam que “o desencantamento da política pelos espectadores transforma os ambientes do público em espaço publicitário”, convertendo as candidaturas em um veículo de comunicação e a imagem dos postulantes em algo fabricável por empreendimentos midiáticos. Os usos dos instrumentos de linguagem televisiva possibilitam um novo modo de perceber política em torno dos debates cotidianos desenvolvidos por modelos de programas presentes na televisão brasileira durante a eleição.

A variedade de produtos nas grades de programação das emissoras proporciona distintas disposições de consumo das peças publicitárias do horário político por parte dos espectadores. Conforme pontuado por Esther Hamburger (2005), as telenovelas a partir da década de 1980 explicitam referências ao cenário político brasileiro, observando dois contextos: a visão em relação à pátria e aos símbolos nacionais e as disposições das histórias privadas apresentadas pelos folhetins, imersas em distintos ambientes relacionados aos desenvolvimentos de enredos e personagens que constituem um espaço, um local, um país.

As programações, as categorias, os gêneros e os formatos evidenciam as linguagens televisivas que discutem com públicos diversificados. Da mesma forma, também se constitui a formação de um programa político-partidário que necessita ser apresentado aos públicos a partir das plataformas audiovisuais. Diante disso, os tensionamentos de Lula a respeito dos quadros conjunturais estabelecem a Rede Povo como reprodutora dos vícios e virtudes presentes na televisão brasileira.

“Aqui você vê o que não vê na outra TV”: A campanha televisiva de Lula

A partir do dia 15 de novembro vai pesar no ombro de cada um de nós, ou melhor, vai pesar nas nossas costas a responsabilidade de dizer ao mundo e ao Brasil: que Brasil que a gente quer para nós e para os nossos filhos. É bem verdade que às vezes você não gosta dos programas políticos na televisão, é bem verdade que você prefira uma novela ou um programa humorístico. [...] Nesse instante é importante cada um de nós começarmos a perceber que votar é muito mais sério que mudar de canal de televisão, porque mudando o canal de televisão e não encontrando o filme que você gosta, você pode mudar de canal e se não gostar, desliga! Votando errado você vai ter que esperar cinco longos anos para poder mudar de canal!¹⁴⁴

Lula, em seu primeiro programa eleitoral, ressalta as possibilidades atribuídas ao eleitorado, relacionando o exercício do voto à prática de assistir televisão e às variedades

¹⁴⁴ Programa eleitoral exibido no dia 15 de setembro de 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bp88205zp8E/>. Acesso em: 19 jun. 2023.



de emissoras e suas produções para a escolha do telespectador. Refletindo esse discurso, observamos o reconhecimento da campanha petista a respeito do importante papel da televisão como formadora política, que cotidianamente apresenta novos debates, atores e interpretações sociais aos telespectadores (Martín Barbero; Rey, 2004).

As considerações realizadas pela Rede Povo ao longo da campanha eleitoral trazem inquietações acerca dos usos e veiculações dos esquetes que ampliam a agenda político-partidária de Lula e do PT ao telespectador. A Frente Brasil Popular reconheceu avanços em questões importantes nas relações sociais, contudo, apontam que os privilégios e injustiças continuam circundando o país.

A candidatura de Lula debateu questões importantes no desenvolvimento do programa de governo da candidatura petista ao apresentar eixos temáticos que tratavam de enunciados como Democracia, Economia, Sociedade e Questão Agrária. Com destaque para o tópico “Nas Lutas de Hoje, Socialismo de Amanhã” do núcleo Sociedade¹⁴⁵, que expõe os objetivos do partido em construir caminhos para o socialismo junto à democracia, discorrendo a respeito das liberdades de organização e denúncias de desigualdades sociais e as discriminações sexuais, raciais e territoriais sofridas por grande parcela da sociedade.

Os partidos políticos demarcaram seus posicionamentos acerca dos eixos temáticos que vigoravam no período, principalmente o fracasso dos planos socioeconômicos do Governo Sarney e o aumento da inflação (Leopoldi; Prado, 2018). Nesse contexto, as insatisfações com o primeiro governo civil pós-Ditadura Civil-Militar acarretaram amplas demandas coletivas por políticas públicas no país.

O esquete apresentado no programa de Lula retrata os efeitos da inflação representada nos salários dos brasileiros. Assim, o seguinte quadro pontua:

Este é seu salário (representado por um fósforo), esta é a inflação (representada por um isqueiro), o salário consome rapidamente, a inflação vai a todo gás! Se você não tomar providência, (o fósforo se apaga). Ai! Vai se queimar!

Acabe com isso: enfrente com Lula!¹⁴⁶

¹⁴⁵ Sociedade - Programa de Governo do PT. Perseu - Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo. 1989.

¹⁴⁶ Programa eleitoral exibido no dia 8 de outubro de 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p4QQ2kbhphE>. Acesso em: 20 jun. 2023.



O presente *spot*¹⁴⁷ apresenta uma analogia a respeito das dificuldades econômicas do país, explicitando as questões econômicas em uma escala que atinge diretamente a classe menos abastada do país.

Imagem 1 - Captura de tela do programa eleitoral de Lula (PT) exibido no dia 08 de outubro de 1989.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=p4QQ2kbhphE>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Visando aumentar o acesso aos debates sociais, refletindo sobre a inflação e o seu efeito no cotidiano de milhões de brasileiros ao simbolizar o detrimento financeiro como uma dor física, no caso, a queimadura (Martín Barbero; Rey, 2004). Nesse sentido, Martine Joly (1996) expõe aspectos de complementaridade verbal nas imagens, evidenciando os objetivos da campanha do PT em exceder os sentidos das representações entre os objetos em cena, dialogando com a redefinição visual de prejuízo concebida pela propaganda.

Edificados nos conflitos históricos e estruturais em nosso país, os postulantes ao cargo executivo construíram suas propostas de intervenção acerca das problemáticas, amplificando os discursos políticos com base nas demandas coletivas como a moradia, o emprego e o combate à corrupção. Jesús Martín Barbero e Germán Rey (2004) evidenciam a presença dos meios de comunicação na difusão dos debates sociais, pois reconhecem a abertura dos espaços de deliberação coletiva como mobilizadores de reivindicações conjunturais.

Os partidos políticos demarcaram seus posicionamentos acerca dos debates coletivos que vigoravam no período, principalmente o fracasso dos planos socioeconômicos do Governo Sarney e o aumento da inflação (Leopoldi; Prado, 2018). As insatisfações com o primeiro governo civil pós-Ditadura Civil-Militar acarretaram amplas demandas coletivas por políticas públicas no país. Diante disso, os nomes

¹⁴⁷ Vinheta publicitária curta utilizada para apresentar uma mensagem rápida.



colocados para a disputa do certame reconheceram a importância da eleição nas expectativas de reformulação econômica, política e institucional e de mudanças significativas na distribuição de renda e no combate à corrupção (Freire; Carvalho, 2018).

A Década de 1980: O Brasil no contexto neoliberal e na política de redemocratização.

Esther Hamburger (1998) ressalta o papel das narrativas na captação e expressão do imaginário social que ampliam os dilemas do âmbito privado ao público, articulando os posicionamentos ideológicos e valores como os debates sociais. Dessa forma, as perspectivas dos quadros exibidos pela Rede Povo e das demais campanhas das candidaturas em 1989 apresentam narrativas aos telespectadores e seus desejados eleitores.

As demandas sociais se expandem decorrentes às formações das identidades coletivas, em conflito com as adversidades em âmbito comunitário emerge o moderno que flerta intensivamente com o novo, reforma e crescimento para além de adjetivo, mas como aspiração coletiva ou até mesmo individual. Considerando a chegada do Brasil aos anos de 1980, Bernardo Sorj discute que:

A transição demográfica, que se consolida em fins dos anos 80, iguala a taxa de crescimento da população aos índices dos países capitalistas avançados. O novo padrão de crescimento urbano, com relativa estabilização das grandes metrópoles, e o interesse maior dos governos estaduais e municipais eleitos democraticamente em responder às demandas da população ajudaram a melhorar bastante a qualidade de serviços de infraestrutura. (Sorj, 2000, p. 21-22)

Ciente das questões públicas presentes no Brasil da Nova República, partidos e políticos se debruçam na construção de distintos projetos de nação¹⁴⁸. Nesse ponto, adjetivos, desejos e valores são difundidos, a televisão se constitui como recurso essencial para a consolidação das pretensões políticas das candidaturas no pleito presidencial de 1989.

As imagens pessoais dos postulantes precisam ser vistas para além da visão tradicional. É nesse contexto que a televisão se torna uma importante aliada ao repaginar o desejo do candidato de como quer ser visto e lembrado pelos eleitores. Dessa forma, a partir da análise dos programas eleitorais compreendemos que as postulações públicas das candidaturas construíram parâmetros para a idealização dos programas eleitorais.

¹⁴⁸ Entende-se “projetos de nação” como um conjunto de ideias incluídas nos Planos de Governo das candidaturas postulantes, sendo divididas em âmbitos que discutem diversos pontos da vida social como educação, saúde, economia, entre outras questões.



As fabricações de conteúdos posicionadas em torno de quem os consome compreendiam a importância de um projeto de nação em concordância com as noções de cidadania e democracia, palavras propagandeadas por candidatos, partidos e manifestações populares nas mobilizações escancaradas pelas janelas do mundo: a televisão. O meio de comunicação trouxe para os lares brasileiros questões públicas e relevantes de formas distintas em múltiplos espaços geográficos.

Observamos a presença da televisão no contato com o público por meio de versões dos programas televisivos e suas respectivas linguagens mobilizadas pelas candidaturas¹⁴⁹ na promoção de debates sobre temas conjunturais, principalmente o fracasso dos planos socioeconômicos do Governo Sarney e o aumento da inflação (Leopoldi; Prado, 2018). Esses elementos políticos também estavam sendo destrinchados pelo entretenimento como os casos das novelas Salvador da Pátria¹⁵⁰ e Vale Tudo¹⁵¹, o humorístico TV Pirata¹⁵² e o sensacionalista Documento Especial¹⁵³ expuseram as inquietudes sociais através de seus distintos formatos articulando narrativas roteirizadas com os debates emergentes da década.

Em diálogo com Canclini (2008), observamos as possibilidades de alcance dos cidadãos acerca dos produtos consumidos. Nessa discussão, a campanha eleitoral amplia questionamentos em relação às ações de estilização dos candidatos adaptadas pela inserção dos cidadãos nos conflitos institucionais restritos aos políticos. As problematizações fundamentadas salientam a televisão como recurso mobilizador de consumo de conteúdos. A partir dessa perspectiva, Jesús Martín Barbero e Germán Rey (2004) analisam as profundas mudanças dos veículos midiáticos na percepção coletiva, na qual, afirmam que as redes reconhecem a sua função socializadora na formação política. À vista disso, observamos a capacidade dos meios de comunicação em representar a sociedade e construir a realidade.

Marketing Político: a construção de imagens, sons e objetivos da candidatura petista

A campanha é parte integrante de uma eleição, é seu primeiro ato. Não é apenas a manifestação das preocupações dos eleitores ou a explicação dos programas dos candidatos e dos temas dos partidos, é a entrada em operação de

¹⁴⁹ Na eleição presidencial de 1989, tivemos 22 candidatos que se postularam ao cargo máximo da nação.

¹⁵⁰ Telenovela exibida pela Rede Globo entre 9 de janeiro a 12 de agosto de 1989.

¹⁵¹ Telenovela exibida pela Rede Globo entre 16 de maio de 1988 a 6 de janeiro de 1989.

¹⁵² Programa humorístico exibido pela Rede Globo entre 5 de abril de 1988 a 8 de dezembro de 1992.

¹⁵³ No ar entre 2 de agosto de 1989 a 19 de outubro de 1998, o programa jornalístico foi exibido inicialmente pela Rede Manchete, migrou para o SBT e posteriormente para a Rede Bandeirantes.

estratégias, a interação entre os cálculos dos políticos e os movimentos de opinião. (Rémond, 2003, p. 49)

De acordo com René Rémond (2003), as movimentações políticas como objetos de análise para o campo da História, compreendendo as expressões coletivas ao longo do tempo na reflexão dos exercícios do poder e nas movimentações dos debates sociais no desenvolvimento das linguagens. As mobilizações que articulam as linguagens televisivas e políticas explicitam os direcionamentos das propagandas eleitorais tendo em vista as percepções de mudança nos âmbitos físicos, sociais e temporais ao longo de uma eleição.

As intencionalidades das candidaturas na apresentação de propostas e a realização de críticas aos adversários nos programas eleitorais procuravam, por meio dos jingles eleitorais, dialogar com o emotivo apelo, e por vezes de uma forma irreverente, intermediar os discursos das suas plataformas políticas com as visões do eleitorado acerca da sua imagem. Posto isso, as finalidades no desenvolvimento dos materiais de campanha, com suas cores, sons e *slogans*, abrem espaços para direcionamentos sensoriais que modulam o imaginário do candidato para o eleitorado.

Em sintonia a essa visão acerca da consolidação do *marketing* político, Nahara Makovics (2012) discorre que as aparições públicas adquirem poderes na emissão de mensagens no âmbito audiovisual, visto que as imagens e os estilos pesam mais do que palavras e argumentos. Sebastião Teixeira (2000) complementa que a imagem dos postulantes está associada a princípios, valores, desejos ou necessidades do eleitor. Dessa forma, os jingles e os demais recursos fomentados na linguagem audiovisual se comunicam diretamente com os seus receptores.

Nessas circunstâncias, Canclini (2008) ressalta as atribuições das escolhas e reelaborações dos sentidos nos contextos de consumo, contudo, evidencia as intervenções das apropriações dos recursos e das concepções dos signos que rotulam as marcas propagandeadas. Diante disso, seguinte quadro expõe as representações das candidaturas de Lula e Collor em alusão às marcas de sabão:

Repórter: Com licença, a senhora já tem candidato?

Dona de Casa: Ah, já tenho sim, minha filha.

Repórter: Como a senhora escolheu?

Dona de Casa: Pra mim é tudo igual, escolho pela embalagem mesmo... No momento, tô usando esse aqui! Ele aqui é bonitinho, já vem engomadinho.

Repórter: Se eu te oferecesse outra opção, a senhora experimentaria?

Dona de Casa: Não vai custar nada?





Repórter: Não.

Narrador: Então, Dona Maria?

Dona de Casa: Olha, no começo não acreditava mesmo, sabe? Barbudo, baixinho, operário, né? Mas depois eu vi que o Lula tem muito mais consistência, o outro era só embalagem. O pessoal aqui de casa adorou! Lula: rende muito mais!¹⁵⁴

O trecho da Rede Povo apresentado no segundo turno se refere aos candidatos como produtos de consumo doméstico, aos quais atribuem características correntes aos usos e rendimentos da marca utilizada. Reconhecendo atributos positivos, como a beleza e a juventude, do adversário Fernando Collor, a campanha do PT dispõe do empreendimento de um conjunto de aspectos acerca da sua confiabilidade para a utilização do produto, nesse caso, o voto.

Em diálogo com as propriedades de uma marca de sabão confiável, os aspectos de surpresa e rentabilidade descritos pela dona de casa são recursos que viabilizam as decisões pela adesão ao produto difundido. A estruturação do esquete “Supermercado” abre discussões acerca das relações políticas entre o consumidor-eleitor e o produto-voto, ampliando a visão da campanha de Lula do desenvolvimento das representações ficcionais do eleitorado e dos projetos de nação das candidaturas na campanha eleitoral.

As disputas pelo voto, por vezes, ultrapassam as dimensões concebidas pelas estruturas partidárias e medem as possibilidades desenvolvidas por meio das imagens dos postulantes (Avelar, 1992). Os candidatos ao cargo de presidente do Brasil disputaram, em suas diversificadas plataformas sociais e ideológicas, o voto do eleitorado que se configurou como telespectador e participante ativo nos esquetes das campanhas eleitorais. Bronislaw Baczko (1985) interpreta que a adesão dos votantes não ocorre somente pelo formato de apresentação das propostas ou por ataques aos adversários em metodologias convencionais do HGPE, mas também, pela construção de enunciados que se estendem aos domínios do imaginário social.

Analisando as mobilizações dos segmentos do quadro Rede Povo, destacamos o esquete Povo de Ouro, versão petista do Globo de Ouro¹⁵⁵, um programa de relevância do gênero musical. Neste espaço, o jingle de “Lula Lá” é apresentado em formato de videoclipe, observamos ao longo de sua exibição a alternância entre Lula discursando e imagens de sua militância e espectadores. Dessa forma, destacamos seu jingle:

¹⁵⁴ Esquete exibido ao longo do segundo turno. Grifos nossos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KDHHuGDGLpw>. Acesso em: 20 jun. 2023.

¹⁵⁵ Programa musical exibido pela Rede Globo entre 6 de dezembro de 1972 até 28 de dezembro de 1990.



Passa o tempo e tanta gente a trabalhar/ De repente, essa clareza pra votar/
Quem sempre foi sincero em confiar/ Sem medo de ser feliz, quero ver chegar/
Lula lá, brilha uma estrela/ Lula lá, cresce a esperança/ Lula lá, o Brasil
criança/ Na alegria de se abraçar/ Lula lá, com sinceridade/ Lula lá, com toda
a certeza pra você/ Meu primeiro voto/ Pra fazer brilhar nossa estrela/ Lula lá,
é a gente junto/ Lula lá, valeu a espera/ Lula lá, meu primeiro voto/ Pra fazer
brilhar nossa estrela¹⁵⁶

Carlos Augusto Manhanelli (2009) analisa o contexto de composição dos jingles de Lula para o pleito de 1989, destacando a marca discursiva, as expressões-chave e as técnicas publicitárias como textos e estereótipos. Em torno das construções das imagens do *marketing* político também ocorrem por meio de estímulos sonoros, os jingles mobilizam os sentidos que narram as trajetórias, transmitem as ações e promessas e explicitam a composição política dos candidatos objetivando beneficiar a imagem dos postulantes.

Em torno dessa compreensão, as variações do jingle “Lula Lá” evidenciam a ideia a ser passada era a de certeza de que com Lula se faria um Brasil melhor, tentando também combater um medo, percebido na população, em relação ao voto no PT (Manhanelli, 2009). Esse medo foi mobilizado pelas classes dominantes, de acordo Cássio Augusto Guilherme (2019), o medo vigente nas elites era que se avizinhasse a sempre adiada luta de classes brasileira, materializada nas propostas do PT e da Frente Brasil Popular.

Defronte as dicotomias que condicionaram a candidatura de Lula para uma percepção externa como barbarizada, atrasada e propagadora de ódio (Guilherme, 2019), os discursos ligados ao espectro de esquerda, desenvolvidos pela propaganda da candidatura da Frente Brasil Popular, se apropriam das linguagens do âmbito audiovisual para trazer aos lares de milhões de brasileiros demandas associadas à massa de trabalhadores, idealizando um eleitorado alinhado aos discursos de Lula a partir das peças publicitárias.

Considerações finais

A Rede Povo articulou, de maneira pertinente a partir de suas produções, os modos de assistir e formar politicamente, promovendo discursos que tratam da relação entre cidadania, democracia e meios de comunicação que se constituem como indicativos do regime político contemporâneo ao pleito. As formatações do consumo apareciam em suas múltiplas facetas nos meios de comunicação, tanto nas propagandas comerciais quanto

¹⁵⁶ Jingle eleitoral composto por Hilton Acioli para a candidatura de Lula na campanha presidencial de 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6fqktJBGg0>. Acesso em: 21 jun. 2023.



nos discursos mobilizados em distintos formatos televisivos, a excitação comercial se edificava em torno dos debates a respeito da democracia como objetivo político, da cidadania como valor coletivo e da modernidade como desejo.

Diante disso, a televisão pode ser pensada como articuladora das reproduções de imagens e das memórias sociais idealizadas nas grades das emissoras (Napolitano, 2008). A imagem em suas funcionalidades se estabelece diante dos enunciados coletivos e idealizados, podendo se projetar por diversos âmbitos, imagem agrega valor a um sujeito. Martine Joly (1996, p. 13) pontua que “o mais impressionante é que, apesar da diversidade de significações da palavra, consigamos compreendê-la”. Dessa forma, o audiovisual se exterioriza como um objeto constituído de valores não-verbalizados.

A política e os posicionamentos eleitorais em torno do ato de consumir as produções das campanhas audiovisuais, que objetivam o voto como o resultado final, demarcam as estratégias das candidaturas. No entanto, a embalagem, na sua concepção de visão exterior, não se coaduna com a percepção de superficialidade. Pelo contrário, a imagem pública agrega elementos constituídos em acúmulos ao longo dos processos de fabricação.

O diálogo com as produções audiovisuais da eleição de 1989 e as mobilizações da televisão no contexto da Nova República são edificantes para uma compreensão acerca da campanha eleitoral, na qual a Rede Povo produziu imagens de um Brasil, do candidato Lula e das angústias e desejos conjunturais sob o foco das projeções políticas do Partido dos Trabalhadores e da Frente Brasil Popular.

Data de Submissão: 05/07/2023

Data de Aceite: 31/08/2023

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aqui você vê a verdade na tevê:** A propaganda política na televisão. Niterói: UFF-MCII, 1999.

AVELAR, Lúcia. As eleições na era da televisão. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 32, p. 42-57, 1992.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social.** In: LEACH, Edmund et Al. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e Cidadãos:** conflitos multiculturais da globalização. Trad: Maurício Santana Dias. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.



CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

Esquete “Supermercado” - Lula (PT). [S. l.: s. n.], nov-dez. 1989. (58 min). Publicado pelo canal Eleições Brasil TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p4QQ2kbhphE>. Acesso em: 20 jun. 2023.

FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República**: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **1989**: História da primeira eleição presidencial pós-Ditadura. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

HAMBURGER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: MORAIS, Fernando; SCHWARZ, Lilia Moritz (orgs.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HAMBURGER, Esther. **O Brasil antenado**: A sociedade da novela. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

Horário Gratuito Político Eleitoral - Collor (PRN). [S. l.: s. n.], nov-dez. 1989. (5 min). Publicado pelo canal Ricardo Noblat. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bda2hEt8xPU>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Horário Gratuito Político Eleitoral - Lula (PT). [S. l.: s. n.], 15 set. 1989. (72 min). Publicado pelo canal William JS. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bp88205zp8E>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Horário Gratuito Político Eleitoral - Lula (PT). [S. l.: s. n.], 28 set. 1989. (11 min). Publicado pelo canal Rede PT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fL6MvLHbJCU>. Acesso em: 19 jun. 2023

Horário Gratuito Político Eleitoral - Lula (PT). [S. l.: s. n.], 8 out. 1989. (58 min). Publicado pelo canal Eleições Brasil TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p4QQ2kbhphE>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Século XX**. Salvador: EDUFBA, 2001.

Jingle Eleitoral - Lula (PT). [S. l.: s. n.], 1989. (1 min). Publicado pelo canal Arquivo Eleitoral. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6fqkttJBGg0>. Acesso em: 21 jun. 2023.

JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Trad: Marina Appenzeller. 12. ed. Campinas: Papirus, 1996.

MAKOVICS, Nahara. **Marketing Político na Televisão Brasileira**: um estudo sobre as campanhas presidenciais de 1989 a 2002. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MANHANELLI, Carlos Augusto Bonacorso. **Os jingles eleitorais nas campanhas presidenciais brasileiras**. 2009. Dissertação (Pós-Graduação em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.



MARTÍN BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver:** hegemonia audiovisual e ficção televisiva. Trad: Jacob Gorender. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira:** Uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. A História depois do papel. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto: 2008.

O PT e as Eleições Presidenciais de 1989. **Perseu - Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo.** n. 8, ano 6. 2012.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; LEOPOLDI, Maria Antonieta. O fim do desenvolvimentismo: o governo Sarney e a transição do modelo econômico brasileiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República:** da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política.** Tradução: Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Sociedade - Programa de Governo do PT. **Perseu - Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo.** 1989.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

Imagem

Captura de tela do programa eleitoral de Lula (PT) exibido no dia 08 de outubro de 1989. [S. l.: s. n.], 8 out. 1989. (58 min). Publicado pelo canal Eleições Brasil TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p4QQ2kbhphE>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PT E PFL NA ELEIÇÃO PARA A PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE NO ANO 2000

PT AND PFL IN THE 2000 MAYORAL ELECTIONS IN RECIFE



JOÃO PAULO ALVES DA SILVA¹⁵⁷

Resumo

O artigo a seguir objetiva desenvolver uma análise da eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000 e de seus resultados a partir da inserção do pleito num cenário político maior. O prefeito Roberto Magalhães (PFL) concorria à reeleição com amplo favoritismo. Contudo, ele vem a vivenciar uma derrota no segundo turno para o candidato João Paulo (PT). Interpretações tradicionais impulsionadas pela mídia tendem a atribuir essa derrota a um gesto obscuro feito pelo então prefeito durante a campanha, a partir de onde a emoção teria tomado conta da eleição, atrapalhando os planos de recondução de Magalhães. Aqui, contudo, através de autores como Jairo Nicolau, Marcio Nuno Rabat e Roberto Ramos, buscaremos inserir o pleito num cenário maior de ascensão petista e descenso pefelista. Para isso, nos utilizaremos de periódicos, dados eleitorais e entrevistas para propor, sem negar eventuais efeitos da emoção, que um cenário político maior influenciou na eleição.

Palavras-chave: eleições municipais; partidos políticos; pesquisas eleitorais.

Abstract

The following article aims to analyze Recife's mayoral election in 2000 and its results from the point of view of placing the election in a larger political scenario. Mayor Roberto Magalhães (PFL) was running for re-election with broad favoritism. However, he suffered a defeat in the second round to candidate João Paulo (PT). Traditional media-driven interpretations tend to attribute this defeat to an obscene gesture made by the then mayor during the campaign, from which emotion would have taken over the election, hindering Magalhães' re-election plans. Here, however, through authors such as Jairo Nicolau, Marcio Nuno Rabat and Roberto Ramos, we will try to place the election in a larger scenario of the rise of the PT and the decline of the PFL in the state. To do this, we will use periodicals, electoral data and interviews to propose, without denying the possible effects of emotion, that a larger political scenario influenced the election.

Keywords: Municipal elections; political parties; electoral polls.

¹⁵⁷ Bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: jpaulos10@gmail.com.



Introdução

O presente artigo objetiva analisar a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000 a partir da inserção do pleito num cenário político maior de ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e descenso estadual do Partido da Frente Liberal (PFL). Tradicionalmente, a imprensa tem tratado este pleito através da memória de um gesto obscuro feito pelo então candidato à reeleição Roberto Magalhães (PFL), na qual, tal gesto teria ocasionado numa onda emocional de rejeição entre o eleitorado que favoreceu seu opositor no segundo turno, João Paulo (PT). Não buscamos aqui negar eventuais efeitos que o dito gesto possa ter criado em segmentos específicos da sociedade, porém entendemos que o pleito aqui trabalhado pode ser inserido num cenário maior de ascensão do PT e descenso estadual do PFL. Para isso, utilizarmos-nos de autores como Jairo Nicolau (2017), Marcio Nuno Rabat (1999) e Roberto Ramos (2002) para defender os ditos pontos.

Metodologicamente, este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa em periódicos da época, da análise de dados eleitorais e de entrevistas com candidatos do pleito. O artigo realizará uma exploração dos dois turnos da eleição e, posteriormente, para uma análise de seus resultados. Dividiremos, portanto, este segmento do trabalho em mais cinco partes, seguindo a ordem contexto eleitoral, primeiro turno, segundo turno, resultados e considerações finais.

Contexto eleitoral

Em 2000, o então prefeito do Recife, Roberto Magalhães (PFL), buscava uma inédita reeleição. Apoiado por uma união maior envolvendo seu partido, o Partido da Frente Liberal, e o partido do governador do estado de Pernambuco Jarbas Vasconcelos, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), havia-se criado oficialmente a chamada União pelo Recife enquanto coligação municipal, e a União por Pernambuco enquanto coligação estadual. Ambos os partidos advinham de uma longa história envolvendo a redemocratização do país e, apesar de historicamente ocuparem lados opostos do debate público, passaram então a se unir numa estratégia que elegeu Vasconcelos como Governador do Estado e Magalhães como Prefeito da Cidade do Recife.

Além da União Pelo Recife, concorriam ainda no pleito de 2000, no Recife, a Frente de Esquerda do Recife, que havia lançado o candidato João Paulo (Partido dos



Trabalhadores), a Frente de Oposição Recife Melhor, do candidato Carlos Wilson (Partido Popular Socialista), a Força Popular pelo Recife, de Vicente André Gomes (Partido Democrático Trabalhista), e as candidaturas avulsas de Fred Brandt (Partido da Solidariedade Nacional) e de Carlos Pantaleão (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados).

Nesse contexto, desde o começo do ano o calendário eleitoral já estabelecia as datas limites que norteariam o pleito municipal de 2000. O Tribunal Superior Eleitoral estabelecia que, passado o período de convenções eleitorais a serem realizadas entre 10 e 30 de junho, já no dia primeiro de julho ficaria proibida a veiculação de propaganda paga dos candidatos. *A posteriori*, o dia 05 demarcaria a data limite para o registro de candidatos perante o cartório eleitoral, enquanto a partir do dia 06 de julho ficariam os candidatos autorizados a fazer campanha eleitoral com “panfletagem, comícios, carros de som e etc” (Jornal do Commercio, 02 abr. 2000).

Passado o início da campanha, o calendário eleitoral seria continuado com o começo da propaganda institucional gratuita da Justiça Eleitoral no dia 31 de julho. A partir do dia seguinte, 1º de agosto, emissoras de rádio e TV ficaram impedidas de transmitir programas apresentados ou comentados por candidatos, candidatos esses que teriam sua propaganda eleitoral veiculada a partir do dia 15 de agosto até o dia 28 de setembro, quando também ocorreriam os últimos comícios e as últimas reuniões públicas. Com isso, o primeiro turno viria a ocorrer em 1º de outubro. Como o pleito no Recife transcorreu para o segundo turno, a propaganda de televisão ressurgiria entre os dias 16 e 27 de outubro, sendo as eleições finalmente decididas no dia 29 de outubro.

A campanha eleitoral: o primeiro turno

Apesar do clima de otimismo de muitos dos candidatos, a campanha começou, de acordo com a imprensa, de forma morna (Diário de Pernambuco, 07 jul. 2000). No primeiro dia, Magalhães (PFL) pediu votos para um candidato a vereador; João Paulo (PT) foi para uma porta de fábrica; Vicente André Gomes (PDT) fez uma caminhada e Carlos Wilson (PPS) reuniu num encontro um pequeno grupo de sua militância jovem. De memorável mesmo, deste começo de campanha, talvez só a tentativa dos candidatos de conquistar votos na passeata “*Basta, Quero paz!*”, no Recife Antigo, que contaria com a ausência do prefeito Roberto Magalhães (PFL), criticada pelos adversários (Diário de Pernambuco, 08 jul. 2000). Essas críticas ao prefeito, não por acaso realizadas pelos adversários postulantes ao cargo, voltariam a se repetir no primeiro debate realizado no



Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, onde, mais uma vez, Magalhães (PFL) se ausentou. Não é de se espantar o fato de o ponto comum das críticas ter sido a ausência do prefeito, o que representou, para a imprensa, uma possibilidade de união das oposições num segundo turno, questão debatida desde a formação das chapas (Diário de Pernambuco, 11 jul. 2000).

Enquanto seus adversários debatiam, o candidato à reeleição se despedia momentaneamente da prefeitura para se dedicar com exclusividade à campanha. O prefeito prometia se desligar até dia 31 de julho, dizendo recusar-se a tratar da campanha e a pedir votos enquanto ainda ocupasse o cargo, ainda que o tenha feito de forma indireta ao propagandar um candidato a vereador, tal como já relatado. Mais notável que isso, entretanto, foram as críticas proferidas ao governo federal¹⁵⁸, o que vai de encontro à rejeição encontrada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB)¹⁵⁹, mesmo numa candidatura dita “aliada”¹⁶⁰. Em sentido contrário, o apoio do governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) era muito valorizado na União pelo Recife puxada pela popularidade crescente do político pemedebista. Pesquisa da JC/Arconsult detalhou que 49% dos recifenses consideravam a administração de Jarbas Vasconcelos como ótima ou boa. Em comparação, 60% dos mesmos entrevistados avaliavam o governo de Fernando Henrique Cardoso como ruim ou péssimo (Jornal do Commercio, 20 fev. 2000).

Em boa medida, era Jarbas o catalisador da União nesse momento e era a partir dele que se desenvolveria o projeto de reeleição do então prefeito do Recife. Prova disso foi o empenho pessoal do governador na formação das alianças municipais que constituiriam o tecido da União por Pernambuco ao longo de todo o estado, de tal forma que se faz justo destacar o entrecruzar entre a União de Pernambuco e uma série de alianças locais neste momento (cujo exemplo máximo era a própria chapa municipal União pelo Recife). Nesse ano, a coalizão formada por PMDB/PFL/PSDB chegou a ter

¹⁵⁸ O então prefeito criticava o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) que destinava 15% da receita municipal à saúde. De acordo com Magalhães, o Governo Federal queria “abandonar os municípios em quatro anos. Acabar com o SUS e jogar a responsabilidade nas nossas costas”, de tal forma que, se essa proposta tivesse sido lançada antes de sua candidatura, ele não seria candidato. Cf. Diário de Pernambuco, 11 de Julho de 2000.

¹⁵⁹ Os altos índices de impopularidade do presidente afastavam de aliados de todo o Brasil o desejo de tê-lo em seus palanques. Cf. Diário de Pernambuco, 10 de Julho de 2000. A pesquisa CNT/Vox Populi divulgada no dia 04 de julho de 2000 colocava o Fernando Henrique com 73% de reprovação. Cf. Jornal do Commercio, 04 de Julho de 2000.

¹⁶⁰ Não bastasse o apoio do partido do presidente, o PSDB, a candidatura de Roberto Magalhães era tutelada pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel (PFL).



59% do total de candidatos a prefeito registrados em todo o estado (Jornal do Commercio, 07 jul. 2000).

Retornando ao nome do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), sua má avaliação serviu inclusive de estímulo à polarização por parte da esquerda¹⁶¹, motivado pelo plano de nacionalização do pleito e, por consequência, pela exploração do desgaste do Presidente da República. Em passagem pelo Recife para o lançamento do programa de governo do candidato petista, João Paulo, a então senadora petista Heloisa Helena defendeu que os candidatos esquerdistas deveriam ter um discurso contra o então presidente (Diário de Pernambuco, 14 jul. 2000). Nesse sentido, não teria sido por acaso as várias tentativas de polarizar o pleito municipal por parte do candidato petista. Era parte da estratégia de campanha apregoar o presidente ao prefeito e tentar nacionalizar a eleição. Para a campanha petista, era preciso não só fazer isso como forma de poder lidar com a aprovação do então prefeito, como também explorar uma imagem de aprovação artificial criada por uma cidade “maquiada” e que não alcançava as periferias da cidade. Em entrevista a nós concedida, João Paulo comenta que:

Ele [Roberto Magalhães] tinha 72% de aprovação, mas era assim, muito maquiado. Era uma prefeitura que não estava dentro da periferia, até se dizia que ele pegou o governo muito quebrado por Jarbas Vasconcelos, era o que se comentava, que ele havia passado esses quatro anos tentando ajeitar as finanças da prefeitura. Então, tinha muita maquiagem e, assim, para o povo mesmo, na área de periferia não tinha. E acho que foi uma grande sacada nossa mostrar que a área de periferia, os pobres, estavam abandonados na cidade (Informação verbal).

A passagem da senadora Heloisa Helena (PT) em encontro não só com João Paulo (PT), mas também com a deputada estadual Luciana Santos (PCdoB), candidata à prefeitura de Olinda, representou também uma convergência das oposições à esquerda em níveis intermunicipais. Organizava-se uma oposição à União por Pernambuco como um todo, sendo a eleição para a prefeitura de Olinda no ano 2000 também espaço fértil para estudos desse tema.

Em finais de julho, os candidatos viriam a se reencontrar no debate sobre transporte realizado pela Associação dos Servidores da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) e Sindicato dos Servidores do Estado de Pernambuco. Mais uma vez, o então prefeito não compareceu e foi criticado. Numa entrevista ao Diário de Pernambuco, pouco tempo depois, Roberto Magalhães (PFL) minimizou seus

¹⁶¹ Luiz Inácio Lula da Silva, em passagem por Pernambuco, chegou a defender que uma campanha conjunta das esquerdas pensando em 2002. Cf. Jornal do Commercio, 20 de Julho de 2000.



concorrentes ao declarar que seu adversário é o inverno (Diário de Pernambuco, 24 jul. 2000). De fato, em fins de julho, quando o prefeito disse isso, o Recife vivia um ciclo de chuvas que ocasionou uma série de mortes. No momento da solenidade em que passava o comendo da PCR ao vice-prefeito¹⁶², Raul Henry (PMDB), 12 corpos já se acumulavam em escombros pela cidade (Diário de Pernambuco, 01 ago. 2000).

Nesse período, falava-se de a oposição explorar a situação para culpar o prefeito por negligências na prevenção, enquanto o prefeito se defendia os acusando de fazer uso político das mortes. De fato, as oposições colocaram suas equipes de televisão na rua com o intuito de registrar os desastres causados, principalmente nos morros, com o objetivo de gerar conteúdo para os guias eleitorais que começariam no dia 15 de agosto. Exemplo principal disso colocado pela imprensa foi Vicente André Gomes (PDT), que percorreu pessoalmente os locais mais críticos da cidade (Jornal do Commercio, 01 ago. 2000). Em resposta, o próprio Roberto Magalhães (PFL) se colocou a andar pelos morros e a lamentar as cinco mortes que até então tinham ocorrido (Jornal do Commercio, 02 ago. 2000).

Do outro lado, a oposição falava, principalmente a partir de André Gomes (PDT) e Fred Brandt (PSN), em processar o prefeito pelos estragos ocorridos. Também ela, agora por meio de João Paulo (PT), Fred Brandt (PSN), Carlos Wilson (PPS) e Carlos Pantaleão (PSTU), argumentou que as mortes poderiam ter sido evitadas se o prefeito tivesse se comprometido com a remoção de todas as cinco mil famílias que moravam em áreas de risco (Diário de Pernambuco, 01 ago. 2000). Foi bem nítida a tentativa dos candidatos de oposição de explorar a situação das chuvas contra o então prefeito. Dessa forma, a questão das chuvas escalonou de tal maneira que o Diário de Pernambuco chegou a estampar a manchete de seu caderno eleitoral com o título “Chuvas viram principal mote da campanha”, com uma charge ao lado simulando uma cena do filme Titanic, em que Roberto Magalhães (PFL) aparece navegando em um navio chamado “Reeleição”, dentre casas totalmente submersas que poderiam afundar o navio, tal como o iceberg que afundou o Titanic (Jornal do Commercio, 06 ago. 2000).

Com a aproximação do dia 15, os candidatos já começavam a planejar seus guias eleitorais. A União pelo Recife abocanharia mais tempo do que toda a oposição somada,

¹⁶² Roberto Magalhães optou por se afastar da Prefeitura da Cidade do Recife durante o período eleitoral, deixando o comando nas mãos do vice prefeito Raul Henry. Para tanto, Magalhães argumentou “por uma questão de tempo e ética” sua ausência PCR e foco na campanha. Cf. Diário de Pernambuco, 01 de Agosto de 2000.



pouco mais de 15min do guia, seguida da Frente de Esquerda do Recife com 4min19s, da Frente de Oposição Recife Melhor com 3min42s, da Frente Popular pelo Recife com 2min45s e dos candidatos Carlos Pantaleão (PSTU) e Fred Brandt (PSN), cada um com 1min40s. Não tendo o mesmo tempo e recursos da situação, a equipe dos candidatos precisava improvisar. João Paulo (PT), por exemplo, apostava num programa “extremamente popular”, que não exploraria nenhum recurso especial e apenas mostraria os problemas da cidade (Jornal do Commercio, 12 ago. 2000). Além disso, o candidato do PT esperava compensar as deficiências da campanha com uma militância engajada, onde dizia até saber da dependência dela (Jornal do Commercio, 08 ago. 2000). Ao tratar sobre isso em entrevista a nós concedida, João Paulo (PT) tratou a militância como “a grande diferença na campanha”, que “entrou de cheio na eleição de 2000”. De fato, o engajamento da militância realmente ocorreu de tal forma a gerar algumas situações futuras ao longo do pleito.

Se João Paulo (PT) iria para um caminho popular, os produtores do guia de Roberto Magalhães (PFL) apostavam num formato “leve e dinâmico”, que explorasse depoimentos de líderes políticos e comunitários e, inclusive, pudesse responder ataques relacionados à questão das chuvas. Nesse campo da defesa, o próprio Magalhães já montava uma “tropa de choque” que responderia aos ataques, sendo formada não apenas pelo governador do Estado, Jarbas Vasconcelos (PMDB), mas como também pelos ex-prefeitos Gustavo Krause (PFL), Joaquim Francisco (PFL) e Gilberto Marques Paulo (PFL) (Jornal do Commercio, 12 ago. 2000).

Com o avançar do mês de setembro, mais uma vez o pacto de não agressão, já citado anteriormente, acabou sendo reafirmado, dessa vez entre o candidato do PT, João Paulo, e o do PPS, Carlos Wilson (Jornal do Commercio, 08 set. 2000). Definiu-se que o foco não era a disputa pelo eventual segundo lugar que levaria ao segundo turno, mas sim atacar Roberto Magalhães (PFL) pouco tempo após a divulgação de uma pesquisa da Datafolha em que ele aparecia com 50% dos votos (Jornal do Commercio, 07 set. 2000). Isso, é claro, já vinha ocorrendo tendo, contudo, suas variações a depender da candidatura. João Paulo (PT) partia para uma tentativa de polarizar com o então prefeito, principalmente a partir de uma nacionalização do pleito, trazendo, inclusive, o nome do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para o debate.

Nesse contexto, o reforço ao pacto de não agressão (ou de agressão conjunta ao prefeito), mais do que estratégia que beneficiasse especificamente alguma das campanhas, era uma forma de tentar levar o pleito para um segundo turno a partir do qual estaria,



como já alardeada, a oposição unida. Nesse cenário, Magalhães (PFL) já se colocava “pronto para a guerra” contra a oposição (Jornal do Commercio, 13 set. 2000). João Paulo (PT) falava em manter a linha “apimentada, mas sem partir para a baixaria” (Jornal do Commercio, 13 set. 2000), onde apimentar significaria “insistir na crítica política e na identificação dos representantes da política neoliberal no país e no Recife”. Como estratégia de campanha, João Paulo (PT) e aliados chegaram a receber por mais de uma vez Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ex-presidenciável e principal liderança política do Partido dos Trabalhadores. Na última, a ideia era animar a tão comentada militância petista como forma de levar a candidatura do partido ao segundo turno (Jornal do Commercio, 14 set. 2000), e assim foi feito com Lula pedindo “voto contra FHC [Fernando Henrique Cardoso]” e falando em “federalizar” a disputa, de olho na sucessão de 2002 (Jornal do Commercio, 15 set. 2000).

Em meados de setembro, os esforços oposicionistas aparentavam estar surtindo algum efeito. Pesquisa Datafolha publicada no Jornal do Commercio, em 17 de setembro de 2000, demonstrou que caiu de 14 para 6 pontos a diferença entre o primeiro colocado (Roberto Magalhães com 48% dos votos totais) e a soma dos demais candidatos (que trás João Paulo ocupando a segunda posição com 22%). Pouco tempo após a divulgação da pesquisa, contudo, um elemento voltou a se somar nesses cálculos eleitorais a partir do retorno das chuvas. Levando em conta não apenas o histórico da cidade, mas também as próprias lembranças do que havia ocorrido naquele ano, não é de se surpreender que o retorno delas preocupasse principalmente ao prefeito licenciado. Há pouco menos de duas semanas do pleito, o retorno das chuvas assustou a ponto de fazer Magalhães (PFL) reforçar de que seu adversário era a chuva, principalmente após os alagamentos e o deslizamento de morros por elas causadas (Jornal do Commercio, 18 set. 2000).

Contudo, o grande fator que sempre tem sido lembrado ao se tratar desse pleito só viria a ser inserido no dia 24 de setembro, em plena Avenida Boa Viagem. Durante uma carreata, Roberto Magalhães (PFL) teria perdido o controle ante as provocações de militantes opositores¹⁶³, o que ocasionaria a agressão de um senhor de aproximadamente 55 anos (Jornal do Commercio, 25 set. 2000) e no prefeito dando “bananas” com os braços a petistas, realizando um gesto impróprio. Esses casos teriam desencadeado em

¹⁶³ A própria imprensa da época não sabia ao certo o que ocasionou tudo isso, com alguns chegando a dizer que o homem teria xingado e empurrado o prefeito. Sergio Guerra disse que Magalhães chegou a ser ofendido com palavrões até reagir e ser contido por Jarbas e assessores. Diz-se também que a raiva do prefeito licenciado só aumentou após petistas que faziam panfletagem na orla o vaiarem e provocá-lo dizendo que iria para o segundo turno e o chamarem de violento. Cf. Diário de Pernambuco, 25 set. 2000.



confronto entre militantes da União pelo Recife e do PT, “com troca de insultos, empurra-empurra, tapas, chutes e correria no calçadão”, que só foi cessado quando seguranças de Magalhães (PFL) partiram para cima da militância opositora até dispersá-los (Jornal do Commercio, 25 set. 2000).

Em entrevista a nós concedida, João Paulo (PT) chega a confirmar alguns pontos ao dizer que “[...] eles passaram e a turma do PT lá embaixo esculhambando Roberto Magalhães, foi quando ele deu a banana”. Houve, portanto, uma tensão entre a militância petista, a comitiva do candidato do PFL e ainda o aditivo de um movimento de campanha de Carlos Wilson (PPS) que também ocorria no mesmo local¹⁶⁴ (e que foi acusado de ter impedido a passagem), no mesmo momento. Dessa maneira, o evento relatado assumiu contornos incontroláveis por parte, principalmente, da exploração que a própria oposição fez do caso, inclusive nos guias eleitorais¹⁶⁵. No segundo turno, isso pesaria e não por acaso é até hoje um momento chave ao se falar sobre a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000¹⁶⁶.

Ao fim, milhares de militantes e candidatos nas proporcionais (Diário de Pernambuco, 24 set. 2000) eram mobilizados para a boca de urna¹⁶⁷ ainda permitida, servindo a várias candidaturas. Enquanto o PT contava com sua militância planejando avermelhar a cidade (Diário de Pernambuco, 30 set. 2000), Carlos Wilson (PPS), por exemplo, preparou milhares de “Mané Chinês”¹⁶⁸ para trabalharem e ocuparem espaço

¹⁶⁴ O Diário de Pernambuco chegou a noticiar que teria sido esse o grande motivo da agressividade de Roberto Magalhães. Realizando caminhada a poucos metros da carreta robertista, Carlos Wilson teria subido num trio elétrico para discursar contra os adversários. Insatisfeito com o atraso, o prefeito teria descido do trio exigindo a saída da militância do PPS alegando que “quem está aqui é um ex-governador, prefeito licenciado e Jarbas Vasconcelos. Carlos Wilson não tem o direito de impedir a nossa passagem”. Cf. Diário de Pernambuco, 25 set. 2000.

¹⁶⁵ Antes mesmo deste fato, o guia já vinha apresentando uma série de ataques a Magalhães e à sua gestão vindos dos mais diversos candidatos (Cf. Diário de Pernambuco, 05 set. 2000). Nesse contexto, o caso em particular fez gerar, contudo, uma especialização e um agravamento das críticas.

¹⁶⁶Cf. <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/20/onda-vermelha-conquistou-o-recife-com-a-eleicao-de-joao-paulo-em-2000-249414.php>. Acesso em: 20 set. 2023.

¹⁶⁷ “A propaganda de boca de urna consiste na atuação de cabos eleitorais e demais ativistas junto aos eleitores que se dirigem à seção eleitoral, no dia da votação, visando a promover e pedir votos para seu candidato ou partido”. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Abril/voce-sabe-o-que-e-boca-de-urna-o-glossario-eleitoral-brasileiro-explica>. Acesso em: 13 out. 2022.

¹⁶⁸ Personagem criado pela campanha de Carlos Wilson (PPS) interpretado originalmente pelo ator Walmir Chagas. Junto do também ator Aramis Trindade, cabia a eles realizar críticas bem humoradas à gestão de Roberto Magalhães (PFL), tendo sido marcos na campanha de Wilson. O Jornal do Commercio detalhou que: “O programa conta a história de Mané, personagem interpretado por Chagas, que saiu do Recife para morar durante três anos na China e volta de lá para ver “as maravilhas do Recife 2000”. Deslumbrado com o que poderia encontrar na cidade, ele pede a ajuda de um desiludido amigo que ficou por aqui, interpretado por Trindade, para visitar vários pontos da Capital. Cada um deles, um ‘Calcanhar de Aquiles’ do prefeito. Por onde passa, Mané vai ficando cada vez mais decepcionado” (Jornal do Commercio, 09 jul. 2000).



no dia da eleição (Jornal do Commercio, 30 set. 2000). Essa era a aposta de Wilson que, contudo, não se cumpriu. Roberto Magalhães (PFL), com 49,42% dos votos válidos, e João Paulo (PT), com 35,62% dos votos válidos, acabaram sendo os escolhidos pelo povo para avançar para o segundo turno (Jornal do Commercio, 02 out. 2000).

A campanha eleitoral: o segundo turno

Os resultados do primeiro turno soaram como surpresa principalmente por causa do desempenho do candidato do PT, João Paulo, e seus 35% dos votos, o que contrariou muito o que era apontado pelas pesquisas que retratavam um cenário de vitória em primeiro turno para Roberto Magalhães (PFL). A surpresa foi tamanha que não só atrapalhou os planos de retorno de Magalhães para a prefeitura, já agendados para o dia 02 de Outubro, como também animou muito a militância do PT nas suas celebrações (Diário de Pernambuco, 02 out. 2000).

Em entrevista ao Diário de Pernambuco logo após o resultado, João Paulo disse não rejeitar o apoio de nomes como Miguel Arraes (PSB), Ciro Gomes (PPS) e Carlos Wilson (PPS), desde que eles estivessem dispostos a fazer oposição tanto ao governo estadual quanto ao federal, demonstrando que a tônica do discurso petista continuaria sendo a da nacionalização do pleito (Diário de Pernambuco, 02 out. 2000). Do outro lado, a imprensa narrou um clima de derrota após a divulgação do resultado diante da expectativa de liquidar o pleito já no primeiro turno (Diário de Pernambuco, 02 out. 2000). Magalhães ainda tentou controlar a situação ao dizer que o Recife escolheu “os melhores candidatos. Os únicos que tem condições de governar a cidade” (Jornal do Commercio, 02 out. 2000). O candidato a vice prefeito na coligação do PFL, Sérgio Guerra (PSDB), chegou a aventar a hipótese do segundo turno ter ocorrido em decorrência das taxas de abstenção em áreas onde sua chapa eram mais fortes. Já o então governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) minimizou o resultado ao dizer que “eleição é assim mesmo” e que se considerava um vencedor pelo desempenho no resto do estado (Diário de Pernambuco, 02 out. 2000). Contudo, apesar da aparente despreocupação com o pleito, a realidade era outra, com o governador entrando em campo na campanha e falando “Se Roberto vencer, é vitória dele. Se perder, é derrota minha” (Jornal do Commercio, 03 out. 2000).

Passadas as emoções iniciais, ambas as campanhas começavam a reestabelecer seus passos. Roberto Magalhães (PFL) planejava aparecer mais no guia, onde acreditava ter ficado escondido no primeiro turno (Diário de Pernambuco, 03 out. 2000), enquanto



João Paulo (PT) já voltava para a campanha de rua e tinha agora o vereador eleito Humberto Costa (PT) como coordenador de campanha (Diário de Pernambuco, 03 out. 2000). O candidato petista continuaria apostando na emoção da militância e numa “onda vermelha” que, segundo ele, “é crescente em todo país em função do sentimento de revolta contra o governo de Fernando Henrique Cardoso, que o prefeito-candidato Roberto Magalhães representa e reproduz no Recife” (Diário de Pernambuco, 03 out. 2000).

Enquanto isso, o candidato do PFL apostava numa “ideologização” de seus apoiadores a partir da associação do PT às invasões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao regime cubano de Fidel Castro, ao “arraesismo” e enquanto risco aos empresários (Diário de Pernambuco, 05 out. 2000). Da mesma forma tentou o candidato amenizar sua imagem a partir de um pedido de desculpas “pelos possíveis excessos com que reagi às provocações dos meus adversários”, enquanto seu aliado, o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) mergulhava de vez na campanha, inclusive como mobilizador da militância¹⁶⁹ (Diário de Pernambuco, 10 de out. 2000).

Como esperado, outras candidaturas opositoras começaram a tomar posição no segundo turno. Fred Brandt (PSN) e Carlos Pantaleão (PSTU) declararam apoio a João Paulo logo após a divulgação dos resultados. No dia 10 foi a vez do senador Carlos Wilson (PPS) em ato de adesão à campanha (Diário de Pernambuco, 11 out. 2000). Por fim, três dias depois, Vicente André Gomes (PDT) garantiu seu apoio ao candidato petista em um ato rápido, formalizando o sexto apoio à candidatura de esquerda que, além dos já citados, contou também com o apoio dos deputados João de Deus (PL) e Salatiel Carvalho (PMDB)¹⁷⁰ (Diário de Pernambuco, 14 out. 2000).

Enquanto os apoios vinham para João Paulo (PT), o guia recomeçava e esquentava na televisão, onde petistas acusavam Magalhães (PFL) de autoritário enquanto pefelistas tentavam vincular o PT à baderna (Diário de Pernambuco, 13 out. 2000). Como coloca o Diário de Pernambuco da época, “interessa ao PT polarizar a disputa entre a emoção, que seria a sua marca, e a insensibilidade, o estigma que escolheram para os pefelistas” (Diário de Pernambuco, 13 out. 2000). Nesse contexto, os 10 minutos de cada candidato

¹⁶⁹ A mobilização de Jarbas era tamanha que o governador chegou a dedicar o expediente da tarde e da noite somente para a campanha. Cf. Diário de Pernambuco, 11 out. 2000.

¹⁷⁰ De acordo com João Paulo, outros nomes também declararam apoio a ele, ainda que alguns na clandestinidade. Em entrevista, ele comenta que: Teve deputados e vereadores, muitos se mantiveram, mas na clandestinidade, que até era da base do governo (que eu não quero falar aqui o nome). Mas nós tínhamos alguns deputados que apoiaram o governo, que apoiaram na eleição.



acabaram se transformaram em palco para uma série de insinuações e acusações de ambos os lados.

O avanço das semanas levou à construção de metas diferentes para os passos finais da campanha. Roberto Magalhães (PFL) apostaria no máximo da sua exposição como forma de ocupar espaço na mídia, principalmente no rádio e na televisão. Enquanto isso, sempre apostando na sua militância voluntária, João Paulo (PT) contava em idas às ruas com ela (Diário de Pernambuco, 22 out. 2000). Nesse cenário, a campanha do PT parece não ter sido afetada por um fato novo que caiu nas costas das Uniões e que limitou a campanha do PFL: a greve dos profissionais da Polícia Militar (PM). O momento em que essa greve se desenvolveu, basicamente nas últimas semanas do segundo turno (e sendo resolvida logo após ele), levantou muita desconfiança de que pudesse ter sido criada com intenções político-eleitorais, principalmente com o objetivo de criar uma crise para a situação e beneficiar a oposição. Diante dessas acusações, em entrevista a nós concedida, o candidato petista se defende falando exatamente sobre essas acusações:

[...] não tínhamos participação nenhuma na greve dos policiais até porque a gente não tem uma base na polícia militar. Eu tinha sido vítima em 1992, mas quando terminou a eleição no outro dia eu fui ao piquete, ajudar eles lá na frente do Palácio do Governo, se abriu a negociação. Mas a gente só via eles nos acusando da greve, mas a greve era o descaso mesmo do governo Roberto Magalhães em relação ao tratamento com a polícia¹⁷¹ (Informação verbal).

Curiosamente, o enfrentamento no guia eleitoral mais uma vez se acirrou com as candidaturas fugindo de ter suas imagens vinculadas à greve. De um lado, Roberto Magalhães (PFL) questionava o momento em que a greve foi estabelecida, durante a campanha eleitoral, logo após, segundo ele, o Governo do Estado ter aprovado melhorias à categoria. Mesmo evitando acusar diretamente seu adversário, ele questionava abertamente a quem interessava essa greve. Do outro lado, Humberto Costa (PT), coordenador da campanha petista, falava que “a vinculação da greve ao PT é mais uma irresponsabilidade da coligação que apoia Magalhães”, justificando basicamente o que João Paulo (PT) nos disse de que o partido não teria força junto à PM para influenciá-la dessa forma. Nesse sentido, o coordenador chegou até a atestar de que “não seremos oportunistas” ao negar aproveitamento da situação (Jornal do Commercio, 22 out. 2000).

De toda forma, a greve da PM adicionou mais um elemento de tensão a uma eleição em que os candidatos se digladiavam cotidianamente nos guias eleitorais, que fora

¹⁷¹ Apesar da citação exclusiva a Roberto Magalhães, João Paulo, em época, chegou a culpar o então governador Jarbas Vasconcelos pela greve, chamando-o, durante o guia eleitoral, de “imprudente e intransigente” com os policiais. Cf. Diário de Pernambuco, 26 out. 2000.



preciso a um juiz marcar uma reunião com as partes para conter os ataques (Diário de Pernambuco, 23 out. 2000). As tensões eram tamanhas que o juiz da Propaganda Eleitoral, Bartolomeu Bueno, chegou a ameaçar tirar o guia do ar (Jornal do Commercio, 24 out. 2000). Talvez não tendo obtido sucesso, o TRE passou então a punir PT e PFL com cortes na TV, o que gerou ruídos nas campanhas, principalmente na petista. Sobre isso, João Paulo comenta que, mesmo diante de uma sucessão de cortes, continuou-se a explorar o caso do gesto obsceno feito por Magalhães (PFL):

[...] nós enfrentamos e tivemos muitas dificuldades com a Justiça Eleitoral. Nos sentimos muito perseguidos, inclusive no nosso último programa, a gente ficou só com vinte segundos. [...] O que nós fizemos com os vinte segundos que a gente tinha? Botamos só a “banana”, assim [som fazendo o gesto e risos]. É por isso que digo a você que foi uma estratégia de comunicação, e eles “lascando o pau” em cima da gente e a gente [novamente o som fazendo o gesto da “banana”] (Informação verbal).

Contudo, as restrições do TRE não vieram somente no tempo. O Tribunal chegou a proibir manifestações de rua e suspender inserções e o guia (Diário de Pernambuco, 25 out. 2000). A proibição de campanha de rua foi questionada inclusive por uma série de entidades como a Central Única de Trabalhadores (CUT), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), O Centro Dom Hélder Câmara (Cendhec), o Movimento Tortura Nunca Mais e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (Jornal do Commercio, 26 out. 2000). Enquanto isso, os ataques na propaganda eleitoral geravam direitos de respostas mútuos que corroíam ambos os tempos dos candidatos (Diário de Pernambuco, 28 out. 2000).

Por fim, os últimos dias de campanha eram marcados pela presença de Jarbas (PMDB) no palanque de Magalhães (PFL) e de Lula (PT) no palanque de João Paulo (PT), com ambos convocando suas militâncias (Diário de Pernambuco, 27 out. 2000). No caso petista, o encerramento da campanha num ginásio ocorreu com o tradicional apelo à militância, convocando cada militante a se tornar multiplicador na busca por votos, principalmente na boca de urna. Da mesma forma, o apelo à militância também foi feito do lado de Jarbas (PMDB) e Magalhães (PFL) em evento realizado em clube. Ataques ao PT não foram poupados, com Vasconcelos (PMDB) considerando aquela uma continuação da eleição de 1998 na luta contra “o atraso” e com ele mesmo assumindo que “estamos lutando pela manutenção da coligação”. Quais efeitos a derrota teria sobre a coligação é um ponto a se medir, mas a questão final e principal, contudo, é que o resultado se definiu por uma diferença de 5.835 votos, consagrando João Paulo (PT) como



o novo prefeito do Recife, com 50,38% dos votos válidos dos votos contra 49,61% do então prefeito Roberto Magalhães.

Um olhar sobre os resultados

As interpretações mais tradicionais trazidas pela imprensa sobre a eleição para a prefeitura da cidade do Recife no ano 2000 sempre valorizaram mais a questão do gesto obscuro ocorrido na Avenida Boa Viagem e toda a carga emocional que o pleito passou a assumir a partir daí, principalmente. Ao acompanhar a situação e suas decorrências, o jornalista Sérgio Montenegro detalha que:

As fotos foram parar nas primeiras páginas dos jornais do Estado e terminaram amplamente reproduzidas nos programas eleitorais de TV dos candidatos adversários no dia seguinte. Estava feito um estrago no palanque pefelista, que se mostraria irrecuperável (Montenegro, 2020, p. 75).

As notícias da época já davam conta da dimensão emocional que assumia o pleito. Após os resultados, Roberto Magalhães (PFL) já falava: “perdemos para a emoção” (Jornal do Commercio, 30 out. 2000). É certo que a derrota dele representou uma derrota para o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), para a União por Pernambuco, mas talvez não necessariamente para Jarbas (PMDB), apesar dele se colocar como principal responsável. O próprio João Paulo (PT), ao comemorar a vitória, reafirmou isso: “Derrotamos FHC [Fernando Henrique Cardoso], não Jarbas”.

Jarbas não foi derrotado. Existiu uma disputa entre dois programas, em que um venceu e outro não. O que existe agora é um prefeito eleito que tem responsabilidade de ter uma boa relação com o Governo do Estado (Jornal do Commercio, 30 out. 2000).

É claro que a fala de João Paulo já se insere no discurso de um prefeito eleito que iria buscar ter boas relações com outros níveis da administração, mas olhando agora em longo prazo, sabendo da vitória que Jarbas Vasconcelos (PMDB) viria a ter em 2002, é possível compreender que o abalo sentido na União por Pernambuco com a derrota no Recife e em outros municípios não representou necessariamente uma grande derrota para Jarbas (PMDB), apesar de ter sido sim um atrapalho nos planos estabelecidos.

Anos depois, em entrevista ao Jornal do Commercio, Roberto Magalhães (PFL) rememorou sua derrota:

Foram dois fatos que decretaram a minha derrota, não é ? Esse boato [de insatisfação da esposa do prefeito com a obra do artista plástico Francisco Brennand que levou Magalhães armado à porta do Jornal do Commercio], não é, ardidamente espalhado pra me diminuir, pra me desgastar. E a outra que foi a nossa carreato final em Boa Viagem que colocaram um caminhão para



interromper e colocaram uma pesada e buliçosa facção do PT com, e eu estava com minha mulher, com nomes mais pesado, provocações de todo tipo, muita tapa, muito murro, tudo mais, mas eles ganharam com as provocações e eu fiz um gesto, entendeu, e esses dois gestos pesaram muito (ARAÚJO, Mariana Et al. *Jornal do Commercio*, 20 ago. 2016).

Não buscamos ou buscaremos negar aqui o peso dessas situações e das afirmações previamente exploradas. É impossível não imaginar que a alguns segmentos sociais essas questões tenham pesado na hora do voto. Nossa questão aqui, contudo, é seguir que, “para o historiador, o singular, empregado muitas vezes por comodidade, corresponde a uma realidade plural, às tendências da opinião pública” (Rémond, 2003, p. 190-191), onde o fenômeno eleitoral desestimula a esperança de descobrir uma causa única que o explique (Rémond, 2003, p. 43).

Nesse sentido, buscaremos aqui ampliar o entendimento sobre o pleito a partir da sua localização no contexto inserido, tendo por base três autores principais: Jairo Nicolau (2017), Márcio Nuno Rabat (1999) e Roberto Ramos (2002). A partir deles, buscaremos enxergar o pleito e seus resultados como frutos de dois elementos principais: a ascensão do PT a nível regional e nacional e o descenso do PFL pernambucano. Utilizarmos-nos de Nicolau e Rabat para falar do primeiro elemento e de Ramos para tratar sobre o segundo. Antes, contudo, de adentrarmos nesse aspecto, gostaríamos de nos dedicar um pouco à análise de alguns gráficos na busca pelo entendimento de explicações sobre a postura da opinião pública durante o pleito, afinal, como coloca Becker,

[...] o estudo da opinião pública participa de uma ‘abordagem global da história’. Buscando apreender comportamentos e atitudes da população em sua massa, ele lhe permite consequentemente ser desmistificante. A narrativa histórica é de fato muito frequentemente revestida de uma película ou até mesmo de um manto de lendas (Rémond, 2003, p. 186).

A famigerada “banana” dada por Magalhães ocorreu no dia 24 de setembro de 2000. Nosso objetivo agora é tentar medir os efeitos que esse evento teve sobre a opinião pública a partir de gráficos eleitorais obtidos diretamente dos periódicos trabalhados, mesmo com todas as limitações que daí advém, inclusive em relação à ausência de algumas informações¹⁷².

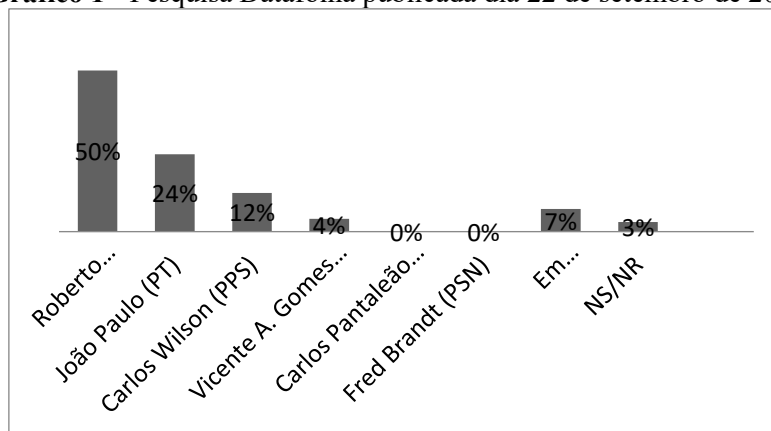
A pesquisa Datafolha mais recente que antecederesse o ocorrido foi publicada nos jornais no dia 22 de setembro (Gráfico 1). Nela, Magalhães (PFL) aparece liderando o pleito com 50% dos votos totais, seguido por 24% de João Paulo (PT), 12% Carlos Wilson

¹⁷² Sentimos falta de alguns dados sobre a eleição em votos válidos, tal como poderá ser notado adiante.



(PPS), 4% de Vicente A. Gomes (PDT), com 0% dos outros candidatos, 7% de votos brancos, nulos ou nenhum e 3% de eleitores que não sabiam ou não responderam.

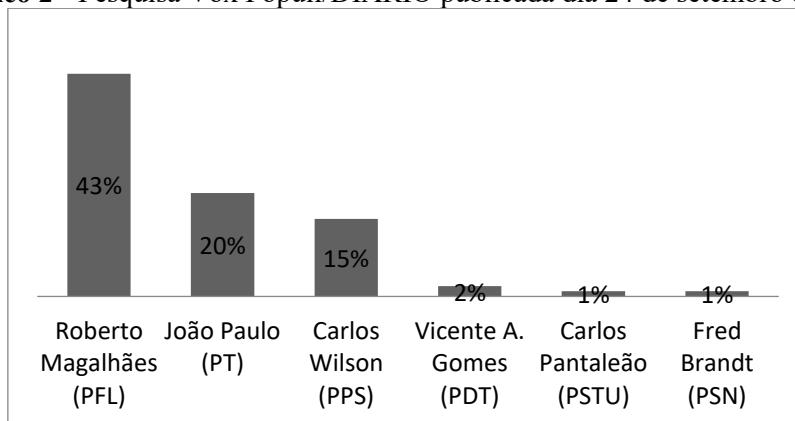
Gráfico 1 - Pesquisa Datafolha publicada dia 22 de setembro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

Já a pesquisa Vox Populi/DIARIO, publicada no dia do ocorrido, dia 24 de setembro de 2000 (Gráfico 2), trazia Magalhães (PFL) com 43% dos votos totais, com João Paulo (PT) com 20%, Carlos Wilson (PPS) com 15%, Vicente A. Gomes (PDT) com 2% e Carlos Pantaleão (PSTU) e Fred Brandt (PSN) com 1% cada.

Gráfico 2 - Pesquisa Vox Populi/DIARIO publicada dia 24 de setembro de 2000

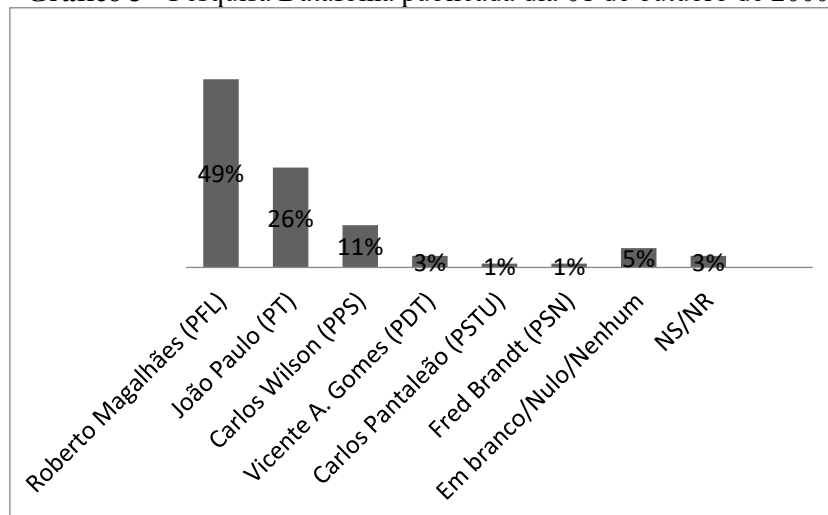


Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Já comparando com os números colhidos após o evento, com resultados publicados nos jornais dia 01 de outubro, o Datafolha (Gráfico 3) mostra muito pouca alteração no cenário, com Magalhães (PFL) caindo um só ponto nos votos totais e mantendo as chances de vitória em primeiro turno. Enquanto isso, João Paulo (PT) crescia dois pontos e alcançava 26%.



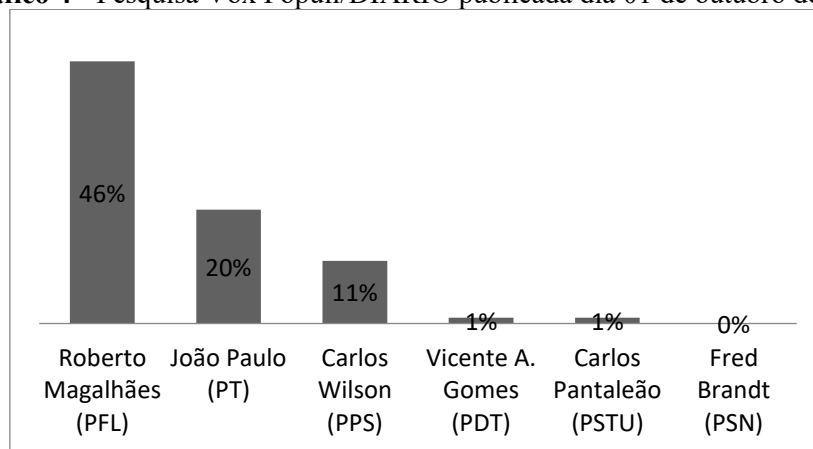
Gráfico 3 - Pesquisa Datafolha publicada dia 01 de outubro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

A pesquisa Vox Populi/DIARIO do dia primeiro de outubro (Gráfico 4), em contra partida, já mostrava certa diferença com Magalhães (PFL) crescendo três pontos percentuais e alcançando 46% dos votos totais enquanto João Paulo (PT) mantinha seus 20%.

Gráfico 4 - Pesquisa Vox Populi/DIARIO publicada dia 01 de outubro de 2000



Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Comparando os dados, o Datafolha demonstra uma pequena queda de um ponto de Magalhães e ganho de dois pontos de João Paulo, mas nada que extrapole a margem de erro. O Vox Pouli/DIARIO, pelo contrário, demonstrou uma estagnação de João Paulo (PT) e um crescimento de três pontos percentuais de Roberto Magalhães (PFL).

Em suma, até o ocorrido, Magalhães (PFL) variava nas pesquisas dos institutos entre 43-50%, enquanto após o fato a variação girava em torno de 46-49% dos votos totais. Parece ter havido um crescimento maior que a queda. Contudo, como se comportam esses dados em comparação com os resultados do primeiro turno? Primeiro,



é preciso dizer que ocorre um crescimento natural da conversão de votos totais (como os da pesquisa) em votos válidos, que são aqueles que excluem os brancos e nulos e que valem para a captação do resultado. Ao final do primeiro turno, o então prefeito teve 49,424% dos votos válidos contra 35,617% dos mesmos votos em João Paulo (PT)¹⁷³. Os dados das pesquisas nos jornais não abordavam os votos válidos, mas podemos entender que, em caso de conversão, seriam iguais ou maiores do que os obtidos, a depender do instituto. Comparando, portanto, as variações de voto, tanto antes como depois do ocorrido, é possível deduzir que o fato não parece ter afetado tanto o eleitorado pefelista. Contudo, ainda assim, há mais um detalhe que precisa ser reparado: a votação de João Paulo (PT).

O candidato petista aparecia, antes do gesto obscuro, variando entre 20-24% dos votos totais, avançando para 20-26% desses mesmos votos a depender do instituto. Apesar do avanço, o crescimento mesmo viria nos resultados do primeiro turno, onde ele conseguiu 35,617% dos votos válidos, muito além de qualquer previsão anterior, mesmo com conversão. Assim sendo, como podemos interpretar a situação?

Aparentemente, podemos entender as consequências dos atos de Magalhães (PFL) até o primeiro turno como pouco prejudiciais diretamente a ele, apesar de ter impulsionado bastante a oposição (fazendo jus à toda exploração que ela fez da situação). Defendemos que parece ter havido um fortalecimento do eleitor de oposição em torno de João Paulo mais do que uma própria desagregação de Magalhães (mas não que eventualmente isso não possa ter ocorrido em determinados segmentos da sociedade). Em votos válidos, Carlos Wilson (PPS) teve 10,887% enquanto variava de 11-13% dos votos totais. Ou seja, abaixo do previsto. O mesmo ocorreu com Vicente André Gomes (PDT), que variava de 1-3% dos votos totais e terminou com 3,379% dos votos válidos, também abaixo do previsto¹⁷⁴. Somando esses números com eventuais indecisos e uma pequena parte do eleitorado pefelista é que levantamos a hipótese de que, até o primeiro turno, mais do que prejudicar propriamente Roberto Magalhães (PFL), seu gesto serviu mais para unificar insatisfeitos e indecisos em torno do segundo colocado nas pesquisas, o candidato petista João Paulo (PT).

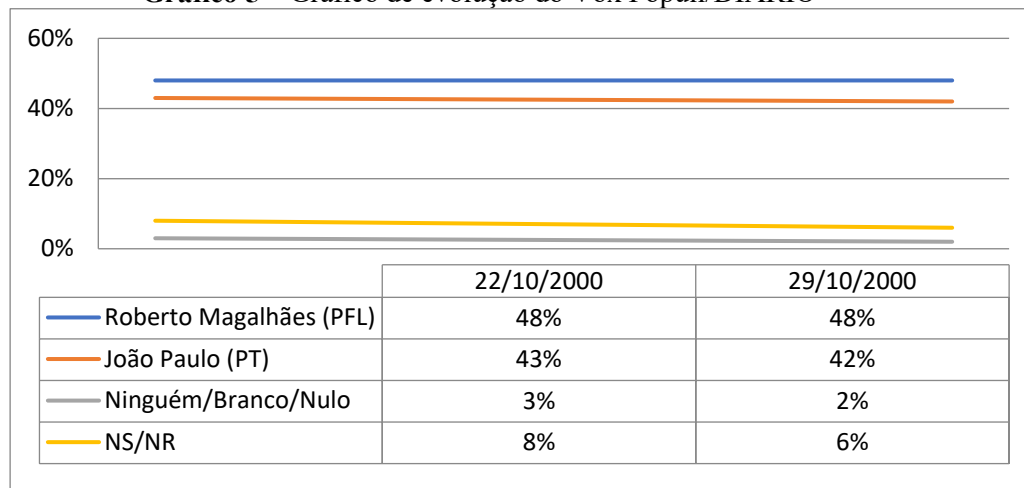
¹⁷³ Dados disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000> Acesso em: 26 out. 2022.

¹⁷⁴ Os candidatos Carlos Pantaleão e Fred Brandt pontuaram, respectivamente, 0,393% e 0,300% dos votos válidos. Com um patamar tão baixo, decidimos apenas não abordá-los, até porque mantiveram 0% em votos totais e válidos.



Se assim o for, como terá sido o efeito disso no segundo turno? Como sabemos, o segundo turno foi marcado por muita truculência entre os candidatos e seus guias, sendo o episódio da “banana” muito explorado pela campanha de João Paulo (PT). Dois levantamentos do Vox Populi/DIARIO (Gráfico 5), entretanto, mostraram uma estagnação de Roberto Magalhães (PFL) em 48% e uma variação negativa de João Paulo de 43% para 42% dos votos totais.

Gráfico 5 – Gráfico de evolução do Vox Populi/DIARIO

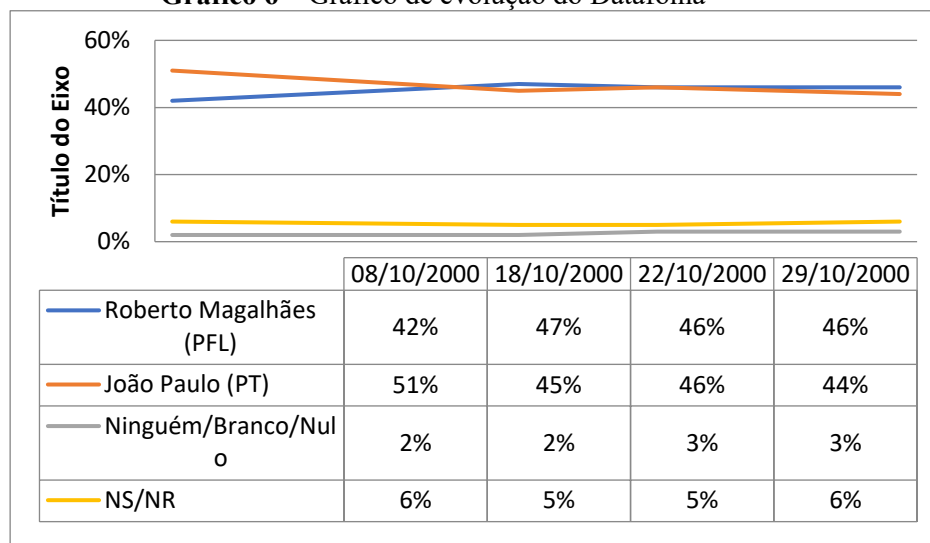


Fonte: o autor com dados disponíveis no Diário de Pernambuco.

Já de acordo com o Datafolha (Gráfico 6), a disputa no segundo turno foi mais acirrada. O primeiro levantamento mostrou uma liderança de João Paulo (PT) com 51% e uma queda notável de Magalhães (PFL), agora com 42%. Posteriormente, o jogo se inverteu: João Paulo (PT) cai seis pontos, chegando a 45% dos votos totais enquanto Magalhães (PFL) sobe cinco e alcança 47%. Em seguida, ambos aparecem empatados com 46%, chegando nas vésperas da eleição com Magalhães (PFL) com 46% e o petista com 44% dos votos totais.



Gráfico 6 – Gráfico de evolução do Datafolha



Fonte: o autor com dados disponíveis no Jornal do Commercio.

Comparando com os resultados do segundo turno, encontramos, tal como o instituto Datafolha previa, uma eleição apertada, com João Paulo (PT) obtendo 50,384% (382.988 votos) dos votos válidos e Roberto Magalhães (PFL) 49,616% (377.153 votos). Olhando em comparativo os resultados dos dois turnos, vemos que Roberto Magalhães (PFL), que teve 49,424% (345.915 votos) dos votos válidos no primeiro momento, preservou basicamente o mesmo eleitorado (para não dizer que cresceu pouco mais de 30 mil votos), não tendo sido aparentemente diretamente afetado em seus números eleitorais pelo caso que ocorreu na Avenida Boa Viagem. Assim sendo, como entendemos esses números ante esse cenário?

Compreendemos, portanto, que o gesto obscuro, sempre muito lembrado ao tratar do pleito aqui estudado, não afetou diretamente a parcela da população eleitora do candidato do PFL. Não que eventualmente alguns desses segmentos não tenham se sentido incomodados pelo ocorrido, porém, ante o quadro de estabilização nos resultados dos dois turnos, não entendemos ser possível dizer que Magalhães (PFL) tenha perdido muitos votos pelo caso. Talvez possa ter havido um aumento da rejeição, um limite no ganho de votos, mas que aparentemente não confluía para uma redução do número de votos do candidato da União pelo Recife. Nesse sentido, buscamos seguir pelo caminho de que o ocorrido serviu mais para arregimentar as oposições, principalmente em torno do candidato da Frente de Esquerda do Recife. Mais do que retirar votos de Magalhães (PFL) (que inclusive conseguiu, numericamente, mais votos no segundo turno do que no primeiro), o evento conduziu indecisos e opositores ao encontro do candidato petista num cenário de centralismo nacional do PT e descenso local do PFL. É isso o que defendemos



e é o que nos leva ao encontro dos autores citados: Jairo Nicolau, Márcio Nuno Rabat e Roberto Ramos.

Em seu artigo “Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014)”, Jairo Nicolau destaca, em um dos seus pontos, “a centralidade do PT no sistema partidário brasileiro” (Nicolau, 2017, p. 85) nesse período:

A eficiência do PT nas eleições presidenciais é enorme. Nos doze turnos disputados entre 1989 e 2014, o partido ficou em segundo lugar em quatro disputas (primeiro e segundo turno de 1989; primeiro turno de 1994 e 1998), e chegou em primeiro lugar nos dois turnos nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014. Ao longo do período, o PT ampliou sua bancada no Congresso, elegeu milhares de vereadores e prefeitos, e centenas de deputados estaduais e diversos governadores de estado.

Um bom indicador do crescimento do PT é seu desempenho nas eleições para deputado federal. [...] O PT tem um crescimento constante ao longo da década de 1990, mas é em 2002 (ano da vitória de Lula) que a bancada mais cresce.

[...] O “diferencial petista” pode ser observado em dois indicadores. O primeiro é o apoio obtido nas pesquisas de opinião. Desde o começo dos anos 1990, quando ultrapassou o PMDB, o PT se tornaria o partido preferido dos brasileiros. Nas sondagens de opinião, metade dos que tinham preferência por um dos partidos declaravam-se petistas. O segundo indicador de força do partido é o volume de votos de legenda conquistado nas eleições para vereador e deputado, que entre 1986 e 2010 foi proporcionalmente o mais alto entre os maiores partidos.

[...] Obviamente, o maior feito do PT é ter eleito quatro presidentes em sequência nas sete eleições diretas realizadas desde a promulgação da Constituição de 1988 – fato incomum na história eleitoral de outras democracias.

[...] O PT deve ser considerado como a peça central do sistema partidário organizado após a crise do governo Collor-Itamar. Além de comandar um dos polos do espectro político, o partido inovou em uma série de aspectos, particularmente na capacidade de mobilizar militantes para um trabalho voluntário (anos 1980) e, posteriormente, de remunerar seus dirigentes para trabalharem fora do período eleitoral. O PT conseguiu ainda se tornar uma força na opinião pública e traduzir este apoio em alto percentual de votos de legenda (Nicolau, 2017, p. 85-87).

Tendo em mente o centralismo do PT no sistema político brasileiro, cabe-nos agora registrar seu processo de implantação a partir das palavras de Márcio Nuno Rabat:

No Nordeste, o crescimento do PT foi igualmente constante, mas em ritmo bem mais modesto. Embora tenha crescido de eleição para eleição, em 1998 o partido ainda estava menos implantado na região que no País como um todo.

[...] De qualquer forma, o ponto a ressaltar é que, de 1982 a 1998, houve uma mudança muito significativa no perfil de inserção nacional do PT. De partido muito desigualmente implantado nas regiões brasileiras, passou a uma implantação razoavelmente homogênea em todo o território nacional (Rabat, 1999, p. 26-27).



Assim sendo, o PT chega ao ano 2000 como peça central da política brasileira a nível nacional enquanto a nível local se implantava com razoável homogeneidade. É de se refletir sobre até que ponto a vitória do PT não representou também a concretização de sua implantação regionalmente, o ápice de um processo que, como narra Rabat, vem se desenrolando desde 1982 e que chega definitivamente na virada do século¹⁷⁵.

Enquanto isso, o PFL pernambucano passava em época, como estudou Roberto Ramos, por um processo de descenso:

A despeito de ter tanto prestígio político, o PFL de Pernambuco vem sofrendo queda eleitoral. Essa diminuição de força do partido ocorreu, até mesmo, em espaços considerados redutos, como o Agreste e o Sertão e os pequenos municípios do Estado. Outro dado importante é o PFL, além de diminuir nas áreas tradicionais, não ter conseguido avançar onde o eleitorado apresenta o maior crescimento, nas áreas mais urbanizadas.

[...] Nas explicações para o descenso do PFL pernambucano, salientam-se três aspectos: o primeiro tratou de associar a perda de votos do PFL ao processo de urbanização e outros indicadores socioeconômicos, como a PEA [População Economicamente Ativa] industrial e a PEA de serviços. O segundo relacionou o decréscimo do PFL com alteração no padrão de disputa partidário-eleitoral no Estado, indicado pelo crescimento do número efetivo de partidos. E o último fator destacou a política de alianças posta em prática pelo ex-governador Miguel Arraes para atrair bases interioranas do PFL na eleição para o governo do Estado em 1986 e 1994, fator que contribuiu de maneira significativa para diminuir a força eleitoral do PFL em Pernambuco (Ramos, 2002, p. 197) .

Nesse sentido, encontramos um partido mais enfraquecido, de fracas bases urbanas, enfrentando outro que vinha como personagem central na política nacional e que encontrou nessa vitória o ápice da sua implantação local. Esta implantação local, inclusive, não ocorreu só em Recife/Pernambuco. Como detalha David Fleischer,

O Partido dos Trabalhadores elegeu o prefeito de apenas uma capital no primeiro turno [...], e foi para o segundo em outras 6 capitais [caso do Recife]. Nas 62 maiores cidades, elegeu 4 e disputou outras 10 no 2º turno. Seu maior trunfo foi na capital paulista, onde Marta Suplicy (PT) recebeu 38% dos votos contra 17% do Paulo Maluf (PPB).

[...] Em geral, o PT elegeu 174 prefeitos (com a possibilidade de chegar a 190), quase o dobro dos 111 eleitos em 1996.

[...] Em termos de votos, o PT aumentou o seu desempenho em 51% sobre 1996; mas, há um certo viés em função do grande número de votos da Marta Suplicy em São Paulo (o maior eleitorado do país). Mesmo assim, este total foi um pouco mais que metade dos 21.475.348 votos que Lula recebeu em 1998. Em 2000 o PT continua concentrado nas regiões Sudeste e Sul, mais que em 1996.

[...] [No segundo turno] o PT venceu em 13 das 16 eleições que disputou, com 32,1% dos votos válidos – 50% dos quais recebidos por Marta Suplicy em São Paulo. Este resultado confirma o avanço do PT, especialmente nas cidades maiores, obtido no primeiro turno. [...] Aparentemente, o PFL foi o grande

¹⁷⁵ O mesmo ocorreu no mesmo ano em outras cidades importantes como São Paulo, Porto Alegre, Belém e Goiânia. Cf. Diário de Pernambuco, 30 out. 2000.



perdedor nesta eleição, onde perdeu em 4 das 5 cidades onde concorreu – inclusive nas capitais importantes de Rio de Janeiro e Recife – e seus candidatos receberam apenas 12.7% dos votos.

[...] Com relação ao ‘Brasil Urbano’, o PT foi o grande vencedor, triplicando o seu cacife com 27 cidades apresentadas (9 em 1996) e com a administração sobre eleitorados de 12,9 milhões de pessoas (2,37 milhões em 1997) (Fleischer, 2002, p. 82-88).

É dentro desse cenário que propomos analisar a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife no ano 2000. Não descartamos a existência de um apelo emocional que possa ter ocorrido em alguns segmentos da sociedade e da opinião pública, principalmente, após o ato ofensivo feito por Roberto Magalhães, mas entendemos e buscamos comprovar aqui que esse caso parece não ter agido da forma como se poderia imaginar ao mesmo tempo em que propomos uma visão mais ampla do pleito, o adicionando ao contexto político estadual e até nacional como forma de compreensão e aprendizagem.

Em suma, buscamos coagular todas essas informações e visões em busca de uma versão mais ampla, que não despreze o papel da emoção no pleito, mas que traga uma melhor interpretação e entendimento da razão e da opinião pública nos moldes do que nos coloca Jean-Jacques Becker. Afinal, como ele bem diz:

É exatamente porque, a cada momento, os comportamentos da opinião pública são o resultado de uma complexa alquimia entre o estado das mentalidades e o contexto, que é imprudente querer construir “tipos” de atitude diante de um “tipo” de acontecimento (Rémond, 2003, p. 188).

Considerações finais

Tradicionalmente, a imprensa tem observado a eleição para a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) no ano 2000 sempre pela ótica do impacto causado pelo gesto obscuro feito pelo então prefeito Roberto Magalhães (PFL) durante a campanha. De acordo com esse ponto, o gesto, através de sua forte exploração pela oposição, teria desgastado a imagem do prefeito ante os eleitores e possibilitado a vitória de João Paulo (PT). Contudo, como já explicado ao longo do trabalho, nós não seguimos fielmente esse ponto de vista. Nosso objetivo aqui não é negar o eventual impacto que o gesto possa ter tido em segmentos da sociedade, do eleitorado e da opinião pública. Interessa-nos muito mais aqui, entretanto, entender essa derrota com base no cenário maior que se desenvolvia em outros níveis políticos, entrelaçando esses níveis e criando um contexto histórico próprio.

Tratando propriamente sobre a campanha em seus dois turnos, abordamos suas tensões, seus fatos marcantes e seus resultados, momento no qual buscamos embasar nossos pontos a partir de autores como Jairo Nicolau (2017), Márcio Nuno Rabat (1999)



e Roberto Ramos (2002). Os dois primeiros são utilizados em referência ao PT: Nicolau, num artigo, coloca o Partido dos Trabalhadores como peça central na política brasileira dentro do período estudado enquanto Rabat defende que o partido se encontrava razoavelmente homogêneo implantado em todo país, a partir do qual entendemos que a vitória de João Paulo representou o ápice do processo de estabelecimento local do partido. Já Ramos trata sobre o processo de descenso do PFL pernambucano a partir de uma série de fatores, o que nos leva a inserir a derrota vivida por Magalhães dentro desse contexto e desse cenário.

É tendo esses autores em mente que entendemos os resultados dos dados das intenções de votos e dos resultados da eleição. Observamos que o fatídico gesto de Roberto Magalhães não parece ter atingido seu grupo de eleitores (ao menos não significativamente), possivelmente tendo servido mais para mobilizar os opositores e os indecisos em torno de João Paulo. Nesse cenário, focamos no ponto de que, mais do que propriamente no gesto, esta eleição se baseou no contexto vivido por ambos os partidos no período.

O estudo das eleições, portanto, representa a possibilidade de lançar um olhar sobre os movimentos, as interpretações e as opiniões que rondam a sociedade, justificando a importância do tema enquanto significativo ponto de mudança no controle da Prefeitura da Cidade do Recife. Marcado por divergentes condições políticas dos principais partidos em época, este pleito marcou a imprensa e gerou ecos até hoje presentes na política estadual.

Data de Submissão: 25/04/2023

Data de Aceite: 21/08/2023

Referências

Periódicos

Diário de Pernambuco

Jornal do Commercio

Jornal do Commercio. De adversários a aliados: Relembre como surgiu a União por Pernambuco. **Jornal do Commercio**, 19 de agosto de 2016. Disponível em: <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/08/19/de-adversarios-a-aliados-relembre-como-surgiu-a-uniao-por-pernambuco-249298.php>
Acesso em: 25 jul. 2020.

Materiais Especiais



Jornal do Commercio. História das Eleições no Recife - PMDB e PFL: de adversários a aliados. 2016. Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bIIG2Fmb1m4&feature=emb_title. Acesso em: 25 jul. 2020.

Dados Eleitorais

Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE). Disponível em: <http://www.tre-pe.jus.br/eleicoes> . Acessado em: 25 jul. 2020.

Bibliografia

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ABREU, Alzira Alves de. et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ANGELO, Vitor Amorim de; VILLA, Marco Antonio. **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006)**. São Carlos: EdUFSCar, 2009

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

CANTANHÊDE, Eliane. **O PFL**. São Paulo : Publifolha, 2001.

CHAVES, José Afonso. **A Onda Vermelha em Pernambuco: mudança ou continuidade?** 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

FERNANDES, Jean Lucas Macedo; OLIVEIRA, Bruna Karoline Vasconcelos. As eleições municipais no Nordeste: uma análise dos resultados eleitorais para as prefeituras (2000-2012). **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 22, n. 2, p. 71-83, 2013.

FLEISCHER, David. As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000). **Opinião pública**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 80-105, 2002.

MAGALHÃES, Roberto. **Memórias: as virtudes do tempo**. Recife: Bagaço, 2012.

MAINWARING, Scott; MENEGRELLO, Rachel; POWER, Timothy. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. Tradução de Valeria Carvalho Power. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MONTENEGRO, Sérgio. **Queridos Rivais: A trajetória da União por Pernambuco e a batalha pela hegemonia política**. Recife: Ed. do Autor, 2020.

NICOLAU, Jairo. **Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014)**. Journal of Democracy em Português, vol. 6/1, 2017.

RABAT, Márcio Nuno. A implantação nacional dos partidos políticos: PT e PFL. **Cadernos Aslegis**, v. 3, n. 7, p. 24-29, Jan./abr. 1999.

RAMOS, Roberto. **A face de um partido:** base política e comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco, 1985-2001. Recife: Bagaço, 2002.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SECCO, Lincoln. **História do PT.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

SINGER, André. **O PT.** São Paulo: Publifolha, 2001.



A CRESCENTE DA EXTREMA DIREITA NO CENÁRIO POLÍTICO MUNDIAL: UM ESTUDO DO BOLSONARISMO

THE GROWING UP OF THE FAR RIGHT IN THE GLOBAL POLITICAL SCENARIO: A STUDY OF BOLSONARISM



THIAGO ABDALA BARNABÉ¹⁷⁶

YGOR LEBRANK DE MELO¹⁷⁷

GUILHERME FERNANDES GARCIA¹⁷⁸

DAYANA DE OLIVEIRA FORMIGA¹⁷⁹

Resumo

Nas últimas décadas, houve uma crescente de movimentos de extrema direita no mundo. Esses movimentos políticos são caracterizados por autoritarismo, recusa da globalização, xenofobia, racismo étnico-nacional e um espírito antidemocrático. Nesse sentido, a extrema direita no Brasil pode ser percebida a partir do fenômeno contemporâneo expresso no bolsonarismo, que se manifesta paralelamente com as ondas conservadoras na política mundial. O autoritarismo histórico reflete um sentimento de época, de certo modo, abscondido e omitido pelo cidadão. Porém, quando manifestado em um representante público e político, esse sentimento oculto urge e configura-se no líder. Sendo assim, o presente artigo, tem como objetivo analisar o movimento político da extrema direita no Brasil caracterizado pelo bolsonarismo, sobretudo em sua ascensão. O desempenho e discurso da campanha de Jair Bolsonaro foram semelhantes ao dos candidatos direitistas ao redor do mundo, levantando pautas anticorrupção e a favor de uma maior militarização, outorgando uma volta à tradição brasileira, ignorando seus aspectos marginalizados e desiguais.

Palavras-chave: Extrema direita; Brasil; bolsonarismo; autoritarismo; democracia.

Abstract

In recent decades, there has been a growing number of far-right movements in the world. These political movements are characterized by authoritarianism, refusal of globalization, xenophobia, ethnic-national racism and an anti-democratic spirit. In this sense, the extreme right in Brazil can be perceived from the contemporary phenomenon expressed in Bolsonarism, which manifests itself in parallel with the conservative waves in world politics. Historical authoritarianism reflects a feeling of the time, in a way, concealed and omitted by the citizen. However, when manifested in a public and political representative,

¹⁷⁶ Graduado em licenciatura em História pela UNASP-EC, bacharelado em Teologia e licenciando em Letras Português pelo UNASP-EC. Email: thiagoabdala84@gmail.com.

¹⁷⁷ Graduado em licenciatura em História pela UNASP-EC, bacharelado em Teologia e pós-graduando em História e Arqueologia do Antigo Oriente Próximo e Mediterrâneo pela UNASP-EC. Email: ygorlebrank@gmail.com.

¹⁷⁸ Graduado em licenciatura em História pela UNASP-EC. Email: garciafguilherme@gmail.com.

¹⁷⁹ Doutora em História Social da Ciência pela Universidade de São Paulo (USP) e coordenadora da Pós-Graduação em História e Arqueologia do Antigo Oriente Próximo e Mediterrâneo do UNASP-EC. Email: dayof35@hotmail.com.



this hidden feeling urges and configures itself in the leader. Therefore, this article aims to analyze the political movement of the extreme right in Brazil characterized by Bolsonarism, especially in its rise. The performance and discourse of Jair Bolsonaro's campaign were similar to those of right-wing candidates around the world, raising anti-corruption agendas and in favor of greater militarization, granting a return to Brazilian tradition, ignoring its marginalized and unequal aspects.

Keywords: Far right; Brazil; Bolsonarism; Authoritarianism; Democracy

Introdução

Nos últimos anos, temos testemunhado ondas de autoritarismo varrendo o mundo. Discursos de ódio, racistas, xenofóbicos e carregados ainda de fortes tendências antidemocráticas ocupam cada vez mais espaço no cenário político. Conforme afirmam Diamond, Plattner e Walker (2016), desde o fim da Guerra Fria, acompanhado das crises econômicas, sociais e ambientais dos anos 2000, a democracia tem enfrentado um período de recessão. Essa recessão, por sua vez, abriu margens para o crescimento do autoritarismo da extrema direita em diversas nações. Dotados de pautas anti pluralistas, antissistêmicas, populistas e com defesas conservadoras, seus líderes têm ganhado forças nas eleições e conquistado grande número de apoiadores (Ignazi, 2003; Diamond; Plattner; Walker, 2016). No contexto brasileiro, a onda conservadora da extrema direita se avoluma por meio da tensão político-social que irrompeu nas jornadas de junho de 2013¹⁸⁰. Nesse ínterim de frustração econômica, o discurso radical ganha espaço entre os políticos brasileiros, culminando na vitória bolsonarista em 2018 que se distinguiu pelo apoio massivo de indivíduos que pleiteavam a preservação dos valores conservadores e neoliberais, em detrimento e deslegitimação da oposição política configurada pela esquerda brasileira.

Nesse sentido, os objetivos elencados neste estudo são: (1) compreender os pressupostos da extrema direita e sua presença no cenário político contemporâneo; (2) conhecer o histórico da extrema direita e seu discurso no Brasil, após a redemocratização; (3) por fim, analisar a presença dos pressupostos da extrema direita na construção do bolsonarismo, que culminaram na eleição para a presidência de Jair Bolsonaro em 2018. Outrossim, a pesquisa procurou contribuir para a compreensão dos acontecimentos

¹⁸⁰ Vale ressaltar que os atos de 2013 não foram liderados estritamente pela 'nova direita' brasileira ou os movimentos liberais e conservadores. Como bem expressam Pinheiro-Machado e Scalpo (2018, p. 35), "[...] o Brasil pós-2013 se caracteriza pela proliferação de coletivos negros, LGBTs e feministas, marcados pela lógica autonomista da descentralização e horizontalidade". Ora, mediante a crise e a guinada da direita, os movimentos sociais também surgiram concomitante como modelos de resistência e esperança, conforme pontuam as pesquisadoras.



históricos na política contemporânea mundial, almejando ver os impactos que os movimentos de extrema direita causaram nos regimes democráticos. A partir disso, o estudo propõe, especialmente, analisar o fenômeno do bolsonarismo em sua complexidade e formação no meio social brasileiro.

A presença da extrema direita no mundo e seus pressupostos

Compreender o fenômeno da extrema direita não é uma tarefa fácil (Ignazi, 2003; Mudde, 2000). As definições são vastas e as terminologias são distintas conforme a opinião crítica de cada autor¹⁸¹. É consensual, no entanto, o espanto geral perante a ascensão dos discursos autoritários, da presença de líderes populistas¹⁸² e das pautas antidemocráticas que colocam em risco democracias já bem consolidadas¹⁸³. Costuma-se pensar que os ataques violentos e fanáticos foram abandonados com os horrores da guerra, entretanto, somente no ano de 2019, por exemplo, o governo alemão registrou cerca de 12.493 crimes “politicamente motivados pela extrema direita”, com 542 desses delitos sendo atos violentos¹⁸⁴. Notícias como essas são cada vez mais comuns, o que nos faz perceber a necessidade do estudo acerca da extrema direita, de seus pressupostos, seus objetivos e potenciais perigos para a democracia¹⁸⁵.

¹⁸¹ Mudde (2000, p. 10) complementa: “Even though the term right-wing extremism itself is accepted by the majority of the scholars, there is no consensus on the exact definition of the term. A variety of authors have defined it in a variety of ways”. Na literatura política, alguns teóricos apontam para o extremismo de direita como formas ressurgentes do neofascismo (Eco, 2020; Stanley, 2020), outros como formas radicais de uma direita populista radical com discursos moralistas (Muller, 2016; Barreiro; Miaguti; Poty, 2020), tem também aqueles que associam o fenômeno à características xenofóbicas, racistas, autoritárias e violentas (Currie; Holbrook; Taylor, 2013) e por fim, autores que enxergam a extrema direita como um modelo anti-sistêmico, com tendências anti-pluralistas e com metodologias políticas de *soft power* (Diamond; Plattner; Walker, 2016; Ignazi, 2003; Mudde, 2003). Frente a essas definições, optamos pelo termo “extrema direita” que engloba tanto o populismo radical, o neofascismo violento e terrorista, bem como, políticas direitistas de maior abrandamento (*soft power*) mas com caráter antissistêmico.

¹⁸² Deve lembrar que o termo populista não necessariamente remete a líderes autoritários e de direita. Muller (2016) discute que o termo pode estar ligado tanto movimentos igualitários de políticas de esquerda, como também pode intercalar-se naquilo que Betz (1994, p. 4 apud Ignazi, 2003, p. 29) chama de “radical right-wing populism [...] due to their unscrupulous use and instrumentalization of diffuse public sentiments of anxiety and disenchantment [...]”.

¹⁸³ Diamond, Plattner e Walker (2016, p. 216) ainda problematizam as tendências democráticas dizendo: “Although the leading authoritarian regimes are today integrated in many ways into the global system, they have not become more like the democracies; rather, they have developed policies and practices aimed at blocking democracy’s advance”.

¹⁸⁴ BONIS, Gabriel, 2020.

¹⁸⁵ Ressaltando, contudo, as palavras de Lowy (2015, p. 655) ao caracterizar a extrema direita não como um fenômeno de “estruturas estáticas” e finalizadas, mas sim como um fenômeno em “constante movimento”. Em outras palavras, compreender que o discurso autoritário está sempre se atualizando, adaptando-se aos contextos contemporâneos e dessa maneira, relembrar a importância da continuidade da pesquisa e do desenvolvimento de ideias que combatam os espíritos antidemocráticos.



A extrema direita surge como uma das facetas autoritárias da direita¹⁸⁶. Terminologicamente, Mudde (2000, p. 10, tradução nossa) aponta para o extremismo de direita por meio do termo alemão *verfassungsfeindlich* (“hostil em relação a constituição”)¹⁸⁷ – o referente a práticas inconstitucionais e antidemocráticas. Widfeldt (2010), em contrapartida, aponta o termo “extrema” não necessariamente como sinônimo de práticas autoritárias e antidemocráticas, mas como um espectro “extremo” em relação aos outros partidos e sistemas ideológicos¹⁸⁸.

Seguidamente, Mudde (2000, p. 12, tradução nossa) define, em consenso com outros estudiosos, a extrema direita como um fenômeno atrelados às seguintes características: “[...] nacionalismo, racismo, xenofobia, antidemocracia e o Estado forte”¹⁸⁹. Ignazi (2003) ainda complementa dizendo que a extrema direita é um movimento de natureza antissistêmica, com tendências antipluralistas, antiparlamentares, hostis a imigrantes, com tendências autoritárias e defesa de valores tradicionais (em geral cristãos). Bradalise (2015, p. 55) sintetiza:

O extremismo de direita objetiva criar uma sociedade orgânica, supostamente harmônica, distante dos conflitos de classe, promovendo a “restauração” dos costumes, da família, da autoridade paternal e masculina. Concebendo a nação como entidade suprema, a compreensão do que seria o interesse superior dessa última é necessariamente anterior ao exercício das liberdades. O patriotismo é transformado num nacionalismo exacerbado. Apresentando-se em geral como revolucionária, entende assegurar uma identidade perdida no passado, a continuidade com uma época áurea. Ela não se reduz a uma classe ou categoria social, mas atinge um alvo privilegiado, as classes médias baixas, com frequência atingida sobremaneira em períodos de desestruturação social.

Historicamente, Von Beyme (1988) sistematiza a manifestação da extrema direita na Europa em três ondas: (1) a primeira começando já no fim da Segunda Guerra até metade de 1950, marcada por pouca presença política, tendência nazifascistas e pequenos partidos; (2) a segunda onda que aparece depois dos anos 1950 com grande impacto em países nórdicos com protestos populistas centrados em figuras individuais e sobretudo com o *poujadismo*; (3) por fim, a terceira onda de 1980 que articula partidos extremistas

¹⁸⁶ Bradalise (2005, p. 54) identifica três tendências da extrema direita: (1) tradicionalistas contra-revolucionários que rejeitam a modernidade e os valores da Revolução Francesa; (2) a extrema direita da era de massas em 1880 com o General Boulanger; (3) o fascismo histórico e o Estado totalitário nazista.

¹⁸⁷ “hostile towards the constitution” (Mudde, 2000, p. 10)

¹⁸⁸ “Extreme right parties are markedly different from other parties concerning this socio-cultural dimension. They want to go further in restricting immigration, and they are opposed to multiculturalism. Thus, it can be argued that the parties in question are “extreme” – not relative to the political system, but relative to the other parties” (Widfeldt, 2010, p. 10).

¹⁸⁹ “[...] nationalism, racism, xenophobia, anti-democracy and the strong state” (Mudde, 2000, p. 12)



com forte apoio eleitoral, em especial, dos partidos *Front National*, *Freiheitliche Partei Österreichs* (FPÖ) e entre outros.

Para Ignazi (2003), Mudde (2000) e Lowy (2015) o fascismo é o momento histórico onde tais características supracitadas da extrema direita são visualizadas concretamente. Konder (2009, p. 53), conceitualmente, define o fascismo como um “movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário”. Ora, se trata de um fenômeno emergente do capitalismo imperialista, que, mesmo após sua derrocada histórica ao final da Segunda Guerra Mundial, continua a exercer uma influência ideológica persistente. Isso porque seus símbolos, ideais, táticas e agendas ainda são empregados por extremistas e líderes autoritários contemporâneos (Stanley, 2020). Não é à toa que Eco (2020, p. 46) reafirma o perigo das nebulosas do Ur-fascismo e sua manifestação sucinta “ao nosso redor [...] em trajes civis”¹⁹⁰.

Contudo, depois da Segunda Guerra Mundial, o nazifascismo teve seu espaço político consideravelmente restringido e marginalizado. Perante os horrores ditatoriais, a tragédia e a morte de milhares de pessoas, o pensamento democrático sobreveio como resposta às ondas autoritárias. No entanto, o sentimento da derrota, junto a pontuadas crises econômicas, falta de emprego, alimentação e moradias, em especial, na Itália e Alemanha fomentaram o reaparecimento de grupos extremistas e radicais (Bradalise, 2005; Bordin, 2016).

O reaparecimento marcante da extrema direita no mundo e aqui damos uma ênfase, surge a partir dos anos 1980, coincidindo com o término da Guerra Fria e o início da terceira onda de democratização. Durante esse período, novas ideias começaram a ser adotadas, algumas das quais se afastaram consideravelmente das características clássicas do fascismo. Conforme argumenta Konder (2009, p. 163), o fascismo clássico foi sendo gradualmente absorvido por ideologias conservadoras, incorporando-se a partidos políticos e buscando uma redefinição dentro do contexto democrático, visando uma reinvenção que se alinhasse com o modelo de capitalismo monopolista de Estado.

¹⁹⁰ Continuamente, Eco (2020, p. 20) descreve o fenômeno fascista como fundamentado nas noções “[...] de um chefe carismático, o corporativismo [...] em um nacionalismo exacerbado [...] a recusa da democracia parlamentar, o antissemitismo”. Pode-se acrescentar também o fascismo como um fenômeno de massas, o qual reúne “a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes” (Arendt, 2012, p. 439). Esse grupo de pessoas, desiludidas e não atreladas e representadas por nenhum partido político, tornam-se massa de manobra dos líderes fascistas que impõem discursos nacionalistas e populistas como ‘chamarizes’ para a população fazer parte de uma “nova história”, de um “novo povo” (Stanley, 2020). Junto a essa empreitada, o líder fascista utiliza-se também de táticas de repressão sexual, da imposição do patriarcalismo e da recusa das minorias - como homossexuais, comunistas, judeus e outros (Reich, 1988).



Por conseguinte, Bradalise (2005) também direciona o crescimento da extrema direita para uma certa desarticulação das agremiações partidárias clássicas. Em suas palavras, “Os grandes partidos de governo europeus migraram para o centro do quadro partidário e a esquerda tradicional acabou perdendo terreno de interlocução junto ao operariado, abandonado a uma esquerda mais radical ou à extrema direita” (Bradalise, 2005, p. 52)¹⁹¹. As crises de imigração, o fim da URSS, o descrédito da esquerda, as crises de emprego e outros fatores acabam contribuindo para um aumento da presença de partidos de extrema direita com abordagens, em sua grande maioria, xenofóbicas, antimigratórias e antiglobalização (Diamond; Plattner; Walker, 2016). Como aponta Norris (2005, p. 8) “A questão que mobiliza o apoio à direita radical hoje não é o medo das grandes empresas e dos trabalhadores organizados em si, mas antes a ameaça do ‘outro’, impulsionada por padrões de imigração, por pessoas que buscam asilo e pelo multiculturalismo”.

Na França, por exemplo, a notória expressão da extrema direita na terceira onda pode ser identificada na figura de Jean-Marie Le Pen e sua popular ascensão pelo *Front National*. Stanley (2020, p. 31) classifica como “o primeiro partido de extrema-direita a alcançar um sucesso eleitoral significativo”. Le Pen, um ex-poujadista, assumiu a presidência do partido *Front National* em abril de 1972. Autodeclarando-se um democrata, o regime de Le Pen, no entanto, foi marcado por pautas de “recuperação e a purificação da identidade francesa”, discursos xenofóbicos e antissemitas, exaltação da ordem e da força, bem como a defesa de um Estado forte (Bradalise, 2005, p. 55).

Seguidamente, desde os anos 2000 até os dias atuais, torna-se notório que as tendências autoritárias apenas se intensificaram – ainda que sob novas formas e aparências. A Espanha, que desde o fim da ditadura franquista em 1975 não havia tido a presença de nenhum membro da extrema direita no parlamento, eclodiu em 2013 com a criação do partido Vox e seu presidente Santiago Abascal. Com pautas xenofóbicas, nacionalistas e populistas, Abascal angariou “24 cadeiras e cerca de 10% dos votos nas eleições” de 2019¹⁹². A ascensão de Trump em 2016 também destacou o poderio do

¹⁹¹ Norris (2005, p.6) comenta algo parecido: “[...] as teorias do desalinhamento partidário sugerem que hoje a atração da direita radical não se baseia em uma única clivagem social comum a todos os países, seja a classe trabalhadora não especializada ou a pequena burguesia. Em vez disso, a teoria prevê variações significativas na base social de apoio aos partidos da direita radical e uma erosão da relação entre estrutura social e lealdades partidárias sobre o comportamento dos eleitores”. A clivagem de apoio de grupos da extrema direita varia de acordo com o período.

¹⁹² Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/05/03/quem-sao-os-lideres-por-tras-do-avanco-da-direita-radical-na-europa.ghtml>. Acesso em: 8 set. 2021. Tendências autoritárias têm varrido o cenário político na Europa e no mundo. Um exemplo problemático que se agrava cada vez mais encontra-



discurso nativista, populista, antissistêmico, sem contar os diversos atos autoritários. Levitsky e Ziblatt (2018, p. 173) pontuam que “O comportamento de Trump em relação a tribunais, órgãos de polícia e de inteligência e outras agências independentes foi tirado de uma cartilha autoritária”.

É por esta razão que alguns teóricos, como Widfeldt (2010), conjuram a possibilidade de um novo momento, de uma quarta onda. Agora, não mais marcadas por violências explícitas e golpes de Estados, mas sim por discursos polarizantes, populistas e moralistas que criam ambientes de histeria e caos no cenário democrático (Levitsky; Ziblatt, 2018). Liderados em sua maioria por *outsiders*, esses líderes prometem restaurar a dignidade do povo, combater corrupções internas, gerar novos empregos e melhorar a economia, além de defender valores morais perdidos. Em suma, como apontam Levitsky e Ziblatt (2018), a extrema direita hoje atua através das próprias instituições democráticas, a fim de gradualmente miná-las, configurando um novo tipo de autoritarismo: o autoritarismo democrático. O perigo, nesse viés, centraliza-se nas eleições e na forma como esses líderes e partidos engajam-se e ganham espaço político.

Dessa maneira, sendo um movimento em crescente e agravado pelas redes sociais e sua fácil disseminação ideológica, a extrema direita tem atraído cada vez mais adeptos ao redor mundo. Começando por palavras ásperas e discursos que encorajam sentimentos patrióticos, nativistas e xenofóbicos, os líderes vão criando uma atmosfera de polarização extrema entre “eles” (os inimigos da pátria, comunistas, islâmicos, estrangeiros etc.) e “nós” (o povo de bem, a família tradicional, os nativos e trabalhadores), onde o oponente político é sempre desumanizado, desqualificado e perseguido¹⁹³ (Muller, 2016; Stanley, 2020). Frente a essas problemáticas de magnitude global, se torna notório que as democracias estão em perigo constante e que práticas de defesa devem ser tomadas para preservá-las.

Discurso da extrema direita no Brasil pós redemocratização

se na Hungria, com Viktor Órban. Em 2010, Levitsky e Ziblatt (2018, p. 91) afirmam que: “Depois de ganhar uma maioria parlamentar de dois terços, o partido governante, o Fidesz, se valeu dela para reescrever a Constituição e as leis eleitorais de modo a consolidar suas vantagens. Foram adotadas novas regras eleitorais majoritárias, que favoreciam o maior partido (o próprio Fidesz), e redesenhadas as fronteiras dos discursos eleitorais para maximizar o número de cadeiras do partido”. Esse gradual dismantelamento das instituições democráticas atingiu novas formas em 2020 que, em contexto pandêmico, Órban aproveitou para declarar “Estado de emergência”, obtendo poderes especiais incompatíveis com a democracia. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/estado-de-emergencia-na-hungria-sera-encerrado-ate-o-final-de-maio/>. Acesso em: 10 set. 2021.

¹⁹³ Como afirma Muller (2016, p. 38), “This is the core claim of populism: only some of the people are really the people”.



Partindo das definições supracitadas sobre a extrema direita, percebe-se um potencial espírito antidemocrático envolvendo parte de seus ideais. Percebe-se ainda o envolvimento da classe média com a direita e sua neutralidade em relação ao campo político, favorecendo o populismo de regimes autoritários como o fascismo (Arendt, 2012; Eco, 2020), sendo necessária a aplicação de tais conceitos ao contexto brasileiro, como desenvolvido nos parágrafos a seguir.

Tendo isso em vista, é fundamental iniciar essa análise a partir da redemocratização brasileira – após a atuação de uma direita conservadora empenhada em manter a ordem estabelecida – para compreender o posicionamento das "direitas" em um contexto democrático. Entretanto, o término do regime não trouxe, por si só, a transformação da política brasileira. Após a rejeição da emenda que propunha eleições diretas em 1984, a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 foi uma sucessão de acordos de transição entre os diferentes partidos atuantes. Com a morte de Tancredo, o vice-presidente, José Sarney, assumiu a responsabilidade de conduzir a transição para a democracia. Sarney era ex-membro dos partidos ARENA/PDS (Partido Democrático e Social) e entrou na chapa de Tancredo para manter as elites conservadoras representadas no governo federal. Essa nova fase trouxe muita incerteza, após um histórico presidencialista que buscou progredir por meio do acúmulo de capital pelo agronegócio, expandiu sua atuação com os benefícios trabalhistas e assistenciais, tornou-se sujeito ao populismo e desenvolvimentismo, e buscou agradar à classe eclesiástica e às elites (Bobbio, 1998; Godoy, 2013; Linhares, 2016).

Com um sistema econômico desorganizado e um governo refém de uma política clientelista de José Sarney, o Plano Cruzado perde credibilidade em meio a uma inflação descontrolada, e a crise política é agravada por diferentes escândalos e corrupção (Linhares, 2016). Em tal contexto, a implementação da Constituição Cidadã em 1988, representou o ápice das demandas populares por direitos trabalhistas, principalmente. No entanto, sua implementação acabou fragmentando várias alianças entre as frentes populares e os partidos de esquerda, como o PT (Partido dos Trabalhadores)¹⁹⁴, e as

¹⁹⁴ É importante ressaltar que, na trajetória política do PT, principalmente sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva, uma mudança ideológica em direção ao neoliberalismo se tornou evidente. Machado (2009, p. 26-27) observa que, após as derrotas de Lula nas campanhas eleitorais de 1989, 1994 e 1998, o partido gradualmente aderiu ao pensamento neoliberal, deixando de lado (ou, ao menos, enfraquecendo) pautas sociais essenciais, como o não pagamento da dívida externa, a necessidade de reforma agrária e a redução dos altos lucros dos monopólios. Apesar dessa mudança, o cenário político ainda classifica o PT como politicamente de esquerda, especialmente diante da polarização extrema e simplificada causada pelo fenômeno bolsonarista. No entanto, é importante reconhecer a discrepância dessa classificação.



igrejas evangélicas e católicas – devido a propostas relacionadas ao aborto e à igualdade sexual. Como resultado, a esquerda mais representativa se viu em conflito com as organizações religiosas e seus partidos. Os partidos de direita, por sua vez, se organizaram em direção às práticas neoliberais, sob influência principal da Inglaterra (com Margareth Thatcher) e dos Estados Unidos (presidido por Ronald Reagan) (Linhares, 2016).

Um ponto crucial para compreender a postura das direitas brasileiras é a eleição de Collor (1990-1992), o primeiro presidente eleito por voto direto, que se apresentou como um defensor da luta contra a corrupção no sistema público. Ele apontava isso como o motivo central da decadência do país, deixando de lado fatores como o poder das elites e a desigualdade social. Ele não se autodefinia como político de direita, mas sim como representante de uma gestão "moderna". Essa foi a característica pessoal presidencialista marcante de sua administração. Contudo, essa característica teve impactos negativos na diversidade de um Brasil democrático e economicamente desigual, pois invisibilizava questões ligadas à escravidão, ao colonialismo e ao patriarcado. Isso impediu o desenvolvimento de um governo igualitário e de políticas compartilhadas, além de fomentar posturas extremas e inflexíveis. Uma lógica neoliberal envolta em moralidade, contraposta à justiça social instituída e à democracia, foi defendida sob a égide da liberdade individual (Bonfim, 2004; Brown, 2019; Godoy, 2013; Linhares, 2016).

Durante o processo de *impeachment* de Collor em 1992¹⁹⁵, a revolta popular foi proporcional ao envolvimento das massas com o cenário político na eleição, uma vez que essa foi a primeira eleição realizada por voto direto. Isso provocou questionamentos sobre a credibilidade da democracia e a eficácia da ação política, um discurso que a direita conservadora adotou e manteve até recentemente, contribuindo para uma sistemática redução das perspectivas de engajamento político. Além disso, essa postura também alimentou a exaltação da liberdade individual e o afastamento dos interesses públicos (Cepêda, 2018; Linhares, 2016).

A partir da redemocratização, um processo educativo se estabeleceu no Brasil, em que os discursos em defesa dos direitos sociais enfraqueceram, cedendo espaço ao discurso do desenvolvimento econômico individual, ao qual a direita aderiu firmemente.

¹⁹⁵ O irmão do então presidente, Pedro Collor de Mello, iniciou uma acusação contra o tesoureiro da campanha presidencial de Fernando Collor, o empresário PC Farias, alegando que este era responsável por articular um esquema de corrupção de tráfico de influência, loteamento de cargos públicos e cobrança de propina dentro do governo. O escândalo foi coberto por diferentes veículos da imprensa, como o jornal O Estado de S. Paulo, edição de 14 de maio de 1992 e a investigação acabou conduzindo ao processo de *impeachment* do presidente. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19920514-36002-nac-0023-999-1-not>. Acesso em: 25 out. 2021.



Esse discurso ganhou força sob a égide da corrupção e da hiperinflação - chegando à marca histórica de 84,32% no governo Collor¹⁹⁶, mas que mudou com as medidas anunciadas por Fernando Henrique Cardoso (FHC) antes mesmo da eleição que caminhavam em direção ao Plano Real¹⁹⁷ (Codas; Cruz; Kaysel, 2015).

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), mesmo sendo o responsável pelo Plano Real que resolveu em grande parte o problema da inflação do período, abriu espaço para um aumento na violência em periferias e áreas rurais. Buscando resgatar sua popularidade, o governo desenvolveu um Plano Nacional de Segurança, que se alinhava a uma pauta conservadora que apoiava o militarismo violento da polícia. Esse posicionamento continuou a ser percebido em governos posteriores, através de representantes políticos de direita, em sua maioria por ex-policiais militares ou delegados da polícia civil. (Codas; Cruz; Kaysel, 2015; Linhares, 2016).

Um posicionamento político mais alinhado ao centro, ocorreu na passagem do governo FHC para Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011). Em seu plano de desenvolvimento econômico, ligado a uma política de bem-estar-social, percebemos um dos governos mais populares da história do país. Quebrando recordes históricos na economia, mantendo os moldes de FHC (estratégia garantida em sua cerimônia de posse), o que agradou as elites brasileiras, mas também promoveu a ascensão das classes mais baixas à classe média – que ao fim de seu governo, representava mais de 50% da população brasileira. A direita no governo Lula acompanhou o princípio básico das políticas de centro, formando alianças para conservar sua existência e tendo o sucesso da coalizão de centro-esquerda liderada pelo PT, absorvendo posicionamentos de centro-direita, centralizados na aliança partidária PSDB-PFL (Bobbio, 1998; Bonfim, 2004; Codas; Cruz; Kaysel, 2015; Linhares, 2016).

O apoio popular de Lula entra em queda devido a escândalos de corrupção envolvendo membros ligados ao gabinete do presidente em 2005. O “escândalo do mensalão”¹⁹⁸ pôs em xeque também a reputação do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo considerado base da organização criminosa no pagamento de propina¹⁹⁹. Em

¹⁹⁶ Informações do jornal Folha S. Paulo, edição de 31 de março de 1992, p. 1. Disponível em: <https://bit.ly/3uh3vFT>. Acesso em: 07 set. 2021.

¹⁹⁷ Informações do jornal Folha S. Paulo, edição de 07 de dezembro de 1993, p. 1. Disponível em: <https://bit.ly/2XSU2sw>. Acesso em: 07 set. 2021.

¹⁹⁸ O esquema de corrupção envolvia uma mensalidade paga a deputados federais para votarem a favor de projetos do Poder Executivo.

¹⁹⁹ Na época, o deputado Roberto Jefferson (PTB), responsável pela denúncia do “esquema” de corrupção conversou com o jornal “Folha de São Paulo” que acompanhou o caso durante meses. Disponível em: <https://bit.ly/3uesfyE>. Acesso em: 10 set. 2021.



contraposição ao mensalão, as ações do governo em 2008 para conter a crise econômica mundial (iniciada no ramo imobiliário dos Estados Unidos), acompanhadas por uma sequência de bons referendos do Brasil²⁰⁰ mantiveram o governo Lula com boa reputação e abriram caminho para a candidatura de Dilma Rousseff, apresentada pelo ex-presidente, como responsável pelas ações do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), do Brasil (Linhares, 2016; Nobre, 2013).

A reputação de corrupção petista e alguns efeitos da crise de 2008 seriam dívidas transferidas ao governo da primeira presidenta do Brasil. Dilma Rousseff (2011-2016) recebeu críticas no que tange à administração de recursos e a dependência do consumo interno, que sofria com problemas de tecnologia e logística. Tais questões se refletiram nas manifestações de 2013 a 2015, demonstrando a insatisfação popular em relação à política brasileira. As manifestações foram o estopim de uma nova “polarização” entre posicionamentos de “esquerda e direita” que seguiram o cenário político futuro. Fenômeno observado pelos pesquisadores Pablo Ortellado e Márcio Moretto Ribeiro em estudo sobre o comportamento de usuários brasileiros do Facebook²⁰¹ que acompanham assuntos políticos na rede social, onde se percebeu que em 2016 (período do processo de *impeachment* de Dilma) a dinâmica de engajamento dos usuários com a plataforma aproximou usuários com interesses em políticos de esquerda dos movimentos sociais progressistas, enquanto usuários com interesse no movimento anticorrupção e de grupos linha-dura contra o crime seguiam curtindo cada vez mais as páginas de políticos de direita, distanciando cada vez mais a direita de pautas sociais. Nesse período também se percebe o crescimento da direita no parlamento brasileiro, sobretudo a partir de 2014 (representação que vinha em queda na Câmara dos Deputados desde 1998) quando partidos conservadores ganharam 43,5% das cadeiras (em 2010 eram 36,3%) (Codas; Cruz; Kaysel, 2015; Linhares, 2016).

Ainda sobre as manifestações, a mesma classe média, que ascendeu no governo Lula, levantava uma ideologia neoliberalista e conservadora. Sua demonstração de

²⁰⁰ Nobre (2013, p. 91) cita que entre os grandes motivos de popularidade do governo Lula a aliança com o PMDB para conseguir apoio parlamentar, a descoberta das reservas de petróleo da camada pré-sal, a confirmação do Brasil como sede da Copa de 2014, a elevação do Brasil a “grau de investimento” no FMI, o acordo com a Santa Sé que irá considerar com efeito civil o casamento religioso, ações que irão, segundo autor, preparar o terreno para a candidatura de Dilma Rousseff.

²⁰¹ Pablo Ortellado é professor de políticas públicas da USP (Universidade de São Paulo) e Márcio Moretto Ribeiro é professor de sistemas de informação da mesma universidade. Em artigo da revista Galileu, os pesquisadores comentam que até junho de 2013, as pautas sociais, direitos humanos, ambientalismo, eram interesses de usuários que acompanhavam políticos de direita e também os que acompanham políticos de esquerda. Disponível em: <https://glo.bo/2XKHJYJH>. Acesso em: 26 de set. 2021.



insatisfação era percebida nas pautas trazidas durante as manifestações, como: o incômodo da presença das classes mais populares nos mesmos espaços de convívio que a alta classe média e o aumento de empregos em áreas de baixa formação acadêmica em contrapartida ao aumento das condições de ingresso ao Ensino Superior que privilegiam essa classe (Codas; Cruz; Kaysel, 2015; Linhares, 2016).

Assim a classe média assume seu posicionamento, ao lado de uma nova direita que, diferentemente da direita conservadora formada por políticos profissionais e o empresariado, é formada por trabalhadores que criam lideranças partidárias. Essa nova direita também assume as desigualdades como naturais e impossíveis de resolução, característica que une as diferentes variantes direitistas, desde modelos mais radicais como nazismo/fascismo, reacionários, autoritários, conservadores ou até o liberalismo clássico e humanista. O que traz à tona bandeiras que advogam sobre o bem-estar individual, onde o Estado é entendido como desobrigado de desenvolver medidas que promovam a justiça social. Esse fenômeno, não será associado claramente à extrema direita, sobretudo por conta do “abrandamento” da direita conservadora após o fim da ditadura militar. É importante observar que essa nova direita, não só no Brasil como em toda a América Latina, diferente da direita conservadora militar, tem como principais características o apoio ao liberalismo econômico, com intervenção mínima do Estado, defende a democracia e os valores da família tradicional. Tais características em crescimento na sociedade brasileira, que historicamente baseia sua identidade nacional em elementos míticos e que sacra seus governantes, irá buscar culpados e heróis em um jogo messiânico onde sacralizam-se uns e satanizam-se outros. A relação percebida entre o povo e seus representantes é de clientelismo e tutela, visto que não os reconhecem como seus representantes e sim do Estado, que é maior que estes. Assim o relacionamento entre representante e povo dar-se-á de forma populista via favor, ou desfavor, econômico (Cepêda, 2018; Chaui, 2013; Codas; Cruz; Kaysel, 2015).

Assim, compreende-se o crescimento de uma nova direita – acompanhando também as ondas mundiais dos posicionamentos neoliberais alinhados a uma ala mais conservadora – que será percebida mais veementemente a partir das manifestações de junho de 2013, consolidando-se com o *impeachment* de Dilma Rousseff e com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

O fenômeno do bolsonarismo



É neste imperativo, que de acordo com Pinheiro-Machado (2019), a ameaça “fascista” é mais bem analisada a partir da organização das extremas direitas no Brasil desde o início do século XXI, numa crescente que ganhou força no período das crises econômicas de 2007 e 2008, promovendo articulações com políticas antissistêmicas e neoliberais. Não reduzido ao Brasil, Brown (2019) sublinha que a crescente da extrema direita é observada no mundo,

[...] forças da extrema direita subiram ao poder nas democracias liberais pelo mundo todo. Cada eleição traz um novo choque: neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano, o Brexit conduzido pela xenofobia alimentada por tablóides, ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu e, é claro, o trumpismo. O ódio e a belicosidade racistas, anti-islâmicos e antisemitas crescem nas ruas e na internet. Grupos de extrema direita recentemente amalgamados têm eclodido audaciosamente na vida pública após terem passado anos à espreita, na maior parte do tempo nas sombras (Brown, 2019, p. 9).

A tendência do radicalismo político que se apresentou no Brasil repousa, sobretudo, na intensificação da polarização político-social. Levitsky e Ziblatt (2018, p. 115) observam que a polarização é necessária para a democracia, contudo, quando levada ao extremo, pode “destruir as normas democráticas” – normas essas que se sustentam por meio da tolerância mútua²⁰². A polarização radical no Brasil teve seu ponto de partida no âmbito social civil com as manifestações de junho de 2013. Segundo as historiadoras Schwarcz e Starling (2018, p. 505) o demérito da política brasileira ganha espaço com estes protestos públicos apartidários, pois foi um levante que revelou o “descompasso do governo” com o cidadão e denunciou a corrupção na máquina do Estado.

Para construir um novo estado funcional, os partidos de esquerda e direita se mobilizaram e a população acabou se renunciando ao estado de inércia. Não obstante, a política se tornou um ambiente hostil. Schwarcz (2019) descreve a crise de 2014 como marcada pelo desemprego e recessão econômica, o que deu abertura para a política da aversão, isto é, da negação da discordância ideológica²⁰³. Soares (2019) assinala ainda

²⁰² Tolerância mútua para Levitsky e Ziblatt (2018, 10) “[...] é reconhecer que os rivais, caso joguem pelas regras institucionais, têm o mesmo direito de existir, competir pelo poder e governar”. Tal conceito pode ser expandido além dos candidatos e concorrentes (políticos), mas para qualquer civil que participe do poder político ao exercer seu papel como cidadão.

²⁰³ A discordância é fundamental para a necessária para a manutenção da democracia, como sugere Soares (2019); Brown (2019, p. 33), salienta a importância da liberdade na igualdade num regime democrático e o perigo que se apresenta quando não há tal respeito ao princípio da democracia, “A igualdade política é a base da democracia. [...] Somente a igualdade política assegura que a composição e o exercício do poder político sejam autorizados pelo todo e sejam de responsabilidade do todo. Quando a igualdade política está ausente, seja por exclusões ou privilégios políticos explícitos, pelas disparidades sociais ou econômicas



que a direita que se organizou pós junho de 2013 permitiu aos setores conservadores influenciar as massas para protagonizarem um embate contra a corrupção política, associada diretamente ao governo do PT na época, e contra a esquerda. Nota-se que a onda conservadora conjecturou um discurso antipetista, culpabilizando o governo “desmoralizante” da esquerda, conforme enfatiza Messenberg (2017).

Nos anos seguintes, 2015 e 2016, o embate se intensificou, com manifestações que, segundo Pinheiro-Machado (2019, p. 73), eram “pró-impeachment de caráter nacionalista, antipetista e contra corrupção” e “fundamentalmente marcadas pela presença das elites brancas brasileiras”. A nova direita deveria, por essência, renovar a política brasileira, defendendo uma política antissistêmica (Silva, 2020). Conforme diz Soares (2019), o “fracasso” da esquerda no comando da nação, paralelamente a prisão do ex-presidente Lula, catalisaram a ascensão da direita conservadora com reivindicações políticas e econômicas retrógradas, autoritárias e inconstitucionais, que sinalizaram um discurso de “nós” (bem) contra “eles” (mal), colocando em risco a democracia a partir das diferenças. Reconhecemos assim, que para tal estado “caótico”, a solução antissistêmica²⁰⁴ do cidadão brasileiro seria, portanto, a eleição de um presidente apolítico, capaz de solucionar “todos” os problemas políticos da nação.

O candidato que mais soube canalizar as energias sociais que se intensificaram desde 2013²⁰⁵, foi o deputado federal Jair Bolsonaro. Contrariando toda a descrença dos analistas políticos e jornalistas de um possível sucesso eleitoral que já se fomentava desde 2015 com discursos radicais e ultraconservadores (Oyama, 2020). Considerado como um “outsider”, alguém não submetido ao sistema político, Jair Bolsonaro conquistou o posto de presidente da República do Brasil em 2018 (Nobre, 2020). Com acréscimo, a chegada de Bolsonaro ao poder executivo representa apenas uma parcela do movimento

extremas, pelo acesso desigual ou controlado ao conhecimento, ou pela manipulação do sistema eleitoral, o poder será inevitavelmente exercido por e para uma parte, em vez do todo. O *demos* deixa de governar.”

²⁰⁴ Não há dúvidas que o sistema político brasileiro deve ser constantemente aprimorado, porém, isso não acontece com políticas antissistêmicas, tais políticas apenas propiciam um ambiente suscetível a projetos antidemocráticos e autoritários, pois enfraquece ou corrompe as instituições que ainda se preservam democráticas (Levitsky; Ziblatt, 2018; Nobre, 2020).

²⁰⁵ Segundo Nicolau (2020) a pré-campanha de Bolsonaro iniciou em 2015, exclusivamente nas redes sociais. Já a campanha oficial para presidente iniciou-se em agosto de 2018. O próprio Jair Bolsonaro, quando participou do programa de rádio “Pânico Jovem Pan” (05/02/2018), afirmou que já era pré-candidato para as eleições presidenciais desde 2015, e declarou que tinha ao seu lado o poder do povo. Preservou também, um discurso contra a governabilidade, que para ele, estava infectada com a corrupção e a “ineficiência do Estado”, defendeu também pautas morais contra a ideologia de gênero e a liberação do aborto.

Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Fh0cVPs015k&ab_channel=P%C3%A2nicoJovemPan. Acesso em: 19 set. 2021.



bolsonarista. Silva (2020, p. 34) traz a seguinte definição: “O bolsonarismo não necessariamente tem como único autor Jair Bolsonaro, mas envolve todos aqueles que corroboram com o empoderamento de um discurso conservador e baseado na moralização da política”. Silva Júnior e Fargoni (2020, p. 3) acrescentam que o bolsonarismo “é uma faceta do autoritarismo brasileiro” ou uma direita populista “que se articula com o neoliberalismo, sendo um fenômeno predominantemente urbano que contou com a expansão e alcance das redes sociais, acrescenta Nicolau (2020)²⁰⁶.

Contra todo cenário político que se estabeleceu no período de redemocratização, o bolsonarismo conseguiu um “feito inédito” na política brasileira ao romper com a hegemonia dos partidos principais, PT e PSDB. Estes dois partidos possuíam maior financiamento para campanha eleitoral, mais tempo de TV e rádio, e uma forte base popular nas grandes cidades do Brasil (Nicolau, 2020). Para tanto, o discurso popular bolsonarista era de restauração política e econômica (Maitino, 2020, p. 16 e 17); enquanto o PT simbolizava a corrupção endêmica da política brasileira (Messenberg, 2017; Pinheiro-Machado, 2019; Soares, 2019; Nicolau, 2020). Votar em Bolsonaro representava, portanto, o sentimento de pertencimento e de patriotismo (Pinheiro-Machado, 2019). Nobre (2020) caracterizou esse eleitorado bolsonarista em três subdivisões “lavajatista militar e evangélico²⁰⁷”, de modo que a segurança e combate a

²⁰⁶ Aqui, vale a pena discutir a terminologia 'bolsonarismo' como uma descrição do fenômeno social que emergiu com a ascensão de Bolsonaro. Em geral, o sufixo 'ismo' sugere um sistema de ideias que estrutura um determinado grupo social e mantém qualidades distintivas. Nesse contexto, surge a questão: o bolsonarismo realmente representa um sistema de ideias já estabelecido? Primeiramente, é importante destacar que, mesmo na definição de extrema direita fornecida por Lowy (2015, p. 655) e outros autores, fica claro que os fenômenos extremistas de direita não são "estruturas estáticas", mas sim fenômenos em "constante movimento". Dessa forma, acredita-se que o fenômeno bolsonarista ainda está em processo de desenvolvimento de identidade, apresentando tanto continuidades históricas com outros fenômenos extremistas quanto características distintivas. Nesse sentido, Silva Júnior e Fargoni (2020, p. 11-16) observam que o bolsonarismo é caracterizado por uma série de elementos, tais como "idolatria às tradições, reacionarismo, anti-intelectualismo, autoritarismo e prepotência, aversão à pluralidade, aliança com as elites (burguesia e neoliberais), nacionalismo subserviente, necropolítica e necro-estado, belicosidade, militância e 'milicianismo', meritocracia, intolerância e preconceitos, propaganda". Outrossim, a designação do termo 'bolsonarismo' foi escolhida em consenso através do diálogo com autores que estudam o fenômeno, tais como Nicolau (2020), Maitino (2020), Oyama (2020), Pinheiro-Machado (2019), Silva (2020), Silva Júnior e Fargoni (2020) e Souza e Oliveira (2020). Poucos autores, de acordo com nossa pesquisa, optam por termos diferentes. Vale ressaltar, para fins de esclarecimento, que os termos "Bolsonarização", "Direita Alternativa" ou "Neoconservadorismo" são empregados por Lima e Lima (2020) e Solano (2018), respectivamente.

²⁰⁷ Vale ressaltar que Bolsonaro conseguiu 70% dos votos dos evangélicos e ainda contou com a superioridade dos votos pela base católica (NICOLAU, 2020). A base lavajatista foi composta pelos apoiadores da Operação Lava Jato (iniciada em 2014), que tem como objetivo combater a corrupção e a lavagem de dinheiro, especialmente, pelos políticos e empresários. Para mais informações ver: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato>. Acesso em: 25 out. 2021.



corrupção foram as principais correntes políticas de campanha defendidas por Bolsonaro e seu antigo partido PSL (Partido Social Liberal).

Ademais, outro fator decisivo para a vitória da onda bolsonarista nas eleições de 2018 foram as mídias sociais. Sendo o principal canal de divulgação pró-bolsonarista para alcançar as massas, a extrema direita brasileira adotou uma estratégia virtual semelhante a atuação trumpista, no que diz respeito ao combate direto a um dos intermediários²⁰⁸ da democracia: a imprensa (mídia e jornalistas) (Pinheiro-Machado, 2019). Esta nova configuração popular²⁰⁹, como observa Schwarcz (2019), é autônoma, persuasiva e moralista, além de estimular a produção de *Fake News* para benefício próprio. É válido ressaltar que, a direita brasileira intensificava-se nas redes sociais já em 2015 e 2016 com os movimentos sociais de cunho nacionalista, liberal e pró-*impeachment* (antipetista) (Pinheiro-Machado, 2019). As manifestações eram incentivadas pelos formadores de opinião popular: Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua Brasil e o Revoltados Online. Estes representavam a frente direitista engajada principalmente no Facebook (Messenberg, 2017). Nicolau (2020, p. 89-97) reconhece que as eleições de 2018 contaram com a maior difusão de *Fake News* pelos apoiadores de Bolsonaro²¹⁰, haja vista que os eleitores-usuários das mídias sociais (*Facebook, Twitter e WhatsApp*), majoritariamente eram pró-Bolsonaro.

O bolsonarismo, em síntese, acompanhou uma tendência temática da extrema direita norte-americana e europeia. De acordo com Löwy²¹¹ (2019, p. 1), “[...] a ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a reestabelecer a pena de morte e a proposta de distribuir armas à população para sua “defesa contra a criminalidade”; e (b) a intolerância com as minorias sexuais, em particular em relação aos homossexuais”. A

²⁰⁸ Segundo Levitsky e Ziblatt (2018, p. 189) “Uma imprensa independente é um bastião das instituições democráticas; nenhuma democracia pode viver sem ela”.

²⁰⁹ A frente de seu tempo, Eco (2020, p. 56 e 57) já alertava que, “Em nosso futuro, desenha-se um populismo qualitativo de TV ou internet no qual a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a “voz do povo”. É neste sentido, que Levitsky e Ziblatt (2018, p. 32) descrevem de forma atenta sua preocupação com a democracia, os “Populistas tendem a negar a legitimidade dos partidos estabelecidos, atacando-os como antidemocráticos e mesmo antipatrióticos. Eles dizem aos eleitores que o sistema não é uma democracia de verdade, mas algo que foi sequestrado, corrompido ou fraudulentamente manipulado pela elite. E prometem sepultar essa elite e devolver o poder “ao povo”. Esse discurso deve ser levado a sério. Quando populistas ganham eleições, é frequente investirem contra as instituições democráticas.”

²¹⁰ Na entrevista com Danilo Gentili, no programa “The Noite” de 20 de março de 2017, Jair Bolsonaro declarou que possivelmente se candidataria por um partido sem tempo de televisão, reconhecendo sua desenvoltura e potencial nas redes sociais.

²¹¹ Reflexão crítica escrita para o site “A Terra é redonda”. Disponível em: https://terraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planentario-o-caso-bolsonaro/?doing_wp_cron=1631223984.9178009033203125000000. Acesso em: 19 set. 2021.



“agitação sociocultural reacionária” impulsionada e propalada vigorosamente por Bolsonaro durante sua campanha e vida política pode ser mais bem compreendida quando examinada à luz do conceito de tradição que a postura neoliberal deseja assegurar. A tradição ocidental tem como pragmatismo sustentar o papel da “família tradicional”, da “supremacia branca” e da “heteronormatividade”, afirma Brown (2019, p. 148). Se podemos nos permitir a aplicação desses indicadores nos discursos de Jair Bolsonaro, percebemos que essas convenções são manifestadas em sua história política²¹² e defendidas por seu eleitorado, o bolsonarismo.

Embora seja possível estabelecer a estreita relação entre o avanço da extrema direita no Brasil com inspiração na política popular norte-americana de 2016 (Silva júnior; Fargoni, 2020, p. 10), o populismo da direita no Brasil acordou uma tradição autoritária de repúdio às políticas sociais, preservando o patriarcalismo e a herança escravocrata (racista) do brasileiro (Silva, 2020). Pinheiro-Machado (2019, p. 158) desmitifica o padrão dos eleitores, a voz popular da extrema direita após 2018, os classificando como “jovem desempregados” os quais eram ameaçados pelo feminismo,

²¹² Percebe-se em uma de suas entrevistas mais polêmicas no programa “Câmera aberta”, em 23 de maio de 1999, Jair Bolsonaro discutindo sobre os problemas de corrupção no sistema político brasileiro, optando por respostas dinâmicas e soluções autoritárias. Uma das frases impactantes de Bolsonaro é: “Eu sou favorável a tortura, tu sabe disso! O povo é favorável disso também.” Na sequência, o entrevistador questiona o ex-capitão se ele tem saudade do regime militar, e a resposta é política, Bolsonaro conserva uma democracia sem corrupção e honesta: “Quem tem é o povo, não pelo regime em si, mas se tinha mais dignidade naquela época”. Em outro questionamento, Bolsonaro afirma que se fosse presidente fecharia o congresso, estabeleceria uma ditadura, ele diz: “daria golpe no mesmo dia! Não funciona (o congresso). E tenho certeza que 90% da população ia fazer festa, bater palma”, a afirmação foi feita como uma resposta às corrupções do executivo e do congresso nacional da época. Quando questionado sobre a esperança de um Brasil melhor, Bolsonaro faz sua declaração mais radical: “[...] me desculpa né, mas através do voto você não vai mudar nada nesse país. Nada, absolutamente nada. Você só vai mudar, infelizmente, quando nós partimos para uma guerra civil aqui dentro. E fazendo um trabalho que o regime ainda não fez, matando uns 30 mil, começando com FHC, não deixar ele pra fora não! Matando. Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocentes”. A democracia brasileira, para ele, “faliu”, a democracia é “excelente”, mas apenas com candidatos honestos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=211Q84pnuwo&ab_channel=Jo%C3%A3oRobertoLaque. Acesso em: 18 set. 2021.

Já no “Roda Viva”, do canal TV Cultura (roda viva realizada no dia 30/07/2018), Jair Bolsonaro tinha como principal pauta de campanha, redirecionar a política brasileira tornando a economia liberal ao efetivar pactos comerciais com países desenvolvidos; reestruturar a formação que a família e crianças tiveram nos últimos anos, pois foi desgastada com a influência esquerdista. Com uma perspectiva conservadora e militar, Bolsonaro defendeu seu ponto de vista sobre o período ditatorial (1964-1985) no Brasil, segundo ele, o “Golpe militar” não existiu, Castelo Branco assume a presidência de forma democrática e respeitosa a constituição, combatendo a ameaça comunista da época. Bolsonaro não deixa também de questionar a validade das eleições por meio das urnas eletrônicas e deslegitimar os adversários políticos (principalmente os de esquerda/PT) devido a corrupção e defesa de regimes comunistas. Outro fator a ser discutido no programa, foi sobre as cotas raciais, o ex-candidato, atual presidente, defendeu uma interpretação histórica escravagista que não pondera a questão da “dívida histórica” e racista do Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0&t=185s&ab_channel=RodaViva. Acesso em: 18 set. 2021. Estes foram breves exemplos dos demonstrativos autoritários de Bolsonaro.



ou, “homens brancos, dos 30 aos 50 anos, com trabalho precário” que acreditavam que o insucesso econômico nacional e pessoal, antes provinha da imoralidade e da quebra de hierarquias da sociedade – “o provedor” – e não de seu respectivo fracasso. Souza e Oliveira (2020, p. 135-137), concluem que a gênese do autoritarismo brasileiro bolsonarista é “[...] em termos psicanalíticos, a identificação paterna e sua concepção enquanto autoridade familiar. Além disso, a fonte do autoritarismo é o fracasso social”. Há de se notar, portanto, que a lógica neofascista brasileira está vinculada intimamente com as construções identitárias do sujeito e a preservação da moralidade (patriarcal e religiosa).

Ademais, Maitino (2020, p. 16) considera que a solução popular do bolsonarismo deveria recorrer ao entrelaçamento da “moralidade privada e pública” com forte oposição às pautas esquerdistas. Eventualmente, somente a moralidade tradicional, autoritária, patriota e religiosa poderia assegurar o sucesso do indivíduo no mercado (na perspectiva conservadora e neoliberal), como analisa Brown (2019, p. 110). No contexto brasileiro, Chaui (2013) acredita que a teologia conservadora (moral) motiva uma hierarquia estrutural, dado que o aspecto transcendente dá o direito de subjugação nas relações, em prol do sucesso; e o neoliberalismo, propicia uma polarização político-social. O resultado é o recuo da cidadania, feito da exclusão político-econômica das camadas mais pobres.

É neste sentido que Nobre (2020) explica como Bolsonaro tentou minar as instituições democráticas e o próprio sistema político com o propósito de recuperar a segurança econômica e a verdadeira tradição brasileira. A vitória político-social alcançada por Bolsonaro está justamente atrelada, segundo Pinheiro-Machado (2019, p. 142-145), ao efeito que o discurso bolsonarista fomentou na “elite racista e classista” contra todos os chamados “vagabundos”. O vagabundo, para a pesquisadora, tem sua raiz na figura do marginal do período colonial, associada ao pobre e o (a) preto (a). No decorrer da história, estes indivíduos têm sido classificados como os culpados pelo atraso socioeconômico do Brasil. Em confluência, Schwarcz (2019) observa que os novos líderes autoritários procuram enfatizar uma narrativa histórica idílica, saudosista, nostálgica e resolutiva para o desenvolvimento, ao mesmo tempo que negam reconhecer os aspectos democráticos e históricos “marginalizados” da identidade nacional. Bolsonaro, portanto, se configura como o porta-voz do movimento autoritário atual brasileiro, sendo uma manifestação concreta de um fenômeno (bolsonarismo) que não reconhece o atavismo colonialista, escravocrata, racista, machista, patriarcal, patrimonialista e intolerante. Por fim, é importante ressaltar que o autoritarismo não é um



fenômeno exclusivamente da política, mas sim um reflexo da sociedade brasileira e seu processo histórico (Chaui, 2013).

Considerações Finais

A extrema direita passou por diversas metamorfoses ao longo de sua história e sua manifestação no presente não mais escancara descaradamente as mortíferas faces fascistóides e autoritárias comumente associadas a esta. Sorrateiramente nos anos 1980, o extremismo de direita passou se configurar em “trajes civis” (Eco, 2020), utilizando discursos aparentemente democráticos e moderados, mas que escondem agendas antissistêmicos e moralistas, com potencial de dividir a população. No fim das contas, a extrema direita somente utiliza-se da democracia para subvertê-la, dar vozes às suas pautas funestas e por fim, gradualmente, matá-la (Levitsky; Ziblatt, 2018).

Por consequência, as tendências ‘camuflantes’ do radicalismo de direita espalham-se por todo o globo. Na Europa, Viktor Orbán, Matteo Salvini, Marine Le Pen, Alexander Gauland e Alice Weidel são exemplos de lideranças extremistas com pautas antimigração, antipluralistas e nativistas, os quais adentram no poder de forma democrática. Nos anos 2000, diversas crises sociais e econômicas transpassam o globo e discursos radicais ganham força nunca vista. Traçando coligações partidárias, utilizando-se das redes sociais e da crítica às mídias tradicionais, tais líderes alcançam muitos apoiadores, desde os mais jovens até os mais idosos e com diferentes status sociais (estudantes, agricultores, empresários, pequenos comerciantes, entre outros). Felizmente, grande parte destes líderes têm sido combatidos nos últimos anos. Partidos de oposição têm realizado frentes amplas, juntando-se com outros líderes a fim de bloquear o acesso de tais demagogos ao poder. Trump foi impelido do segundo mandato desta forma, assim como, Marine Le Pen e outros representantes extremistas.

Quando pensado sobre o Brasil, a extrema direita está associada historicamente a uma relação condescendente com o Regime Civil Militar e que, a partir da redemocratização, se associou a uma elite conservadora, se ajustando ao “jogo democrático” e à necessidade de participação e representação popular, envolvendo-se com posicionamentos de centro-esquerda, tendo como principais bandeiras a anticorrupção e a guinada econômica - ratificadas nos governos Collor e FHC. Com o processo de *impeachment* de Collor e a queda de popularidade de FHC, o espaço para um governo mais próximo das esquerdas foi aberto com a queda progressiva da representação das direitas no parlamento e com a eleição de Lula e Dilma Rousseff.



Com os escândalos de corrupção e crises econômicas, uma nova quebra de confiança reacendeu o interesse da população pela política e o aumento do consumo de conteúdo político na internet, ocasionando um fenômeno de polarização entre esquerda e direita e um crescimento da representativo direitista no parlamento. Esse fenômeno acabou tendo seu ápice nas manifestações de junho de 2013 e seguiu em crescimento até a eleição de Jair Bolsonaro para presidente em 2018.

Entendendo essa trajetória e o posicionamento das direitas, percebe-se a aproximação de ciclos de popularidade política no Brasil, baseada em uma “conquista de confiança” da população brasileira que tem suas expectativas aumentadas na mesma medida em que a economia ascende ou regride (o que de certa forma favorece um controle político por parte das direitas). Isso corrobora com a ideia de sagração dos governantes, trazida por Chauí (2013), onde a relação do povo brasileiro com seus governantes, sobretudo com o Poder Executivo, envolve uma supervalorização dos indivíduos, ao passo que exige deles seu favor e com mesma intensidade os descarta pelo desfavor.

A campanha eleitoral de Jair Bolsonaro protagonizou inéditas rupturas com a “velha política” brasileira após o período de abertura democrática, sobretudo no que tange a efetividade do eleitorado. A repercussão midiática de Bolsonaro foi explosiva, considerado por sua fala “nada política” e não rebuscada. O “charlatão brasileiro”, conquistou sua base eleitoral com discursos diretos e sem comedimentos contra os adversários políticos. Apesar de não se apresentar com frequência nos debates públicos no período de campanha oficial, contando com mínimas aparições e com um tempo de TV muito inferior aos partidos do PT e PSDB, Bolsonaro apostou nas redes sociais e mídias alternativas privadas, já que na mídia (imprensa e jornalismo), uma das guardiãs da democracia, não se dobrou ao discurso alimentado pelos populista Bolsonaro.

O bolsonarismo teve seu teor inédito por ser o resultado de uma aposta de campanha através das redes sociais que contou com a soma de dois produtos. Primeiramente no que concerne, uma solução para a corrupção, isto é, a promoção de uma limpeza no próprio sistema político brasileiro, tendo como principal inimigo a oposição política (a esquerda). Segundo, na exclusiva segurança no âmbito civil e familiar. A segurança aqui não se limita a particularidades do armamento civil, mas também na questão da moralidade e do patriarcalismo, ou seja, na manutenção dos valores tradicionais que estavam sendo subvertidos socialmente por políticos e partidos esquerdistas. O bolsonarismo é um movimento político-social que contou com o entrelaçamento da frustração do sujeito (ainda no sentido econômico) e a valorização da



moralidade (valores tradicionais e religiosos). A presença dessas fragilidades individuais foram fundamentais para a solução apresentada pela extrema direita na construção do discurso bolsonarista, sendo determinante na eleição à presidência de Jair Bolsonaro em 2018. A resolução proposta pelo fenômeno popular e predominantemente urbano, era de uma política econômica neoliberal e a volta para a tradição brasileira de ordem, progresso e segurança, como visto no período do regime civil-militar que Bolsonaro tanto saudava.

Concluimos, portanto, que a equação final do bolsonarismo é multiplicada pela herança autoritária brasileira, não somente no que diz respeito a apologia à ditadura militar (pelo líder Bolsonaro e seus seguidores), na manutenção dos costumes patriarcais e escravocratas ou pela preservação do conceito de democracia racial, mas por um coletivo de indivíduos frustrados, seja na área política, econômica, social ou religiosa.

Em conclusão, podemos afirmar que a equação final do bolsonarismo é resultado da multiplicação da herança autoritária brasileira. Essa influência não se limita apenas à apologia à ditadura militar, feita pelo líder Bolsonaro e seus seguidores. Ela também se manifesta na manutenção dos costumes patriarcais e escravocratas, assim como na preservação do conceito de democracia racial. Em suma, entendemos que o bolsonarismo se constitui por um coletivo de indivíduos que experimentam frustrações em diversas áreas, seja política, econômica, social ou religiosa. Essas frustrações coletivas desempenham um papel significativo na consolidação e expansão do fenômeno.

Data de Submissão: 16/06/2023

Data de Aceite: 28/08/2023

Referências

ABREU, J. M. **Comportamento político violento e avanço global da direita:** uma análise do caso brasileiro. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.

ARENDDT, H. **Origens do Totalitarismo:** antissemitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

BARREIROS, D.; MIAGUTI, C.; POTY, I. **Capitalismo, Democracia e a Extrema-direita:** Uma análise comparativa baseada no duplo movimento Polanyiano (1870-1945/1970-2020), p. 1-41, 2020.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda:** Razões e Significados de uma Distinção Política. São Paulo, SP: Editora UNESP, 1995.



BORBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONFIM, J. B. B. **Palavra de Presidente: Discursos de Posse de Deodoro a Lula**. Brasília: LGE Editora, 2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BONIS, Gabriel. O extremismo de direita que cresce no mundo e assusta a Alemanha. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53197469>. Acesso em: 08 set. 2021.

BORDIN, J. G. V. **Três décadas da nova direita radical na Europa ocidental: uma revisão da literatura**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BRADALISE, C. *Europe des patries: histórico da extrema direita Européia*. **Revista Cena Internacional**, v. 7, p. 50-82, 2005. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CENAInternacional/2005/vol7/no1/3.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2021.

BROWN, W. **Nas ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. Santos, São Paulo: Editora Filosófica Politeia. 2019.

CEPÊDA, V. A. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23 n. 2, p. 75-122, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/34801>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CHAUÍ, M. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2013.

CODAS, G.; CRUZ, S. V.; KAYSEL, A. **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CURRIE, PM; HOLBROOK, D.; TAYLOR, M. **Extreme right wing political violence and terrorism: new directions in terrorism studies**. New York: Bloomsbury, 2013.

DIAMOND, L.; PLATTNER, M.F.; WALKER, C. **Authoritarianism goes global: the challenge to democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2016.

ECO, U. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

GOMES, A. B. P. **Extrema-direita e os "perdedores da globalização": Preditores do voto em Marine Le Pen nas presidenciais francesas de 2012**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

IGNAZI, P. **Extreme right parties in Western Europe**. London: Oxford University Press, 2003.

LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.



LIMA, E. C. de A; LIMA, I. C. C. O Neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: a ‘Bolsonarização’ como produção de sentido e mobilização de afetos. **Revista Cadernos de Campo**. Araraquara, n. 28, p. 325-350, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/13273/9667>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LINHARES, M. Y. (org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

LOWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282015000400652&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 abr. 2021.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro, Zahar. 2020.

NOBRE, M. **Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

NOBRE, M. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia, 2020.

NORRIS, P. A tese da “nova clivagem” e a base social do apoio à direita radical. **Opinião pública**, v. 7, n. 1, p. 1-32, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/QWNXbm7gD3sdywSq73nJLd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 21/22, p. 23-34, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18598>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MAITINO, M. E. Populismo e bolsonarismo. **Cadernos Cemarx**, Campinas, v. 13, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/13167>. Acesso em: 25 abr. 2021.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Sociedade e Estado. Brasília**, v. 32, p. 621-647, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>. Acesso em: 12 abr. 2021

MERKL, P; WEINBERG, L. **Right-Wing Extremism in the Twenty-First Century**. Routledge, 2003.

MUDDE, C. **The Ideology of Extreme-right**. Manchester: Manchester Univ. Press. 2002.

MULLER, J. W. **What is Populism?** Philadelphia, PA: University of Pennsylvania Press, 2016.

OYAMA, T. **Tormenta: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020



PAXTON, R. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. **Da esperança ao ódio**: a juventude periférica bolsonarista. In: GALLEGO, Esther Solano. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

REICH, W. **Psicologia de Massas do Fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, C. G. C. da. **O bolsonarismo da esfera pública**: uma análise foucaultiana sobre os conceitos de pós-verdade, fake news e discurso de ódio presentes nas falas de Bolsonaro. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/7664>. Acesso em 13 abr. 2021

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 14, p. 1-26. Jan./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14244/198271994533>. Acesso em 13 abr. 2021.

SILVA, K. V.; SILVA, M. H. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, L. E. **O Brasil e o seu duplo**. São Paulo: Todavia. 2019.

SOLANO, E. **Crise da Democracia e extremismos de direita**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2018.

SOUSA, K. M.; OLIVEIRA, R. C. Fascismo e bolsonarismo. **Revista Heterotópica**, v. 2, n. 2, p. 115-140. 29 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/HTP-v2n2-2020-56627>. Acesso em: 13 abr. 2021.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: L&PM, 2020.

VON BEYME, K. **Right-wing extremism in post-war Europe**. *West European Politics*, v. 11, p. 2-18, 1988. Disponível em: [Right-wing extremism in post-war Europe: West European Politics: Vol 11, No 2 \(tandfonline.com\)](https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09652718808839453). Acesso em: 10 ago. 2021.

WIDFELDT, A. A fourth phase of the extreme right? Nordic immigration-critical parties in a comparative context. **NORDEUROPA forum**, v. 20, p. 7-31, 2010. Disponível em: <https://edoc.hu-berlin.de/bitstream/handle/18452/8689/widfeldt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 jul. 2021.

AS GREVES DE CAMINHONEIROS NO BRASIL: HISTÓRICO E IMPACTOS LOGÍSTICOS (1959-2021)

TRUCK DRIVERS STRIKES IN BRAZIL: HISTORY AND LOGISTICAL IMPACTS (1959-2021)



LUIS FERNANDO TOSTA BARBATO²¹³

VITÓRIA CRISTINA GONÇALVES GARCIA²¹⁴

Resumo

O objetivo desse artigo é trazer um histórico das diversas greves de caminhoneiros que ocorreram no Brasil entre 1959 e 2021, com destaque para a greve de 2018, até então, a de maior repercussão na história do país. Através desse artigo, buscaremos mostrar também quais foram as principais reivindicações da categoria no decorrer do tempo, bem como quais foram os ganhos obtidos através desse tipo de ação, além das consequências dessas greves para a logística e abastecimento do país.

Palavras-chave: Greve de Caminhoneiros; logística; História do transporte no Brasil.

Abstract

The purpose of this paper is bringing a history of the various truck drivers' strikes that took place in Brazil between 1959 and 2021, with emphasis on the 2018 strike, until then, the one with the greatest repercussion in the country's history. Through this paper, we will also seek to show what were the main claims of the category over time, as well as what were the gains obtained through this kind of action, in addition to the consequences of these strikes for the logistics and supply of the country.

Keywords: Truckers' Strike; Logistics; History of transport in Brazil.

Introdução

O transporte rodoviário é aquele feito por vias terrestres, como estradas, rodovias e ruas, asfaltadas ou não, e tem como função deslocar pessoas, cargas e animais de um ponto a outro, utilizando os meios acima mencionados. De acordo com a CNT, o modal rodoviário:

²¹³ Pesquisa desenvolvida no âmbito do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM). Doutor em História Cultural, também pela Universidade Estadual de Campinas (2015). E-mail: lfbarbato@gmail.com.

²¹⁴ Estudante do Ensino Médio Integrado com um curso técnico de logística no IFTM (Instituto Federal do Triângulo Mineiro). E-mail: vitoria.garcia@estudante.iftm.edu.br.



É o mais apropriado para transportar produtos de maior valor agregado ou perecíveis, em pequenas ou médias distâncias. Especialmente para esses casos, oferece maior frequência e confiabilidade, além de possibilitar a manipulação de lotes de mercadorias de tamanhos variáveis (CNT *apud* Barreto; Ribeiro, 2020, p. 146).

Nesse sentido, vale ressaltar que desde os tempos pré-coloniais o território que viria a se tornar o Brasil era intensamente cortado por uma série de caminhos²¹⁵ que interligavam os diversos povos indígenas que o habitavam. Com a colonização, esses caminhos ganharam outros contornos, no sentido de atender às dinâmicas econômicas próprias da relação Brasil-Portugal, e, depois da independência, das necessidades do Império brasileiro, em processo de modernização de sua infraestrutura.

No entanto, apesar de já haver uma série de estradas (mesmo que precárias) e elas serem importantes desde períodos pré-coloniais, é no século XX que podemos encontrar o surgimento das primeiras rodovias, motivadas principalmente pela instalação das primeiras indústrias automobilísticas no Brasil, uma vez que a Ford se instalou no país em 1919 e a General Motors em 1927 (Fonseca, 2010, p. 10).

Apesar de as primeiras leis de incentivo à criação de estradas de rodagem terem sido criadas em 1905, portanto, anteriormente à instalação dessas indústrias automobilísticas, com certeza elas refletiram no grande apoio que o Governo Federal daria ao modal rodoviário, principalmente a partir do Governo de Washington Luiz, que esteve na presidência do Brasil de 1926 a 1930.

Entusiasta do automóvel, Washington Luiz via uma relação muito direta entre o progresso e a criação de rodovias, como podemos observar no trecho a seguir:

Na mensagem apresentada ao Congresso Nacional pela abertura do ano legislativo de 1927 Washington Luís, menciona o que o seu governo havia feito em relação às estradas Rio-Petrópolis e Rio-São Paulo, possibilitadas pela criação do imposto especial, concluindo: “*Governar é povoar; mas não se povoa sem se abrir estradas, e de todas as espécies. Governar é, pois, fazer estradas*” (BRASIL, 1927: 57). Esta última frase, simplificada para *Governar é abrir estradas* seria a marca de seu governo (Costa, 2013, p. 10).

O Governo de Getúlio Vargas deu continuidade a essa política de fomento ao modal rodoviário, sendo sua principal marca a criação do Departamento Nacional de

²¹⁵ Os Caminhos de Peabiru podem ser considerados como um bom exemplo da importância que as trilhas e caminhos possuíam para a comunicação e deslocamento dos povos indígenas antes da chegada dos portugueses no território que viria a ser o Brasil. Acredita-se que os Caminhos de Peabiru possuíam cerca de 3.000 quilômetros de trilhas, que comunicavam regiões distantes da América do Sul, tais como os litorais Atlântico e Pacífico, sendo formado ainda por uma série de ramificações e caminhos secundários, que se conectavam ao caminho principal, formando assim uma importante rede de deslocamento e comunicação (ROCHA, 2017, p. 19-20).



Estradas e Rodagem (DNER) em 1937. No entanto, foi no governo de Juscelino Kubitschek, que essa relação ao incentivo à instalação de diversas indústrias automobilísticas no território brasileiro ganhou impulso, na década de 1950. O governo Kubitschek, no intuito de facilitar o avanço do comércio de automóveis, promoveu a construção de várias estradas e rodovias importantes, tornando-se, assim, o modal rodoviário o principal meio de locomoção e escoamento do Brasil no período, característica essa que até hoje permanece como uma das principais marcas da infraestrutura nacional de transportes:

A partir desta década, o então presidente Juscelino Kubitschek trouxe a indústria automobilística para o país e construiu inúmeras estradas ao longo do território nacional, fomentando a demanda pelo transporte rodoviário. A partir de então, a rodovia passou a ser encarada como fator de modernidade, enquanto a ferrovia virou símbolo do passado (Rodrigues *apud* Reis, 2013, p. 23).

A partir de então, o modal rodoviário se tornou central no que toca à logística brasileira, pois, após essa ampla gama de apoio por parte do Governo Federal, e mesmo dos Governos Estaduais, ganhou um protagonismo bastante evidente no que toca ao sistema logístico nacional. Frente a esse histórico, não é de se estranhar que nos dias de hoje, de acordo com dados recentes, o modal rodoviário seja o mais importante para o funcionamento logístico do Brasil, sendo o principal responsável pela movimentação de cargas no país:

(...) e há no Brasil, aproximadamente, 1,5 milhão de quilômetros de rodovias, desse total apenas 213.452 km são pavimentadas, restando, assim, 1.349.938 km de rodovias que não são pavimentadas (CNT, 2018). Mesmo levando em conta esse fato, de que a grande maioria das rodovias não são pavimentadas, o modal rodoviário controla com folga o transporte de cargas. Segundo dados do PNL 2025, em 2018, o transporte rodoviário foi responsável por 65% da movimentação de cargas no país, o que corresponde a 1.548 bilhões de toneladas quilômetros úteis (TKU) (Santos, 2020, p. 26).

No entanto, mesmo sendo o modal rodoviário aquele mais importante no que toca ao volume de cargas transportadas, podemos observar que há diversas deficiências observadas em relação a investimentos e manutenção da infraestrutura da qual depende o sistema, que despertam uma série de críticas²¹⁶ daqueles que estão diretamente envolvidos

²¹⁶ A partir da década de 1990 ganhou força a política de privatização de rodovias e a implantação de pedágios, que tinham o objetivo de transferir aos usuários parte dos custos com a manutenção dessas vias, que exigiam grande parte do orçamento público, o que gerou uma série de impactos nos custos logísticos do modal rodoviário, e, por consequência, diversas críticas por parte dos usuários do sistema.



nessa atividade: os caminhoneiros. Os números a seguir ressaltam o quão importante é esse setor para a economia do Brasil:

Os números da ANTT mostram que existem hoje [2020], no Brasil, registradas com o RNTRC, 209.529 empresas de transporte rodoviário de cargas. Os autônomos somam 695.593 registros e, entre as cooperativas, o total é de 422 (Agência Transporta Brasil, 2020).

Frente às diversas reclamações diante de problemas de infraestrutura, de custos (como pedágios e combustível), bem como devido a uma alegada falta de apoio governamental a esse setor que emprega perto de 1 milhão de pessoas – se considerarmos caminhoneiros autônomos e os que prestam serviços a transportadoras –, as greves se tornaram um modo de essa classe ganhar visibilidade no cenário nacional, sendo um importante meio de reivindicações de suas pautas. Nesse sentido, podemos observar greves em diversas ocasiões, como em 1999, em 2000, em 2012, e em 2015, entre outras, além da de 2018, até o momento²¹⁷, a mais grave e que tomou maior proporção no país.

As Greves de Caminhoneiros: conceitos e histórico

Antes de entendermos a repercussão das greves de caminhoneiros no sistema logístico brasileiro, é importante entendermos o conceito de greve. Nesse sentido, Gerson Lacerda Pistori, fazendo referência à definição de Arnaldo Sússekind, no traz:

Sússekind cita Mário Deveali, para quem uma definição exata de greve só pode ser formulada tendo em conta o ordenamento jurídico de cada país. E para ele “greve consiste na abstenção simultânea do trabalho, concertada pelos trabalhadores de um ou mais estabelecimentos, ou de suas seções, com o fim de defender os interesses da profissão”. E ainda aponta que tal conceito acima exposto diferencia a verdadeira greve realizada por trabalhadores com finalidade profissional, das outras formas de greve, como a política específica, a de solidariedade, greves de setores da população com finalidades não diretamente ligadas ao trabalho, como de consumidores, usuários de serviços, contribuintes, greves de estudantes, e de cunho político geral (Pistori, 2005, p. 41).

As greves ainda podem ser definidas como:

(...) para Santoro Passarelli, em um contexto restritivo, greve é “a abstenção concertada do trabalho para tutela de interesse profissional coletivo”. Hélène Sinay aponta a greve como “a recusa coletiva e combinada do trabalho, manifestando a intenção de assalariados se colocarem fora do contrato a fim de assegurar o êxito de suas reivindicações”. Vê-se aqui a greve como imanente e decorrente do contrato apenas. O jurista português Antonio Monteiro Fernandes diz que greve “é a abstenção coletiva e concertada da prestação de trabalho, através da qual um grupo de trabalhadores intenta

²¹⁷ Nesse caso, até o ano de 2021, ano no qual esse artigo foi escrito.

exercer pressão no sentido de obter a realização de certo interesse ou objetivo comum” (Pistori, 2005, p. 41).

Há ainda outras definições de greve, que, em geral, convergem para um mesmo sentido de apontar que ela pode ser entendida como toda paralisação ou suspensão coletiva realizada por trabalhadores, com o intuito de conquistar ou exigir mudanças em aspectos laborais ou em conquistar direitos, e é nesse sentido que as greves de caminhoneiros que ocorreram no Brasil nas últimas décadas convergem, uma vez que buscam, através da ação coletiva, ganhos para a categoria no que diz respeito às condições de trabalho.

Nesse sentido, podemos entender que as greves são um método relativamente antigo no que se refere à luta dos caminhoneiros por melhores condições de trabalho e aumento de rendimentos, sendo que a primeira ocorreu em abril de 1959, quando caminhoneiros interditaram a rodovia Rio-Bahia por 5 dias, em protesto contra o aumento dos preços dos combustíveis. Os caminhoneiros chegaram a interditar 18 quilômetros da rodovia na altura do município de Feira de Santana, na Bahia, mas voltaram ao trabalho após ameaça do uso de força militar, por parte do governo, para dispersar o movimento, além das promessas de que as reivindicações seriam levadas até o presidente Juscelino Kubitschek (Villela, 2015).

Podemos localizar outra greve em agosto de 1979, quando caminhoneiros paralisaram suas atividades e pararam seus caminhões na rodovia Fernão Dias, próximo a Belo Horizonte, em decorrência de um anúncio do aumento do preço dos combustíveis. Os caminhoneiros exigiram um aumento dos preços do frete – a fim de compensar o aumento do custo do combustível –, e a diminuição das comissões cobradas pelas transportadoras (Pereira, 2021).

No mesmo mês, em São Paulo, parte dos caminhoneiros seguiram os passos do movimento ocorrido em Minas Gerais e também pararam suas atividades, interrompendo a distribuição de diesel e gasolina na Grande São Paulo, como forma de pressionar o governo a atender suas reivindicações acerca do aumento do frete, o que levou à falta de combustíveis em diversas cidades do Estado. Tanto o movimento ocorrido em Minas Gerais, quanto o ocorrido em São Paulo, conseguiram atingir parcialmente seus objetivos, uma vez que os preços do frete foram reajustados, mesmo que aquém do reivindicado (Pereira, 2021).

Em junho de 1980 caminhoneiros paralisaram suas atividades no polo petrolífero de Paulínia/SP, reivindicando melhores fretes, o que levou a região de Campinas a sofrer





com o desabastecimento de combustíveis. Em abril de 1981, caminhoneiros mais uma vez paralisaram suas atividades, com destaque para os movimentos ocorridos no Rio Grande do Sul²¹⁸.

Em novembro de 1985, uma paralisação de caminhoneiros ocorreu no Sudeste e Sul do Brasil. No Paraná chegou a haver bloqueios, enquanto no Rio Grande do Sul e no Espírito Santo, os caminhoneiros estacionaram nos acostamentos. A maior repercussão se deu no Rio de Janeiro, onde o movimento provocou tumultos, congestionamentos e princípios de desabastecimento na cidade, terminando quando o Governo Federal autorizou a criação de um sindicato nacional para a categoria, além de mudanças na tabela de fretes (Villela, 2015; Acervo Folha, 2018). Em janeiro de 1986 ocorreu outra greve dos caminhoneiros, que durou apenas dois dias, e logo foi debelada pelas forças policiais (Acervo Folha, 2018).

A próxima grande greve dos caminhoneiros somente teve início em julho de 1999, quando caminhoneiros por todo o país cruzaram os braços. Segundo notícias do portal GZH, as exigências dos profissionais eram de reduções das tarifas de pedágios, isenções de impostos e regulamentações da aposentadoria (Rollsing, 2018).

Com duração de 4 dias, os profissionais deixaram claro a dependência e vulnerabilidade do Brasil em relação ao modal rodoviário de transporte. A greve prejudicou o abastecimento de alimentos e combustíveis no país, paralisando a indústria e não deixando outra escolha ao Governo, a não ser atender às exigências da categoria. Segundo a reportagem, esse movimento foi considerado, até então, o movimento grevista mais importante já enfrentado pela União (Rollsing, 2018).

Uma outra paralisação nacional de caminhoneiros ocorreu, de acordo com o jornal O Estado de S. Paulo, menos de um ano após a greve anterior, entre os dias 1 e 6 de maio do ano de 2000 (Batista; Leite, 2018). As exigências do movimento se pautaram em propostas como a mudança no Código de Trânsito, a fim de aumentar a pontuação que leva à suspensão da carteira; punição a policiais e fiscais corruptos; recuperação das rodovias e mudanças na diretoria do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); tarifa de pedágio de R\$ 1 por eixo em todas as rodovias do país; unificação do

²¹⁸ A Greve de 1981 ficou marcada por uma tragédia que levou à morte dois caminhoneiros. O caminhoneiro Dario Luiz dos Santos tentou furar o bloqueio instalado na Rodovia BR-116, e foi impedido pelo também caminhoneiro Antonio Monteneze, no que deu início a uma confusão na qual houve troca de tiros e os dois motoristas morreram, o que ajudou a colocar fim ao movimento (Acervo Folha, 2018; O Estado de S. Paulo, 1981). Segundo reportagem do Estado de S. Paulo, a greve de 1981 foi a maior ocorrida regionalmente até então, com cerca de 15 mil motoristas parados por 18 dias no Rio Grande do Sul, até conseguirem o aumento no preço dos fretes (Batista; Leite, 2018).



limite máximo de peso de carga nas balanças de todas as rodovias brasileiras; isenção de IPI e ICMS na compra de caminhões novos para a renovação da frota; aposentadoria aos 25 anos de profissão, além da resolução da antiga problemática sobre os pedágios (Folha Online, 2000; Gimenez, 2000).

Vale ressaltar que, apesar das declarações de Nélio Botelho, líder do Movimento União Brasil Caminhoneiro (MUBC), e um dos líderes do movimento²¹⁹, de que a greve seria pacífica, sem a realização de bloqueios. Segundo notícia do portal GZH, a greve foi marcada pelo “endurecimento das ações, com pregos espalhados em rodovias, queima de pneus e apedrejamento de motoristas que tentavam furar os bloqueios” (Rollsing, 2018).

Outra paralisação feita pelos profissionais do sistema rodoviário ocorreu em julho de 2012, afetando, segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, o transporte de bens industriais e produtos agrícolas, como ração para criação de frangos e o transporte de animais vivos (Batista; Leite, 2018).

Entre os motivos da greve estavam a revogação, o cancelamento e a revisão de normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que, segundo Nélio Botelho, presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, entidade organizadora da greve, e que congrega motoristas, empresas e cooperativas de transporte, “algumas normas complicaram o mercado e outras são impossíveis de serem cumpridas. Queremos que sejam refeitas dentro da lei” (G1, 2012).

O movimento da categoria só teve fim após a definição de uma mesa para debate e negociação das reivindicações apresentadas pelo movimento, além da garantia do Ministério dos Transportes de que as solicitações do movimento grevista seriam encaminhadas ao Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Destas reivindicações, podemos citar aquelas relacionadas à Lei 12.619, publicada em 30 de abril de 2012, que dispunha sobre o exercício da profissão de motorista e que trouxe uma série de regulamentações das quais os caminhoneiros discordavam, tais como a obrigatoriedade do descanso a cada 4 horas, e o intervalo mínimo de 11 horas a cada 24 horas, entre outras obrigatoriedades. Diante desse contexto, os caminhoneiros bloquearam as principais rodovias nacionais e mais um movimento grevista por parte dos caminhoneiros foi registrado (Estado de Minas, 2012).

²¹⁹ Conforme podemos observar no trecho a seguir: “A ordem, segundo Botelho, é não bloquear as estradas. “É questão de honra o movimento ser pacífico e não bloquear nenhuma estrada. Amanhã (hoje) é que se verá o reflexo da greve, pois não haverá nenhum caminhão trafegando pelas rodovias”, disse. Ele assegurou que os motoristas compreenderam a necessidade do movimento, cumprindo a determinação de não trafegar. Segundo Botelho, o movimento não irá impedir o motorista que quiser circular” (Gimenez, 2000).



O ano de 2015 foi marcado por dois movimentos grevistas de maior expressão, o primeiro ocorreu entre os dias 13 fevereiro e 3 de março, e o segundo entre os dias 9 e 11 de novembro de 2015, sendo que ainda ocorreram diversos outros eventos isolados que culminaram em protestos e paralisações de menor envergadura, que buscavam melhorar as condições de trabalho dos caminhoneiros (Moreno; Tenente; Regadas; Fajardo, 2018).

O movimento iniciado em fevereiro, o de maior abrangência em números de Estados atingidos, tinha, entre outras reivindicações, a diminuição do preço do diesel, a melhoria nas condições de trabalho, o tabelamento do preço de fretes, e até mesmo o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. O movimento chegou a contar com bloqueios em 12 Estados.

O movimento teve fim quando medidas governamentais foram tomadas, dentre elas podemos citar, segundo a matéria do G1, o acordo fechado com 11 representantes de sindicatos e associações no dia 25 de fevereiro de 2015, no qual o Governo se comprometeu a sancionar sem vetos a Lei dos Caminhoneiros, não reajustar o preço do diesel nos seis meses seguintes e facilitar o financiamento de caminhões (Moreno; Tenente; Regadas; Fajardo, 2018).

O dia 21 de maio de 2018 marcou o início de outra greve dos caminhoneiros. Nesse movimento, motoristas assalariados e empresas do setor foram paradas “à força” pelos caminhoneiros envolvidos diretamente na greve por meio de barreiras montadas nas rodovias e, em alguns casos, pelo uso de violência. A principal consequência desse movimento foi a falta de produtos de primeira necessidade, como os do ramo alimentício e higiênico, além da escassez de matérias-primas nas indústrias (Reis Filho, 2020. p. 5).

Como nos anos anteriores, vários problemas incomodavam os caminhoneiros e serviram como motivo para a greve de 2018, no entanto, podemos destacar os altos preços dos fretes e o elevado preço do diesel como os elementos centrais das reivindicações do movimento, uma vez que impactavam diretamente nos custos e diminuía os rendimentos dos caminhoneiros.

Sendo uma greve de grande impacto, vamos trazer uma análise mais detalhada do movimento, de maneira a acompanhar dia a dia seus acontecimentos. Nesse sentido, seguindo a ordem cronológica dos 10 dias de greve, divulgada em reportagem do UOL, temos o seguinte panorama:

1º dia: na segunda-feira, dia 21 de maio, a disparada no preço do óleo diesel leva à paralisação dos caminhoneiros, interrompendo o trânsito nas rodovias de ao menos 17 estados. O aumento do combustível é diretamente associado ao aumento do dólar e do



petróleo em âmbito internacional, que passaram a servir de base para os preços da Petrobrás a partir do ano de 2016 e que, em 2017, levaram a estatal a aumentar a frequência nos ajustes de um mês para “a qualquer momento, inclusive diariamente” (Uol, 2018). As tensões já se mostravam presentes mesmo na semana que antecedeu a greve, como podemos conferir no trecho a seguir:

Na semana que precedeu a greve, a Abcam, associação que representa parte dos caminhoneiros autônomos, havia protocolado um ofício na Presidência da República e na Casa Civil cobrando "medidas efetivas do Governo diante do aumento constante das refinarias e dos impostos que recaem sobre o óleo diesel". A entidade ameaçava convocar uma paralisação nacional caso as reivindicações não fossem atendidas (Uol, 2018).

2º dia: no dia 22 de maio a manifestação ganha um alcance maior, atingindo ao menos 24 estados, e os primeiros efeitos no mercado começam a aparecer. Sem receber insumos que viriam por via terrestre, grandes montadoras decidem reduzir a produção (UOL, 2018).

3º dia: A Petrobrás anuncia a redução temporária de seus preços na quarta-feira, 23 de maio, e os ministros que avaliaram os efeitos da greve na sociedade afirmaram que os mesmos não eram tão profundos. Em uma tentativa de conter o movimento, o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, anunciou a redução de 10% do preço do diesel nas refinarias por 15 dias, o congelamento de seus preços durante esse período, além de alegar que tenha havido pressões do governo para tais decisões. No entanto, a paralisação continuou (Uol, 2018).

4º dia: No dia 24 de maio, a greve deu mostras de que se tratava de um evento com grandes repercussões no país e já impactava diretamente no abastecimento e nos transportes de, pelo menos, 15 estados e o Distrito Federal. A essa altura já se notava uma série de impactos na sociedade, como a redução nas frotas de ônibus; a falta de combustíveis, com disparada nos preços da gasolina nos postos; aulas canceladas; voos ameaçados por falta de combustível; prateleiras se encontravam vazias nos supermercados e centros de abastecimento; além da interrupção de produção em diversas indústrias (Uol, 2018)

A pauta inicial dos grevistas, até então concentrada em questões econômicas, como o preço do diesel e dos fretes, é ampliada e pautas políticas ganham força, tais como o discurso anticorrupção, inclusive com manifestações de apoio à “intervenção militar”.

No entanto, nesse mesmo dia o governo deu início a tratativas e acordos que tinham como objetivo colocar fim à greve, como podemos observar no trecho a seguir:



Foi em meio a esse contexto que, já à noite, o governo federal anunciou um acordo, com parte dos representantes da categoria, para suspender a greve. Fruto de sete horas de reuniões no Palácio do Planalto, o acordo incluiu, entre outros pontos, a promessa do governo de atender 12 reivindicações dos caminhoneiros, entre elas zerar a Cide sobre o diesel e baixar em 10% o preço do combustível nas refinarias por 30 dias. Deixou de fora, entretanto, a principal demanda dos trabalhadores: a isenção do PIS-COFINS sobre o óleo diesel (Uol, 2018).

Ocorreram ainda outras tentativas do governo para tentar dissuadir os caminhoneiros de se manterem na greve, e assim, colocar fim ao movimento. No entanto, essas tentativas não surtiram efeito e as paralisações continuaram, mesmo em meio a um aumento do uso de forças de segurança contra o movimento (Uol, 2018).

5º dia: O presidente Michel Temer diz, na sexta-feira, dia 25 de maio, ter acionado “forças federais para superar os graves efeitos da paralisação”, garantindo a livre circulação nas estradas e o abastecimento. No demais, um decreto é publicado dando o poder de polícia às Forças Armadas em todo o país até o dia 4 de junho, sendo a primeira vez que uma operação GLO (Garantia da Lei e da Ordem) teve abrangência nacional, e não em determinados estados e municípios (Uol, 2018).

Nesse sentido, observamos o governo atuando de maneira mais dura, de modo a debelar a manifestação, liberar as rodovias e contornar os problemas de desabastecimento. Nesse contexto, o Ministério da Defesa afirmou que os militares atuariam para “garantir a distribuição de combustíveis nos pontos críticos”, fazer “a escolta de comboios”, proteger “infraestruturas críticas”, principalmente aquelas que afetavam a distribuição de combustíveis. Como nos trouxe a reportagem:

O decreto, na prática, os autorizava a desbloquear rodovias federais e, eventualmente, estradas estaduais e municipais, se solicitados por governadores e prefeitos. A ação, no entanto, poderia ir mais longe. O governo poderia passar a "requisitar" temporariamente os caminhões que estivessem parados nas pistas; e a colocar integrantes das Forças Armadas ou da PRF atrás do volante para levar os veículos até a garagem dos donos ou ao destino da carga (UOL, 2018). No começo da noite, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu aval à remoção de manifestantes que estivessem bloqueando vias ou protestando nos acostamentos das pistas. Também autorizou a aplicação de multas de até R\$ 10 mil para os que fizessem bloqueios e de R\$ 100 mil para entidades que organizassem esse tipo de ação (Uol, 2018).

Ou seja, o que pudemos notar é que o quinto dia da greve foi marcado por uma forte reação do governo, no sentido de se utilizar da força e dos meios legais para buscar debelar o movimento.

6º dia: Os ministros Raul Jungmann, da Segurança Pública, e Sérgio Etchegoyen, do Gabinete de Segurança Institucional, deram declarações de que a situação “começa a



se normalizar”, pois as estradas estavam sendo desobstruídas e os problemas de abastecimentos estavam sendo contornados. Mas, segundo os ministros, ainda não era possível estabelecer perspectivas mais precisas de normalidade do sistema de transportes.

No entanto, a necessidade do uso de forças de segurança para garantir o abastecimento de veículos mostrava que a situação ainda estava longe de ser solucionada: “em diversas cidades do país, escoltas das forças de segurança são usadas para abastecer frotas de ônibus e ambulâncias, mas postos de gasolina continuavam, em sua maioria, sem combustível para a população” (Uol, 2018).

7º dia: Esse dia foi marcado por uma reunião na Casa Civil entre a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) e representantes do Governo. A reunião levou a um acordo, uma vez que a Associação aceitou os termos propostos e entendeu que vários pontos de suas reivindicações haviam sido atendidos. A Associação pediu, através de nota publicada no site, que os caminhoneiros voltassem ao trabalho, mas as paralisações ainda continuaram pelo país (Uol, 2018).

8º dia: Nesse momento, havia forte desabastecimento de combustíveis no país, e se intensificou o uso de escolta armada e decisões judiciais para garantir o abastecimento, mesmo que parcial, em diversos pontos do país. As obstruções por parte dos caminhoneiros ainda continuavam, como era o caso da Refinaria de Duque de Caixas (Reduc), na qual manifestantes ainda impediam a saída de caminhões-tanques, o que afetava o abastecimento de estados como o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia.

O Governo Federal buscou tomar medidas no sentido de acabar com as obstruções, que continuavam mesmo depois de acordos firmados com associações e sindicatos de caminhoneiros (Uol, 2018). Segundo o presidente do Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes no Estado do Rio Grande do Sul (Sulpetro), João Carlos Dal'Aqua, esse impacto no desabastecimento de combustíveis no país, em um espaço de tempo tão curto, se deu pela mudança na estratégia do movimento grevista, que focou suas ações também nas portas dos pontos de saída de combustíveis, como é o caso das refinarias, o que estrangulou a distribuição, sendo que antes as ações eram concentradas nas estradas (Rollsing, 2018).

9º dia: De acordo com os levantamentos da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o país ainda registrava 616 pontos de concentração de motoristas nas estradas, o que representava mais pontos que no dia anterior, quando o número levantado era 556. No entanto, ainda segundo a PRF, em apenas três desses pontos havia bloqueios, e o número



de caminhões parados era menor nesses pontos, o que significava que a greve vinha dando sinais de que estava perdendo força. Vale ressaltar que o abastecimento também começou a se normalizar em postos de combustível e aeroportos (Uol, 2018).

10º dia: Nesse momento, devido às ações das Forças Armadas e a da PRF, praticamente todos os pontos de concentração de caminhoneiros já tinham se encerrado, e o movimento já se encaminhava para o fim. No entanto, ainda havia problemas de abastecimento relatados em diversos pontos do país, principalmente em postos de combustíveis, que registravam muitas filas e incertezas quanto à duração dos estoques. Vale ressaltar que nesse mesmo dia foi anunciada uma greve de 72 horas por parte dos trabalhadores do setor petrolífero, contra a nova política de preços da Petrobrás, o que ajudou a aumentar as instabilidades sobre o abastecimento de combustíveis no país (Uol, 2018).

Oficialmente, o décimo dia da paralisação, que ocorreu no dia 30 de maio, encerrou a Greve dos Caminhoneiros de 2018, pois a situação já se encontrava normalizada, e apenas um grupo de caminhoneiros ainda se mantinha mobilizado no porto de Santos na manhã do dia 31 de maio (Istoé, 2018). No entanto, no mesmo dia, esses caminhoneiros decidiram pelo fim da paralisação, e o movimento chegou ao fim (G1, 2018).

Após o fim da greve, podemos entender que a paralisação de 2018 buscou atacar os principais elementos responsáveis pelo aumento dos custos dos serviços e que dificultavam a realização de fretes no país. Segundo a Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA), esses problemas se concentram em três questões principais: os tributos sobre o óleo diesel; os preços praticados na Petrobrás; e os pagamentos de pedágios, principalmente no que toca à cobrança sobre o eixo levantado (GZH, 2018).

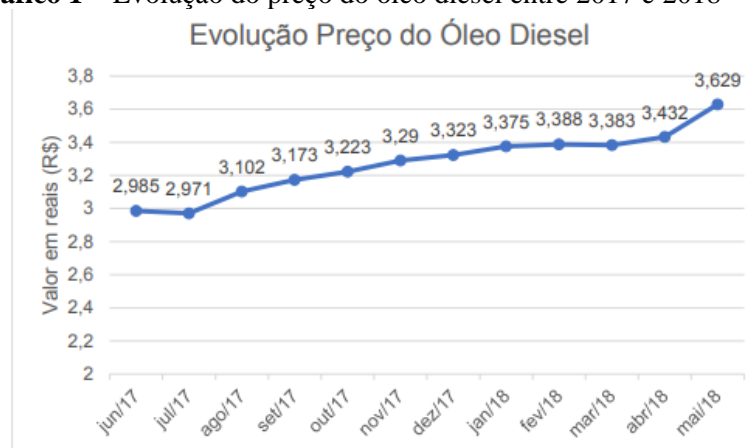
Para tentar minimizar o primeiro ponto, a Câmara dos Deputados aprovou, ainda em meio à greve, no dia 23 de maio, um projeto que eliminou a cobrança de PIS/COFINS sobre o diesel até o fim de 2018. Para o segundo ponto, a solução se mostrava mais complexa, pois a ação da Petrobrás de alinhar seus preços com àqueles praticados no mercado externo ganhava elogios pelos investidores, e alterações nessa política poderiam ser vistas como ingerência por parte do Governo Federal (GZH, 2018). A fim de tentar apaziguar os ânimos, mesmo frente à oposição dos acionistas, a Petrobrás anunciou a redução temporária de seus preços em 10% por 15 dias, deixando claro que não haveria mudanças na política de preços, sendo apenas uma ação pontual (Satriano, 2018).



Em relação ao terceiro ponto indicado pela CNTA, de acordo com o Diário do Transporte, o então presidente Michel Temer publicou uma lei em agosto de 2018, que dava direito à isenção na cobrança de pedágios sobre eixos suspensos de veículos de transporte de cargas que circulassem vazios nas rodovias federais, estaduais, municipais e distritais (Bazani, 2018).

Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que realiza pesquisa mensal em postos em todo território brasileiro, o preço médio desse combustível na ponta passou de R\$ 2,985 em junho de 2017, para R\$ 3,629 em maio de 2018, justamente o mês em que ocorreu a greve, obtendo-se valorização de 21,57% no período de 1 ano, como podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Evolução do preço do óleo diesel entre 2017 e 2018



Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em um contexto de greve, o Governo Federal se viu obrigado a tomar iniciativas exigidas pelos caminhoneiros, uma vez que a dependência do país ao modal rodoviário é muito grande, como frisamos anteriormente. Desta forma, uma tabela de fretes com valores mínimos a serem pagos pelo transporte dos variados tipos de cargas por quilômetro foi criada pela ANTT, ainda durante a greve de 2018, a fim de atender a parte das reivindicações dos caminhoneiros (Mazui; Castilhos, Matoso, 2018). A seguir, temos a tabela de fretes para Carga Geral, disponibilizada pela agência:

Tabela 01 - Tabela de fretes para Carga Geral



Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Geral		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	R\$ 2,10
101	200	R\$ 1,28
201	300	R\$ 1,11
301	400	R\$ 1,04
401	500	R\$ 1,00
501	600	R\$ 0,98
601	700	R\$ 0,96
701	800	R\$ 0,95
801	900	R\$ 0,94
901	1.000	R\$ 0,93
1.001	1.100	R\$ 0,92
1.101	1.200	R\$ 0,92
1.201	1.300	R\$ 0,91
1.301	1.400	R\$ 0,91
1.401	1.500	R\$ 0,91
1.501	1.600	R\$ 0,90
1.601	1.700	R\$ 0,90
1.701	1.800	R\$ 0,90
1.801	1.900	R\$ 0,90
1.901	2.000	R\$ 0,89
2.001	2.100	R\$ 0,89
2.101	2.200	R\$ 0,89
2.201	2.300	R\$ 0,89
2.301	2.400	R\$ 0,89
2.401	2.500	R\$ 0,89
2.501	2.600	R\$ 0,89
2.601	2.700	R\$ 0,89
2.701	2.800	R\$ 0,89
2.801	2.900	R\$ 0,88
2.901	3.000	R\$ 0,88

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 3 (três) eixos.

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Vale ressaltar que os tipos de carga foram divididos por categorias, pela ANTT, sendo que ainda foram formuladas tabelas de frete específicas para Carga Granel, Carga Neogranel, Carga Frigorificada e Carga Perigosa²²⁰.

Sendo assim, podemos concluir que a greve dos caminhoneiros do ano de 2018 teve um impacto muito grande no que tange à atividade econômica brasileira, uma vez que, além de ser um movimento de grande abrangência, afetou a cadeia de abastecimento de combustíveis do país, o que desencadeou problemas de transporte e logísticos de

²²⁰ As tabelas com os valores para cada tipo de carga podem ser conferidas em: MAZUI, Guilherme; CASTILHOS, Roniara; MATOSO, Filipe. ANTT define tabela com preços mínimos dos fretes; veja valores. *GI*, 30 de maio de 2018.

grande impacto na economia, como nos mostra o levantamento realizado pela Revista Veja:

Os dez dias da greve dos caminhoneiros em 2018, entre o fim de maio e começo de junho, tiveram efeito dominó na atividade econômica do país. A inflação, que estava baixa pela lentidão das atividades econômicas, teve um pico logo após as manifestações, passando de 0,4% para 1,26% em junho, e um efeito de cerca de 1 ponto no crescimento do país. As condições econômicas na época eram bem melhores que hoje, em que há uma nova paralisação em curso. Antes da greve de 2018, a inflação acumulada em 12 meses era de 2,85% e encerrou o ano em 3,75% (Quintino, 2021).

No entanto, apesar dos caminhoneiros terem atingido parte dos seus objetivos, como pudemos observar através das ações do Governo no sentido de atender algumas de suas demandas, tais como a redução de impostos sobre os combustíveis e o tabelamento de fretes, a verdade é que as tensões não chegaram ao fim com essas medidas, e as insatisfações da categoria ainda permanecem latentes até os dias atuais, tanto que em 2021 houve novas manifestações por parte de caminhoneiros e indicativos de que uma nova greve poderia ocorrer, tanto que o Governo Federal obteve liminares contra o movimento, antes de ele ser deflagrado (Cotrim; Duarte, 2021).

Apesar do movimento não ter ganhado maiores proporções, serviu como indicativo de que as ações no sentido de atender aos interesses da categoria ainda foram insuficientes, e que os descontentamentos em relação às políticas públicas relacionadas ao transporte rodoviário permanecem.

Data de Submissão: 25/03/2023

Data de Aceite: 24/08/2023

Referências

BARRETO, Roberto Carlos Pessanha; RIBEIRO, Antonio José Marinho. Logística no Brasil: uma análise do panorama dos modais rodoviários e ferroviários no cenário nacional demonstrando as vantagens e desvantagens das referidas modalidades. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 5, n. 3, p. 145-176, maio/jun., 2020.

COSTA, Renato Gama-Rosa. Do discurso ao plano: o automóvel na cidade do rio de janeiro (1900-1946). **Revista Tessituras**, n. 5, jul. 2013.

FONSECA, Marcelo Nogueira. **Modal Rodoviário sob uma abordagem logística no Brasil**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.



PISTORI, Gerson Lacerda. Direito de greve: origens históricas e sua repercussão no Brasil. **Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Ematra XV**, v.1, n. 2, mar./abr. 2005.

REIS FILHO, Paulo Afonso Ribas dos. **O contexto econômico que motivou a greve dos caminhoneiros em maio/2018**. 2020. Monografia (Curso de Ciências Econômicas) – Universidade Regional do Noroeste, Rio Grande do Sul, 2020.

REIS, Cristiano Rosso dos. **Análise de viabilidade do transporte marítimo de cabotagem na comercialização de arroz da região sul para o nordeste brasileiro**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

ROCHA, Arléto Pereira. **Os Caminhos de Peabiru: História e memória**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SANTOS, Pedro Paulo Castro dos. **Infraestrutura de transporte como estratégia para o desenvolvimento econômico e social regional: uma análise no contexto do modal rodoviário**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

Notícias

AGÊNCIA TRANSPORTA BRASIL. Autônomos têm caminhão duas vezes mais velho que empresas no Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.transportabrasil.com.br/2020/08/autonomos-tem-caminhao-duas-vezes-mais-velhos-que-empresas-no-brasil/>. Acesso em: 15 maio 2022.

BATISTA, Liz; LEITE, Edmundo. Greve dos caminhoneiros já é a maior da história. O Estado de S. Paulo. 28 de maio de 2018. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,greve-dos-caminhoneiros-ja-e-a-maior-da-historia,70002328234,0.htm>. Acesso em: 15 maio 2022.

BAZANI, Adamo. Temer publica lei que dá isenção de pedágio para eixos suspensos de caminhões vazios. Diário do Transporte, 27 de agosto de 2018. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2018/08/27/temer-publica-lei-que-da-isencao-de-pedagio-para-eixos-suspensos-de-caminhoes-vazios/#:~:text=O%20Governo%20Federal%20publicou%20hoje,%2C%20estaduais%2C%20distritais%20e%20municipais>. Acesso em: 15 maio 2022.

CAMINHONEIROS decidem pelo fim da greve no porto de Santos, SP. G1, 31 de maio de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/caminhoneiros-decidem-pelo-fim-da-greve-no-porto-de-santos-sp.ghtml>. Acesso em 15/05/2022.

CAMINHONEIROS gaúchos fazem acordo de fretes. O Estado de S. Paulo, 22 de maio de 1981. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19810522-32573-nac-0028-999-28-not/busca/Caminhoneiros+greve>. Acesso em: 15 maio 2022.

CAMINHONEIROS prometem "greve silenciosa". Folha Online, 28 de maio de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u542454.shtml>. Acesso em: 15 maio 2022.



CONCENTRADO no porto de Santos, grupo de caminhoneiros não aceita fim da greve. Istoé, 31 de maio de 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/concentrado-no-porto-de-santos-grupo-de-caminhoneiros-nao-aceita-fim-da-greve/>. Acesso em: 15 maio 2022.

COTRIM, Cícero; DUARTE, Isadora. Governo federal obtém liminar contra greve dos caminhoneiros em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. GZH, 30 de outubro de 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2021/10/governo-federal-obtem-liminar-contragreve-dos-caminhoneiros-em-santa-catarina-parana-e-rio-grande-do-sul-ckve6xbih004501irbpmv2ghf.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

DESDE os anos 50, paralisação já registrou mortes e motivou lei. Acervo Folha, 24 de Maio de 2018. Disponível em: <https://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2018/05/24/desde-os-anos-50-paralisacao-de-caminhoes-ja-teve-mortes-e-motivou-lei/>. Acesso em: 15 maio 2022.

GIMENEZ, Aurélio. Líder caminhoneiro mantém a greve. Folha de São Paulo, 02 de maio de 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0205200003.htm>. Acesso em: 15 maio 2022.

GREVE de caminhoneiros causa transtornos em estradas. G1, 25 de julho de 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/07/greve-de-caminhoneiros-causa-transtornos-em-estradas.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

GREVE dos caminhoneiros chega ao fim após uma semana de transtornos. Estado de Minas, 21 de julho de 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/07/31/internas_economia,309257/greve-dos-caminhoneiros-chega-ao-fim-apos-uma-semana-de-transtornos.shtml. Acesso em: 15 maio 2022.

GREVE dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. UOL, 30 maio de 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/05/30/greve-dos-caminhoneiros-a-cronologia-dos-10-dias-que-pararam-o-brasil.htm>. Acesso em: 15 maio 2022.

MAZUI, Guilherme; CASTILHOS, Roniara; MATOSO, Filipe. ANTT define tabela com preços mínimos dos fretes; veja valores. G1, 30 de maio de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/antt-define-tabela-com-precos-minimos-dos-fretes.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2022.

MORENO, Ana Carolina; TENENTE, Luiza; REGADAS, Tatiana; FAJARDO; Vanessa. Greve dos caminhoneiros: diferenças e semelhanças do protesto de 2018 com os de 2013 e 2015. G1, 29 de maio de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/greve-dos-caminhoneiros-diferencas-e-semelhancas-do-protesto-de-2018-com-os-de-2013-e-2015.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2022.

PEREIRA, Maria Luiza. Falta de comida e combustível: relembre outras greves de caminhoneiros. UOL, 31 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/10/31/greve-dos-caminhoneiros-relembre-paralisacoes-anteriores.htm>. Acesso em: 15 maio 2022.



QUAIS as reivindicações dos caminhoneiros: mobilização força o governo federal a encontrar soluções para normalizar a situação do transporte de cargas. GZH, 24 de maio de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/economia/noticia/2018/05/quais-as-reivindicacoes-dos-caminhoneiros-10354303.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

QUINTINO, Larissa. Em 2018, inflação estava baixa e teve pico após greve dos caminhoneiros. Revista Veja, 9 de setembro de 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/em-2018-inflacao-estava-baixa-e-teve-pico-apos-greve-dos-caminhoneiros/#:~:text=A%20infla%C3%A7%C3%A3o%2C%20que%20estava%20baixa,uma%20nova%20paralisa%C3%A7%C3%A3o%20em%20curso>. Acesso em: 15 maio 2022.

ROLLSING, Carlos. Greves dos caminhoneiros: relembre as paralisações de 1999, 2000 e 2015 no Brasil. GZH, 25 de maio de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/05/greves-dos-caminhoneiros-relembre-as-paralisacoes-de-1999-2000-e-2015-no-brasil-cjhm7pn7p0bcp01qobv80g44h.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

SATRIANO, Nicolás. Petrobrás anunciou a redução temporária de seus preços em 10% por 15 dias. G1, 23 de maio de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/petrobras-anuncia-reducao-de-10-no-diesel.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2022.

VILLELA, Gustavo. Greves de caminhoneiros fecharam rodovias em 1959 e durante a ditadura. O Globo, 25 de Fevereiro de 2015. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/greves-de-caminhoneiros-fecharam-rodovias-em-1959-durante-ditadura-15435645>. Acesso em: 15 maio 2022.

A BUSCA POR MORADIA EM OCUPAÇÕES DE TERRA NA CIDADE DE PARINTINS EM 2016: UMA ETNOGRAFIA

THE SEARCH FOR HOUSING IN LAND OCCUPATIONS IN THE CITY OF PARINTINS IN 2016: AN ETHNOGRAPHY



IANNA PAULA BATISTA GONÇALVES²²¹

Resumo

Este artigo é fruto de uma pesquisa etnográfica em duas ocupações de terra na cidade de Parintins/AM, Castanhal e Pascoal Alágio, com o objetivo de apresentar algumas observações e narrativas sobre a busca por moradia nas ocupações surgidas no ano de 2016. As observações aqui apresentadas, foram mediante a efetiva participação das mulheres em tais mobilizações a partir de suas experiências com o problema de moradia, pois o aluguel, a coabitação familiar e a ordens de despejo marcaram suas vivências. As narrativas das interlocutoras evidenciaram que a dificuldade de acesso à moradia é uma realidade que afeta principalmente as mulheres, especialmente mulheres negras, mães e periféricas.

Palavras-chave: Ocupações de terra; movimentos de moradia; mulheres.

Abstract

This article is the result of ethnographic research in two land occupations in the city of Parintins/Amazonas, Castanhal and Pascoal Alágio, with the aim of presenting some observations and narratives about the search for housing in the occupations that emerged in the year 2016. The observations included here were based on the active participation of women in these mobilizations, drawing from their experiences with housing issues, as renting, family cohabitation, and eviction orders marked their lives. The narratives of the interlocutors revealed that the difficulty of accessing housing is a reality that primarily affects women, especially Black women, mothers, and those from marginalized communities.

Keywords: Land occupations; housing movements; women.

Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever e documentar as vivências e experiências de mulheres que buscaram por moradia em duas ocupações de terra na cidade de

²²¹ Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas. E-mail: iannapaulagoncalves@gmail.com.



Parintins²²² no ano de 2016. Através das narrativas de Maísa, Mônica, Daniele Froiz e Dona Gisele, que nos contam as motivações que as levaram a ocupar e o processo de permanência e de resistência pela luta por moradia. Vivências potentes que também conjecturam que tais lutas de moradia na cidade também podem ser visualizadas como protestos e reivindicações sobre os projetos de habitações populares de nível federal e municipal não finalizados e que ainda hoje se encontram abandonados. Neste trabalho, ocupar é entendido como um ato político, como a forma extrema de pressão para chamar a atenção dos graves problemas vivenciados pela falta de moradia (Schwade, 1995).

Trata-se de um fragmento da minha dissertação de mestrado, resultado de uma pesquisa etnográfica em duas ocupações de moradia em área urbana, a Ocupação do Pascoal Alágio e a Ocupação do Castanhal na cidade de Parintins, no estado do Amazonas, que teve como objetivo identificar o processo de construção de lideranças femininas a partir de suas vivências e experiências nas ocupações de terra que lutam pelo direito à moradia.

As ocupações de terra como movimento de luta por moradia na cidade de Parintins: heranças e rupturas

Ocupar tem sido uma das formas de acesso à moradia na cidade de Parintins, tal prática é identificada desde as décadas de 1990 e 2000 com a formação de quatro ocupações urbanas que posteriormente deram origem aos bairros Itaúna I, Itaúna II, Paulo Corrêa e Bairro da União. A pesquisadora Lucineli Menezes, em sua dissertação “Ocupação, conflitos e conquistas: a luta pelo direito à terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/Parintins-Amazonas” (2017), descreveu o processo de disputa pelas terras da fazenda Itaúna e a formação do bairro Itaúna I, a partir da organização política de um grupo de pessoas que atuaram na defesa do direito à moradia.

A ocupação da fazenda Itaúna, na década de 1990, foi a primeira ocupação urbana organizada que se sucedeu para a formação do bairro Itaúna I, Itaúna II e Paulo Corrêa. Menezes (2017) afirma que a ideia de organizar um grupo de pessoas para reivindicar um pedaço de terra para morar foi de Dona Maria Santarém, apoiada por Maria do Desterro, a partir de conversas com outras pessoas. Essa ideia foi sendo aceita e ganhando adeptos para fazer uma “invasão”, chamando as pessoas que moravam no fundo do quintal de parentes e aquelas que pagavam aluguel, para entrarem na luta.

²²² A cidade de Parintins está localizada no Estado do Amazonas, a 369 km da capital Manaus. Com população estimada de 96.372 mil pessoas, segundo dados do IBGE (2022).



Segundo Menezes (2017), a maioria dos participantes eram mulheres que enfrentavam os seus esposos, pois estes não aceitavam e acreditavam que a ocupação daria em nada. As mulheres constituíram um movimento organizado, com reuniões e comissões, utilizaram as rádios e pessoas que tinham visibilidade, criticando os políticos que faziam promessas de entrega da casa própria e não cumpriam.

Desta forma, o movimento começou com uma organização que reivindicava moradia, levando primeiramente ao legislativo o problema da falta de habitação. Sem respostas, o grupo procurou terras que tivessem o tamanho suficiente para o número de famílias que tinham aderido ao movimento. A área escolhida foi a fazenda Itaúna, um enorme latifúndio de propriedade de um empresário paraense, segundo a autora, a ocupação teve início em janeiro 1992. Após a ocupação, o então proprietário entrou na justiça com um pedido de reintegração de posse, que foi atendido e ordenou a retirada dos ocupantes da área.

A população fez manifestações e após muitas reivindicações e defesa pela permanência das famílias na área ocupada, o então prefeito negociou com o proprietário 1.200 lotes de terra, apenas em uma parte da área ocupada, originando o bairro Itaúna I. A presença da igreja católica foi muito importante para o movimento, explica a autora, pois “a Igreja Católica foi uma das primeiras instituições a envolver-se no movimento, primeiramente prestando assistência básica, arrecadando roupas, cobertores, alimentos e remédios” (Menezes, 2017, p. 73).

Para as áreas que não foram cedidas, a justiça determinou que os ocupantes se retirassem, e no dia final do prazo, a força policial entrou na ocupação para executar a ordem de despejo, derrubando os barracos e ateando fogo. Em 1995 houve uma segunda ocupação nas terras da fazenda Itaúna, resultando no bairro Itaúna II. Diferente da primeira ocupação, esta não teve uma organização formada, em decorrência disso, Marinho e Schor (2009) afirmam que houve uma grande especulação por meio de promotores fundiários que adquiriram vários terrenos gratuitamente para vender em seguida.

A presença de migrantes vindos das áreas rurais, como de outras cidades, intensificou ainda mais o processo de ocupação dessa área. Dois anos depois, houve a terceira ocupação, ainda nas terras da fazenda Itaúna, originando o bairro Paulo Corrêa, com o nome em homenagem ao Sr. Paulo Corrêa, então proprietário da fazenda Itaúna.

A sequência de três ocupações modificou visivelmente o panorama urbano da cidade de Parintins (Menezes, 2017). Nos seus primeiros anos, os bairros sofriam com a



falta de infraestruturas básicas, no entanto, foi a partir dos anos 2000 que os programas de intervenção Estatal, modificaram essa realidade como instalação de água encanada, luz elétrica, asfaltamento das ruas e criação de postos de saúde e escolas (Marinho; Schor, 2009).

Os problemas sociais decorrentes do crescimento urbano,²²³ atingiram principalmente as pessoas que se encontravam nessas regiões, que, “apesar do melhoramento desses serviços, que afetam diretamente na qualidade de vida dos moradores, ainda existe uma grande população em graves condições de pobreza” (Marinho; Schor, 2009, p. 85).

No ano de 2009 ocorreu a quarta ocupação na propriedade da fazenda Itaúna, nascendo o bairro União. A partir das ocupações da fazenda Itaúna, alguns proprietários, temendo que novas ocupações acontecessem em suas propriedades, trataram de lotear suas terras para vender, formando novos bairros. Desta forma, a partir da década de 1990 aos anos 2000, a cidade se expandiu em decorrência da criação dos novos bairros.

Observando a expansão da cidade a partir dos bairros frutos de ocupações, verifica-se que tais bairros se tornaram exemplos para as ocupações que se sucederam, visualizando através das trajetórias e das experiências daqueles que lideraram tais ocupações, até a consolidação como bairros. Assim, as experiências construídas no passado são consideradas como lutas de referências, tal como descritas por Fernandes (2001), para as lideranças dentro dos movimentos de moradia atuais.

Despejos, aluguéis e coabitação

As experiências de Maísa, Mônica, Daniele Froiz e Dona Gisele, antes de adentrarem nas ocupações, são marcadas pela moradia de aluguel, despejos e pela coabitação. As vivências das interlocutoras são marcadas pela dificuldade de acesso à moradia, uma realidade que afeta muitas mulheres no Brasil.

Maísa, antes de entrar na ocupação do Castanhal, morava com seu marido, João Paulo, e suas duas filhas na casa de sua mãe. Antes de morar com sua mãe, morou de aluguel. Ocorre que a situação financeira da família era delicada, o aluguel para Maísa deixou de ser viável quando o valor comprometeu a renda da família, assim, sua opção foi o retorno para a casa da mãe. O retorno para a casa de parentes mais próximos, como

²²³ O contingente populacional da cidade de Parintins até a década de 2000 era de 69.890 habitantes, segundo dados do IBGE.



mãe, avós, é comum entre famílias de classe populares, convivendo com até mais de duas famílias.

A trajetória de Mônica e sua família também é atravessada pelos problemas de coabitação, pois moravam na casa de seu sogro antes de entrarem para a ocupação. Mônica me disse que o casal jovem não tem condições de comprar uma casa, nessa época, ela tinha 21 anos e já havia morado três anos na casa do sogro, sendo que a situação de coabitação com mais de duas famílias a impulsionou, apoiada pelo seu marido, a buscar a ocupação como possibilidade para obter uma casa própria.

A história de Daniele também segue o mesmo contexto das demais interlocutoras. Antes de buscar pela ocupação do Pascoal Alágio, Daniele morou na casa do patrão do seu companheiro, que foi cedida para morarem enquanto estavam em Manaus. Antes de morarem nesta casa, eles moravam de aluguel, mas sua família foi despejada da casa.

A vida de dona Gisele também é marcada pelas dificuldades em relação à moradia, pois saiu da cidade de Manaus onde morava em casa alugada com seu marido e seus filhos, apesar de ter sido beneficiada com um apartamento do programa Viver Melhor. Dona Gisele contou que não conseguia pagar o preço das parcelas, o que a fez retornar para Parintins, a fim de buscar um terreno para morar na ocupação do Pascoal Alágio. A busca pela ocupação de moradia significou às interlocutoras ter a possibilidade de obter uma casa, sair do aluguel e ter um lugarzinho para viver, conforme relatou dona Gisele.

Segundo o Instituto João Pinheiro (2021)²²⁴, 60% do déficit habitacional do Brasil é prevalente aos domicílios onde a mulher é a pessoa de referência, ou seja, em números, as mulheres são as que mais comprometem sua renda com o pagamento do aluguel, são as que mais vivem em habitações precárias e as que mais estão em situação de coabitação.

A busca pela ocupação como possibilidade de moradia evidencia as desigualdades referentes ao acesso à moradia para as mulheres. Os dados do IBGE (2015), do IPEA (2017) e do Instituto João Pinheiro (2021) demonstram que as mulheres, principalmente as

²²⁴ A Fundação João Pinheiro, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua PnadC - pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentou análises dos dados sobre o déficit habitacional do ano de 2019 no Brasil. Tal levantamento é avaliado a partir de três elementos, o ônus excessivo com o aluguel urbano, habitação precária e coabitação. Em 2019, o déficit habitacional estimado para o Brasil foi de 5, 876 milhões de domicílios (FJP, 2021). O alto custo do aluguel urbano do Brasil compromete, segundo dados da Fundação João Pinheiro (2021), 30% do salário dos domicílios cuja renda é inferior a três salários-mínimos, o que representa 51,7 % do total do déficit do país. A habitação precária corresponde a 25,2% do déficit habitacional e, por último, a coabitação que representa 23, 1 % do déficit habitacional.



negras, indígenas e chefes de família, são as mais expostas ao problema de falta de habitação.

A busca por moradia nas ocupações de terra

Quando surge uma ocupação de moradia, a cidade se movimenta, os populares se aproximam, sob a luz dos burburinhos que qualificam a ação como “invasão”, como um ato de vandalismo de desocupados e aproveitadores. As emissoras de rádios locais denunciam a ação, disseminando a notícia para toda a cidade e para as comunidades e cidades vizinhas até onde a frequência do rádio chega, fazendo com que muitas famílias de outras cidades e comunidades próximas se desloquem para também conseguirem um terreno para ocupar.

Mas antes de se tornar uma notícia midiática, o pequeno grupo que iniciou a ocupação estende a notícia para seus parentes, vizinhos e conhecidos próximos. As redes de relações nesse momento são acionadas para atender àqueles mais próximos que necessitam de uma terra para morar, foi assim que Maísa soube da ocupação, através de uma ligação de um primo que estava na área, avisou que ela deveria ir até lá, pois já havia um terreno vago. Maísa, então, se dirigiu para o local com seu marido e seus filhos, na expectativa de também conseguirem um terreno, como Maísa relatou:

Eu soube por um primo meu, que já tinha ocupado um espaço lá, né, como eu morava com a minha mãe no tempo, ele disse “mana, lá do lado onde eu ocupei tem um terreno vago. Ainda construimos uma casinha lá, ficamos uma questão de um mês ainda lá (Maísa, 2020).

Essa rede de relações se torna importante para que a notícia se espalhe e se propague com mais rapidez, antes dos meios de comunicação e, em poucas horas, a ocupação está repleta de famílias. A primeira ocupação foi feita em um terreno atrás de uma Unidade Básica de Saúde no bairro da União, o que para ela foi o pontapé para iniciar outras ocupações.

Assim como Maísa, Mônica, também influenciada pela irmã, foi para a área que estava sendo ocupada para conseguir um terreno. Dentro dessa primeira ocupação, Mônica e Maísa ficaram pouco menos de um mês. O terreno era pequeno, pouco menos de 30 famílias estavam ali, mas já havia uma movimentação para que outro lugar fosse ocupado, pois ainda havia muitas famílias que não tinham conseguido um terreno. Como contou Maísa:

Em 2016, a ocupação começou lá atrás do posto Tussolini, sem liderança, sem nada, feita pelos próprios moradores, foi quando um total de moradores se reuniu e lembrou que tinha a parte de trás que fazia parte da prefeitura, os moradores decidiram invadir (Maísa, 2020).



Maísa utiliza os termos “ocupação” e “invasão” nas narrativas acima. Na semântica dos termos utilizados em sua fala, percebo que há uma alteração do termo quando se refere ao passado, considerando invasão quando a ocupação ainda não é vista como uma organização política. Essa primeira ocupação se localizava no final do bairro da União e bem próximo dali, a menos de 300 metros, havia uma grande área de mata pertencente à prefeitura, que se estendia até uma área de preservação ambiental de castanheiras (*bertholletia excelsa*).

A procura por outras terras com potencial para uma ocupação que abrigue mais famílias é uma estratégia de espacialização, tal como descrito por Fernandes (2001), em seu estudo sobre ocupação de terra como forma de acesso à moradia. Segundo o autor, a espacialização é um espaço ocupado de forma permanente ou provisória, que nasce da própria necessidade de habitação, é nesse processo que a espacialização de outras áreas é visada para o objetivo de assentar todas as famílias (Fernandes, 2001).

Desse modo, a ocupação da parte de trás do posto foi provisória e provocou debates sobre outras áreas que tinham potencial para serem ocupadas, como uma área da prefeitura. Para eles, isso se tornaria mais fácil para conseguir a terra em definitivo. Maísa soube que a área da prefeitura já tinha sido ocupada, ela e sua irmã foram para a nova ocupação, foi a oportunidade de Maísa e Mônica saírem da ocupação localizada atrás do posto, pois Maísa já visualizava que aquela ocupação logo seria interferida pela polícia.

A ocupação que se formava na área da prefeitura atraiu muitas famílias que queriam conseguir um terreno. Mônica me contou que antes da ocupação na área da prefeitura havia uma placa envelhecida com o tempo que indicava que aquela área estava destinada a um projeto da prefeitura. Entretanto, o projeto nunca saiu do papel, e assim, iniciou a ocupação do Castanhal.

Aqui era só mato: a ocupação do Castanhal

A área da prefeitura era um local que tinha sido destinado a um projeto que, como Mônica disse, nunca saiu do papel, era um terreno baldio tomado pela mata usado como lixeira viciada pelos moradores próximos. Quando entrevistei Maísa e Mônica, as duas me relataram a grande dificuldade de se estabelecer dentro da ocupação do Castanhal nos primeiros dias.



Aqui na área era só um mato, os primeiros dias foram bem ruins, na frente da ocupação era só lixo, porque se tornou uma lixeira viciada, a noite dava bastante mosquito, a gente tinha que buscar água lá na Igreja da sagrada família, tinha só uma torneirinha, tinha que enfrentar uma fila enorme, ela tinha que fornecer água para todas as famílias da ocupação (Maísa, 2020).

Quando entraram na ocupação, o trabalho a ser feito era limpar o seu pedaço de terra, fazer a capina do terreno e a coivara, atividade de queima do mato para depois tirar os restos dos troncos das árvores. Esse é um dos primeiros trabalhos desenvolvido dentro da ocupação, limpar os seus terrenos para dar início ao barraco de lona improvisado. Maísa lembrou sua casa no início da ocupação, e afirmou que na atualidade as coisas estavam melhores, *“a barraquinha era de madeira tirada da mata, por exemplo, os esteios era do mato mesmo, o teto era forrado por plástico, palha, a parede era de sacola, pvc, tnt, tudo se aproveitava”* (Maísa, 2020).

Construir logo o barraco foi uma estratégia de se estabelecer na ocupação de forma improvisada, assim, o pequeno barraco determinava que ali havia uma casa. Desta forma, percebi que é no início da busca por um terreno para a construção de um barraco de lona que se constrói o sentido de luta pela moradia. Como disse Maísa, seu barraco era feito de madeiras e palha retiradas da mata próxima e materiais industrializados, como plásticos variados e lona acessíveis para uso, como podemos observar nas fotos abaixo:

Imagem 1 - Barracos cobertos de palha



Fonte: ConCidade, 2020.

Imagem 2 - Barracos cobertos de palha e telhas



Fonte: ConCidade, 2020.

Nas imagens 1 e 2 observamos os barracos cobertos de palha, outros de telhas reutilizadas, também é possível observar que um dos barracos tem um sofá que, suponho, tenha sido utilizado também como cama. Desta forma, os barracos vão dando sentido ao espaço de moradia. Entre conversas informais que tive com os moradores, ouvi a expressão “ter um pedaço de terra para morar e para morrer”, fazendo uma observação que o ser humano, até após a morte, precisa de um pedaço de terra para ser enterrado. Com isso, podemos presumir a importância da terra para aqueles moradores, para além da moradia, como um lugar onde poderiam viver até a velhice e até a morte.

Voltando à organização do espaço da ocupação, no primeiro momento foi feita a demarcação dos terrenos e sua divisão por cada família de ocupante, de forma justa em termos de dimensões. Na frente de cada terreno foi colocada uma placa com o nome do dono e passaram a cuidar e vigiar o local. Mônica contou que passava o dia na ocupação com seu filho para fazer o trabalho de limpeza do terreno.

Vinha de manhã cedo, passava o dia aqui, dá o jeito de arrumar uma barraquinha de lona, colocava 4 paus, esticava a lona, passava o dia inteiro, olhando e limpando pra não entrar ninguém. Vinha eu e o bebê, o Pietro (Mônica, 2020).

Percebi que a tarefa de limpeza, capina e permanência dentro do terreno, para que não fosse ocupado por outra pessoa, recaiu sobre as mulheres, tanto Mônica e Maísa tinham que passar o dia dentro da ocupação para garantir o terreno, enquanto seus maridos saíam para trabalhar. Permanecer dentro do terreno durante os dias no primeiro mês também era uma estratégia de fazer a ocupação ir para frente.

Mônica e Maísa tinham a casa da mãe no bairro próximo da ocupação, o que facilitava na sua rotina, pois faziam comida em sua residência e retornavam para a



ocupação. Ter uma rede de apoio nesse momento foi fundamental para a permanência das mulheres na ocupação.

O dia a dia nesse início de ocupação foi difícil, sem água e sem luz, o que fazia com que elas não se estabelecessem em definitivo na área. O retorno para a casa da mãe no final da tarde, depois de um dia dentro da ocupação, no caso de Maísa e Mônica, foi necessário para o descanso e para retornar na manhã seguinte. Algumas famílias, entretanto, já viviam dentro da ocupação, mesmo sem energia e luz, pois haviam se deslocado dos interiores próximos e não tinham parentes na cidade.

Ainda nos primeiros meses da ocupação do Castanhal, em 2016, houve um pedido de reintegração de posse. Na época, Maísa contou que já havia uma liderança dentro da ocupação, no entanto, não se tinha comprometimento com a ocupação, até que o primeiro pedido de reintegração de posse veio. Maísa contou que naquele dia houve uma grande mobilização feita pelas mulheres para barrar a entrada violenta da polícia na ocupação, como relatou:

O primeiro pedido de reintegração de posse foi parado pelas mulheradas, o tal líder sumiu no dia, ele só veio para assinar o documento, ligaram pra ele que só iria sair a tropa depois de ele assinar, e foi aí que apareceu. A gente reuniu todas as mulheres no campo, desde a noite passada que a gente já sabia da reintegração de posse, uma defensora pública que ligou avisando que a reintegração de posse viria no outro dia. A gente fez cartaz, fez planejamento, fizemos barricada de pneu justamente pra barrar a entrada, protestamos, fizemos tudo isso nesse dia, fizemos uma corrente de mulheres, tinha mulher grávida, tinha mulher com filho no colo, tinha mulher solteira, mulher que não era mulher, que se vestia de mulher. Tinha todos os tipos de mulheres, uma representação de mulher, porque se fosse só os homens a violência ia ser maior, né, e sendo mulher não, como a tropa (polícia) era só de homens e tinha só duas mulheres, assim não ia ter uma violência a mais que era o que estava proposto no dia, se a gente não saísse, eles iam fazer na violência, aí o que a gente fez, então vamos a mulherada pra frente faz a corrente, cobriu toda essa ocupação desde a igreja até aqui, pra não entrar (Maísa, 2020).

Na hora que a gente fez a corrente de mulheres, eles acharam outra saída que foi chamar o Conselho Tutelar porque tinha criança, na hora chegou à defensoria pública pedindo que as mulheres grávidas se afastassem, mas ninguém desistiu, só tiraram as crianças mesmo. Quando foi 13:30 da tarde foi quando o Antonio²²⁵ chegou pra assinar o documento, isso porque a macharada prendeu pra cá, e só saiu porque ele falou para os homens que não ia assinar o documento. Ele disse que não ia assinar o documento de despejo, quando ele chegou na frente do oficial de justiça não sei o que ele falou lá que ele se tremeu e assinou, aí tivemos que tirar tudo, aí que ele assinou o documento de despejo (Maísa, 2020).

O relato de Maísa sobre a presença das mulheres e a utilização de seus corpos como forma de protesto para que a polícia não entrasse de forma violenta é umas das

²²⁵ Nome Fictício dado à pessoa, pois declarou não querer seu nome mencionado nas questões da ocupação.



mobilizações mais acentuadas dentro dos movimentos de moradia, observadas neste episódio e nas manifestações de ruas onde as mulheres são as que mais participam.

Depois desse despejo, Maísa conta que foi sugerido em reunião que outro terreno fosse ocupado, e que poderia ser um terreno que pertencia à prefeitura, que ficava próximo ao loteamento do Pascoal Alágio. No mesmo dia em que a ocupação do Castanhal foi tomada pela polícia, algumas pessoas foram para o terreno da prefeitura fazer a nova ocupação, de forma organizada, fizeram a demarcação dos terrenos para depois os distribuírem às famílias que estavam migrando para a nova área.

O terreno em questão, que julgavam ser da prefeitura, na verdade era uma propriedade particular. Por conta de boatos que circulavam na cidade sobre a negociação das tais terras pela prefeitura, julgaram que a área estava disponível. Depois ficaram sabendo que o terreno ainda era de um empresário e que a prefeitura não tinha a posse daquelas terras.

Quando a ocupação do Castanhal foi despejada pela polícia, muitas famílias não tinham para onde ir, pois já moravam nessa área. Após serem retirados da ocupação do Castanhal, Maísa e Mônica também foram pegar um terreno na nova ocupação. Mônica contou que:

Lá no Pascoal Alágio a gente também foi pra lá, eu a minha irmã, ele (marido), mais um grupo de pessoas que foi pra lá, porque a polícia se instalou aqui. A gente tentou lá, cercamos, foi a partir daí que o pessoal foi todo pra lá. Ai a gente resolveu voltar, porque lá é muito extenso, quando a gente viu que tinha muita gente lá, e já tinham entrado no nosso lá, quando fomos no outro dia, aí a gente voltou pra cá, fizemos as barraquinhas, aí que foi que o pessoal resolveu fazer casa, pra mostrar pra que veio mesmo (Mônica, 2020).

A passagem pela nova ocupação que estava surgindo foi breve para as irmãs Maísa e Mônica, elas tinham o desejo de permanecer na ocupação do Castanhal pela proximidade com o bairro da mãe e ficava mais próximo das centralidades da cidade em comparação a outra ocupação:

Lá no Pascoal Alágio, o pessoal da ocupação do castanhal voltou, os que ficaram foram novos e não teve mais controle. Depois a gente voltou, com três dias depois saíram os seguranças, desde o começo o nosso intuito era ficar aqui, porque aqui é mais perto, todos da ocupação do castanhal veio e os que ficaram já eram novas pessoas, entrou muitos novos, e depois não teve mais controle. A gente voltou para os nossos terrenos que era, no caso era pra cá, daí a gente “vamos montar a nossa casinha”, aí já foi melhorando, já não era mais com pau, que já tinham aí, era esteio de segunda mão, mas com as mesmas coisas, de palha, de tnt e pvc (Maísa, 2020).

Quando Maísa, Mônica e os outros ocupantes voltaram para a ocupação do Castanhal decidiram construir casa e ao dizerem “mostrar para o que veio”, expressaram



que dali em diante as pessoas iriam permanecer na ocupação e lutar por ela. Nesse momento, muitas coisas foram acontecendo ao mesmo tempo, a retomada da ocupação do Castanhal, o surgimento do Pascoal Alágio, tornando as ocupações massivas.

Buscando uma outra terra: a Ocupação do Pascoal Alágio

A partir do que foi apresentado no tópico anterior, podemos considerar que a ocupação do Pascoal Alágio nasceu de um levante popular organizado, de um processo de espacialização da luta pela terra, no início, ela foi pensada para que as famílias que foram despejadas da ocupação do Castanhal tivessem outra terra para ocupar. Quando conheci um dos primeiros representantes e organizadores da ocupação do Pascoal Alágio, ele me contou como foi ocupar aquela área. Durante a ordem de despejo da ocupação do Castanhal, relatou-me que ficou responsável para liderar uma nova ocupação no terreno que seria da prefeitura, próximo ao loteamento do Pascoal Alágio.

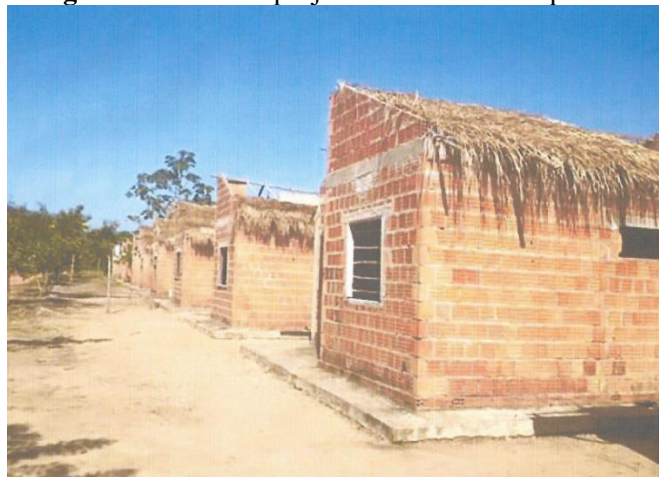
No primeiro dia, já se tinha mais de 70 famílias cadastradas para entrar na ocupação e que, de forma organizada, os lotes foram divididos com linhas de pescar, medindo cada terreno 7 metros de frente, os quais atenderiam as famílias que foram despejadas do Castanhal.

Como já mencionado, as terras pertenciam a um empresário local e faziam parte do seu loteamento chamado Lady Laura. Então, para título de entendimento, a ocupação do Pascoal Alágio iniciou com a ocupação do loteamento Lady Laura. No terceiro dia de ocupação um parente do dono das terras foi até a área e falou para as famílias que eles só iam deixar aquela área limpa para o dono, o que causou revolta nos ocupantes.

Isso levou as famílias a ocuparem as casas de um projeto de habitação próximo dali que estava abandonado há muitos anos. Tal informação me trouxe o questionamento do porquê as casas do projeto de habitação, que estavam abandonadas, não terem sido ocupadas primeiro. Mais tarde, descobri que no ano de 2013 houve uma tentativa de ocupar aquelas casas por populares, no entanto, foram fortemente coagidos pela força policial. Compreendi, então, que havia um certo medo em ocupar as casas daquele projeto habitacional abandonado.



Imagem 3 - Casas do projeto habitacional da prefeitura



Fonte: ConCidade, 2020.

Na Imagem 3 podemos observar as casas do projeto habitacional ainda no início da ocupação, estavam com as construções inacabadas, cobertas de palha pelos ocupantes. Após quatro anos de ocupação, essas casas estão com estruturas melhoradas.

Daniele e dona Gisele na ocupação do Pascoal Alágio

É na ocupação do Pascoal Alágio que se apresentam as interlocutoras Daniele Froiz e Dona Gisele Brasil, duas mulheres que são lideranças do movimento luta pela moradia. Na ocupação do Pascoal Alágio, Daniele narra que buscou a ocupação porque estava sendo despejada de onde morava, e quando soube da Ocupação do Pascoal Alágio, já estava consolidada, como me disse:

Eu vim aqui da primeira vez o responsável da época disse que não tinha terreno disponível, e falaram que era pra eu vir na semana seguinte, eu fui e voltei na semana seguinte e eles já me deram esse terreno aqui (Daniele, 2020).

Daniele me contou que na cidade só falavam das invasões, que era o assunto do momento, tanto a ocupação do Castanhal como a do Pascoal Alágio. Muitas famílias, assim como Daniele, procuravam as ocupações para conseguir uma moradia, principalmente quando não tinham mais condições de pagar um aluguel. Dona Gisele, quando soube da ocupação, viu como uma oportunidade para ter uma casa. Como narra:

Eu soube através de uma cunhada minha, que estava aqui nessa época, aí ela falou que estavam invadindo aqui, e se eu quisesse ter a oportunidade de ter uma casa, que ela tinha um cantinho aqui, que ela ia ceder pra mim". [...] No dia que eu vim pra ocupação, já ficamos, fizemos uma cabaninha, ficamos embaixo, ficamos até ficar, ficava na casa da minha mãe, fiquei um tempo na casa da minha mãe, a casa dos outros não é a nossa casa. Aqui só era mato,



fiz uma cabaninha de palha e do lado tnt, eu fiz o teto de palha, e a parede de tnt, fiz com madeira aí do mato, fui construindo devagarzinho (Gisele, 2020).

As narrativas de Daniele e de Dona Gisele reafirmam a ocupação para as mulheres como um lugar para ter a “oportunidade de ter uma casa”, “um cantinho”, um lugar de acolhimento e proteção para a sua família. Assim como na ocupação do Castanhal, as mulheres da ocupação do Pascoal Alágio viveram as fases do trabalho de base, de limpeza, capina permanência no barraco para não perder o terreno. Daniele reafirmou que eram as mulheres que permaneciam nos terrenos durante o dia:

Na época, principalmente nós, as mulheres, que geralmente eram as mulheres que ficavam no início para segurar o terreno, durante o dia. Nós tínhamos que ir atrás de água, fazer fogo a lenha, muitas mulheres aqui, até hoje elas fazem fogo na lenha, porque não tem condições e é um meio mais prático pra economizar. O primeiro dia foi muito difícil porque não tinha luz, não tinha água, não tinha nada, e como não podíamos sair e como meu namorado trabalha durante o dia e voltava pra cá a noite (Daniele, 2020).

Éramos vistos como bandidos, principalmente as mulheres que eram chamadas de barraqueira e gostava de fazer barraco, porque geralmente quem ia invadir o terreno dos outros não era os homens, incrível, era as mulheres, as mulheres que iam pra defender o terreno da amiga, da vizinha, então não era o homem, o homem não se metia (Daniele, 2020).

Como eram as mulheres que permaneciam durante o dia nos barracos no começo das ocupações, elas protegiam a área quando outras mulheres tentavam pegar os terrenos já ocupados. A permanência dentro dos terrenos, conforme já mencionado, era uma estratégia para não perder para outra pessoa, e como fortalecimento para a ocupação, era uma forma de resistência dentro das ocupações, o que levaria a uma luta organizada por moradia.

A morada e a família: “ter um cantinho pra gente, pra criar os nossos filhos”

Se mudar para as ocupações era importante para demarcá-las como ocupações organizadas. Permanecer durante a noite, mesmo sem energia e sem água não era fácil para as mulheres, ainda mais com crianças pequenas, mas era necessário para o fortalecimento da ocupação. As relações parentais influenciaram também para a permanência na área, como para as irmãs Mônica e Maísa e suas respectivas famílias, que permaneceram juntas na ocupação do Castanhal, morando uma próxima da outra.

O meu principal intuito de vir pra ocupação é conseguir algo pra gente, como casal novo sem fundo financeiro, já estava com filho, morando na casa de sogro, estava bem complicado, não morava só nos enquanto família, morava 3 famílias na mesma casa, já estava insustentável a situação. Em busca de ter algo que é nosso, ter um cantinho pra gente, pra criar os nossos filhos do jeito

da gente, sem um fundo financeiro, se eu tivesse condições de comprar uma casa, um terreno, jamais invadiria (Mônica, 2020).

A fala de Mônica sobre seu intuito de conseguir uma moradia, a partir de sua experiência ao dividir uma casa com mais de três famílias, trouxe algumas questões visíveis para essa reflexão. Quando Mônica relatou que foi em “busca de ter algo que é nosso” e “ter um cantinho pra gente, pra criar os nossos filhos”, a narrativa exprime o desejo de realizar o sonho da casa própria para criar seus filhos, tal desejo também é recorrente na fala de muitas mulheres das ocupações que colocaram a família como motivação de busca por um terreno para construir uma casa.

Quando Mônica buscou pela ocupação como forma de acesso à moradia, “para ter um cantinho para criar os filhos”, demonstra que a casa tem um significado, mostrando que “o espaço da casa se eleva a uma importância muito maior, isto é, para as mulheres, a moradia significa muito mais que um abrigo, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados” (Helene, 2019, p. 957). Aqui, percebe-se que as motivações de se conseguir uma casa pode ser utilizada como reflexão para a importância desse lugar na vida das interlocutoras.

Como visto, a família, enquanto uma das motivações para ocupar, pode ser pensada a partir da reflexão da antropóloga Claudia Fonseca, no seu estudo “Olhares Antropológicos sobre a família contemporânea (2002), na qual utiliza a etnografia para pensar a especificidade de valores e práticas familiares em bairros periféricos. A autora afirma que “falar de família é evocar um conjunto de valores que denota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido. Além dessa função simbólica, a noção de família está ligada à organização da vida cotidiana” (Fonseca, 2002, p. 05).

Esclareço que não reforço o estereótipo de um modelo familiar hegemônico heterossexual, apoiada no argumento de Fonseca (2002), que para a compreensão da complexa realidade que enfrentamos no Brasil contemporâneo, a noção da família patriarcal, tal como foi descrita por Gilberto Freyre, é vista como sendo de relevância limitada. Desta forma, é importante considerar, segundo Fonseca (2002), a diversidade de formas familiares constatadas hoje em dia e, certamente, a imagem da família nuclear (aquela com um casal heterossexual, unidos pelo casamento, criando seus filhos biológicos) já foi amplamente desmistificada.

Desta forma, quando falo de famílias dentro das ocupações, estou descrevendo a partir de uma categoria atribuída pelas próprias interlocutoras quando se referem às suas experiências e expectativas. Neste sentido, elas carregam a responsabilidade do cuidado





e da manutenção dos filhos, num modelo de construção de relações heteronormativas com famílias nucleares, como a de Mônica e de Maísa, em que ambas vivem com seus maridos e filhos. Ainda sobre o motivo pelo qual elas ocupam, Dona Gisele também falou que era movida pela sua família e pelo seu filho:

A mulher tem o objetivo de buscar algo assim que ela quer pra ela, mas pra sua família, mais que o homem, eu sou uma, que eu vim sozinha, o meu garotinho de 8 anos, ele tinha 5 anos quando eu vim pra cá, e vinha só eu e ele, dormíamos sozinha eu e ele, a minha vizinha aqui também, a gente dava força uma pra outra (Gisele, 2020).

A posição de responsável pelo lar e pela busca de moradia nos mostra que as interlocutoras carregam para si essas demandas. Pensar nos filhos foi uma das questões mais levantadas pelas mulheres. Aqui podemos pensar em uma maternidade militante a partir da leitura de Bonetti (2007). Segundo a autora, a expressão maternidade militante foi cunhada por Sonia Alarez (1988)²²⁶ ao identificar a grande presença de mulheres das camadas urbanas de baixa renda nos movimentos sociais.

A maternidade militante foi tomada como uma matriz explicativa do ativismo das mulheres das camadas urbanas de baixa renda, no entanto, é importante ressaltar que “embora tenha esses aspectos positivos, a politização da maternidade não é considerada emancipatória e transformadora das normas de gênero vigentes” (Bonetti, 2007, p. 86). O que se compreende, a partir de Bonetti, é que a questão da maternidade militante definida como uma matriz explicativa para o engajamento político de mulheres de classe popular não é suficiente, mas que nos possibilita a reflexão em contextos de resistência dentro de movimentos sociais.

Uma das preocupações das mulheres ao decorrer dos anos dentro das ocupações, foi melhorar a casa para acolher sua família. Assim como Maísa, no começo do texto, narrou a satisfação de ter melhorado a sua casa, dona Gisele me contou que também o fez em sua casa na expectativa de que a ocupação fosse validada, fazendo reformas possíveis para viver com maior qualidade, gerando mais conforto e proteção para a família: “*hoje eu tenho um cantinho onde eu posso ficar, onde eu posso descansar a minha cabeça, posso ficar despreocupada com o aluguel, que eu vivi de aluguel lá em Manaus*” (Gisele, 2020).

²²⁶ Bonetti (2007) cita o trabalho de Sonia Alvarez intitulado “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”, na qual utiliza para explicar a experiência de ativismo de mulheres pobres e das classes trabalhadoras brasileiras.



Considerações Finais

Sair do aluguel e da casa de parentes era o desejo de muitas mulheres e muitas famílias que viviam (e que ainda vivem) e que hoje lutam pelo direito à moradia nas ocupações de terra, desta forma, ocupar significou para essas mulheres a oportunidade de construir seu próprio lar junto com suas famílias. A relação e o sentido de ocupar para as interlocutoras vão se transformando à medida que suas narrativas demonstraram que suas motivações estão relacionadas à necessidade individuais de moradia, para a família e para os filhos e que logo vão se transformando em uma luta coletiva.

Elas se organizaram, e seguem lutando através de associações de moradores para o fortalecimento das ocupações, tais associações constituem-se como uma estratégia de organização política essencial para consolidar o movimento e o engajamento de seus participantes. À vista disso, as ocupações na cidade de Parintins tornaram-se espaços de organização e engajamento político para as mulheres, ativas na luta pela moradia. O aprendizado político efetivo na vida dessas mulheres se transformou em luta coletiva e transformação de si.

Para Schwade (1995), a participação na luta pela terra resulta na elaboração de um projeto de vida que engendra a militância. Desta forma, a luta pela moradia ganha sentido coletivo, e a partir de suas agências elas vão desenvolvendo formas de lutar para além das questões pessoais e desejos próprios. Assim, elas adentram em cargos dentro das organizações das ocupações, assumindo-se como lideranças e mobilizando-se de forma efetiva no movimento de moradia.

Data de Submissão: 12/06/2023

Data de Aceite: 10/09/2023

Referências

BONETTI, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem:** uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra.** 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2001.

FONSECA, Claudia. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In: Pesquisando a família: Olhares contemporâneos, p. 55-68, 2004.



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil** - 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019.

MARINHO, Thiago Pimentel; SCHOR, Tatiana. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM. *Revista Geografares, Espírito Santo*, v. 7, n. 7, p. 77-92, 2009.

MENEZES, Lucinele de Souza. **Ocupação, conflitos e conquistas**: a luta pelo direito à Terra para moradia e a formação do bairro de Itaúna I/ Parintins-Amazonas. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Parintins/Am, 2017.

SCHWADE, Elisete. A luta pela terra: sentidos da Participação. **Revista Cadernos do Ceom**, Santa Catarina, v. 9, n. 9, p. 47-66, 1995.

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil: As cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 56, p. 229-258, jun. 2013.

IPEA, 2010. PNAD – Primeiras análises: investigando a chefia feminina da família. n. 65, 2009.

IBGE, 2016. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro, 2016.

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E CURRÍCULO: AGENTES HISTÓRICOS REPRESENTADOS NAS OBRAS DE ARTHUR REIS E MANUEL CALLADO

TEACHING OF LOCAL HISTORY AND CURRICULUM: HISTORICAL AGENTS REPRESENTED IN THE WORKS OF ARTHUR REIS AND MANUEL CALLADO



ANDERSON HENRIQUE SERRÃO²²⁷

Resumo

O presente artigo discute a representação de agentes históricos em livros de história do Amazonas, com foco em indígenas e portugueses. Analisa os conhecimentos curriculares em Ensino de História, direcionados ao Ensino Médio da época, e os desafios do ensino de história regional e local, considerando personagens valorizados e não valorizados nos livros de Arthur Reis (2001), originalmente publicado em 1965 e Manuel Callado (1999). A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica, que revelou diferenças fundamentais no tratamento desses agentes em cada contexto histórico, com intencionalidades de exclusão, deslocamento e invisibilidade de alguns temas ou personagens. Levando em conta o contexto político sócio-histórico de cada autor, os resultados apontam para desafios significativos do ensino de História Local no contexto educacional brasileiro.

Palavras-chave: Ensino de História; Amazônia; currículo; indígenas; portugueses.

Abstract

This article discusses the representation of historical agents in Amazonian history books, focusing on indigenous and portuguese people. It analyzes curricular knowledge in History Teaching, aimed at High School at the time, and the challenges of teaching regional and local history, considering characters valued and not valued in the books by Arthur Reis (2001), originally published in 1965, and Manuel Callado (1999). The methodology used is bibliographical research, which revealed fundamental differences in the treatment of these agents in each historical context, with intentions of exclusion, displacement and invisibility of some themes or characters. Taking into account the socio-historical political context of each author, the results point to significant challenges in teaching Local History in the Brazilian educational context.

Keywords: History Teaching; Amazon; curriculum; indigenous; portuguese.

²²⁷ Graduado em História pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Especialista em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade de Educação São Luís (FESL). E-mail: serrao.henser@gmail.com. Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Prof^a. Dr^a. Mary Tânia dos Santos Carvalho, apresentado à Universidade do Estado do Amazonas – Centro de Estudos Superiores de Parintins, em 2019.



Introdução

Este artigo aborda a representação dos agentes históricos, especialmente indígenas e portugueses, em livros didáticos de História local que tratam da Amazônia pré-colonial. Para tal, é realizada uma análise dos conhecimentos curriculares discutidos por teóricos do campo do ensino de História no contexto da redemocratização brasileira pós-ditadura civil-militar, que trouxe como uma de suas consequências as reformas curriculares educacionais. Nesta pesquisa, foram utilizadas como fonte as obras "Súmula de História do Amazonas", de Arthur Reis (2001), e "Introdução à História do Amazonas", de Manuel Callado (1999).

A proposta para essa discussão surgiu a partir de leituras e discussões acerca do ensino de História oriundas das vivências do Estágio Supervisionado. As pautas temáticas surgiram na tentativa de elucidar o tratamento dado a essas personagens tão presentes nos livros didáticos, porém, muitas vezes pouco discutidos e/ou problematizados. A diferença de contexto histórico, político e social dos autores e as significativas diferenças que ambos dão a certas efemérides do período colonial justifica a escolha das obras em análise.

A análise se direciona em excertos específicos que representam indígenas e portugueses, com o objetivo de identificar problemas persistentes e possibilidades encontradas nos livros direcionados ao Ensino Médio. Vale ressaltar que essas obras são distintas tanto em relação ao contexto político, social, histórico e intelectual, já que a obra de Arthur Reis foi originalmente publicada em 1965. No primeiro momento, discutimos os processos de reformulação dos currículos oficiais do Ensino de História no período pós-ditadura civil-militar. Buscamos estabelecer uma conexão entre as reformas curriculares e a inclusão de personagens históricos que foram negligenciados pela História e, conseqüentemente, pelos currículos escolares oficiais até então.

No segundo momento, apresentamos uma análise dos livros, com destaque para excertos que evidenciam a visão de cada autor sobre indígenas e portugueses em sua produção. Com base nessa análise, nosso objetivo é destacar a importância da História local e regional no ensino. Acreditamos que os saberes locais e regionais não devem ser considerados como únicos ou deslocados do contexto nacional, pois qualquer projeto que busque compreender a história do país deve levar em conta as diferenças regionais.

Livro didático regional: currículo e ensino de História em breves considerações



A escola dos Annales²²⁸ possibilitou uma ampliação do conceito de fontes, permitindo que novos objetos de pesquisa fossem incorporados. Além disso, estabeleceu diálogos com outras disciplinas para aprofundar a compreensão da ação humana no tempo e no espaço. Bloch (2002) argumenta que a História é o estudo dos homens no tempo, enquanto Certeau (1982) acrescenta a importância fundamental da relação entre tempo e espaço na escrita da História. Dessa forma, podemos inferir que qualquer lugar onde a humanidade tenha percorrido se torna uma fonte passível de análise e reflexão, ancorada em uma determinada metodologia. Nesse contexto, os currículos presentes em livros didáticos que abordam a história regional são fontes relevantes para nossa análise. O livro didático é considerado uma ferramenta essencial em sala de aula e um componente fundamental do currículo (Bittencourt, 1993). As discussões sobre currículos no Ensino de História também envolvem os conteúdos presentes nos livros didáticos, que devem atender às prescrições temáticas dos currículos oficiais elaborados pelo Estado.

Mas afinal, o que é um currículo? De acordo com Corazza (2001, p. 09), o currículo pode ser entendido como uma "linguagem", pois por meio dele é possível identificar uma variedade de elementos, tais como "significantes, significados, sons, imagens, conceitos, falas, língua, posições discursivas, representações, metáforas, metonímias, ironias, invenções, fluxos e cortes". Adicionalmente, podemos compreender o currículo como um campo de conflitos, no qual emerge uma prática social "que se corporifica em instituições, conhecimentos, normas, prescrições morais, regulamentos, programas, relações, valores e modos de ser sujeito" (Corazza, 2001, p. 10).

É importante ressaltar as reformas curriculares que ocorreram no Brasil no período pós-ditadura civil-militar (1964-1985), uma vez que este foi um momento significativo em que se abriu, pela primeira vez no país, a possibilidade de incluir nos currículos oficiais temas que procuraram trazer outros sujeitos para a escrita historiográfica, além disso, colocou professor e aluno como construtores do conhecimento.

Durante o período de redemocratização após a ditadura civil-militar, houve mudanças significativas não apenas no âmbito político, social e econômico, mas também na educação, especialmente, em relação aos currículos escolares (Ribeiro, 2004). Durante muito tempo, sob o regime militar, as disciplinas de História e Geografia foram

²²⁸ A Escola dos Annales foi um importante movimento intelectual do século XX fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch que marcou profundamente a escrita historiográfica. Trouxe novas perspectivas de objetos de pesquisa, novas fontes, novas metodologias, bem como o diálogo com outras disciplinas (interdisciplinaridade). (Ver: BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991).



articuladas para atender aos objetivos dos tecnocratas militares, visando ensinar o aluno a se tornar um cidadão “exemplar”, dentro de uma ordem e moral definidas pelos próprios militares. Isso caracterizou um ensino baseado na chamada “pedagogia do cidadão” (Ribeiro, 2018, p. 21).

Durante esse período, os professores lutaram arduamente contra esse modelo de ensino, buscaram novas formas de abordar o conhecimento histórico, incluindo análises críticas a temas que eram considerados intocáveis, além de problematizar contextos históricos e questionar a construção de heróis nacionais. Essa luta sempre esteve no centro da demanda por um ensino que escapasse da influência dos militares (Ribeiro, 2018). Foi nesse contexto de luta e abertura política dos anos 80 que as discussões sobre a reformulação dos currículos de História começaram a ganhar força.

Importante destacar que o currículo, independentemente da área de atuação, é um instrumento fundamental de intervenção do Estado na educação, resultando em sua interferência direta na formação dos estudantes para o exercício da cidadania conforme os interesses dos grupos dominantes (Abud, 2001). Portanto, o que é ensinado em sala de aula é de grande interesse para aqueles que detêm o poder. O conteúdo curricular não é selecionado aleatoriamente, mas sim com objetivos de atender determinadas demandas. Nesse sentido, o conhecimento transmitido pelo currículo não pode ser visto como algo estático e naturalizado, tratado apenas como um conjunto de informações e materiais a serem absorvidos passivamente por professores e alunos (Ribeiro, 2004,).

Os currículos e os livros didáticos são criados por autores e, por isso, podem ser considerados um “processo social” (Ribeiro, 2004, p. 81). O próprio processo de criação é uma mistura de “conhecimentos ditos ‘científicos’, crenças, expectativas e visões sociais” (Ribeiro, 2004, p. 81). Nessa perspectiva, os currículos atuais são resultados de uma construção histórica, na qual estão presentes conflitos sociais, rupturas e continuidades (Corazza, 2001; Goodson, 2003). Podemos inferir que as lutas de poder estão implícitas nos currículos escolares oficiais, evidenciadas pela presença ou ausência de certos discursos que representam, constroem e criam sujeitos, bem como pela rejeição ou deslocamento de outros saberes. Por isso, “a luta para definir um currículo envolve prioridades sociopolíticas e discursos de ordem intelectual” (Goodson, 2003, p. 28).

Assim sendo, podemos considerar que essas formulações evidenciam as tensões e dinâmicas existentes entre a teoria e a prática, isso torna necessário entender tanto o professor quanto o aluno como sujeitos ativos no processo. É fundamental que um currículo seja capaz de integrar, incluir e fazer com que o professor e o aluno se



reconheçam como parte ativa dos processos históricos locais e regionais, e não apenas globais ou nacionais. Para isso, é essencial que o currículo reconheça a complexidade do universo escolar, com todas as suas diversidades e dinâmicas próprias (Abud, 2001). No entanto, é importante destacar que toda essa história é de curta duração, pois os conteúdos das reformulações curriculares brasileiras para o ensino da história foram fortemente influenciados pelas tendências historiográficas do meio acadêmico a partir da década de 1970, originadas de países como França, Inglaterra Itália e Estados Unidos (Ribeiro, 2004). Essas produções se preocuparam em considerar as "especificidades locais das experiências históricas, conforme se constituem no país, nos diferentes estados e municípios [...], que diferem [...] das experiências vivenciadas em outros contextos históricos" (Rago, 1999 *apud* Ribeiro, 2004, p. 84).

É relevante mencionar que a leitura de autores da Nova História²²⁹, como também da redescoberta dos Annales e de outros autores, como Walter Benjamin, E. P. Thompson, Castoriadis e Michel Foucault, forneceram uma base teórico-metodológica sólida para a construção dos novos currículos. Esses autores também resgataram o "sujeito" como elemento central das análises (Ribeiro, 2004). A partir dos anos 80, outros grupos passaram a ser contemplados pela análise histórica, tais como mulheres, negros, escravos, homossexuais, prisioneiros e crianças, ou seja, aqueles que historicamente foram excluídos tiveram espaço para reivindicar sua voz na história do país (Ribeiro, 2004). Dessa forma, a Nova História ampliou os temas a serem abordados tanto na historiografia quanto no ensino da História. Além disso, a inclusão de novas categorias na análise historiográfica abriu um novo campo de pesquisa dentro da História, a História cultural, na qual Pesavento (2007) reitera que

não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (Pesavento, 2007, p. 08).

No bojo do que afirma Pesavento, as novas tendências historiográficas levantaram suspeitas em relação à forma tradicional de ensinar e estudar História. Foi destacado que apresentar o processo histórico como uma sequência de eventos em um eixo espaço-

²²⁹ Corrente historiográfica surgida nos anos 1970 e correspondente à terceira geração da Escola dos Annales. (Ver: BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: a Escola dos Annales 1929-1989. 2ª ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991).



temporal eurocêntrico limita a capacidade tanto do professor quanto do aluno. Em vez disso, foi introduzida a "história crítica", permitindo que os alunos analisem os meios de comunicação e a sociedade de consumo (Ribeiro, 2004). Isso abriu espaço para questionamentos não apenas sobre os currículos, mas também sobre a escola, os livros didáticos e os conteúdos estabelecidos pelas autoridades educacionais de forma vertical. Essas discussões e lutas profissionais foram expressas em trabalhos apresentados em encontros, livros e periódicos, evidenciando as diversas perspectivas que compõem o ensino de História na realidade educacional brasileira (Ribeiro, 2018).

Ao examinarmos o histórico do currículo, é importante considerar também um dos instrumentos pedagógicos mais utilizados no cotidiano escolar: os livros didáticos. Esses materiais são suportes que refletem o conteúdo dos programas curriculares oficiais (Bittencourt, 1993) e geram opiniões divergentes entre professores e alunos. Enquanto alguns veem o livro didático como um obstáculo ao conhecimento, outros consideram-no um recurso fundamental. De qualquer forma, na prática, o livro didático tem sido amplamente utilizado em sala de aula, seja na preparação de aulas, no planejamento do ano letivo, na organização dos conteúdos escolares ou como referência curricular para a elaboração de exercícios ou questionários (Bittencourt, 2008). É fundamental discutir no ambiente escolar e nos cursos de formação de professores a criação de materiais didáticos de natureza regional, não podendo ficar circunscritas somente no âmbito de pesquisas acadêmicas.

Esse cenário justifica a afirmação de que os livros didáticos de história regional devem contribuir para o desenvolvimento de diversos conceitos relacionados à história, como fontes, memória, diferenças e semelhanças, eventos, temporalidades e referenciais conceituais fundamentais para a escrita e interpretação da história, bem como para a compreensão dos processos identitários, pertencimentos étnico-culturais, narrativas, singularidades e para o exercício crítico dos processos históricos.

O ensino da História regional do Amazonas: uma análise da Súmula de História do Amazonas (1965) e Introdução à História do Amazonas (1999)

Por essa vertente, quando falamos em História Regional, estamos enfatizando a necessidade de pesquisarmos espaços e contextos que ficaram ou ficam esquecidos (Caprini, 2010), devido a supervalorização somente dos aspectos históricos nacionais já consagrados pela história oficial eurocêntrica que insiste em circundar os mais diferentes



espaços de ensino.

É essencial observar nos currículos como os estudos sobre História local e regional são estabelecidos, permitindo que os alunos reconstruam a memória de sua localidade e ampliem seu conceito de cidadania, a fim de formar argumentações críticas sobre sua realidade e suas mudanças e relações com o tempo e espaço. Além disso, o estudo de questões regionais se torna indispensável para uma compreensão do global e nos leva a refletir historicamente sobre nossa realidade (Paim; Piccoli, 2007). É necessário que os alunos se percebam como sujeitos de sua própria história e se identifiquem com a história de sua região e localidade.

Neste sentido, determinados espaços e regiões têm sua história e precisam ser evidenciadas e trabalhadas, sobretudo, no ensino. De modo particular no Amazonas, há de se levar em conta os poucos manuais didáticos sobre a história do Estado. No âmbito estadual, o Ensino de História voltou a ser alvo de atenção apenas cerca de quarenta anos depois de lançada a obra de Arthur Reis, quando da firmação, em 2003, de convênio do governo do Estado com a Universidade Estadual do Amazonas para graduar docentes através de cursos à distância, ministrados por módulos televisionados via satélite (Normando, 2014). Arthur Reis²³⁰ foi um dos poucos historiadores de ofício a encampar uma luta por escritos que favorecessem a História escolar no Amazonas. Em 1965, quando já exercia o cargo de governador, publicou a obra “Súmula de História do Amazonas”. A edição que iremos analisar é a 3ª edição revista, publicada em 2001²³¹ e endereçada ao professorado do ensino médio de nosso Estado. A obra foi publicada originalmente em plena vigência do regime civil-militar e anterior à LDB de 1971. Com base no estudo de 1998 de Maria Stephanou, Ribeiro (2004, p. 93) pontua que o conhecimento presente nos currículos de História produzidos até os anos 1980 no Brasil se detinha sobre fatos passados, valorizando a ação de “heróis nacionais”, “cujas intenções, objetivos e propósitos são propulsores dos acontecimentos, [...] ênfase nos acontecimentos oficiais, apresentação dos fatos em sucessão cronológica dispostos linearmente”. A obra em análise não foge à regra desses conceitos presentes no ensino e,

²³⁰ Arthur César Ferreira Reis nasceu em 08 de janeiro de 1906, em Manaus. Cursou direito em 1923 na Faculdade de Direito de Belém, transferindo-se para Manaus no ano seguinte e, depois, para Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Rio de Janeiro onde bacharelou-se em 1927. Em 1931 lançou seu primeiro livro, “História do Amazonas”, que lhe valeu o reconhecimento intelectual imediato e, mais tarde, foi considerada a primeira obra de síntese histórica do Estado. Em 1964, volta ao Amazonas, para um controverso governo durante o regime de exceção ditatorial. Seu foco de pesquisa histórica foram as grandes questões amazônicas, das demarcações e limites do período colonial à cobiça internacional nos anos setenta (nota de rodapé, Normando, 2014, p. 115).

²³¹ Não tivemos acesso ao livro original publicado em 1965.



em parte, também incorporada pela historiografia regional/nacional.

Reis estruturou sob sua perspectiva (branca/ europeia), todos os conteúdos de História do Amazonas que considerou relevante tratar no ensino médio. A obra é composta por 96 páginas, dividida em 08 seções/capítulos. Cada título segue uma divisão tradicional histórica dos eventos e fatos, hierarquizados pelo autor. Ao fim de cada tópico, ele apresenta uma bibliografia diversificada do tema, seu foco de pesquisa histórica foram as grandes questões amazônicas, que vão desde às demarcações e limites do período colonial à cobiça internacional nos anos 1970.

Os três primeiros capítulos, “Descobrimento e Conquista”, “O Deslocamento da Fronteira” e “Cronologia da Penetração”, deixam patente a ênfase que o autor dá em uma Amazônia a partir da perspectiva do conquistador. O desenvolvimento dos temas dá o tom de todo o livro, onde pouca ênfase é dada aos indígenas que moravam na região antes da chegada europeia. Salienta, sobretudo, a atuação portuguesa na posse definitiva da Amazônia: “À medida que penetravam o interior, os portugueses e brasileiros levantavam fortes que assinalassem sua soberania” (Reis, 2001, p. 17).

À medida que avança no texto, as resistências indígenas frente à penetração portuguesa no território não são destacadas e, quando se refere à essa temática, destaca tão somente uma “resistência dos grupos nativos” (Reis, 2001, p. 21). O que aponta para um conhecimento muito genérico dos povos antes da conquista. Contudo, há de se levar em consideração, para não incorrer em anacronismo, o contexto histórico da produção historiográfica de Arthur Reis, marcada por estudos não indigenistas e que viam sertanistas, missionários como heróis construtores da nação. Contudo, os operadores do Estado atual pretendem um revisionismo na história sobretudo no que concerne aos “heróis nacionais”. Ademais, importante também lembrar o regime militar vigente na época e o pretense sentimento nacionalista, que tratava colonizadores e sertanistas como heróis.

Portanto, isso refletiu sobremaneira a produção e escrita de Reis e reverberou no ensino. Thais Fonseca (2011, p. 47) aponta que este tipo de ensino estava presente desde o século XIX e adentrou o século XX, no qual “produzia-se e ensinava-se, a julgar pelos programas e pelos textos didáticos, uma História eminentemente política, nacionalista e que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da Igreja católica e a monarquia”.

Neste sentido, na obra exposta, os habitantes da região pré-conquista são tratados como secundários. A representação do indígena é de total submissão e passividade quanto



aos castigos perpetrados contra eles, como mostra o seguinte trecho: “[...] Feliciano Coelho castiga severamente os Ingaíba da Foz do Amazonas, que insultavam os aldeamentos aliados aos portugueses e ajudava os ingleses” (Reis, 2001, p. 17). Ao referir-se a Ajuricaba, tornado símbolo de resistência indígena, expõe a falta de documentação escrita que comprove sua existência, refere-se a ele como “um caudilho [...] em torno ao qual se criaram lendas, todas a exaltá-lo e a indica-lo como um símbolo de heroísmo” (Reis, 2001, p. 21).

A citação faz-nos refletir sobre o lugar ou não-lugar do índio Ajuricaba. Qual seu lugar, afinal? Como um índio que deveria ficar na aldeia e aceitar os castigos impostos pelos portugueses ou como revolucionário que lutou contra o sistema violento/opressivo perpetrado contra o seu povo? Ao tecer uma cronologia, novamente dá pouca ênfase aos nativos ou os coloca em posição secundária na luta e resistência frente à invasão de seus territórios, escravidão, genocídio. O autor enfatiza uma história oficial, tecida por “grandes nomes”, com isso, sua visão dos indígenas é limitada. O livro não é capaz de trazer essa reflexão, em face de toda a influência historiográfica da época bem como a posição política de Arthur Reis, então operador da ditadura no Amazonas.

No capítulo "Afinal a Província", o autor apresenta uma narrativa política que negligencia a participação dos povos indígenas na história. O autor enfatiza a importância de criar uma província para garantir a segurança territorial e evitar a ameaça de outros povos ambiciosos. A criação da Província também representava uma forma de garantir o controle do território. Ao se referir a um dos maiores movimentos populares da história da Amazônia, a Cabanagem, o autor trata o assunto pelo viés da contenção e sufocamento do movimento. Refere-se ao movimento como uma "fase de sangue", sugerindo que o povo envolvido no movimento estava prejudicando a paz dos habitantes. No entanto, estudos recentes sobre a Cabanagem²³² têm apontado uma visão oposta à apresentada por Reis, indicando que o movimento teve consequências significativas.

O segundo livro analisado é obra do escritor Manuel Callado, intitulado “Uma Introdução à História do Amazonas”. O livro não segue o formato tradicional de livro didático, nem foi distribuído na rede pública. Foi produzido para alunos dos cursos pré-vestibulares do “Objetivo Vestibulares”, publicado em 1999 por editora própria. O livro conta com 160 páginas.

²³² Ver PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. **Visões da Cabanagem – uma revolta popular e suas representações na história**. Manaus: Editora Valer, 2001. Ver também RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**, 2006.



Segundo Callado, a proposta do livro visa preencher uma lacuna na historiografia regional, objetivando “suscitar reflexão a partir de considerações sobre o processo histórico regional” (Callado, 1999, p. 11). O autor sugere a necessidade do uso desse tipo de material didático para professores e estudantes do 1º e 2º grau, sobretudo para os pré-vestibulandos, “cuja carência sentimos com relação às fontes de pesquisa” (Callado, 1999, p. 11). O autor divide a temática dos tópicos em capítulos.

Cada um aborda aspectos que o autor considerou relevantes para ilustrar as temáticas que dispõe nos 17 capítulos. O livro traz no fim de cada capítulo, além de leituras complementares, alguns exercícios da temática trabalhada, com objetivo, talvez, de produzir no aluno certa assimilação do conteúdo dada a finalidade da obra (pré-vestibular). No corpo dos conteúdos, o autor expõe textos e/ou leituras complementares em alguns capítulos. Utiliza-se de outros autores para dar uma maior autoridade aos temas tratados, como: Márcio Souza²³³, José Ribamar Bessa Freire²³⁴, Antônio Porro²³⁵, Adélia Oliveira²³⁶, José Jobson Arruda²³⁷, Eloína Monteiro dos Santos²³⁸, José Aldemir Oliveira²³⁹, Elza Nadai²⁴⁰, Patrícia Melo Sampaio²⁴¹ e Eneida Ribeiro²⁴², são alguns autores referências em estudos do contexto amazônico, não somente no âmbito político, mas sociais e culturais, proporcionando outras perspectivas, não somente o discurso eurocêntrico e do vencedor.

No teor dos conteúdos da obra percebemos um certo avanço quanto ao tratamento dos temas, proporcionados principalmente por aportes teórico-metodológicos advindos da História Cultural. Nos três primeiros tópicos “Origem do homem americano”, “Os Povos do Rio Negro” e “A Produção Cultural Indígena”, o autor destaca a ocupação que antecede bastante a ocupação portuguesa, bem como os vestígios dessa ocupação. Não

²³³ Ver SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. 2ª ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.

²³⁴ Ver FREIRE, José Ribamar Bessa. **A Amazônia colonial (1616-1798)**. Manaus: Metro Cúbico, 1984

²³⁵ Ver PORRO, Antônio. Os povos indígenas da Amazônia à chegada do europeu. In: **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

²³⁶ Ver OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. **Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séculos XVII ao XX)**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, 4 (1): 65-115, julho de 1988.

²³⁷ Ver ARRUDA, José Jobson. **História integrada: da Pré-história ao fim do Império Romano**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

²³⁸ Ver SANTOS, Eloína Monteiro dos. **A Rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: SUFRAMA/Caldeirão, 1985.

²³⁹ Ver OLIVEIRA, José Aldemir. **A cidade no horizonte do provável**. Parte modificada da Tese de Doutorado “Cidades na Selva: Urbanização das Amazonas”.

²⁴⁰ Ver NADAI, Elza; NEVES, Joana. **História do Brasil**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

²⁴¹ Ver SAMPAIO, Patrícia Melo Sampaio. **Os fios de Ariadne**. 2ª ed. Manaus: Livraria da Física, 1997.

²⁴² Ver RIBEIRO, Eneida. **Ribeiro Júnior: Redentor do Amazonas – Memórias**. Manaus: FUNARTE/Governo do Estado do Amazonas, 1997.



conta a história local a partir da chegada europeia. Problematiza a chegada do homem branco, apresenta reflexões que se ancoram ou se expandem com os textos complementares. Ao trazer essa problemática da presença humana anterior, salienta contribuições da arqueologia para traçar a trajetória da chegada do homem americano.

O capítulo “Os Povos do Rio Negro”, reforça essa ocupação, na qual são enfatizados os troncos linguísticos e a densa povoação nativa: “Os povos indígenas que habitavam a Amazônia antes da chegada do conquistador europeu, segundo os linguistas, procediam de seis grandes troncos linguísticos: tupi, aruaque, caribe, tucano, pano e jê” (Callado, 1999, p. 19). Portanto, o Rio Negro era uma área densamente povoada, pois o livro se ancora em autores que corroboram e reforçam os estudos sobre ocupação pré-colonial na Amazônia. Consta também alguns mapas para reforçar a dimensão espacial dessa população, pondo em perspectiva as diferenças regionais. Retirando a ideia de homogeneidade muito recorrente acerca dos povos indígenas.

Para a análise não ficar muito extensa, optamos por tópicos que trouxessem uma abordagem do protagonismo indígena de forma mais específica. As ações de resistência indígena são perceptíveis em praticamente todos os capítulos do livro, reforçado ainda mais pelas leituras complementares.

Ainda nessa perspectiva, o autor expõe a figura de Ajuricaba. Naquela conjuntura (primeira metade do século XVIII) as tropas de resgates e de guerra se sucediam na Amazônia e os índios não-aliados pagavam um alto preço pela sua liberdade. Os ataques portugueses eram constantes e os manaós não estavam dispostos ao jogo de poder colonizador. Após um grande ataque português, Ajuricaba e outros guerreiros, foram presos e transportados para Belém, onde posteriormente, seriam vendidos como escravizados. A versão oficial sustenta que Ajuricaba teria cometido suicídio, mas essa narrativa é contestada por alguns pesquisadores. Há quem acredite na possibilidade de assassinato do líder dos manaós. Ainda assim, contudo, continuaram resistindo ao domínio português até a completa extinção da mais significativa nação do Rio Negro (Callado, 1999). Cabe, portanto, refletirmos a partir de perspectivas tais como: de relativizar, de examinar ou recusar os conteúdos produzidos no âmbito de um pensar colonial ainda explícitos ou subjacentes na atitude de reproduzir aqueles padrões de realização dos estudos sociais, marcados pelas relações típicas entre metrópole e colônia. Por outro lado, há a necessidade de suscitar e vencer os limites do conhecimento imposto pela visão colonial/eurocêntrica que permeia aqui e ali as ciências humanas e o ensino da História.



Considerações Finais

É possível identificar diferenças significativas no tratamento dado aos indígenas e portugueses nas duas obras analisadas. Ao analisarmos os livros didáticos e os conteúdos que eles abordam sobre a história local, é importante ressaltar a produção de saberes que historicamente foram pouco valorizados. Embora as obras analisadas não pertençam à mesma coleção, elas podem servir como aporte para professores, permitindo que aspectos da história regional sejam abordados de acordo com a temática em discussão em sala de aula.

É importante enfatizar que os saberes locais e regionais não devem ser vistos como algo isolado ou contraposto ao nacional. Pelo contrário, qualquer projeto que busque compreender a memória nacional deve levar em conta as diferenças regionais e locais. Uma justificativa semelhante pode ser percebida tanto em Reis quanto em Callado. Ambos reconhecem as dificuldades de se encontrar fontes primárias para traçar uma historiografia regional e apontam para a escassez de materiais didáticos sobre o tema. No entanto, Callado alerta para a necessidade de se olhar criticamente para o discurso regionalista, visto que ele é produzido a partir de um lugar social com interesses diversos e sujeito a seleções e exclusões do que é considerado regional.

É iminente que defendamos a promoção de uma abordagem pós-colonial no ensino, uma vez que ainda enfrentamos a presença predominante de currículos, livros didáticos e programas universitários ou de capacitação profundamente influenciados pelo eurocentrismo. Para conceber uma educação pós-colonial, é essencial perceber a interculturalidade não apenas como um novo enfoque pedagógico, mas sim como um processo e projeto político. Quando se trata de ensinar sobre temas políticos, culturais, sociais e econômicos, é essencial ouvir a voz dos amazônidas, ainda que silenciados e suplantados por uma educação marcadamente eurocêntrica, pois é impossível entender a história de um país sem conhecer a história de seu povo. No processo de ensino X aprendizagem é peremptório que professores e alunos compreendam que em sua comunidade ocorrem tanto conflitos e disputas de poder quanto construções e reconstruções culturais.

Data de Submissão: 23/04/2023

Data de Aceite: 11/11/2023

Referências



ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de história do Brasil na escola secundária. In: BITTERCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. História do Brasil: identidade nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Pesquisa em história regional: aspectos conceituais e metodológicos**. Espírito Santo, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?: pesquisas pós-críticas em Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NORMANDO, Tarcísio Serpa. **Clio em seu artesanato local: cultura e saberes escolares sobre História do Amazonas (1930-1937)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2014.

PAIM, Elison Antonio; PICOLLI, Vanessa. Ensinar história regional e local no ensino médio: experiências e desafios. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 13, p. 107-126, set. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3ª ed. São Paulo: Autêntica, 2007.

RIBEIRO, Renilson Rosa. O saber (histórico) em parâmetros: O ensino da História e as reformas curriculares das últimas décadas do século XX. **Mneme**, Caicó, v. 5, n. 10, p. 80-126, 2004.

RIBEIRO, Renilson Rosa. Ensino de História, instituição escolar e saber-fazer docente. In: **Fazer História: a importância de ler, interpretar e escrever em sala de aula**. Curitiba: Appris, 2018.

Fontes

CALLADO, Manoel. **Introdução à História do Amazonas**. Manaus: Objetivo Vestibulares, 1999.

REIS, Arthur César Ferreira. **Súmula de História do Amazonas**. 3ª edição revista. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2001.